

Lars Schoultz

# Estados Unidos: poder e submissão

uma história da política norte-americana  
em relação à América Latina



  
**EDUSC**

Editora da Universidade do Sagrado Coração

**P**rofessor de Ciência Política na Universidade da Carolina do Norte e ex-presidente da *Latin American Studies Association*, Lars Schoultz apresenta neste trabalho uma reflexão que pode interessar a todos os que se preocupam com as relações entre povos de culturas diferentes neste início de século. A partir de vasta documentação, produzida pelos funcionários do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Schoultz mostra a permanência de preconceitos dos norte-americanos com relação aos latino-americanos em dois séculos de trabalho daquele Departamento. Preconceito que remonta ao diplomata e Secretário de Estado norte-americano, John Quincy Adams (1767-1848), que emitiu opiniões sobre os países que estavam se tornando independentes no início do século XIX, região que viria, mais tarde, a ser chamada de América Latina.

Schoultz informa que os funcionários do Departamento de Estado, ao longo de dois séculos, construíram e reforçaram “um poderoso *mind-set*”, uma espécie de estrutura mental que dirige o olhar norte-americano e informa como interpretar a América Latina. Dispositivo que faz com que, ao se pensar em algum país da região, apareça em primeiro lugar uma imagem negativa das sociedades latino-americanas.

Vistos como vizinhos inferiores, incapazes de gerir seus próprios negócios, inábeis para instalar a democracia em cada país e atolados no subdesenvolvimento, os latino-americanos foram desqualificados, ao mesmo tempo

Lars Schoultz

## Estados Unidos: poder e submissão



  
EDUSC

Editora da Universidade do Sagrado Coração

# Estados Unidos: poder e submissão

uma história da política norte-americana  
em relação à América Latina



Editora da Universidade do Sagrado Coração

***Coordenação Editorial***

Irmã Jacinta Turolo Garcia

***Assessoria Administrativa***

Irmã Teresa Ana Sofiatti

***Assessoria Comercial***

Irmã Áurea de Almeida Nascimento

***Coordenação da Coleção Ciências Sociais***

Luiz Eugênio Vécio



Lars Schoultz

**Estados Unidos:  
poder e submissão**

uma história da política norte-americana  
em relação à América Latina

Tradução  
Raul Fiker

Revisão Técnica  
Mary Anne Junqueira



Editora da Universidade do Sagrado Coração

S376s

Schoultz, Lars.

Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina / Lars Schoultz; tradução de Raul Fiker. -- Bauru, SP: EDUSC, 2000.

512p.; 21cm .-- (Coleção Ciências Sociais)

ISBN 85-86259-75-6

Tradução de: *Beneath the United States: a history of U.S. Policy toward Latin America.*

1. Política - Estados Unidos. I. Título. II. Série.

CDD - 320.73

ISBN 0-674-92276-x (original)

*Copyright*© 1998, Harvard University Press

*Copyright*© de tradução 1999 EDUSC

*Tradução realizada a partir da 1ª edição (1998)*  
*Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa*  
*para o Brasil adquiridos pela*  
**EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO**  
*Rua Irmã Arminda, 10-50*  
*CEP 17044-160 - Bauru - SP*  
*Fone (0xx14) 235-7111 - Fax 235-7219*  
*e-mail: edusc@usc.br*

Para Karina





## sumário

- i Apresentação
- v Prefácio à edição brasileira
- 9 Prefácio
- 17 Capítulo 1. O Confronto com a América Latina
- 33 Capítulo 2. A Incorporação do norte do México
- 59 Capítulo 3. O Debate sobre a escravidão nos EUA  
e a disputa pelo Caribe
- 81 Capítulo 4. O Fim de uma era: hegemonia sobre  
um povo deficiente
- 101 Capítulo 5. O Início de uma nova era: a mentalidade imperial
- 115 Capítulo 6. A Expansão marítima: enfrentando o Chile
- 133 Capítulo 7. A Exclusão da Grã-Bretanha: a disputa  
fronteiriça da Venezuela
- 151 Capítulo 8. O Estabelecimento do Império: Cuba e a  
Guerra contra a Espanha
- 179 Capítulo 9. A Criação de um país e a construção  
de um canal
- 203 Capítulo 10. Castigo para a transgressão crônica
- 235 Capítulo 11. A Supervisão benevolente  
e a Diplomacia do Dólar
- 251 Capítulo 12. O Auxílio pragmático
- 287 Capítulo 13. A Remoção dos fuzileiros navais e a instalação  
dos fantoches
- 307 Capítulo 14. Os Fundamentos das relações respeitáveis

325	Capítulo 15. Tornando-se um bom vizinho
353	Capítulo 16. O Ataque às ditaduras
369	Capítulo 17. O Combate ao comunismo com ditadores amistosos
387	Capítulo 18. O Combate ao comunismo com desenvolvimento econômico
407	Capítulo 19. Dois séculos depois
427	Índice remissivo
441	Fontes
445	Bibliografia

#### Mapas

34	1 México e sudoeste dos Estados Unidos
67	2 Região do Caribe
84	3 Nicarágua
117	4 Chile e Peru
135	5 Disputa fronteiriça da Venezuela

## apresentação

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina estiveram, nos últimos dois séculos, mais próximas do conflito que do diálogo; embate que estabeleceu uma separação considerável entre a América anglo-saxônica e a América Latina. Neste extenso e polêmico trabalho de pesquisa, o cientista político norte-americano Larz Schoultz procura compreender como os norte-americanos concebem a América Latina, e pretende mostrar como foi se cristalizando um profundo preconceito entre diplomatas e outros funcionários do Departamento de Estado norte-americano com relação aos latino-americanos, em dois séculos de funcionamento daquele Departamento. Existe, segundo o autor, uma concepção negativa sobre a América Latina, sendo que, nos dias atuais, essa idéia faz parte da cultura dominante nos Estados Unidos.

O objetivo de Schoultz é encontrar a “explicação lógica subjacente” para tais afirmações negativas. Para ele, existe nos Estados Unidos uma crença na inferioridade dos latino-americanos: enquanto os norte-americanos são descritos como civilizados, protestantes, anglo-saxões e “brancos”, a América Latina, por sua vez, é desqualificada como católica, latina, mestiça e subdesenvolvida. Segundo o autor, essa perspectiva continua a influenciar as ações norte-americanas e tem por objetivo proteger os interesses norte-americanos na região.

Para Schoultz, tal estigma tem suas origens nos textos e pronunciamentos do diplomata e primeiro Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Quincy Adams (1767-1848), que inaugurou o que o autor chama de “um poderoso *mind-set*” (p. 13), uma espécie de estrutura mental que dirige o olhar norte-americano, informa como pensar a América Latina e interpretar a cultura latino-americana. Dispositivo que faz com que, ao se pensar em algum país da América Latina, revele-se em primeiro lugar uma imagem negativa das sociedades da região. Adams, ainda criança, afirmava sobre os latino-americanos: “Eles são vagabundos, sujeitos grosseiros e, em suma, eu posso compará-los a nada mais do que um bando de porcos” (p. 17). Segundo Schoultz, John Quincy Adams fora influenciado pelo seu pai, John Adams, que já havia afirmado que “o povo da América Latina é o mais ignorante, o mais fanático e o mais supersticioso de todos os católicos romanos na cristandade”(p. 21). Impressiona a quantidade de relatos produzidos por diplomatas e outros funcionários do Departamento de Estado que revelam uma profunda rejeição pela cultura, valores e modo de vida dos latino-americanos. Para o autor, essas “crenças do século XVIII foram se desenvolvendo de forma lenta e constante, até que, no final do século XIX, a certeza da superioridade e supremacia dos norte-americanos com relação aos latino-americanos se instalava como algo natural para os funcionários do Departamento de Estado.

Segundo o autor, ainda hoje, “quando um funcionário do Departamento de Estado abre uma reunião com o comentário ‘temos um problema com o Peru’,

em menos de um segundo é evocada uma imagem mental de um Estado estrangeiro que é completamente diferente daquela que teria sido lembrada se o funcionário em questão tivesse dito, em contraste, “temos um problema com o governo da França” (p. 14). A França é compreendida como a região que fica no noroeste da Europa, o “berço da cultura norte-americana”, e o Peru é visto como o país pobre, fraco e subdesenvolvido. Na perspectiva de Schoultz, existe algo anterior, que influenciou o entendimento dos diplomatas e outros funcionários do Departamento de Estado.

A esta estrutura subjacente, na qual se encaixam as concepções sobre a América Latina, o autor sobrepõe a política externa norte-americana, que não pode ser entendida separadamente da política interna daquele país e da influência da opinião pública norte-americana. Para o autor, por exemplo, “é impossível compreender a expansão dos Estados Unidos, no período anterior à Guerra Civil, para o Texas e o México, ou as atividades dos flibusteiros em Cuba e na América Central, sem as referências ao debate interno sobre escravidão e a necessidade do Sul em aumentar o número de senadores escravocratas para compensar a expansão que estava ocorrendo acima da linha do “Compromisso do Missouri”. Somava-se a esta complexa rede de interesses internos e externos, a preocupação com a segurança nacional, constantemente evocada pelos estrategistas norte-americanos. Além disso, entrava em jogo a “certeza”, difundida tanto na opinião pública quanto entre os políticos, de que os Estados Unidos transformavam-se em grande potência graças a um bem administrado mercado externo. A necessidade de ampliação e consolidação do mercado externo foi tema de várias campanhas eleitorais que mobilizou tanto democratas quanto republicanos em busca de votos.

É inegável a contribuição deste trabalho de Schoultz: são inúmeras as informações, dados e análises que podem interessar aos brasileiros; no entanto, a afirmação da existência de uma rígida estrutura mental – *mind set* – que determina a visão e as decisões dos norte-americanos com relação à América Latina, não deixa de ser polêmica, pois as permanências, as continuidades pouco mutáveis, que percorrem o livro de Schoultz, foram consideravelmente criticadas por estudiosos brasileiros, europeus e pelos próprios norte-americanos. A idéia de uma estrutura mental cristalizada, onde se encaixam as concepções sobre a América Latina, nega a dinâmica própria da História. Certamente por isso, ao afirmar que o preconceito contra os latino-americanos foi se cristalizando lenta e constantemente nesses dois séculos, Schoultz termina o seu texto com um tom pessimista, pois, de alguma forma, o seu trabalho traz projeções semelhantes para o futuro das relações entre os Estados Unidos e a América Latina.

Além disso, não aparecem no trabalho de Schoultz as imagens que os latino-americanos construíram sobre os norte-americanos nesses dois séculos, pois certamente estas imagens influenciaram também as decisões latino-americanas em tais relações. Embora não se possa negar que um país poderoso como os Estados Unidos exerça uma pressão considerável nas relações internacionais, fazendo a balança sempre pender para o seu lado, é incontestável que em alguns momen-

## apresentação

---

tos históricos foi possível aos países latino-americanos negociar ou fazer valer os seus interesses. Talvez essas lacunas se expliquem na apresentação de Schoultz para esta edição brasileira: este é um livro escrito para os norte-americanos. O autor gostaria que seu concidadãos se conscientizassem da existência de antigos preconceitos e estereótipos, profundamente introjetados naquela sociedade, que informaram sentimentos, decisões e ações norte-americanas com relação à América Latina e aos latino-americanos.

Mary A. Junqueira  
*(Doutora em História da América pela  
Universidade de São Paulo)*



## prefácio à edição brasileira

Este livro não é sobre a América Latina ou os latino-americanos. É sobre os Estados Unidos, no qual dedico-me ao objetivo específico de explicar a política norte-americana para a América Latina: por que os Estados Unidos procedem de determinada maneira em relação à América Latina?

Durante o século XIX, houve duas principais respostas a esta questão: a política dos Estados Unidos para a América Latina era explicada ora pela ideologia da segurança nacional (a explicação "Doutrina Monroe"), ora pela busca de ganhos financeiros (a explicação "United Fruit Company").

Embora grande parte do livro confirme ambas as respostas, uma quantidade cada vez maior de pesquisas tem indicado que precisamos acrescentar uma terceira explicação: a política doméstica, os imperativos impostos por uma ampla gama de preocupações domésticas que essencialmente nada têm a ver com a América Latina, como a escravidão no século XIX ou as eleições do século XX. É simplesmente impossível compreender a política norte-americana contemporânea em relação a Cuba, por exemplo, sem notar que o Estado da Flórida, lar de mais de um milhão de cubano-americanos, possui 25 votos no colégio eleitoral, o quarto maior prêmio da corrida eleitoral norte-americana. Também não se pode compreender a invasão do Panamá, em 1989, sem fazer referência ao que em Washington ficou conhecido como "fator covardia" — a idéia de que um novo presidente precisava provar que não era fraco nem indeciso, quando comparado ao seu predecessor.

À medida em que fui ampliando meu enfoque sobre o último quarto de século, aos poucos foi se tornando óbvio (ao menos para mim) que existe uma macroexplicação "doméstica" subjacente para tudo: o software mental utilizado pelos cidadãos e funcionários governamentais norte-americanos para pensar a América Latina, os latino-americanos e a própria cultura latino-americana. Nas páginas que seguem, defendo a idéia de que existe, nas mentes dos norte-americanos, uma estrutura mental que determina os contornos básicos da política dos Estados Unidos.

Este livro é sobre essa estrutura mental.

Ele busca a resposta para duas questões básicas: como os cidadãos norte-americanos concebem a América Latina e os latino-americanos? E qual é a gênese dessa concepção?

A resposta à primeira questão torna-se clara a partir do primeiro capítulo: os cidadãos norte-americanos, e especialmente os políticos em Washington, têm um conceito muito baixo dos latino-americanos. Eles acreditam que os latino-americanos têm dificuldade para discernir entre certo e errado, entre bem

e mal, entre sabedoria e loucura. O status da América Latina e dos latino-americanos como um todo é ruim praticamente em todas as instâncias da política externa americana. Em quem podemos confiar? De quem dependemos? Com quem podemos falar quando procuramos conselho? Quem pode nos causar problemas? E, sobretudo, quem admiramos e quem gostaríamos que casasse com nossos filhos? A resposta para todas estas perguntas é uma só: não os latino-americanos.

Minha busca pela resposta à segunda pergunta (Qual é a gênese dessa opinião?) conduziu-me ao estudo da história. Esta é a explicação que se encontra nas páginas seguintes. O livro começa com as primeiras décadas do século XIX, durante o período em que os Estados Unidos procuravam desenvolver uma política para as novas nações independentes da América Latina, e termina com os últimos anos da Guerra Fria. O leitmotif de todos os 19 capítulos é o rótulo de inferioridade que os Estados Unidos colocam na América Latina e nos latino-americanos.

Devo enfatizar que escrevi este livro para os cidadãos norte-americanos e por isso usei intencionalmente o pronome "nós" (plural), para referir-me aos Estados Unidos. Não fiz isto para excluir outros, e também não para simplesmente concentrar-me sobre a política dos Estados Unidos para a América Latina, em vez de estudar as relações Estados Unidos-América Latina. Temia expressamente que a maioria dos leitores visse o problema que eu identifico e estudo, como um problema de política externa, em vez de um problema enraizado no tecido social norte-americano. Escolhi o pronome porque quero enfatizar o fato de que a etiqueta de inferioridade é um problema "nosso", não um problema de "Washington".

Ao escrever este livro também presumi que os leitores americanos entenderiam algumas características da sociedade norte-americana que podem ser desconhecidas para os brasileiros e outros povos latino-americanos. Resisti à tentação de voltar atrás aos capítulos e reelaborar em pormenores determinadas características, como a importância das diferenças regionais (por exemplo, os desentendimentos sobre a escravidão), ou o significado do colégio eleitoral dos Estados Unidos.

Não obstante, quero deixar claro para os leitores não-americanos que os Estados Unidos são uma sociedade muito ampla e excepcionalmente diversificada. É verdade que temos uma cultura dominante — que ainda é muito anglo e muito masculina — mas nossa cultura não é monolítica. Nossa segunda maior minoria (que logo será a maior) é hispânica; possivelmente eles não vão querer considerar a sua cultura como algo inferior, e possivelmente eles exercerão alguma influência sobre o resto de nós. De modo semelhante, oferecemos cursos de estudos latino-americanos em todas as nossas faculdades e universidades, e possivelmente parte dessa atividade docente acabará produzindo um público mais sofisticado, que reconheça a existência de culturas muito diferentes na América La-



## prefácio à edição brasileira

---

tina, um público que não considere alguém inferior simplesmente porque ele ou ela é hispânico(a).

Infelizmente, o feliz dia em que a maioria dos norte-americanos pensará dessa forma está ainda muito distante. Enquanto isso, poderia ser útil para os brasileiros conhecerem mais sobre o povo que acredita estar numa posição superior à América Latina.

Lars Schoultz

*Abril de 2000*

*Tradução de  
Laureano Pelegrin*



## prefácio

**E**m 1989, o Presidente George Bush viajou para a Costa Rica para participar de um encontro de cúpula centro-americano, realizado no final da década mais difícil na história das relações EUA-América Latina. Os Estados Unidos estavam em estado de alerta em relação ao governo panamenho de Manuel Noriega, ameaçando abertamente com a invasão militar que ocorreu, de fato, dois meses mais tarde. Em apenas duas semanas, o movimento rebelde Frente Nacional de Libertação Farabundo Martí lançou audaciosos ataques contra as cidades de El Salvador, desencadeando, como retaliação, o assassinato de seis jesuítas pelos militares salvadorenhos e revelando quão pouco progresso fora alcançado na pacificação daquele país malgrado toda uma década de esforço dos EUA. E, o que era pior, os sandinistas da Nicarágua continuavam a desafiar os Estados Unidos, quatro anos depois de o predecessor de Bush tê-los alertado de que ele somente pararia de tentar derrubá-los “se eles pedissem água”. Sem rendição à vista, o Presidente Reagan apresentara-se diante das câmaras de televisão e declarou os sandinistas como um regime fora-da-lei.<sup>1</sup>

Enquanto o avião presidencial *Air Force One* transportava o Presidente Bush de Washington, o Presidente nicaraguense Daniel Ortega também voava para o encontro. Chegando a San José em trajes militares e com a bandana sandinista preta e vermelha que tanto incomodava os funcionários dos EUA, Ortega imediatamente anunciou que seu governo poderia pôr fim ao cessar-fogo com os rebeldes Contras apoiados pelos EUA. Este anúncio foi o suficiente para que o Presidente Bush aproveitasse uma entrevista à imprensa para chamar o Presidente Ortega de “aquele animal indesejável à festa ao ar livre.” Ele referiu-se duas vezes ao chefe de Estado nicaraguense como um “homenzinho,” dando uma ênfase tão óbvia ao termo que um repórter acabou perguntando, ao fim da entrevista: “Por que o senhor o chama de homenzinho?” As palavras finais do Presidente foram: “Porque ele é – eis por que.”<sup>2</sup>

Hoje em dia, estas declarações depreciativas e as políticas que as provocaram podem parecer apenas uma lembrança dos conflitos da Guerra Fria de uma geração anterior, mas elas também refletem uma atitude histórica em relação à América Latina. Oitenta anos antes, em 1909, o Secretário de Estado Philander Knox fez comentários semelhantes sobre um dos predecessores do Presidente Ortega, José Santos Zelaya, declarando que seu governo era “uma mancha sobre a história da Nicarágua,” e o Secretário Assistente de Knox chamou Zelaya de “uma carniça inominável.” Estas concepções, por sua vez, eram uma continuação da já

estabelecida opinião dos EUA sobre a Nicarágua, que um enviado, em meados do século XIX, resumiu como “pequena em extensão, com um governo débil e população pouco considerável, embora turbulenta e desordeira.” E esta observação era semelhante a uma descrição ainda anterior feita pelo cônsul dos EUA em León, que relatava em 1848 que “as revoluções aqui são de caráter tão terrível, que não é possível esperar mudanças positivas nos homens, pois as mudanças que ocorreram foram, em geral, para pior, e há uma firme crença de que, não fosse pela proximidade civilizatória dos Estados Unidos, este país gradualmente *reverteria* ao estado aborígene no qual o espanhol Alvarado o descobriu.”<sup>3</sup>

Este livro é uma explicação da lógica subjacente a estas afirmações. Não é sobre a Nicarágua, nem sobre os outros países que ficam abaixo dos Estados Unidos, numa região chamada América Latina. Ele é sobre as políticas que os Estados Unidos têm utilizado para proteger seus interesses nesta região. É sobre a maneira que uma nação poderosa trata seus vizinhos mais fracos.

Uma pessoa realista explicaria a relação EUA-América Latina com o afotismo de Tucídides de que “grandes nações fazem o que querem, enquanto pequenas nações aceitam o que devem.” Esta é a melhor maneira de começar – mas apenas começar – qualquer explicação sobre a política dos EUA, com um franco reconhecimento das enormes disparidades entre os Estados Unidos e a América Latina. Os Estados Unidos são o poder dominante do mundo – não onipotente, talvez, mas significativamente mais poderoso do que qualquer força rival que o mundo possa ver, ao menos no período de nossas vidas e, salvo um cataclisma, quase infinitamente mais poderoso do que qualquer nação latino-americana possa jamais esperar ser. Este poder está profundamente arraigado na riqueza da nação. O cidadão típico dos EUA gera um produto nacional bruto *per capita* dez vezes o do latino-americano médio, e esta diferença absoluta em riqueza está subjacente a uma gama quase infinita de disparidades derivativas, em tudo, dos índices de mortalidade às franquias de *fast food*.

Talvez o indicador mais óbvio dessas assimetrias seja o de que os Estados Unidos continuam a gastar centenas de milhões de dólares de encargos a cada ano para alterar o comportamento de seus vizinhos, enquanto a América Latina nada faz neste sentido. Hoje, por exemplo, a Agência para o Desenvolvimento Internacional está pagando para instalar procedimentos anticriminais no estilo dos EUA em quatro diferentes países latino-americanos, enquanto nenhum país latino-americano está tentando mudar os procedimentos usados pelo sistema judiciário dos EUA. De modo semelhante, a Dotação Nacional para a Democracia, de cunho governamental, está preparada para ajudar qualquer país latino-americano a realizar eleições limpas, enquanto nenhum país latino-americano jamais ofereceu-se para ajudar os Estados Unidos a aumentar sua baixa frequência de eleitores, ou aconselhou os Estados Unidos a reformar suas leis de financiamento de campanha eleitoral. Hoje, a lei dos EUA exige que o Presidente faça relatórios anuais sobre os esforços que os governos latino-americanos estão fazendo para conter o suprimento de narcóticos (e descredencia

aqueles que não conseguem atingir nossos padrões, desclassificando-os para recebimento de ajuda), enquanto nenhum governo latino-americano produz relatórios sobre os esforços norte-americanos de redução da demanda de drogas. Mesmo o desafio cubano terminou, o que é simbolizado pelo fato de que o arquirrival de Washington não tem mais condições de impedir a recepção das ondas curtas da Rádio Cuba, enquanto a Rádio Martí, da Agência Norte-americana de Informação, continua a fornecer aos cubanos todas as notícias que podem ser irradiadas. E, por certo, forças armadas dos EUA ainda são encontradas em toda a América Latina – em bases em Cuba e no Panamá, e equipes de treinamento móveis em quase todos os outros países da região – enquanto nenhum cidadão norte-americano acredita que temos algo de útil a aprender com os militares latino-americanos.

“Hegemonia” é o termo que os cientistas sociais usam para exprimir a existência destas relações unilaterais. Dependendo de suas preferências pessoais sobre programas específicos, os cidadãos dos EUA louvam o comportamento hegemônico de Washington, criticam-no ou, como Tucídides, tratam-no como um fato da vida. Nós fazemos coisas boas, coisas ruins e algumas coisas que as grandes potências sempre fizeram (e presumivelmente sempre farão) com seus vizinhos mais fracos. A questão é *por quê*. O que determina a política dos Estados Unidos em relação à América Latina?

Auto-interesse seria uma resposta realista. Através da história, países hegemônicos procuraram proteger seus interesses controlando o comportamento de vizinhos mais fracos. A supervisão hegemônica é custosa, por certo, mas as despesas de um envio de *marines* ou de uma missão AID são geralmente justificadas com a lógica do senso-comum de que é melhor evitar que aconteça algo desagradável do que ter que revertê-lo depois de ter acontecido. Por mais de um século, os Estados Unidos raramente deixaram um problema se desenvolver. Pelo contrário, eles procuraram impedir a emergência da ameaça.

Guiada pelo auto-interesse, essa supervisão hegemônica atingiu níveis sem precedentes no final do século XX. Hoje não parece excepcional para Washington estimular e acalantar latino-americanos não apenas para reformar suas economias (algo que há muito encorajamos), mas para renovar seus sistemas judiciários e reconstituir suas democracias. Woodrow Wilson, a quem muitos consideram o mais paternalista de todos os Presidentes dos EUA, ficaria maravilhado diante do fato de que os Estados Unidos criaram e mantiveram não apenas uma Agência para o Desenvolvimento Internacional voltada para o desenvolvimento econômico da América Latina mas também uma Dotação Nacional para a Democracia, a fim de ajudar o desenvolvimento político da região. O Presidente Wilson pode ter tentado ensinar os latino-americanos a eleger bons líderes, mas ele nunca teria recomendado que os contribuintes norte-americanos pagassem a conta do desenvolvimento econômico e político de outros povos.

A crença pouco a pouco crescente de que o auto-interesse requer esforços cada vez maiores para influenciar o comportamento de um povo mais fraco

– o “terror da hegemonia” – é comum entre os grandes poderes, mas seu pleno significado nas relações EUA-América Latina foi mascarado até recentemente pelo imperativo da Guerra Fria em excluir a União Soviética do Hemisfério Ocidental. Mas quando a União Soviética desapareceu e os interesses de segurança dos EUA não mais exigiam o mesmo nível de dominação, Washington identificou novos problemas – do tráfico de drogas à ditadura e à má administração financeira – e movimentou-se para *aumentar* seu controle sobre a América Latina.

Administrações norte-americanas recentes têm justificado esta hegemonia preventiva com o argumento de que os problemas de hoje são tão ameaçadores quanto o aventureirismo soviético de ontem. Refletindo a opinião pública em geral, essas administrações alegam, por exemplo, que o uso de drogas ilícitas é subjacente a uma ampla gama de problemas sociais dos EUA, tornando nossas escolas inseguras e transformando bairros das grandes cidades em zonas de tiro. Não é difícil entender por que muitos funcionários norte-americanos acreditam que é tão importante impedir a produção de drogas quanto era barrar o comunismo. Igualmente ameaçadora, dizem muitos, é a repressão feita por governos latino-americanos autoritários, que empurra refugiados, para os Estados Unidos, onde eles sobrecarregam os governos locais e do Estado. A Proposição 187 de 1994 da Califórnia, que nega serviços públicos a imigrantes ilegais, pode parecer de má-vontade e míope para muitos de nós, mas não para os administradores locais que lutam para proporcionar aos residentes legais educação pública e atendimento de saúde aos necessitados. É fácil ver como esses administradores (e seus eleitores) acreditam que é tanto de seu auto-interesse pôr um fim a ditaduras que geram refugiados, quanto era barrar o comunismo. De modo semelhante, se governos latino-americanos são incapazes de gerir suas finanças ao ponto de requerer empréstimos de emergência do Tesouro norte-americano, é compreensível que os administradores dos EUA insistam em ajustes estruturais na América Latina.

Sobretudo, a opinião dominante pós-Guerra Fria em Washington é que revoluções nos transportes e comunicações facilitaram laços mais estreitos com a América Latina, um aspecto dos quais é a exportação de problemas latino-americanos. Em resposta, funcionários dos EUA reivindicaram o direito de responder com tentativas cada vez mais intensas de controlar o comportamento indesejável dos latino-americanos. O que é consistente no decorrer de dois séculos nas políticas de Washington em relação à América Latina não é o comportamento dos Estados Unidos, mas a motivação. Por quase dois séculos, a política dos EUA invariavelmente pretendeu servir aos interesses dos Estados Unidos – interesses relacionados de várias maneiras à nossa segurança nacional, às nossas políticas domésticas, ou ao nosso desenvolvimento econômico. Conforme os desafios a esses interesses fluem e refluem, as políticas dos EUA se adaptam para enfrentá-los. O que permanece inalterado são os interesses.

Embora estes três interesses sejam centrais a qualquer explicação da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, falta ainda um ponto para

uma explicação completa. Subjacente a estes interesses há uma crença arraigada de que os latino-americanos constituem um ramo inferior da espécie humana.

A definição precisa da inferioridade latino-americana mudou muitas vezes no decorrer de duzentos anos, mas no último meio século ela tem sido resumida pelo termo abrangente “subdesenvolvido”. Quando iniciarmos o século XXI, a corrupção será o indicador político do subdesenvolvimento, visto particularmente nos subornos que os funcionários públicos latino-americanos supostamente aceitam de traficantes de drogas. Há poucos anos atrás, os indicadores eram o autoritarismo e as violações dos direitos humanos; alguns anos antes, o indicador era radicalismo. Alguns destes indicadores de subdesenvolvimento são vagos e ilimitados, enquanto outros – especialmente o indicador econômico de pobreza persistente – são mais óbvios, mas todos eles sublinham o que um enviado dos EUA relatou sobre o Brasil em 1839: “há uma triste deficiência, ou nas instituições do país, ou no temperamento e hábitos do povo.”<sup>4</sup>

A crença na inferioridade latino-americana é o núcleo essencial da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, porque ela determina os passos precisos que os Estados Unidos assumem para proteger seus interesses na região. Uma vez que esta crença existiu desde o início, uma maneira de entender a política atual e suas suposições subjacentes é voltar ao século XVIII e examinar como o pensamento hegemônico de hoje começou a evoluir como o corolário lógico de crenças sobre o caráter dos latino-americanos. Outras crenças não teriam mudado os interesses dos EUA, mas teriam levado a políticas diferentes para proteger esses interesses e, em geral, a uma relação diferente com os vizinhos que vivem abaixo de nós. Essas crenças do século XVIII abriram o caminho que deveria se seguir. Ao longo dele, uma atitude hegemônica desenvolveu-se gradualmente, de forma tão lenta que passou despercebida até que, no fim do século XIX, a noção de controle do comportamento dos latino-americanos parecia tão natural aos funcionários dos EUA como teria sido para Tucídides. Então, a geração do *Big Stick* “Grande Porrete” de Theodore Roosevelt começou a institucionalizar este controle criando organizações formais para canalizar o relacionamento EUA-América Latina. Processo que continuou durante a Depressão, e nos períodos da Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, quando uma panóplia de burocracias permanentes foi criada para promover os interesses econômicos dos EUA e proteger sua segurança. É verdade, como argumentaria uma pessoa realista, que a hegemonia de hoje é o produto natural de esforços para proteger esses interesses, mas é também o produto de consideração para com os vizinhos que, devemos insistir, provavelmente permanecerão subdesenvolvidos a menos que os ajudemos.

Para entender a política contemporânea dos Estados Unidos em relação à América Latina, podemos ou aceitar a explanação de Tucídides da lei da selva e deixar as coisas como são, ou podemos examinar cuidadosamente a evolução peculiar das relações EUA-América Latina, procurando provas de um sutil mas poderoso *mind-set* que impediu uma política baseada no respeito mútuo. Ali, nas

mentos dos funcionários dos EUA, encontraremos a explicação da política dos EUA num processo que mistura auto-interesse com o que os britânicos vitorianos chamavam seu Fardo do Homem Branco e os franceses, sua *mission civilisatrice*, um processo pelo qual um povo superior ajuda uma civilização mais fraca a superar os efeitos perniciosos de sua triste deficiência.

Um exame minucioso requer que analisemos como os funcionários dos EUA processam a informação que eles recebem sobre a América Latina. Despida de nuances, o processo é razoavelmente simples. Por exemplo, quando um funcionário do Departamento de Estado abre uma reunião com o comentário “temos um problema com o governo do Peru,” em menos de um segundo é evocada uma imagem mental de um Estado estrangeiro que é completamente diferente daquela que teria sido lembrada se o funcionário em questão tivesse dito, em contraste, “temos um problema com o governo da França.”

Qual é exatamente a diferença? Para começar, o Peru fica na América Latina, a “outra” América; a França fica no noroeste da Europa, o berço da cultura norte-americana dominante. O Peru é pobre; a França é rica. O Peru é fraco; a França tem armas nucleares. O Peru tem ruínas incas, que muitos consideram o auge do desenvolvimento naquela parte do mundo; a França tem antigas ruínas, também, mas tem também o Louvre. O Peru faz pisco; a França faz clarete. O Peru não é tão firmemente democrático; a França o é. O Peru é um aliado do Tratado do Rio, que, como aliança, é algo como uma brincadeira; a França é um aliado da OTAN, que é uma aliança muito séria. Na maior parte de nossa história, o Peru não contou muito nas relações internacionais; a França contou bastante. Estas diferenças podem ser elencadas quase infindavelmente, e cada responsável pela política terá uma lista ligeiramente (mas apenas ligeiramente) diferente. A lista pode ou não ser acurada; ela pode ou não ser justa. Mas a questão é que esta lista existe na mente de virtualmente todo funcionário dos EUA, e ela explica por que a política dos EUA em relação ao Peru é *fundamentalmente* diferente da política dos EUA em relação à França, a despeito do fato de que ambas as políticas são guiadas por auto-interesse.

As pesquisas de opinião pública atuais indicam que os contornos deste *mind-set* relativo à América Latina são compartilhados por um amplo espectro do público dos EUA. A iniciação de novos funcionários no estabelecimento de políticas é em grande parte um processo de refinamento desta coleção rude de crenças pela incorporação de informação adicional sobre a região e, ao mesmo tempo, pela organização, avaliação e interpretação desta informação de modo que ela se adapte à busca dos interesses dos EUA. O resultado é uma orientação mental específica que os funcionários usam para interpretar o desconcertante conjunto de incidentes e problemas que constituem os dados brutos das relações internacionais. Este é o *mind-set* que levou o Presidente Monroe a anunciar sua Doutrina, que impeliu o Presidente Polk a declarar guerra contra o México, que inspirou o Presidente Roosevelt a brandir um *Big Stick*, que induziu o Presidente Taft a implementar a Diplomacia do Dólar, que encorajou o Presidente Wilson a en-



sinar os latino-americanos a elegerem bons líderes, que sugeriu ao Presidente Kennedy estabelecer a Agência para o Desenvolvimento Internacional, que influenciou o Presidente Reagan a criar a Dotação Nacional para a Democracia, e que levou o Presidente Bush a chamar o Presidente da Nicarágua de um “cão indesejável a uma festa ao ar livre”.

## notas

---

1 Entrevista à Imprensa, 21 de fevereiro de 1985, *PPP, Ronald Reagan*, 1985, vol.1, p.200; Mensagem à Nação, 16 de março de 1986, *PPP, Ronald Reagan*, 1986, vol.1, p.354.

2 Entrevista à Imprensa, 28 de outubro de 1988, *PPP, George Bush*, 1989, vol.2, p.1410, 14.

3 Knox a Encarregado nicaragüense, 1 de dezembro de 1909, Records of the Division of Current Information, Confidential Publications, Information Series A, vol. 1, nº 6, NA ; Huntington Wilson a Whitelaw Reid, 1 de julho de 1901, 817.00/1147, NA M632/R6; Elijah Hise a John Clayton, 15 de setembro de 1849, e Henry Savage a James Buchanan, 5 de fevereiro de 1848, ambos sobre a Nicarágua, mas contendo Despachos da Guatemala, NA M219/R4.

4 William Hunter a John Forsyth, 12 de agosto de 1839, Despachos do Brasil, NA M121/R13.



## o confronto com a américa latina

Eles são vagabundos, sujos, grosseiros e, em suma, eu posso compará-los a nada mais do que um bando de porcos.

*John Quincy Adams, 12 anos de idade*

Foi preciso uma ordem direta do Presidente Monroe para fazer com que o Secretário de Estado John Quincy Adams reconhecesse os países recentemente independentes da América Latina. Em 1820, quando Henry Clay exigiu o reconhecimento, Adams escarneceu da idéia de desenvolver uma relação cooperativa com o povo da região, escrevendo em seu diário que “não há comunidade de interesses ou de princípios entre a América do Norte e a do Sul.”<sup>1</sup> No entanto, Adams e sua geração estavam conscientes de que os Estados Unidos e a América Latina compartilhavam, ao menos, o interesse em expulsar a Europa do Hemisfério Ocidental. Quando as guerras de independência latino-americanas irromperam uma década antes, este interesse estimulava o Presidente Madison a tratar os rebeldes com o que ele chamava de um espírito de “filantropia ampliada,” significava que ele permitiria que fornecedores norte-americanos lhes vendessem armas. Sempre mais objetivo, o Congresso anunciou abertamente seu “interesse amistoso” na independência da América Latina e, em seguida, o Secretário de Estado James Monroe notificava às potências européias que os Estados Unidos tinham “um interesse na independência das colônias espanholas.”<sup>2</sup>

Desde então, não fazia mais sentido declarar que os Estados Unidos não compartilhavam interesses com seus vizinhos. O comentário de John Quincy Adams provavelmente refletia a crença, comum entre seus contemporâneos, de que qualquer relacionamento com a América Latina seria difícil, porque princípios díspares governavam aqueles comportamentos. Adams não pretendia insultar; ele simplesmente estava salientando que os latino-americanos eram hispânicos, e que seu povo era anglo. Para Adams e sua geração, isto fazia toda a diferença do mundo.

A América Inglesa estava se expandindo rapidamente no início do século XIX, quando Adams completava meio século de serviço público. Os Estados

Unidos eram formados, nesta época, por 16 estados, e seus cinco milhões de cidadãos avançavam vigorosamente sobre a terra reivindicada por outros. Para o sul e sudoeste, eles partilhavam a fronteira com a colônia da Espanha, a qual moveu-se mais para o oeste, após a Espanha ter transferido a parte central do continente para a França, e Napoleão rapidamente tê-la revendido aos Estados Unidos, em 1803. A Aquisição da Lousiana foi apenas a primeira de diversas importantes transações de terras realizadas pelos Estados Unidos no século XIX. Em meados do século, a nação se estendia sobre o continente, formada, agora, por 31 estados e com mais de 23 milhões de cidadãos.

Dezoito novas nações foram criadas na América Latina durante este mesmo meio século. Em boa parte da região, a luta sangrenta pela independência foi significativamente mais dilaceradora do que a dos Estados Unidos e, uma vez livres do controle colonial, as repúblicas latino-americanas encontravam-se incapazes de criar estados efetivos, estavam enfraquecidas pela guerra e com as sociedades civis fragmentadas. Visitantes que chegavam a estas novas repúblicas, inclusive um primeiro encarregado dos EUA na Colômbia, desanimavam diante do desafio de forjar nações a partir de “vinte milhões de pessoas espalhadas sobre um continente sem rumo, separadas umas das outras por imensas porções de região desabitada, sem concordância, sem recursos, e totalmente ignorantes no que se refere aos princípios de um governo civil. Muitos concordavam com o lamento de Bolívar em seu leito de morte quando, olhando para a obra de sua vida, o Libertador concluiu que a América Latina republicana revertera ao “caos primevo.”<sup>3</sup>

Foi durante este meio século que funcionários em Washington começaram a criar o *mind-set* que continua a influenciar a política dos EUA em relação à América Latina. Inicialmente ele foi moldado por um interesse urgente de segurança: com a aproximação da Guerra de 1812, funcionários em Washington temiam que a Inglaterra pudesse tomar a possessão da Flórida Espanhola, uma base que podia comprometer o comércio dos EUA e a partir da qual podiam ser lançados ataques militares.<sup>4</sup> Desde 1808, os britânicos vinham combatendo ao lado dos espanhóis para expulsar Napoleão da Península Ibérica na renhida Guerra Peninsular – o conflito em que tropas irregulares espanholas aperfeiçoaram uma nova forma de combate e, no processo, acrescentaram o termo *guerrilla warfare* (guerra de guerrilhas) ao nosso vocabulário. Com a luta se arrastando, os espanhóis tornavam-se cada vez mais dependentes da ajuda britânica, e os ingleses, provavelmente, teriam conseguido a Flórida se a reivindicassem. Em meados do 1810, o Secretário de Estado Robert Smith advertiu os britânicos para que ficassem fora da Flórida; então, em setembro, o Congresso aprovou sua primeira declaração formal de política dos EUA em relação à América Latina, a Resolução de Não-Transferência: “os Estados Unidos, sob as circunstâncias peculiares da crise corrente, não podem, sem séria inquietação, ver qualquer parte da [Flórida Oriental] passar às mãos de qualquer potência estrangeira; e um devido cuidado com

sua própria segurança nos compele a providenciar, sob certas contingências, a ocupação temporária do território em questão.”<sup>55</sup>

Funcionários em Washington continuaram a se preocupar com a Flórida Espanhola quando a expansão dos EUA foi retomada depois da Guerra de 1812. “A Flórida Oriental em si não é nada,” argumentava o Secretário de Estado Monroe em 1815, “mas como um posto, nas mãos da Grã-Bretanha, ela é da maior importância. Dominando todo o Golfo do México, incluindo o Mississipi e seus afluentes, e os ribeirões para o Mobile, uma vasta parte das terras mais férteis e produtivas da União, das quais a navegação e o comércio dependem tão essencialmente, estaria sujeita a problemas.”<sup>56</sup> A Flórida era vista por Monroe exatamente como muitos de seus sucessores veriam outras partes da América Latina – como partes de uma terra sem atrativos que adversários poderiam usar como uma base para atacar os Estados Unidos.

Uma política de exclusão desses adversários parecia cada vez mais apropriada conforme se desenrolava a terceira década do século XIX. Sob a liderança do Príncipe austríaco Metternich, em 1821 a Santa Aliança aprovou o princípio da intervenção contra-revolucionária para abafar o republicanismo: “Estados que tenham passado por mudanças de Governo devido a revolução, cujos resultados ameaçam nossos Estados, *ipso facto* cessam de ser membros da Aliança Européia,” dizia o Protocolo de Troppau. “Se, devido a tais alterações, algum perigo imediato ameaçar outros Estados, as Potências se comprometem, por meios pacíficos ou, se necessário, pelo uso das armas, a trazer de volta o Estado culpado para o seio da Grande Aliança.” Pouco depois, o exército austríaco foi usado para esmagar revoluções republicanas em Nápoles e no Piemonte italiano, e em Verona, em 1812, a Aliança autorizou a França a destruir o constitucionalismo espanhol e restaurar a monarquia absoluta de Ferdinando. Com o Secretário de Estado John Quincy Adams e seus colegas preocupados com a possibilidade de as colônias do Novo Mundo rebeladas contra a Espanha serem as próximas a serem trazidas de volta ao seio da Grande Aliança, no fim de 1823, o Presidente Monroe anunciou sua doutrina seminal numa mensagem ao Congresso; e durante quase dois séculos essa doutrina permaneceu como princípio fundamental da política externa dos EUA.

Mas segurança nacional não era o único interesse com relação à América Latina para os homens da geração de John Quincy Adams, pois a região também continha produtos para os consumidores norte-americanos e mercados para os produtores dos EUA. A despeito das políticas mercantis restritivas espanholas, o comércio entre as colônias da Espanha e os Estados Unidos havia florescido na segunda metade do século XVIII, e em 1781 o Congresso Continental designou Robert Smith como seu primeiro agente especial na América Latina “para residir em Havana, administrar as preocupações ocasionais do Congresso, ajudar comerciantes americanos com sua assistência, e implementar negócios com o Governo Espanhol.”<sup>57</sup> Ao mesmo tempo, comerciantes de New England e do Atlântico central desenvolviam mercados nos pontos mais distantes do hemisfério, especial-

mente após as guerras napoleônicas terem afastado os comerciantes europeus dos mercados latino-americanos. Na virada do século XIX, quase um terço de todas as exportações dos EUA iam para as colônias européias na América Latina e no Caribe; então, quando irromperam as guerras de independência latino-americanas, este comércio multiplicou-se. Não demorou muito para que mercadores ianques de cidades portuárias politicamente poderosas se acostumassem a explorar mercados que estavam fechados pelas políticas restritivas da Espanha, e eles voltaram-se ao governo dos EUA para ajudá-los a manter os mercados abertos. “A situação destes países deixou-os abertos para outras nações, e entre os demais com estes Estados Unidos,” escreveu John Quincy Adams em 1818; pouco depois, ele informava a Santa Aliança contra-revolucionária que “não podemos aceitar nem aprovar interferência para restaurar qualquer parte da supremacia espanhola, em quaisquer das províncias sul-americanas.”<sup>8</sup>

Procurando, então, proteger a segurança da nação e promover seus interesses econômicos, funcionários em Washington dispuseram-se a estabelecer relações com a recém-independente América Latina. Eles conheciam (ou pensavam conhecer) bastante o caráter básico do povo que habitava a região, e ninguém era mais confiante no seu conhecimento do que o mais influente encarregado da política estrangeira dos EUA da era da independência latino-americana, John Quincy Adams, Secretário de Estado de 1817 a 1825 e Presidente de 1825 a 1829. Pouco antes de iniciar o processo de reconhecimento da independência das repúblicas latino-americanas, Adams disse a Henry Clay que os latino-americanos “careciam dos elementos básicos de governo bom ou livre. O poder arbitrário, militar e eclesiástico, estava estampado na educação, nos hábitos e, sobretudo, em todas instituições. A dissensão civil infiltrava todos os princípios seminais. Guerra e destruição mútua estavam presentes em cada elemento da organização, moral, política e física.”<sup>9</sup>

As opiniões de John Quincy Adams tinham sua origem em sua formação na New England do século XVIII e, em particular, nas concepções de seu pai, que sentia apenas desprezo por todos os hispânicos. Quase ao mesmo tempo em que seu filho conversava com Clay, o velho Adams, então com 85 anos de idade, escrevia a Jefferson que “um governo livre e a religião católica romana não podem jamais existir juntos em nenhuma nação ou país e, conseqüentemente, todos os projetos para reconciliá-los na velha ou na nova Espanha são utópicos, platônicos e quiméricos. Eu vi tal prostração e prostituição da Natureza Humana em relação ao Clero na velha Espanha que acabei por formar meu julgamento há muito tempo atrás, e tenho para mim que na nova Espanha é ainda pior, se é que tal coisa é possível.”<sup>10</sup> A referência de Adams a “muito tempo atrás” tratava de uma viagem no meio do inverno pelo norte da Espanha entre 1779-1780 – uma viagem tão exasperante que, ao cruzar a fronteira para a França, ele escreveu: “nunca um prisioneiro que escapou da prisão ficou mais deliciado do que eu, pois tudo era limpo, em comparação com qualquer coisa que eu tivesse encontrado em qualquer parte da Espanha.” Em combinação com esta formação anticatólica,

a experiência, singularmente desagradável de John Adams na Espanha, influenciou claramente sua atitude em relação à América Latina. Subseqüentemente ele conheceu poucos hispânicos e virtualmente nenhum habitante da América Latina, mas o molde estava fundido: três décadas depois de sua desafortunada viagem, John Adams escrevia que “o povo da América Latina é o mais ignorante, o mais fanático e o mais supersticioso de todos os católicos romanos na Cristandade”; em conseqüência disto, tentativas de estabelecer governos democráticos na região recém-independente eram “tão absurdas como seriam planos semelhantes para estabelecer democracias entre os pássaros, animais e peixes”.<sup>11</sup>

O jovem John Quincy Adams acompanhou seu pai na malfadada viagem pelo norte da Espanha. O diário de John Quincy aos 12 anos de idade enfatizava a população tosca daquele país (“eles são vagabundos, sujos, grosseiros e, em suma, eu posso compará-los a nada mais do que um bando de porcos”); sua pobreza opressiva, suas habitações imundas (“eles nunca lavam nem varrem o chão”); e especialmente seu catolicismo repressivo. “Pobres criaturas, são devoradas pelos padres. Perto de três quartos do que ganham vai para o clero e com o quarto restante devem viver como puderem. Assim é este reino inteiro enganado e iludido pela sua religião. Dou graças a Deus Todo-Poderoso por eu ter nascido num país onde qualquer um pode viver bem se quiser”.<sup>12</sup>

John Quincy foi também influenciado por uma outra figura de grande porte da geração de seu pai, Thomas Jefferson, com quem desenvolveu uma amizade em Paris entre 1784 e 1785. Uma passagem do diário relata: “passei a tardinha com Mr. Jefferson com quem gosto de estar, porque ele é um homem de grandes conhecimentos e maneiras agradáveis”.<sup>13</sup> A mente excepcionalmente inquisitiva de Jefferson incluía regularmente a exploração de assuntos relacionados à América Latina – ele contou a John Quincy Adams que havia aprendido espanhol durante uma vigem marítima de 19 dias; encontrou-se com revolucionários do Brasil e do México na Europa durante a década de 1780; e em 1787 ele incumbiu o encarregado dos EUA em Madri de comprar livros para sua biblioteca, indicando seu interesse por volumes espanhóis sobre o Novo Mundo e, se possível, informações sobre a idéia de um canal através do Panamá. Estes contatos iniciais levaram Jefferson a uma avaliação pessimista no fim da década de 1780: “o vislumbre que temos da América do Sul nos possibilita apenas ver que seus habitantes são mantidos sob a pressão acumulada da escravidão, superstição e ignorância”.<sup>14</sup>

O conhecimento de Jefferson sobre a América Latina foi ampliado pelo contato com pessoas que tinham informações de primeira mão sobre a região. A American Philosophical Society (da qual Jefferson foi presidente de 1797 a 1814) estabeleceu relações com intelectuais no México e em Cuba, e Jefferson mantinha relações com o abade José Francisco Correia da Serra, um naturalista português que foi nomeado ministro português-brasileiro em Washington, em 1816. O abade freqüentava Monticello com tal regularidade que a neta de Jefferson referia-se a um quarto do primeiro andar como “o quarto do abade Correia”; e embora Jef-

erson não tivesse se encontrado com Francisco de Miranda quando o patriota venezuelano passou 19 meses nos Estados Unidos, de meados de 1783 até o fim de 1784, os dois se encontraram quando Miranda parou em Washington voltando da Europa para casa no fim de 1805. Talvez quem mais tenha influenciado a visão de Jefferson sobre a América Latina tenha sido o naturalista alemão Alexander von Humboldt, que passou pelos Estados Unidos em seu retorno à Europa depois de cinco anos explorando a América espanhola. Os dois rapidamente desenvolveram uma amizade fácil e, em meados de 1808, Humboldt enviou a Jefferson um exemplar de seu *Essai politique sur le royaume de la Nouvelle Espagne*.<sup>15</sup>

A informação obtida através destes relacionamentos levou Jefferson a concluir que a independência parcial seria o melhor para a América Latina – “um acordo com a Espanha, sob a garantia da França, Rússia, Holanda e Estados Unidos, permitindo à Espanha uma supremacia nominal, com autoridade apenas para manter a paz entre eles, deixando-os, por outro lado, com todos os poderes de autogoverno até que sua experiência, emancipação do clero e um maior progresso em informação, os preparassem para independência completa.”<sup>16</sup>

Em acréscimo às concepções de Jefferson sobre a América Latina, John Quincy Adams foi influenciado por relatórios de antigos agentes dos EUA na América Latina, o mais interessante era o de Joel Roberts Poinsett, um notável sualista cosmopolita que é lembrado principalmente por trazer a flor natalina mexicana, *nochebuena*, para os Estados Unidos, onde a rebatizou como *poinsettia*. No início de 1811, uma década antes de sua indicação para o México, Poinsett foi enviado pelo Presidente Madison a Buenos Aires e em seguida ao Chile, onde seu profundo envolvimento na política revolucionária levou as autoridades locais a declará-lo *persona non grata*. Seis anos mais tarde, quando o Secretário de Estado Adams pediu que Poinsett escrevesse suas observações sobre o Cone Sul, ele pareceu otimista em relação ao futuro distante mas cético quanto às perspectivas imediatas: “O espírito de litígio penetra todas as classes,” relatou ele; “os advogados são um corpo numeroso; e a prática não é, como nos Estados Unidos, um chamado aberto à justiça imparcial, mas a arte de multiplicar atos e procrastinar decisões até que o favor do juiz seja assegurado por influência e suborno.” Poinsett constatou que os líderes políticos *criollos* de Buenos Aires eram especialmente desprovidos de princípios (“nada além de baixa esperteza, truques e artifício”), e por isso as revoluções eram freqüentes.<sup>17</sup>

Um outro observador da América Latina era Alexander Scott, o primeiro funcionário de ajuda estrangeira dos EUA, que foi enviado à Venezuela em 1812 com seis barcos carregados de farinha para aliviar o sofrimento causado por um dos terremotos mais devastadores da história, no qual trinta mil pessoas pereceram. Na época, os venezuelanos estavam em rebelião aberta contra a Espanha, mas Scott logo concluiu que nem os revolucionários nem a calamidade natural eram responsáveis pelas condições que ele observou. O problema, ele relatou, era que os habitantes da Venezuela eram “tímidos, indolentes, supersticiosos e in-



capazes de empreendimento ou esforço. A considerar os hábitos correntes morais e intelectuais de todas as classes, temo que eles não tenham ainda chegado àquele ponto da dignidade humana que torna o homem adequado à fruição do governo livre e racional.”<sup>18</sup>

Sentindo a necessidade de informação nova, em 1817, o Presidente Monroe designou John Graham e Caesar Augustus Rodney como enviados à América Latina. O Secretário de Estado Adams acrescentou um terceiro membro, Theodorick Bland, um juiz de Baltimore, e acompanhados de um secretário eles partiram para a Argentina. A comissão chegou a Buenos Aires no início de 1818, observou as condições por dois meses, e então retornou aos Estados Unidos e redigiu três relatórios separados. Rodney mantinha a visão mais positiva. Ele notou que os argentinos “parecem ser um povo amigável e interessante. Eles são considerados galantes e humanos; possuidores de inteligência, capazes de grandes esforços e perseverança, e manifestando uma ardente devoção à causa da liberdade e da independência.” A revolução contra a Espanha havia “despertado o gênio do país por tanto tempo adormecido,” e “o espírito de aperfeiçoamento pode ser visto em todas as coisas.” Graham tinha uma opinião menos favorável, observou um “caráter de indolência” entre as classes mais baixas argentinas, mas acreditava que as classes média e alta eram “mais empreendedoras e ativas. Suas maneiras são sociais, amistosas e polidas. Em talentos, eles são conhecidos como não inferiores a nenhum outro povo; e deram provas de que são capazes de grandes e perseverantes esforços, de que são ardentemente ligados a seu país, e calorosamente adeptos da causa da independência.” Bland (que viajou também para o Chile) era muito crítico. Ele queixou-se de quase tudo, especialmente “das embotadas instituições políticas e eclesiásticas” de Buenos Aires.<sup>19</sup>

John Quincy Adams leu cuidadosamente todos os três relatórios, descartou a visão positiva de Rodney (“um partidário entusiástico da causa da América do Sul, mas trazendo muito pouca informação adicional à que nós já temos”) e aceitando o relatório crítico de Bland (“informação mais sólida, e reflexão mais profunda e abrangente, do que todos os demais relatórios juntos”).<sup>20</sup> A escolha de Adams não se baseava apenas numa predisposição, pois naquele momento a análise de Bland sobre Buenos Aires estava sendo reforçada por despachos de outros agentes dos EUA. Um agente comercial, Thomas Lloyd Halsey, que há vários anos enviava avaliações predominantemente negativas a Washington, tinha uma visão particularmente crítica dos líderes argentinos, notando a ausência “daqueles patriotas capazes e desinteressados que levaram o povo dos Estados Unidos à feliz independência por eles conquistada.”<sup>21</sup> Relatórios igualmente negativos vinham do Chile, onde o Cônsul John Prevost caracterizava a constituição da nação como um “instrumento tosco, complicado e indefinido”; e onde o agente comercial dos EUA em Valparaíso notava que “Integridade, Honra, Verdade, ou Justiça, é algo tão pouco compreendido como a palavra Patriotismo, que é manipulada apenas para acobertar atos de despotismo e injustiça.”<sup>22</sup>

Avaliações positivas ocasionais passavam pela mesa de Adams, tais como aquelas de William G.D. Worthington em Buenos Aires e Santiago. Mas do mesmo modo que ignorara Rodney, o Secretário de Estado descartou sumariamente Worthington,<sup>23</sup> aceitando, ao invés, as opiniões de enviados como o Cônsul Robert Lowry, que escreveu da Venezuela que “este povo é mal preparado para os direitos da liberdade civil, e o fermento do despotismo espanhol contaminou seus dirigentes atuais, do mesmo modo que fez com seus antigos senhores.” Mesmo a monarquia portuguesa no Brasil “degenerou para uma completa efeminação e voluptuosidade,” relatava o cônsul dos EUA no Rio. “Difícilmente uma sociedade em pior estado pode ser encontrada em algum lugar além deste país; onde o clima também excita a todo tipo de depravação e delinqüência.”<sup>24</sup>

John Quincy Adams se descrevia como “um homem de maneiras reservadas, frias, austeras e severas,” não era, portanto, o tipo de pessoa ansiosa para associar-se a depravados ou delinqüentes.<sup>25</sup> Até 1821, ele tinha uma desculpa perfeita para manter distância: o reconhecimento da independência da América Latina, alegava, prejudicaria a ratificação espanhola do tratado de fronteiras, que cedia a Flórida Oriental aos Estados Unidos, aceitava as reivindicações dos EUA com respeito a Flórida Ocidental, e definia não apenas as fronteiras a sudoeste da Louisiana, mas também seu curso noroeste para o paralelo 42 e daí para o Oceano Pacífico. O Senado ratificou o tratado Adams-de Onís unanimemente no início de 1819, mas os espanhóis, convulsionados por intrigas domésticas e européias, postergaram a ratificação até fevereiro de 1821. Uma vez isto ocorrido, Adams já não tinha um bom argumento para opor-se ao Presidente Monroe e outros que consideravam imprudente ignorar o fato da independência da América Latina e, em meados de 1822, o processo de reconhecimento teve início com o relutante Secretário de Estado apresentando o envelhecido patriota colombiano, Manuel Torres, ao Presidente Monroe. Em dezembro os Estados Unidos estabeleceram relações diplomáticas com o México, depois com o Chile, as Províncias Unidas do Rio da Prata e o Império brasileiro. No final do mandato de Adams como Secretário de Estado, no início de 1825, cinco das 13 legações dos EUA estavam na América Latina.

Cada um dos novos enviados precisava de instruções, e esta tarefa forneceu a Monroe e Adams a primeira oportunidade formal para delinear a política do EUA em relação à América Latina independente. Os diplomatas foram instruídos a encorajar o republicanismo, desencorajar a pirataria e obter liberdade de expressão religiosa para cidadãos dos EUA. Embora eles fossem instruídos para obter igualdade comercial com outros Estados que também tinham interesses comerciais na América Latina, tarefa que acabou consumindo a maior parte do tempo deles, não se esperava dos enviados que eles desenvolvessem novos mercados. Adams disse a Caesar Augustus Rodney, o primeiro ministro enviado à Argentina, que “nosso próprio contato comercial com Buenos Aires não deve ser muito considerável,” e portanto ele não podia “perceber a necessidade de negociar um tratado de comércio.” De modo semelhante, ele instruiu Richard Ander-

son, o primeiro ministro para a Gran Colômbia (hoje Colômbia, Venezuela e Equador), de que “como nações produtoras e navegadoras, os Estados Unidos e a Colômbia serão mais concorrentes e rivais do que clientes um do outro.” Ambos os enviados foram alertados sobre a situação política instável. Rodney foi avisado de que os argentinos tinham “um anseio pela Monarquia” que “produzia dissenções tumultuadas, guerras civis sangüinárias, execuções abomináveis, acompanhadas de prisões arbitrárias, persistia ali uma imprensa submissa e pervertida, e aniquilação total de toda liberdade civil e segurança pessoal.” Procurando atualizar Rodney sobre os eventos em Buenos Aires desde sua comissão sul-americana de cinco anos atrás, Monroe e Adams enfatizaram que a Argentina “havia passado por muitas mudanças de governo, violentas usurpações de autoridade e deposições pela força; sem ter chegado, como sabemos, até hoje, a algum estabelecimento legal de poder pelo único modo que poderia ser efetuado – uma constituição formada e sancionada pela voz do povo.”<sup>26</sup>

Entre estas instruções havia as crenças sobre a política externa de John Quincy Adams e sua geração. Uma afirmação enfocava o caráter de isolamento geográfico, uma vez que a Guerra de 1812 havia convencido os governantes dos EUA de sua vulnerabilidade. Nos anos em seguida, todos esperavam que os ingleses protegessem e, se possível, expandissem suas possessões coloniais que circundavam boa parte dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, funcionários dos EUA estavam conscientes de que os Estados da América Latina, enfraquecidos pela guerra, ofereciam à Santa Aliança um alvo tentador – uma consciência que se tornava mais preocupante pela convicção de que os latino-americanos eram incapazes de se defender, e que muitos deles, monarquistas de coração, não reconheciam a necessidade de fazê-lo. Em consequência, cada novo ministro era instruído a prevenir-se contra os ardis europeus.<sup>27</sup>

Ao lado destas crenças sobre as intenções européias e a incapacidade ou indisposição dos latino-americanos de se defender, havia a convicção de que um profundo abismo separava o caráter anglo do hispano-americano – a ausência de princípios em comum que John Quincy Adams havia mencionado a Henry Clay em 1820. No caso de Adams, a matéria-prima desta crença vinha de diversas fontes: de sua formação inicial na New England protestante, de suas breves viagens quando criança ao norte da Espanha, do contato com os principais líderes políticos e intelectuais da nação, e dos relatórios dos enviados dos EUA. Estas influências levaram Adams a concluir que os Estados Unidos deviam ter o mínimo possível de relações com os povos da América Latina; ele ridicularizou a sugestão do abade Correia para que os Estados Unidos e Portugal criassem um “sistema americano” a fim de deter a pirataria: “Quanto a um sistema americano, nós o temos; nós constituímos sua totalidade.” Em outra ocasião, Adams escreveu que ele “tinha pouca esperança de qualquer resultado benéfico para este país (os EUA) de qualquer futura conexão com eles (os latino-americanos), política ou comercial. Não devemos esperar nenhum aperfeiçoamento para nossas próprias instituições a partir de qualquer comunhão com as deles.”<sup>28</sup>

Sem esperança com relação ao futuro da América Latina e com a Doutrina Monroe anunciada e (até o momento) incontestada, em 1824 Adams desviou seu enfoque para a política dos EUA e sua candidatura à presidência. Foi uma disputa entre quatro pretendentes, nenhum dos quais pôde dispor de maioria absoluta no colégio eleitoral. Com a responsabilidade de selecionar o Presidente transferida para a Câmara dos Deputados, um dos quatro, Henry Clay, deu seu apoio a Adams com o objetivo de bloquear as ambições de Andrew Jackson, que detinha uma pluralidade de votos tanto populares quanto do colégio eleitoral. Em troca, Adams nomeou Clay seu Secretário de Estado, que, na época, era a posição do possível herdeiro à presidência.

Oito anos antes, Clay havia almejado a posição de Secretário de Estado quando servia como Presidente da Assembléia Legislativa, e seu desapontamento com a escolha de Adams refletiu-se num rancor geral para com a administração.<sup>29</sup> Um importante ponto da desavença era a insistência com que Clay requeria o pronto reconhecimento das novas repúblicas latino-americanas, uma disputa que culminara em 1818, logo depois de Monroe solicitar ao Congresso que pagasse as despesas da comissão de três membros à América Latina. Clay replicou com uma moção para fundos apropriados para o estabelecimento de uma legação em Buenos Aires, que por certo seria o equivalente ao reconhecimento da república Argentina e, na visão de Adams, um golpe prejudicial em suas delicadas negociações com a Espanha. O discurso de quatro dias que Clay pronunciou em solicitação desta verba foi muito além das relações EUA-Argentina. Ele exigia que a administração agisse não somente no sentido de tomar a Flórida Oriental, mas também no de reconhecer imediatamente a independência de todas as colônias rebeldes da Espanha, considerando a neutralidade “um ato em benefício de sua majestade o rei da Espanha.” Após um áspero debate, a proposta do Presidente da Assembléia Legislativa foi rejeitada por uma margem humilhante de 45 a 115 votos.<sup>30</sup>

A gestão de Clay como Secretário de Estado de Adams não foi mais bem sucedida; de fato, a indignação dos jacksonianos ante o que eles consideravam uma barganha corrupta foi suficiente para paralisar a presidência de Adams. Quando o 19º Congresso que fora eleito em 1824 junto com Adams, finalmente reuniu-se em 5 de dezembro de 1825, a oposição estava à espera de qualquer questão que lhes desse uma oportunidade para atacar seus dois inimigos simultaneamente. A oportunidade apareceu no início de 1826 quando, em sua primeira iniciativa com relação à política externa da sessão, a administração solicitou ao Congresso autorização para participar da conferência interamericana de Bolívar no Panamá. A Câmara começou a considerar o pedido em 1 de fevereiro e continuou suas deliberações até 25 de abril, dedicando 19 dias ao assunto. O Senado começou em meados de fevereiro com quatro dias de procedimentos executivos, seguidos por quatro dias de debates públicos, com o dia final da discussão ocupando uma quantidade extraordinária de 195 páginas do *Congressional Globe*.<sup>31</sup> As condutas foram grosseiras, e a certa altura o Senador pela Virgínia,

John Randolph, ultrapassou os limites da conveniência caracterizando o Presidente Adams e seu Secretário de Estado como “o puritano e o trapaceiro.” Ofendido por esta alegação de que ele havia trapaceado ao trocar seus votos eleitorais pelo cargo de secretário, Clay desafiou Randolph para um duelo. Os ânimos já haviam esfriado quando chegou o momento em 8 de abril de 1826, e Randolph atirou para o ar. Clay também atirou por cima da cabeça de seu adversário, e então, ainda irritado, ele recarregou e disparou abrindo um buraco no sobretudo de Randolph.

Assuntos de homens, por certo, e todos reconheceram que nem este machismo ianque nem o acalorado debate no Congresso tinham muito a ver com a prudência de comparecer a uma conferência internacional. Pelo contrário, o debate fora um exemplo precoce de um aspecto agora comum da política dos Estados Unidos em relação à América Latina: a tendência de disputas políticas domésticas dos EUA influírem nas relações interamericanas. Isto já havia sido visto na disputa Clay-Adams sobre o reconhecimento das repúblicas latino-americanas que fora em grande parte uma luta pela liderança dos *Whigs*\* e que estava por trás tanto do discurso pró-reconhecimento de Clay de maio de 1821 em Lexington, Kentucky, como na resposta cáustica de Adams de 4 de julho. No caso da conferência do Panamá, as disputas eram sobre duas questões domésticas: escravidão (a agenda do Panamá incluía considerações sobre o reconhecimento do Haiti) e o “roubo” da Casa Branca por Adams e Clay. No fim, nem os defensores da escravidão nem os irados jacksonianos puderam impedir a participação dos EUA, mas eles fizeram Adams e Clay lamentarem ter proposto mandar uma delegação ao Panamá.<sup>32</sup>

A Conferência do Panamá aconteceu menos de dois meses depois do Congresso fornecer sua aprovação. Um dos dois delegados dos EUA, Richard Anderson (o ministro dos EUA para a Colômbia), adoeceu no Rio Magdalena e morreu em Cartagena; temendo a mesma febre tropical, o outro nunca deixou os Estados Unidos. Esta foi provavelmente uma sábia decisão, pois na época o Panamá era um horror em termos de saúde pública, com delegados sucumbindo ao vômito negro, que era fatal para a vítima e desagradável de se ver. O Congresso

\* O partido *Whig* foi um dos dois partidos dominantes nos Estados Unidos entre as décadas de 1830 e 1850. O outro era o Partido Democrata. Baseado em aspectos conservadores do Leste do país, o partido *Whig* era composto por muitas facções unidas com objetivo de combater Andrew Jackson do Partido Democrata, que clamava pelos valores do “homem comum” do Oeste. Os democratas exigiam autonomia dos estados, descentralização governamental, igualdade na política e nas oportunidades econômicas, criticavam o conservadorismo do Leste. No período de Jackson, parte dos estados norte-americanos adotou o sufrágio para todo homem branco, já que até então o critério para o voto era o do indivíduo proprietário, critério este defendido pelos *Whigs*.

O Partido *Whig* se desintegrou durante o debate sobre a abolição da escravidão e a anexação do Texas. No entanto, pode-se dizer que em algumas facções dos *Whigs* estava o germe do Partido Republicano atual. Depois da Guerra civil, os partidos norte-americanos, inclusive o Democrata, passaram por transformações. (N.T.)

reuniu-se apenas brevemente, sendo então adiado para reassumir deliberações no início de 1827 em Tacubaya, perto da Cidade do México.<sup>33</sup> Dois enviados dos EUA estavam presentes, mas as condições políticas instáveis de outras nações participantes impediram que o Congresso se reunisse.

Nesta época, o Secretário de Estado Clay demonstrava pouco de seu antigo entusiasmo pela América Latina, tendo seu ardor arrefecido pelos relatórios que recebia da região. Típicos eram os despachos de Heman Allen, o primeiro representante dos EUA no Chile, todos enfatizavam um único tema: “em seu avanço rumo à civilização, a região é tida por muitos como tendo retrocedido em sua marcha.”<sup>34</sup> Outras descrições eram igualmente desoladoras. Beaufort Watts vinculava o colombiano típico a “um animal obediente que mostra afeição quando castigado”; e de Lima, o Cônsul William Tudor avaliava o Libertador Simón Bolívar como “ardoroso, veemente, arrogante; com paixões incontroláveis e irrestritas por quaisquer princípios público ou privado: e com freqüentes arroubos de franqueza ou indiscrição, ele é capaz de mais profunda, solene, hipocrisia. Ele considera as palavras como inteiramente subordinadas, em qualquer forma ou profissão de fé, à promoção de seus desígnios.” Um despacho de 1827 do sucessor de Heman Allen no Chile apreendia perfeitamente a imagem geral que chegava a Washington: “a situação dos novos Estados é muito menos promissora do que era há alguns anos atrás...a liberdade, temo, estará por algum tempo imersa em anarquia, despotismo e governos militares.”<sup>35</sup>

Diante dessas avaliações vindas de todos os cantos da região, o antigo entusiasmo de Henry Clay pela independência da América Latina mais do que declinou; esvaneceu-se. Os espanhóis haviam sido expulsos, a ameaça de interferência de outras potências européias aquietara-se, e os interesses comerciais dos EUA estavam tão seguros quanto se poderia desejar. Na medida em que parecia haver pouco a ganhar dando mais atenção à região, Clay simplesmente notificou aos representantes dos EUA que “toda expressão de desprezo pelos latino-americanos por seus hábitos, civis ou religiosos, toda insinuação de incompetência de sua população para o autogoverno, deveria ser diligentemente evitada,”<sup>36</sup> e com isto ele encerrava o primeiro capítulo na história da política dos Estados Unidos em relação à América Latina.

## notas

1 Diário de JQ Adams, 19 de setembro de 1820, *Memoirs of John Quincy Adams, Comprising Portions of His Diary from 1795 to 1848*, Charles Francis Adams, ed., 12 vols. (Philadelphia: J.B. Lippincott, 1874-1877), vol.5, p. 176.

2 A mensagem de Madison ao Congresso de 1811 está reproduzida em *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.1, p.494; a resolução de dezembro de 1811 da comissão do Congresso está em *Annals of Congress*, 12th. Cong., 1st Sess., p.427-8; a notificação do Secretário de Estado de Monroe às potências européias é discutida em

Monroe a Alexander Scott, 14 de maio de 1812, em Congresso dos EUA, Câmara, Relatório da Câmara 72, 20th Cong., 2nd Sess., 10 de fevereiro de 1829, p.9.

3 Beaufort T. Watts a Henry Clay, 10 de março de 1828, Despachos da Colômbia, NA T33/R4; Bolívar a Juan José Flores, 9 de novembro de 1830, *Cartas del Libertador*, 2a. ed., 8 vols. (Caracas: Banco da Venezuela, 1964), vol.7, p.587.

4 Para um exemplo deste temor, ver Jefferson ao General John Armstrong, 17 de julho de 1797, *The Writings of Thomas Jefferson*, Albert Ellery Bergh, ed., 20 vols. (Washington, D.C.: The Thomas Jefferson Memorial Association, 1903-1904), vol.11, p.284; para um exemplo do temor antecedente à guerra de 1812, ver Madison para William Pinkney, 30 de outubro de 1810, *The Writings of James Madison*, Gaillard Hunt, ed., 9 vols. (New York: G.P. Putnam's Sons, 1900-1910), vol. 8, p.121.

5 Smith to William Pinkney, 13 de junho de 1810, e uma segunda advertência, 22 de janeiro de 1811, Instruções a Ministros dos EUA, NA M77/R2; a Resolução de Não-Transferência é 2 Stat. 666; para a discussão pública no Congresso sobre a Resolução, ver *Annals of Congress*, vol.22, p.369-80, 486, 1117-48; para o registro confidencial, ver David Hunter Miller, *Secret Statutes of the United States: A Memorandum* (Washington, D.C.: GPO, 1918).

6 Monroe a JQ Adams, 10 de dezembro de 1815, Instruções a Ministros dos EUA, NA M77/R3.

7 *Journals of the Continental Congress* 20 (junho de 1781), p.705.

8 JQ Adams a Albert Gallatin, 19 de maio de 1818, Instruções a Ministros dos EUA, NA M77/R3; ASP, vol.4, p. 818-9; JQ Adams a Smith Thompson, 20 de maio de 1819, Correspondência Doméstica, NA M40/R15; para a concepção dominante no Congresso, ver discurso de Gideon Tomlinson, *Annals of Congress*, 18th Cong., 1st Sess. (13 de fevereiro de 1824), esp. p.1508.

9 Diário de Adams, 9 de março de 1821, *Memoirs of John Quincy Adams*, vol.5, p.325.

10 Adams a Jefferson, 3 de fevereiro de 1821, *The Adams-Jefferson Letters: The Complete Correspondence between Thomas Jefferson and Abigail and John Adams*, Lester J. Cappon, ed. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988), p. 571.

11 A viagem através da Espanha é relatada em *Diary and Autobiography of John Adams*, L.H. Butterfield, ed., 4 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1961), vol.2, p.417-27; vol.4., p.238; vol.6, p.240; Adams a James Lloyd, 27 e 30 de março de 1815, *Works of John Adams*, Charles Francis Adams, ed., 10 vols. (Boston: Little, Brown, 1850-1856), vol.10, p.144-5, 150.

12 Diário de JQ Adams, 24 de dezembro de 1779 a 7 de janeiro de 1780, *Diary of John Quincy Adams*, Robert J. Taylor e Marc Friedlaender, eds., 2 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1981), vol.1, p.17-27.

13 Diário de JQ Adams, 11 de março de 1785, *Diary of John Quincy Adams*, vol.1, p.233; para a visão do pai de J Q. Adams, ver J. Adams a Jefferson, 22 de janeiro de 1825, *Adams-Jefferson Letters*, p.606-7. A família Adams estava vivendo em Paris quando Jefferson chegou em agosto de 1784; eles mudaram-se para Londres em maio de 1785.

14 Thomas Jefferson, *Notes on the State of Virginia* (Philadelphia: R.T. Rawle, 1801 edição de 1787 original), p.71s. Sobre a afirmação a propósito do aprendizado da língua, ver a anotação de 23 de novembro de 1804 no diário de Adams, *Memoirs of John Quincy Adams*, vol.1, p.317; ver também Jefferson a Peter Carr, 10 de agosto de 1787, *The Papers of Thomas Jefferson*, Julian P. Boyd, ed. (Princeton: Princeton University Press, 1950+), vol.12, p.14.

15 Evidência da influência de Humboldt pode ser encontrada na nota de agradecimento de 6 de março de 1809, *Writings of Thomas Jefferson*, vol.12, p.263. John Quincy Adams tam-

bém teve a oportunidade de aprender com Humboldt, quando freqüentou um dos seminários do naturalista em Paris, no início de 1815. Para evidência de que a visão positiva de Humboldt dos latino-americanos não se perdeu entre a audiência norte-americana, ver *Political Essay*, provavelmente escrito por Samuel Latham Mitchell, *New York Medical Repository* 3 (maio, junho e julho de 1812), p.350-1.

16 Jefferson a Lafayette, 14 de maio de 1817; ver também Jefferson a Adams, 22 de janeiro de 1821; Jefferson a Humboldt, 6 de dezembro de 1813, *Writings of Thomas Jefferson*, vol.15, p.117, 70, 309; vol.9, p.430-1; para a visão pessimista de Jefferson sobre os latino-americanos, ver Jefferson a Thaddeus Kosciusko, 13 de abril de 1811; Jefferson a Monsieur Dupont De Nemours, 15 de abril de 1811; Jefferson a Humboldt, 6 de dezembro de 1813, *Writings of Thomas Jefferson*, vol.13, p.40, 43; vol.14, p.21.

17 Poinsett a JQ Adams, 4 de novembro de 1818, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3.

18 Alexander Scott a James Monroe, 16 de novembro de 1812 e 1 de janeiro de 1813, Cartas Consulares de La Guaira, NA M84/R1; para a penosa experiência de Scott, ver Congresso dos EUA, Câmara, Relatório do Congresso 72, 20th Cong., 2nd Sess., 10 de fevereiro de 1829. As instruções de Scott estão equivocadamente arquivadas em Monroe a Scott, 14 de maio de 1812, Comunicações sobre Agentes Especiais, NA M37/R4.

19 Rodney a JQ Adams, 5 de novembro de 1818; Graham a JQ Adams, 5 de novembro de 1818; Bland a JQ Adams, 2 de novembro de 1818, *ASP*, vol.4, p.219, 225, 295, 282.

20 *Memoirs of John Quincy Adams*, vol.6, p.156, 9, 60; vol.4, p.388. Um quarto relatório foi escrito pelo secretário da comissão, Henry M. Brackenridge, e publicado como *Voyage to South America, Performed by Order of the American Government in the Years 1817 and 1818*, 2 vols. (Baltimore: Cushing, 1819).

21 Halsey a Monroe, 20 de abril de 1816 e 3 de julho de 1816, Despachos Consulares de Buenos Aires, NA M70/R1; ver também Forbes a JQ Adams, 24 de janeiro de 1824, Despachos Consulares de Buenos Aires, NA M70/R3; Forbes a Henry Clay, 18 de setembro de 1825, Despachos da Argentina, NA M69/R3.

22 Prevost a JQ Adams, 10 de junho de 1818 e (do Peru) 27 de novembro de 1823, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3; Hogan a JQ Adams, 8 de julho de 1823 e 23 de julho de 1823, Despachos Consulares de Valparaíso, M146/R1; para um exemplo anterior das mesmas concepções, ver Poinsett a Monroe, 20 de fevereiro de 1813, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3.

23 Worthington a JQ Adams, 4 de julho de 1818. Despachos da Argentina, NA M69/R1; Diário de JQ Adams, 28 de março e 3 de novembro de 1818, *Memoirs of John Quincy Adams*, vol.4, p.70, 158-9.

24 Lowry a JQ Adams, 22 de setembro de 1822, Despachos Consulares de La Guaira, M84/R1; Hill a JQ Adams, sem data, maio de 1821, Despachos Consulares do Rio de Janeiro, NA T172/R1; ver também Todd a JQ Adams, 5 de fevereiro de 1823 e 18 de novembro de 1823, Despachos da Colômbia, NA T33/R2.

25 A auto-descrição está no Diário de JQ Adams, 4 de junho de 1819, *Memoirs of John Quincy Adams*, vol.4, p.388.

26 JQ Adams a Rodney, 17 de maio de 1823; para as instruções mais otimistas aos primeiros ministros dos EUA para a Colômbia, ver JQ Adams a Anderson, 27 de maio de 1823, Instruções a Ministros dos EUA, NA M77/R4. Sobre o desenvolvimento dessas instruções, ver *Writings of John Quincy Adams*, vol.7, p.422s; Monroe a JQ Adams cerca de 27 de maio de 1823, Adams Family Papers, Massachusetts Historical Society, Boston, página final (não numerada) do rolo de microfilme 460; *Writings of John Quincy Adams*, vol. 7, p.467.



27 O novo ministro para a Colômbia, por exemplo, deveria “neutralizar os indubitáveis esforços que os negociadores europeus continuarão a fazer na perseguição de seus fins monárquicos e monopolizantes.” JQ Adams a Anderson, 27 de maio de 1823, Instruções aos Ministros dos EUA, NA M77/R4.

28 Diário de JQ Adams, 19 de setembro de 1820, *Memoirs of John Quincy Adams*, vol.5, p.176; Diário de JQ Adams, 9 de março de 1821, *Memoirs of John Quincy Adams*, vol.5, p.325; ver também JQ Adams a Charles Ingersoll, 19 de junho de 1823, *Writings of John Quincy Adams*, vol.7, p.488.

29 Para a contrariedade de Monroe e Adams em relação a Clay, ver o Diário de Adams, 28 de março de 1818, 22 de abril e 20 de junho de 1822, *Diary of John Quincy Adams*, vol.4, p.70, vol.5, p.496, vol.6, p.26.

30 A moção de Clay está nos *Annals of Congress*, 15th Cong., 1st Sess., 24 de março de 1818, p.1468-9; seguida pelo discurso de quatro dias, p.1474-646. A votação de 28 de março está registrada na p.1646.

31 Para o debate no Senado ver o *Congressional Globe*, 19th Cong., 1825-26, 1st Sess., 15, 16, 23 e 24 de fevereiro, e 1, 2, 13,14 de março (p.112-32, 142-343). A discussão na Câmara começou em meados de dezembro, mas os debates principais ocorreram em 1, 2, 3 de fevereiro, 25,27 de março, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22 de abril (p.1226-2514 *passim*). Ver também Congresso dos EUA, Senado, *The Executive Proceedings of the Senate of the United States, on the Subject of the Mission to the Congress of Panama. Together with the Messages and Documents Relating Thereto*, Documento Executivo do Senado 68, 19th Cong., 1st Sess., 1826; *ASP*, vol.5, p.834-905.

32 Sobre a questão da escravidão, ver *Congressional Globe*, 1 e 2 de março de 1826, p.112-32; para as instruções aos enviados, ver Clay a Anderson e Sergeant, 8 de maio de 1826, Instruções a Ministros dos EUA, 1801-1906, NA M77/R6; para o processo de confirmação, ver *Senate Executive Journal*, vol.3, p.457-9, 473-90, 514, 518, e, para a designação posterior de Poinsett para o México, p.554, 567. Para os discursos de Adams e Clay sobre o reconhecimento, ver Arthur P. Whitaker, *The United States and the Independence of Latin America, 1800-1830* (Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1941), p.344-69; sobre a questão geral da política interna e da política externa dos EUA na época, ver Ernest R. May, *The Making of the Monroe Doctrine* (Cambridge: Harvard University Press, 1975).

33 José Maria Salazar a Clay, 20 de novembro de 1826. Notas da legação colombiana, NA M51/R2. Para um relato na primeira pessoa sobre os efeitos do *vômito prieto*, ver Daniel Florencio O’Leary, *Memorias de General O’Leary, publicadas por su hijo, Simón B. O’Leary*, 34 vols. (Caracas: Imprenta de la Gaceta Oficial, 1879-1888), vol. 8, p.210.

34 Allen a JQ Adams, 9 de fevereiro de 1825; ver também Allen a Clay, 1 de setembro de 1825, 4 de fevereiro de 1826, 4 de abril de 1826, 26 de agosto de 1826, Despachos do Chile, NA M10/R1 e R2.

35 Watts a Clay, 10 de março de 1828, Despachos da Colômbia, NA T33/R4; Tudor a Clay, 3 de fevereiro de 1827, Despachos Consulares de Lima, NA M154/R1; Larned a Clay, 18 de novembro de 1827, Despachos do Chile, NA M10/R2.

36 Clay a John Forbes, 14 de abril de 1825, Instruções a ministros dos EUA, NA M77/R5.



## a incorporação do norte do México

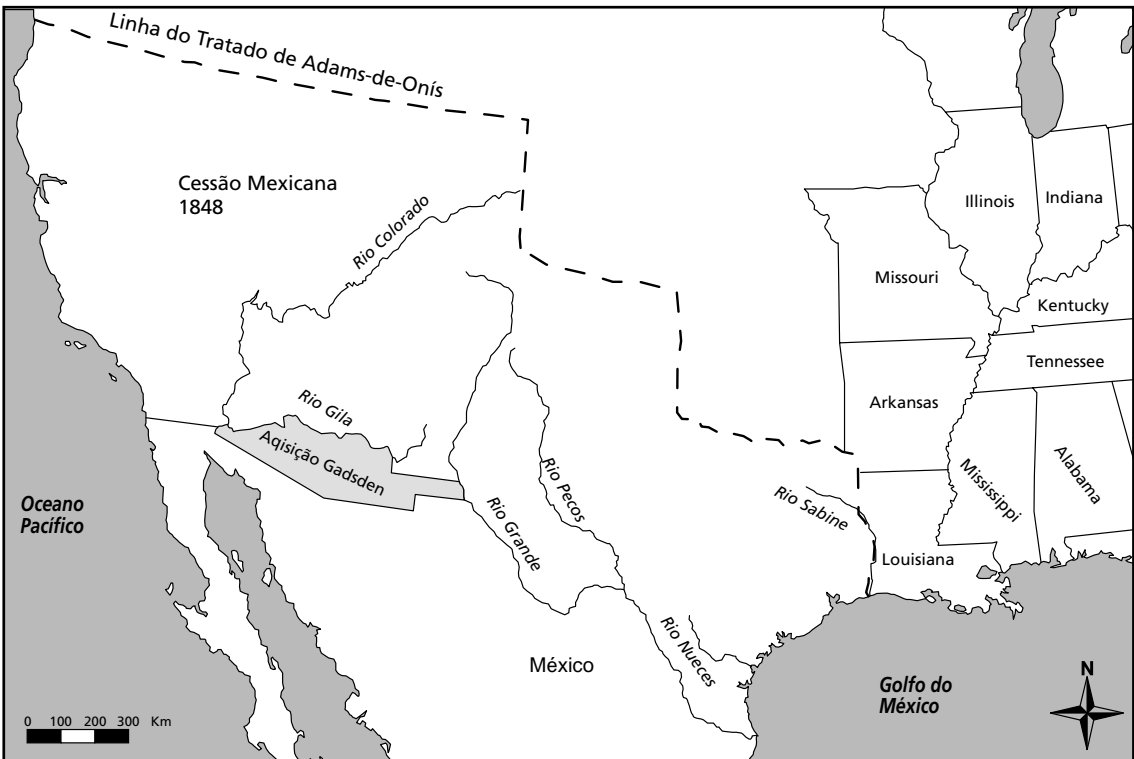
Incorporar esta massa tão desconexa e desprezível em uma participação, mesmo que limitada, em nossos direitos sociais e políticos seria fatalmente destrutivo às instituições de nosso país. Há uma pestilência moral vinculada a estas pessoas que é contagiosa – uma lepra que destruirá.

*Senador John Clarke*

O encontro inicial entre os Estados Unidos e seu vizinho contíguo latino-americano ocorreu no início da década de 1820, quando os Estados Unidos desfrutavam de um período de estabilidade econômica e política. Naquele momento, as elites *criollas*\* inexperientes do México mal conseguiam chegar a um acordo sobre a independência e, incapazes de escolher entre a monarquia e a república, tentaram ambas. A Constituição de 1824 resolveu a questão em favor do republicanismo, mas este acontecimento proporcionou apenas uma breve trégua, e uma série de desavenças regionais, econômicas e ideológicas, logo precipitaram o México em um tumulto político quase contínuo. Para complicar estas dificuldades, a política mexicana incluía um pano de fundo ameaçador de interferência estrangeira e recolonização ameaçada. Até 1825, as tropas espanholas mantiveram a posse de San Juan de Ulloa, a fortaleza que controlava o porto Veracruz, e, em 1829, invadiram Tampico, em uma tentativa mal calculada de recobrar sua colônia rebelde. A Espanha concordou em negociar o reconhecimento da independência mexicana apenas após a morte de Ferdinand VII em 1833, e depois levou seis anos até que o primeiro representante espanhol chegasse ao México. Entretanto, interesses estrangeiros silenciosamente assumiam o controle das minas do México, a única fonte importante de exportações da nação; e uma combinação sempre variável de tarifas complexas, impostos indiretos, empréstimos forçados e créditos reduzidos pelos banqueiros europeus proporcionaram uma âncora insegura para as finanças da nação. Em completo contraste com seu vizinho do norte, o México logo encontrou-se completamente destituído.

\* *Criollo* era o nome dado aos espanhóis que nasceram nas colônias espanholas da América. (N.T.)

Mapa 1: México e sudoeste dos Estados Unidos.



Esta instabilidade política e econômica foi tema dos relatórios dos emissários iniciais dos Estados Unidos no México. Como escreveu o encarregado Anthony Butler, quase no final de sua nomeação de seis anos em 1835, as revoluções estavam constantemente “agitando o país até seus limites mais remotos, desde o período de minha chegada até o presente momento – a tranquilidade nunca chegava a seis meses.”<sup>71</sup> Um de seus sucessores fez a comparação inevitável com os Estados Unidos: “Durante a minha residência no México, continuamente, à medida que o contraste entre tudo ali e meu próprio país era apresentado a mim, o sentimento que era despertado não era tanto de orgulho e exultação por nosso destino mais feliz e superioridade em tudo, mas um mais generoso, de uma profunda simpatia pela condição miserável de um país sobre o qual uma generosa Providência espalhou suas bênçãos com uma mão mais profusa do que sobre qualquer outro na face da terra.”<sup>72</sup>

Estes comentários sobre a instabilidade política eram complementados por comparações hostis entre a riqueza dos Estados Unidos e a economia empobrecida do México. Quando em 1827 o congresso mexicano reservou \$15,000 para determinar as fronteiras da nação com os Estados Unidos, Joel Poinsett informou sarcasticamente que “a comissão não começou esta expedição por carência de fundos, o Congresso se apropriou do que o Tesouro não tem neste momento.” Em sua avaliação de 1846, o Ministro dos EUA Waddy Thompson observou que “enquanto em nossas cidades e municípios você ouve o zunido ativo do trabalho incessante e o assobio estridente da máquina a vapor, lá você não ouve nada além de tambor e píforo; enquanto nós fazíamos ferrovias, eles faziam revoluções.”<sup>73</sup>

O conflito inicial entre os Estados Unidos e o México ocorreu na fronteira. No tratado de 1803 que cedeu a Louisiana aos Estados Unidos, Napoleão havia transferido o território que a Espanha cedera para a França no Tratado de San Idelfonso de 1800. Mas naquele acordo de 1800, a Espanha simplesmente cedeu de volta à França a província de Louisiana que a França havia dado à Espanha em 1762: consistia em “tudo o que o país conhecia sob o nome de Louisiana,” sem fronteiras específicas, talvez por não haver registro das fronteiras da Louisiana antes de 1762. Deste modo, como a Louisiana foi transferida da França para a Espanha (1762), de volta para a França (1800) e depois para os Estados Unidos (1803), suas fronteiras nunca ficaram definidas.

Como resultado, os funcionários em Washington estavam incertos sobre a extensão de seu novo território; uma lei de 1804 dividindo a Louisiana em dois territórios referiu simplesmente a uma “fronteira ocidental” indefinida do território comprado da França. Em 1811, entretanto, quando o Congresso passou uma lei autorizando cidadãos do território a formar um governo de estado, esta explicitamente indicou o Rio Sabine (a fronteira entre o atual estado da Louisiana e o Texas) como a fronteira ocidental. O mesmo ocorreu com a lei de 1812 que admitiu a Louisiana à União.

De sua parte, a Espanha reivindicou a propriedade de todo o território a oeste do Mississipi, incluindo parte da Louisiana, atual estado do Arkansas e pelo

menos parte do Missouri.<sup>4</sup> Esta diferença de opinião foi resolvida em 1819, no tratado de Adams-de Onís, no qual o Sabine foi estabelecido como a fronteira entre os Estados Unidos e o vice-reinado espanhol da Nova Espanha.<sup>5</sup> Em suas negociações com o ministro espanhol de Onís, os dois objetivos principais de John Quincy Adams eram obter a posse do leste da Flórida e ganhar o reconhecimento da Espanha sobre as reivindicações territoriais dos EUA, através do continente acima do paralelo 42 (hoje a fronteira Oregon-Califórnia). O objetivo da Espanha, por sua vez, era estabelecer um limite firme à expansão dos EUA em direção ao sudoeste, e ela o fez à custa de conceder a Louisiana aos Estados Unidos.

A expansão dos EUA acelerava-se rapidamente ao mesmo tempo em que estas negociações ocorriam, e portanto em 1820, quando parecia que o governo espanhol recusaria a ratificação do acordo, Jefferson escreveu ao presidente Monroe que “Eu não lamento a não-ratificação do tratado espanhol,” racionando que “para nós a província do Texas será o Estado mais rico de nossa União, sem dúvida.”<sup>6</sup> Um fluxo gradual de cidadãos dos EUA havia começado a mudar-se para o estado mexicano do Texas, mesmo antes da ratificação espanhola de 1821 do Tratado de Adams-de Onís. Então, naquele ano o comandante espanhol das Províncias do Interior Leste do vice-reinado da Nova Espanha conferiu uma concessão de colonização a Moses Austin. Tendo sido arruinado pelo pânico de 1819, Austin planejava reconstruir suas finanças cobrando um honorário a cada uma das trezentas famílias que ele autorizara a se estabelecer no Texas. Quando ele morreu, seis meses depois, a concessão passou para seu filho, Stephen, que em janeiro de 1822 estabeleceu a primeira colonização ânglo-saxônica legal no Texas mexicano.

Em 1825, ansiosa para povoar seu território, a legislatura de Coahuila e do Texas do México agora independente decretou uma lei de colonização de uma generosidade excepcional: cada colono casado poderia comprar até uma légua de terra (4,428 acres) por menos de \$200 – cerca de \$.05 por acre – com crédito fácil e isento de taxaço durante sete anos. Combinado com a severa restrição de crédito nos Estados Unidos que se seguiu ao pânico de 1819, este convite aberto provocou uma onda de imigração, controlada por Austin e *empresários* igualmente licenciados. O que começou em 1822, como a colonização de trezentas famílias da fronteira perto do litoral do golfo ao leste do Texas, logo tornou-se um fluxo significativo de cidadãos dos EUA entrando mais profundamente no norte do território escassamente povoado do México.

O governo mexicano estava francamente ambivalente em relação a esta imigração. O Ministro mexicano nos Estado Unidos foi instruído a informar sobre as intenções dos imigrantes ingleses e a encorajar colonizadores que parecessem “respeitáveis e virtuosos”<sup>7</sup> Ao mesmo tempo, o México procurava reduzir os riscos que estava correndo ao instruir a “mexicanização” dos colonos; exigia-se que todos fossem católicos, nenhum tinha a permissão de se estabelecer dentro de sessenta milhas além da linha da fronteira, todas as transações oficiais deveriam ser em espanhol, e o colono que se casasse com uma mexicana estava autoriza-

do legalmente a receber terras adicionais. Os novos colonos simplesmente ignoraram todas estas medidas, com exceção da última.

Deste modo, quando John Quincy Adams iniciou seu mandato como presidente em 1825, duas mudanças fundamentais haviam ocorrido desde seu tratado com o ministro espanhol em Washington; a Espanha havia sido expulsa do México, e os cidadãos dos EUA avançavam regularmente para o oeste em direção ao Texas. O México recentemente independente logo confirmou a fronteira de Sabine,<sup>8</sup> mas os Estados Unidos tinham uma nova opinião. “A linha de Sabine aproxima-se de nosso grande mercado ocidental mais do que o desejado,” escreveu o Secretário de Estado Clay em 1825, e assim ele instruiu o ministro dos EUA Joel Poinsett a negociar uma fronteira mais para o oeste. Se necessário, entretanto, os Estados Unidos estavam dispostos a aceitar o Sabine, ao menos pelo momento. Poinsett contactou o governo mexicano, encontrou-o relutante em alterar a linha de 1819 e, por isso, ele e seu sucessor negociaram um tratado de limites baseado na fronteira Adams-de Onís.<sup>9</sup> Em uma década, então, os Estados Unidos ratificaram dois tratados designando o Sabine como a fronteira sudoeste da nação. Mas durante esta mesma década, os Estados Unidos incluíram o México nas suas ambições expansionistas. Pouco após o reconhecimento da independência das cinco primeiras nações latino-americanas, a administração Monroe considerou a aquisição tanto do Texas, então pertencente ao México, como de Cuba. Em 7 de novembro de 1823, o conselho de ministros adotou uma política de observação cuidadosa, como indicam as notas do Secretário de Estado Adams: “Sem entrar agora na indagação da conveniência de anexarmos o Texas ou Cuba a nossa União, deveríamos ao menos nos mantermos livres para agir à medida que emergências ocorram.”<sup>10</sup>

Os mexicanos perceberam o que iria acontecer. Embora inicialmente satisfeitos por sua recepção nos Estados Unidos, o ministro mexicano em Washington logo encontrou a ofensiva dos ianques: “a arrogância destes republicanos não permite que eles nos vejam como iguais, mas como inferiores,” ele informou a seu gabinete estrangeiro em dezembro de 1822. “Sua vaidade chega tão longe, na minha opinião, a ponto de acreditar que sua capital será aquela de todas as Américas. Eles têm um amor profundo por nosso dinheiro, não por nós, e eles não são capazes de entrar em um tratado de aliança ou comércio exceto quando vêm a eles, sem nenhum pensamento de reciprocidade.”<sup>11</sup>

O primeiro movimento formal dos Estados Unidos para adquirir o território mexicano aconteceu em 1825, quando o Secretário Clay instruiu Poinsett a procurar uma fronteira de rio mais a oeste do Sabine, mas o esforço começou a sério apenas em meados de 1829, quando a nova administração de Andrew Jackson iniciou um esforço para a aquisição que durou oito anos. O Secretário de Estado Martin Van Buren emitiu uma ordem direta a Poinsett: “você deveria, sem demora, abrir uma negociação com o governo mexicano para a compra da área da província do Texas que segue descrita, ou da área que eles podem ser induzidos a nos ceder.” Se o México demonstrar relutância em vender, Van Buren con-

tinuou, Poinsett deveria procurar ganhar o acordo do governo mexicano para mover o Sabine para o oeste: “dos dois ribeirões que desaguam na baía de Sabine através do mesmo canal”, ele escreveu, “aquele mais a oeste é mais considerável e pode, com razão, ser aquele referido no tratado (Adams-de Onís).”<sup>12</sup> Esta informação não era verdadeira. Desde o dia que receberam seus nomes pela primeira vez pelos europeus, o Sabine era o Sabine, ao passo que o rio a oeste era o Neches. Separados por quatro milhas quando entram na Baía Sabine, os dois rios consomem uma porção substancial do leste do Texas, criando entre eles um triângulo de território que se alarga em direção ao noroeste.

Não é certo que qualquer diplomata pudesse ter implementado as instruções de Van Buren, mas no final de 1820 Poinsett havia se tornado mais um obstáculo do que uma ajuda para a diplomacia dos EUA. O primeiro de uma longa lista de pró-cônsules dos EUA na América Latina, Poinsett compôs despachos repletos de desdém pelas pessoas com as quais ele era forçado a se associar. Ele referia-se aos mexicanos como “uma raça ignorante e imoral” e ao clero como “a própria escória do povo,... devasso e ignorante de um modo repugnante.” Ele criticou a tendência dos mexicanos *criollos* a engajar-se em “constantes relações com os aborígenes, que eram e ainda são aviltados, a mais baixa classe de seres humanos”; esta miscigenação, ele diz, “contribuiu para tornar os mexicanos um povo mais ignorante e devasso do que seus ancestrais”. Sem fazer nenhuma tentativa para encobrir o desrespeito por seus anfitriões, Poinsett concentrou-se em proporcionar à nação uma nova liderança. Escreveu a Clay que “o estado da sociedade aqui mal merece crédito. Difícilmente se conhece um homem, por mais alto que seja seu posto ou cargo, cuja palavra seja confiável e muitos dos principais membros de ambas as casas recebem suborno para defender uma causa privada com tão pouco escrúpulo quanto o que você teria em receber pagamento para provar uma causa diante da Corte Suprema.”<sup>13</sup>

O governo mexicano logo solicitou a suspensão de Poinsett. O presidente Jackson substituiu-o pelo coronel Anthony Butler, com quem havia lutado na Batalha de New Orleans e quem havia se tornado, subseqüentemente, um especulador de terra com uma participação financeira pessoal na independência do Texas. O presidente instruiu Butler a “estar com o ouvido atento, a língua silenciosa e o coração firme [*sic*], as três jóias da sabedoria, proteger cada avanço que fizesse no assunto do Texas. A aquisição daquele território torna-se, a cada dia, um objeto de maior importância para nós.” Em um pós-escrito ele informou a Butler que ele receberia dois conjuntos de instruções, um verdadeiro e um falso, e o último omitiria qualquer menção ao Texas. Butler deveria dizer aos mexicanos que os Estados Unidos não tinham qualquer interesse em adquirir o Texas e, então, como um ato de honestidade para ganhar sua confiança, pediria que as autoridades mexicanas dessem uma olhada nas instruções falsas como prova de suas intenções inocentes. Faça isto recatadamente, disse Jackson, “de maneira a induzir a crença que isto [o ato de mostrar as instruções] deve ser mantido em profundo segredo em relação a seu próprio governo, pois, caso contrário, des-



truirá você.”<sup>14</sup> Os mexicanos, supostamente, iriam então confiar em Butler e permitir-lhe levantar novamente a questão do Texas.

A fraude malogrou e, portanto, Butler recorreu a outra tática proposta pelo presidente: suborno. “Quase nunca vi um espanhol que não fosse escravo da cobiça [*sic*],” Jackson escreveu, “e não é improvável que esta fraqueza possa valer muito para nós, neste caso”. Levando a sugestão do presidente a sério, Butler esforçava-se tão abertamente em subornar os líderes mexicanos que Jackson teve que aconselhá-lo a ser mais circunspecto. O emissário respondeu a partir do seu ponto de vista acerca da educação cívica mexicana: “O fato de você me aconselhar cautela com ‘estes caras espertos’ que podem me atribuir uma tentativa de suborno, prova quão pouco você conhece o caráter mexicano. Posso garantir-lhe que o suborno não somente é comum e familiar em todas as classes, como também a alusão a ele é livre e aberta” De fato, Butler não viu outra maneira de implementar suas instruções: “que esta negociação seja concluída quando possível, se for feita no México deve-se fazer uso do suborno.”<sup>15</sup>

Depois de ter falhado também esta tática, Butler aconselhou o presidente Jackson a apoderar-se do triângulo de território entre os rios Sabine e Neches: “Estou convencido de que eles cederiam no momento em que averiguassem que nós ganhamos a nossa reivindicação do braço oeste do Sabine, mas que eles chamam de Naches [*sic*].” Butler expressou sua sugestão na linguagem de um adulator: “Por que eu recomendo este caminho? É porque estou ansioso pela sua glória.” O presidente, entretanto, recusou-se a morder a isca, redigindo a sua opinião no final da carta de seu emissário: “A .Butler: que patife.”<sup>16</sup>

Não foi a diplomacia, mas a demografia que resultou no fim da soberania do México sobre o Texas. Em 1830 a política de “mexicanização” obrigatória havia falhado, e o México havia proibido o avanço da colonização, mas naquela altura o governo da distante cidade do México havia perdido o controle da população anglo-saxã no Texas. Talvez porque agora eles excedessem em número seus anfitriões, os novos texanos não viram necessidade de assimilação à sociedade mexicana. Eles mantinham sua cultura anglo-saxã, incluindo não apenas sua língua e religião, mas também sua economia escravista. Seus laços financeiros naturalmente ligavam o Texas ao sul dos EUA, particularmente New Orleans, que tornou-se um centro para o capital de risco texano e a especulação de terra. As conexões antigas entre o Texas e o México central dificilmente se equilibravam; de fato, muitas eram prejudiciais à manutenção da soberania mexicana. Os representantes do Texas na legislatura baseada em Saltillo aumentaram irremediavelmente e mesmo esta pobre representação provincial era viciada pelo centralismo crescente do Estado mexicano. Logo antes da deflagração da guerra em 1846, Waddy Thompson escreveu que “os departamentos mexicanos do norte ... todos apoiavam-se muito frouxamente na confederação; – eles não recebiam benefícios materiais do governo central, que na verdade eles só conhecem por causa da cobrança de imposto.”<sup>17</sup>

Estes fatores conflitantes combinaram-se para encorajar uma subcultura separatista, e em janeiro de 1836 uma convenção de anglo-texanos se reuniu e se

separou do México. Em abril, os rebeldes efetivamente reivindicaram sua independência (e vingaram-se de sua derrota anterior no Alamo) vencendo o exército mexicano em uma batalha ao longo das margens do Rio San Jacinto. O Texas tornara-se uma república de *facto*.

Relutante em se precipitar a um reconhecimento prematuro, o Secretário de Estado John Forsyth enviou um agente especial para avaliar a viabilidade da nova nação, relatou que “sem ajuda estrangeira, sua futura segurança deve depender mais da fraqueza e imbecilidade de seu inimigo que da sua própria força.”<sup>18</sup> Paralisado por disputas internas penosas, o México achou impossível reunir os recursos para recuperar seu território rebelde, ao passo que ao mesmo tempo os anglo-texanos obtiveram um apoio privado substancial dos Estados Unidos, muitas vezes em troca de terras que haviam pertencido ao México. Foram capazes de manter sua independência por quase um ano, e isto foi suficiente para convencer Andrew Jackson. No último dia de seu mandato, ele reconheceu a independência da república da Estrela Solitária.

À nova administração Van Buren foi apresentada quase imediatamente a solicitação formal do Texas para entrar na União. O emissário anterior Waddy Thompson, agora servindo a Carolina do Sul na Câmara dos Representantes, patrocinou uma resolução encorajando uma resposta favorável, mas fizeram-lhe oposição os *Whigs* antiescravistas liderados por John Quincy Adams, que se recusou a considerar a anexação sob o pretexto de que a escravidão havia se espalhado em um território anteriormente livre. O Congresso adiou sem tomar medidas, e então o Pânico de 1837 levou ao início de uma grave depressão; depois disto, a administração Van Buren podia gastar pouco de seu precioso capital político no Texas.

O sucessor de Van Buren, o *whig* William Henry Harrison, morreu depois de um mês de sua posse em 1841, e este acontecimento deixou os negócios da nação nas mãos do vice-presidente John Tyler, um sulista com lealdades partidárias instáveis, que havia sido colocado na chapa *whig* a fim de manter um equilíbrio regional. Um líder sem seguidores, Tyler deu o passo decisivo ao nomear Duff Green, um proeminente *power broker* democrata, a uma posição onde ele poderia definir o debate acerca do Texas.

Green foi originalmente recrutado para servir como agente confidencial de Tyler na Europa, em parte porque os democratas do Sul suspeitavam do ministro dos EUA na Grã-Bretanha, Edward Everett (um *whig* de Harrison), e em parte porque Tyler queria um emissário especial para negociar um empréstimo com os banqueiros europeus. Esta última tarefa exigiu uma habilidade diplomática excepcional, pois diversos estados dos EUA não haviam pago suas dívidas européias após o Pânico de 1837; e quando Green chegou na Europa, descobriu que o barão James Rothschild estava impaciente pelo reembolso: “Pode dizer a seu governo que você viu o homem que está no comando das finanças da Europa, e que ele disse – que vocês não vão receber um dólar de empréstimo, nem um dólar.”<sup>19</sup> Ao invés de aceitar a implicação desta declaração de que os Estados

Unidos precisavam garantir o pagamento de sua dívida antes de contrair outra, Green concluiu – e isto foi crucial para o futuro do Texas – que os astutos britânicos haviam conseguido deter o fluxo financeiro na Europa como parte de uma estratégia para tornar os produtos dos EUA não competitivos nos mercados mundiais. O sucesso desta estratégia baseava-se na destruição da escravidão.

Se o Texas continuasse independente, Green raciocinou, a república empobrecida rapidamente cairia sob a influência da Grã-Bretanha. Em troca de capital britânico, o Ministério das Relações Exteriores forçaria o Texas a abolir a escravidão. Isto deixaria o Sul dos EUA encurralado: com o Texas contrário à expansão da escravatura a oeste e os territórios livres dos EUA ao Norte. A expansão seria impossível. Entretanto, o Norte poderia mover-se para o oeste, acrescentando, uns após os outros, os estados livres acima da linha estabelecida pelo Acordo de Missouri.\* Solapado em sua força no Senado dos EUA, da mesma maneira que o crescimento da população do Norte já havia destruído o poder da escravatura na Câmara dos Representantes, o Sul assistiria, impotente, a abolição da escravidão pelo Congresso dos EUA. A abolição, por sua vez, iria garantir a superioridade comercial britânica, pois sem o trabalho escravo os custos da produção do Sul seriam superiores aos dos plantadores britânicos nas Índias Orientais e nas Ocidentais. Pilhas de algodão de alto custo logo estariam apodrecendo nas docas de Charleston e Savannah. O Sul seria arruinado.<sup>20</sup>

O Secretário de Estado Abel Upshur aceitou esta lógica. “Nenhum homem que conhece alguma coisa de sua própria natureza pode supor que seja possível que duas raças de homens, distintas por marcas externas e indelévels, óbvias a qualquer observador; que tiveram, em relação um ao outro, desde tempos imemoriais, a relação de senhor e escravo, possam viver juntas como iguais, no mesmo país e sob o mesmo governo.” Porque “estes escravos executam quase todo o trabalho agrícola do sul,” continuou ele, “é impossível calcular a quantidade de ruína e sofrimento que seguiria a súbita emancipação dos escravos dos Estados Unidos.” A Grã-Bretanha seria a beneficiária deste desastre: “Eis aqui um campo promissor para a política da Inglaterra. Que melhor encorajamento a indústria de suas colônias iria requerer do que o simples aumento de preço nos artigos de açúcar e algodão, que seria causado pela produção diminuída? Que rival a Inglaterra temeria quando a agricultura, o comércio, as manufaturas e a navegação dos Estados Unidos se afastassem da competição com ela?”<sup>21</sup>

Quando Green convenceu o presidente Tyler e seus dois Secretários de Estado, Abel Upshur da Virgínia e John Calhoun da Carolina do Sul, da precisão de sua tese, a anexação do Texas tornou-se essencial para a sobrevivência do Sul. A administração Tyler passou a negociar um tratado de anexação, e Calhoun e os texanos assinaram o tratado de anexação de Upshur em 12 de abril de 1844.<sup>22</sup> A

\* O Acordo de Missouri de 1820 desenhou uma linha através do Território da Louisiana do leste para o oeste a 36°30' de latitude norte (hoje a fronteira Missouri-Arkansas), ao norte do qual a escravidão era proibida, com exceção do Missouri. (N.T.)

ratificação foi mais difícil, entretanto, pois a questão imediatamente complicou-se na campanha presidencial que estava apenas começando, e em junho o Senado rejeitou o tratado por um resultado de 35 a 16 votos .

A escravidão era a questão fundamental mais uma vez. À medida que esta contenda cresceu da leve fervura à ebulição completa em meados do século XIX, ela concentrou-se na aquisição e organização do novo território. A contenda parecia bastante simples: os sulistas estavam testemunhando a vagarosa erosão de sua igualdade política com relação aos nortistas. Em 1790, havia 57 representantes de estados livres e 49 de estados escravocratas; durante 1819, quando o Alabama foi admitido como o vigésimo-segundo estado, o Norte tinha uma vantagem numérica de 105 a 81 na Câmara dos Representantes. Daí em diante, como observou um representante da Carolina do Sul em 1845, “todo censo aumentou o poder dos estados sem escravos, e diminuiu o do Sul. Estamos ficando mais fracos e eles mais fortes, a cada dia”.<sup>23</sup> Durante 1830, a diferença havia se ampliado a 42 cadeiras, e durante 1860 a diferença era de 71. Uma vez que esta tendência democrática foi causada pelas diferenças que se aceleravam entre a economia industrial do Norte e a economia agrária baseada em exportação do Sul, uma mudança em poder ainda mais significativa na Câmara inferior do Congresso pareceu inevitável nos anos seguintes.

Ao mesmo tempo, a admissão de novos estados ameaçava destruir o poder do Sul no Senado. Dos 22 estados que formavam a União antes do Acordo do Missouri, metade tinha escravos e metade era livre. Duas décadas mais tarde, em 1840, o equilíbrio havia sido mantido, mas apenas quatro estados haviam sido acrescentados (Maine e Michigan ao Norte, Missouri e Arkansas ao sul), e a expansão para o nordeste estava se acelerando. Sem o Texas (e, implicitamente, o território além dele, pois a resolução conjunta, aprovando a anexação, imaginava “novos estados, de tamanho conveniente, sem exceder quatro em número, além do referido estado do Texas”)<sup>24</sup> o Sul tinha apenas a Flórida para contrabalançar Iowa, Wisconsin, Minnesota e quaisquer estados que pudessem nascer da remanescente Aquisição da Louisiana e do Território de Oregon. A diluição resultante da força sulista no Senado resultaria no fim da escravidão, pois o Senado, com suas regras peculiares de procedimento, era a única instituição nacional que o Sul poderia ter esperanças de controlar.

A questão da anexação do Texas, entretanto, não era uma simples batalha regional, pois a maré nacional da opinião pública era favorável ao Sul. Esta maré tinha duas correntes distintas, mas complementares.

\* *Destino Manifesto* foi uma expressão cunhada pelo jornalista John Louis O'Sullivan em editoriais dos periódicos *United States Magazine* e *Democratic Review*, apoiando a anexação de parte do território mexicano no sec. XIX. Manifestação de cunho nacionalista, o *Destino Manifesto* supunha que os norte-americanos haviam construído o país a partir de valores superiores e que tinham a missão excelsa de civilizar os territórios considerados bárbaros ou incultos. O *Destino Manifesto* foi utilizado por políticos expansionistas de todos os partidos norte-americanos para justificar a anexação de metade do território mexicano, o território do Oregon e o Alaska. Por volta do final do século XIX, a doutrina do *Destino Manifesto* foi recuperada para justificar a possível anexação de ilhas do Caribe e do Oceano Atlântico. (N.T.)

Uma era a expansão territorial. Uma força política independente poderosa já no início da América Jacksoniana, no final de 1830, a expansão havia se tornado uma ideologia dominante; na década de 1840, ela teria seu próprio nome: *Destino Manifesto*<sup>\*</sup>. Uma vez que a opinião pública favorecia a expansão, esta inclinação significava que favorecia aos democratas – como escreveram os emissários do Texas em Washington para casa em meados de 1844: “a questão da anexação do Texas a este governo tornou-se... estritamente uma questão de partidos entre os democratas e os *whigs* na luta pendente para a próxima presidência.”<sup>25</sup> Foi negado ao candidato inicial democrata com maior chance de aprovação, Martin Van Buren, a nomeação de seu partido após ele ter publicado uma carta expressando uma branda oposição à anexação. A plataforma *whig*, pelo contrário, deixou de mencionar tanto o Texas como a expansão, e no início de 1844 o candidato *whig*, Henry Clay, como Van Buren, publicou uma carta opondo-se ao tratado de anexação Tyler – Upshur. Clay posteriormente emitiu uma retratação, mas o dano já estava feito. Sua posição *whig* cautelosa contrastou dramaticamente com a do candidato democrata James K. Polk, que escreveu que “em meu julgamento, o país a oeste do Sabine, agora chamado Texas, foi cedido de uma maneira muito insensata” por um *whig* (John Quincy Adams) no tratado de 1819 com a Espanha.<sup>26</sup> Os democratas prometeram tomá-lo de volta; sua plataforma exigia a “reanexação”.

A vitória de Polk em novembro de 1844 foi amplamente interpretada como o endosso público desta posição, e na mensagem anual de dezembro, a administração Tyler, após a eleição de seu sucessor, novamente pediu ao Congresso que agisse em relação à questão. No início de 1845, uma resolução conjunta, oferecendo ao Texas a condição de Estado, foi aprovada pela Câmara. A oposição no Senado requereu a intervenção do presidente eleito Polk, que garantiu aos principais senadores que sua administração iria negociar com o México uma demarcação de fronteiras adequada. Aceitando as garantias de Polk, a maioria do Senado concordou com a resolução conjunta, e o Presidente Tyler fez a proposta ao Texas em seu último dia de governo. Três meses depois o Texas aceitou a oferta, e em dezembro foi admitido à União.

Além do apelo geral do *Destino Manifesto*, a anexação do Texas foi encorajada por uma segunda corrente de opinião pública, um desconforto nacional por causa da presença de milhões de negros nos Estados Unidos. Por décadas muitos habitantes do Norte temiam que se a escravidão fosse abolida, uma proporção substancial de mais de três milhões de negros libertos iriam inundar suas cidades. Este medo aumentou em meados de 1840 quando ativistas pró-escravidão, guiados pelo senador do Mississippi Robert Walker, lançaram uma campanha de propaganda para convencer os nortistas de que os escravos libertos tornar-se-iam um grande incômodo público. Walker e outros usaram dados do censo incompleto de 1840 para sustentar sua alegação de que os negros livres no Norte tinham muito mais chance de sofrer de desordens físicas e mentais do que seus primos escravos no Sul. Se, como temiam os nortistas, os negros emancipados se movessem em

massa para suas cidades, então “os asilos de indigentes e a cadeia, os asilos de surdos e mudos, dos cegos, dos idiotas e dos insanos iriam transbordar de gente se, de fato, qualquer asilo pudesse fazer face aos milhões da raça negra para quem a miséria e o crime levariam ao desespero e à loucura.”<sup>27</sup>

O Texas foi uma dádiva de Deus aos nortistas preocupados. Se por um lado, não foram entusiastas da expansão, por outro, não estavam dispostos a conceder um lugar para os negros em sua sociedade. Walker provavelmente tinha razão quando observou que os nortistas brancos não exibiam nenhum desejo de viver com os negros norte-americanos. “Eles não são encontrados nas faculdades ou universidades, nos tribunais, nas convocações ou nos bancos dos jurados, em postos legislativos ou executivos; nem o casamento, o grande laço da sociedade, une o branco com o negro, exceto uma rara ocorrência desta aliança tão pouco natural, que suscita o desdém ou o desgosto de toda a comunidade.”

A aquisição do Texas iria abrir uma rota de terra para as terras tropicais que os negros supostamente achassem mais convenientes. Walker argumentou que “à medida que o número de negros livres aumentava nos estados escravocratas, eles iriam se difundir gradualmente através do Texas até o México, e Américas Central e do Sul, onde nove-décimos de sua população presente já são de raças mistas, e onde, a partir de sua vasta preponderância, eles não são uma casta desprezível, mas em pé de igualdade, não meramente da igualdade legal, mas o que é bem mais importante, de igualdade real com o restante da população.” Deste modo, a expansão para o interior do Texas ofereceu uma resposta necessária à questão da raça na América do Norte de meados do século XIX, e foi este casamento do expansionismo do Destino Manifesto com as ansiedades raciais – as duas correntes fortes da opinião pública dos EUA na época, nenhuma delas regional – que facilitou a anexação do Texas.

Após a eleição de 1844, estas duas questões políticas domésticas fundiram-se em uma única questão política estrangeira: como convencer o México a aceitar a anexação do Texas. Em meados de 1843, o Ministro das Relações Exteriores mexicano havia informado ao emissário de Tyler que a anexação significaria guerra, e vários meses depois o ministro mexicano em Washington repetiu este aviso.<sup>28</sup> Dois dias após a posse de Polk, o México fechou sua legação em Washington, e três dias depois cortou formalmente as relações.

Quase imediatamente, Polk enviou William Parrott como um agente confidencial com instruções para perguntar ao governo mexicano se ele receberia um negociador dos EUA para começar o processo de reconciliação. Em outubro, o México concordou em discutir as relações, e Polk nomeou John Slidell do Mississippi como o novo ministro. Fluente em espanhol e de maneiras afáveis, Slidell pode ter sido uma escolha excelente, mas nunca se saberá se seus talentos diplomáticos teriam sido suficientes para evitar a guerra, pois a administração Polk deu ao novo emissário instruções que garantiram a sua derrota: não só Slidell recebeu a ordem de reduzir a oposição mexicana à anexação do Texas, como também a de obter mais território. O acordo mínimo aceitável iria fixar a fronteira do Texas

no Rio Grande, a qual incluiria mais da metade do Novo México atual e Colorado, ou cerca de três vezes o tamanho do Texas quando ainda pertencia ao México. Para isto, Slidell foi autorizado a oferecer ao México \$5 milhões mais o aceite das reclamações dos cidadãos dos EUA contra o governo mexicano. Slidell deveria oferecer \$15 milhões adicionais se o México cedesse os seus territórios do Novo México (o restante do Novo México de hoje, Arizona, Nevada, sul de Utah e sudoeste do Colorado) e a parte superior da Califórnia, incluindo a Baía de São Francisco. Disseram também ao emissário que “quanto maior o território ao sul desta baía, melhor”, e para acrescentar \$5 milhões ou “qualquer soma adicional razoável” se o México cedesse o sul da Califórnia até Monterey.<sup>29</sup>

Ciente das instruções de Slidell, o governo mexicano recusou-se a recebê-lo. Polk posteriormente afirmou que Slidell havia sido expulso “pelos pretextos mais frívolos,” mas não foi assim. Os Estados Unidos haviam enviado Slidell na condição de Ministro, ao passo que o México estava disposto a receber apenas “um emissário” para discutir a retomada das relações. A posição do México era de que o ato de receber um Ministro implicava na restauração automática das relações diplomáticas, e no reconhecimento de que o motivo do rompimento de relações (a anexação do Texas) não era mais uma questão em debate. Esta era precisamente a questão que o México queria discutir, como o Ministro mexicano das relações exteriores explicitamente informou a Slidell.<sup>30</sup>

Polk agora tinha que reavaliar suas opções. Virtualmente tudo o que ele e o Secretário de Estado James Buchanan conheciam sobre o México viera dos emissários dos EUA, que pintaram um quadro de um governo desorganizado, incompetente e um povo devasso, fácil de ser conquistado militarmente. O agente confidencial Parrott havia relatado que “as pessoas não sabem o que querem, nem há um homem no país com suficiente coragem moral e prestígio para estabelecer qualquer forma estável de governo a partir do caos que agora existe.” Exigindo guerra, Parrott disse a Buchanan que ele esperava “ver este povo fustigado pelos rapazes do Tio Sam.” Slidell relatou que “o país, dilacerado por facções em conflito, está em um estado de perfeita anarquia.” Felizmente, nenhum dano possivelmente viria desta situação perversa, desde que “há uma ausência tão absoluta de energia e decisão entre eles que não ousam tomar nenhum passo que envolva a menor responsabilidade.” Aos cidadãos comuns do México também se atribuíam deficiências debilitantes. “Como no México não existe um povo, no sentido apropriado do termo, as massas são totalmente indiferentes a todas as revoluções que estão ocorrendo, e se submetem com a indiferença mais estúpida a quaisquer assuntos que possam ser impostos a elas.”<sup>31</sup> Uma guerra com o México seria breve.

Em 13 de janeiro de 1846, imediatamente após receber a mensagem de que Slidell não seria recebido, o presidente Polk ordenou que o general Zachary Taylor ocupasse o território disputado entre o Rio Nueces e o Rio Grande. Em 25 de abril, as tropas mexicanas atacaram o que elas consideravam um destacamento invasor de soldados dos EUA, matando 11, ferindo cinco e capturando o res-

tante. A mensagem de ataque alcançou Washington em 9 de maio, um sábado; e na segunda-feira seguinte, Polk submeteu sua mensagem de guerra ao Congresso, declarando que “após reiteradas ameaças, o México atravessou a fronteira dos Estados Unidos, invadiu nosso território e derramou sangue americano sobre o solo americano. Ele proclamou que as hostilidades haviam começado, e que as duas nações agora estão em guerra. À medida que a guerra existe, e não obstante todos os nossos esforços para evitá-la, existe pelo ato do próprio México,<sup>32</sup> nós somos convocados por toda consideração de dever e patriotismo a defender com decisão a honra, os direitos e os interesses de nosso país.”<sup>33</sup>

A eleição no Congresso da resolução sobre a guerra de Polk indicou o quanto os representantes do antiexpansionismo haviam perdido. Na Câmara, apenas 14 dos 188 votos foram dados contra a declaração de guerra, todos pelos *whigs* abolicionistas; a eleição no Senado foi igualmente desequilibrada: 40 para 2, com 3 abstenções. Mas houve uma abstenção sinistra da voz escravista mais importante da nação, John C. Calhoun. Dois anos antes, enquanto servia como Secretário de Estado de Tyler, ele havia escrito que “é nossa política expandir através do crescimento e propagação em regiões desocupadas, assimilando tudo o que incorporamos. Em uma palavra, expandir por acréscimo, e não através da conquista por adição das massas mantidas juntas pela coesão da força.” A este princípio, Calhoun acrescentou uma consideração regional mais importante: a sua compreensão de que uma economia do tipo *plantation* baseada na mão-de-obra escrava não poderia ser estabelecida no México. Ele, portanto, iria apoiar a anexação do Texas, mas não uma guerra de conquista com o México.<sup>34</sup>

O voto para declarar a guerra identifica a exacerbação do sentimento expansionista. Mais ou menos nessa época, os abolicionistas redescobriram seu senso político, abandonaram a oposição à expansão (que eles haviam adotado apenas como um adjunto a sua oposição à escravidão), e começaram a reconstruir sua base política naquilo que iria tornar-se o núcleo do Partido Republicano. É aqui, logo após a declaração de guerra, que as correntes duplas do expansionismo e da ansiedade racial foram desviadas outra vez em cursos diferentes, e a nação, então, logo passou para um momento de re-definição em sua história.

A administração Polk precisava de dinheiro para continuar a guerra, e o Congresso não hesitou em consegui-lo. Após as vitórias militares iniciais, o presidente Polk requisitou \$2 milhões para *terminar* a guerra – ostensivamente para pagar ao México por um território que ele seria forçado a ceder. Uma vez que o Texas já era um estado na União, estava implícito nesta requisição a intenção de Polk de anexar um outro território ou pelo menos pagar pela concordância do México em relação a uma definição da fronteira ocidental do Texas, grande parte dela abaixo da linha do Acordo do Missouri. Os abolicionistas do Congresso reagiram à possibilidade da expansão da escravidão, propondo uma emenda ao “Pedido de Dois Milhões” de Polk. Ela autorizava a despesa, mas apenas “se, como condição expressa e fundamental à aquisição de qualquer território da Re-



pública do México pelos Estados Unidos... nem a escravidão nem a servidão involuntária jamais existirem em qualquer parte do referido território.” Denominada Cláusula Wilmot em referência ao democrata da Pensilvânia que a introduziu, esta emenda passou na Câmara por 83 contra 64 votos, mas a Conta de Dois Milhões morreu com o adiamento da primeira sessão do 29º Congresso. Na Segunda sessão (1846-47), o pedido da administração foi aumentado para \$3 milhões. Uma vez mais a Câmara conseguiu anexar a Cláusula Wilmot, mas apenas por uma estreita margem, e o Senado a removeu. A Conta de Três Milhões voltou então à Câmara sem a Cláusula, onde foi aprovada.<sup>35</sup>

Embora não tenha conseguido receber a aprovação do Congresso, a Cláusula Wilmot teve um efeito imenso sobre a guerra. Com o Texas já admitido como estado escravocrata e a existência de uma estrada em direção aos trópicos, portanto, aberta para os negros libertos, os medos dos nortistas haviam sido mitigados. Nenhuma maré de negros libertos inundaria suas cidades. Deste modo, a coalizão expansionista estava madura para o conflito no momento em que Wilmot apresentou sua emenda. Quando ele sentou-se dez minutos depois, a expansão além do Texas havia se tornado uma questão regional direta. Sua Cláusula quase destruiu a União, uma década antes que a secessão realmente ocorresse.

O momento da verdade veio em 9 de fevereiro de 1847, quando John Calhoun, a voz dos escravocratas do Sul surgiu no Senado para se opor à continuidade da expansão. Ele disse a seus colegas que “estamos envolvidos em uma questão doméstica de caráter extremamente irritante e perigosa”. Ele falou de “uma terrível dificuldade a ser enfrentada” pela aquisição de grandes porções do México: “como estas terras deveriam ser adquiridas?” ele perguntou. “Quem se beneficiará com elas? Elas deveriam ser de benefício exclusivo de uma porção da União?” Para evitar esta luta pela escravidão em território novo, uma luta que, sabia ele, seria perdida pelo Sul, Calhoun declarou: “o México é para nós o fruto proibido; a penalidade por comê-lo seria sujeitar nossas instituições [isto é, a escravidão] à morte política.”<sup>36</sup>

Mas o colega sulista de Calhoun, o senador John Berrien, um *whigs* da Geórgia, já havia se referido à aquisição de terra além do Texas como um “demônio da discórdia”, e havia lembrado a seus companheiros sulistas que “na questão da admissão do território na condição de estado, a superioridade numérica dos estados livres nos manteria acorrentados.” O medo de Calhoun não era simplesmente de que o Sul fosse vencido por votos nesta questão. A Cláusula Wilmot solaparia o que os segregacionistas um século depois chamariam de “direitos dos estados” – uma divisão estadual-federal de autoridade política que permitisse ao Sul manter a discriminação racial. Apoiar Wilmot seria concordar, tacitamente, que o governo federal tinha o direito de legislar na questão da escravidão, algo que nenhum sulista aprovaria. Com uma consciência aguda do poder político declinante do Sul na legislatura nacional, o discurso de Calhoun era basicamente um aviso aos muitos sulistas que queriam substituir a iniciativa de Wilmot com uma emenda pró-escravatura. Calhoun argumentou, ao invés disso, que os

sulistas negariam a legitimidade de *qualquer* legislação federal sobre o tópico da escravidão.<sup>37</sup> A posição adequada para um sulista, então, era opor-se a toda aquisição de território.

Associaram-se aos democratas de Calhoun e aos *whigs* sulistas, virtualmente todos os antiexpansionistas e abolicionistas, agora encorajados pela possibilidade de vingança. Eles haviam sido derrotados na eleição de 1844, excedidos em votos em sua oposição à anexação em 1845, coagidos a declarar a existência de um estado de guerra em 1846, e agora em 1847 eles estavam sendo solicitados a financiar a aquisição de terras adicionais, provavelmente para a expansão do Sul. Eles não teriam nada disso. Um *whig* recém-chegado na Câmara, Abraham Lincoln, fez uma crítica extremamente vívida, alegando que as justificativas de Polk para a guerra pareciam “o murmúrio meio insano de um delírio febril... Ele é um homem desnordeado, confuso e miseravelmente perplexo.”<sup>38</sup> É o bastante, disse Columbus Delano, um *whig* de Ohio gritando sua acusação de que a administração Polk havia inescrupulosamente decidido “fazer guerra ao México, cortar as gargantas de sua gente, roubá-las de seu território, e depois, suponho, levar a escravidão para um solo agora livre.” Não se Delano pudesse deter isto: “Nunca, nunca você deverá estender sua instituição de escravidão uma polegada além de seus limites presentes... Se você levar esta guerra sangrenta de conquista à anexação, nós estabeleceremos um cordão de estados livres que circundarão você; e depois acenderemos as fogueiras da liberdade de todos os lados, até que elas derretam suas correntes atuais e tornem todo o seu povo *livre*.”<sup>39</sup>

Tendo enfurecido os *whigs* e perdido os democratas de Calhoun, a administração Polk achou impossível conduzir uma resposta efetiva.<sup>40</sup> Qualquer esperança de expansão da escravidão além do Texas estava morta.

A discussão, então, passou do tema da escravidão nos novos territórios para a conveniência de anexar parte do México, escravo ou livre. Calhoun levantou este tema em 9 de fevereiro, quando ele observou que não se opunha à anexação “do país desde o desfiladeiro [El Paso] do Del Norte até a extremidade superior do Golfo da Califórnia, ”porque aquela parte do território do México “está ocupada apenas por uma população selvagem... um país não povoado, ou um país povoado apenas por selvagens; e foi isto que o tornou realmente valioso.” Mas o restante do México já estava ocupado por mexicanos, e, portanto, Calhoun perguntou: “Depois de vocês terem forçado o México a uma anuência com os seus termos, o que farão com aquilo que ganharam desta maneira? Vocês podem incorporar o México em sua União? Vocês podem trazer ali 7 milhões de pessoas – todas diferentes de vocês em sua religião, em seus hábitos, em seu caráter, em seus sentimentos – vocês podem trazê-las em conexão [*sic*] com seus cidadãos? Vocês podem incorporá-las a esta União e torná-las parte do povo dos Estados Unidos? Não, senhor, vocês não podem.”<sup>41</sup>

O senador John Berrien novamente falou pelos *whigs* sulistas preocupados. “Considerem-no como já sendo seu, e então digam-me, o que vocês farão com ele? Vocês *expulsarão os habitantes atuais*, e colonizarão o território vago

com emigrantes deste país ou de países estrangeiros?... Vocês os governarão como *províncias súditas*? ... Vocês os governarão como territórios, cujos habitantes irão, é claro, instantaneamente tornar-se cidadãos dos Estados Unidos e autorizados, quando chegarem ao número necessário, ao privilégio de serem admitidos como estados desta União? Vocês estão dispostos a pôr o seu direito hereditário nas mãos de raças híbridas que habitam estes territórios, ao incorporá-los nesta União?” Berrien respondeu suas próprias questões propondo uma emenda à cláusula Wilmot: “a guerra com o México não deveria ser processada por este governo com qualquer propósito de desmembramento daquela república, ou da aquisição, por conquista, de qualquer porção de seu território.”<sup>42</sup>

Respondendo pela administração e pelos democratas nortistas em geral, Lewis Cass de Michigan disse a seus colegas que “tudo o que queremos é uma porção de território, que eles nominalmente possuem, geralmente não habitado, ou escassamente habitado, e com uma população que logo se retiraria ou se identificaria com a nossa.”<sup>43</sup>

Sentindo a oposição escapar, os *whigs* do norte não estavam dispostos a admitir que estes eram territórios desabitados. Em uma referência aparente à Califórnia, Abraham Lincoln afirmou que “metade já está habitada, pelo que entendi, de modo toleravelmente denso para a natureza do país; e todas as suas terras [*sic*], ou tudo o que é valioso, já foi transformado em propriedade privada. Como então fazer qualquer coisa destas terras com este empecilho nelas? Ou como remover o empecilho? Suponho que ninguém irá dizer que deveríamos matar as pessoas, ou expulsá-las, ou escravizá-las, ou até mesmo confiscar as suas propriedades.”<sup>44</sup> “Se nós adquirirmos o Novo México e a Califórnia”, afirmou Washington Hunt de Nova York, “pense no tipo de população que deverá vir com eles em nossa Confederação. Devemos nos preparar para receber uma massa incongruente de espanhóis, índios e mexicanos mestiços – uma miscelânea de raças mistas, que não são adequadas nem para aproveitar nem para administrar nossas instituições livres: homens de sangue e línguas diferentes, que não podem conviver e misturar-se com nosso povo em pé de igualdade política ou socialmente. Eles devem ser governados como uma possessão colonial, sob leis provinciais, ou senão ser incorporados em nosso sistema federal, para tornar-se uma eterna fonte de luta, anarquia e comoção civil.” Desta maneira Hunt traçou a fronteira nova longe, ao norte, ou “cem mil pessoas e negros do Estado de Chihuahua (iriam) neutralizar a voz de Nova York, com seus três milhões de homens livres, no Senado dos Estados Unidos.”<sup>45</sup>

Então, ali estava o pássaro mais raro do aviário político de Washington: um consenso perfeito. Abolicionistas e donos de escravos, democratas sulistas e *whigs* sulistas, democratas nortistas e *whigs* nortistas, todos concordavam em um ponto: fosse qual fosse o resultado da guerra, a terra a ser tirada do México deveria ser tão desprovida de mexicanos quanto possível.

Enquanto o debate sobre a expansão ocorria em Washington, uma guerra estava sendo travada no México. Envolveu muita dor e sofrimento, e seu efeito a longo prazo foi envenenar as relações entre o povo do México e os Estados

Unidos. O seu efeito a curto prazo foi a derrota do exército mexicano, com o General Winfield Scott ocupando a capital mexicana em setembro de 1847. O presidente Polk havia começado a explorar a possibilidade de paz um ano antes que os Marines tomassem os prédios de Montezuma. Em meados de 1846, ele ordenou ao Comodoro Connor que levasse uma mensagem de paz a Veracruz que estava sob uma bandeira de trégua, e o diário do presidente indica que ele considerou enviar o Secretário de Estado Buchanan para negociar um fim para a guerra já em janeiro de 1847.<sup>46</sup> Dois meses antes, Polk havia se aproveitado da viagem de negócios de Moses Yale Beach, o editor arquiexpansionista do *New York Sun*, para autorizá-lo como um agente confidencial. Viajando ao México na esperança de obter direitos para uma rota de trânsito através do Istmo de Tehuantepec, Beach descobriu que esta já havia sido concedida a um cidadão mexicano. Ele então tentou dedicar-se à política mexicana, mas logo relatou “ter achado conveniente partir instantaneamente para o litoral” e retornar aos Estados Unidos.<sup>47</sup>

Sérios esforços de negociação só começaram em abril de 1847, quando o Secretário de Estado Buchanan notificou ao ministro mexicano de negócios estrangeiros que ele havia nomeado “Nicholas P. Trist, o oficial em nosso departamento de negócios estrangeiros, como um representante, investido de plenos poderes para concluir um tratado definido de paz com o México. Este cavalheiro possui a inteira confiança do presidente, e é eminentemente digno da confiança do governo mexicano.” Tecnicamente, Trist era um funcionário administrativo de segundo escalão no Departamento de Estado, mas seu título era o de funcionário chefe. Uma vez que Trist deveria ser apoiado por um exército vitorioso que logo estaria de posse da capital do inimigo, Polk pode ter pensado que a tarefa não requeria mais do que a atenção de um funcionário para os detalhes da capitulação do México.<sup>48</sup> As instruções de Trist incluíam um esboço cuidadosamente expresso em palavras de um tratado de paz que pressupunha aos Estados Unidos assumir uma vasta extensão territorial. “A extensão de nossas fronteiras com o México e Alta Califórnia, por uma soma que não exceda a vinte milhões de dólares, deve ser considerada condição *sine qua non* para qualquer tratado. Você pode modificar, mudar, ou omitir os outros termos do projeto se necessário, mas não de modo a interferir neste ultimato.”<sup>49</sup>

Trist rapidamente revelou seu amorismo quando iniciou as negociações oferecendo aos mexicanos a maior soma que Polk havia autorizado, e além disso, ajudou a promover a contraproposta do México a Washington de criar um Estado-tampão entre o Rio Nueces e o Rio Grande. Polk recebeu a proposta com descrença, uma vez que considerava que o território em questão tinha se tornado parte dos Estados Unidos quando o Texas havia entrado na União dois anos antes. Como poderia o México, após ter sido derrotado na guerra, sugerir a criação de um Estado-tampão e por que faltou a Trist o bom senso de descartar isso peremptoriamente? A questão que Washington desejava que Trist respondesse era simples: quanto da região do México *além do Texas* poderia ser adquirida pelo

mínimo custo? Como Trist obviamente não entendera o ponto principal de sua missão, Polk chamou-o de volta.

O emissário respondeu com um relatório de sessenta páginas explicando que um atraso na negociação de paz favoreceria os esforços daqueles cidadãos dos EUA que haviam iniciado uma pressão pela tomada de todo o México. O presidente reconheceu que o medo de Trist não era sem fundamentos.<sup>50</sup> A eleição presidencial aberta estava agora a menos de um ano (Polk havia prometido servir apenas um semestre), e poucos dos candidatos potenciais haviam esquecido a lição que os votantes ensinavam a Van Buren e Clay em 1844: expansionistas tímidos perdem eleições. O movimento “Todo o México” havia crescido vagarosamente durante o ano inicial da guerra, declinado após os debates sobre a Cláusula Wilmot, mas depois rapidamente começou a formar novos adeptos após as tropas dos EUA tomarem a Cidade do México em setembro de 1847. No começo do inverno, o movimento havia se tornado uma força importante, que no final do inverno atingiu seu ponto máximo. Trist argumentou que se aceitassem sua suspensão, considerações políticas domésticas poderiam requerer instruções diferentes para sua substituição, talvez ordenando a anexação de todo o México. Esta possibilidade iria prejudicar os Estados Unidos: “Embora entre as nações da terra, somos aquela acima de todas as outras... o México ocupa o ponto mais baixo da mesma escala, um ponto abaixo até mesmo do adequado às tribos indígenas dentro de nossas fronteiras.” Por que, perguntou, alguém iria desejar incorporar esse povo aos Estados Unidos?

Como ninguém poderia dar-lhe uma resposta aceitável, Trist recusou-se a aceitar uma ordem direta do presidente e assumiu a responsabilidade de negociar uma colonização que iria frustrar o sentimento anexacionista que crescia rapidamente nos Estados Unidos. Em 2 de fevereiro de 1848, quatro meses após ter sido chamado de volta, ele assinou o Tratado de Guadalupe-Hidalgo.

Enquanto Trist negociava com os mexicanos, os antianexacionistas no Congresso estavam mantendo a distância os partidários de “Todo o México”. Como no debate sobre a Cláusula Wilmot um ano antes, a principal oposição à incorporação de qualquer parte do México habitado consistia em uma coalizão de *whigs* nortistas e sulistas antiexpansionistas e os democratas pró-escravidão guiados por John C. Calhoun. A posição *whig* nortista foi melhor expressa pelo senador John Clarke de Rhode Island: “Sem princípios fixos de governo – uma população degenerada, bem inferior à raça asteca em civilidade e carente de grandes homens, acostumada apenas a obedecer – a sua condição não pode, talvez, senão ser melhorada. Mas incorporar uma massa tão desarticulada e degenerada em uma participação, mesmo que limitada, em nossos direitos sociais e políticos seria fatalmente destrutivo para as instituições de nosso país. Há uma pestilência moral ligada a este povo que é contagiosa – uma lepra que destruirá.”<sup>51</sup>

Calhoun e seus companheiros democratas sulistas chegaram à mesma conclusão, mas eles usaram uma outra lógica. Muitos deles estavam indecisos desde o começo acerca da viabilidade econômica da escravidão no Texas, e em 1848

eles estavam convencidos de que ela não sobreviveria em outras partes do México. A escravidão exigia um tipo especial de organização social – um punhado de senhores brancos dirigindo o trabalho forçado agrícola de uma massa de africanos. Territórios relativamente vazios poderiam ser adaptados à *plantation* e à escravidão. Mas além do leste do Texas até o sudoeste, a terra era adequada apenas para o pasto de gado, não para a escravidão. Isolados em vastas extensões de pastagens abertas, os “cowboys escravos” cavalgariam em direção ao pôr de sol mexicano e provavelmente levariam junto o rebanho.

Esse estado de coisas levou Calhoun a fazer uma pergunta um tanto diferente: os Estados Unidos querem tomar o deserto para ganhar acesso ao México central, o qual poderia ser adaptável à agricultura baseada na escravidão? O problema aqui, é claro, era que o México central encontrava-se completamente povoado por mexicanos. O enviado anterior Waddy Thompson percebeu o problema e chamou atenção dos seus colegas da Carolina do Sul em um discurso de 1847: “Este não é um país de selvagens com terras comunais, mas um país onde as transações de propriedade de terra são feitas há mais de trezentos e cinquenta anos. Tudo é propriedade privada”. Estas declarações levaram os democratas, escravistas do Sul à mesma conclusão dos abolicionistas *whigs* do Norte: “Não conseguiremos mais terra ali”, concluiu Thompson, “mas aumentaremos em muito a população, estrangeiros para nós em sentimento, educação, raça e religião – um povo desabitado ao trabalho, e acostumado à insubordinação e resistência à lei. As despesas de governá-los serão dez vezes maiores do que as rendas que possam vir de lá”. O presidente Polk concordou.<sup>52</sup>

No Senado novamente, John C. Calhoun propôs uma resolução formal, opondo-se à anexação do México. Depois de algum debate, a resolução foi adiada, mas Calhoun disse o que queria antes de deixar sua proposta morrer: “Como se pode construir um governo livre no México?” ele perguntou. “Onde está a inteligência no México adequada à construção de um tal governo? Este tem sido o objetivo deles há vinte e poucos anos; seu povo, porém, encontra-se em tal estado de incapacitação para o trabalho, que tem sido um completo fracasso do começo ao fim”. Acalorando o debate, Calhoun falou abertamente aos democratas sulistas: “Jamais foi nossa intenção incorporar à nossa União qualquer raça que não fosse a caucasiana – a raça branca livre. Incorporar o México seria o mesmo que incorporar uma raça índia, pois mais da metade dos mexicanos são índios, e a outra parte é composta principalmente por uma mistura de tribos. Protesto formalmente contra uma união feita dessa maneira! O nosso, senhor, é o Governo de uma raça branca. Os maiores infortúnios da América espanhola remontam ao erro fatal de colocar estas raças de cor em pé de igualdade com a raça branca.”<sup>53</sup>

Este acordo entre os *whigs* nortistas e os democratas sulistas chegou com grande alívio para os *whigs* sulistas, que agora poderiam ser autênticos tanto com seu partido como com sua seção, de modo que puseram-se em fila na tribuna para dizer a seus colegas que eles também opunham-se à incorporação dos mexicanos à União. Referindo-se aos mexicanos como “miseráveis, criaturas fanáticas,” Ed-

ward Cabell da Flórida perguntou: “devemos, por um ato do Congresso, converter a população do México miserável, negra, branca, vermelha, mestiça – os índios, os mulatos, mestiços [*sic*], chinos, zambos, quinteros – em cidadãos americanos livres e esclarecidos, com direito a todos os privilégios que desfrutamos?”

O Senador Willie Mangum da Carolina do Norte avisou seus colegas que a absorção do México levaria os Estados Unidos “a entregar suas instituições livres” e, embora todo mundo conhecesse o significado do eufemismo de Mangum, John Clayton de Delaware tomou alguns minutos para explicar detalhadamente seu significado: “Há no México nada menos que oito milhões de seres humanos (homens, mulheres e crianças) de uma raça totalmente diferente da nossa – uma população de cor, sem sentimentos em comum conosco, sem julgamentos como os nossos; mas, ao contrário, com julgamentos antípodos aos nossos, e especialmente intolerantes em relação a este tema da escravidão. Vocês supõem que se anexarem à União Americana estes oito milhões de pessoas, sustentadas pelos milhões de homens de cor neste país, elas irão permanecer espectadoras ociosas dos procedimentos deste governo, estimuladas como serão pelos abolicionistas da casta mais fanática? O que, então, será desta nossa instituição peculiar, que existiu há tantos anos neste país?”<sup>54</sup>

John Bell, *whig* do Tennessee, forneceu os cálculos numéricos: “Os diversos estados ou províncias do México, 21 ao todo, agora desfrutam de uma organização política separada, com população suficiente em cada um para formar um estado sob o nosso sistema, exceto dois. Estes podem muito bem fundir-se em um; o que ainda deixaria vinte novos estados a ser admitidos na União... Nós teremos quarenta novos senadores.” Procurando impedir a alternativa de anexação sem a condição de estado – ou seja a criação de um império – Bell invocou um pesadelo para o exército de ocupação dos EUA: “vocês levaram em conta a raça com a qual terão que lidar? São espanhóis, que andam pelas ruas e estradas carregando o estilete sob a manga, o punhal sob as dobras da capa, esperando o momento propício. A raça deteriorou; mas o sangue irá se mostrar, na distância dos séculos, quando a taça da amargura transbordar, e quando o opressor menos esperar.”<sup>55</sup>

Os defensores de “Todo o México” diminuía irremediavelmente, e apenas alguns fizeram débeis tentativas de superar o argumento contra a expansão. O senador Ambrose Sevier extrapolou a partir da experiência do Arkansas onde, ele alegou para os senadores que conhecia melhor; os índios “haviam se tornado um povo ordeiro, próspero e facilmente governável”; ele, por exemplo, “não via nenhuma grande dificuldade em civilizar e governar a massa de mexicanos.”<sup>56</sup> Apenas um senador defensor da incorporação de “Todo o México”, o democrata de Illinois Sidney Breese, propôs algo próximo de uma refutação vigorosa à torrente da oposição, mas ele admitiu: “não suponho que os mexicanos estejam neste momento prontos para uma união em termos de igualdade conosco; e muito deverá ser feito antes que isto ocorra. Pela infusão de nossa própria população entre eles... juntamente com imigrantes da Europa, que não tardarão a aprovei-

tar-se das vantagens incomparáveis que este país desfruta, uma mudança gradual em suas maneiras, costumes e linguagem decorrerá.” Este sonho de um México “melhorado” em um futuro distante foi a melhor resposta que os entusiastas de “Todo o México” poderiam desenvolver à questão colocada por Andrew Butler da Carolina do Sul: “Por que infundir o sangue sem vida de uma república arruinada nas veias saudáveis desta Confederação?”<sup>57</sup>

Em meio a este debate (nominalmente sobre o pedido da administração de fundos para o sustento de dez novos regimentos do exército), em fevereiro de 1848 o Tratado de Guadalupe-Hidalgo chegou em Washington. Polk ainda estava furioso com Trist, mas teve que concordar que o emissário tinha cumprido suas instruções. O tratado estipulava que os Estados Unidos assumissem as reivindicações dos cidadãos contra o México em uma quantia de até \$3.25 milhões e pagassem ao México \$15 milhões, e em retorno o México deveria aceitar o Rio Grande como a fronteira com o Texas e ceder aos Estados Unidos uma enorme extensão de terra – essencialmente tudo a oeste do Texas até o Oceano Pacífico.

A alternativa ao tratado de Trist era enviar uma nova equipe de negociação ao México. Nesse caso ninguém sabia ao certo o que poderia ocorrer. A posição dos EUA iria tornar-se irremediavelmente complicada na próxima campanha eleitoral, e Polk sabia que o público havia se cansado da guerra; além disso, conforme Calhoun disse a um amigo, a situação política instável do México provavelmente tornou a renegociação algo fora de cogitação.<sup>58</sup> O Senado prontamente consentiu na ratificação do tratado. Dos 14 senadores que se opuseram ao tratado, sete eram *whigs*, muitos dos quais queriam menos território, e sete eram democratas, dos quais todos queriam mais.

Pouco após o acordo de 1846 com a Grã-Bretanha que dividiu o Território de Oregon no 49º paralelo, o tratado de Trist estabeleceu as fronteiras dos Estados Unidos com os seus vizinhos. Embora seus membros não soubessem disso na época, o trabalho de uma geração havia sido completado. Os debates sobre a Cláusula Wilmot e a incorporação de “Todo o México” tiveram o efeito singular de aumentar a importância da escravidão no debate sobre expansão. Logo os democratas nortistas antiescravidão formaram uma coalizão livre com a *Conscience Whigs*, levando à criação do Partido Solo Livre e à derrota dos democratas fragmentados em 1848. No ano seguinte, o democrata James Buchanan lamentou a Francis Blair que o Texas era o cavalo de tróia que entrou em nosso campo.<sup>59</sup> Além de partidos políticos, o conflito com o México acelerou a desintegração da União. Anos depois, um dos jovens oficiais que lutou no México, e mais tarde tornou-se presidente, escreveria em suas memórias que “a rebelião sulista era o resultado da guerra mexicana. Tanto nações, como indivíduos são punidos por suas transgressões.”<sup>60</sup> Finalmente, a guerra com o México revelou o tom geral que os Estados Unidos adotariam ao lidar com seus vizinhos latino-americanos. Emprestado em parte do pensamento da geração de John Quincy Adams, e agora suplementado pelos imperativos do *Destino Manifesto*, este tom seria uma parte proeminente dos futuros debates sobre a expansão pelo Yucatán, Cuba e América Central.



## notas

- 1 Butler a Forsyth, 17 de junho de 1835, Despachos do México, NA M97/R7.
- 2 Waddy Thompson, *Recollections of Mexico* (New York: Wiley and Putnam, 1846), p.46, 18-9.
- 3 Poinsett a Clay, 6 de outubro de 1827, Congresso dos EUA, Câmara, *Boundary- United States and Mexico*, Doc. Exec. Da Câmara No. 42, 25th Cong., 1st Sess., 1837, p. 25; Thompson, *Recollections of Mexico*, p.19.
- 4 A discussão da condição de estado está nos *Annals of Congress*, 11th. Cong., 3d Sess., 1810-1811, p. 482-6, 518-9; as leis são 2 Stat. 283 (1804), 2 Stat. 641 (1811), and 2 Stat. 701 (1812).
- 5 “A fronteira entre os dois países a oeste do Mississippi deverão começar no Golfo do México, na foz do rio Sabine, no mar, continuando ao norte, ao longo da margem ocidental daquele rio”. 8 Stat. 252.
- 6 Jefferson a Monroe, 14 de maio de 1820 em *The Writings of Thomas Jefferson*, Albert Ellery Bergh, ed., 20 vols. (Washington, D.C.: The Thomas Jefferson Memorial Association, 1903-1904), vol. 15, p. 251-2.
- 7 José Manuel de Herrera a José Manuel Bermúdez Zozaya [“Zozaya” nos documentos oficiais], 31 de outubro de 1822, no México, Secretaria de Relações Exteriores, *La diplomacia mexicana*, 3 vols. (México: Tipografia “Artística”, 1910-1913), vol. 1, p. 87.
- 8 “Tem-se por legítimo e válido o arranjo de limites que aparece no Tratado de 22 de fevereiro de 1819.” De Herrera a Zozaya, 31 de outubro de 1822, em *La diplomacia mexicana*, vol.1, p. 85.
- 9 As instruções de Poinsett estão em Clay para Poinsett, 26 de março de 1825, em Câmara, *Boundary-United States and Mexico*, p. 5-6; o novo tratado (8 Stat. 372) foi assinado na Cidade do México, em janeiro de 1828, e prontamente aprovado pelo Senado dos EUA, mas documentos do acordo não foram trocados até 1832.
- 10 *Memoirs of John Quincy Adams, Comprising Portions of His Diary from 1795 to 1848*, Charles Francis Adams, ed., 12 vols. (Philadelphia: J.B. Lippincott and Co., 1874-1875), vol.6, p. 177-8.
- 11 Zozaya a de Herrera, 7 de dezembro de 1822, e Zozaya a de Herrera, 26 de dezembro de 1822, *La diplomacia mexicana*, vol. 1, p. 89, 103.
- 12 Câmara, *Boundary – United States and Mexico*, p. 10-4.
- 13 Poinsett para Clay, 12 de outubro de 1825, Despachos do México, NA M97/R2; Poinsett a Van Buren, 10 de março de 1829, NA M97/R5.
- 14 Jackson a Butler, 10 de outubro de 1829, em *Correspondence of Andrew Jackson*, John Spenser Bassett, ed., 7 vols. (Washington, D.C.: Carnegie Institution, 1926-1935), vol 4, p. 80-1. Ele terminou “Quando você tiver lido este P.S. e minha carta particular, deverá queimar ambos”.
- 15 *Ibid.*, p. 81; Butler para Jackson, 6 de fevereiro de 1834, *ibid.*, vol. 5, p. 244-6. Grifos casuais apagados.
- 16 Butler para Jackson, 7 de março de 1834, *ibid.*, vol. 5, p. 251-3. Grifos casuais apagados.
- 17 Thompson, *Recollections of Mexico*, p. 240.

18 Morfit para Forsyth, 10 de setembro de 1836, Despachos do Texas, NA T728/R1; ver também Ellis para Forsyth, 19 de maio de 1836, Despachos do México, NA M97/R8.

19 Green para Calhoun, 24 de janeiro de 1842, em *Annual Report of the American Historical Association for the Year 1899, volume II: Calhoun Correspondence*, J. Franklin Jameson, ed. (Washington, D.C.: GPO, 1900), p. 842-3.

20 A declaração mais clara desta interpretação das intenções britânicas é de Green para Calhoun, 24 de janeiro de 1842, em *Calhoun Correspondence*, p. 841.

21 Upshur a Edward Everett, 28 de setembro de 1843, Instruções para a Grã-Bretanha, NA M77/R74; o raciocínio está também em Upshur para Murphy, 8 de agosto de 1843, Instruções para o Texas, NA M77/R161.

22 Upshur havia completado o trabalho sobre o tratado quando tirou um dia de folga, convidado pela Marinha a cruzar o Potomac e testemunhar as capacidades das novas armas a bordo do USS *Princeton*. Assumindo a posição de precedência que convém a um membro de alta posição do gabinete, Upshur estava parado ao lado de uma das armas quando ela explodiu como uma granada, partindo-o em pedaços.

23 *Congressional Globe*, 21 de janeiro de 1845, Apêndice p. 146.

24 5 Stat. 797; *Congressional Globe*, 27 de fevereiro de 1845, p. 363.

25 Issac Van Zandt e J. Pinckney Henderson para Anson Jones, 10 de junho de 1844, em *Annual Report of the American Historical Association for the Year 1908, volume 2: Diplomatic Correspondence of the Republic of Texas*, George P. Garrison, ed. (Washington, D.C.: Government Printing Office, 1911), p. 285.

26 Escrito em 22 de abril de 1844 a um grupo de líderes políticos de Cincinnati, a carta de Polk é reimpressa em John S. Jenkins, *James Knox Polk and a History of His Administration* (Auburn and Buffalo, N.Y.: John E. Beardsley, 1850), p. 120-3.

27 Robert J. Walker, "Letter of Mr. Walker, of Mississippi, Relative to the Annexation of Texas," Washington, D.C., 8 de janeiro de 1844, p. 12. Um fac-símile da carta de Walker da edição *Globe* de Washington, do qual as citações aqui são tiradas, é reproduzido no apêndice de Frederick Merk, *Fruits of Propaganda in the Tyler Administration* (Cambridge: Harvard University Press, 1971), p. 221-52.

28 De Bocanegra a Thompson, 23 de agosto de 1843, incluído em Thompson para Upshur, 25 de agosto de 1843, Despachos do México, NA M97/R12; Juan Almonte para Upshur, 3 de novembro de 1843, Notas da Legação Mexicana, NA M54/R2.

29 Buchanan para Slidell, 10 de novembro de 1845. Doc. Exec. do Senado No. 52, 30th Cong., 1st Sess., 1848, p. 79; Polk para Slidell, 17 de dezembro de 1845, Letterbook, 1845-1846, p. 198-201, Polk Papers, LC.

30 Manuel de la Peña e Peña a Slidell, 20 de dezembro de 1845, incluído em Slidell para Buchanan, 27 de dezembro de 1845, Despachos do México, NA M97/R13

31 Parrott a Buchanan, 29 de abril e 11 de outubro de 1845, Despachos do México, NA M97/R13; Black para Buchanan, 6 de março de 1847, Despachos dos Cônsules dos EUA na Cidade do México, NA M296/R5; Slidell para Buchanan, 17 e 27 de dezembro de 1845, 6 de fevereiro de 1846, 14 de janeiro de 1846, Despachos do México, NA M97/R13

32 Aqui o presidente Polk estava sendo desonesto, pois a decisão formal de ir para a guerra foi tomada na manhã antes que as notícias dos primeiros tiros chegassem em Washington. O gabinete Polk reuniu-se duas vezes em 9 de maio, uma antes da chegada das notícias e outra vez depois. No encontro da manhã, o gabinete decidiu por uma declaração de guerra; no encontro da tarde, ele simplesmente decidiu as questões táticas de como as no-

## a incorporação do norte do México

tícias que tinham acabado de chegar afetariam o conteúdo e a escolha do momento da mensagem de guerra.

33 *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol. 4, p. 442.

34 Clahoun a King, 12 de agosto de 1844, Instruções à França, NA M77/R55.

35 Para a apresentação da Cláusula, ver *Congressional Globe*, 12 de agosto de 1846, p. 1217; para os votos, ver *Journal of the House of Representatives*, 15 de fevereiro de 1847, p. 346-50, e 3 de março de 1847, p. 501-5, e *Journal of the Senate*, 1 de março de 1847, p. 252.

36 O discurso de Calhoun é relatado na terceira pessoa no *Congressional Globe*, 9 de fevereiro de 1847, pgs. 356-9; uma versão retificada é reimpressa no Apêndice p. 323-7.

37 *Congressional Globe*, 5 de fevereiro de 1847, Apêndice p. 296-302; ambas as citações estão na p. 301.

38 *The Collected Works of Abraham Lincoln*, Roy P. Basler, ed., 8 vols. (New Brunswick, N. J.: Rutgers University Press, 1953-1955), vol. 1, p. 440-2; ver também *Congressional Globe*, 18 de junho de 1846, Apêndice p. 952; 16 de julho de 1846, p. 1115-6; 26 de março de 1846, Apêndice p. 580, e 16 de junho de 1847, p. 928 e Apêndice p. 946.

39 *Congressional Globe*, 2 de fevereiro de 1847, Apêndice p. 280-1; ver também os comentários por Washington Hunt de New York, 13 de fevereiro de 1847, Apêndice p.364-5.

40 Ver as tentativas de Ambrose Sevier e Lewis Cass em *Congressional Globe*, 5 de fevereiro de 1847, Apêndice p. 299; e 10 de fevereiro de 1847, p. 367-8.

41 *Congressional Globe*, 9 de fevereiro de 1847, p. 359. Talvez não por coincidência, o companheiro de Calhoun da Carolina do Sul, Waddy Thompson, havia escrito que os departamentos do norte “contêm todas as minas, e concentram mais a riqueza do país do que quaisquer outros.” Thompson, *Recollections of Mexico*, p. 240.

42 *Congressional Globe*, 5 de fevereiro de 1847, Apêndice p. 297, 301; ver também 16 de junho de 1847, Apêndice p. 950 e 5 de fevereiro de 1847, Apêndice p. 301.

43 *Congressional Globe*, 10 de fevereiro de 1847, p. 368-9.

44 *Collected Works of Abraham Lincoln*, vol.1, p. 440.

45 *Congressional Globe*, 13 de fevereiro de 1847, Apêndice p. 363, 5; ver também 2 de fevereiro de 1847, p. 280-1.

46 A mensagem de paz é de Buchanan ao ministro de Relações Exteriores do México, 27 de julho de 1846, Correspondência Diplomática, 1785-1906, Cartas Cerimoniais, Comunicações aos Soberanos Estrangeiros e Chefes de Estado, 1829-1877, vol.2, p. 2-3, NA; *The Diary of James K. Polk during His Presidency, 1845-1849*, Milo Milton Quaife, ed., 4 vols. (Chicago: A. C. McClurg, 1910), vol. 2, p. 50, 338.

47 Buchanan para Beach, 21 de novembro de 1846, Instruções Diplomáticas do Departamento de Estado, 1801-1906, Missões Especiais, NA M77/ R152; *Diary of James K. Polk*, vol. 2, p. 477; Beach para Buchanan, 4 de junho de 1847, Comunicações de Agentes Especiais, 1794-1906, NA M37/R7.

48 A mensagem de Buchanan à sua contraparte mexicana é reimpressa em Senate Exec. Doc. No. 1, 30<sup>th</sup> Cong., 1<sup>st</sup> Sess., 1847, p. 39-40; *Diary of James K. Polk*, vol. 3, p. 301.

49 As instruções de Trist e esboço do tratado estão reimpressos em Doc. Exec do Senado No. 52, 30<sup>th</sup> Cong., 1<sup>st</sup> Sess., 1847-1848, p. 81-9; citação p. 83. Para a justificativa de Polk da nomeação de Trist, ver *Diary of James K. Polk*, vol.2, p. 466.

50 *Diary of James K. Polk*, vol.3, p.283, 286, 300-1, 345, 358. O aviso de chamada é de Buchanan para Trist, 6 de outubro de 1847, Instruções para o México, NA M77/R112. A mensagem de Buchanan não foi recebida por Trist até 16 de novembro; sua resposta comprida está em Trist para Buchanan, 6 de dezembro de 1847, Despachos do México, NA M97/R15

51 *Congressional Globe*, 26 de janeiro de 1848, p. 244; ver também as observações de Caleb Smith e David Fisher, p. 296, 324.

52 Thompson's Greenville, Carolina do sul, o discurso é reimpresso no *Daily National Intelligence*, 21 de outubro de 1847, p.2; o acordo de Polk está em *Diary of James K. Polk*, vol.2, p. 308.

53 *Congressional Globe*, 4 de janeiro de 1848, p. 96-9; ver também 4 de fevereiro de 1848, Apêndice p. 272-8.

54 *Congressional Globe*, 4 de março de 1848, 14 e 17 de janeiro de 1848, p. 162, 183, 429, Apêndice p. 270.

55 *Congressional Globe*, 3 de fevereiro de 1848, p. 196-7.

56 *Congressional Globe*, 12 de janeiro e 4 de fevereiro de 1848, p. 157, 302.

57 *Congressional Globe*, 17 de janeiro de 1848, p. 188, e 14 de fevereiro de 1848, Apêndice p. 349.

58 *Diary of James K. Polk*, vol. 3, p. 223; Calhoun a Thomas Clemson, 7 de março de 1848, em *Annual Report of the American Historical Association for the Year 1899, volume II: Calhoun Correspondence*, J. Franklin Jameson, ed. (Washington, D.C.: GPO, 1900), vol.2, p. 746.

59 Buchanan a Francis P. Blair, Sr., 27 de novembro de 1849, Reel 48, Buchanan Papers, Historical Society of Pennsylvania, Filadélfia. Um editor proeminente, cuja casa de família tornou-se a *guest house* presidencial de hoje, o próprio Blair logo mudou para o partido republicano.

60 Ulysses S. Grant, *Personal Memoirs of U.S. Grant*, 2 vols. (New York: Charles L. Webster, 1892), vol. 1, p.56

## o debate sobre a escravidão nos EUA e a disputa pelo caribe

É nossa missão instilar vida nova no povo frágil e mal governado, crescido nos *débris* do poder espanhol na América, e nas colônias ainda sujeitas à influência desvitalizadora de seu domínio; mas não devemos esperar realizar isto em nossa época, ou em um século. Não devemos ser tentados a absorver mais rapidamente do que podemos assimilar.

*Representante Milton Latham, 1854*

A criação de um consenso contra a expansão para o Caribe deu-se em associação com o combate à escravidão e a desintegração do partido jacksoniano. Em meados do século, os *whigs* estavam desaparecendo da cena política. Um partido de um elitismo antiquado e valores burgueses, de deferência social e *noblesse oblige*, os *whigs* nunca foram páreo para os democratas jacksonianos populistas em uma disputa nacional arbitrada pela votação pública. Apenas duas vezes, entre a eleição de John Quincy Adams, em 1824, e o fim do partido na década de 1850, os *whigs* foram capazes de ganhar a presidência, e estas duas vitórias foram o resultado ou de reveses econômicos (1840) ou de uma divisão entre os democratas (1848). E, em uma estranha antecipação do destino do partido, ambos os *whigs* vencedores logo morreram.

Os *whigs* propunham uma expansão cautelosa. Do mesmo modo que os mais antigos do partido, no final de 1840, o jovem representante *whig* Abraham Lincoln havia condenado a guerra mexicana como desnecessária e inconstitucional<sup>1</sup>, e após os ganhos territoriais de 1848, poucos *whigs* desejavam mais. Nem ao menos conseguiam desenvolver um consenso interno relativo ao que fazer com os territórios recentemente adquiridos pela nação. Quando um novo senador eleito, William Seward, fez um discurso apoiando a condição de estado do Novo México, a velha guarda *whig* liderada por Henry Clay surgiu para adverti-lo de que

os habitantes do Novo México eram “misturados” demais para permitir uma condição de igualdade com os cidadãos de Ohio, Michigan, Indiana, Illinois, Iowa, ou Flórida, os quais, havia observado Seward, possuíam populações menores na época de sua admissão à União. A diferença, replicou Clay, não era a quantidade, mas a qualidade da população: os habitantes do Novo México eram uma mistura de “americanos, espanhóis e mexicanos; e cerca de oitenta ou noventa mil índios, civilizados, não civilizados, semicivilizados e bárbaros.”<sup>2</sup> o território do Novo México para finalmente tornar-se estado da União iria ter que esperar até que a população fosse embranquecida pelos colonizadores de origem inglesa para finalmente tornar-se estado da União. E antes que o partido chegasse a um consenso acerca do que fazer com o povo que ele acabara de anexar, os *whigs* certamente não iriam somar esforços para acrescentar novos territórios.

Já os democratas estavam seriamente divididos em relação às diferenças econômicas regionais, que finalmente se concentraram na escravidão. Quanto à expansão, as questões básicas que os democratas continuavam a abordar relacionavam-se a extensão e velocidade, e não se ela era desejável. Alguns recomendavam cautela. Em 1854, o representante Milton Latham, da população dispersa da Califórnia, concordou: “é nossa missão instilar nova vida no povo frágil e mal governado, crescido nos *débris* do poder espanhol na América, e das colônias ainda sujeitas à influência desvitalizadora de seu domínio; mas,” ele continuou, “não devemos esperar realizar isto em nossa época, ou em um século. Não devemos ser tentados a absorver mais rapidamente do que podemos assimilar.”<sup>3</sup>

Participavam também do debate interno do partido os expansionistas radicais, frouxamente vinculados ao movimento da Jovem América. No início da década de 1850 eles haviam tomado o controle do partido democrata dos “*Old Fogies*”, e as plataformas democratas de 1852 e de 1856 continham objetivos territoriais excepcionalmente ambiciosos. Dentro de poucos anos, uma liderança da Jovem América, Stephen Douglas, seria o candidato presidencial do partido; entretantes, os jovens americanos pressionavam o partido democrata para que se concentrassem na expansão territorial. Em seu discurso inaugural de 1853, Franklin Pierce comprometeu amplamente sua administração com a expansão territorial, e na convenção de 1856, deputados votaram de 229 a 33 para incluir na plataforma uma declaração de que “o partido democrata irá esperar da próxima administração que todo esforço correto seja feito para garantir nossa ascendência no Golfo do México.”

O foco lógico da expansão era em direção ao sul, e por isto esta nova onda de sentimento expansionista logo começou a dividir os democratas por região. Toda aquisição em potencial requeria uma discussão acerca da existência ou impossibilidade da escravidão no território a ser adquirido, e em 1860 o partido estava tão fragmentado que foi incapaz de escolher um candidato presidencial. A desintegração do partido democrático foi sintoma das divisões que se desenvolveram entre o público em geral. À medida que a política de expansão tornou-se

ligada à política da escravidão, o debate evoluiu do partido para uma questão regional. O foco estava no México e em Cuba.

O México havia sido devastado pela guerra. “De fato há algo doloroso em testemunhar o grau de autodegradação ao qual este povo foi rebaixado, de sua antiga posição de extrema proeminência”, relatou o encarregado americano Robert Walsh da Cidade do México no final de 1848. “As confissões mais abertas de que o destino do país está selado são feitas em toda parte – que não há possibilidade de um dia ressuscitá-lo para uma existência eficiente.” A derrota na guerra e a perda de metade do território nacional pareceriam ser uma razão adequada para esta atitude de desespero, mas Walsh tinha uma explicação diferente: ela era o produto da constituição racial da nação, e das inabilidades de liderança da elite hispânica, e tudo isto poderia ser “resumido em poucas palavras – ignorância nas classes inferiores, corrupção nas superiores, impotência e desespero em ambas.” A situação política era especialmente instável, e Walsh notava que “rumores sobre a revolução são constantes e numerosos, e... os habitantes parecem estar sobre um vulcão que pode expelir sua lava quando menos se esperar.”<sup>4</sup>

Foi nesse contexto que uma Guerra civil estourou no Yucatán. Com frequência chamada de Guerra de Castas, porque opunha a maioria indígena à elite *criolla*, a disputa proporcionou ao movimento “Todo o México” uma oportunidade de adquirir ainda mais territórios mexicanos. A iniciativa veio dos autonomistas governantes de Yucatán, que anteriormente haviam mandado um delegado a Washington para proclamar a neutralidade da região na guerra entre os Estados Unidos e o México, e para descobrir se a administração Polk estaria interessada em anexar a península. O Secretário de Estado Buchanan havia recusado a oferta, mas, agora, tendo descoberto que o governo central do México não poderia oferecer nenhuma ajuda para reprimir a rebelião indígena, o governador do estado desesperado ofereceu soberania a qualquer poder que oferecesse assistência.

O presidente Polk submeteu a oferta ao Senado em abril de 1848, dizendo aos senadores que o Yucatán “está situado no Golfo do México, no continente norte-americano; e por causa de sua vizinhança com Cuba, com os cabos da Flórida, com New Orleans, e, na verdade, com toda nossa costa sudoeste, seria perigoso para nossa paz e segurança se ele se tornasse uma colônia de qualquer nação européia.”<sup>5</sup> A responsabilidade de guiar a proposta no Senado caiu sobre Edward Hannegan, o expansionista de Indiana cuja oratória vibrante havia sido responsável pela popularização do grito de batalha de Oregon, “54’ 40’ ou Luta.” Ele começou o debate colocando a questão em uma estrutura humanitária, dizendo a seus colegas que “o Yucatán solicita aos Estados Unidos assistência para proteger seu povo contra os selvagens bárbaros que o perseguem, suas viúvas e famílias, até o oceano.” Incapaz de fazer frente à imagem vívida, evocada por Hannegan, de hispânicos fugindo em meio à rebentação de ondas, outro expansionista democrata, Lewis Cass de Michigan, invocou a vontade de Deus: “a Providência nos colocou, em alguma medida, no topo das repúblicas, deste continen-

te, e nunca houve melhor oportunidade do que a presente, oferecida a qualquer nação, de cumprir o dever superior confiado a ela.<sup>6</sup>

Nem todo mundo simpatizava com a causa *criolla*. A oposição *whig* notou que os nativos pareciam espantosamente bárbaros após trezentos anos de tutela espanhola, e um funcionário dos EUA escreveu ao Secretário de Estado Buchanan que os *criollos* estavam sitiados apenas por causa de “sua carência de energia, união e coragem para resistir à destruição e incursões [sic] dos indígenas.” Sem considerar se estes *criollos* mereciam ser libertos, a oposição se preocupava com a questão de precedência de um ato de intervenção humanitária em uma região famosa por sua instabilidade. John Calhoun perguntou: “Estaremos declarando agora, através de nossos atos, que em todos os casos como este devemos interferir com a força das armas, se necessário, e portanto nos deixar envolver com o destino de todos aqueles países? Devemos estabelecer um tal precedente? Não.”<sup>7</sup>

Sentindo que seu apelo por intervenção humanitária não estava funcionando, o senador Hannegan adaptou o foco de seu apelo, como Polk havia feito, à questão da segurança nacional. “Sir”, ele respondeu a Calhoun, “há um poder formidável na Europa ameaçando os interesses americanos naquele país, e deixe-me acrescentar, as instituições americanas [a escravidão] também. Esse poder dirige-se de modo acelerado à conquista do Istmo inteiro.” Hannegan argumentou que “a posse do Yucatán pela Inglaterra iria logo ser seguida pela posse de Cuba.”<sup>8</sup> O uso que Hannegan e Polk fizeram da Doutrina Monroe para a continuidade da expansão territorial, incomodou Calhoun, que havia servido no gabinete de Monroe e, como sua resposta a Hannegan demonstrou, não havia esquecido um único detalhe das discussões acontecidas um quarto de século antes. Seu discurso de 15 de maio recuperava o argumento de que a dificuldade dos *criollos* de Yucatán tinha relação, mesmo que remota, com a Doutrina Monroe.

Aparentemente, o medo de que a Grã-Bretanha adquirisse o Yucatán não tinha fundamentos. Com a recente extensão de sua posição ao sul, ao longo da Costa do Mosquito, que incorporou San Juan del Norte, os britânicos pareciam contentes em deixar que os Estados Unidos impusessem sua vontade no México. Quando o exército dos EUA capturou Veracruz em 1847, o Secretário das Relações Exteriores, Palmerston, escreveu a seu embaixador em Paris: “Que companheiros arrojados são os nossos primos transatlânticos... os ianques terminarão se tornando os senhores de grande parte do México.” Isto não o incomodava, ele continuou, porque se a União tornar-se muito grande, ela se dividirá ou a diversidade de interesses conflitantes de suas várias partes componentes será um obstáculo a qualquer guerra desnecessária com um grande poder marítimo e um cliente rico como a Inglaterra. Além disso, uma grande extensão de terra boa ao sul tornará os americanos menos ansiosos em pensar em direção ao Canadá.”<sup>9</sup>

Então, em meio ao debate no Senado, a notícia de que a Guerra de Castas havia terminado chegou em Washington, e o Senador Hannegan trouxe à discussão seu próprio projeto de lei. A única oportunidade de os Estados Unidos



anexarem a península do Yucatán escapuliu silenciosamente.

A outra questão principal das relações do pós-guerra entre os Estados Unidos e o México não seria resolvida tão facilmente, pois envolvia um tema de enorme interesse dos cidadãos dos Estados Unidos: a construção de uma ferrovia transcontinental. O transporte ferroviário estava rapidamente atingindo a maioria nos Estados Unidos, e em 1850 o Congresso acelerou o processo expandindo concessões federais de terra para estimular a construção. As linhas férreas da nação expandiram-se de 8.800 milhas em 1850 para 21.300 milhas em 1854; durante a irrupção da Guerra Civil, a nação tinha 30.000 milhas de vias férreas, quase tanto quanto todo o resto do mundo. Entretanto, este crescimento não era, de modo algum, parte de um grande projeto para construir uma ferrovia transcontinental. Segundo a opinião dos técnicos, a construção de uma linha através das Montanhas Rochosas até o Pacífico seria extremamente difícil; seu funcionamento durante os meses de inverno seria mais difícil ainda e, como a opinião pública estava dividida regionalmente quanto à rota apropriada, seria quase impossível apoiá-la com a legislação federal. Apenas em meados de 1862, o Congresso do norte passou a lei criando um mecanismo para financiar uma via férrea transcontinental no norte do país, e não foi por acidente que ela levou o nome de *Union Pacific*.

O impasse anterior à Guerra Civil nos Estados Unidos criou um interesse considerável pela construção de duas linhas férreas através do México – uma ao longo do Rio Gila e outra através do Istmo de Tehuantepec. Anos antes, em 1842, o presidente Santa Anna havia conferido o direito de operar uma rota através do Tehuantepec a José de Garay. De Garay partira, então, para a Europa em busca de capital e, enquanto estava no exterior, mudou de idéia e decidiu vender sua concessão a mercadores britânicos, que rapidamente revenderam-na a dois novaiorquinos, Peter e Louis Hargous, donos de uma linha mercante entre a costa leste dos EUA e Veracruz.

A concessão de Garay proveu a construção e operação de uma estrada de ferro, mas não a sua defesa, que Washington considerava igualmente importante; portanto, em meados de 1850, o ministro dos EUA Robert Letcher completou as negociações em um tratado complementar “pela proteção de uma passagem através do Istmo de Tehuantepec.” O tratado de Letcher deu aos Estados Unidos o direito de enviar tropas para proteger a estrada de ferro, caso requisitada pelo México, ou de intervir unilateralmente no caso de relações interrompidas. Depois que diversos pontos foram esclarecidos, o Senado consentiu a ratificação, mas a oposição tanto ao tratado como à concessão surgiu rapidamente no México, e em meados de 1851 o Congresso mexicano anulou a concessão de Garay e recusou a ratificar o tratado de Letcher. Embora o México tenha citado motivos técnicos para revogar a concessão,<sup>10</sup> a razão básica e não mencionada era que a concessão a um cidadão mexicano tornara-se posse de cidadãos americanos.

A administração Pierce que se sucedeu (1853-1857) foi inicialmente indiferente à linha de Tehuantepec, e o Secretário de Estado William Marcy instruiu o mi-

nistro dos EUA James Gadsden a não persistir no assunto. A indiferença de Marcy certamente refletiu o fato de que os conselheiros mais antigos de Pierce eram partidários da rota norte ao longo do Rio Gila – uma rota que seria de benefício substancial do Sul. No fim de sua administração, entretanto, Pierce respondeu à pressão de outros democratas sulistas e instruiu o ministro John Forsyth a procurar a aprovação do México para uma linha de Tehuantepec operada pelos EUA.<sup>11</sup>

Muitos dos detalhes em torno das transações financeiras da linha permanecem obscuros,<sup>12</sup> e na época eles claramente confundiram o ministro Forsyth dos EUA, que teve que repelir a intromissão de cidadãos dos EUA (incluindo uma visita do senador Judah Benjamin, que simultaneamente servia como procurador da Louisiana Tehuantepec Co.) e também que negociar com o governo desconfiado do México. Forsyth abominava todos os envolvidos, especialmente os funcionários mexicanos, escreveu que “o presente governo do México é tão inútil ao país e tão violento e tirânico quanto se é possível conceber”. Forsyth ficou estarecido com o “grau de desonestidade e falsidade na atmosfera do Palácio Mexicano, inconcebível em países onde os negócios justos e a honra são tidos como essenciais, tanto na política e diplomacia como no curso da vida privada.” Em um momento particularmente difícil em meados de 1858, Forsyth relatou “que o mal e apenas o mal ocupa a terra” e assim ele encerrou a legação e retornou aos Estados Unidos.<sup>13</sup>

Posteriormente naquele ano, o agente especial William Churchwell foi enviado para reatar relações com o governo Juárez. Ele também caracterizou os mexicanos como “oito milhões de pessoas, degeneradas ou que tendem à degeneração.” Na véspera da intervenção francesa, Churchwell relatou que “o México, certamente, está em uma condição deplorável. Uma incessante comoção interna desde a obtenção de sua independência finalmente envolveu-o em dificuldades tão complicadas e de tal magnitude, que sua redenção da anarquia dificilmente será possível.” Como Forsyth, ele concluiu que “nenhum caminho pode ser adotado, com exceção de um, que dará aos EUA um Protetorado efetivo, mas indireto”; em uma outra ocasião, ele relatou que a única esperança era “uma ajuda moral eficiente de uma fonte externa” – uma previsão, talvez, da ocupação francesa de 1862 a 1867. À beira de sua própria Guerra Civil, os Estados Unidos não podiam oferecer esta assistência, mas essa circunstância não mudou o prognóstico de Churchwell: “Quanto ao México, você pode ter certeza, ele é incapaz de realizar, seja agora ou no futuro, qualquer melhoria saudável em sua condição presente desmoralizada.”<sup>14</sup>

Pouco antes da deflagração da Guerra Civil dos EUA, as negociações de um tratado de trânsito foram finalmente finalizadas por um outro enviado, Robert McLane. Por um pagamento de \$4 milhões, o Tratado McLane-Ocampo deu aos Estados Unidos o direito de construir e proteger três novas rotas através do México (Tehuantepec, Nogales a Guaymas, e o Rio Grande inferior a Mazatlán via Monterrey), mas a disputa regional emergente tornou impossível a ratificação pelo Senado dos EUA.<sup>15</sup> No entanto, a Companhia Louisiana Tehuantepec obteve uma

nova concessão para construir uma estrada para carruagens em primeiro lugar, e depois uma ferrovia através do istmo. A partir do *lobby* de John Slidell de Louisiana, agora senador dos EUA, a companhia obteve um subsídio do Correio para levar a correspondência entre Nova Orleans e San Francisco. A ferrovia nunca foi construída, e a rota de carruagens que não era lucrativa, foi abandonada em 1859. Devastados pela Guerra Civil, os empreendedores sulistas nunca mais se interessaram pela rota de Tehuantepec.<sup>16</sup>

A segunda parte do interesse pela ferrovia dos EUA concentrou-se no território mexicano do norte imediatamente ao sul do Rio Gila. Apesar de não ter sido responsável, Trist havia desenhado a fronteira no lugar errado, como observou o Secretário de Estado em 1853: “Um melhor conhecimento do país na vizinhança do Gila demonstrou a grande dificuldade – para não dizer a impossibilidade – de construir uma via férrea ao longo de suas margens ou dentro do espaço em cada lado mencionado no Tratado [de Guadalupe Hidalgo].” E assim, o novo ministro da administração Pierce no México, James Gadsden, foi orientado a tentar fazer com que o México cedesse uma faixa de terra ao sul da fronteira do México com o Novo México.<sup>17</sup>

Empreiteiro de ferrovias de Charleston, Carolina do Sul, Gadsden havia sido selecionado para seu posto diplomático pelo presidente Pierce e o Secretário de Guerra Jefferson Davis por ser um ardoroso defensor de uma rota transcontinental do Sul. À medida que o novo emissário iniciou sua tarefa diplomática, ele também notou que o México do pós-guerra era uma sociedade desmoralizada, caracterizada por aguda instabilidade política. Gadsden observou sérias deficiências de comportamento (“Os mexicanos são muito vagarosos em todas as suas transações comerciais”), e não ficou surpreso ao descobrir que um número significativo de mexicanos queriam ser anexados aos Estados Unidos e deveriam ter “como proteção um Território até [sic] que sejam educados e preparados para a consumação final de uma União de todos os Estados da América do Norte sob uma *Federação Continental*.”<sup>18</sup>

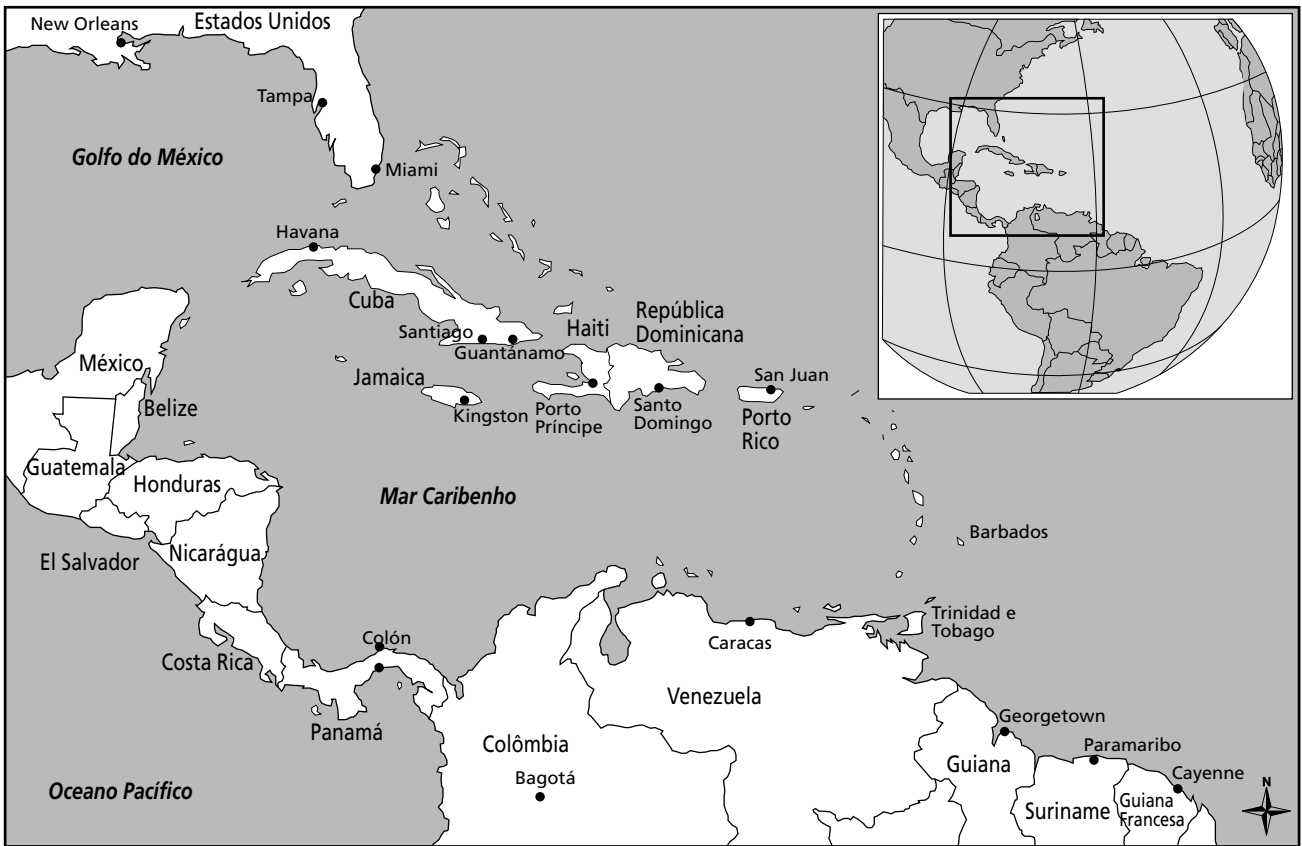
Sem receber qualquer encorajamento para a anexação de Washington, Gadsden passou a concentrar-se na negociação de cessões territoriais. A natureza precisa das negociações permanece sombria, mas no final de 1853 Gadsden informou ao Secretário de Estado Marcy que um suborno seria necessário: “*dinheiro: e apenas dinheiro* seria a única indução da parte de Santa Anna para ceder Território e desmembrar mais a República Mexicana.”<sup>19</sup> No início Marcy rejeitou, mas apenas a quantia requisitada, não a idéia de suborno. “Os fundos do serviço secreto sob controle do Presidente é pequeno,” ele respondeu, e uma tentativa de obter uma quantia maior do Congresso provocaria um debate partidário prolongado. Mas Marcy aparentemente concordou com o argumento de Gadsden de que “meios pecuniários imediatos” eram necessários para convencer o México a desfazer-se de mais território, e logo notificou Gadsden que um mensageiro especial havia partido do México com o dinheiro que ele conseguira juntar.<sup>20</sup> A Aquisição Gadsden foi o resultado deste esforço. Além de subornos de uma quan-

tia incalculável, o Tratado abasteceu o México com \$10 milhões em troca de quase 30.000 milhas quadradas que seriam usadas como rota para uma ferrovia sulista, uma linha que só foi completada em 1883, muito tempo após a perda total de esperanças do Sul.<sup>21</sup>

Os anos finais da administração Buchanan passaram-se com tentativas infrutíferas de expansão para o interior do México através da aquisição da parte inferior da Califórnia, a maior parte de Sonora, e a parte norte de Chihuahua acima do trigésimo paralelo, tudo por \$15 milhões. O México rejeitou quaisquer outras vendas, e então o Senado dos EUA derrotou o Tratado McLane-Ocampo,<sup>22</sup> assinando o final da tendência, anterior à Guerra Civil, de maior expansão em direção ao México. O projeto foi bloqueado em parte pela disputa doméstica acerca da escravidão e em parte pela crença geral de que não havia muito mais do México que valesse a pena adquirir, especialmente se envolvesse a incorporação dos mexicanos na União. Este foi o tipo de conclusão que os funcionários dos EUA teriam em outra parte da região do Caribe, pois as administrações Pierce e Buchanan estavam simultaneamente tentando adquirir Cuba.

A geografia estratégica de Cuba há muito atraía o interesse dos funcionários em Washington. Do mesmo modo que a Flórida espanhola, a ilha era localizada ao longo de rotas de navios cuja importância crescia rapidamente, e era suficientemente próxima das 13 colônias para servir como base para a agressão armada de um inimigo europeu. Além disso, a fragilidade dos arranjos coloniais existentes havia sido demonstrada na segunda metade do século XVIII, quando a Grã-Bretanha apoderou-se de Havana por um breve período durante a Guerra dos Sete Anos, e depois devolveu-a à Espanha em troca da Flórida em 1763. Com aguda consciência desta combinação única de proximidade geográfica e instabilidade geoestratégica, Thomas Jefferson foi o primeiro presidente a considerar a aquisição da ilha. Em 1807, Jefferson escreveu ao Secretário de Estado Madison que se ocorresse uma guerra com a Inglaterra, ele preferia lutar também com o aliado da Grã-Bretanha, a Espanha, pois isto permitiria que os Estados Unidos se apoderassem da Flórida e do México, e “provavelmente Cuba acrescentaria a si mesma em nossa confederação.”<sup>23</sup>

No desenrolar do século XIX, os líderes dos EUA permaneciam vigilantes para que um adversário europeu não se aproveitasse da instabilidade na região e se apoderasse de Cuba. Como Jefferson e Monroe, John Quincy Adams considerava Cuba e Porto Rico “apêndices naturais do continente norte-americano”. Em 1823, ele escreveu ao novo ministro dos EUA em Madrid que a “anexação de Cuba a nossa república federal será indispensável à continuidade e à integridade da própria União.” Foi isto que Jefferson já amadurecido disse a Monroe ao mesmo tempo: “seu acréscimo à nossa confederação é exatamente o que falta para expressar nosso poder como nação ao ponto de seu máximo interesse.” Poucos meses depois, ele escreveu novamente ao presidente Monroe: “Confesso sinceramente que sempre considerei Cuba como a adição mais interessante que poderia ser feita a nosso sistema de estados. O controle que, com Flórida Point, esta ilha



Mapa 2 – Região Caribenha.

nos daria sobre o Golfo do México, e os países e istmos que formam fronteira com ela, bem como todos aqueles cujas águas fluem para ela, seria a medida plena de nosso bem-estar político.<sup>24</sup>

Adams e sua geração estavam dispostos a continuar a política de Jefferson e Madison de evitar mudanças desnecessárias, e nem ele nem seus sucessores imediatos agiriam para adquirir Cuba enquanto a ilha permanecesse uma possessão da Espanha, um poder europeu impotente.<sup>25</sup> Mas conforme Adams e Clay gradualmente desapareciam do cenário político, uma nova geração de líderes, encorajados pelo sucesso da guerra contra o México, decidiram que era o momento certo para adquirir Cuba. A questão surgiu durante o debate de 1848 sobre a ocupação militar do Yucatán, um debate que se concentrou no expansionismo britânico. “Vimos a Grã-Bretanha ano após ano estender suas estações navais, até... ela quase circundar o Golfo do México,” afirmou Jefferson Davis do Mississippi. “Yucatán e Cuba são os pontos que comandam o Golfo do México, que eu considero uma bacia de água pertencente aos Estados Unidos. Sempre que surgir a questão de se os Estados Unidos devem apoderar-se destes portões de entrada do sul e do leste, ou permitir que eles passem a ser posse de qualquer Poder marítimo, quanto a mim, estarei pronto a declarar que meu passo será para diante, e que o cabo de Yucatán e a ilha de Cuba devem ser nossos.” Embora fosse um expansionista relutante, John Calhoun concordou: “é indispensável à segurança dos Estados Unidos que esta ilha não esteja em outras mãos. Se estivesse, nosso comércio de cabotagem entre o Golfo e o Atlântico seria, em caso de guerra, cortados em dois, e efeitos convulsivos se seguiriam.”<sup>26</sup> Nem Davis nem Calhoun mencionaram que Cuba era uma sociedade escravocrata.

O debate de 1848 sobre o Yucatán, que parecia expandir-se quase sem esforço para incluir Cuba, foi dominado pelos sulistas ansiosos para anexar sociedades escravocratas. Esta provavelmente não era a motivação do presidente Polk, mas a discussão no Congresso claramente despertou sua simpatia, e ele escreveu em seu diário que agora também estava “decididamente favorável a comprar Cuba e torná-la um dos Estados da União.” E então, em 30 de maio de 1848, apenas semanas após a ratificação do Tratado de Guadalupe-Hidalgo, ele orientou seu ministro em Madri, Romulus Saunders, a comprar Cuba por \$100 milhões.<sup>27</sup>

Mas Polk resistiu ao ímpeto dos Jovens Americanos de ir além da diplomacia.<sup>28</sup> Sua relutância em envolver-se com as rebeliões dos *criollos* possivelmente refletiu na sua interpretação contida nos relatórios que o Departamento de Estado recebia do cônsul dos EUA em Havana, que observou “o caráter apático e tímido da população, grande desconfiança mútua, e medo da perda de propriedade e risco de vida” – todas estas, admitiu o cônsul, eram características “indignas daqueles que são capazes de um amor pela liberdade.” Infelizmente, ele continuou, “os cubanos não são animados por aqueles impulsos de patriotismo que estimulam empreendimentos grandiosos, audaciosos e generosos”; ao contrário, “os *criollos* têm uma convicção permanente de sua extrema incapacidade de autogoverno, uma convicção que deve ser sentida por qualquer um que tenha tido

oportunidade de estudar, ou mesmo observar seu caráter.<sup>29</sup> O cônsul claramente procurou justificar um controle fácil por parte dos EUA, mas, o presidente Polk, parlamentar não reeleito, dificilmente estava em posição de ganhar a aprovação do Congresso para uma segunda guerra de expansão.

Tendo rejeitado a intervenção armada, Polk não tinha uma estratégia alternativa a seguir, quando o ministro Saunders relatou que as autoridades espanholas “consideram Cuba como sua maior preciosidade e nada, com exceção da necessidade extrema, jamais os induzirá a desfazer-se dela.”<sup>30</sup> Algumas pessoas em Washington suspeitavam que poderia haver algum progresso se o ministro dos EUA aprendesse a se comunicar em espanhol ou francês, mas Saunders, cujos despachos indicam somente um domínio modesto do inglês, não estava a ponto de tentar o impossível. O Secretário de Estado Buchanan escreveria mais tarde que “um agente mais habilidoso poderia ter sido selecionado para conduzir as negociações na Espanha”; além disso, em um debate subsequente no Senado, o *whig* John Thompson chamou Saunders de “um homem da Carolina do Norte, grosseiro e vulgar – pelas suas maneiras e pelo modo de andar e sua aparência, (pois ele era feio, embora esperto) o último homem no mundo que deveria ser enviado para tal missão.”<sup>31</sup> Não obstante suas habilidades diplomáticas, Saunders estava provavelmente certo ao afirmar, como fez em seu despacho final, que o ministro espanhol das relações estrangeiras “acreditava que tal era o sentimento do país, que antes de ver a ilha transferida para *qualquer poder*, ele iria preferir vê-la mergulhada no oceano.” Esta declaração soou bastante explícita para Saunders, que encerrou sua missão e voltou para casa.<sup>32</sup>

Seguindo a filosofia *whig* de crescimento cauteloso, as administrações seguintes de Zachary Taylor (1849-50) e Millard Fillmore (1850-53) reverteram explicitamente a política de Polk. O novo Secretário de Taylor, John Clayton, orientou o ministro americano na Espanha para não tentar a compra da ilha, mas ele avisou, os Estados Unidos “estão resolutamente determinados que a Ilha de Cuba nunca deve ser cedida pela Espanha a qualquer outro poder que não sejam os Estados Unidos,” e que “deveremos estar prontos, quando vier o momento, para agir. As notícias da cessão de Cuba para qualquer poder estrangeiro seriam, nos Estados Unidos, sinal imediato de guerra.”<sup>33</sup>

O Congresso já havia começado o penoso debate sobre a escravidão no território adquirido do México, quando a morte de Zachary Taylor empurrou Fillmore para a presidência, em meados de 1850. O debate terminou em setembro com o Acordo de 1850, com cinco projetos de lei que deram duas vitórias claras aos abolicionistas ( a admissão da Califórnia como um estado livre e a proibição do comércio de escravos em Washington, D.C.); uma vitória para os estados escravocratas (lei severa com relação aos escravos fugitivos) e deixou para o futuro (Utah e o Novo México que foram organizados como territórios sem o status de escravidão); e um acordo sobre a fronteira oriental do Novo México, que foi levada para o leste mais do que o desejado pelos texanos; em troca disto, o governo federal assumiria a dívida estadual do Texas. O preço era a

Califórnia, e o acordo, portanto, não foi imparcial. O senador democrata de Illinois, Stephen Douglas, notou que talvez 17 novos estados deveriam ser formados no Território de Oregon e nas terras adquiridas do México a oeste. Dada a decisão relativa à Califórnia, ele perguntou a seus colegas sulistas: “onde vão encontrar o território escravo para equilibrar estes 17 territórios livres, ou mesmo qualquer um deles?”<sup>34</sup>

A resposta era Cuba. Albert Brown do Mississippi disse a seus colegas da Câmara que “se eu me interessar pela aquisição de Cuba, ou de qualquer outro território no sul, que seja claramente entendido agora, e em todos os momentos, que eu farei isto porque quero uma saída para a escravidão.” Se Cuba devesse ser adquirida como um Estado livre, ele francamente admitiu que “uma vasta parte de meu zelo e entusiasmo se esvaíam muito repentinamente.” Alguns sulistas queriam Cuba porque ela acrescentaria novos senadores escravocratas; a idéia de Brown, entretanto, era usar Cuba para expelir a população negra do Sul “quando os escravos tiverem se tornado não lucrativos e problemáticos”. Assim como os Estados de fronteira do norte haviam enviado negros ao sul quando aboliram a escravidão, ele disse, “nós também queremos um sul ao qual possamos enviá-los.”<sup>35</sup>

A administração *whig* manteve-se firme contra a expansão. Em sua mensagem de 1852 ao Congresso, o presidente Fillmore não apenas enfatizou que os Estados Unidos “não tinham nenhum projeto contra Cuba”, mas que “eu deveria considerar sua incorporação à União no presente momento como algo repleto de sérios perigos.” Seu raciocínio retratou perfeitamente o modo como os *whig* consideravam a expansão: “Se esta ilha fosse razoavelmente destituída de habitantes ou ocupada por uma raça consangüínea, eu a consideraria, se voluntariamente cedida pela Espanha, como uma aquisição extremamente desejável. Mas sob as atuais circunstâncias, considero a sua incorporação à nossa União como uma medida arriscada. Ela traria à Confederação uma população de diferente raça nacional, falando uma língua diferente e com pouca possibilidade de integrar-se com os outros membros.” Em uma referência direta ao Acordo de 1850, Fillmore também argumentou que a aquisição de Cuba “poderia reviver aqueles conflitos de opinião entre as diferentes regiões do país que posteriormente abalaram a União em seu centro.”<sup>36</sup>

Em resposta à disputa Taylor-Fillmore em relação à expansão, uma série de invasões armadas privadas a Cuba foram lançadas a partir de bases dos Estados Unidos sulistas, mas o líder principal destas expedições, Narciso López, foi capturado e executado pelos espanhóis em meados de 1851. Então, quando os democratas retornaram à Casa Branca em 1853, eles novamente propuseram a anexação de Cuba como uma política nacional. Franklin Pierce deu o tom em seu pronunciamento inaugural, afirmando que “a política de minha administração não será controlada por quaisquer presságios tímidos do mal proveniente da expansão.” Cuba era o alvo óbvio, e Pierce usou a idéia segurança nacional para justificar a sua política: “não se deve encobrir que nossa atitude enquanto nação e



nossa posição no globo tornam a aquisição de certas possessões que não estão dentro de nossa jurisdição eminentemente importantes para nossa proteção.<sup>37</sup>

Os expansionistas da Jovem América haviam sido úteis ao conceder a Pierce a nomeação democrata, e foram recompensados com um papel proeminente no gabinete; William Marcy (“*Old Fogy*”) foi nomeado Secretário de Estado, mas o expansionista Jefferson Davis preencheu uma posição chave como Secretário de Defesa, ao passo que os expansionistas reivindicaram a maior parte dos compromissos diplomáticos europeus da administração, incluindo James Buchanan para a Grã-Bretanha, John O’Sullivan (que cunhou o termo “*Destino Manifesto*”) para Portugal, August Belmont para Haia, e Pierre Soulé para a Espanha. A nomeação de Soulé veio como uma surpresa para muitos, pois a posição bem divulgada do Senador da Louisiana, apoiando tanto o obstructionista López como a anexação de Cuba, quase certamente não iria torná-lo bem-vindo em Madrid. As instruções de Marcy para Soulé incluíam uma proibição categórica em adquirir Cuba,<sup>38</sup> mas a administração Pierce logo caiu sob a influência da ala sulista do partido democrata, especialmente Jefferson Davis, e Marcy foi forçado a condescender. A causa imediata da mudança política foi uma série de decretos de reformas lançados no final de 1853 pelo governador espanhol de Cuba, que propunham multas severas para a importação de escravos, concedendo cidadania a escravos libertos, e preparavam a imigração de trabalhadores da China, Índia e África. Estas reformas puseram Cuba no caminho da abolição, e os sulistas estavam preocupados; logo até o Secretário Marcy estava expressando sua preocupação de que “a africanização de Cuba estava sendo questionada pela Espanha.” Para impedir esta calamidade, o Secretário de Estado deu permissão a Soulé para negociar a questão da cessão, instruindo-o a oferecer à Espanha até \$100 milhões, mas de não permitir que esta fosse a oferta final “se uma quantia adicional de 20 ou 30 milhões fossem requeridas.”<sup>39</sup>

Neste ponto, o debate doméstico acerca da escravidão caiu como chumbo sobre a política dos EUA em relação a Cuba e à Espanha. Em 26 de maio de 1854, o Congresso passou o Ato Kansas-Nebraska, que efetivamente revogou o Acordo de Missouri de 1820, proibindo a escravidão no território da Louisiana acima de 36° 30’. Parece irônico hoje que este passo tão sério tivesse sido dado para ganhar uma simples vantagem econômica, uma rota ferroviária norte para o Pacífico, mas naquele momento a localização de linhas ferroviárias era crucial, e neste caso particular parecia que uma vantagem importante estava para ser conferida ao Sul. Precisamente no mesmo momento em que o Congresso estava considerando o Ato Kansas-Nebraska, o Senado estava também em acordo com a Aquisição Gadsden, que comprou o território necessário para uma linha ferroviária sul em direção ao Pacífico. Incitado pela ação dos interesses econômicos do Norte, o senador Stephen Douglas pediu permissão do Congresso para dirigir uma outra linha ao Norte desde Illinois, através de terras federais, até a Califórnia ou Oregon.

Mas o Congresso ainda não havia dado o passo necessário para “organizar” o Território do Nebraska a oeste de Iowa e Missouri e a leste de Utah, e

como os membros do Congresso provenientes do Sul perceberam corretamente que a organização de Nebraska era o primeiro passo em direção à criação de um novo estado (ou estados), acima da linha do Acordo de Missouri, e como a organização deste território estivesse associada à ameaça suplementar da competição da ferrovia do Norte, eles não tinham a menor intenção de apoiar a iniciativa de Douglas. Mas, então, ele lhes fez uma oferta irrecusável: um estado escravocrata. Sua legislação dividia o Nebraska em duas partes, dando aos colonizadores na parte sul do Território, agora conhecido como Kansas, o direito de determinar para si mesmos a escravidão ou a liberdade. Kansas estava acima de 36° 30', mas imediatamente a oeste de Missouri, um Estado escravocrata. Como a história da expansão dos EUA havia sido um fluxo no sentido leste-oeste, os sulistas concluíram que o novo território seria dominado pelos colonizadores simpáticos à escravidão.

Um homem complexo, cujas motivações ainda hoje são discutidas, Douglas havia tomado a decisão de que era preferível arriscar a aversão dos abolicionistas para obter votos sulistas necessários para a organização do Nebraska. Seu erro foi subestimar o grau da hostilidade dos abolicionistas. No momento em que Douglas tentava rapidamente obter a aceitação de seu decreto pelo Congresso, um grupo de abolicionistas – os *Free Soilers*, os *whigs* e os democratas – encontravam-se para formar o partido republicano, e os abolicionistas em Massachusetts estavam formando a Sociedade de Ajuda do Emigrante para financiar a colonização antiescravatura do Kansas. Dentro de um ano, os “rufiões de fronteira” pró-escravatura provenientes do oeste do Missouri responderiam com ataques violentos para intimidar colonizadores abolicionistas; e as ações destes “mercenários, apanhados do vômito bêbado de uma civilização inquieta” – para usar a caracterização clássica<sup>40</sup> do senador Charles Sumner – logo levaram à Kansas Sangrenta, ao governo dual no Território do Kansas, uma série de crises políticas (incluindo a rebelião de John Brown), e a destruição da administração de Franklin Pierce.

No dia em que o Ato Kansas-Nebraska passou no Congresso, o distraído Secretário de Estado Marcy escreveu ao ministro dos EUA em Londres, James Buchanan, que “com a questão Nebraska agora descartada, o próximo assunto importante a vir à tona será Cuba. Está em deliberação, mas o curso a ser tomado, não está estabelecido.”<sup>41</sup> Não levou muito tempo para que Marcy percebesse que a política de administração de Cuba havia sido posta em perigo pelo Ato Kansas-Nebraska. Dois meses depois, ele escreveu a John Mason em Paris “para dizer-lhe uma verdade importuna, a questão do Nebraska tristemente estilhou nosso partido em todos os nossos estados livres e o privou daquela força que era necessária e que seria muito melhor aproveitada para a aquisição de Cuba.”<sup>42</sup>

Pressionado pelos sulistas para adquirir Cuba, mas sem nenhuma idéia de como esse objetivo poderia ser conseguido, em agosto de 1854 o presidente Pierce deu o passo incomum de ordenar a Soulé e aos ministros dos EUA na Grã-Bretanha e França de “encontrar-se, logo que possível, em algum ponto central conveniente (digamos Paris) para fazer consultas, comparar opiniões quanto ao que

pode ser aconselhável, e adotar medidas para uma perfeita ação combinada de ajuda a suas negociações em Madri.”<sup>43</sup> Buchanan e Mason (e até o Secretário Marcy) não estavam entusiasmados com a idéia, mas os dois emissários marcaram um encontro com Soulé em Ostend e em Aix-la-Chapelle em meados de outubro.<sup>44</sup>

O documento resultante, um despacho diplomático conhecido na história como o Manifesto Ostend, é a quinta-essência do expansionismo ardente da Jovem América. Começa com uma afirmação de que “Cuba é tão necessária para a república norte-americana como quaisquer de seus membros presentes,” e, portanto, “deveria ser feito um esforço imediato e honesto pelo governo dos Estados Unidos para comprar Cuba da Espanha.” Isto era o que Soulé vinha tentando realizar sem sucesso, obviamente, e uma vez que os três emissários sabiam que a Espanha não estava interessada em vender, eles levaram seu argumento um passo adiante perguntando: “depois que oferecermos à Espanha um preço por Cuba muito superior a seu presente valor, e depois que isto tiver sido recusado, será, então, o momento de considerar a questão: será que Cuba, em posse da Espanha, ameaça seriamente nossa paz interna e a existência de nossa União?” A resposta deles serviu como conclusão do Manifesto: “Se a resposta a esta questão for afirmativa, então, por toda lei, humana e divina, estaremos certos em arrebatá-la da Espanha se possuímos o poder.”<sup>45</sup>

O Manifesto Ostend chegou em Washington em 4 de novembro de 1854, no mesmo dia em que os eleitores de uma eleição fora do período regulamentar aniquilaram virtualmente o partido democrata no Norte. A resposta dos democratas abolicionistas ao ato Kansas-Nebraska havia sido desertar *en masse* para o lado dos *whigs*, republicanos e *know-nothings* que varreram todos os Estados nortistas, com exceção de dois. No Norte, apenas 7 dos 42 democratas que haviam votado pelo Ato Kansas-Nebraska foram reeleitos. O partido democrata perdeu 76 cadeiras de sua maioria de 159 membros, ao passo que os republicanos, em sua primeira disputa nacional, passaram a uma maioria de 108 cadeiras. Foi uma catástrofe absoluta para os democratas.

Os eleitores haviam falado com uma clareza incomum, e a primeira resposta moderada da administração foi deter os esforços para obter Cuba, que naquela altura havia sido identificada como o próximo projeto “sulista” depois de Kansas-Nebraska. Uma semana após a eleição, Marcy instruiu Soulé a confinar-se a “um intercâmbio livre e amigável entre funcionários e homens influentes... a determinar o caminho adequado a ser percorrido em relação ao início da negociação para a aquisição de Cuba.” Se, neste processo, Soulé descobrisse que a Espanha era “avessa a considerar uma tal proposta... então ficaria demasiado evidente que o momento de abrir, ou tentar abrir, tal negociação ainda não havia chegado.” Soulé leu estas instruções exatamente segundo o seu intento, e respondeu de Madri que ele não tinha qualquer desejo de “demorar-se aqui em uma impotência lânguida.”; ele esperava que o Presidente aceitasse seu pedido de demissão.<sup>46</sup>

Tendo posto Soulé de volta ao seu lugar, Marcy, então, fez o que pôde para distanciar a administração Pierce do Manifesto Ostend. Ele escreveu para

L.B. Shepard que Cuba “seria uma possessão muito desejável, se viesse para nós da maneira certa, mas não podemos nos permitir adquiri-la por roubo ou furto... sou favorável à obtenção da ilha, se for por meios justos e honestos, não de modo diferente.”<sup>47</sup>

Com o voto de oposição dividido entre os republicanos e os partidos *whig* e *know nothing*, o democrata James Buchanan entrou na Casa Branca no início de 1857 e levou os Estados Unidos à beira da Guerra civil. Não está de modo algum claro que Buchanan tivesse um firme domínio da opinião política, particularmente sobre a questão de Cuba. Seu compromisso com a anexação da ilha teve origem em uma época anterior; em 1849, quando deixou sua posição como Secretário de Estado de Polk, ele escreveu a seu sucessor: “Cuba já é nossa. Sinto isto na ponta dos dedos.”<sup>48</sup> Mas muito havia ocorrido desde 1849, e mesmo fazendo concessão ao fato de que Buchanan havia passado os três anos precedentes como ministro da Grã-Bretanha, é difícil acreditar que o novo presidente pudesse estar tão alienado que não visse a profundidade do sentimento político despertado por qualquer discussão sobre expansão para o sul. Não obstante, a anexação de Cuba logo se tornou o projeto favorito de Buchanan.

Ao mesmo tempo, o Congresso estava preparando a admissão de dois novos estados livres (Minnesota em 1858 e Oregon em 1859), e os líderes sulistas preocupavam-se cada dia mais com o escravismo posto em perigo. “Eu quero Cuba, e sei que cedo ou tarde ela será nossa,” dizia Albert Brown, de Mississippi, agora Senador. “Eu quero Tamaulipas, Potoso e mais um ou dois estados mexicanos; e os quero por um único motivo – para a instalação ou difusão do escravismo.” Brown continuava: “Pode parecer estranho aos senhores que eu fale de tomar posse da América Central, ou uma parte dela, vendo que ela pertence a outrem. Não obstante, ela pertenceu a outros, exatamente como este país ou-trora pertenceu aos Choctaws. Quando decidimos que este país seria nosso, nós viemos e dele nos apossamos. Se quisermos a América Central ou alguma parte, nós iremos e a tomaremos para nós.”<sup>49</sup>

De todos os locais do Caribe, Cuba, a única sociedade escravocrata entre as aquisições a ser considerada pelos sulistas, era a mais importante. Nesta data, os líderes sulistas ainda pensavam que havia uma possibilidade de convencer o Congresso a financiar a compra da ilha. Em 1859, os senadores Jefferson Davis e John Slidell defenderam um projeto de lei para pagar ao presidente \$30 milhões de entrada se ele conseguisse um acordo com Madri. “A fruta agora está madura”, disse Davis a seus colegas, “devemos colhê-la ou devemos permitir que ela permaneça no galho até apodrecer, com a esperança enganadora de que ela possa cair no nosso colo sem luta? Não; proponho que a peguemos agora.” Davis deixou claro que Cuba seria apenas a primeira aquisição: “O Norte, debilitado pelos vícios do luxo e amor à riqueza, pode pairar sobre nós como um incubo por algum tempo; mas romperemos o seu jugo em breve, e pelo espírito vigoroso de nosso povo pioneiro, ainda não corrompido pelas cidades, avançaremos nossas águias até que o passo de nossas colunas seja ouvido nesse continente inteiro, e

a sombra de suas asas seja vista em todas as suas partes.” Davis estava convencido de que os cidadãos das nações vizinhas ficariam satisfeitos com esta invasão: “Com corações inchados e impaciência abafada eles aguardam nossa chegada, e com alegres gritos de ‘Bem-vindos! Bem-vindos!’ eles irão nos receber.”<sup>50</sup>

A proposta de \$30 milhões inflamou a oposição. Tendo visto a nação hesitar à beira da Guerra civil, John Thompson, um *whig* de Kentucky, argumentou que “neste momento deveríamos nos unir, construir e fortalecer o que temos. Somos jovens. Que a cartilagem cresça nos ossos; que nossos músculos se desenvolvam.” Concordando que havia “muito a ser realizado no interior de nosso país,” John Crittenden, outro senador *whig* do Kentucky, foi mais inflexível: “Diga-me que Cuba é necessária, absolutamente necessária à preservação deste governo! Por que, senhor, meu orgulho nacional como americano se revolta com a idéia... não quero ver nossa raça anglo-saxônica; não quero ver nossa raça americana misturada com esse tipo de comunicação nociva.” Combinando referências a Cuba e ao México, John Bell, um *whig* do Tennessee, avisou que: “quando vocês tiverem estendido seu domínio sobre os Estados do México e América Central, terão acrescentado 12 milhões de uma população, a maior parte perfeitamente imbecil. “Em seguida veio Anthony Kennedy de Maryland, que queria assegurar a seus colegas que “Eu não estou aqui para denunciar a instituição da escravidão. Ao contrário de outros cavalheiros que não entendem esta instituição tão bem como eu, estou livre para declarar que, para o africano, é a melhor condição na qual ele possivelmente pode ser colocado. Os escravos de nosso país [são] a raça mais feliz de povo trabalhador no mundo.” Mas, ele continuou, “não desejo ver aqui uma naturalização por atacado de quinhentos ou seiscentos mil cubanos, extremamente ignorantes em relação às instituições deste país, extremamente inaptos para exercer os direitos de um governo republicano.”<sup>51</sup>

E assim se deu. A partir de cada discurso de um dono de escravos sulista, Cuba tornava-se igualmente importante para os abolicionistas e igualmente inquietante para os democratas, Calhoun e os poucos *whigs* sulistas remanescentes. A legislatura da nação estava em um impasse nunca visto em sua história.

Buchanan vagarosamente foi adquirindo familiaridade com as chances que haviam contra ele. Em 1858 os democratas novamente perderam na Câmara, e no início de 1859 vieram notícias da Europa de que a legislação espanhola havia votado unanimemente contra a venda de Cuba. O novo ministro dos EUA relatou que a importunação contínua de seu predecessor havia sido “uma ofensa grave à Espanha”; que qualquer esforço ulterior para discutir Cuba “resultaria na cessação imediata de toda comunicação [sic] entre os dois países, “ ao menos nesta questão.<sup>52</sup> Dados estes relatórios e seu próprio julgamento refeito do ambiente político de Washington, Buchanan se rendeu. Sabendo plenamente que nem a Câmara nem o Senado poderiam reunir uma maioria em relação a qualquer questão controversa, no final de 1859 ele disse ao Congresso que este deveria decidir negociar uma transferência com a Espanha.<sup>53</sup> Finalmente, Buchanan e os sulistas descobriram o

que Marcy e Pierce haviam aprendido anos antes – que o conflito doméstico acerca da escravidão havia efetivamente acabado com qualquer esperança de adquirir Cuba. Mas embora uma disputa política doméstica pudesse ter frustrado a esperança desta geração, ela não destruiu a crença geral, melhor expressa por John Quincy Adams, de que a anexação de Cuba era “indispensável para a continuação e integridade da própria União.” Trinta anos depois do final da Guerra Civil, uma nova geração de líderes dos EUA iria fixar a vista sobre a colônia espanhola caribenha, e no final do século Cuba iria cair sob o controle dos Estados Unidos.

## notas

1 As versões editadas dos dois discursos de Lincoln na Câmara estão em *Congressional Globe*, 22 de dezembro de 1847 e 12 de janeiro de 1848, p. 64, Apêndice p. 93-5. Os discursos escritos originais, que foram alterados durante o pronunciamento, estão reimpressos em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, Roy P. Basler, ed., 8 vols. (New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1953-1955), vol. 1, p. 420-2, 431-2.

2 Clay proferiu dois discursos sobre este assunto, ambos relacionados ao Acordo de 1850, em 21 de maio e 22 de julho de 1850. Eles estão reimpressos em *The Works of Henry Clay*, Calvin Colton, ed., 10 vols. (New York: G.P. Putnam's Sons, 1904), vol. 9, p. 458-78, 529-69. Para uma outra proeminente visão *Whig* do processo de branqueamento, ver a palestra de New York de 1850 por Daniel Webster, em *The Writings and Speeches of Daniel Webster*, 18 vols. (Boston: Little, Brown, 1902), vol. 4, p. 225.

3 *Congressional Globe*, 14 de junho de 1854, Apêndice p.953.

4 Walsh para Buchanan, 10 de novembro de 1848, Despachos do México, NA M97/R14.

5 *Congressional Globe*, 28 de abril de 1848, p. 709, e 4 de maio de 1848, p. 591.

6 *Congressional Globe*, 4 de maio de 1848, p. 591, e 5 de maio de 1848, p. 596.

7 Robert Campbell para Buchanan, 17 de maio de 1848, Despachos Consulares de Havana, NA T20 R21/ *Congressional Globe*, 15 de maio de 1848, p. 633.

8 *Congressional Globe*, 5 e 15 de maio de 1848, p. 597, 590-1, 630-1.

9 Palmerston a Normanby, 7 de maio de 1847, Mulgrave Archives, Lythe Hall, North Yorkshire, England.

10 México, Congresso, Senado, Comissão Especial de Tehuantepec. *Dictamen de la Comisión Especial de Tehuantepec del Senado, encargada de examinar las varias resoluciones dictadas con motivo del privilegio exclusivo concedido á D. Jose Garay, y de proponer la que deba adoptarse, atendido el estado que guarda actualmente este negocio, presentado en la sesión del día 24 de marzo de 1851* (México: O'Sullivan y Nolan, 1851) México, Congreso, Câmara de Diputados, Comisión Especial de Tehuantepec, *Dictamen de la mayoría de la Comisión Especial de la Câmara de Diputados del Congreso General, sobre el privilegio concedido á D. Jose Garay, para la apertura de una vía de comunicación interoceánica por el istmo de Tehuantepec* (Mexico Vicente Garcia Torres, 1851). A decisão final de congresso está na p. 37 do último documento. O tratado Letcher-Gomez Pedraza está reimpresso em *Diplomatic Correspondence of the United States, Inter-American Affairs, 1831-1860*, William R. Manning, ed., 12 vols. (Washington, D.C. Carnegie Endowment for International Peace, 1932-1939), vol.9, p. 364-66.

## o debate sobre a escravidão nos EUA e a disputa pelo caribe

11 Marcy para Gadsden, 15 de julho de 1853, e Marcy para Forsyth, 16 de agosto de 1856, Instruções ao México, NA M77 R112 e R113.

12 Particularmente confusas são as relações entre o grupo Hargous e os interesses levados por Albert G. Sloo, que no início de 1853 obteve uma concessão separada para construir uma via férrea através do Istmo.

13 Forsyth a Cass, 17 de junho de 1858. Forsyth a Cass, 31 de agosto de 1858. Forsyth a Cass, 16 de abril de 1858. Forsyth a Cass, 1 de agosto de 1858, todos despachos do México, NA M97R22 e R23. Ver também Forsyth a Cass, 15 de fevereiro de 1858. Forsyth a Cass, 14 de janeiro de 1858, Forsyth a Cass, 26 de setembro de 1857, Forsyth a Cass 2 de maio de 1858, todos despachos do México, NA M97R22 e R23.

14 Churchwell a Buchanan, 22 de fevereiro de 1859, James Buchanan Papers, Historical Society of Pennsylvania, Philadelphia; Churchwell para Cass, 8 de fevereiro de 1859, Despachos de Agentes Especiais, NA M37/R10.

15 Cass para McLane, 7 de março de 1859, Instruções para o México, NA M77/R113. McLane assinou dois tratados – um para “trânsitos e comércio” através das três rotas, o outro para a intervenção dos EUA a fim de manter o trânsito aberto. Depois que o primeiro tratado foi rejeitado pelo Senado, o segundo nunca foi levado à votação.

16 Após expulsar os franceses, o governo Juárez anulou a concessão Tehuantepec em outubro de 1866. Uma ferrovia através do istmo só foi completada em 1894.

17 March para Gadsden, 15 de julho de 1853, Instruções para o México, NA M77/R112.

18 Gadsden a Marcy, 16 de dezembro de 1853; Gadsden a Marcy, 17 de outubro de 1853; Gadsden para Marcy, 16 de dezembro de 1854; Gadsden a Marcy, 5 de setembro de 1853, todos Despachos do México, NA M97/R19. Para relatórios similares do predecessor de Gadsden, ver Conkling para Everett, 2 de fevereiro de 1853; Conkling para Everett, 8 de fevereiro de 1853; Conkling para Marcy, 22 de abril de 1853, Despachos do México, NA M97/R17 e R18.

19 Gadsden a Marcy, 20 de novembro de 1853; Despachos do México, NA M97/R19.

20 Marcy a Gadsden, 22 de dezembro, 1853; Marcy a Gadsden, 6 de janeiro de 1854, ambos Instruções ao México, NA M77/R112.

21 O Tratado Gadsden é 10 Stat. 1031. Uma cláusula do tratado pobremente expressa deu aos Estados Unidos direitos de trânsito através do Tehuantepec e direitos de intervir na área: “os Estados Unidos podem estender sua proteção à medida que julgar sensato, quando se sentir sancionado e autorizado pelas leis públicas e internacionais.” Esta provisão foi revogada em 1937.

22 *Journal of the Executive Proceedings of the Senate of the United States of America*, vol. 11, 31 de maio de 1860, p. 192-9.

23 Jefferson a Madison, 16 de agosto de 1807, *Writings of Thomas Jefferson*, vol. 11, p. 327; ver também Madison a William Pinkney, 30 de outubro de 1810, *The Writings of James Madison*, Gaillard Hunt, ed., 9 vols. (New York: G.P. Putnam's Sons, 1900-1910), vol. 8, p. 121-2.

24 Adams para Hugh Nelson, 28 de abril de 1823, *Writings of John Quincy Adams*, vol. 7, p. 372-373; Jefferson a Monroe, 23 de junho e 24 de outubro de 1823, *Writings of Thomas Jefferson*, vol. 15, p. 454, 478-9.

25 Clay a Anderson e Sergeant, 8 de maio de 1826, Diplomatic Instructions of the Department of State, 1801-1906, NA M77/R6; Clay a Poinsett, 26 de março de 1825, Diplomatic Instructions of the Department of State, 1801-1906, NA M77/R5.

- 26 *Congressional Globe* 5 e 15 de maio de 1848, p. 599,632.
- 27 *The Diary of James K. Polk during His Presidency, 1845-1849*, Milo Milton Quaife, ed., 4 vols. (Chicago: A.C. McClurg, 1910), vol. 3, p. 446; Buchanan a Saunders, 17 de Junho de 1848, Instruções para a Espanha, NA M77/R142.
- 28 *Diary of James K. Polk*, vol. 3, p. 476-7, 499-500.
- 29 Campbell a Buchanan, 18 de maio de 1848, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R21.
- 30 Saunders para Buchanan, 17 de novembro de 1848, Despachos da Espanha, NA M31/R35.
- 31 Buchanan para Clayton, 17 de abril de 1849, *The Works of James Buchanan*, John Basset Moore, ed., 12 vols. (Filadélfia: J.B. Lippincott, 1908-1911), vol. 8, p. 360; *Congressional Globe*, 16 de fevereiro de 1859, p. 1062
- 32 Saunders para Buchanan, 14 de dezembro de 1848, Despachos da Espanha, NA M31/R35.
- 33 Clayton para Barringer, 2 de agosto de 1849, Instruções para a Espanha, NA M77/R142.34 *Congressional Globe*, 13 de março de 1850, Apêndice p. 371.
- 34 *Congressional Globe*, 13 de março de 1850, Apêndice p. 371.
- 35 *Speeches, Messages and Other Writings of the Hon. Albert G. Brown*, M.W. Cluskey, ed. (Filadélfia: Jas. B. Smith, 1859). p. 324, 329.
- 36 *Messages and Papers of the Presidents*, vol. 5, p. 165-6.
- 37 *Messages and Papers of the Presidents*, vol. 5, p.198-9.
- 38 Marcy a Soulé, 23 de julho de 1853, Instruções para a Espanha, NA M77/R143
- 39 Marcy para Soulé, 3 de abril de 1854, Instruções para Espanha, NA M77/R143.
- 40 *Congressional Globe*, 19 de maio de 1856, Apêndice p. 534.
- 41 Marcy para Buchanan, 26 de maio de 1854, Marcy Papers, LC.
- 42 Marcy para John Y. Mason, 23 de julho de 1854, Marcy Papers, LC.
- 43 Congresso dos EUA, Câmara, *The Ostend Conference , Message from the President of the United States*, House. Exec. da Câmara, No. 93, 33d Cong., 2d Sess., 1855, p. 124
- 44 Marcy a Peter D. Vroom, 4 de novembro de 1854, Marcy Papers, LC; Buchanan a Pierce, 1 de setembro de 1854, *Works of James Buchanan* vol. 9, p. 251; Mason para Buchanan, 24 de setembro de 1854, Buchanan Papers, Historical Society of Pennsylvania, Philadelphia.
- 45 O Manifesto está reimpresso em *The Ostend Conference*, p. 127-132
- 46 Marcy a Soulé, 13 de novembro de 1854, Instruções para a Espanha, NA M77/ R143; Soulé para Marcy, 17 de dezembro de 1854, Despachos da Espanha, NA M31/R38.
- 47 Marcy para L.B. Shepard, 15 de abril de 1855, Marcy Papers, LC.
- 48 Buchanan para Clayton, 17 de abril de 1849, *Works of James Buchanan*, vol. 8, p. 361.
- 49 *Writings of the Hon. Albert G. Brown*, pgs. 594-5.
- 50 *Congressional Globe*, 2 de fevereiro de 1859, p. 705.
- 51 *Congressional Globe*, 16 de fevereiro de 1859, p. 1062; 15 de fevereiro de 1859, p. 160; 26 de fevereiro de 1859, p. 1344-5, 1848, 1851.



## o debate sobre a escravidão nos EUA e a disputa pelo caribe

---

52 Preston para Cass, 9 de março de 1859, Despachos da Espanha, NA M31/R41.

53 *Messages and Papers of the Presidents*, vol. 5, p. 561; *Congressional Globe*, 30 de maio de 1860, p. 2456.



## **o fim de uma era: hegemonia sobre um povo deficiente**

Eu testemunhei pouco mais do que ignorância, indolência, infelicidade, desonestidade e miséria, da parte da grande massa do povo, e egoísmo, baixa esperteza, ambição sórdida, avareza e vingança sedenta de sangue da parte daqueles que lideram ou exercem a força sobre a multidão inconsciente, irrefletida.

*Agente Especial Delazon Smith, 1845*

**E**m 13 de julho de 1854, uma pequena chalupa da Marinha dos EUA, o *Cyane*, lançou âncora na costa de San Juan del Norte, uma aldeia que os ingleses chamavam de Greytown, situada à beira de uma modorrenta lagoa tropical no escoadouro caribenho do Rio San Juan na Nicarágua. O que aconteceu em seguida, segundo o Presidente Franklin Pierce, é que o capitão do navio deu aos residentes um “aviso moderado” de que o governo dos EUA “exigia que eles reparassem as injúrias que haviam cometido contra nossos cidadãos.” Então, como “nem o populacho nem aqueles que assumiam ter autoridade sobre ele, manifestavam qualquer disposição de fazer os reparos exigidos,” o *Cyane* começou a destruir a aldeia com seu canhão. Depois de um bombardeio de seis horas, o capitão do *Cyane* concluiu que os residentes permaneciam impenitentes. “Por seu silêncio obstinado,” prosseguia o Presidente Pierce, “eles pareciam mais desejosos de provocar castigo do que de escapar dele,” e, então, a tripulação do navio foi enviada à terra para queimar tudo que havia sobrado. Eles fizeram seu trabalho rapidamente, reembarcaram e zarparam.

O Presidente Pierce justificou o ataque como uma retaliação a admoestações por “um ajuntamento formado a partir de várias regiões, e composto em sua maior parte de negros e pessoas de sangue misto,” que “havam anteriormente dado outras indicações de inclinações nocivas e perigosas.” Esta versão não é sequer remotamente próxima à história oferecida por testemunhas visuais. A causa imediata do conflito é clara: quando descia o Rio San Juan rumo a Greytown em

maio de 1854, o barco de Vanderbilt, *Routh*, colidiu com uma pequena embarcação nicaragüense. Provocado, o Capitão T.T. Smith iniciou uma áspera discussão com o marinheiro do barco nicaragüense, Antonio Paladino, cuja falta de contrição levou Smith a concluir que era inadequado que Paladino continuasse vivo. Após matá-lo a tiros, o Capitão Smith prosseguiu rio abaixo para Greytown, onde surpreendeu-se ao descobrir que as autoridades locais queriam acusá-lo de homicídio. Elas foram impedidas pelos vigorosos protestos do ministro dos EUA na Nicarágua, Solon Borland, que por acaso estava a bordo do *Routh*. Mais tarde, naquele mesmo dia, quando Borland visitava o agente dos EUA em Greytown, um grupo de pessoas atirou refugos nos americanos e uma garrafa quebrada arranhou a bochecha do Ministro Borland. O *Cyane* foi então enviado para vingar esta afronta a um diplomata dos EUA.

Embora precipitada pelo assassinato de Paladino, a hostilidade dos residentes locais estava relacionada a uma renhida disputa trabalhista entre a companhia de transporte de Cornelius Vanderbilt e trabalhadores locais, que consideravam ter sido tratados injustamente quando a companhia construiu um porto privado em Punta Arenas através do rio para Greytown. Segundo o relato de um oficial da marinha britânica, a ameaça econômica a Greytown posta por este porto rival evoluiu para “o ódio mais amargo entre os habitantes da aldeia e os empregados da companhia de transportes.”<sup>2</sup>

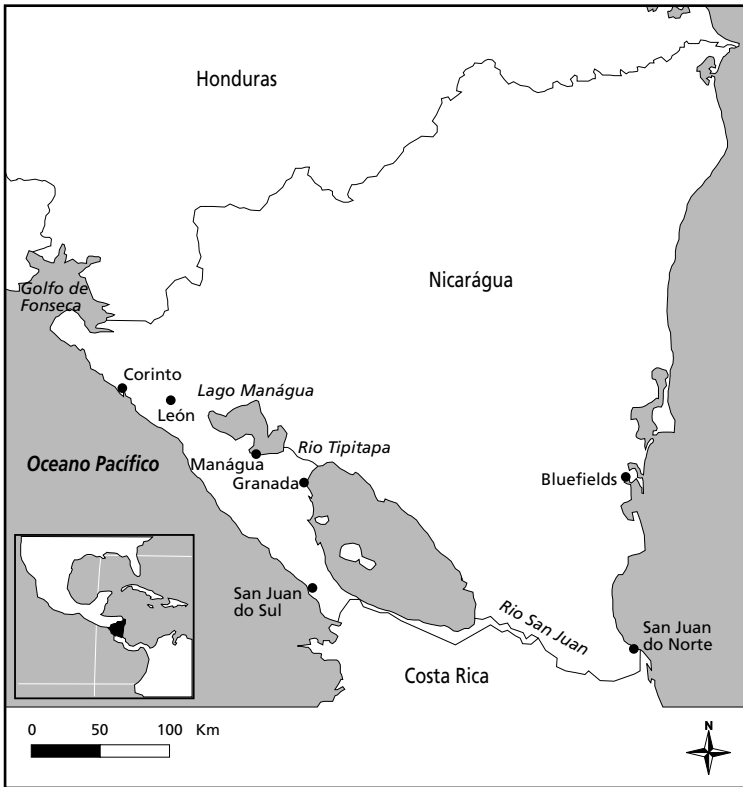
De todo modo, a visão do Presidente Pierce foi de que a conduta dos EUA não havia sido tão má quanto alegavam os rivais da administração. “Se fosse para instituir comparações, não seria difícil apresentar repetidas instâncias na história de Estados situados à frente da civilização moderna onde comunidades muito menos ofensivas e mais indefesas que Greytown foram castigadas com muito maior severidade.” Nem deveria ser esquecido, prosseguia Pierce, que “a maioria dos prédios do lugar [eram] de pouco valor em geral,” e que “devido às precauções consideráveis tomadas por nosso comandante naval, não houve destruição de vida.”

Ocorre freqüentemente que aldeias em pequenas nações fiquem enredadas em disputas entre grandes potências, e foi este na verdade o destino de San Juan del Norte. Embora o *Cyane* destruísse uma desafortunada aldeia nicaragüense, seu verdadeiro alvo era a Grã-Bretanha. Desde 1824 os britânicos reivindicavam uma vaga autoridade sobre San Juan del Norte como parte de seu protetorado dos índios mosquitos que habitavam a região costeira, mas os ingleses se instalaram de forma permanente apenas em 1848, quando formalmente mudaram o nome da aldeia para Greytown, a partir do nome de Sir Charles Grey, governador da Jamaica. Esta ação estendia o controle britânico para o sul a partir de Belize e, como Pierce observou em sua mensagem ao Congresso, “a conduta de ousado desafio dos residentes é imputável principalmente devido à idéia enganosa de que o Governo Americano se absteria de puni-los por medo de desagradar uma formidável potência estrangeira, que eles supunham encarar com complacência seu comportamento agressivo e insultuoso em relação aos Estados Unidos.”

A preocupação do Presidente Pierce com a presença da Grã-Bretanha ao longo da Costa Mosquito da América Central era compreensível, pois os Estados Unidos tinham agora duas costas, uma no Atlântico e a outra no Pacífico; e “atualmente as únicas rotas cômodas e mais praticáveis para comunicação entre elas são através do istmo da América Central. É dever do Governo assegurar estas vias contra todo perigo de interrupção.” A expressão inicial do interesse dos EUA na área se deu na década de 1820, quando o representante da República Centro-Americana em Washington falou com o Secretário de Estado Henry Clay sobre a vantagem óbvia da região, sua faixa estreita; Clay e Adams estavam suficientemente interessados nas perspectivas de melhoria do transporte para designar representantes dos EUA para a região. Ao contrário dos ingleses com suas preocupações coloniais, o interesse de Washington se limitava à negociação de um tratado comercial *pro forma* em 1825; e não foi senão em 1835, e apenas em resposta a uma requisição do Senado, que a administração Jackson enviou Charles Biddle numa missão para fazer “investigações sobre o presente estado dos projetos para a união dos Oceanos Atlântico e Pacífico através do Istmo de Darien.” No início de 1837, o Presidente Jackson respondeu ao Senado que nem uma estrada de ferro nem um canal eram possíveis de ser construídos no futuro próximo.<sup>3</sup>

Então, a questão da comunicação Atlântico-Pacífico disparou para o topo da agenda de política estrangeira dos EUA quando a aquisição do Oregon em 1846 e da Califórnia em 1848 foram seguidas quase imediatamente pela corrida do ouro. Na época, eram necessários seis meses para o correio ir de Nova York circundar a América do Sul até chegar a Costa do Pacífico, e a rota terrestre transcontinental permaneceria longa e acidentada até que ficasse pronta a estrada de ferro Union Pacific em 1869. Até então, uma ponte através do istmo centro-americano – em Tehuantepec (130 milhas), Nicarágua (188 milhas), ou Panamá (47 milhas) – era a rota mais rápida, fácil e segura entre as costas do Atlântico e do Pacífico dos Estados Unidos. Por esta razão, a América Central tornou-se o foco principal da política estrangeira dos EUA nos anos imediatamente anteriores à irrupção da Guerra Civil.

As primeiras iniciativas de Washington foram em apoio aos empresários dos EUA. A ajuda mais significativa deste tipo veio do encarregado dos EUA em Bogotá, Benjamin Bidlack, que negociou um tratado em 1846 que dava aos Estados Unidos o direito de estabelecer uma rota de transporte através do istmo do Panamá em troca de uma garantia dos EUA dos “direitos de soberania e propriedade que a Nova Granada tem e possui sobre o dito território.”<sup>4</sup> Quase imediatamente, a Pacific Mail Steamship Company de William Aspinwall assegurou permissão de Nova Granada (a Colômbia atual) para construir uma rota de trânsito através do Panamá; além disso, uma linha fluvial de barcaças foi aberta em 1848, cortando o tempo de viagem entre Nova York e San Francisco para 32,35 dias. Depois que a ferrovia ficou pronta em 1855, o tempo caiu para 23,26 dias.



Mapa 3 – Nicarágua

Mais para o norte na Nicarágua, em março de 1849, os primeiros cidadãos dos EUA cruzaram a Nicarágua em seu caminho para a Califórnia, e os eventos se sucederam rapidamente depois disso. Em agosto, o representante de Cornelius Vanderbilt havia obtido uma concessão para construir um canal nicaraguense. Quando Vanderbilt não conseguiu levantar o capital necessário – ele alegou que o fracasso fora devido ao fato de que o Lago Nicarágua era muito raso para acomodar transatlânticos – em maio de 1851, o acordo foi renegociado, criando a Accessory Transit Company, para lidar com viagens que atravessassem a Nicarágua. A rota nicaraguense de Vanderbilt seguia 120 milhas Rio San Juan acima para o Lago Nicarágua, 56 milhas através do lago num vapor, e uma curta travessia de 12 milhas em terra para embarcar no porto no Pacífico de San Juan del Sur. Inaugurada em meados de 1851, a linha de Vanderbilt operou lucrativamente até sua carta ser revogada em fevereiro de 1856, embora o Panamá vencesse a competição por clientela durante o período em que ambas as linhas es-

tavam funcionando, transportando mais de duas vezes mais pessoas e quatro vezes mais ouro do que a Nicarágua.

Estas especulações comerciais foram se complicando enormemente no desenrolar da década de 1850, pois a América Central tornou-se o foco de um tipo especial de ação, a do filibusteiro.\* Criados no ambiente do *Destino Manifesto* que encorajava a expansão, esses aventureiros alegavam diversas motivações, que iam da expansão da escravidão e do ganho financeiro à glória pessoal e ao poder político. Todos haviam nascido um pouco demasiado tarde para participar da expansão para o oeste, e suas vistas voltaram-se para a América Latina como um alvo para futuro engrandecimento territorial.

A mais persistente campanha filibusteiro centrava-se no norte do México, mas a mais proeminente ação deste tipo ocorreu na Nicarágua. Ela foi liderada por William Walker, que começara sua carreira com uma irrefletida tomada da Baja Califórnia. Chefiando um exército de cinquenta homens, Walker primeiramente capturou La Paz em novembro de 1853 e declarou a península inteira uma república independente. Deslocando-se para o norte, ele tomou Ensenada, e no início de 1854, declarou a adjacente Sonora independente – pouco antes de ser obrigado a fugir através da fronteira para a Califórnia perseguido por tropas mexicanas. Então, no fim de 1854, os liberais da Nicarágua envolvidos numa Guerra civil, convidaram mercenários norte-americanos para servirem à sua causa. Walker respondeu e, em meados de 1855, liderou 55 mercenários numa ousada invasão que rapidamente ultrapassou os limites da ajuda à causa liberal. Caracterizando a Nicarágua como “um país pelo qual a natureza fez muito e o homem pouco; e o efeito do pouco que o homem fez era desfigurado pelas constantes marcas de violência revolucionária,”<sup>5</sup> Walker tentou tomar o país, e conseguiu. Dentro de meses ele havia estabelecido controle suficiente para eleger-se presidente, mas seu controle do poder sempre foi tênue, e em meados de 1857, ele foi forçado a abandonar o país. Após quatro tentativas adicionais de restabelecer sua autoridade, em 1860 Walker foi capturado pelos ingleses e entregue aos hondurenhos, que o fuzilaram. Entre os que ficaram aliviados com este resultado estava Cornelius Vanderbilt, cuja firma de navegação havia sido arruinada.

Embora ostensivamente agindo primeiro a favor dos liberais nicaragüenses e em seguida por seus próprios motivos, Walker recebeu também apoio substancial de empresários dos EUA, incluindo dois rivais de Cornelius Vanderbilt; o ubíquo negociador caribenho William Cazneau (que acertou com Walker para colocar colonos dos EUA na Nicarágua); Além destes, importantes homens de negócios de New Orleans; e a Atlantic and Pacific Guano Company, uma empreendimento lançado com a bênção do Presidente Walker por Joseph Fabens, Duff

\* “Filibusteiro” – “filibuster” em inglês – é derivado do holandês *vrijbouter* – “freebooter” (“livre saqueador”), ou pirata – que evoluiu lingüisticamente para o espanhol *filibustero*. Gradualmente, seu significado ampliou-se até identificar qualquer tipo de operação de guerra privada (como a obstrução do comércio através de pirataria), e no fim do século XIX, para caracterizar a obstrução de uma legislatura.

Green e Charles Stearns. Havia também interesses relacionados, que via a Nicarágua como uma outra oportunidade para acrescentar peso à contenda Norte e Sul, influência dos estados livres no Congresso. O Senador pelo Mississippi Albert Brown era um porta-voz deste interesse e, em 1858, ele queixou-se de que a oposição do governo dos EUA às expedições de Walker demonstrava favorecimento aos nortistas que operavam através da firma de Vanderbilt “a American [Accessory?] Transit Company. Esta companhia tem sua sede em Wall street e State street [em Boston]. Se a América Central for colonizada através de sua agência, ela será, ao mesmo tempo, Livre de escravos.”<sup>6</sup>

Do lado contrário, os adversários de Walker incluíam funcionários da política externa dos EUA, que se opunham ativamente a toda ação de flibusteiros na Baía do Caribe. Em meados de 1849, quando a administração Taylor conseguiu provas de que oitocentos homens estavam prestes a embarcar para Cuba na primeira expedição de Narciso López, o Presidente reagiu emitindo uma proclamação alertando “todos os cidadãos dos Estados Unidos que se vinculem a um empreendimento tão ostensivamente, violando nossas leis e obrigações por tratados, estarão sujeitos a pesadas penalidades proferidas contra eles por nossos atos do Congresso e serão privados de sua reivindicação à proteção de seu país. Nenhuma dessas pessoas deve esperar a interferência deste Governo de qualquer modo em seu benefício, independente dos extremos a que possam ficar reduzidas em consequência de sua conduta.”<sup>7</sup> Isto era mais do que uma advertência verbal: o procurador dos EUA em New Orleans foi instruído para processar violadores do Ato de Neutralidade, e a Marinha recebeu ordens para patrulhar a costa do Golfo para impedir a partida de López de Round Island. O bloqueio foi efetivo e, em setembro, os flibusteiros de Round Island renderam-se e foram levados em navios da Marinha para o continente, sendo então liberados. O Presidente Fillmore continuou a política de seu predecessor, declarando em sua segunda mensagem anual que “nenhum indivíduo tem o direito de conturbar a paz do país ou de violar suas leis a partir de vagas noções de alteração ou reforma de governos de outros Estados.”<sup>8</sup>

Toda essa atividade não surpreendia, já que vinha dos *Whigs* que se opunham à expansão, embora a forte oposição aos flibusteiros prosseguisse durante as administrações dos democratas Pierce e Buchanan. Em sua primeira mensagem anual em 1853, o Presidente Pierce advertiu que se alguma expedição fosse organizada em solo dos EUA, “todos os meios à minha disposição serão vigorosamente exercidos para reprimi-la,” e um mês mais tarde ele emitiu uma proclamação formal contra flibusteiros que se preparavam para invadir o México. No dia seguinte à assinatura do Kansas-Nebraska Act em maio de 1854, Pierce emitiu ainda uma outra declaração, esta dirigida à expedição de John Quitman a Cuba; em dezembro ele assinou uma última contra as atividades de Walker na Nicarágua, e embora a plataforma democrata de 1856 endossasse a aventura nicaragüense de Walker, a primeira mensagem anual de Buchanan ao Congresso em 1857 condenava “as expedições sem lei” que haviam sido lançadas contra repúblicas latino-americanas: “Nada é melhor calculado para retardar nosso constante progresso



material ou danificar nosso caráter como nação do que a tolerância para com tais iniciativas em violação do direito das nações.” Buchanan salientava a indignação que ele sentiria “se essas expedições fossem organizadas no estrangeiro contra alguma parte de nosso próprio país, para queimar nossas cidades, matar e saquear nosso povo e usurpar nosso governo.”<sup>9</sup>

Ação dos flibusteiros à parte, o Departamento de Estado reconhecia a necessidade de uma rota de trânsito segura, relatando ao Congresso que “seria difícil sugerir um único objeto de interesse, externo ou interno, mais importante para os Estados Unidos do que a manutenção da comunicação, por terra e mar, entre os estados e territórios da União no Pacífico e no Atlântico. Trata-se de um elemento material da integridade e soberania nacionais.”<sup>10</sup> O problema do acesso contínuo a esta estrada internacional tinha duas dimensões. Em primeiro lugar, prosseguia o relatório, estava a condição política instável de boa parte da América Latina: “em meio às violentas revoluções e guerras pelas quais eles estão permanentemente agitados, suas autoridades públicas são incapazes de fornecer a devida proteção a estrangeiros e aos interesses estrangeiros dentro de seu território, ou mesmo de defender seu próprio solo contra agressores individuais.” Em sua mensagem final em 1856, o Presidente Pierce notificava o Congresso de que como “não se pode depender das autoridades locais para manter a paz pública no Panamá, “ele havia decidido “estacionar uma parte de nossa força naval nos portos do Panamá e Aspinwall [atual Colón], no sentido de proteger as pessoas e propriedades dos cidadãos dos Estados Unidos naqueles portos e assegurar a eles passagem segura através do Istmo.” A causa imediata da ação de Pierce era a Guerra da Melancia, com um dia de duração, um tumulto que irrompeu em 15 de abril de 1856, quando um viajante dos EUA teve uma querela com um vendedor de frutas da cidade do Panamá sobre o preço de uma fatia de melancia. Um grupo se aglomerou, seguiu-se um conflito generalizado e, quando a poeira baixou, 14 cidadãos dos EUA haviam sido mortos e 28 feridos (contra três panamenhos mortos e 12 feridos).<sup>11</sup>

Uma modesta força naval poderia ter sido capaz de lidar com esses problemas de instabilidade indígena, mas não seria suficiente para tratar da segunda dimensão do problema, o desafio imposto pela Grã-Bretanha, uma poderosa rival que parecia estar em toda parte para onde os Estados Unidos se voltasse na América Latina. Muito da ubiqüidade britânica era interpretada como resultado da incompetência dos latino-americanos. Como o Secretário de Estado Buchanan perguntou ao Ministro dos EUA Elijah Hise: “O que os Estados Unidos podem fazer para resistir a essa interferência européia enquanto as Repúblicas Hispano-Americanas continuam a se enfraquecer pela divisão e Guerra civil e privar-se da capacidade de fazer qualquer coisa em sua própria proteção?” Buchanan tinha esperanças de que os centro-americanos aprenderiam com o exemplo dos EUA (“em seu relacionamento com as autoridades na Guatemala e nos outros Estados da América Central, você não pode deixar de impressioná-los com nosso exemplo, em que todas as controvérsias políticas são decididas na urna eleitoral”)<sup>12</sup>

mas ele reconhecia que a proeminência da Grã-Bretanha não era devida simplesmente à fraqueza da América Latina: mercadores britânicos tinham produtos de alta qualidade para vender, seus banqueiros tinham dinheiro para emprestar e investir, e possuíam ainda a maior marinha do mundo.

Os Estados Unidos, em contraste, tinham uma marinha insignificante e precisavam de empréstimos estrangeiros. O comércio britânico com a América Latina era, talvez, quatro vezes maior que o dos Estados Unidos, e a presença da Inglaterra era particularmente evidente na América Central, onde comerciantes ingleses haviam se aproveitado da decisão espanhola de situar suas povoações nas terras altas deixando a linha costeira caribenha para os índios. Comerciantes britânicos haviam se deslocado para Belize quase dois séculos antes do movimento de independência do século XIX, e em meados do século, quando os Estados Unidos desenvolveram um interesse pela região, a influência britânica se estendia pela linha costeira caribenha de Yucatán ao Panamá. Quando chegaram notícias em Washington da ocupação formal britânica de San Juan del Norte, o Secretário de Estado Buchanan concluiu que “o objetivo da Inglaterra nesta aquisição é evidente visto a política que ela procurou, uniformemente através de sua história passada, ocupar todo ponto comercial valioso através do mundo, sempre que as circunstâncias o permitissem. Seu propósito, provavelmente, é conseguir o controle da rota para uma ferrovia e um canal entre os oceanos Atlântico e Pacífico através do lago Nicarágua.”<sup>13</sup>

Ocorreu que os ingleses estavam, assim, entrincheirados numa área que os Estados Unidos agora precisavam atravessar, e foi por esta razão, e não pela expansão da escravidão (ou qualquer outra razão) que a América Central tornou-se o local do conflito EUA-Inglaterra na década de 1850. A questão central – controle sobre as rotas de trânsito interoceânicas – foi abordada em 1846 pelo Tratado de Bidlack com a Colômbia, e em 1849 por dois enviados dos EUA, Elijah Hise e Ephraim Squier, que negociaram tratados separados com a Nicarágua que garantiriam tratamento favorável ao capital e comércio dos EUA. O Tratado Hise-Selvas de junho proporcionava aos Estados Unidos o controle de uma futura rota em troca de uma garantia dos EUA da soberania nicaragüense sobre a Costa Mosquito e de San Juan del Norte. Dois meses mais tarde, Squier assinou um tratado comercial com a Nicarágua que incluía uma cláusula confirmando a concessão de Vanderbilt. Relutante em tornar-se um fiador de soberania territorial, a administração Taylor não submeteu nenhum dos tratados ao Senado; ao invés disso, o Secretário de Estado Clayton negociou com o ministro britânico em Washington, Lord Bulwer e, em abril de 1850, eles assinaram um tratado estabelecendo controle conjunto e operação neutra de qualquer canal que pudesse ser construído. O tratado agradava tanto Washington como Londres – Washington porque ele limitava a atividade britânica numa região onde ela era há muito dominante, e Londres porque, como Palmerston notou mais tarde, ele erguia “uma barreira ao avanço norte-americano...Ele os restringe e os faz parar.”<sup>14</sup>

Mas não por muito tempo. O Presidente Fillmore, *whig*, fizera pouco mais do que resumir em 1852 quando os ingleses tomaram as Ilhas Bay na costa hondurenha, mas a administração Pierce recusou-se a ser passiva. Rodeado de democratas expansionistas e especialmente influenciado por Jefferson Davis, seu Secretário da Guerra de mentalidade expansionista, o Presidente Pierce procurou antecipar-se à competição européia repetindo a Doutrina Monroe em sua fala inaugural de 1853. Então, percebendo a oportunidade quando os ingleses ficaram absorvidos pela Guerra da Criméia, em 1854 a administração começou a pressionar a Inglaterra para se retirar da América Central. Foi quando o *Cyane* destruiu Greytown. Ao mesmo tempo, o Secretário de Estado Marcy instruiu o ministro dos EUA para a Grã-Bretanha a expressar oposição ao prosseguimento da ocupação inglesa de Belize, argumentando que “sua persistência em reivindicar um direito neste sentido indicaria de sua parte uma política de deter em suas mãos os meios de molestar este país, e de interromper sua comunicação com suas possessões no Pacífico.”<sup>15</sup> A pressão, então, cresceu: em sua mensagem de 1855 ao Congresso, a primeira questão que o Presidente Pierce levantou foi a presença da Grã-Bretanha na América Central; e em sua mensagem especial sobre a América Central seis meses depois, o Presidente expressou “surpresa e pesar” em relação à recente reocupação britânica de San Juan del Norte, “o término necessário de qualquer canal ou ferrovia através do Istmo dentro dos territórios da Nicarágua.” Ele prosseguiu: “Não diminui nosso incômodo diante deste ato da parte da Grã-Bretanha, descobrir que ela procurou justificá-lo com base numa suposta proteção de um pequeno e obscuro bando de índios não civilizados, cujo nome próprio tornou-se mesmo perdido para a história.”<sup>16</sup>

No decorrer da década anterior à Guerra Civil, expansionistas sulistas em Washington insistiam cada vez mais para que os britânicos deixassem a América Central. Em 1858, o Senador pelo Mississipi, Albert Brown, falou novamente por muitos sulistas ao argumentar que “se queremos a América Central, a maneira mais barata, mais fácil e mais rápida de conseguí-la é ir lá e tomá-la, e se a França e a Inglaterra interferirem, lemos a doutrina Monroe para elas.”<sup>17</sup> Outros sulistas pediam cautela, pois a Inglaterra comprava mais de três quartos da fibra de algodão e dois terços do algodão bruto exportados pelos Estados Unidos – e o algodão, é importante lembrar, fornecia a parte do leão de todos os ganhos dos EUA com exportação na década de 1850. Não era por que a Inglaterra fosse de longe o melhor cliente do produto de exportação mais importante da nação, que todos no Mississipi concordariam em que os Estados Unidos deviam prejudicar o mercado por causa da América Central.

Os ingleses, por sua vez, ficaram ofendidos com a atitude da administração Pierce. O Secretário das Relações Exteriores Clarendon caracterizou os Estados Unidos como uma “nação de piratas,” e o Primeiro Ministro Palmerston concordou que “estes ianques são camaradas muito desagradáveis.”<sup>18</sup> Em 1854, quando correram rumores na Europa de que a administração Pierce estava considerando a compra de uma base naval mediterrânea do empobrecido príncipe de Mô-

naco, Clarendon preocupou-se com o possível fato de que os Estados Unidos “estariam roubando e querelando com todo mundo dentro de seis meses. A anexação do Piemonte seria seu primeiro objetivo e seria discutida e defendida em todos os jornais americanos até termos vapores flibusteiros preparados para vingar algum insulto sardenho imaginário.”<sup>19</sup>

Palmerston e Clarendon estavam inicialmente inclinados a enfrentar os Estados Unidos na América Central. Protestando contra a destruição de Greytown pelo *Cyane* (“destruição sob um pretexto injusto de uma cidade conhecida em todo o mundo como estando sob a proteção da Grã-Bretanha”), Palmerston afirmou que “ao lidar com Valentões de disposição Vulgar, e é o que infelizmente o povo dos Estados Unidos é, não se ganha nada por submissão ao Insulto e transgressão; pelo contrário, a submissão a um Ultraje apenas encoraja o cometimento de outro ainda maior – esta Gente está sempre testando quão longe pode se aventurar a ir.” Clarendon concordava que “não há país que não estará por sua vez exposto à insolência e abuso americanos a menos que se faça com que as classes comerciais e endinheiradas percebam que seu Governo terminará por voltar toda a humanidade contra elas e que haverá uma aliança universal para compeli-las a observar os costumes das nações civilizadas.” Mas Palmerston também reconhecia que a Inglaterra estava com as mãos ocupadas na Criméia, e “uma querela com os Estados Unidos é sempre indesejável, e especialmente agora que estamos envolvidos numa guerra com uma outra potência.”<sup>20</sup>

E deste modo funcionários em Londres aos poucos concluíram que a necessidade de cuidar dos interesses britânicos em outras partes, combinada ao crescente interesse dos EUA na América central, tornava o controle sobre a Costa Mosquito não apenas difícil mas indesejável. Quando tomaram San Juan del Norte em 1848, os britânicos pensavam que o lugar se tornaria um importante eixo de transporte; em torno de 1855 a ferrovia do Panamá havia reduzido o tempo de viagem através da parte mais estreita do istmo para menos de meio dia; em contraste, a concessão de Vanderbilt na Nicarágua estava para ser revogada, e as aventuras amplamente divulgadas de Walker haviam convencido mercadores e público viajante a usar a rota do Panamá. Clarendon culpou os nicaraguenses, escrevendo em meados de 1857 que “aqueles mestiços miseráveis na América Central estão convidando a agressão. Sua definitiva incapacidade de fazer qualquer coisa a não ser cortar as gargantas uns dos outros e as provas que eles recentemente proporcionaram de que nem o perigo comum nem o interesse comum podem induzi-los a se unir, oferecem tentações irresistíveis aos flibusteiros.” Em 1847, Palmerston havia observado que ir à guerra para apoiar “tal gente como os mexicanos não passaria pela Câmara dos Comuns de maneira alguma”; uma década mais tarde havia ainda menos apoio para lutar pelos centro-americanos.<sup>21</sup>

Ao mesmo tempo, Clarendon acreditava que a expansão dos EUA quase com certeza prosseguiria, agora auxiliada por flibusteiros que estavam “por certo agindo sob instrução secreta do Governo dos EUA.” Os temores de Clarendon haviam sido exacerbados pelo ministro britânico em Washington, que “enviou-me

um catálogo de procedimentos infames mas muito hostis em relação a nós por parte do Governo dos EUA.”<sup>22</sup> Concluindo que o domínio dos EUA na América Central era inevitável, em 1857 Clarendon escreveu a Cowley em Washington que a menos que franceses e ingleses estejam dispostos a estacionar tropas na região, “mais cedo ou mais tarde esses países serão dominados e ocupados da mesma forma que a Louisiana, o Texas e a Califórnia foram acrescentados à União.” Palmerston concordou: “Há muito tempo me sinto interiormente convencido de que a Raça Anglo-Saxã tornar-se-á, no Decorrer do Tempo, Senhora de todo o Continente Americano Norte e Sul, em Razão de suas Qualidades superiores em comparação com os degenerados Americanos Espanhóis e Portugueses.”<sup>23</sup>

Desta maneira os funcionários britânicos aos poucos convenciam-se uns aos outros de que a Inglaterra se beneficiaria se os Estados Unidos controlassem a América Central. Já em 1854, Aberdeen admitia que a reivindicação da Grã-Bretanha sobre a Costa Mosquito e Greytown era “bastante questionável” e que sua posse das Ilhas Bay era “pouco melhor do que usurpação manifesta,” mas ele se preocupava com o fato de que essa retirada pudesse ser interpretada como um símbolo de fraqueza durante a Guerra da Criméia.<sup>24</sup> Em 1856 aquela guerra havia terminado, e um editorial da *Economist* provavelmente captou a opinião da elite britânica: “Não se pode apoiar para sempre os mexicanos ou nicaraguenses semicivilizados, semi-espanhóis, degenerados – com sua incurável indolência e eternas altercações mesquinhas – com seus hábitos efeminados e poderes enfraquecidos – contra as impetuosas, precipitadas, incansáveis, inesgotáveis energias dos Americanos Anglo-Saxões. Criminosos, rústicos, violentos como eles costumam ser, não se pode negar que eles conquistam e governam em virtude de sua hombridade superior. A América Central povoada e *exploité* por Anglo-Saxões valerá para nós dez vezes seu valor atual.” Esta era também a concepção de muitos funcionários dos EUA, incluindo o Deputado Thomas Anderson do Missouri, que disse a seus colegas da Câmara em 1859 que se os Estados Unidos assumissem o controle da América Central, “onda sobre onda de imigração rolará sobre aquela terra, até que suas guerras internas, ignorância, superstição e anarquia sejam suplantadas pela paz, conhecimento, cristianismo, e por nossas próprias instituições de origem divina.”<sup>25</sup>

E deste modo Palmerston, que nunca dominara bem as regras do capital, escreveu para Clarendon que os ianques “estão no Local, fortes, profundamente interessados na questão, totalmente inescrupulosos e desonestos e determinados a de um modo ou de outro fazer prevalecer seu ponto de vista; nós estamos longe, enfraquecidos pela Distância, controlados pela Indiferença da Nação quanto à Questão sendo discutida, e por seu Forte Interesse comercial em manter a paz com os Estados Unidos.”<sup>26</sup> Com apenas direitos limitados a defender, os ingleses cederam um papel dominante na América Central aos Estados Unidos. Eles assinaram um tratado com Honduras em novembro de 1859 que providenciava a restituição das Ilhas Bay, e um outro com a Nicarágua em agosto de 1860 renunciando a seu protetorado sobre a Costa Mosquito. Com este incômodo problema

resolvido, no fim da década de 1860 o Presidente Buchanan podia relatar em sua mensagem de fim de ano ao Congresso que “nossas relações com a Grã-Bretanha são do caráter mais amistoso.”<sup>27</sup>

Fiel à plataforma do partido Democrata de 1856, a administração Buchanan tinha sido cuidadosa em “manter sagrados os princípios envolvidos na Doutrina Monroe.” Na América Central, os Estados Unidos haviam demonstrado que a expansão física da era do *Destino Manifesto* havia combinado com uma expansão correspondente dos horizontes dos funcionários dos EUA, uma nova concepção da esfera de influência da nação. As repúblicas novatas da América Central eram um lugar ideal para esta demonstração: elas próprias eram impotentes, estavam perto de casa, e haviam se tornado uma importante rota de trânsito entre as duas costas da república norte-americana, assegurando uma sempre crescente presença dos EUA no Istmo. Embora essa geração de funcionários americanos pudesse livrar a América Central da interferência européia, o que os Estados Unidos deveriam fazer com esta nova liberdade de ação teria que esperar por uma outra época. Dentro de poucos meses o Sul conflagraria em Fort Sumter, e os Estados Unidos seriam engolfados no turbilhão de sua própria Guerra Civil.

A segunda geração de enviados dos EUA à América Latina havia completado seu trabalho. Ela havia expandido as fronteiras da nação significativamente, mas não chegara a uma decisão firme sobre a expansão para o sul. Havia repellido o poder britânico na região do Caribe, mas não havia substituído sua influência econômica. Mais significativamente, havia ajudado a cimentar uma imagem da América Latina na consciência política dos EUA, do mesmo modo que a visão da primeira geração de John Quincy Adams salientava o abismo cultural que separava os Estados Unidos da América Latina. Mas em contraste com a opinião de Adams e de sua geração, que era baseada num etnocentrismo sem conhecimentos de primeira mão sobre a América Latina, esta segunda geração de enviados dos EUA realmente viveu e trabalhou na região. O que é interessante sobre essa geração é como suas predisposições solidificaram durante sua estadia na região.

A vida não era fácil para a geração que viveu o período anterior a Guerra Civil. Eram representantes dos EUA na América Latina, como é exemplificado pela experiência do Comodoro Oliver Hazard Perry. Em 1819, o herói da Batalha do Lago Erie foi instruído para viajar para a Venezuela e Buenos Aires com a finalidade de protestar contra as depredações de corsários navegando sob bandeiras sul-americanas.<sup>28</sup> A primeira escala era no quartel-general de Bolívar em Angostura, a 300 milhas Orinoco acima numa chalupa de calado raso. As anotações de Perry contêm algumas das passagens mais sugestivas já escritas sobre as frustrações da vida nos trópicos. Eis as anotações de um dia:

Confinado a bordo de um pequeno barco. Levanto pela manhã já exaurido pelo calor. O sol, assim que se mostra, chega quase a atravessar o corpo; mosquitos, moscas e borrachudos lhe cobrem. Conforme o sol sobe, há uma calma completa e seus raios produzem um calor insuportável. A febre que

ele produz, junto com a irritação causada pelos insetos, produzem uma sede que é insaciável; e a água que bebemos para enfrentá-la está a 82 graus. Por volta das quatro horas, geralmente despenca uma chuva acompanhada por um vento fraco. Poder-se-ia supor que isto refrescaria o ar; mas não é o que ocorre. O vapor que sobe assim que o sol reaparece, torna o calor mais intolerável. Com a proximidade da noite, o vento nos deixa. Ancoramos próximos da margem; miríades de mosquitos e borrachudos assediam o barco, e nos compelem a imergir no meio de uma fumaceira forte produzida pela queima de estopa e alcatrão, para evitar suas terríveis picadas. Aborrecidos e exaustos, vamos para a cama enfrentar novos tormentos. Encerrados no beliche de uma pequena cabina, se há algum ar corrente, nem um bafo dele pode nos alcançar. Os mosquitos, mais perseverantes, nos seguem, e nos atormentam a noite toda com seu ruído e picadas até que, quase loucos com o calor e a dor, levantamos para passar pelos mesmos problemas no dia seguinte.

Em Angostura, Perry contraiu febre amarela e morreu na chalupa descendo o rio. Deixado com a tarefa de decifrar o diário de bordo, seu comissário relatou que entre “as várias impressões que marcaram o Comodoro” havia a de que “a ignorância do tipo mais grosseiro é a característica prevalecte no caráter daquele povo.”<sup>29</sup>

O destino do Comodoro Perry estava longe de ser único, e seus julgamentos não eram de modo algum incomuns. Apenas raramente os primeiros enviados dos EUA conseguiam cumprir plenamente suas instruções, e todos punham a culpa nos latino-americanos, como ilustra o despacho de meados do século XIX do encarregado dos EUA em Caracas: “O sr. Pedro Carlos Gellineau foi designado Ministro da Fazenda e das Relações Exteriores. Ele é o quarto indivíduo a ocupar estes cargos durante estes primeiros quatro meses de 1851. O Departamento perceberá prontamente as dificuldades que estas mudanças incessantes de ministério colocam às transações de qualquer negócio com este Governo.” Mais ou menos na mesma época, o primeiro representante diplomático dos EUA em La Paz explicava que “estou atualmente há mais de dois meses na Bolívia, sem ter conseguido encontrar Governo algum com que fosse possível tratar de negócios, ou ao qual eu pudesse me apresentar apropriadamente como um Ministro dos Estados Unidos. Desde 6 de outubro último, a República está num estado de completa anarquia, o Congresso disperso, a capital abandonada por todos seus funcionários, os negócios inteiramente suspensos, as vidas e propriedades de seus cidadãos sem qualquer proteção adequada, e todos os recursos exauridos no sustento de dois exércitos opostos.”<sup>30</sup>

Uma vez instalados, os enviados começavam a descrever o ambiente. Seus despachos quase sempre enfocavam primeiro o subdesenvolvimento econômico da região. “Quando vejo o quanto a natureza fez por esta parte do globo, não posso deixar de exclamar comigo mesmo que é uma pena que seu povo não possa apreciar suas vantagens e melhorar,” escreveu o Encarregado dos EUA Richard Pol-lard após fazer um levantamento de toda a Costa Oeste da América do Sul em

1838. O primeiro enviado dos EUA ao Equador, o Agente Especial Delazon Smith, ficou perplexo diante do atraso que encontrou e, oito anos depois, o sucessor de Smith relatava que “não há [ainda] uma carruagem nem uma carroça e não mais de uma dúzia de carretas em toda a República,” bastões tortos ao invés de arados são usados no cultivo da terra,” e todos os barcos sob a bandeira equatoriana juntos não igualam em tonelagem um de nossos Clipper de primeira classe.<sup>31</sup>

Os enviados queriam especialmente preparar funcionários em Washington para a instabilidade política da América Latina, como um dos primeiros encarregados na Argentina, Francis Baylies, instruiu o Secretário de Estado Livingston: “Tal, Senhor, é a feliz condição da sociedade nesta nossa *República Irmã*, cujos princípios livres e liberais e a aversão ao despotismo [*sic*] têm sido com tanta freqüência temas para panegíricos de nossos equivocados, românticos e imaginativos políticos. Creio que uma permanência de uma semana [*sic*] aqui os curaria desta alucinação.”<sup>32</sup> Diversos relatórios do Peru descreviam “violência, opressão, rapina e perseguição,” e procuravam esclarecer quaisquer concepções equivocadas em Washington: “as Repúblicas, ou melhor, os Despotismos Militares da América do Sul não são bem conhecidos pelo povo dos Estados Unidos. Ao invés de ser governado por uma autoridade legal ou constituída, submetida, e agindo sob os princípios do direito internacional, o poder Supremo está geralmente nas mãos de algum chefe militar, que, preocupado apenas com sua própria prosperidade, atropela os direitos de todos, compatriotas e estrangeiros que não têm capacidade ou disposição de se defender.”<sup>33</sup> O encarregado seguinte dos EUA, em Lima, continuou este esforço de esclarecimento, mas obviamente sentiu-se frustrado por sua incapacidade em descrever as profundezas nas quais a política peruana havia afundado em meados da década de 1840: “é difícil, sem residir neste país e ser uma testemunha ocular, formar uma idéia da condição abjeta e miserável à qual o país está reduzido e da desordem, anarquia e dissipação que predominam.”<sup>34</sup>

Estes relatórios sobre a instabilidade política da América Latina estavam freqüentemente ligados a acusações de corrupção oficial. Na Argentina, relatava o Encarregado Baylies “os negócios do Governo e seus ofícios são considerados como um tipo de ocupação para ganhar dinheiro – uma espécie de licença para receber subornos,” e esta desonestidade se espalha sobre as relações internacionais. Os argentinos “consideram a violação de um tratado um crime não mais grave do que uma mentira contada por um escolar,” e “se uma vantagem temporária puder ser obtida, eles violarão um tratado no dia de sua ratificação.” “Você não pode conceber a extensão da sua estúpida insolência e mesquinhez,” escreveu ele em outra ocasião. “Rezo a Deus para me livrar das mãos desses Filisteus.”<sup>35</sup>

O interessante em relação a esses despachos não é o quanto eles encaixavam com as predisposições dos funcionários em Washington, mas o que levava os enviados dos EUA a escrevê-los. A resposta fácil é que eles relatavam o que viam, mas em muitos casos eram julgamentos impulsivos. Baylies, por exemplo, fechou a legação dos EUA em Buenos Aires (que permaneceu fechada por 12



anos) e justificou sua ação retratando os argentinos como mentirosos incorrigíveis. Mas Baylies não tinha nenhuma experiência anterior na América Latina, nem o domínio da língua espanhola, e havia passado menos de quatro meses em seu posto. A despeito destas dificuldades, seis semanas após chegar em Buenos Aires, ele relatava que os argentinos eram “orgulhosos, fanáticos, bitolados e opressivos.”

Delazon Smith também encerrou prematuramente sua missão no Equador. Com 29 anos de idade, saudoso de casa, e ansioso para voltar aos Estados Unidos e distinguir-se (o que incluiria um breve mandato como primeiro senador dos EUA pelo Oregon), em 1845 Smith escrevia de Quito que “eu responderia melhor à letra e ao espírito de minhas instruções do Departamento de Estado...voltando imediatamente aos Estados Unidos, do que permanecendo aqui por um número indefinido de meses esperando que um povo ignorante, egoísta, miserável e rebelde forme um Governo ao qual eu possa me dirigir apropriadamente; – um povo cuja presunção exhibe uma constante paródia sob o título de republicano.” Como Baylies, Smith escrevia confiante, parecendo conhecer seu assunto. Ele relatou que “viajando quase quinhentas milhas através do território desta república, testemunhei pouco mais que ignorância, indolência, miséria, desonestidade e baixeza, da parte da grande massa do povo, e egoísmo, baixa esperteza, ambição sórdida, avareza e vingança sedenta de sangue da parte daqueles que lideram ou exercem a força sobre a multidão inconsciente, irrefletida.”<sup>36</sup> Contudo Smith passara menos do que um mês em Quito. Suas quinhentas milhas consistiam numa viagem para o Peru (chegando de Lima em 16 de julho) e para Colômbia (partindo para Bogotá em 12 de agosto). Do mesmo modo que Baylies, ele pode ter visto o que relatou, mas não poderia possivelmente ter visto em suficiente profundidade para generalizar sobre o caráter dos equatorianos.

A pressa do julgamento não explica plenamente o conteúdo destes despachos, contudo, a maioria dos sucessores de Baylies chegou, em geral, às mesmas conclusões. Duas décadas mais tarde, um sucessor escrevia que os políticos da Argentina eram caracterizados por “traição e venalidade, numa extensão que não se esperava mesmo das mais desmoralizadas e corruptas comunidades,” e sete anos depois, um outro ministro dos EUA relatava a desordem geral que existia pelo país.<sup>37</sup> Despachos semelhantes sobre instabilidade política e corrupção fluíam para o norte vindos de todos os cantos da América Latina, muitos dos quais escritos por enviados preparados. Eles indicavam que na Venezuela “os Ministros de Estado são homens inferiores, “que os brasileiros eram “um povo degradado e corrupto, que eram ignorantes nos rudimentos primários da justiça administrativa ou judicial,” e, geralmente, que “nestes novos países tudo é intriga, traição e suborno na condução de medidas de guerra, bem como na maioria dos outros assuntos. A guerra aberta e magnânima é desconhecida entre eles.”<sup>38</sup>

Alguns enviados tentavam explicar ao invés de simplesmente descrever o subdesenvolvimento, a instabilidade e a corrupção da América Latina. Seu consenso dominante era que os latino-americanos, produtos da cultura hispânica misturado com sangue nativo, eram um ramo inferior da espécie humana. Mesmo onde

sangue indígena não havia se misturado com o europeu, como na Argentina, os líderes da nação eram considerados “*fac-similes* dos antigos espanhóis[:] orgulhosos, fanáticos, bitolados e opressivos: odiando todos os estrangeiros, especialmente os Protestantes.”<sup>39</sup> Esta herança espanhola supostamente predispunha os latino-americanos ao comportamento irracional. “Os hispano-americanos são incapazes de examinar calmamente um assunto de interesse público ou discutir desapaixonadamente os atos de um Governo, “era um típico comentário vindo do Peru, como o do encarregado dos EUA em Caracas, que relatou como os venezuelanos eram incapazes de “agir sob qualquer princípio estabelecido, expedientes e especulações emergem continuamente em suas imaginações excitadas, até a mera sombra de eventos produz para eles realidade substancial.”<sup>40</sup> Em 1847, o encarregado dos EUA em Buenos Aires, William Harris, escreveu que “os atos dessas pessoas com freqüência parecem provocados por motivos tão extraordinários e incalculáveis. E o seu caráter geral é contraditório e irreconciliável [sic] com o da grande massa da humanidade.” Ele descrevia os argentinos como adolescentes irascíveis cuja “avaliação de suas próprias perícias e recursos é extravagante e ridícula.” Tratava-se de pessoas “que passavam sua vida toda barganhando com os grandes assuntos e exaurindo suas derradeiras energias em disputas sobre os pequenos.”<sup>41</sup>

O lado mais sombrio deste comportamento irracional era um perturbador alto nível de violência, freqüentemente tocando as raias da selvageria. Uma parte disso era crime comum nas ruas,<sup>42</sup> mas os relatórios dos enviados tendiam a focar a violência *política*, que era quase sempre descrita como desnecessária ou caprichosa. Alertando Washington da aproximação de guerra entre Peru e Bolívia, um despacho de Lima de 1840 observava que “não há na realidade causa alguma para guerra; mas os aventureiros militares que governam estes países, estando sempre dispostos a derramar sangue, não é pertinente se há causa ou não.” Um enviado à Colômbia escrevia que “mais uma vez, a Venezuela parece quase determinada a provocar uma briga e conseguir uma guerra entre as duas Repúblicas” a despeito do fato de que ela tinha apenas “pretensas queixas sendo que nenhuma justificaria uma briga de escolares.” Num despacho sobre o Uruguai, William Harris referia-se ao “espírito inquieto de um povo, cujo apetite por rapina, sangue e revolução, nunca pode ser saciado”; e do Chile veio uma avaliação sumária de que “todos esses novos países parecem estar insatisfeitos em Paz e prosperidade. Eles devem lutar entre eles mesmos ou uns contra os outros. Eles não podem estar contentes em tranqüilidade e em ordem estabelecida.”<sup>43</sup>

Esta imagem da América Latina enviada a Washington pela segunda geração de enviados dos EUA, portanto, era de uma região economicamente subdesenvolvida e politicamente instável. E a explicação proposta para estas condições desafortunadas era de que os latino-americanos, herdeiros da civilização espanhola, eram irracionais e com freqüência incontrolavelmente violentos. Esta visão da América Latina repousava nas prateleiras do Departamento de Estado quando, após recuperar-se de sua própria Guerra Civil, a geração seguinte de funcionários da política externa dos EUA começou a desenvolver um interesse na região.

## notas

---

- 1 A mensagem de Pierce ao Congresso está reimpressa em *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.5, p.280-4.
- 2 Comandante Bedford Pim, R.N., *The Gate of the Pacific* (Londres: Lovell Reeve, 1863), p.230-6.
- 3 Forsyth a Biddle, 1 de maio de 1835, Instruções Diplomáticas do Departamento de Estado, 1801-1906, Missões Especiais, NA M77/R152; *Messages and Papers of the Presidents*, vol.3, p.272-3.
- 4 9 Stat. 881.
- 5 William Walker, *The War in Nicaragua* (Mobile: S.H. Goetzel, 1860), p.38.
- 6 *Speeches, Messages and Other Writings of the Hon. Albert G. Brown*, M.W. Cluskey, ed. (Philadelphia: Jas. B. Smith, 1859), p.594.
- 7 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.5, p.7-8.
- 8 *Ibid.*, vol.5, p.78, 115-6.
- 9 *Ibid.*, vol.5, p.208-9, 271-3, 336-7, 371, 388-9, 447-8.
- 10 *Ibid.*, vol.5, p.368-74.
- 11 *Ibid.*, vol.5, p.371, 416.
- 12 Buchanan a Hise, 3 de junho de 1848, Instruções aos Estados da América Central, NA M77/R27.
- 13 *Ibid.*
- 14 Palmerston a Clarendon, 31 de dezembro de 1857, reimpresso em Richard W. Van Alstyne, "Anglo-American Relations, 1853-1857: British Statesman on the Clayton-Bulwer Treaty and American Expansion," *American Historical Review* 42 (abril de 1937), p.491-500.
- 15 A fala inaugural está reimpressa em *Messages and Papers of the Presidents*, vol.5, p.200; Marcy a Buchanan, 12 de junho de 1854, Marcy Papers, LC.
- 16 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.5, p.326-31, 370.
- 17 *Writings of the Hon. Albert G. Brown*, p.594.
- 18 Clarendon a Cowley, 4 de junho de 1856, Cowley Papers, F.O.519/173; Palmerston a Clarendon, 31 de dezembro de 1857, reimpresso em Van Alstyne, "Anglo-American Relations," p.500.
- 19 Clarendon a Cowley, 23 de setembro de 1854, Cowley Papers, F.O.519/170.
- 20 Palmerston, "Mem[orandum] on a Draft of Despatch from Ld. Clarendon to Mr. Cramp-ton in Washington," 10 de setembro de 1854, Palmerston Papers, Hartley Library, University of Southampton; Clarendon a Cowley, 4 de junho de 1856, Cowley Papers, F.O.519/173.21 Clarendon a Cowley, 21 de maio de 1857, Cowley Papers, F.O.519/175; Palmerston a Normanby, 7 de maio de 1847, Mulgrave Archives, Lythe Hall, North Yorkshire, Inglaterra.
- 22 Clarendon a Palmerston, 25 de outubro de 1855, Palmerston Papers, Hartley Library, University of Southampton.

23 Clarendon a Cowley, 21 de maio de 1857, Cowley Papers, F.O .519/175; Palmerston a Clarendon, 31 de dezembro de 1857, reimpresso em Van Alstyne, "Anglo-American Relations," p.500.

24 Aberdeen a Clarendon, 5 de novembro de 1854, reimpresso em Van Alstyne, "Anglo-American Relations,," p.498.

25 "Republicans Morals and Monarchical Power," *The Economist* 14 (14 de junho de 1856), p.641-642; *Congressional Globe*, 10 de janeiro de 1859, p.299.

26 Palmerston a Clarendon, 31 de dezembro de 1857, reimpresso em Van Alstyne, "Anglo-American Relations,," p.500.

27 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.5, p.639-40.

28 As instruções para a missão de Perry estão em JQ Adams a Smith Thompson, Secretário da Marinha, 20 de maio de 1819, Cartas Domésticas, NA M40/R15; as ordens estão em Thompson a Perry, 29 de maio de 1819, Cartas Confidenciais Enviadas, 1 de fevereiro de 1813 – 26 de março de 1822, Registros da Marinha dos EUA (RG 45), NA.

29 O relatório do comissário de bordo está em Charles O. Handy a JQ Adams, 29 de setembro de 1819, arquivado com uma carta que o acompanha datada de 20 de outubro de 1819, Cartas Variadas ao Departamento de Estado, NA M179/R45.

30 Isaac Nevett Steele a Daniel Webster, 5 de maio de 1851, Despachos da Venezuela, NA M79/R9; John Appleton a James Buchanan, 13 de dezembro de 1848, Despachos da Bolívia, NA T51/R1.

31 Richard Pollard a John Forsyth, 8 de agosto de 1838, Despachos do Chile, NA M10/R5; Delazon Smith a John Calhoun, 10 de agosto de 1845, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R6; Courtland Cushing a William Marcy, 31 de outubro de 1853, Despachos do Equador, NA T50/R2.

32 Francis Baylies a Edward Livingston, 24 de julho de 1832, Despachos da Argentina, NA M69/R5.

33 Edwin Barlett a John Forsyth, 19 de maio de 1839, Despachos de Cônsules dos EUA em Lima, NA M154/R5.

34 James Pickett a John Calhoun, 3 de julho de 1844; John Bryan a James Buchanan, 4 de julho de 1845, Despachos do Peru, NA T52/R6 e R7.

35 Francis Baylies a Edward Livingston, 24 de julho, 19 de agosto e 27 de agosto de 1832, Despachos da Argentina, NA M69/R5.

36 Delazon Smith a John Calhoun, 10 de agosto de 1845, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R6.

37 John Pendleton a William Marcy, 24 de julho de 1853; John Cushman a Lewis Cass, 10 de novembro de 1860, Despachos da Argentina, NA M69/R9 e R14.

38 Benjamin Shields a John Clayton, 15 de agosto de 1849, Despachos da Venezuela, NA M79/R8; Ephaim George Squier a John Clayton, 23 de junho de 1849, Despachos da Guatemala, NA M219/R5; Henry Wise a James Buchanan, 9 de dezembro de 1846, Despachos do Brasil, NA M121/R18; Richard Pollard a John Forsyth, 27 de dezembro de 1836, Despachos do Chile, NA M10/R4.

39 Francis Baylies a Edward Livingston, 24 de julho de 1832, Despachos da Argentina, NA M69/R5.

40 John Randolph Clay a Daniel Webster, 8 de abril de 1852, Despachos do Peru, NA T52/R9; John Williamson a John Forsyth, 13 de fevereiro de 1837, Despachos da Venezuela, NA M79/R2.

41 William Harris a James Buchanan, 17 de outubro de 1847, 14 de julho de 1846, 15 de janeiro de 1849, 16 de maio de 1847, Despachos da Argentina, NA M69/R7.

42 Ver, por exemplo, Benjamin Shields a James Buchanan, 20 de maio de 1848, Despachos da Venezuela NA M79/R6, ver também Francis Baylies a Edward Livingston, 24 de julho de 1832, Despachos da Argentina, NA M69/R5; Charles DeWitt a John Forsyth, 13 de janeiro de 1838, Despachos da América Central, NA M219/R3; Samuel Larned a John Forsyth, 26 de março de 1835, Despachos do Peru, NA T52/R3.

43 James Pickett a John Forsyth, 4 de janeiro de 1840, Despachos do Peru, NA T52/R5; James Bowlin a William Marcy, 3 de janeiro de 1856, Despachos da Colômbia, NA T33/R13; William Harris a James Buchanan, 10 de outubro de 1846, Despachos da Argentina, NA M69/R6; Richard Pollard a John Forsyth, 17 de agosto de 1836, Despachos do Chile, NA M10/R4



## **o início de uma nova era: a mentalidade imperial**

As grandes nações estão absorvendo rapidamente, para sua futura expansão e sua presente defesa, todos os lugares ermos da terra. É um movimento que contribui para a civilização e o progresso da raça. Como uma das grandes nações do mundo, os Estados Unidos não devem ficar fora desta linha de ação

*Senador Henry Cabot Lodge, 1895*

**E**m 1865, os cidadãos dos Estados Unidos estavam exauridos. Quatro anos de carnificina haviam deixado mais de 600.000 soldados mortos, um número não computado de inválidos para sempre e quase todo cidadão de luto por um parente. Mas a escravidão fora abolida, a União havia sido preservada, e as batalhas políticas da década de 1850 não tinham mais lugar. Agora era tempo de se recuperar – cultivar novas terras e desenvolver novos recursos, construir ao invés de destruir. Os Estados Unidos voltaram-se para dentro, e no período de uma única geração a nação foi transformada.

Foi durante estas três últimas décadas do século XIX que os cidadãos dos EUA, pouco a pouco, desenvolveram o desejo de adquirir um império no estrangeiro. Este interesse era diferente daquele anterior à Guerra Civil, quando os Estados Unidos haviam se expandido para absorver terras escassamente povoadas rumo ao Oeste, sempre alegando, como o fez Teddy Roosevelt sobre o Texas, que as pessoas que já viviam na área se beneficiaram quando sua nacionalidade foi extinguida pelo abraço benéfico dos Estados Unidos: “Estava fora de questão que os texanos continuassem a viver sob governo mexicano; e teria sido um grande infortúnio se tal acontecesse. Estava fora de questão esperar que eles se submetessem ao domínio de uma raça mais fraca.”<sup>71</sup>

Com esta lógica, os Estados Unidos haviam adquirido todo o território rumo ao Oceano Pacífico. Os expansionistas dirigiram, então, suas energias para o sul, mas este impulso havia cessado ao se entrelaçar com a questão doméstica

da escravidão. Uma vez resolvido este conflito com a Guerra Civil, o impulso da expansão nunca mais pôde ser renovado. Em parte, isto ocorreu porque não havia mais nenhuma necessidade de aumentar o número de senadores escravocratas com a possível aquisição de Cuba, Yucatán ou Nicarágua, mas também porque os sulistas não queriam acrescentar latinos à sua confederação. Como William Yancey disse a seus colegas delegados à convenção da secessão em Alabama, ainda antes da guerra, a anexação do México envolveria a absorção de “uma massa de população ignorante, supersticiosa e desmoralizada.”<sup>2</sup> Quando a guerra acabou, o Norte considerou enviar escravos emancipados para se estabelecerem na América Central sob proteção dos EUA. A derrota sulista fez com que milhares de soldados confederados fugissem para o sul, a maioria para o México (porque ficava perto) e para o Brasil (onde a escravidão ainda não fora abolida). Desiludidos com o que encontraram, quase todos logo voltaram para casa. Reforçando a desilusão dos sulistas com a migração para a América Latina, havia a *Homestead Act* [lei federal cedendo terras a colonos] de 1862, que abria vastas novas terras federais para o Oeste, e a ferrovia transcontinental, que quase eliminou a necessidade do istmo centro-americano para aquela geração. No fim da década de 1860, o entusiasmo do Sul pela expansão havia desaparecido completamente.

Nesta altura, a bandeira da expansão para o sul foi encampada por um pequeno grupo de nortistas liderados por William H. Seward e Ulysses S. Grant, ambos prosseguidores intelectuais da antiga era do *Destino Manifesto*. Como Secretário de Estado durante as administrações Lincoln e Johnson, Seward era o último dos grandes expansionistas de sua geração.<sup>3</sup> Melhor lembrado por sua atuação na compra do Alaska, Seward procurou também adquirir o Panamá, o Havai, Midway e, especialmente, as Ilhas Virgens. Embora ele tivesse fechado um acordo para pagar à Dinamarca \$7.5 milhões por duas das Ilhas Virgens em outubro de 1867, a Comissão do Senado sobre Relações Exteriores recusou liberar o tratado até Seward deixar o cargo, quando ele foi então julgado desfavorável e adiado indefinidamente. A manobra do Senado era um produto de divisões políticas domésticas sobre a Reconstrução e frugalidade geral. Quase no exato momento em que as notícias do tratado das Ilhas Virgens vinham a público, a Câmara decidia pelo *impeachment* do Presidente de Seward, Andrew Johnson, e notificava sua administração que “na atual condição financeira do país, quaisquer novas compras de território são desaconselháveis.”<sup>4</sup>

A segunda indicação de que a disposição política era desfavorável à expansão veio logo no início da administração Grant (1869-77) quando *criollos* cubanos, tendo lançado um movimento importante para a independência em relação à Espanha, buscaram apoio nos Estados Unidos. Um mês depois do início da administração Grant, a Câmara aprovou uma resolução de simpatia pelos rebeldes, e em maio os insurgentes nomearam o general confederado Thomas Jordan como seu comandante militar. Logo depois, diversas expedições de flibusteiros foram lançadas dos Estados Unidos, mas, ao contrário do período que antecedeu a Guerra Civil, houve pouca discussão sobre a anexação; ao invés disso, o Secre-



tário de Estado Hamilton Fish apresentou através do gabinete um plano para negociar com a Espanha a independência de Cuba, no qual o papel dos Estados Unidos era limitado a garantir os bônus que os cubanos emitiriam para pagar a parte da Espanha. Quando Fish constatou apenas um fraco apoio do gabinete para um plano que Madri de todo modo jamais aceitaria, os Estados Unidos tranquilamente decidiram não intervir.

O melhor indicador de que a era de expansão havia terminado, foi o destino de um tratado proposto para anexar a República Dominicana. A questão era posta sem rodeios: funcionários dominicanos ofereciam seu país aos Estados Unidos como um presente. Os funcionários em Washington queriam aceitá-lo?

Não na medida em que o país compartilhava a ilha com negros. Quando a República Dominicana declarou sua independência da Espanha em 1821, os Estados Unidos haviam se recusado a reconhecer a existência da nação porque ela era considerada ou uma república mulata ou uma dependência do Haiti. Semanas depois da independência, de fato, a República Dominicana foi incorporada pelo Haiti, e embora a independência tenha sido restabelecida em meados da década de 1840, foi apenas em 1849 que Zachary Taylor enviou Benjamin Green para determinar se a nação estava apta a ser reconhecida. Um critério que o Secretário de Estado Clayton aconselhou a empregar era o de “se a raça espanhola tinha a ascendência naquele governo, se tendia a mantê-la, e se em questão de números aquela raça detinha uma proporção tão razoável em relação às outras quanto nos demais Estados da América espanhola.”<sup>5</sup> Embora Green e agentes informais posteriores tenham recomendado reconhecimento, a questão da escravidão tornava qualquer decisão impossível e, assim, em 1861, o Presidente Santana proclamou a reanexação da República Dominicana à Espanha. A Guerra Civil nos EUA havia terminado quando a independência foi restaurada em 1865, e em setembro de 1866, Washington reconheceu o país.

O Haiti permaneceu no limbo diplomático até junho de 1862. A questão do reconhecimento havia sido decidida em 1826 durante o debate sobre a participação dos EUA no Congresso do Panamá, quando sulistas como o Senador pela Georgia, John Berrien, insistiam que o reconhecimento do Haiti “introduziria um contágio moral, comparado com o qual, a pestilência física, no grau extremo imaginável de seus horrores, seria leve e insignificante.” Berrien perguntava: “deve o escravo emancipado, suas mãos ainda cheirando o sangue de seus senhores assassinos, ser admitido nos portos [sulistas], para disseminar as doutrinas da insurreição, e para fortalecê-las e revigorá-las exibindo em sua própria pessoa um exemplo de revolta bem sucedida?” O Senador pelo Missouri Thomas Hart Benton defendia apenas relações comerciais: “a paz de 11 estados nesta União não permitirá que os frutos de uma insurreição negra bem sucedida sejam exibidos entre eles. Não permitirá que cônsules e embaixadores negros se estabeleçam em nossas cidades e desfilem pelo nosso país, dando a seus semelhantes negros nos Estados Unidos provas das honras que os aguardam, no caso de um esforço semelhante bem sucedido de sua parte. Não permitirá que seja visto e falado que,

pelo assassinato de seus amos e amas, eles são considerados *amigos* entre as pessoas brancas destes Estados Unidos.<sup>6</sup>

Por outro lado, funcionários dos EUA há muito achavam que os Estados Unidos precisavam de uma base naval no Caribe para proteger o comércio que fluía do Vale do Mississipi e dos portos do Golfo. Na década de 1850, a administração Pierce estava tão ansiosa para obter tal base (e talvez um estado escravocrata) que designou um agente especial não oficial para visitar a República Dominicana no fim de 1853. Depois de relatórios iniciais favoráveis, William Cazneau foi instruído para negociar um tratado permitindo aos Estados Unidos estabelecer uma base naval na Baía de Samaná. Tanto os ingleses como os franceses se opunham à presença militar dos EUA, e seus enviados a São Domingos convenceram o governo dominicano a inserir no acordo de Cazneau de outubro de 1854 uma estipulação de que cidadãos dominicanos seriam tratados como brancos nos Estados Unidos. Este foi o fim do tratado porque, como observou o Secretário de Estado Marcy, qualquer tratado que “propusesse colocar dominicanos neste país, de todas as compleições, no mesmo nível de cidadãos dos Estados Unidos...seria certamente contrário aos sentimentos de uma grande proporção de nossos cidadãos, os quais o governo, num procedimento como este, está obrigado a respeitar.”<sup>7</sup>

Aí permaneceu a questão até 1866, quando Cazneau convenceu William Seward a visitar a República Dominicana para discutir a oferta de anexação – a primeira viagem ao exterior de um Secretário de Estado no posto. Já em 1848, Seward havia argumentado que a absorção de território do México não constituiria problema, pois “todos os elementos exóticos são rapidamente absorvidos e completamente assimilados.” Os dominicanos não seriam mais difíceis do que os mexicanos, que Seward caracterizava como “os descendentes efeminados dos castelhanos.”<sup>8</sup> Assim, depois do encontro com o Presidente Dominicano Buenaventura Baez, Seward concordou não simplesmente em reconhecer a independência da nação, mas também em iniciar o processo de absorção. Nenhum acordo formal havia sido assinado antes de Seward abandonar o cargo no início de 1869, mas em setembro um tratado de anexação foi assinado por Baez e pelo enviado especial do Presidente Grant, General Orville E. Babcock.

Enviado como agente especial à República Dominicana em julho de 1869, Babcock não havia sido autorizado a assinar qualquer documento diplomático, e o Presidente nem sequer havia discutido a anexação com seu gabinete. Quando finalmente chegou a levantar a questão, Grant descobriu que o Secretário de Estado Fish e outros membros do gabinete se opunham ao tratado de Babcock. Pensando que seus assessores se opunham basicamente a seus métodos não convencionais, Grant enviou Babcock de volta para a República Dominicana em novembro para renegociar um tratado de anexação apropriado e um segundo tratado proporcionando aos Estados Unidos um arrendamento da Baía Samaná. Desta vez os documentos foram assinados por um funcionário autorizado. Então, por razões que nunca foram adequadamente explicadas (principalmente centradas numa

combinação de *lobbying* de especuladores interessados e a legendaria teimosia de Grant), a anexação tornou-se a paixão da política externa do Presidente. Enquanto o Presidente Baez realizava um plebiscito para demonstrar o apoio popular à anexação – 15.169 pela anexação, 11 contra – Grant enviou o tratado proposto para o Senado.<sup>9</sup>

Em março de 1870, a Comissão de Relações Exteriores recomendou que o tratado fosse rejeitado. Em dois discursos subseqüentes, o presidente da comissão Charles Sumner citou praticamente toda razão que se pudesse conceber para explicar a oposição de sua comissão, mas o eixo de seu argumento era que “a ilha de San Domingos, situada em águas tropicais e ocupada por uma outra raça, de uma outra cor, não poderá nunca tornar-se uma possessão permanente dos Estados Unidos. Pode-se tomá-la pela força das armas ou pela diplomacia,” prosseguia ele, “mas a jurisdição imposta não pode durar. Já por um estatuto mais elevado aquela ilha é separada para a raça de cor. Ela é deles por direito de possessão, por seu suor e sangue misturados ao solo, pela posição tropical, por seu sol escaldante, e pelas inalteráveis leis do clima.”<sup>10</sup> No último dia de junho o Senado votou 28 a 28 para rejeitar o tratado.

Alegando que “o assunto deve apenas ser investigado para ser aprovado,” o obstinado Presidente usou de sua autoridade para enviar uma comissão para a verificação de fatos à República Dominicana. O Congresso, relutantemente, aquiesceu e, após uma visita de dois meses, a comissão emitiu um relatório positivo.<sup>11</sup> Por esta época, o Congresso já estava suspenso, e o novo 42º Congresso estava menos inclinado à anexação. A discussão no novo Senado do relatório da comissão deu ao Senador Carl Schurz a oportunidade de martelar uma série final de pregos no caixão do tratado. Ele lembrou seus colegas de que “se vocês incorporarem aqueles países tropicais à República dos Estados Unidos, vocês terão que incorporar também seus povos.” Houve uma época, não muitos anos antes, em que membros do Congresso argumentariam que os Estados Unidos deveriam desistir das “florestas cerradas do Canadá ou dos nevoeiros negros de Newfoundland” pelos “jardins alaranjados de Cuba e pelos campos palmíferos do México.”<sup>12</sup> Isto fora antes da Guerra Civil, contudo, quando os defensores da anexação tinham um plano (a escravidão) para lidar com a população. A maré agora havia mudado, argumentava Schurz, e nos trópicos “o próprio sol choca os ovos da serpente do perigo às nossas instituições republicanas.” Ele alertava seus colegas: “não mexam num esquema como este; não brinquem com o que pode envenenar o futuro desta grande nação, cuidado com os trópicos.”<sup>13</sup>

Dito isto, um momento imensamente significativo na história das relações EUA-América Latina ocorreu: sepultado com o tratado de anexação dominicana estava o processo de expansão aliado à absorção. Desde aquele momento em 1870, um consenso passou a existir nos Estados Unidos de que era desaconselhável expandir as fronteiras da nação se isto implicasse o acréscimo de latino-americanos à União. A única exceção, Porto Rico, foi precisamente isto – uma exceção – e que virtualmente todos em Washington ainda esperam que jamais se repetisse.

Com a anexação rejeitada e a reconstrução chegando ao seu final, Washington não era uma capital estimulante. Ao lado da saúde geral da economia, a política doméstica consistia de ingredientes sem muita atração, nutria aqueles cujos interesses eram diretamente afetados, mas sem questões substanciais para estimular os apetites políticos da nação como havia ocorrido com a escravidão e a expansão de antes da guerra. As questões internacionais eram particularmente sem importância para a maioria dos cidadãos no início do período de pós-guerra. Nenhuma palavra sobre a América Latina foi incluída nas plataformas republicana ou democrata de 1868, 1872, 1876 e 1880, e mesmo considerando-se que ambos os partidos romperam seu silêncio de vinte anos em 1884, foi simplesmente para expressar apoio ao comércio com a região.

Apenas a economia doméstica emergia como uma questão política capaz de gerar intensa e contínua opinião pública, e isto, mais do que qualquer outro fator, determinou os contornos da política de Washington em relação à América Latina nas décadas finais do século XIX. Tomados como um todo, os anos pós-Guerra Civil constituíram uma época de extraordinário crescimento econômico. Enquanto a população da nação dobrava de 35 para 70 milhões, seu PNB (em dólares) triplicava. A produção de milho (em sementes) também dobrou, a de trigo quase triplicou, e as 35.000 milhas de trilhos de ferrovias, que já eram a inveja do mundo em 1865, cresceram sete vezes para 242.000. A produção industrial expandiu-se ainda mais: de 2.3 milhões de cavalos-vapor instalados em 1869, a maior parte movimentada por força hidráulica, para 10.1 milhões de cavalos-vapor em 1899, a maior parte de sua energia gerada por carvão, cuja produção cresceu 800 %. A produção de petróleo disparou de 3 milhões para 55 milhões de barris entre 1865 e 1898.

O comércio externo da nação também cresceu, mas não tão notavelmente. As exportações em 1860 (o último ano antes de as exportações do algodão do Sul serem dizimadas) totalizavam \$316 milhões, subindo para o nível de \$1 bilhão em 1897. Mas as exportações dos EUA para a América Latina praticamente não cresceram, permanecendo razoavelmente estáveis em menos de \$100 milhões por ano para o período de 1865 a 1896. O valor das importações da América Latina mais do que dobrou, seguindo o aumento da demanda dos EUA por produtos agrícolas tropicais, esmagadoramente açúcar e café – este último produto, observava uma comissão de comércio em 1886, “tornou-se para nós quase uma necessidade vital.”<sup>14</sup> Com o consumo de café e açúcar subindo seis vezes durante os anos de 1865 a 1897, Cuba e Brasil permaneceram os maiores parceiros comerciais dos EUA na América Latina, geralmente seguidos, a uma considerável distância, pelo México. As exportações dos EUA para a América Latina eram variadas, indo de rapé e escarradeiras a pipoca e palitos de dente. Ao lado de uns poucos itens surpreendentes,<sup>15</sup> a mais notável característica da lista de produtos comercializados eram as quantidades triviais. Durante o final do século XIX, a Europa ainda absorvia cerca de 80% das exportações dos EUA, sendo a Grã-Bretanha o maior cliente isolado.

Embora o crescimento geral fosse considerável, os anos do *boom* pós-Guerra Civil foram pontuados por severas recessões. A economia entrou em parafuso quase imediatamente após a Guerra Civil, quando o império financeiro de Jay Cooke desmoronou; vieram, então, as depressões de 1873 a 1878, 1882 a 1885 e 1893 a 1897. Devido ao fato de cada uma destas quedas ter arruinado as carreiras de mais do que uns poucos políticos, praticamente todas as figuras públicas desenvolviam uma explicação favorita e propunham uma cura. Alguns enfocavam o “subconsumo” dos trabalhadores dos EUA, cujos baixos salários não lhes proporcionava o poder de compra suficiente para justificar altos níveis de produção, enquanto outros, ao contrário, identificavam a “superprodução” como a culpada – quando as fazendas e fábricas cada vez mais eficientes da nação haviam produzido mais do que podia ser vendido, a produção parava até que o excedente fosse absorvido pelo mercado. Embora em cada caso, produtos ficassem nas prateleiras sem serem vendidos enquanto trabalhadores ficavam em casa desempregados, esperando para expressar sua insatisfação no dia das eleições, as diferentes hipóteses sobre as causas de recessão sugeriam duas soluções radicalmente diferentes. Os “subconsumistas” enfocavam a necessidade de aumentar os salários, enquanto os “superprodutores” tendiam, naturalmente, a focar o desenvolvimento de novos mercados.

Mas os mercados no estrangeiro não estavam simplesmente esperando por navios carregados de produtos dos EUA em seus portos. Naquela época como agora, novos mercados tinham que ser abertos pela redução mútua de tarifas, e muitos se preocupavam com que esta tática pudesse expor os produtores domésticos à competição dos baixos custos estrangeiros. A menos que o processo fosse conduzido com grande cuidado, reduções recíprocas em tarifas desencadeariam um dilúvio de produtos estrangeiros baratos, diminuindo os salários e exacerbando o subconsumo.

Esta lógica voltou a atenção de todos para a América Latina, pois ela basicamente produzia produtos que os Estados Unidos não produziam (café) ou não podiam produzir em quantidade suficiente (açúcar) – mercadorias que os consumidores dos EUA comprariam de qualquer modo. Como o republicano da Califórnia, John Miller, disse a seus colegas no Senado, “é preciso encontrar novos mercados para manter nossas fábricas funcionando. Aqui ao nosso sul temos nossa Índia, e se tivermos a coragem, a visão e a sagacidade de utilizá-la com métodos apropriados, teremos novos mercados para nossos produtos e manufaturas que manterão todo tear, toda bigorna e toda fábrica deste país em movimento.” Então, para ilustrar mais uma vez como os interesses dos EUA “teriam também uma influência benéfica sobre as condições políticas das repúblicas deste continente,” o Secretário de Estado William Evarts observou que a América Latina teria que trabalhar para pagar por estes produtos dos EUA, e que “a energia popular, atualmente desperdiçada em esquemas de revolução ou engrandecimento militar, se voltará para empreendimentos mais pacíficos e lucrativos.”<sup>16</sup>

A Grã-Bretanha era o principal competidor europeu pelos mercados latino-americanos. Seus mercadores controlavam mais de um terço do comércio mundial em manufaturas, enquanto os Estados Unidos tinham uma parte mínima de 4%. Os ingleses eram particularmente dominantes na América Latina – em meados da década de 1880, cerca de metade do comércio da região era com a Inglaterra, que tinha um enorme excedente, em comparação com menos de 20% com os Estados Unidos, que operava em déficit. Os ingleses mantinham uma marinha mercante que era cerca de quatro vezes maior e mais moderna do que a dos Estados Unidos; e do mesmo modo que os navios ingleses dominavam os portos da América Latina, sua indústria de serviços financeiros controlava completamente o crédito e as relações bancárias que eram essenciais ao comércio mundial.

No início da década de 1880, praticamente todo mundo em Washington havia chegado à conclusão de que se o problema das recessões cíclicas devia ser enfrentado pela expansão das exportações, os Estados Unidos teriam que tomar clientes da Inglaterra. Isto não seria uma tarefa fácil, pois o renovado interesse dos EUA no comércio exterior coincidia com a segunda grande onda de expansão imperial européia. Começando em torno de 1870, a Grã-Bretanha expandira-se do Cairo ao Cabo na África e mais além até a Índia, Afeganistão e Birmânia. A França fizera um movimento semelhante, acrescentando a Indochina e várias partes da África, enquanto a Alemanha, retardatária, reivindicava o Sudoeste da África. Até a Bélgica e a Itália participavam da disputa, basicamente no Congo e na Abissínia, respectivamente. A Rússia se expandia na Ásia Central, o Japão enfocava o Extremo Oriente e quase todo mundo tentava agarrar um pedaço da China.

Por volta de 1890, funcionários dos EUA olhando para um mapa do mundo se impressionavam com o fato de que a riqueza nacional coexistia com a aquisição de um império. O Senador Henry Cabot Lodge observava que “o movimento moderno é todo na direção da concentração de povos e território em grandes nações e amplos domínios. As grandes nações estão absorvendo rapidamente, para sua futura expansão e presente defesa, todos os lugares restantes na terra. É um movimento que contribui para a civilização e o progresso da raça. Como uma das grandes nações do mundo, Os Estados Unidos não devem ficar fora desta linha de ação.”<sup>17</sup> Alfred Thayer Mahan, o principal mentor intelectual da expansão naval do fim do século XIX, argumentava que os Estados Unidos deveriam tentar compensar seu início defasado controlando estreitos marítimos e rotas de canal chaves. “Pelas características mesmas que fazem [das potências imperiais] o que elas são, elas são forçosamente levadas a desejar, e a visar o controle dessas regiões decisivas; pois sua posse, como a chave de uma posição militar, exerce um efeito vital sobre o curso do comércio e, portanto, sobre a luta não só pela existência, mas pelo aumento de riqueza, de prosperidade e de consideração geral que afeta tanto a felicidade como a dignidade das nações.”<sup>18</sup>

Para isto os Estados Unidos precisariam de uma marinha. Ocasionalmente, esta própria necessidade econômica pragmática era mascarada pelo esforço de darwinistas sociais como, por exemplo, quando Washington Whitthorne do Ten-

nessee disse a seus colegas na Câmara que “a aparente lição na história dessas nações que alcançaram a mais alta posição em domínio, poder e civilização é que elas floresceram mais em riqueza e prosperidade quando tinham marinhas de guerra e mercantes poderosas”; ou, de modo semelhante, quando o comandante da marinha observou em 1887, “uma ausência de investimentos em material de guerra está entre as coisas que denotam a decadência de um país.”<sup>19</sup>

Por trás deste falatório estava a razão pela qual os Estados Unidos embarcaram num ambicioso programa de construção naval no final do século XIX: para expandir o comércio. O que os Estados Unidos descobriram quando começaram a procurar clientes no estrangeiro foi um mundo neomercantilista onde marinhas de guerra controlavam o acesso aos países – um mundo onde os produtores dos EUA teriam que lutar por seus mercados. “Nossa marinha mercante e nossa marinha de guerra são apóstolos ligados,” escreveu o Comodoro Robert Shufeldt, um precursor de Mahan. “Somos imperativamente impelidos à re-criação de nosso comércio através da absoluta necessidade de procurar um mercado para nossos produtos excedentes. Pelo menos um terço de nossos produtos mecânicos e agrícolas estão agora excedendo nossas necessidades, e devemos *exportar* esses produtos ou *deportar* as pessoas que os estão criando. *É uma questão que pode matar milhões de fome.*” Uma forte marinha de guerra era essencial: “o homem de guerra precede o mercador e impressiona os povos toscos o poder da bandeira.” Dois anos mais tarde, o Secretário de Estado Evarts usou a lógica de Shufeldt para ordenar que a marinha de guerra fizesse freqüentes visitas aos portos da América Latina, África e Ásia – “a bandeira Nacional deve ser levada a essas costas antes que a bandeira mercante possa ser segura ou lucrativamente exibida.”<sup>20</sup>

Breve, a mera existência desta nova marinha de guerra começou a exercer influência sobre a ação imperialista dos EUA. A nova geração de navios movidos a vapor precisavam de depósitos de combustível estrategicamente situados, por exemplo; além disso, já em 1880, foi submetida uma resolução na Câmara “instruindo o Secretário da Marinha a tomar medidas necessárias para assegurar postos de abastecimento de carvão e portos adequados para o uso das forças navais dos Estados Unidos em pontos apropriados nas costas do Atlântico e do Pacífico da América Central e do Istmo Americano.” Embora fosse ainda demasiado cedo para que todos concordassem com estes gastos,<sup>21</sup> a sorte foi lançada quando uma junta consultiva naval recomendou a mudança completa das velas para o vapor. Para que isto ocorresse, “a questão de providenciar postos de abastecimento de carvão no estrangeiro...torna-se a cada ano mais importante e premente,” afirmava o Secretário da Marinha em 1884. Prontamente os Estados Unidos estavam procurando com perseverança por bases latino-americanas – o secretário propôs manter uma base existente na Baixa Califórnia e acrescentar instalações na Baía de Samaná ou no Haiti, Curaçao, Brasil, Estreito de Magalhães e na costa do Pacífico da América Central – e uns poucos anos depois, a administração Harrison (1889-93) procurou comprar ou arrendar portos nas Índias Ocidentais Dinamarquesas e Baía de Samaná na República Dominicana, e reabriu negocia-

ções pelo Môle Saint Nicholas no Haiti.<sup>22</sup> Por volta do fim do século, o movimento para assegurar bases no estrangeiro havia se tornado uma influência significativa (e às vezes dominante) sobre a política dos EUA, especialmente no Caribe.

A constituição de uma grande marinha de guerra também aumentava a tentação de recorrer à força como instrumento de política externa. Do mesmo modo que o Presidente Eisenhower iria alertar sobre o complexo industrial-militar sete décadas mais tarde, na década de 1890, o ex-Senador Carl Schurz alertava seus leitores sobre o crescente poder do “interesse da marinha – oficiais da marinha e outros insistindo especialmente no desenvolvimento de nossa força naval, muitos dos quais defendem um grande aumento em nossa frota de guerra para apoiar uma política externa vigorosa, e uma política externa vigorosa para dar ocupação e assegurar mais crescimento para nossa frota de guerra. Encontramos estas forças inclinadas a excitar a ambição do povo americano sempre que uma oportunidade de aquisição de territórios estrangeiros surge à vista.”<sup>23</sup>

Nem sempre é fácil excitar a ambição imperial de um povo. O imperialismo europeu do final do século XIX era um puro e simples assenhorar-se de terras. Não havia *Mayflowers* lotados de Peregrinos perseguidos, nem carroções levando famílias através das planícies para se estabelecerem no território do Oregon. Como o novo imperialismo não era parte de sua experiência histórica, os cidadãos dos EUA pareciam de início incertos quanto à sabedoria de participar da corrida para dominar novos territórios. Entrementes, os ingleses, escrevia Mahan, estavam perfeitamente dispostos a tomar “posses e governar sobre bárbaros, semi-civilizados ou comunidades tropicais inertes”; ao contrário dos Estados Unidos, a Inglaterra achava que “nenhum escrúpulo débil impedia o avanço da nação ao poder.”<sup>24</sup>

O problema era este: os líderes da nação haviam convencido o público de que a prosperidade dependia do comércio; agora, usando os ingleses como seu exemplo, eles começavam a convencer os eleitores de que a expansão do comércio exigia dominação. Isto significava mudar o compromisso da nação com a autodeterminação, um princípio profundamente arraigado na percepção do povo norte-americano: seu isolamento geográfico, seu papel como um refúgio para os oprimidos, seu desejo explícito de romper com a *realpolitik* europeia, sua ideologia de abnegação – sua crença, em suma, de que os europeus do norte que haviam chegado ao Novo Mundo eram “especiais” principalmente porque haviam renunciado ao padrão europeu de conquista e pilhagem como um modo de vida. Reforçando este compromisso ideológico estava a relutância da nação em absorver culturas vizinhas mas estranhas.

É difícil para uma nação ideologicamente comprometida com a autodeterminação (e oposta à incorporação de culturas estrangeiras) justificar a aquisição de um império. Gerações anteriores nunca haviam tido necessidade de se debater com esta contradição, pois a população esparsa do Oeste havia tido a oportunidade de expansão e autodeterminação: povos “absorvidos” eram ou confinados em reservas ou dominados por imigrantes da Europa do norte e então con-



templados com a autodeterminação através da condição de estado. Nem reservas nem absorção eram opções para a densamente povoada América Latina, contudo, e foi aí que funcionários em Washington depararam-se pela primeira vez com uma tensão entre o tradicional compromisso com a autodeterminação, de um lado, e o desejo comum de usar o novo poder da nação para expansão comercial, de outro. A administração desta tensão tornou-se uma questão central de discussão pública nas décadas de 1890 e 1900, e a questão central das relações EUA-América Latina.

A tensão foi resolvida por um novo paternalismo, como explicou o Presidente McKinley para um grupo de clérigos sua decisão de 1899 de adquirir uma colônia:

Eu andava pelos corredores da Casa Branca noite após noite até meia-noite; e não me envergonho de contar-lhes, cavalheiros, que me ajoelhei e rezei a Deus Todo-Poderoso para me iluminar e orientar mais de uma noite. E uma noite, bem tarde, me veio este caminho – não sei como aconteceu, mas veio: (1) que não poderíamos devolvê-los à Espanha – isto seria covarde e desonroso; (2) que não poderíamos entregá-los para a França ou Alemanha – nossos rivais comerciais no Oriente – isto seria mau negócio e desabonador; (3) que não poderíamos deixá-los entregues a si mesmos – eles não eram adequados ao autogoverno – e logo teriam anarquia e mau governo ali pior do que era na Espanha; e (4) que nada mais nos restava fazer do que tomá-los todos, e educar os filipinos e melhorá-los, civilizá-los e cristianizá-los, e pela graça de Deus fazer o melhor que pudermos por eles, como nossos irmãos por quem também Cristo morreu. E então fui para a cama e dormi serenamente, e na manhã seguinte chamei o engenheiro-chefe do Departamento de Defesa (nosso elaborador de mapas) e lhe disse para pôr as Filipinas no mapa dos Estados Unidos.<sup>25</sup>

Nem uma evidência sugere que McKinley (ou qualquer outro estrategista importante da política externa dos EUA na época) acreditasse numa só palavra sobre isso. Mas era uma justificativa perfeita, exatamente o que era necessário para induzir apoio público para o imperialismo. Os líderes políticos dos EUA obtinham a aquiescência do público alegando em cada caso específico – nunca como um princípio geral – que as alternativas à dominação pelos EUA, quaisquer que pudessem ser, seriam piores. Os Estados Unidos tinham a responsabilidade moral de agir, não em interesse próprio, mas nos interesses do povo inferior que eles pretendiam dominar.

Ninguém capturou melhor a compreensão dessa geração por este chamado do que o Senador Albert Beveridge:

Deus não estaria preparando os povos de língua inglesa e teutônicos durante mil anos para nada além de vã e ociosa autocontemplação e auto-admiração. Não! Ele nos fez os senhores organizadores do mundo para estabelecer o sistema onde reina o caos. Ele nos deu o espírito do progresso para sobrepujar as forças da reação através da terra. Ele nos fez adeptos do governo

para que possamos administrar governo entre povos selvagens e senis. Não fosse por esta força este mundo tombaria no barbarismo e na noite. E de toda nossa raça, Ele assinalou o povo americano como Sua nação escolhida para finalmente levar à regeneração do mundo. Esta é a missão divina da América, e ela nos proporciona todo o ganho, toda a glória, toda a felicidade possível ao homem. Nós somos os fiadores do progresso do mundo, guardiões da paz justa.<sup>26</sup>

A era do paternalismo utilitário havia começado.

## notas

1 Theodore Roosevelt, *Life of Thomas Hart Benton* (Boston: Houghton Mifflin, 1886), p.175-6.

2 *The History and Debates of the Convention of the People of Alabama*, William R. Smith, ed. (Montgomery: White Pfister and Co., 1861), p.251. Ver também p.234-7, 253-8.

3 Para a proposta de Seward de 1860 para absorver o Canadá e a América Latina, ver *The Works of William H. Seward*, George E. Baker, ed. 5 vols. (vols. 1-4 N.Y.: Redfield, 1852-1861, e vol. 5 Boston: Houghton Mifflin, 1884), vol.4, p.333.

4 *Congressional Globe*, 25 de novembro de 1867, p.792.

5 Clayton a Benjamin Green, 13 de junho de 1849, Instruções Diplomáticas do Departamento de Estado, 1801-1906, Missões Especiais, NA M77/R152. Para informação adicional sobre a missão de Green, ver Senate Exec. Doc. No.12, 33d Cong., 1st Sess., 3 de janeiro de 1854, esp. p.10-1.

6 *Register of Debates in Congress*, vol.2, pt.1 (março de 1826), p.290, 330.

7 Marcy a Elliott, 9 de outubro de 1855, Instruções Diplomáticas do Departamento de Estado, 1801-1906, Missões Especiais NA M77/R154; para a opinião oposta da administração *whig* anterior, ver Everett a Rives, 17 de dezembro de 1852, Instruções para a França, NA M77/R55.

8 Os comentários de Seward estão num discurso em Baltimore em 22 de dezembro de 1848; ver *Works of William H. Seward*, vol.3, p.14.

9 Para relatórios sobre o plebiscito de 19 de fevereiro de 1870, ver os despachos do Cônsul Raymond H. Perry, que foram emprestados pelo Departamento de Estado ao Senado e aparentemente nunca retornaram. Felizmente, eles estão reimpressos nos Doc. Exec. do Senado No.17, 41st Cong., 3rd Sess., 16 de janeiro de 1871, p.105-7.

10 O primeiro discurso de Sumner foi feito em sessão executiva; seu discurso posterior está reimpresso no *Congressional Globe*, 21 de dezembro de 1870, p.226-31.

11 Doc. Exec. do Senado No.9, 42nd Cong., 1st Sess., 1871. Para o relatório pró-anexação por um dos três comissionados, o marido de Julia Ward Howe, ver Samuel G. Howe, *Letters on the Proposed Annexation of Santo Domingo in Answer to Certain Charges in the Newspapers* (Boston: Wright & Potter, 1871), para uma crítica dominicana, ver José Gabriel García, *Breve refutación del informe de los comisionados de Santo Domingo dedicada al pueblo de los Estados Unidos*, 2 de maio de 1871, p.605-625 da Academia Dominicana de la Historia, *Informe de la Comisión de Investigación de los E.U.A. en Santo Domingo en 1871* (Ciudad Trujillo: Editora Montalvo, 1960).

12 *Congressional Globe*, 24 de julho de 1856, Apêndice, p.1298.

13 Os discursos de Schurz no Senado de 11 de janeiro de 1871 e 28-29 de março de 1871 estão reimpressos em *Speeches, Correspondence and Political Papers of Charles Schurz*, Frederic Bancroft, ed., 6 vols. (New York: G.P. Putnam's Sons, 1913), vol.2, p.71-122 e 177-252.

14 Congresso dos EUA, Câmara, *Reports of the Commission Appointed under an Act of Congress Approved July 7, 1884*, Doc. Exec. da Câmara 50, 49th Cong., 1st Sess., 1886, p.62.

15 Os produtores dos EUA estavam aparentemente satisfazendo o exótico mercado latino-americano, pois uma lista de três páginas de produtos de exportações para a região, no fim da década de 1880, inclui espanadores de penas, óleo lubrificante, retrós, chicotes, salsichas e algo chamado “componentes SM.” *Trade and Transportation between the United States and Latin America*, Documento Executivo do Senado 54, 51st Cong., 1st Sess., 1890, p.15-7.

16 *Congressional Record*, 28 de fevereiro de 1884, p.1454; carta do Secretário, 1 de maio de 1880, em Departamento de Estado dos EUA, *Commercial Relations of the United States with Foreign Countries*, 1879, Doc Exec. da Câmara No.90, Pt. 1, 46th Cong., 2d Sess., 1880, p.49. Para a visão do Presidente Arthur, ver sua mensagem ao Congresso de 1884 em *Messages and Papers of the Presidents*, vol. 8, p.251.

17 Henry Cabot Lodge, “Our Blundering Foreign Policy,” *Forum* 19 (março de 1895), p.17.

18 Alfred Thayer Mahan, “The Isthmus and Sea Power,” *Atlantic Monthly* 72 (outubro de 1893), p.461.

19 *Congressional Record*, 14 de abril de 1880, Apêndice p.143; “Report of the Admiral of the Navy,” 6 de julho de 1887, em *Report of the Secretary of the Navy*, Doc. Exec. da Câmara 1, Pt.3, 50th Cong, 1st Sess., 1887, p.33.

20 Robert W. Shufeldt, *The Relation of the Navy to the Commerce of the United States: A Letter Written by Request to Hon. Leopold Morse, M.C.* (Washington, D.C.: John L. Ginck, 1878), p.3, 6, 8; Evarts a Thompson, 31 de março de 1880, Cartas Domésticas do Departamento de Estado, 1784-1906, NA M40/R91.

21 A proposta de 1880 está na Resolução da Câmara 278, *Congressional Record*, 12 de abril de 1880, p.2324; a prolongada oposição é vista, por exemplo, em Frelinghuysen a Langston, 1 de fevereiro de 1884, Instruções ao Haiti, NA M77/R96.

22 *Report of the Secretary of the Navy*, Doc. Exec. da Câmara No. 1, Pt. 3, 48th Cong., 2d Sess., 1884, p.40-1.

23 Schurz, “Manifest Destiny,” p. 745, 38.

24 Mahan, “The Isthmus and Sea Power,” p.462-3.

25 McKinley citado pelo General James F. Rusling, “Interview with President McKinley,” *The Christian Advocate* 78 (22 de janeiro de 1903), p.137. Esta é quase certamente uma citação adornada, pois em 1899 o General Rusling relatou (*Men and Things I Saw in Civil War Days*, p.15) que o Presidente Lincoln havia lhe dito quase a mesma coisa a propósito da Batalha de Gettysburg.

26 *Congressional Record*, 9 de janeiro de 1900, p.711.



## **a expansão marítima: enfrentando o chile**

A única maneira efetiva de os Estados Unidos controlarem o comércio do Peru, e de preservarem uma influência de comando ou mesmo material, ao longo desta costa, é, ou intervir ativamente para impor um acordo de paz em termos razoáveis, ou controlar o Peru como um protetorado ou por anexação.

*Ministro Isaac Christiancy, 1881*

O primeiro teste do novo paternalismo ocorreu numa região remota da América Latina, onde os Estados Unidos tentavam mediar a Guerra do Pacífico entre Chile e Peru. A guerra havia começado no início de 1879, quando o Chile tomou a província boliviana de Antofogasta. Ciente da aliança da Bolívia com o Peru, o Chile imediatamente exigiu que os peruanos declarassem sua neutralidade. Quando o Peru se recusou, o Chile declarou guerra também àquele país.<sup>1</sup> Em outubro, o único navio de guerra significativo do Peru havia sido capturado, e, em novembro, o exército boliviano havia se desintegrado. O Peru logo abandonou sua província mais ao sul de Tarapacá, e, em seguida, as províncias vizinhas de Tacna e Arica. Pressionando para o norte, os chilenos primeiro bloquearam Callao e, então, ocuparam Lima em janeiro de 1881, quando a luta cessou e a disputa política começou.

No momento em que a Guerra do Pacífico começou, a atenção dos Estados Unidos voltou-se para a América Latina por causa da garantia de concessão da Colômbia a um oficial naval francês, Lucien Napoléon Bonaparte Wyse, para construir um canal através do Panamá. A trama complicou quando Wyse vendeu sua concessão à companhia do canal interoceânico de Ferdinand de Lesseps, e o então Presidente Rutherford Hayes, temeroso de que o engenheiro que havia completado o Canal de Suez pudesse repetir seu feito no Panamá, respondeu com a declaração de que “a política deste país (os EUA) é a construção de um canal sob controle americano.” A Colômbia sugeriu, ao invés disso, que as principais potências européias garantissem coletivamente a neutralidade do canal proposto, mas o Secretário de Estado da nova administração Garfield, James G. Blaine, in-

fornou os europeus e os colombianos “que as garantias existentes sob o tratado [de Bidlack] de 1846 entre os Estados Unidos e a Colômbia são completas e suficientes, e não necessitam de reforço suplementar proveniente de qualquer outra fonte.”<sup>72</sup> No dia seguinte, Blaine expressou também sua consternação pelo fato de a Colômbia e a Costa Rica terem concordado em solicitar aos monarcas europeus que mediassem sua disputa fronteiriça. Embora os Estados Unidos estivessem “longe de ter qualquer pretensão a serem o árbitro único ou necessário a quem as repúblicas da América Central e do Sul devessem apelar,” Blaine achava que não havia razão para envolver outros uma vez em que os Estados Unidos permaneciam dispostos a servir como árbitro.<sup>3</sup>

A presença da Europa era especialmente óbvia ao longo da costa oeste da América do Sul. Em 1885, o ministro dos EUA para o Chile relatou que “o comércio estrangeiro está representado em Valparaíso primeiro pela Inglaterra e em seguida pela França e Alemanha...O povo dos Estados Unidos está imensamente decepcionado com a influência que eles exercem nesta parte do mundo.”<sup>4</sup> Dado o antigo relacionamento do Chile com mercadores ingleses, era uma conclusão lógica a suposição da cumplicidade britânica na Guerra do Pacífico. “O Leão Britânico domina esta costa e em grande medida forja os raios chilenos,” relatava o cônsul dos EUA em Callao. Com os militares chilenos acumulando sucesso após sucesso, o Cônsul Moore observava que “nesta costa todos os ingleses estão se pavoneando” e, prosseguia ele, “é desnecessário dizer o quanto isto é extremamente mortificante para um cidadão americano.” De modo semelhante, o ex-Secretário de Estado Blaine (seu primeiro mandato durara apenas nove meses) dizia aos membros da Câmara que “é um perfeito equívoco falar disto como uma guerra chilena contra o Peru. É uma guerra inglesa contra o Peru, tendo o Chile como o instrumento.”<sup>5</sup>

Como Blaine e outros anglófilos em Washington estavam predispostos a aceitar a afirmação de cumplicidade britânica, era da maior importância que funcionários graduados recebessem relatórios precisos de diplomatas dos EUA no local. Infelizmente, nenhum desses enviados parecia capaz de produzir uma análise ponderada. Eles haviam se tornado partidários dos governos pelos quais estavam autorizados, e a confusão que fluía deste viés combinava-se ao extremo isolamento geográfico. Porque ainda não havia linha telegráfica direta para os Estados Unidos, a comunicação por cabo do Chile e do Peru tinha que passar primeiro pela Argentina, depois através do Atlântico Sul até a França e finalmente através do Atlântico Norte para os Estados Unidos. As instruções de Washington eram passadas pelo cabo para o fim da linha no Panamá e depois as mensagens seguiam de barco. Outros problemas peculiares complicavam a diplomacia dos EUA. Dois enviados morreram em serviço e um terceiro, ofendido pelos “vis difamadores de uma mulher,” requisitou uma licença para preparar sua defesa “contra as mais injustas e extravagantes acusações jamais levantadas contra homem algum desde os dias de Adão.”<sup>6</sup>



Mapa 4 – Chile e Peru

A reação inicial de Washington à Guerra do Pacífico foi declarar a neutralidade dos EUA, insistir em que seu direito ao comércio fosse respeitado e, especialmente, recusar-se em participar com potências europeias de um esforço de mediação.<sup>7</sup> Somente um ano após a irrupção das hostilidades que funcionários dos EUA, premidos pelo Congresso (que, por sua vez, havia sido pressionado por investidores dos EUA), começaram a demonstrar um interesse ativo na resolução do conflito. O Secretário de Estado William Evarts instruiu enviados dos EUA a pressionarem pela paz, e seus esforços levaram a três dias de reuniões a bordo do U.S.S. *Lackawanna*, ancorado em Arica. As discussões estavam fadadas ao fracasso desde o início, pois o ministro dos EUA para o Chile, Thomas Osborn, omitira em dizer ao ministro dos EUA para o Peru, Isaac Christiancy, que o Chile insistiria numa cessão territorial; de modo semelhante, Christiancy deixara de contar a Osborn que o Peru só compareceria às negociações se estas fossem baseadas no *status quo antebellum*. O resultado era previsível: “Conferência encerrada sem resultado.”<sup>8</sup>

O ápice do interesse dos EUA na guerra ocorreu em 1881 durante o primeiro breve mandato do Secretário de Estado James Blaine, que acreditava que os latino-americanos “são de temperamento quente, rápidos para se ofenderem, prontos para vingarem uma afronta real ou imaginada.” Irrupções de violência na região “são não apenas freqüentes mas sanguinárias e às vezes cruéis,” escreveu ele, e na medida em que os latino-americanos “requerem pressão externa para impedi-los de ir à guerra; quando em guerra eles requerem pressão externa para trazê-los à paz,” Blaine propôs uma conferência interamericana patrocinada pelos EUA. A observação de como os Estados Unidos se comportavam num cenário internacional teria uma “influência moral positiva sobre os povos hispano-americanos,” prosseguia ele, e, além disso, “levantaria os padrões de sua civilização.”<sup>9</sup>

Em acréscimo à sua concepção da cultura dos latino-americanos e de sua belicosidade inata, no caso desta disputa específica, Blaine estava convencido de que o Chile estava errado. É incerta a maneira como ele chegou a esta conclusão, mas seu tradicional preconceito antibritânico certamente prestou ao menos uma modesta contribuição. Mais importantes, porém, eram os relatórios que Blaine recebia de seus enviados no Peru e Chile. Christiancy mandava mensagens especialmente freqüentes de Lima, todas elas pintando um quadro ultrajante do Chile abusando de uma nação prostrada. A humilhação do Peru, notava ele, tinha sua origem na natureza do povo peruano. Longe de casa e carentes do afeto castelhano, os conquistadores europeus originais haviam se entregue às suas libidos: “Quase todos os aventureiros espanhóis ou tomavam esposas índias ou, o que era mais comum, mantinham um harém de moças índias, tantas quanto escolhessem; mas em geral eles não tratavam seus filhos como escravos, reconhecendo-os como seus filhos. Deste modo ocorreu que quase todo o povo do Peru é desta raça mista e da mistura com o negro.”

O catolicismo espanhol se combinava ao problema da interação licenciosa com as nativas. “Se existe uma coisa pela qual você, eu e a grande massa do



povo americano deveríamos ser mais gratos do que por qualquer outra, é por não termos nascido e sido criados sob o domínio da igreja católica, que, onde quer que prevaleça, torna impossível todo governo popular permanente ou estabelecido.” Com esta frase, Christiancy iniciava uma longa discussão sobre a influência maligna da Igreja sobre o Peru, uma discussão tão inflamada que foi censurada quando o despacho apareceu no anuário *Foreign Relations of the United States* e nas comunicações do Presidente ao Congresso. “Esta carta deve ser tratada como estritamente confidencial [sic],” o enviado alertou Blaine. “Minha própria vida não estaria segura aqui por um dia se ela fosse tornada pública.”

Voltando ao problema imediato colocado pela invasão chilena, Christiancy relatava que ele fora “incapaz de descobrir quaisquer elementos aqui para o estabelecimento de um governo do Peru independente, ou mesmo de alguma forma regular ou permanente, por certo é difícil qualquer forma de governo popular instituída pelos próprios peruanos.” Claramente, então, os peruanos precisavam de auxílio. Uma maneira de ajudar seria anexar o país. Christiancy argumentava que “cinquenta mil cidadãos empreendedores dos Estados Unidos controlariam toda a população e tornariam o Peru inteiramente norte-americano.” Os Estados Unidos seriam beneficiados pela expansão de seu comércio; com “o Peru sob o controle de nosso país, estaremos controlando todas as outras Repúblicas da América do Sul, e a ‘Doutrina Monroe’ tornar-se-ia uma realidade. Grandes mercados seriam abertos às nossas produções e manufaturas, e um amplo campo aberto ao empreendimento de nosso povo.”

Entretanto, como o Peru era povoado por católicos mestiços, Christiancy dizia também a Blaine que “devo declarar minha total repugnância à idéia de sua incorporação como uma parte de nossa União, até que as idéias americanas primeiro obtenham o controle de sua população.” Numa certa altura, ele sugeria que “o Peru deveria, por pelo menos dez anos, ser submetido a um governo territorial no plano geral de nossos governos territoriais...Nesses dez anos o Peru teria, sob tal sistema, se tornado inteiramente norte-americano em suas idéias.” Porém Christiancy finalizava seu despacho oferecendo ao Secretário Blaine uma escolha: “No todo, minha conclusão é a de que a única maneira efetiva de os Estados Unidos controlarem o comércio do Peru e preservarem uma influência dominante ou mesmo material, ao longo de sua costa, é intervir ativamente impondo um acordo de paz sob termos razoáveis, ou controlar o Peru como um protetorado ou por anexação.”<sup>10</sup> Dado o que acabara de ler sobre o povo do Peru, Blaine logicamente escolheu a primeira opção.

Se os Estados Unidos iam ajudar o Peru, Blaine precisaria de seus próprios enviados na região, e assim ele enviou Stephen Hurlbut para o Peru e Judson Kilpatrick para o Chile; ambos ex-generais da Guerra Civil. Como ocorria com todas as designações diplomáticas, os novos enviados necessitavam de instruções, e esta necessidade forneceu a Blaine a oportunidade de expressar a política da administração Garfield: “Os Estados Unidos não podem se recusar a reconhecer os direitos que o Governo chileno adquiriu através dos eventos na guerra, e pode

ser que uma cessão de território seja o preço necessário a ser pago pela paz,” disse ele a Hurlbut. “Mas como o Governo chileno tem repudiado claramente a idéia de que esta era uma guerra de conquista, o Governo do Peru pode reivindicar justamente a oportunidade de fazer propostas de indenização e garantia antes de se submeter à cessão de território.” Kilpatrick foi instruído a estimular os chilenos a moderarem suas exigências.<sup>11</sup>

Entre todas as escolhas infelizes que Blaine fez em sua vida, a designação de Hurlbut estava entre as piores, com Kilpatrick, por diferentes razões, não foi muito melhor. Antigo defensor do controle imperial da América Latina, Hurlbut havia servido como ministro dos EUA para a Colômbia de 1869 a 1872. Ele não compartilhava de modo algum do interesse de Christiancy em “melhorar” o povo da região incorporando-os aos Estados Unidos mas, escreveu ele, “eu, por mim, sou um profundo crente no direito e dever dos Estados Unidos de controlar as questões políticas deste continente, para a exclusão de toda e qualquer injunção européia.”<sup>12</sup> Na execução desta visão, Hurlbut fez tudo virtualmente errado. Agindo sob influência de especuladores dos EUA e europeus, em outubro de 1881, ele concluiu negociações para uma estação de fornecimento de carvão para a marinha de guerra dos EUA em Chimbote. Incluída no acordo estava uma concessão de ferrovia que ia do porto para uma mina de carvão próxima, que deveria ser entregue aos Estados Unidos para ser operada; Hurlbut serviria como fiador da companhia. Blaine rapidamente se distanciou da transação,<sup>13</sup> o que foi uma decisão feliz, pois logo em seguida a concessão de Chimbote e outras atividades financeiras duvidosas no Peru chegaram à imprensa. Os adversários de Blaine no Congresso imediatamente requisitaram cópias de toda a correspondência do Departamento de Estado durante a Guerra do Pacífico, e uma comissão de investigação foi designada pela Câmara.

O relatório subsequente da Câmara concluía que “não tem havido a menor insinuação nem a mais leve suspeita de que algum funcionário no Departamento de Estado tenha em qualquer momento tido algum interesse pessoal ou pecuniário, real ou contingente, satisfeito ou obtido vantagem em alguma dessas transações.”<sup>14</sup> Como parte de sua luta para manter a credibilidade em meio a este escândalo, Blaine colocou os esforços de mediação nas mãos de William Henry Trescot, um enviado especial.<sup>15</sup> Nesta ocasião, o Presidente Garfield, contudo, estava morto, e mal Trescot zarpara para o Peru, o Presidente Chester Arthur decidiu substituir Blaine por Frederick Frelinghuysen.

Cauteloso por natureza, o novo Secretário de Estado rapidamente concluiu que a política dos EUA havia se submetido aos especuladores financeiros e, nas palavras de seu assessor, “que nós estávamos a caminho da guerra para o benefício de um grupo de pessoas tão detestáveis como jamais reuniu-se outro igual num Departamento de Washington.” O assessor recomendava “um basta imediato e meia volta,” e Frelinghuysen aceitou seu conselho.<sup>16</sup> O ponto principal da nova política era que os Estados Unidos não mais opinariam sobre como o conflito deveria ser encerrado. O novo ministro para o Chile foi instruído a estimular

moderação, mas assumir que o Peru perderia território; o ministro para o Peru foi instruído a informar os peruanos de que os Estados Unidos não apoiariam seus esforços para evitar ceder território.<sup>17</sup>

O Peru conseguiu adiar o inevitável até outubro de 1883, quando cedeu os direitos de Tarapacá e concordou com a ocupação chilena das províncias de Tacna e Arica por pelo menos dez anos. Deste modo, em 1883, após quatro anos de diplomacia mal feita, Os Estados Unidos se indispueram com os dois lados do conflito. Os peruanos, que haviam sido levados a crer que gozavam do apoio dos Estados Unidos, ficaram compreensivelmente aborrecidos com a reversão da política de Frelinghuysen, pois ela acabava com qualquer esperança do Peru em reaver suas províncias do sul. Os chilenos, por sua vez, ficaram irritados com o que consideraram uma interferência inamistosa de Blaine numa disputa que Washington nada tinha a ver.

Foi neste contexto que a administração do presidente Chester A. Arthur enviou uma missão comercial navegando pela costa leste da América do Sul em busca de clientes. A missão era composta de três indivíduos não qualificados que, embora dispondo de acesso aos líderes de cada país que visitaram, não sabiam que questões focar. Em Buenos Aires eles abriram sua discussão com o mais destacado estadista vivo do hemisfério, o ex-Presidente Domingo Sarmiento, perguntando: “Por favor, diga quando o senhor foi presidente e que outras funções na República o senhor desempenhou”; e então lhe pediram para “informar sobre a história da educação primária e superior na República Argentina.”<sup>18</sup>

Embora Frelinghuysen tivesse instruído especificamente a comissão para *não* recomendar que os Estados Unidos se envolvessem na política local, a comissão concluiu que “o primeiro passo de nosso país é dar aos representantes diplomáticos nestas Repúblicas instruções além daquelas que abrangem os poderes comuns desses agentes de modo a capacitá-los a se tornarem conselheiros amistosos em qualquer emergência.” Essas instruções especiais converteriam os enviados dos EUA em procônsules: “Sem ofensa ou irritação, na medida em que sua ação seria motivada por amizade apenas, eles poderiam prevenir uma revolução, impedir guerras incipientes e promover a implementação de legislação sábia.” Ademais, “o fato de nosso Governo ter um interesse mais particular pela política doméstica e progresso das Repúblicas do que é manifesto por outras potências estrangeiras, tenderia a tranquilizar e inspirar confiança na estabilidade da autoridade constituída. Em outras palavras, nós aconselhamos que nossos representantes nestas Repúblicas sejam encarregados de responder àquele sentimento que é tão freqüentemente expresso por eles como o de um filho para uma mãe.”<sup>19</sup>

Deste modo ocorreu que duas motivações que estavam relacionadas vieram a fundamentar a política dos Estados Unidos nos meados da década de 1880 – motivações que iriam influenciar o pensamento de Washington sobre a América Latina até o século XX. Uma era a aspiração de suplantar a influência comercial europeia na região; emergindo diretamente ao longo deste desejo, havia um esforço complementar para ajudar os latino-americanos com seus problemas. Es-

tas duas características eram parte das relações dos EUA com o Chile e o Peru desde os dias de Joel Poinsett, mas a interferência paternalista não era aprovada naqueles primeiros anos do século XIX; na verdade, era desencorajada. Em 1846, o Secretário de Estado Buchanan instruiu o encarregado em Lima de desistir: “É impossível que você possa reformar a moral ou a política do Peru, e isto não faz parte de sua missão, a prudência requer que você não os condene em conversas públicas. Você deveria aceitar suas instituições e seu povo exatamente como você os encontrou e tentar aproveitá-los ao máximo para o benefício de nosso próprio país.”<sup>20</sup> A política de Buchanan foi revertida durante o início da década de 1880, quando a tarefa dos ministros dos EUA foi ampliada para incluir aconselhamento sobre política interna e políticas econômicas; no fim do século, poucos em Washington pensariam ser incomum ou indesejável para os Estados Unidos se imiscuírem nas políticas internas da América Latina.

Esta hegemonia paternalista – a aceitação de responsabilidade para o “melhoramento” dos latino-americanos – estava obviamente relacionada ao desejo de excluir a influência européia, e na prática as duas motivações se reforçavam uma à outra. Em nenhuma outra parte este relacionamento entre exclusão e hegemonia é melhor ilustrado do que no Chile, onde uma tépida disputa política interna ferveu numa Guerra civil no decorrer da primeira semana de janeiro de 1891. Quando a luta começou, o Ministro dos EUA Patrick Egan pediu que fosse enviado reforço naval para proteger os interesses dos EUA, e o apreensivo cônsul em Talcahuano também passou um cabograma para Washington: “Não temos garantia de nenhuma espécie e eu me sentiria tão seguro entre os hotentotes quanto me sinto aqui. Precisamos depressa de navios americanos para nossa proteção, pois este é o único tipo de argumento que pode alcançar a compreensão daqueles que estão no poder atualmente.”<sup>21</sup> Com isto, o Presidente Benjamin Harrison ordenou navios de guerra dos EUA adicionais na área, incluindo o U.S.S. *Baltimore*.

Embora o Secretário da Marinha Benjamin Tracy instrísse suas forças para simplesmente proteger os interesses dos EUA e evitar envolvimento na disputa política chilena, no curto período de oito meses os Estados Unidos enfureceram a facção que finalmente emergiria vitoriosa. Como um capitão da marinha dos EUA observaria num *postmortem* em setembro, “a causa da hostilidade [do novo governo] parece estar no caso do *Itata*, no corte do cabo telegráfico, na ida do *San Francisco* a Quinteros quando os insurgentes desembarcaram, e nos falsos relatórios telegráficos do Tenente E.W. Sturdy a Nova York.”<sup>22</sup> Cada um destes incidentes foi infinitamente mais importante para os chilenos do que ninguém em Washington jamais imaginou.

O incidente do *Itata* foi especialmente inoportuno. Logo após a irrupção da Guerra civil, os parlamentaristas rebeldes, que lutavam para destituir o Governo de Balmaceda, compraram cinco mil rifles e dois milhões de cartuchos de munição em Nova York e providenciaram seu embarque para a Califórnia. Quando as armas chegaram em Oakland em abril, elas foram transferidas para

uma pequena escuna costeira, a *Robert & Minnie*, que era isenta de inspeções aduaneiras porque não fazia comércio internacional. A escuna partiu da Baía de San Francisco para um encontro secreto com um navio chileno, o *Itata*, que deveria transportar as armas para Iquique. O segredo era importante, pois o Ministro do Presidente Balmaceda em Washington havia contratado um lobista bem relacionado, John W. Foster – que viria a ser o próximo Secretário de estado – para impedir a transação de armas. Explorando o temor de uma repetição da disputa das reivindicações do *Alabama*, quando a Grã-Bretanha violou as obrigações de um Estado neutro vendendo navios de guerra para a Confederação, Foster intimidou o procurador geral da administração Harrison e o pouco sofisticado judiciário da Califórnia. Sujeito a esta pressão, o *Itata* foi apreendido quando rumava para San Diego.

O capitão do navio esperou no porto por três dias, então saiu precipitadamente do porto e rumou para as Ilhas do Canal, onde encontrou-se com o *Robert & Minnie*, transferiu as armas e tomou a direção do sul, para o Chile. O Secretário da Marinha reagiu enviando navios de guerra em sua perseguição, pois embora a venda de armas pudesse ou não ter sido legal, a fuga de San Diego não fora, e funcionários em Washington consideraram a fuga um desafio aos direitos soberanos dos Estados Unidos. O *Itata* não veio a ser interceptado, mas os parlamentaristas concordaram, em prol das boas relações, em entregar o navio e sua carga a autoridades dos EUA quando ele chegou a Iquique. E assim, a Marinha de Guerra dos EUA escoltou o *Itata* e sua tão necessitada carga de armas de volta a San Diego, no ápice da Guerra civil chilena. Os chilenos, indignados, ficaram ainda mais irritados quando a transação de armas foi declarada legal.<sup>23</sup> O Almirante McCann observou que “a apreensão do vapor *Itata* e das armas magoou profundamente os sentimentos dos líderes insurgentes e excitou um espírito inamistoso, se não hostil, em relação aos americanos, a quem eles conceberam como simpatizantes do governo de Balmaceda.” Os insurgentes “consideraram o ato como humilhante.”<sup>24</sup>

O segundo incidente que ofendeu os parlamentaristas ocorreu quando a Companhia Telegráfica Central e Sul-americana baseada nos EUA cortou a linha telegráfica internacional dos insurgentes. Antes da irrupção das hostilidades, a companhia estava instalando um cabo submarino descendo a costa oeste da América do Sul de Chorillos no Peru a Valparaíso, com uma estação de transferência perto de Iquique. A linha foi concluída em fevereiro, mas os congressionais haviam tomado Iquique, e eles se recusaram a garantir acesso à estação de transferência para a companhia para que esta pudesse abrir a ligação para o sul. Alarmada com a perspectiva de ver seu investimento inativo, a companhia tentou convencer os insurgentes a permitir que o cabo fosse conectado, oferecendo direitos de censura sobre o trânsito do governo de Balmaceda. Quando esta oferta foi rejeitada, uma medida mais drástica foi tomada: protegido pelo *Baltimore* em águas internacionais na costa de Iquique, um navio da companhia cortou a linha de Chorillos (interrompendo a comunicação internacional dos

congressionalistas) e emendou-a à linha de Valparaíso, conectando com o governo de Balmaceda, em Santiago.

O terceiro incidente ocorreu uma semana antes do fim da Guerra civil, quando o comandante do Esquadrão do Pacífico dos EUA zarpu de Valparaíso no U.S.S. *San Francisco* para investigar um relatório de que os parlamentaristas estavam desembarcando tropas a cerca de 20 milhas ao norte na Baía de Quinteros. Constatando que oito mil soldados haviam desembarcado, o Almirante Brown voltou a Valparaíso e enviou um oficial do navio a terra para telegrafar a notícia para Washington. Aparentemente, uma pessoa não autorizada na agência telegráfica conseguiu uma cópia do conteúdo da mensagem, pois no dia seguinte um jornal pró-Balmaceda publicou a notícia, citando como fonte “notícias fidedignas trazidas para nós pela nau de guerra *San Francisco*.” Mais uma vez os parlamentaristas tinham provas de que os Estados Unidos estavam apoiando o governo, desta vez através de espionagem.<sup>25</sup>

O quarto incidente ocorreu quando os parlamentaristas haviam derrotado as forças do governo e cerca de oitenta chilenos foram obrigados a buscar asilo na legação dos EUA. Com o novo governo postando guardas do lado de fora para impedir a fuga de políticos pró-Balmaceda, em 14 de setembro outro cabograma incendiário foi interceptado. Este havia sido enviado por um dos oficiais do *Baltimore* que estava suplementando seu salário da Marinha, prestando serviços para um jornal de Nova York. Seu cabograma, que continha a notícia errônea de que o deposto Presidente Balmaceda estava entre os refugiados que haviam sido tirados do Chile pela Marinha dos EUA, ido de Valparaíso a Nova York e de volta para o Chile. Como relatou o capitão do *Baltimore*, isto “causou muita excitação e fortes sentimentos contra cidadãos americanos.”<sup>26</sup>

Preparados para esperar o pior da diplomacia dos EUA durante a Guerra do Pacífico, os parlamentaristas interpretaram cada um destes quatro incidentes como parte de uma política de hostilidade dos EUA. Cada um podia ser explicado como um incidente isolado, mas subjacente a cada um deles estava o apoio aberto ao governo de Balmaceda por funcionários dos EUA no local. O Ministro dos EUA Patrick Egan era responsável por muito deste viés, motivado pela crença de que os parlamentaristas tinham “a simpatia unânime e, em muitos casos, o apoio ativo dos ingleses residentes no Chile.”<sup>27</sup> Um ardente nacionalista irlandês, Egan havia fugido de seu país para os Estados Unidos em 1883, onde tornou-se um simpatizante de Blaine (daí sua nomeação diplomática) e um líder da Liga Nacional Irlandesa da América, cuja meta era a independência irlandesa da Grã-Bretanha. Egan odiava os ingleses.

Mas ele não apenas vinculava os ingleses aos parlamentaristas. Uma outra testemunha escreveu que os chilenos opostos a Balmaceda “são os expoentes da plutocracia, do Capital Britânico e Alfândegas Francesas, são nossos inimigos nas relações comerciais.” Algumas semanas depois, uma segunda testemunha, um homem de negócios de longa experiência na América Latina, relatava que “a revolta contra o Governo é vista por toda parte como um movimento inglês.” Seu

juízo era, contudo, questionável, pois ele também relatava que “Balmaceda certamente vencerá” visto que “os revoltosos não fizeram progressos nos últimos três ou quatro meses, e desde o incidente com o *Itata*, vêm perdendo rapidamente terreno e confiança.”<sup>28</sup>

No fim de agosto, as forças de Balmaceda foram derrotadas numa importante batalha ao norte de Valparaíso, e o Presidente deposto cometeu suicídio logo depois de se exilar na embaixada argentina. Com os parlamentaristas tendo consolidado o poder, Egan observou que “por conta do *Itata* e de outras questões, sentimentos de rancor estão sendo fomentados por adeptos do Governo contra os americanos.”<sup>29</sup> Foi nessa atmosfera que o capitão do *Baltimore* concedeu licença para ir a terra em Valparaíso para 117 marinheiros em 16 de outubro de 1891. Antes do fim do dia, violentos confrontos ocorreram entre chilenos irados e membros da tripulação do navio norte-americano. Um membro da tripulação foi morto, um outro mortalmente ferido, 17 sofreram ferimentos de gravidade variada, 36 foram detidos numa prisão de Valparaíso e os Estados Unidos e o Chile ficaram enredados num grave incidente internacional.

Os relatórios subsequentes sobre o incidente dizem muito sobre as diversões preferidas dos marujos do final do século XIX,<sup>30</sup> mas não indicam quem começou o conflito. Autoridades chilenas concluíram que o incidente foi uma briga entre marinheiros numa parte mal freqüentada de uma cidade portuária. A administração Harrison assumiu a posição de que a confusão foi uma afronta à honra da nação.<sup>31</sup> Embora possam ser levantadas dúvidas sobre as afirmações feitas por ambos os lados na disputa, a que parece mais aberta a questionamento é a afirmação do Capitão Schley de que sua tripulação estava se comportando como meninos do coro da igreja. Mesmo Evans, o capitão do navio acompanhante U.S.S. *Yorktown*, conhecido também como “Fighting Bob” não acreditou no capitão do *Baltimore*. Tendo desembarcado uma carga de refugiados no Peru, Evans voltou a Valparaíso exatamente quando Schley estava dizendo a autoridades locais “que seus homens estavam todos perfeitamente sóbrios quando foram atacados em terra. Não concordei com ele quanto a isto, (nas palavras de Evans), pois em primeiro lugar eu duvidava do fato e, em segundo, não era uma questão que valesse a pena discutir. Seus homens estavam provavelmente bêbados em terra, eles haviam desembarcado, muitos deles, com o propósito de ficarem bêbados, o que fizeram com rum chileno pago com bom dinheiro dos Estados Unidos.”<sup>32</sup>

Por três meses os Estados Unidos e o Chile envolveram-se numa disputa diplomática excepcionalmente acalorada. A administração Harrison exigia “imediate e plena reparação proporcional à gravidade da injúria infligida.” O ministro das relações exteriores do Chile, Manuel Antonio Matta, cuja antipatia pelos Estados Unidos datava da Guerra do Pacífico, reagiu denunciando os Estados Unidos por formular exigências não razoáveis e fazer ameaças.<sup>33</sup> Então, o Presidente Harrison intensificou a questão conferindo-lhe um lugar de destaque em sua mensagem anual de dezembro, dizendo ao Congresso que os ataques não haviam sido provocados, haviam sido “selvagens e brutais” e que ele em breve tomaria medidas

punitivas se o Chile não providenciasse “alguma resposta adequada e satisfatória.” Ele mencionava especificamente a necessidade de “plena e imediata reparação.”<sup>734</sup>

O direito internacional costumeiro referente a reparações não era claro na época do incidente do *Baltimore*. Tradicionalmente, funcionários dos EUA mantinham a posição de que um governo não tinha obrigação alguma de indenizar estrangeiros por prejuízos. Assim, quando uma multidão enfurecida em New Orleans protestou contra o destino da expedição Narciso López a Cuba, saqueando o consulado espanhol em agosto de 1851, o Secretário de Estado Daniel Webster informou a Espanha que os Estados Unidos indenizaria o cônsul porque ele era “um funcionário público residindo aqui sob a proteção do Governo dos Estados Unidos,” mas que os Estados Unidos não estavam obrigados a indenizar outros cidadãos espanhóis que tivessem sido prejudicados. A primeira administração Cleveland manteve esta distinção entre funcionários de governos estrangeiros autorizados e estrangeiros de passagem; conseqüentemente, em 1885, quando vinte e oito cidadãos chineses eram massacrados em Rock Springs enquanto a polícia assistia com aprovação, Wyoming, o Secretário de Estado Bayard expressou seu pesar ao ministro chinês, mas negou qualquer obrigação de fazer reparações. A política dos EUA tornara-se, contudo, menos clara imediatamente antes do incidente do *Baltimore*, pois quando uma outra multidão em New Orleans removeu onze homens de descendência italiana da prisão e assassinou-os, o Secretário de Estado Blaine reconheceu a obrigação de providenciar reparações às famílias daqueles que eram cidadãos italianos – mas apenas porque os Estados Unidos e a Itália haviam assinado um tratado em 1871 garantindo cada um proteção aos cidadãos do outro país. Blaine tivera o cuidado de sublinhar a natureza especial deste caso. Ele dissera ao Presidente Harrison: “Não acho que devemos ter um documento nas mãos do Governo da Itália dizendo que reconhecemos o *princípio de indenização neste caso*. Tal papel nos causaria embaraço em muitos casos ainda por vir.”<sup>735</sup>

Independentemente da política de reparações dos EUA, o Presidente Harrison acreditava claramente que os chilenos deveriam providenciar compensação pelo incidente do *Baltimore*. Sua mensagem de dezembro ao Congresso e um ataque igualmente hostil ao comportamento chileno pelo Secretário da Marinha Tracy levaram o Ministro das Relações Exteriores Matta a reagir, enviando sua própria mensagem inflamada ao congresso chileno, dizendo que a mensagem do Presidente Harrison e o relatório do Secretário da Marinha eram “errôneos ou deliberadamente incorretos,” que suas palavras sobre o conflito do *Baltimore* carecia de “precisão e sinceridade” [“tampoco hay exactitud ni lealtad”], e que “a afirmação de que os marinheiros norte-americanos foram atacados em várias localidades ao mesmo tempo é deliberadamente incorreta.”<sup>736</sup>

Embora Matta ordenasse aos enviados chilenos que distribuíssem seu discurso no estrangeiro, o ministro do Chile em Washington, Pedro Montt, teve o bom senso de não entregá-lo como uma nota formal ao Departamento de Estado. Ao invés disso, ele deu a Blaine uma versão editada que evitava qualquer



menção direta ao Presidente Harrison e referia-se apenas a “documentos oficiais” que estavam abertos a acusações de imprecisão em alguns detalhes essenciais.<sup>37</sup> Montt também informou seu irmão, o Presidente Jorge Montt, da reação de Washington à mensagem de Matta; e em 1 de janeiro Matta foi substituído por um novo ministro das relações exteriores, Luis Pereira, que imediatamente prontificou-se a acalmar as “águas agitadas” em ambos os países. Em 4 de janeiro, Montt mostrou a Blaine suas novas instruções: “Informe ao governo dos Estados Unidos que um sumário do relatório do procurador geral relativo às ocorrências de 16 de outubro, que o Chile lamentou e lamenta sinceramente, será enviado na segunda-feira, dia 4 do corrente.”

Quatro dias mais tarde, Montt informava a Blaine que a autoridade judicial encarregada de julgar o caso havia produzido um relatório de 180 páginas, indicando que o conflito havia se originado de uma disputa pessoal entre marinheiros bêbados, alastrara-se em meio a um bairro “habitado por pessoas de hábitos condenáveis,” e que o governo procuraria impor penas de prisão que iam de cinco anos a vinte dias para três chilenos e um marinheiro dos EUA. Montt encerrava sua nota com uma declaração excepcionalmente conciliadora: “Recebi também instruções especiais para afirmar ao Governo dos Estados Unidos que o Governo do Chile sente um sincero pesar pelos infelizes eventos ocorridos em Valparaíso em 16 de outubro...e os francos desejos de preservar a cordialidade americana o levou a cordialmente deplorar os ditos distúrbios e a fazer tudo em seu poder para levar a cabo o julgamento e a punição dos elementos culpados.”<sup>38</sup>

Nesta altura tornou-se óbvio que o Presidente Harrison estava louco por uma briga. Ao invés de responder no mesmo tom a Montt, ele exigiu uma retirada pública da mensagem ofensiva do ex-Ministro das Relações Exteriores Matta. Notificado da exigência do Presidente, o Ministro Egan imediatamente replicou que o Ministro das Relações Exteriores Pereira “não terá nenhuma objeção em retirar tudo o que for considerado desagradável aos Estados Unidos no telegrama enviado...pelo ex-ministro das relações exteriores.” Não obstante, em 21 de janeiro Blaine enviou um carograma a Egan dizendo ter sido “orientado pelo Presidente a dizer que se as partes ofensivas do despacho de 11 de dezembro não fossem imediatamente retiradas e desculpas adequadas oferecidas, com a mesma publicidade que fora dada às expressões ofensivas, ele não teria outra alternativa exceto romper relações diplomáticas com o Governo do Chile.”<sup>39</sup>

O Chile então capitulou. Em 25 de janeiro, o Ministro das Relações Exteriores Pereira entregou a Egan uma longa nota retirando a circular de Matta, exprimindo pesar pelo incidente do *Baltimore*, propondo interromper os procedimentos judiciais no Chile e submeter a questão da reparação ao arbítrio da Suprema Corte dos Estados Unidos.<sup>40</sup> Egan imediatamente passou por telégrafo a nota de Pereira para Washington, mas nesta altura o Presidente Harrison havia enviado uma mensagem bastante belicosa ao Congresso exigindo “desculpas adequadas,” “alguma reparação adequada,” e a retirada da mensagem de Matta junto com “desculpas tão públicas quanto a ofensa.” No caso de recusa do Chile, ele

concluía, “sou da opinião de que as exigências feitas ao Chile por este Governo devem ser assentidas e implementadas.”

Como estas exigências já haviam sido cumpridas, o Presidente Harrison esperou brevemente e, então, notificou o Congresso de que a disputa havia acabado.<sup>41</sup> No dia seguinte Blaine enviou a Harrison um rascunho de uma nota ao Chile aceitando as desculpas. Ele advertiu o Presidente de que seu palavrado “pode lhe parecer demasiado cordial,” mas Harrison respondeu imediatamente com algumas sugestões, acrescentando que “o que eu disse, creio que você há de concordar, aumentou ao invés de diminuir as expressões de cordialidade.”<sup>42</sup> O Chile deu, então, a Egan \$75.000 para distribuir entre as famílias dos dois marinheiros mortos e as dos feridos, e em sua mensagem de final de ano, o Presidente Harrison observou sua “grande satisfação” com o recebimento da indenização.<sup>43</sup>

Retrospectivamente, tanto a política dos EUA em relação à Guerra do Pacífico como o conflito com o Chile eram sinais de que os Estados Unidos estavam recuperando sua autoconfiança. Mas mesmo considerando-se que uma nova geração pós-Guerra Civil estava começando a se fazer ouvir em Washington, sua voz ainda não era dominante, e os líderes da nação ainda estavam incertos sobre a direção da política externa dos EUA. Deste modo, poucos meses depois de passada a crise do *Baltimore*, os dois principais partidos colocaram o debate sobre uma política hegemônica em relação à América Latina diante do eleitorado. Os democratas condenavam a postura afirmativa de Harrison: “vemos com alarme a tendência a uma política de irritação e bravata que é passível de, a qualquer momento, nos defrontar com a alternativa de humilhação ou guerra.” A plataforma republicana oferecia ao eleitorado a visão hegemônica: “Reafirmamos nossa aprovação da Doutrina Monroe e acreditamos na realização do *Destino Manifesto* da República em seu sentido mais amplo.” O cenário estava montado para uma das interessantes ironias das relações interamericanas, quando o vitorioso democrata, Grover Cleveland, lançou-se à implementação da política republicana.

## notas

1 A causa imediata da ação do Chile foi uma tentativa da Bolívia de impor uma taxa de exportação sobre o nitrato, o que o Chile considerava uma violação dos termos de um tratado de 1874. O Chile justificou seu uso preemptivo de força alegando a necessidade de proteger propriedade chilena, que a Bolívia havia ameaçado tomar e revender se seus proprietários se recusassem a pagar a taxa em discussão.

2 Everts a Dichman, 19 de abril de 1880, Instruções à Colômbia, NA M77/R46; a mensagem de Hayes de 8 de março de 1880 está em *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.6, p.4537. Para a circular de Blaine à Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Itália e Colômbia de 24 de junho de 1881, ver FRUS 1881, p.356-7, 537-40.

3 Blaine a Lucius Fairchild, 25 de junho de 1881, Instruções à Espanha, NA M77/R146.

4 Roberts a Bayard, 24 de setembro de 1885, Despachos do Chile, NA M10/R35; ver também J. Randolph Clay a Webster, 20 de outubro de 1850, Despachos de Lima, Arquivo 33A-D21.5, Registros da Câmara dos Deputados, RG 233, NA.

5 J.H.Moore a William Hunter, 20 de fevereiro de 1882, Despachos Consulares de Callao, NA M155/R10; Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Relações Exteriores, *House Report No.1790*, 47th Cong., 1st Sess., 1 de agosto de 1882, p.217-8, 229.

6 Christiancy a Blaine, 13 de abril de 1881, Despachos do Peru, NA T52/R35. Para uma discussão da representação dos EUA na região, ver Cornelius Logan a John Davis, Secretário de Estado em Desempenho, 13 de setembro de 1883, Despachos do Chile, NA M10/R34. Para exemplos de partidarismo e calúnia, ver Christiancy a Evarts, 12 de agosto e 2 de setembro de 1879, Despachos do Peru, NA T52/R32; Osborn a Evarts, 9 de agosto de 1879, Despachos do Chile, NA M10/R30; Adams a Evarts, 14 de julho de 1880, Despachos da Bolívia, NA T51/R8; Osborn a Evarts, 3 de setembro de 1880, Despachos do Chile, NA M10/R30; Christiancy a Blaine, 22 de janeiro de 1881, Despachos do Peru, NA T52/R35.

7 Evarts a Christiancy, 9 de março de 1880, Instruções ao Peru, NA M77/R131; Evarts a Henry Howard, 19 de junho de 1879, Notas à Legação Britânica, NA M99/R47; Evarts a Andrew White, 19 de junho de 1879, Instruções à Alemanha, NA M77/R67. Para a continuação pela administração Garfield da política Hayes-Evarts, ver Blaine a Morton, 5 de setembro de 1881, Instruções à França, NA M77/R60.

8 *Congressional Record*, 2 de fevereiro de 1880, p.650. Para as minutas das conferências no *Lackawanna*, ver Congresso dos EUA, Senado, *Papers Related to the War in South America, and Attempts to Bring about a Peace*, Documento Executivo do Senado No.79, 47th Cong., 1st Sess., 1882, p.406-418; para os cabogramas ver Christiancy a Evarts, 27 de outubro de 1880, Despachos do Peru, NA T52/R34 e Osborn a Evarts, 28 de outubro de 1880, Despachos do Chile, NA M10/R30.

9 James G. Blaine, *Political Discussions, Legislative, Diplomatic, and Popular, 1856-1886* (Norwich, Conn.: Henry Bill, 1887), p.414.

10 Christiancy a Blaine, 4 de maio de 1881, Despachos do Peru, NA T52/R36.

11 Blaine a Hurlbut, 15 de junho de 1881, Instruções ao Peru, NA M77/R131; Blaine a Kilpatrick, 15 de junho de 1881, Instruções ao Chile, NA M77/R36.

12 Hurlbut a Blaine, 26 de outubro de 1881, Despachos do Peru, NA T52/R36.

13 Hurlbut a Blaine, 5 de outubro de 1881, Despachos do Peru, NA T52/R36; Blaine a Hurlbut, 3 de dezembro de 1881, Instruções ao Peru, NA M77/R131.

14 *House Report No.179*, p. iii-vii; *Congressional Record*, 13 de dezembro de 1881, p.79.

15 Blaine a Hurlbut, 30 de novembro de 1881, Instruções ao Peru, NA M77/R131; Blaine a Kilpatrick, 30 de novembro de 1881, Instruções ao Chile, NA M77/R36; Blaine a Trescot, 1 de dezembro de 1881, Instruções ao Chile, NA M77/R36.

16 J.C. Bancroft Davis a Hamilton Fish, 4 de fevereiro de 1882, Container 134, Hamilton Fish Papers, LC.

17 Frelinghuysen a Trescot, 9 de janeiro de 1882, Instruções ao Chile, NA M77/R36; Frelinghuysen a Logan, 26 de junho de 1882 e 23 de março de 1883, FRUS 1883, p.74, 92; Frelinghuysen a Partridge, 26 de junho de 1882, FRUS, 1882, p.707; Frelinghuysen a Phelps, 26 de julho de 1883, FRUS 1883, p.709.

18 Congresso dos EUA, Câmara, *Reports of the Comission Appointed Under an Act of Congress Approved July 7, 1884...*, Documento Executivo da Câmara No.50, 49th Cong., 1st Sess., 1886, p.421; ver também p.229, 292, 461-3.

- 19 Câmara dos EUA, *Reports of the Comission...*, p.23-4.
- 20 Buchanan a Jewet, 1 de junho de 1846, Instruções ao Peru, NA M77/R130.
- 21 Egan a Blaine, 17 de janeiro de 1891, Despachos do Chile, NA M10/R38; J.F. Van Ingen a Blaine, 17 de janeiro de 1891, Despachos Consulares de Talcahuano, NA T115/R5.
- 22 As instruções de Tracy estão em Tracy ao Almirante McCann, 4 de março de 1891, em Congresso dos EUA, Câmara, *Message of the President of the United States Respecting the Relations with Chile, together with the Diplomatic Correspondence*, Doc. Executivo da Câmara No.91, 52d Cong., 1st Sess., 1892, p.237. O relatório do capitão do *Baltimore* está em Schley a Tracy, 25 de setembro de 1891, p.290.
- 23 As duas primeiras das três acusações foram simplesmente descartadas (47 *Federal Reporter* 84-85, 48 *Federal Reporter* 99-108); no terceiro caso, a Corte Distrital dos EUA, na Califórnia, julgou que o *Itata* era um transporte, não um navio de guerra, e portanto a transferência de armas não era uma violação das leis de neutralidade dos EUA (49 *Federal Reporter* 646-647). Três meses depois de seu retorno à Califórnia e logo após o fim das hostilidades no Chile, o *Itata* foi liberado e retornou ao Chile.
- 24 McCann a Tracy, 17 de junho de 1891; MacCann a Tracy, 22 de junho de 1891, ambos em Arquivo de Área Geral 1775-1910, Registros da Marinha de Guerra dos EUA (RG 45), NA.
- 25 O Almirante Brown posteriormente insistiu em que a notícia do desembarque rebelde era de conhecimento público nas ruas de valparaíso. Ver *Message of the President...together with the Diplomatic Correspondence*, p.306-9.
- 26 Schley a Tracy, 29 de setembro de 1891, em *Mensagem do Presidente...together with the Diplomatic Correspondence*, p.290-1.
- 27 Egan a Blaine, 17 de março de 1891, Despachos do Chile, NA M10/R38.
- 28 Charles H. Harlow a William E. Curtis, 1 de julho de 1891, Rolo 32, Benjamin Harrison Papers, LC. A carta de Harlow foi datilografada no papel timbrado de Curtis e entregue ao Presidente Harris. A carta da primeira testemunha, o homem de negócios W.P. Tisdell, está incluída em William E. Curtis a Elijah W. Halford, 31 de julho de 1891, Rolo 77, Benjamin Harrison Papers, LC.
- 29 Egan a Blaine, 24 de setembro de 1891, FRUS 1891, p.166.
- 30 A tripulação do *Baltimore* havia gozado, pela última vez, de uma licença em terra há dois meses e meio, no minúsculo porto provincial de Coquimbo.
- 31 A investigação preliminar do Capitão Schley e o exaustivo relatório de Mare Island da Marinha estão em Senado dos EUA, *Papers Related to the War in South America*, p.296-8 e 341-610. Várias partes da investigação chilena estão no mesmo documento: Montt a Blaine, com anexos, 19 de dezembro de 1891; Evans a Tracy, 4 de janeiro de 1892, p.210-22, 334; ver também Matta a Egan, 3 de novembro de 1891, FRUS 1891, p.211.
- 32 Robley D. Evans, *A Sailor's Log: Recollections of Forty Years of Naval Life* (New York: Appleton, 1901), p.259.
- 33 Egan a Matta, 26 de outubro de 1891; Matta a Egan, 27 de outubro de 1891, em *Message of the President...together with the Diplomatic Correspondence*, p.119-21.
- 34 *Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, vol.9, p.185.
- 35 Webster a Calderón de la Barca, 13 de novembro de 1851, Notas a Legações Estrangeiras, Espanha, NA M99/R85; Bayard a Cheng Tsao Ju, 18 de fevereiro de 1886, Notas a Legações Estrangeiras, China, NA M99/R13; Blaine ao Marquis Guglielmo Imperiali de Franca-villa, 1 de abril de 1891, Notas a Legações Estrangeiras, Itália, NA M99/R63; Blaine a Harri-

son, 29 de março de 1892, Rolo 135, Benjamin Harrison Papers, LC. No fim, os Estados Unidos pagaram às famílias das vítimas italianas 125.000 francos franceses, cerca de \$25.000. Em cinco outros incidentes que envolveram linchamentos de estrangeiros, nos Estados Unidos em meados da década de 1890 (dois mexicanos e três italianos), o Presidente Cleveland solicitou ao Congresso que cedesse \$2.000 para cada uma das famílias dos homens assassinados, mas apenas após enfatizar que eram dados “sem referência à questão de obrigação do Governo dos Estados Unidos.”

36 A mensagem de Matta está impressa em espanhol e inglês em *Message of the President...together with the Diplomatic Correspondence*, p.178-180. O ataque de Tracy está em Congresso dos EUA, Câmara, *Report of the Secretary of the Navy*, Doc. Exec. Da Câmara No.1, Parte 3, 52<sup>d</sup> Cong., 1<sup>st</sup> Sess., 1891, p.21-30.

37 Montt a Blaine, 11 de dezembro de 1891, *Message of the President...together with the Diplomatic Correspondence*, p.208-9.

38 Montt a Blaine, 4 e 8 de janeiro de 1892, *Message of the President...together with the Diplomatic Correspondence*, p.226-8.

39 Blaine a Egan, 16 de janeiro de 1892; Egan a Blaine, 16 de janeiro de 1892; Blaine a Egan, 21 de janeiro de 1892, *ibid.*, p.190-4.

40 Pereira a Egan, 25 de janeiro de 1892, *ibid.*, Parte 2, p.7-10. O Chile também concordou em não pressionar pela chamada de volta de Egan, que havia sido exigida em 20 de janeiro.

41 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.215-27.

42 Blaine a Harrison, 29 de janeiro de 1892; Harrison a Blaine, 29 de janeiro de 1892; Blaine a Harrison, 30 de janeiro de 1892, todas no Rolo 34, Benjamin Harrison Papers, LC.

43 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.233, 315.



## **a exclusão da grã-bretanha: a disputa fronteiriça da venezuela**

Como é sugestivo que as questões de paz ou de guerra entre os dois Fiadores da Civilização – os EUA e a Grã-Bretanha – devam até certo ponto ficar dependentes da decisão ou da conduta de um conjunto de animais como o Governo *Venezuelano*.

*Embaixador Thomas Bayard, 1896*

**G**rover Cleveland podia ser qualquer coisa, menos um imperialista. “Eu não sou favorável a uma política de aquisição de novos e distantes territórios ou da incorporação de interesses remotos aos nossos,” escreveu ele no início de seu primeiro mandato; e três anos depois de encerrar seu segundo mandato, ele qualificou a anexação do Havaí como “uma perversão de nossa missão nacional. A missão de nossa nação é erigir e formar um país maior do que o que temos, ao invés de anexar ilhas.”<sup>1</sup> Mas durante seu segundo mandato (1893-1897), Cleveland foi obrigado a enfrentar pressões domésticas econômicas e políticas que pareciam clamar por uma política externa mais agressiva. As pressões econômicas não eram novidade, mas as pressões políticas eram novas para essa geração, e poucos compreenderam seu pleno significado até o final da década de 1890. O papel especial de Grover Cleveland foi administrá-las, quando elas irromperam no contexto de uma disputa fronteiriça entre a Grã-Bretanha e a Venezuela.

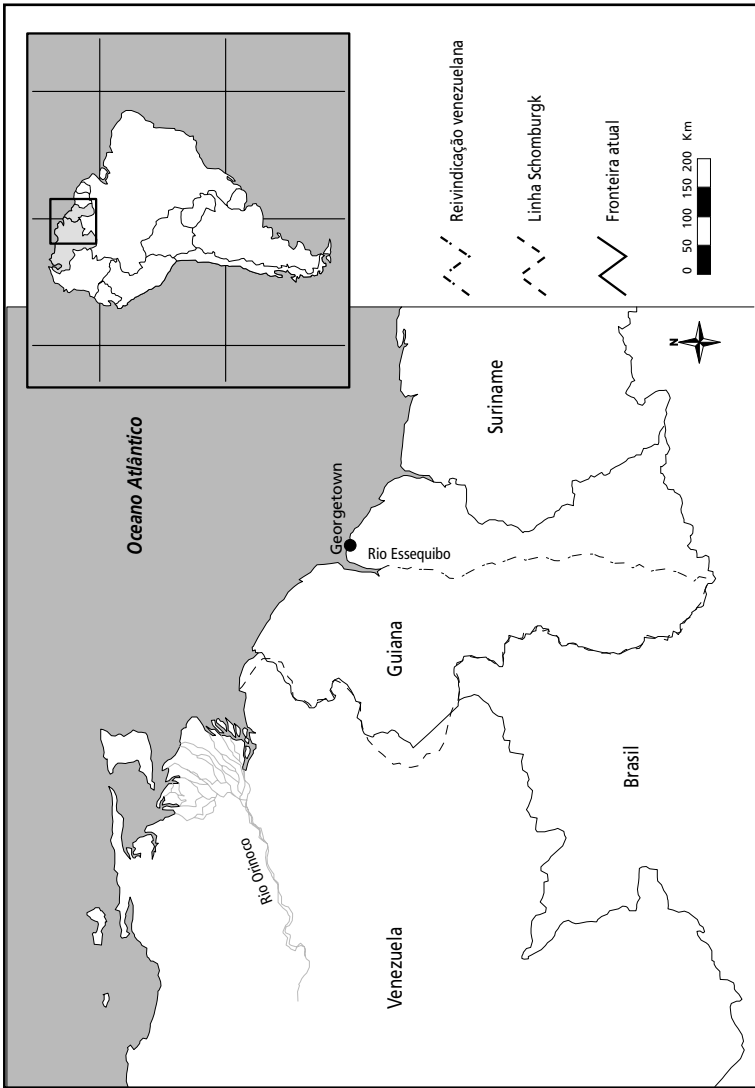
A disputa tinha sua origem na incapacidade das potências européias em identificar precisamente seus limites coloniais no Novo Mundo. Os ingleses ficaram de posse de sua parte das Guianas porque os holandeses, tendo apoiado o lado perdedor nas guerras napoleônicas, foram obrigados em 1814 a transferir a propriedade das “colônias de Demerara, Essequibo e Berbice” à Grã-Bretanha. Não havia nenhuma menção de fronteiras no tratado. O acordo espanhol de 1845 para reconhecer a independência da Venezuela era igualmente vago: ele simples-

mente estipulava que as fronteiras da Venezuela eram as mesmas do “território americano, conhecido formalmente pelo nome de Capitania Geral da Venezuela.”<sup>2</sup>

Entre um tratado e outro, os ingleses consolidaram as três antigas colônias holandesas numa única colônia e rebatizaram-na com o nome de Guiana Inglesa, e nomearam um topógrafo, Robert Schomburgk, para demarcar o limite oeste da colônia. No início de 1841, a Venezuela contestou esta delimitação unilateral, enviando a Londres uma nota diplomática formal propondo a negociação de um tratado fronteiriço. Não recebendo resposta alguma, em outubro o governo de Caracas enviou uma segunda nota expressando seu desagrado sobre a colocação dos marcos topográficos de Schomburgk. A insistência da Venezuela e vários outros incidentes fronteiriços levaram ao “Acordo de 1850” através do qual acertava-se que nenhum país ocuparia certas partes do território esparsamente povoado, e o assunto foi esquecido por mais de duas décadas. Então, em novembro de 1876, a Venezuela reabriu a questão enviando aos ingleses um longo memorando reivindicando todo o território a oeste do rio Essequibo (incluindo cerca de dois terços da atual Guiana) e sugerindo que os dois países negociassem um tratado fronteiriço. Surpresos pela extensão das ambições da Venezuela, os funcionários do British Foreign Office esperaram quatro meses para responder, e, então, simplesmente requisitaram mais tempo. Após dois anos terem decorrido sem nenhuma resposta, a Venezuela enviou uma outra requisição. Desta vez o Primeiro Ministro inglês Salisbury respondeu com uma afirmação de reivindicações territoriais tão extravagantes quanto as da nota de 1876 da Venezuela.

Reconhecendo que a Doutrina Monroe poderia funcionar em seu proveito, os venezuelanos enviaram cópias desta correspondência aos Estados Unidos acompanhadas de pedidos de ajuda. No primeiro pedido, enviado junto com a nota de novembro de 1876 da Venezuela à Grã-Bretanha, o ministro da Venezuela em Washington sugeria ao Secretário de Estado Hamilton Fish que desde que os Estados Unidos eram “a mais poderosa e antiga das Repúblicas do novo continente,” era natural que eles “fossem solicitados a ceder às demais seu poderoso apoio moral em disputas com nações européias.” Redigida apenas dois dias depois de uma eleição presidencial nos EUA, a nota venezuelana chegou a Washington no final do mandato de oito anos de Fish. Perdida na transição, ela não recebeu uma resposta.<sup>3</sup> Sem se deixar desencorajar pelo silêncio de Washington, no final de 1880, a Venezuela fez uma segunda tentativa, igualmente inoportuna, enviando à ineficiente administração Hayes um longo memorando fazendo notar a ominosa presença de navios ingleses e a recente construção de uma linha telegráfica na embocadura do Orinoco. Desta vez os Estados Unidos responderam: o Secretário de Estado Everts disse ao ministro venezuelano em Washington que “este Governo não poderia olhar com indiferença a aquisição pela força desse território pela Inglaterra,” e um mês depois ele sugeria que o ministro venezuelano entrasse em contato com seu sucessor.<sup>4</sup>





Mapa 5 – Disputa fronteiriça da Venezuela.

A reação dos EUA não foi adiante, pois durante seu breve mandato, o Secretário de Estado Blaine foi obrigado a centrar sua atenção em outro assunto, e o pouco tempo que ele poderia dedicar à Venezuela, estava reservado para a mediação de uma disputa de débito com a França. Assim, o estudo do processo teve que começar novamente no fim de 1881, quando Blaine foi substituído por Frederick Frelinghuysen. Em seguida, o Presidente venezuelano Antonio Guzmán Blanco pediu aos Estados Unidos para passar para a Inglaterra um memorando delineando a reivindicação fronteiriça venezuelana, mas nada foi feito até meados de 1884, quando Guzmán Blanco, agora ex-presidente e recém-nomeado diplomata, visitou os Estados Unidos a caminho de Londres. Pressionado para ajudar, Frelinghuysen cedeu e instruiu o ministro dos EUA na Grã-Bretanha para assistir Guzmán Blanco no que fosse possível, embora ele não pretendesse indispor-se com os ingleses.<sup>5</sup>

O pedido de ajuda seguinte da Venezuela chegou à mesa do Secretário de Estado Thomas Bayard logo após a posse de Grover Cleveland em 1885. Para os passos específicos que a Venezuela poderia dar para resolver sua disputa fronteiriça, o Ministro Soteldo escreveu que “meu governo deseja vigorosamente seguir o caminho que possa ser assinalado pela grande República do Norte.” Bayard sugeriu arbitragem à Grã-Bretanha e, então, pressionou com a questão por mais de um ano.<sup>6</sup> Mas no final de 1886, um despacho alarmante chegou em Washington, enviado por Charles Scott, ministro dos EUA em Caracas: a Venezuela estava prestes a instalar um farol no território reivindicado pela Grã-Bretanha, relatava ele, e isto “pode levar a uma guerra.” Disposto a reavaliar seu papel passivo, no fim de dezembro Bayard ofereceu à Grã-Bretanha “os bons ofícios dos Estados Unidos para promover um acordo amigável.” Inexplicavelmente, o ministro dos EUA na Grã-Bretanha, Edward Phelps, esperou mais de um mês antes de entregar a oferta de Bayard a Lord Salisbury. Replicando que as reivindicações extravagantes da Venezuela excluíam a arbitragem, o Primeiro Ministro, polidamente mas com firmeza, fechou a porta que Bayard estava delicadamente procurando abrir.<sup>7</sup>

Por esta época, a Venezuela havia intensificado o conflito ao exigir que a Grã-Bretanha evacuasse uma ampla parte da área contestada antes de 20 de fevereiro de 1887. Quando essa data transcorreu sem resposta da Grã-Bretanha, a Venezuela suspendeu relações diplomáticas e voltou-se em direção dos Estados Unidos. Citando um artigo de um jornal inglês para demonstrar a “sede insaciável de conquista” da Inglaterra, o ministro venezuelano em Washington enfatizou a fraqueza de seu país em face do imperialismo britânico: “O fato é que até agora a Inglaterra gozou de impunidade; ela nos vê como uma nação fraca e sem amigos, e procura fazer da costa e dos territórios venezuelanos a base de uma conquista que, se as circunstâncias não forem alteradas, não terá outros limites do que os ditados pela sua própria vontade.” Bayard imediatamente encaminhou a nota a Phelps, instruindo-o a “expressar novamente a Lord Salisbury a grande satisfação que teria este Governo em ver a disputa venezuelana amigável e honrosamente resolvida, por arbitragem ou de alguma outra forma, e nossa disposição

de fazer qualquer coisa que esteja a nosso alcance para ajudar neste fim.” Desta vez Phelps, simplesmente, deixou de entregar a nota.<sup>8</sup>

A questão fronteiriça venezuelana foi mais uma vez posta de lado quando os Estados Unidos entraram no período de campanha eleitoral, e pareceu desaparecer completamente quando Cleveland perdeu a eleição de novembro para Benjamin Harrison. Mas então, em novembro de 1889, quando a primeira conferência interamericana estava sendo realizada em Washington, a Venezuela solicitou a ajuda do Secretário de Estado Blaine (agora de volta para um segundo mandato) para restaurar relações diplomáticas com a Inglaterra.<sup>9</sup> Absorvido pela conferência, Blaine esperou até o recesso e, então, instruiu o novo ministro dos EUA em Londres, Robert Todd Lincoln, para tentar “levar a cabo a retomada das relações diplomáticas entre os dois países como um passo preliminar rumo à negociação por arbitragem da disputa.” Salisbury respondeu que negociações referentes à retomada de relações já estavam em andamento com o ministro venezuelano em Paris. A Grã-Bretanha havia feito uma proposta, disse ele, e estava aguardando a resposta da Venezuela “antes de considerar o expediente de recorrer aos bons ofícios de uma terceira parte.”<sup>10</sup>

De Hayes a Harrison, portanto, a Venezuela havia solicitado o apoio de todos os Secretários de Estado desde meados da década de 1870. Mesmo considerando-se que os Estados Unidos tenham às vezes sido atenciosos, eles nunca haviam permitido que a disputa se tornasse uma questão significativa da política externa dos EUA. Não havia uma razão isolada para esta relutância em se envolverem; pelo contrário, ela refletia diversos aspectos da política externa dos EUA, incluindo uma postura pós-Guerra Civil de enfoque nas questões domésticas. Mas entre as razões importantes para o distanciamento, estava o temor de Washington de ficar enredado nas políticas instáveis da América Latina, um temor melhor exemplificado em 1892, quando foi introduzido um projeto de lei para pagar pelo serviço de topografia de uma rota ferroviária através da América Latina. James Blount, um membro da Câmara com mandato de dez anos, levantou-se para explicar sua oposição: “Estes países são de caráter revolucionário; eles estão continuamente sofrendo perturbações; eles estão em conflito entre si mesmos, e eu não desejo ver a adoção de qualquer linha de política que possa ter alguma possibilidade de estender essas controvérsias até nós...Esses povos são incapazes de preservar ordem e estabilidade entre eles próprios; trazê-los em conexão conosco, com todas essas questões inoportunas, fará com que o equilíbrio de nossas instituições, do qual desfrutamos e que preservamos hoje em razão do caráter esplêndido de nossa população, fique ameaçado.”<sup>11</sup>

Esta atitude permaneceu no decorrer dos meados da década de 1890, mas estava mudando, como a alteração da política da administração Cleveland em relação à disputa fronteiriça venezuelana demonstra claramente. A fagulha que acendeu o interesse de Cleveland permanece incerta. O Presidente relatou em suas memórias que ficara convencido de que a lenta expansão britânica no território disputado deveria ser interpretada como o equivalente a uma invasão e, por-

tanto, uma violação da Doutrina Monroe. “Nada nos restava a fazer em coerência com a honra nacional a não ser apoiar a Venezuela na controvérsia, até onde fosse necessário, pela reivindicação de nossa doutrina americana.”<sup>712</sup> Não é difícil compreender como Cleveland pôde fazer esta conexão entre a Doutrina Monroe e a disputa fronteiriça, pois a Inglaterra era uma presença européia óbvia na América Latina. Não apenas seus navios de guerra estavam no porto do Rio durante a revolta naval brasileira em 1893-4, como ela continuou a afirmar sua supremacia ao longo da Costa Mosquito na América Central no decorrer do verão e do outono de 1894. Foi então que emergiu um problema com a Nicarágua quase exatamente no momento em que Cleveland estava começando voltar-se em direção a Venezuela e, em abril de 1895, a Inglaterra, tendo dado à Nicarágua três meses para providenciar reparações por maus tratos infligidos a cidadãos britânicos, tomou o porto de Corinto no Pacífico. A Marinha Inglesa partiu duas semanas depois, mas só após a Nicarágua concordar com as reparações.

A tomada de Corinto ofendeu profundamente um recém-chegado republicano, Theodore Roosevelt, que escreveu a Henry Cabot Lodge: “Se permitimos à Inglaterra invadir a Venezuela nominalmente por reparação, como em Corinto, mas na realidade por território, nossa supremacia nas Américas está acabada. Estou preocupado e irritado, sem palavras para definir o que vejo. A Inglaterra está simplesmente fazendo jogadas com a Administração e vendo que vantagens pode conseguir.” Mesmo o anglófilo Thomas Bayard, um sólido democrata de Cleveland que se encontrava em Londres, servindo como o primeiro embaixador da nação,\* não estava alheio à tendência da Grã-Bretanha de tomar território pertencente a outros. “A expansão política nas regiões sul-americanas não é, creio eu, a intenção ou desejo da Grã-Bretanha, mas onde uma mina de ouro é descoberta no âmbito de uma antiga linha fronteiriça, a cobiça de ouro fará esta linha desviar.”<sup>713</sup>

A despeito destas preocupações com os desafios à Doutrina Monroe, a política doméstica fornece uma explicação mais convincente para a mudança da administração Cleveland com relação a uma política mais ativa na Venezuela. Cleveland havia perdido a eleição de 1888, em parte devido aos ataques dos republicanos contra sua política externa sem inspiração – usando expressões mordazes como “fraca e não patriótica,” a plataforma republicana em 1888 repreendia os democratas por terem “visto com ociosa complacência a extensão da influência estrangeira na América Central e do comércio estrangeiro por toda parte entre nossos vizinhos.” Agora, sete anos depois, este cenário parecia estar novamente em pé, com o Senador Henry Cabot Lodge publicando uma avaliação excepcionalmente crítica da política externa de Cleveland. Intitulado “Nossa Desastrosa Política Externa,” o artigo afirmava que “nada fizemos para enfrentar as contínuas agressões dos ingleses contra o território da Venezuela, embora essas agres-

\* Até a nomeação de Bayard, os diplomatas mais graduados dos EUA haviam sido sempre ministros.

sões fossem uma violação da doutrina Monroe.” De fato, prosseguia Lodge, “sob a presente Administração, nossa política externa tem sido por toda parte uma política de retirada e rendição.”<sup>14</sup>

A disputa fronteiriça na Venezuela alcançou o clímax num momento em que a administração Cleveland precisava desesperadamente recuperar a confiança pública. A depressão iniciada com o Pânico de 1893 alcançara o fundo bem na época da eleição de 1894 (um desastre, com os democratas caindo de uma maioria de 218 a 127 para uma minoria de 105 a 244), sem que a economia tivesse se recuperado. No decorrer de 1895, os políticos democratas, preocupados, clamavam por uma política externa mais vigorosa.<sup>15</sup> Um esforço de *lobbying* suplementava o estímulo para ação vigorosa dos preocupados democratas. William L. Scruggs, que servira até 1893 como ministro dos EUA para a Venezuela, quando aceitou emprego como “agente especial e assessor legal” da Venezuela, estava ativo no esforço, percorrendo os corredores do poder em Washington. O primeiro esforço público de Scruggs foi a confecção de um panfleto, publicado em outubro de 1894, com um título que captava perfeitamente a concepção do conflito na Venezuela: “Agressões Britânicas na Venezuela, ou a Doutrina Monroe Posta à Prova.” Dois meses mais tarde, depois da mensagem anual de Cleveland ter sugerido um interesse na arbitragem, Scruggs concluía que “o próximo passo era conseguir que o Congresso tomasse a questão na forma tangível de uma resolução conjunta...apoando a recomendação do Presidente.” Para este fim, prosseguia ele, “o Coronel Leonidas F. Livingston, o Representante no Congresso de meu distrito na Geórgia, muito amavelmente concordou em introduzir tal resolução,” a qual fora escrita por Scruggs. No final de fevereiro, tanto a Câmara como o Senado a haviam aprovado com unanimidade.<sup>16</sup>

O Secretário de Estado Walter Gresham morreu em 28 de maio de 1895. Sua morte não poderia ter vindo em pior ocasião. Cleveland já estava deprimido, ao escrever a Bayard, em meados de fevereiro, que “tenho estado terrivelmente desesperançado há muitos meses, dolorosamente perplexo e sob provação.” Em acréscimo ao mal-estar econômico da nação, o Presidente estava entristecido pela desaprovação pública de sua administração e pelo débito da nação (uma controvertida venda de bônus que havia enriquecido vários banqueiros de Nova York) e aborrecido com a acusação de um proeminente ministro de que Cleveland consumia bebidas alcóolicas. Apenas dois meses antes da morte de Gresham, o Presidente escrevera a um amigo que “você não sabe o consolo que Gresham é para mim, com seu senso firme, seu patriotismo e lealdade. É pouco dizer que eu confiaria a ele a qualquer momento minha vida ou minha honra.” Duas semanas após a morte do secretário, Cleveland escreveu a um outro amigo que “a companhia de Gresham e sua constante lealdade constituíam todo o consolo de minha vida pública.”<sup>17</sup>

Com a economia em desordem e sua administração também desordenada, Cleveland deu o passo fatal ao escolher o Procurador Geral Richard Olney como substituto de Gresham. Advogado de interesses das ferrovias numa época em que o termo “interesses de ferrovias” era sinônimo de descaso rapinante pelo

bem-estar público, Richard Olney acabara recentemente de escrever seu nome nos livros de história como o homem que quebrara a greve da Pullman: quando a greve interrompeu o serviço ferroviário de passageiros da nação, Olney ordenou aos procuradores distritais que “providenciem para que a circulação de trens regulares, transportando correio dos Estados Unidos...não seja obstruída. Consi-gam mandados de prisão...contra toda e qualquer pessoa envolvida em tais obs-truções.” O confronto que se seguiu entre grevistas e tropas federais constituem um dos mais sombrios momentos na história dos EUA. Com a escalada da violên-cia, em 8 de julho o Presidente Cleveland emitiu uma proclamação ordenando aos grevistas “dispersarem e retirarem-se pacificamente,” advertindo aqueles que se recusassem que eles “não poderiam ser vistos senão como inimigos públicos.” Dois dias depois, Eugene Debs e outros líderes do Sindicato dos Ferroviários Americanos foram presos, e a greve encerrada.

Agora, como Secretário de Estado, era responsabilidade de Olney imple-mentar a decisão anterior do Presidente de “ficar do lado da Venezuela na con-trovérsia.” O novo secretário logo demonstrou que pretendia lidar com as rela-ções exteriores da nação com a mesma falta de tato que caracterizara sua lideran-ça no Departamento de Justiça. Após familiarizar-se rapidamente com o caso, Ol-ney rascunhou uma nota aos ingleses e levou-a ao Presidente. Cleveland respon-deu: “Li seu pronunciamento sobre as questões venezuelanas no dia em que você o deixou comigo. É a coisa mais bem escrita deste tipo que jamais li.”<sup>18</sup> Em 20 de julho, a nota de Olney foi enviada a Londres, colocando a política dos EUA no rumo do confronto.

Em essência, a longa nota de Olney, conhecida historicamente como a Doutrina Olney, é uma afirmação de dois direitos: o direito dos Estados Unidos de excluir potências extra-hemisféricas e o direito à hegemonia hemisférica. Tendo como base do primeiro direito a Doutrina Monroe, Olney especificamen-te acusava a Grã-Bretanha de violação da Doutrina ao expandir suas fronteiras às expensas da Venezuela. A base do segundo direito era a força. Olney assegurava que os Estados Unidos tinham o direito de exercer seu poder hegemônico por-que “seus recursos infinitos combinados à sua posição isolada os tornavam se-nhor da situação e praticamente invulnerável contra qualquer uma ou todas as potências.” Devido a este poder, “hoje os Estados Unidos são praticamente sobe-ranos neste continente, e sua sanção é lei sobre os súditos aos quais eles confi-nam sua interposição.”<sup>19</sup>

Após entregar a nota conforme instruído, o Embaixador Bayard relatou que Salisbury “expressiu pesar, e surpresa por se ter considerado necessário apre-sentar um princípio tão abrangente e importante e políticas tão amplas e profun-das de ação internacional em relação a um assunto comparativamente tão peque-no.”<sup>20</sup> Não obstante, Salisbury acrescentou combustível ao incêndio. Depois de in-dicar que ele teria que consultar cuidadosamente seu governo antes de oferecer uma resposta, Salisbury fez Cleveland e Olney esperarem mais de quatro meses por uma resposta. Havia certamente muitas razões para a demora de Salisbury,

mas talvez a mais importante era que o representante que se encarregava das colônias inglesas na América Latina lhe havia dito para ser cuidadoso e não desistir, pois havia possibilidade de existência de uma mina de ouro: “Parece que há um território muito rico por perto e provavelmente nos limites de Schomburgk...Se ele corresponde à descrição que me foi dada pelo encarregado do ouro da Colônia – atualmente em Londres – ele pode se revelar um outro Transvaal ou Austrália Ocidental.”<sup>21</sup>

Quando finalmente veio, a resposta de Salisbury foi quase tão hostil quanto a nota de Olney. “O Governo dos Estados Unidos não está autorizado a afirmar uma proposição universal com referência a vários Estados independentes por cuja conduta eles não assumem responsabilidade, que seus interesses estão necessariamente relacionados com o que quer que seja que possa dizer respeito a esses Estados simplesmente porque eles estão situados no Hemisfério Ocidental.”<sup>22</sup> Salisbury também rejeitava a exigência de Washington de que a Inglaterra submetesse a disputa fronteiriça a arbitragem e, ao invés de fazê-lo polidamente, ele simplesmente dizia para os Estados Unidos cuidarem do que lhes dizia respeito: “o Império Britânico e a República da Venezuela são vizinhos, e eles discordaram por algum tempo, e continuam a discordar, quanto à linha pela qual seus domínios são separados. Trata-se de uma controvérsia com a qual os Estados Unidos aparentemente nada têm a ver na prática.” A Inglaterra, prosseguia Salisbury, não tinha a intenção de submeter a arbítrio “reivindicações baseadas em pretensões extravagantes de funcionários espanhóis do século passado, e que envolveriam a transferência de um grande número de súditos britânicos, que há muitos anos desfrutavam do governo estabelecido de uma colônia britânica, para uma nação de raça e língua diferentes, cujo sistema político é sujeito a freqüentes perturbações, e cujas instituições até agora freqüentemente proporcionam proteção muito inadequada à vida e à propriedade.”<sup>23</sup>

Entre todas as ofensas que a Grã-Bretanha pudesse ter feito, nenhuma poderia ser mais grave do que o descarte sumário por Salisbury da legitimidade da Doutrina Monroe. A Grã-Bretanha, de fato, havia feito uma provocação direta à administração Cleveland, e, portanto, agora não poderia haver recuos. O Presidente foi direto ao Congresso, acusou a Grã-Bretanha de ter expandido suas fronteiras tomando “o território de uma das repúblicas nossas vizinhas,” e indicou disposição de represália. Então, do mesmo modo que Olney havia inventado um ardil (a necessidade de entregar a correspondência) para cobrir seu ataque aos sindicatos de ferroviários, ele vislumbrou uma tática engenhosa para enfrentar os ingleses: Cleveland anunciou ao Congresso que “a disputa havia alcançado um tal estágio que os Estados Unidos eram obrigados a tomar medidas para determinar...qual é a verdadeira linha divisória entre a República da Venezuela e a Guiana Inglesa.” Ele solicitou autorização do Congresso e verba para uma comissão determinar a fronteira. O Congresso prontamente deu sua aprovação unânime.<sup>24</sup>

Como as palavras do democrata Cleveland no Congresso foram tão agressivas quanto qualquer coisa que seus adversários republicanos teriam escrito,

Theodore Roosevelt elogiou sua beligerância, e o Presidente respondeu com uma nota de agradecimento.<sup>25</sup> Poucos meses depois, o partido republicano propôs uma plataforma de campanha que poderia ter sido tomada do texto de Cleveland, reafirmando “os direitos dos Estados Unidos atuarem segundo a Doutrina [Monroe] respondendo ao apelo de qualquer Estado americano por intervenção amigável em caso de interferência européia.”

Os Estados Unidos eram livres para designar uma comissão para estudar qualquer coisa que desejasse, é claro; a questão era o que aconteceria quando a comissão tivesse entregue seu relatório e a Inglaterra, agora enredada num jogo diplomático, se recusasse a aceitá-lo? Como escreveu Cleveland a Bayard: “ao invés de ameaçar com guerra por não haver arbitragem, simplesmente diremos que não iremos à guerra pelo fato de a Inglaterra não nos ajudar a estabelecer os fatos, mas que faremos o melhor que pudermos para descobrir por nós mesmos qual a verdadeira situação, com todos os meios de que dispomos. Quando com tudo isso, tivermos tanta certeza quanto possível, independente da cooperação da Grã-Bretanha, de que ela tomou o território e passou por cima da jurisdição da Venezuela – então já é um outro assunto.”<sup>26</sup>

Nesta altura, cidadãos influentes de ambos os lados do Atlântico começaram a se preocupar com a escalada das hostilidades. Talvez a mais importante oposição tenha vindo de John Bassett Moore, um leal partidário de Cleveland que estava estabelecendo rapidamente sua reputação como o mais destacado estudioso na nação em direito internacional. Após o teor da nota de Olney ter se tornado conhecido, Moore escreveu uma carta de doze páginas a um confidente de Cleveland, o Diretor Geral dos Correios William L. Wilson, que era obviamente dirigida ao Presidente. Os Estados Unidos, argumentava ele, haviam se tornado vítimas da conduta manipuladora da Venezuela: “Por vinte anos, a Venezuela, ao invés de acertar sua disputa fronteiriça, de várias maneiras, algumas delas obviamente desonestas, tentou arrastar os Estados Unidos para a disputa, e os Estados Unidos avançaram afaivelmente passo a passo, sem examinar os méritos do caso, até o ponto em que, com um súbito impulso, ele saltou cegamente no precipício.” Moore especificamente questionava a crença comum de que a recusa da Inglaterra à arbitragem era prova de má intenção. “A afirmação [na mensagem de Cleveland ao Congresso] de que a questão pode ser razoavelmente acertada apenas por arbitragem, como propõe a Venezuela, certamente não estava baseada em qualquer exame dos méritos da questão,” escreveu ele. Autor de um tratado de cinco volumes sobre arbitragem, Moore reconhecia que “nós temos arbitrado disputas fronteiriças, bem como a Grã-Bretanha, mas nunca, até onde estou informado, onde uma linha não tivesse sido previamente concordada por negociação direta. Os governos não têm o hábito de entregar suas funções tão completamente nas mãos de árbitros como se dissessem: ‘não temos fronteiras; façam algumas para nós.’”<sup>27</sup>

Cleveland estava também tendo dificuldades em convencer seu próprio embaixador na Grã-Bretanha da sensatez de sua política. Na verdade, o Presidente estava enredado entre seu atual Secretário de Estado, Olney, que parecia sabo-



rear o confronto, e Bayard, o Secretário de Estado de seu primeiro mandato, que considerava que os ingleses estavam além das críticas e já havia escrito anteriormente a Gresham que a América Latina representava uma “civilização inferior.”<sup>28</sup> No final de dezembro de 1895, no ápice da controvérsia, Cleveland requisitou o apoio de Bayard. “É como se todos os problemas e perplexidades que podem se reunir em relação ao cargo que ocupo estivessem exatamente agora lançando um ataque combinado,” escreveu ele, pedindo implicitamente a Bayard que não acrescentasse a seu fardo sua discordância. Em seguida, ele delicadamente lembrou seu embaixador que apenas uma pessoa era o Presidente. “Estou certo de que nunca poderei ser convencido a ver por que a extensão de sistemas, territórios e jurisdições européias em nosso continente não pode ser levada a cabo tão seguramente quanto injustificadamente sob o disfarce de reivindicações fronteiriças como por invasões ou quaisquer outros meios.”<sup>29</sup>

Bayard acreditava que era loucura os Estados Unidos tornarem-se aliados dos venezuelanos: “Pois os Estados Unidos colocarem sob o controle de tal conjunto de homens o controle virtual da paz e da guerra com Potências Européias seria simplesmente loucura.” Tampouco se contava Bayard entre aqueles que acreditavam que os anglo-saxões poderiam refazer a cultura latina. No fim de 1893, ele escrevera a Gresham que “não podemos dar às populações heterogêneas do México, América Central e América do Sul as qualidades raciais, tradições e educação que são as bases principais de um Estado republicano”; um ano mais tarde ele prosseguia esta linha de raciocínio numa discussão com Lord Kimberly sobre a disputa britânica com a Nicarágua: “Por certo que descartei a menor intenção de interferir com o direito da Grã-Bretanha a qualquer reclamação *justa*, mas *adverti* sobre a bem conhecida condição daquela região e sua civilização bastante imperfeita.”<sup>30</sup>

Dadas estas crenças, o Embaixador Bayard continuou a pintar os ingleses com as cores mais favoráveis. Assim que ele viu a resposta de Salisbury à nota de Olney, escreveu a Cleveland dizendo que ela era “de tom controlado e moderado,” o que, não era verdade. O problema, Bayard insistia, era a Venezuela. “Nossa dificuldade está no caráter inteiramente não confiável dos governantes e do povo da Venezuela – e resulta numa responsabilidade quase indefinível e, portanto, perigosa pela conduta deles em relação a seus próprios negócios.” Então, imediatamente após a requisição do Presidente ao Congresso para designar uma comissão, Bayard escreveu a Cleveland que “da maneira que as transações e a história com a Venezuela estão se desdobrando, não consigo me livrar de uma grave sensação de apreensão ao permitirmos que os interesses e bem-estar de nosso País sejam ameaçados ou complicados por um governo e um povo como os da Venezuela.” Um mês depois, Bayard escrevia numa nota pessoal a William Putnam que “a atual confusão com o Estado mestiço da Venezuela me revolta.”<sup>31</sup>

Esta oposição entre democratas proeminentes levou Cleveland a atenuar o perfil hostil de Olney. Imediatamente após entregar sua mensagem ameaçadora ao Congresso, ele enviou a Olney uma nota bem humorada que teve o efeito

de informá-lo de que questões outras que a fronteira da Venezuela (neste caso, uma viagem que incluísse o esporte da caça) também eram importantes.<sup>32</sup> Ao mesmo tempo, por sorte de Cleveland, os britânicos, com interesses demasiado espalhados pelo mundo, tinham problemas em outras partes de seu império, especialmente no sul da África, onde havia a possibilidade de a Alemanha envolver-se ao lado dos boers. A recomendação de Salisbury de prosseguir numa linha dura foi rejeitada por seu gabinete em 11 de janeiro, e, no dia seguinte, o Primeiro Ministro enviou o amigo próximo de Bayard, Lord Playfair, à embaixada dos EUA com uma proposta. Playfair explicou a Bayard (e Bayard telegrafou imediatamente a Olney) que viera para expressar o “fervoroso desejo” da Inglaterra de que a disputa fronteiriça fosse “prontamente resolvida através de cooperação amigável.”<sup>33</sup> O emissário informal propunha que isto começasse com um empenho para resolver qualquer mal-entendido que pudesse existir sobre a interpretação que Olney dera à Doutrina Monroe. A Inglaterra sugeria uma conferência entre os Estados Unidos e as várias potências européias que possuíam colônias no Hemisfério Ocidental. Além disso, prosseguia Playfair, a Inglaterra estava disposta em princípio a submeter a disputa fronteiriça a uma comissão de arbitragem, mas apenas sob garantia de que colonos britânicos há muito estabelecidos não seriam despejados de seus domínios ou incorporados pela força à Venezuela.

Olney rejeitou imediatamente a proposta britânica de uma conferência sobre a Doutrina Monroe, e a Inglaterra desistiu da idéia – uma concessão de enorme significado. Antes deste ponto, os Estados Unidos (na nota de Olney) haviam afirmado a aplicabilidade da Doutrina Monroe à disputa fronteiriça. A Inglaterra primeiro (na resposta de Salisbury) havia rejeitado categoricamente esta afirmação e depois (na mensagem de Playfair) oferecido discutir sua rejeição numa conferência. Quando Olney respondeu com uma recusa a discutir a Doutrina Monroe e a Grã-Bretanha desistiu da questão sem comentário, a Inglaterra aceitou a posição de Washington de que a disputa era, de fato, da conta dos Estados Unidos. Ademais, a concessão de Salisbury era um anúncio tácito de que a Inglaterra estava disposta a aceitar a hegemonia dos EUA na América Latina – duas potências não podiam ser “praticamente soberanas neste hemisfério,” e se a sanção dos EUA é lei, então, a da Inglaterra não é. No Tratado Clayton-Bulwer de 1850, as duas potências haviam ostensivamente concordado em partilhar influência e controle sobre qualquer canal centro-americano. Agora, meio século depois, a Inglaterra estava disposta a se afastar. Do mesmo modo que ela havia recentemente deixado o porto do Rio durante a revolta naval brasileira, deixando a marinha de guerra dos EUA como mediadora, logo concordaria em revogar o Tratado Clayton-Bulwer. No início de 1896, a Inglaterra concordou em deixar os Estados Unidos prescreverem o método para resolver a disputa fronteiriça venezuelana.

Satisfeitos por seus interesses básicos não se encontrarem mais ameaçados, os Estados Unidos podiam agora iniciar as negociações sobre a disputa fronteiriça. Quanto à proposta inglesa de uma comissão de arbitragem, Olney enviou por cabograma a seguinte contraproposta:

Constituímos uma nova Comissão – dois designados pelos Estados Unidos, provavelmente da atual Comissão Americana,\* dois designados pela Grã-Bretanha, e se os quatro se dividirem igualmente quanto aos resultados, um quinto a contar com acordo mútuo ou nomeado por \_\_\_\_\_. Esta comissão não deve relatar uma palavra além dos fatos aos dois Governos, os quais deverão se empenhar em fixar uma linha satisfatória a todas as partes, incluindo a Venezuela. Falhando a tentativa, os fatos relatados deverão ser submetidos a um tribunal de arbitragem, consistindo do Juiz da Suprema Corte da Inglaterra, do Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, e de um terceiro árbitro a ser escolhido por acordo mútuo ou nomeado por \_\_\_\_\_, tribunal este devendo avaliar e declarar tal linha divisória segundo os fatos submetidos autorizem, e esta linha assim avaliada e declarada, deverá ser aceita por e obrigatória para todas as partes interessadas, incluindo a Venezuela.<sup>34</sup>

A Inglaterra estava disposta a proceder ao longo destas linhas gerais, especialmente desde que Olney oferecera deixar Londres preencher as lacunas com um árbitro de desempate amigável, mas continuava a insistir em que os direitos dos cidadãos britânicos em “distritos colonizados” dentro do território disputado fossem protegidos. Salisbury queria esses distritos identificados de antemão e removidos da arbitragem; Olney respondeu que era impossível concordar sobre as colônias antes da arbitragem, porque “os adiamentos inevitáveis seriam intermináveis.”<sup>35</sup>

A Grã-Bretanha tinha portanto feito duas importantes concessões: ela havia aquiescido com a posição dos EUA sobre a Doutrina Monroe, e havia concordado com a arbitragem. Lord Salisbury pediu, então, a Henry White que comunicasse a necessidade de uma compreensão da parte de Washington. White relatou a Olney que Lord Salisbury.

Considera a arbitragem compulsória em questões que afetam território, sem nenhum poder de apelação, um perigoso precedente a ser estabelecido, e do ponto de vista do Império Britânico, as razões são convincentes; que reivindicações de território poderiam – e provavelmente iriam – ser constantemente feitas por países sem nada a perder e esperançosos de ganhar algum acréscimo de território através da submissão de tais reivindicações à arbitragem; seria muito fácil e barato fazer tais reivindicações, mas de modo algum fácil encontrar um árbitro imparcial, e o resultado poderia ser o de que importantes Potências poderiam se encontrar privadas através de arbitragem, de porções de seu território, sendo os árbitros usualmente inclinados a favorecer uma potência fraca.<sup>36</sup>

O problema era muito mais sério do que o de identificar árbitros não tendenciosos; pelo contrário, era uma questão de concordar sobre o *princípio* que orientaria a arbitragem. Os ingleses, retardatários, tinham uma posição clara: “em-

\* Uma referência a uma outra comissão convocada por um tratado de arbitragem geral então sendo negociado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

bora admitindo que o Continente Americano fora primeiro descoberto, e parcialmente ocupado, pelos espanhóis,” os ingleses argumentavam que “este fato poderia não ter necessariamente significado para a questão em debate.”<sup>37</sup> A Venezuela baseava sua reivindicação no território disputado sobre *evidência histórica* de quem havia chegado ali primeiro, e negava a legitimidade de *ocupação atual de território* (“*adverse holding*”) como uma base para atribuição de propriedade.

Olney compreendia esta diferença crucial, mas ele havia sido vago sobre ela em sua nota original a Salisbury, indicando simplesmente uma disposição de permitir que a “ocupação longamente continuada de território” recebesse “todo o peso que lhe pertence em razão e justiça, ou pelos princípios de direito internacional.”<sup>38</sup> Ninguém sabia exatamente o que esta afirmação significava. Antes de ir adiante, a Grã-Bretanha tinha que saber se os Estados Unidos pretendiam permitir o uso da evidência histórica pela Venezuela (e, por implicação, o de todos os outros Estados fronteiriços ao Império Britânico, da Guatemala aos principados indianos) como o princípio para determinar propriedade, ou a ocupação seria o critério?

Olney fez a concessão necessária. Em 13 de julho ele sugeriu a Salisbury que qualquer assentamento inglês estabelecido por sessenta anos ou mais seria excluído da arbitragem.<sup>39</sup> Com isto, o gelo foi rompido. Zarpando da Inglaterra para casa poucos dias depois, John Hay, um convicto republicano, escreveu ao democrata Olney que “todos querem a questão resolvida se isto for feito sem prejuízo ao orgulho e prestígio da Inglaterra.”<sup>40</sup> Com este tipo de prova de cooperação possível entre líderes dos dois lados do Atlântico, todos relaxaram um pouco. Em setembro, o representante das colônias britânicas Joseph Chamberlain aproveitou a oportunidade propiciada por uma visita à família de sua esposa em Massachusetts (ela era filha do ex-secretário da Guerra de Cleveland, William Endicott) para negociar informalmente com Olney. Naquela época, o Secretário de Estado rejeitava a contraproposta britânica de posse de trinta anos ser definitiva. Desconhecendo que Olney e Cleveland estavam dispostos a aceitar quarenta anos, o embaixador inglês em Washington, Julian Pauncefote, propôs, então, quarenta e cinco; Olney rebateu com cinquenta e a Inglaterra aceitou. Ninguém disse uma palavra à Venezuela.

Dois acordos surgiram rapidamente de Washington. O primeiro foi assinado por Olney e Pauncefote em 12 de novembro de 1896 – um “Tratado Proposto entre Venezuela e Grã-Bretanha para Acerto da Questão Fronteiriça na Venezuela, conforme concordado entre Grã-Bretanha e Estados Unidos.” Estabelecia uma comissão de arbitragem de cinco membros, dois nomeados pela Grã-Bretanha, dois pelos Estados Unidos, e um quinto por acordo comum ou, se não se puder chegar a acordo, pelo rei da Suécia e Noruega. Sob este tratado, o tribunal “deve determinar a linha fronteiriça entre a colônia da Guiana Inglesa e a República da Venezuela.” Cleveland estava exultante, e em sua mensagem anual no início de dezembro ele anunciou que “as medidas do tratado são tão eminentemente justas e razoáveis que a concordância da Venezuela pode ser confiantemente prevista.”<sup>41</sup>

Coube a Olney informar ao ministro venezuelano em Washington do acordo, o que ele fez no mesmo dia da mensagem do Presidente ao Congresso. Como ele excluía o uso de evidência histórica para determinar propriedade dos distritos colonizados, o Ministro José Andrade recusou-se a aceitá-lo, e, então, Olney sugeriu que Andrade e seu conselheiro legal nos EUA, James Storrow, levassem o documento a Caracas. Lá ele foi igualmente recebido com consternação. Depois de tentar sem sucesso possíveis soluções, inclusive uma abordagem direta a Salisbury, o governo venezuelano sugeriu que um dos cidadãos da Venezuela seria um participante ideal no tribunal. Isto não seria possível, replicou Olney, mas um ligeiro ajuste não estava fora de questão; ele aceitou a proposta de Storrow de “que a Venezuela designaria um advogado ou juiz dos EUA, ou um jurista internacional de reputação, não um venezuelano.”<sup>42</sup>

Assim, o segundo acordo, assinado em Washington por Pauncefote e o Ministro Andrade em 2 de fevereiro de 1897, estipulava que o Presidente da Venezuela poderia nomear o Juiz da Suprema Corte dos EUA como um membro da comissão venezuelana. Quanto ao restante, o tratado que a Grã-Bretanha assinou com a Venezuela era idêntico ao acordo Inglaterra-EUA.

Tendo os lados opostos preparado seus argumentos, o tribunal começou seus trabalhos em Paris, em janeiro de 1899, e não teve problemas para chegar a uma decisão unânime, que foi anunciada em 3 de outubro. A Venezuela saiu perdendo. Com a exceção da importante margem sul do delta do Orinoco, que foi entregue ao país sul-americano, a comissão deu quase todo o território contestado à Grã-Bretanha.

A Venezuela havia sido excluída das negociações que determinaram o princípio sob o qual a decisão de arbitragem deveria ser baseada, e não teve membros na comissão de arbitragem. Como indicava um artigo da *American Law Review* de 1897, os quatro árbitros “representam um grupo de constituintes de língua inglesa.” Com base na lei comum inglesa, o artigo prosseguia: “o Rei Oscar [da Suécia e Noruega] tende a constatar que, quanto aos princípios justos que baseiam e governam a controvérsia, seus colegas, embora estranhos a ele e entre si, vindo a ele, de lugares distantes da terra, atuam como se, durante todas suas vidas, tivessem realmente convivido; ele perceberá que, embora eles possam não ter sentado aos pés do mesmo Santo, todos eles beberam da mesma fonte.”<sup>43</sup>

É possível argumentar que os venezuelanos só podiam culpar a si mesmos, pois desde 1876 eles encorajavam os ianques a interferirem na sua senda. Os venezuelanos responderiam salientando que todos seus pedidos de ajuda eram para que os Estados Unidos usassem seus bons ofícios para estimular a arbitragem, não para que substituíssem a Venezuela na mesa de negociações. Como Cleveland explicou posteriormente, quando os Estados Unidos concluíram que a disputa envolvia uma questão mais importante do que uma linha fronteiriça, então “a simpatia para com a Venezuela e a solicitude por sua condição aflitiva não podiam mais constituir a força motriz de nossa conduta, pois elas deviam dar lugar ao dever e obrigação de proteger nossos próprios direitos nacionais.”<sup>44</sup> Esta

afirmação explícita não apenas por que a Venezuela não foi consultada, mas também por que uma vez resolvido o desafio à Doutrina Monroe, diplomatas da Inglaterra e EUA trataram o resto da disputa como uma rusga menor, e por que os Estados Unidos aceitaram a concepção da Grã-Bretanha de qual princípio governaria a decisão. O Embaixador Bayard nunca questionou que lado os Estados Unidos deveriam apoiar: “A sugestão é que as questões de paz ou guerra entre os dois principais Fiadores da Civilização – os EUA e a Grã-Bretanha – não deveriam ficar dependentes da decisão ou conduta de um conjunto de animais como o Governo *Venezuelano* – à *República Irmã*’ deveras!”<sup>45</sup>

Um século após o acontecimento, é fácil para os cidadãos dos EUA concordarem com Lord Salisbury que a disputa fronteiriça venezuelana era, em si, de modesto significado. Mas para os funcionários dos EUA no fim do século XIX, a disputa sobre o canto sudeste da Venezuela era algo maior que uma simples extensão de acres tropicais. Era um anúncio de que os Estados Unidos pretendiam mover-se para o topo, na hierarquia das nações, mesmo que para as potências europeias fosse uma idéia presunçosa. Olney mais tarde admitiria que as palavras de sua nota aos ingleses “eram, sem dúvida, de tom briguento,” mas “a justificativa para sua emissão é que, aos olhos ingleses, os Estados Unidos eram algo completamente negligenciável que acreditou-se que somente palavras equivalentes a murros seriam realmente efetivas.”<sup>46</sup> A Venezuela era só o começo, pois o mundo estava prestes a descobrir em Cuba e no Panamá o que significava a Doutrina Olney quando ela declarava que os Estados Unidos eram praticamente soberanos neste continente.

## notas

1 *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.8, p.327; declaração à Associated Press, 24 de janeiro de 1898, reimpresso em *Letters of Grover Cleveland, 1850-1908*, Allan Nevins, ed. (Boston: Houghton Mifflin, 1933), p.491-2.

2 O tratado anglo-holandês está reimpresso em *British and Foreign State Papers*, vol.2, p.370; o tratado espanhol-venezuelano está em *British and Foreign State Papers*, vol.35, p.301.

3 Eduardo Calcaño a Fish, 14 de novembro de 1876, em Congresso dos EUA, Senado, *Message from the President of the United States Transmitting, in Response to Senate Resolution of April 11, 1888, A Letter of the Secretary of State and Correspondence Relative to a Certain Boundary Dispute between Venezuela and Great Britain*, Doc.Exe. do Senado No. 226, 50th Cong., 1st Sess., 1888, p.3-4.

4 Simón Camacho a Everts, 21 de dezembro de 1880; Everts a Camacho, 31 de janeiro de 1881, in *ibid.*, p.12-5.

5 A requisição original de Guzmán Blanco foi transmitida através do ex-ministro dos EUA, George Carter, num despacho de 30 de novembro de 1881; a resposta está em Frelinghuysen a James Russell Lowell, 7 de julho de 1884, in *ibid.*, p.15-7, 47.

6 A .M. Soteldo a Bayard, 29 de abril de 1885, Bayard a Edward Phelps, 20 de julho de 1885, in *ibid.*, p.50-2, 57-8.

7 Charles Scott a Bayard, 13 de dezembro de 1886, Bayard a Phelps, 30 de dezembro de 1886; Phelps a Lord Salisbury, 8 de fevereiro de 1887, Lord Salisbury a Phelps, 22 de fevereiro de 1887, em *ibid.*, p.59-60, 67-8, 80-1, 84.

8 O ultimato da Venezuela de 1887 está em Urbenaja a St. John, 26 de janeiro de 1887; J.A .Olavarría a Bayard, 15 de fevereiro de 1888; Bayard a Phelps, 17 de fevereiro de 1888, em *ibid.*, p.184-5, 201-2, 204-205.

9 Scruggs a Blaine, 12 e 16 de novembro de 1889, Despachos da Venezuela, NA M79/R40; a Venezuela procurou a assistência de Blaine assim que ele tomou posse: ver Silva a Blaine, 11 de março de 1889 e 4 de junho de 1889, Notas da Legação Venezuelana em Washington, NA T93/R6.

10 Blaine a Robert Todd Lincoln, 1 de maio de 1890, Instruções à Grã-Bretanha, NA M77/R88; Lincoln a Salisbury, 5 de maio de 1890; Salisbury a Lincoln, 26 de maio de 1890, ambos em *British Parliamentary Papers, volume 15: United States of America* (Shannon: Irish University Press, 1971), p.856-7.

11 *Congressional Record*, 26 de abril de 1892, p.3671.

12 Grover Cleveland, *Presidential Problems* (New York: The Century Co., 1904), p.247, 254, 256.

13 Roosevelt a Lodge, 23 de outubro de 1895, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge, 1884-1918*, Henry Cabot Lodge, ed., 2 vols. (new York: Charles Scribner's Sons, 1925), vol.1, p.193; Bayard a Robert Todd Lincoln, 9 de maio de 1895, Letterbook Container 205, series 2, vol.2, p.430-431, Bayard Papers, LC.

14 Henry Cabot Lodge, "Our Blundering Foreign Policy," *Forum* 19 (Março de 1895), p.8, 12.

15 Ver, por exemplo, a carta do Deputado do Texas Thomas Paschal a Olney, 23 de outubro de 1895, Olney Papers, LC.

16 William L. Scruggs, *The Colombian and Venezuelan Republics, with Notes on Other Parts of Central and South America* (Boston: Little, Brown, 1900), p.296-8; a resolução está em 28 Stat. 971.

17 Cleveland a Don Dickinson, 20 de março de 1895; Cleveland a E. C. Benedict, 9 de junho de 1895, Rolos 89-90, Cleveland Papers, LC.

18 Cleveland a Olney, 7 de julho de 1895, Rolo 59, Olney Papers, LC. Embora Cleveland indicasse que "tenho algumas sugestões a fazer. Sempre tenho," o rascunho de Olney é quase idêntico à versão final enviada a Londres.

19 Olney a Bayard, 20 de julho de 1895, FRUS 1895, vol.1, p.542-76.

20 Bayard a Olney, 9 de agosto de 1895, Despachos da Grã-Bretanha, NA M30/R170.

21 Chamberlain a Salisbury, 4 de setembro de 1895, reimpresso em J. A .S. Grenville, *Lord Salisbury and Foreign Policy: The Close of the Nineteenth Century* (Londres: Athlone Press, 1964), p.63.

22 A réplica de Salisbury veio na forma de duas instruções ao ministro britânico Sir Julian Pauncefote, ambos datados de 26 de novembro de 1895 e reimpressos em FRUS 1895, pt.1, p.563-76.

23 *British Parliamentary Papers, volume 15: United States of America* (Shannon: Irish University Press, 1971), p. 877, 885.

- 24 A mensagem de Cleveland ao Congresso está em *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.655-658; a lei autorizando a comissão está em 20 Stat. 1; os debates no Congresso estão em *Congressional Record*, 18 de dezembro de 1895, p.234-235 (Câmara) e 19 de dezembro de 1895, p.240-7, 255-65 (Senado).
- 25 Theodore Roosevelt, "Letter to the Editors," *Harvard Crimson*, 7 de janeiro de 1896; Cleveland a Roosevelt, 26 de março de 1896, em *Letters of Grover Cleveland*, p.434.
- 26 Cleveland a Bayard, 29 de dezembro de 1895, Rolo 92, Cleveland Papers, LC.
- 27 John Bassett Moore a William L. Wilson, 10 de dezembro de 1895, Cleveland Papers, LC.
- 28 Bayard a Gresham, 21 de março de 1894, Press Copy Book, series 2, volume 1, p.347. A tinta escorreu através do papel deixando apenas umas poucas palavras da carta legíveis. Para a crítica de Olney ao favorecimento da Inglaterra por Bayard, ver Olney a Joseph Chamberlain, 28 de setembro de 1896; Olney a Maurice Low, 20 de novembro de 1899, ambos em Olney Papers, LC.
- 29 Cleveland a Bayard, 29 de dezembro de 1895, Rolo 92, Cleveland Papers, LC.
- 30 Bayard a Cleveland, 11 de maio de 1895 e 18 de julho de 1895. Cleveland Papers, LC; Bayard a Gresham, 28 de dezembro de 1893, Gresham Papers, LC; memorando de conversa de Bayard com Lord Kimberley, 23 de novembro de 1894, Bayard Papers, LC.
- 31 Bayard a Cleveland, 4 e 18 de dezembro de 1895, Cleveland Papers, L.C.; Bayard a William L. Putnam, 25 de janeiro de 1896, Bayard Press Copy Book, vol.3, Bayard Papers, LC.
- 32 Cleveland a Olney, 3 de dezembro de 1895, Cleveland Papers, LC.
- 33 Bayard a Olney, 13 de janeiro de 1896, Olney Papers, LC.
- 34 Olney a Bayard, 28 de janeiro de 1896, Bayard Papers, LC.
- 35 Olney a Bayard, 22 de janeiro de 1896, Olney Papers, LC.
- 36 White a Olney, 17 de junho de 1896, Olney Papers, LC.
- 37 "Preliminary Statement of Great Britain, February 1896," em Grã-Bretanha, Foreign Office, *British and Foreign State Papers, 1895-1896*, vol.88 (Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1900), p.1315.
- 38 Em acréscimo à mensagem original de Olney à Inglaterra, ver Olney a Bayard, 22 de janeiro de 1896, Olney Papers, LC.
- 39 Olney a Pauncefote, 13 de julho de 1896, em FRUS 1896, p.253-54.
- 40 Hay a Olney, 31 de julho de 1896, Olney Papers, LC.
- 41 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.722.
- 42 Storrow a Olney, segunda-feira [sem outra data, mas provavelmente dezembro de 1896], Rolo 25, Olney Papers, LC.
- 43 George C. Worth e George H. Knott, "The Venezuela Boundary Arbitration," *American Law Review* 31 (julho-agosto 1897), p.485.
- 44 Cleveland, *Presidential Problems*, p.256.
- 45 Memorando de Bayard, sem data, fevereiro de 1896, Bayard Papers, LC.



## **o estabelecimento do império: cuba e a guerra contra a espanha**

A aceitação de um protetorado prático sobre Cuba me parece o mesmo que assumir a responsabilidade de um hospício.

*Ministro Stewart Woodford, 1898*

A guerra de Cuba pela independência chegou aos Estados Unidos exatamente quando William McKinley formava seu gabinete, mas ninguém sabia ao certo o que o novo Presidente pensava a respeito da ilha caribenha que John Quincy Adams certa vez declarara “de transcendental importância para os interesses comerciais e políticos de nossa União.” Poucas semanas após a eleição de 1896, o Senador Henry Cabot Lodge perguntou a McKinley sobre a ilha. Cuba “está muito presente em minha mente”, ele respondeu. Lodge relatou a Theodore Roosevelt que “Ele gostaria que a crise viesse neste inverno e fosse acertada de uma maneira ou de outra antes de assumir as rédeas.”<sup>1</sup>

McKinley devia saber que esta esperança era irrealista, pois a ilha sempre estivera tumultuada. Se pedissem a Hamilton Fish para identificar o problema mais incômodo que enfrentou durante seus oito anos como Secretário de Estado de 1869 a 1877, ele quase certamente teria mencionado Cuba, onde uma guerra de dez anos pela independência irrompeu antes da eleição de Grant em 1868, quando o jovem McKinley estava começando sua carreira de advogado em Ohio. Já nessa data, os problemas de instabilidade revolucionária – danos incidentais à propriedade de cidadãos americanos e complicações com a marinha mercante dos EUA – eram exacerbados pela proximidade de Cuba com os Estados Unidos. Fish mal conseguira aquecer a cadeira da secretaria de Estado, quando começou a receber notas formais da Espanha, queixando-se da “partida de várias expedições de filibusteiros em plena luz do dia, sem serem molestados, de Nova York e outros portos federais.”<sup>2</sup> A façanha mais impudente dos rebeldes foi comprar um

vapor dos EUA, o *Virginius*, que, com sua tripulação dos EUA, esgueirou-se pelo Caribe por dois anos, transportando contrabando para os rebeldes. Quando finalmente capturados pelos espanhóis em outubro de 1873, o capitão do navio e trinta e seis membros da tripulação foram sumariamente executados junto com dezesseis revolucionários, desencadeando uma reação tão velha quanto a república: com lágrimas num olho e fogo no outro, os amigos e parentes dos marinheiros mortos caíram sobre seus representantes no Congresso, exigindo vingança e compensação. Estimulados por esta pressão de seus constituintes, membros do Congresso sugeriram desde uma declaração de guerra até uma investigação completa. No caso do *Virginius*, como em outros, coube ao Departamento de Estado conduzir a investigação de rotina e preparar duas mensagens especiais sobre Cuba que o Presidente usou para apaziguar o Congresso. Não surpreendentemente, o Secretário Fish concluiu no fim de seu mandato que laços estreitos com Cuba seriam uma “calamidade sem atenuações.”<sup>3</sup>

Como esta era uma guerra que duraria dez anos e o mandato de Fish era de apenas oito anos, ele deixou o problema para o seu sucessor, William Evarts. Como Fish, Evarts nunca convenceu Madri de que a administração Hayes estava fazendo o que podia para conter os flibusteiros. Cuba saiu do foco dos refletores políticos de Washington quando a rebelião entrou num período de arrefecimento em 1878. Irrupções esporádicas de violência continuaram a ocorrer, todavia, e as sucessivas administrações se depararam com a necessidade de acolher as reclamações de cidadãos dos EUA cujos interesses eram prejudicados pelo prolongado conflito.

No curso desta atividade diplomática, funcionários em Washington regularmente recebiam informações de cônsules dos EUA em Cuba, que em sua quase totalidade não gostavam e desconfiavam tanto dos cubanos como dos espanhóis. Em 1883, por exemplo, quando a administração Arthur começou a negociar um acordo comercial com a Espanha para o comércio com Cuba e Porto Rico, o Cônsul dos EUA, Adam Badeau, recomendou o maior cuidado. Ele descreveu a “submissão da ilha a uma tirania financeira e comercial sem igual no mundo atual pela sua rapinagem, iniquidade e severidade, e dificilmente rivalizada em todos os longos anais do despotismo colonial.” Esta tirania, por sua vez, levava à “miséria e angústia de todos, condenados à pobreza e ruína,” e a revolta era a conseqüência – “a canga que pesa sobre os pescocões...despertou novamente o sentimento de rebelião.” Badeau era, não obstante, um entusiasta das “sedutoras oportunidades” que Cuba oferecia a comerciantes dos EUA, embora ele advertisse que as autoridades coloniais espanholas, “movidas por uma combinação de malevolência, ciúmes e cupidez egoísta, fazem com persistência tudo em seu poder para ultrajar e prejudicar cidadãos americanos, navios americanos, marinheiros americanos e o comércio americano.” Como os residentes nativos eram dificilmente melhores que seus opressores espanhóis, Badeau aconselhava contra a anexação, sugerindo, ao invés disto, que o comércio poderia remediar o atraso de Cuba: ele iria “estender ao país e a seus habitantes as

vantagens do contato com a civilização mais elevada, a maior energia e a moralidade mais pura da América.”<sup>4</sup>

A descrição que Badeau fazia da Cuba espanhola era típica de muitas outras recebidas em Washington durante as décadas após a Guerra Civil dos EUA, e elas quase certamente contribuía para a visão oficial da Cuba espanhola, uma visão que, primeiro Cleveland e depois McKinley, utilizariam para interpretar uma nova revolta de grandes dimensões que irrompeu no início de 1895. As notícias desta vez vinham não de Cuba, mas de Nova York, o quartel-general do partido revolucionário cubano, que lançara o apelo pela Independência. Em abril, Antonio Maceo, José Martí e Máximo Gómez haviam retornado para liderar a luta contra as autoridades espanholas, e desta vez os rebeldes pareciam ter conseguido o apoio de grande número de cubanos, muitos dos quais haviam sido afetados por uma severa recessão causada por uma queda no preço do açúcar.<sup>5</sup> Começando na extremidade leste da ilha, a revolta logo espalhou-se para as províncias cubanas de Camagüey e Las Villas, o coração da economia açucareira cubana. No fim do ano, a rebelião havia se espalhado através da ilha.

No final de 1895, a atenção do Presidente Cleveland e do Secretário de Estado Olney estava centrada na disputa fronteiriça venezuelana, e a reação inicial dos EUA à rebelião cubana foi simplesmente emitir duas advertências pro forma aos flibusteiros. Mas, em setembro, Olney foi abordado por “um dos maiores proprietários de terras de Cuba, um homem de grande riqueza, que empregava em suas propriedades cerca de oitocentas pessoas, um cidadão americano,” e o Secretário de Estado escreveu ao Presidente Cleveland um longo memorando indicando simpatia pelos revoltosos. Olney argumentava que os rebeldes “tinham o direito de pedir, creio eu, que nos informemos sobre a questão, se eles são meramente bandos de bandidos irregulares, ou se são uma porção substancial da comunidade revoltando-se contra condições intoleráveis e procurando, sinceramente e com boa fé, o estabelecimento de uma melhor forma de governo.”<sup>6</sup>

Então, no início de 1896, quando os ingleses expressaram a disposição de negociar um fim para a disputa fronteiriça venezuelana, Olney ficou livre, por sua vez, para voltar toda sua atenção para Cuba. Em abril ele presenteou os espanhóis com uma longa nota, descrevendo o efeito desintegrador do conflito sobre os interesses econômicos dos EUA e os perigos enfrentados por cidadãos dos EUA vivendo em Cuba. Alertando que “os Estados Unidos não podem contemplar com complacência outros dez anos de insurreição cubana,” Olney polidamente sugeria que os espanhóis permitissem autonomia limitada. A resposta espanhola foi conciliatória, expressando a disposição de Madrid “de adotar tais reformas conforme possam ser úteis ou necessárias,” mas apenas “assim que a submissão dos revoltosos seja um fato consumado.” O enviado da Espanha observou tacitamente que isto poderia ocorrer mais rapidamente se “todo o povo dos Estados Unidos...parassem completamente de prestar ajuda ilegal aos insurgentes.”<sup>7</sup>

Nesta altura, nem Cleveland nem Olney sabiam como proceder. Em julho de 1896, três dias após a convenção do partido democrata ter rejeitado a lideran-

ça de Cleveland nomeando William Jennings Bryan para seu candidato presidencial, o Presidente, já em fim de mandato, escreveu a Olney respondendo a uma proposta de que os Estados Unidos adquirissem a ilha: “Seria absurdo para nós comprar a ilha e presentear a ao povo que a habita atualmente, e pôr o governo e administração em suas mãos.” Cleveland não indicava por que ele considerava isto absurdo, mas uma razão pode ter sido sua avaliação sobre os insurgentes cubanos. Dois anos mais tarde, com a irrupção da guerra, ele observava a Olney que eles eram “os mais desumanos e bárbaros cortadores de gargantas no mundo.”<sup>78</sup>

O Presidente aguardou até sua mensagem final ao Congresso para levantar novamente a questão. Após apresentar uma longa visão geral do conflito, Cleveland propôs uma solução (“uma medida de autonomia...embora preservando a soberania da Espanha”) e avisava que “não se pode supor razoavelmente que a atitude até aqui de expectativa dos Estados Unidos será indefinidamente mantida.” Ele deu duas razões para preocupação – a magnitude dos investimentos dos EUA em Cuba e o humanitarismo: “Quando a incapacidade da Espanha de lidar efetivamente com a insurreição tornou-se manifesta e está demonstrado que sua soberania está extinta...e quando uma luta sem esperança por seu restabelecimento degenerou numa disputa que não significa mais do que sacrifício inútil de vidas humanas e a completa destruição do próprio objeto do conflito, apresentar-se uma situação em que nossas obrigações para com a soberania da Espanha serão superadas por obrigações mais elevadas, que dificilmente podemos hesitar em reconhecer e cumprir.”<sup>79</sup>

A administração McKinley herdou, assim, o que havia se tornado (e permanecia) um problema crônico das relações EUA – América Latina, a instabilidade caribenha estava alcançando os Estados Unidos, prejudicando interesses econômicos do país e despertando preocupação humanitária. Então, como agora, esta era uma mistura volátil, e é indicativo do temperamento do Presidente McKinley que ele não tenha sido imediatamente empolgado pelo clamor por ação. Muito pelo contrário, ao escolher o idoso John Sherman como seu Secretário de Estado (para liberar uma cadeira no Senado por Ohio para Marcus Hanna), McKinley sinalizava que a política externa não iria ser sua prioridade máxima. Não fosse pelo ruidoso endosso de ativismo que havia sido escrito na plataforma republicana, um apostador bem informado no dia da posse teria apostado que a equipe de política externa de McKinley e Sherman, assessorada pelo confidente de McKinley, William Day – três nativos do Ohio com experiência de política externa extremamente limitada – seria bem menos ativa do que a de Cleveland e Olney.

Mas o novo Presidente aceitou a declaração de 1896 de seu partido de que “o governo dos Estados Unidos deve usar ativamente sua influência e bons ofícios para restaurar a paz” em Cuba. Pressionado pelo Ministro dos EUA, Stewart Woodford, no fim de 1897, o governo espanhol anunciou uma série de reformas, e McKinley respondeu com otimismo comedido, dizendo ao Congresso em sua primeira mensagem anual que a Espanha “deve ter uma oportunidade razoável...para provar a eficácia assegurada na nova ordem de coisas com a qual

está irrevogavelmente comprometida.”<sup>10</sup> Se as reformas falhassem, McKinley avisou, “outra ação dos Estados Unidos deverá ser levada a cabo.” Entretanto, mesmo nesta altura dos acontecimentos – poucos meses antes do afundamento do *Maine* – o Presidente foi claro em sua oposição à expansão: “Não falo de anexação pela força, pois isto não pode ser cogitado. Isto, pelo nosso código de moralidade, seria uma agressão criminosa.”<sup>11</sup> Referindo-se ao clamor por guerra, McKinley disse ao ex-Secretário de Estado John Foster que “essas pessoas terão uma visão diferente da questão quando seus filhos estiverem morrendo em Cuba de febre amarela.”<sup>12</sup>

Há duas explicações complementares para a guerra que logo viria, a despeito dos sentimentos de McKinley. Uma era o estado de espírito do público, que favorecia uma política externa mais agressiva, um estado de espírito criado por três grupos separados mas relacionados. O primeiro grupo eram os próprios republicanos de McKinley, pois como observara um jornal, logo antes da posse, “um partido que tem estado por quatro anos rugindo como um leão por uma guerra no estrangeiro pode não achar tão fácil mudar e levar a vida doce e submissa de um carneiro, mesmo nos verdes pastos do poder e dos favores políticos.”<sup>13</sup>

A atenção dos agressivos republicanos foi atraída para Cuba por uma nova força política, a comunidade cubana expatriada, liderada por uma junta baseada em Nova York, uma força ao mesmo tempo sofisticada e rude. A rudeza era demonstrada em seu *lobbying* direto, muito do qual era contraprodutivo, enquanto a sofisticação ficava evidente quando ela centrava suas energias na mídia, praticamente escrevendo as notícias para vários dos principais jornais. Uma das mais importantes destas reportagens explodiu nas manchetes num momento crítico no início de 1898, quando a junta destruiu a credibilidade do ministro espanhol em Washington, Enrique Dupuy de Lôme. O enviado havia mandado uma carta privada a um editor espanhol na qual ele caracterizava o Presidente McKinley como “fraco e posando para a admiração da multidão, além de ser um político alcoviteiro que tenta deixar a porta aberta atrás de si, enquanto fica em bons termos com os chauvinistas de seu partido.” Há várias explicações de como a carta foi parar nas mãos do conselheiro legal da junta, Horatio Rubens, mas não há dúvidas de que Rubens a entregou ao *New York Journal*, que publicou um fac-símile em 9 de fevereiro. Compreensivelmente ofendido pelas palavras de Dupuy de Lôme, McKinley exigiu a retirada do enviado, e Dupuy de Lôme imediatamente ofereceu sua renúncia. Em seqüência, a Espanha tinha apenas um encarregado em Washington, uma semana mais tarde, quando ocorreu o desastre do *Maine*.

O segundo grupo, ajudando a criar o estado de espírito do público para uma política externa dos EUA mais agressiva, era composto de editores e diretores de jornais da nação. Em 1896, os principais partidos já eram simpatizantes da independência cubana, e, portanto, o papel da imprensa era construir sobre este sentimento existente, intensificando a opinião pública numa febre de guerra durante uma era em que o jornalismo era dominado pelo sensacionalismo. A meca do novo jornalismo era Nova York; foi lá, em 1895, que um jovem californiano,

que acabara de converter o respeitável jornal de San Francisco, de seu pai, num tablôide inconsistente mas altamente lucrativo, comprou o moribundo *New York Journal* e imediatamente entrou em uma guerra de circulação com o *New York World* de Joseph Pulitzer. Do mesmo modo que Pulitzer, que nada tinha a aprender em matéria de sensacionalismo, a estratégia de William Randolph Hearst era ganhar o mercado da massa de leitores sem sofisticação, muitos deles imigrantes que estavam aprendendo inglês através dos jornais. Ele cortou o preço do exemplar pela metade, para um *penny*, contratou o melhor talento disponível,<sup>14</sup> passou a publicar notícias sensacionalistas pouco se importando com a precisão das reportagens que imprimia. Anos mais tarde, o Senador progressista George Norris afirmaria que os jornais de Hearst “espalhando-se como uma teia venenosa por todas as partes do país, constituem o sistema de esgotos do jornalismo americano.”<sup>15</sup>

Isto, porém, foi anos mais tarde. Agora, no final da década de 1890, Hearst estava apenas começando a desenvolver seu talento para transitar dentro e fora da área cinzenta entre verdade e fantasia, apenas começando a demonstrar que não havia baixeza jornalística diante da qual ele recuaría; para proteger seu mercado, Pulitzer (que fora o modelo de Hearst quando este transformou em sensacionalista o *San Francisco Examiner*) também tornou-se ágil em transitar e não recuar. Procurando material para excitar seus leitores, repórteres de ambos os diários logo fixaram seus olhares na guerra de independência de Cuba. Desde o início eles foram ajudados em grande escala pela junta em Nova York. Em suas memórias, o conselheiro legal da junta, Horatio Rubens, descreve como os repórteres iam todas as tardes ao seu escritório em busca de notícias; com o tempo, esses encontros vieram a ser conhecidos como o “clube do amendoim,” com Rubens fornecendo tanto os amendoins quanto qualquer informação sobre Cuba, verdadeira ou não, que a junta queria ver aparecer nos jornais.<sup>16</sup>

Foi deste modo que “a imprensa marrom” veio a ganhar sua reputação de exagero e sensacionalismo através de reportagens sobre a cruel opressão espanhola sobre os cubanos amantes da liberdade. Levou apenas uns poucos meses para Pulitzer, Hearst e um monte de concorrentes converterem a rebelião cubana numa moderna peça de moralidade, com relatos detalhados de batalhas encarniçadas, fictícias e reais, freqüentemente suplementadas por narrativas em primeira pessoa de autenticidade questionável, com o foco sempre sobre os atos particularmente pusilâmines dos espanhóis. Todos os artigos traziam um apelo implícito ou explícito aos funcionários em Washington para protegerem a honra da nação diante das indignidades espanholas. Um caso típico foi a cobertura dada a um episódio em que autoridades espanholas abordaram um navio com a bandeira dos EUA, o *Olivette*, quando ele se preparava para zarpar de Havana no início de 1897. Suspeitando que alguns dos passageiros levavam mensagens aos rebeldes, os espanhóis ordenaram que eles fossem revistados. Indignado com esta interferência na navegação dos EUA, o *Journal* irrompeu com uma manchete caracteristicamente incendiária – “Nossa Bandeira Protege Mulheres? Indignidades Praticadas por Funcionários Espanhóis a Bordo de Navios Americanos. Jovens Fi-

nas Despidas e Revistadas por Espanhóis Brutais Sob Nossa Bandeira no Olivete” – e presenteava seus leitores com um desenho de Frederic Remington no qual maliciosos funcionários espanhóis revistavam uma jovem cubana nua. Clamando por uma declaração de guerra, o repórter Richard Harding Davis escreveu que “a guerra é uma coisa assustadora, mas há coisas mais assustadoras, e uma delas é a desonra.”<sup>17</sup> O jornal concorrente *World* apareceu em seguida com uma das mulheres, que relatava ter sido revistada em intimidade por uma matrona, e, ao mesmo tempo, o Deputado por Nova York, Amos Cummings, havia submetido uma “Resolução de Inquérito na Câmara Relativo ao Alegado Desnudamento de Passageiras no Vapor Olivette.”<sup>18</sup>

Surgiu, então, o caso de Cisneros. Tratava-se de uma jovem cubana, Evangelina Cosío y Cisneros – “de apenas 18 anos de idade, culta, talentosa e linda” – que estava sendo mantida na notória prisão de Recojidas em Havana, “oprimida por resistir aos avanços ultrajantes de um selvagem em uniforme espanhol,” relatava uma publicação de Hearst.<sup>19</sup> A senhorita Cisneros era também filha de um líder rebelde. O *Journal* contava que seu encarceramento ocorria sob as mais opressivas condições imagináveis, e que ela estava lentamente afundando nos “últimos estágios do desespero.” Acusando a administração McKinley de se recusar a agir, em 1897 Hearst lançou sua própria campanha para salvar a senhorita Cisneros. A viúva de Jefferson Davis foi recrutada para enviar uma petição a Maria Cristina, a Rainha Regente da Espanha. Ao mesmo tempo, o *Journal* descobriu que Julia Ward Howe estava disposta a ajudar, e o jornal facilitou (e propagandeou) seu apelo ao Papa Leão, acabando por enviar-lhe uma petição assinada por vinte mil mulheres, inclusive a mãe do Presidente McKinley e a esposa do Secretário de Estado.

Quando esta estratégia não surtiu resultados rápidos, Hearst conseguiu que seu repórter de maior destaque em Havana arranjasse uma fuga da prisão, e, em 10 de outubro, o *Journal* irrompeu com esta manchete: “Evangelina Cisneros Resgatada Pelo Journal. Um Noticioso Americano Realiza De Um Só Golpe o Que a Burocracia da Diplomacia Não Conseguiu Realizar em Muitos Meses.” O jornalista, que contou a sua história da fuga no prefácio do livro da senhorita Cisneros, rapidamente publicou uma autobiografia, relatando: “Quebrei as grades de Recojidas e libertei a linda cativa do monstro Weyler...É uma ilustração dos métodos do novo jornalismo.”<sup>20</sup> O que ocorreu exatamente, provavelmente, nunca será revelado, mas é difícil acreditar que a fuga poderia ter sido bem sucedida sem a distribuição de dinheiro de Hearst entre as autoridades da prisão. Entretanto ela foi realizada, a jovem foi libertada, em seguida rapidamente removida do país para uma recepção de heroína em Nova York – um desfile com confete e serpentina pela Broadway, um comício-monstro, almoço no Delmonico’s com os mais proeminentes políticos de Nova York, e em seguida para Washington para um encontro com o Presidente. Nos dias seguintes o *Journal* dedicou ao caso de Cisneros 375 colunas impressas.<sup>21</sup>

Esta atividade toda chegou a afetar a opinião pública? Certamente é como um desfile com confete e serpentina em Nova York seria interpretado hoje, do

mesmo modo que os índices de leitores que indicavam o interesse do público. Ao publicar mais sobre atrocidades espanholas em Cuba, Hearst vendia mais, e suas reportagens (ao lado das de Pulitzer) eram reproduzidas por dúzias e dúzias de jornais em todo o país, muitos deles combinados nos primeiros conglomerados de mídia da nação, de propriedade de homens como Pulitzer e Hearst. Em Nova York, a circulação do *Journal* subiu de 30.000 em 1895 para 400.000 em 1897; e depois que o U.S.S. *Maine* afundou no porto de Havana, quando o *Journal* dedicou uma média diária de oito páginas à tragédia durante uma semana, o jornal de Hearst tornou-se o primeiro a vender um milhão de exemplares num só dia. Funcionários públicos, sem dúvida, sabiam que o caso Cisneros, como muitos outros, havia sido fabricado quase inteiramente pela imprensa, mas não era esta a questão. A questão, como o Senador Orville Platt observava já em 1895, era que tudo isso estava afetando a opinião pública: “os absurdos do jornal sobre o que está acontecendo lá, embora publicados num dia e contraditos no outro, parecem agitar a agressividade nas mentes das pessoas.”<sup>22</sup> Esta afirmação foi suficiente para encorajar ação em Washington. O Presidente McKinley tinha forte aversão pela imprensa marrom, cuja maior parte era de propriedade de democratas, mas o Senado quase clamou por guerra em consequência do caso do *Olivette*.

O terceiro grupo que procurava criar um estado de espírito público para uma política externa mais agressiva, era composto por políticos conhecidos coletivamente como “*jingo*,”\* que representavam os defensores nesta geração do *Destino Manifesto*, revestidos pela linguagem moderna do darwinismo social. Liderados por Theodore Roosevelt, Secretário Assistente da Marinha de guerra de McKinley, e pelo Senador Henry Cabot Lodge, eles exerciam pressão constante por uma política externa mais agressiva e belicosa.

Inquieto, irrefletido e possuído de um insaciável desejo de proteger a masculinidade da nação, Roosevelt lutava com unhas e dentes contra qualquer proposta que pudesse amolecer as pessoas, chegando ao ponto de conceber a tarifa aduaneira como uma questão de caráter masculino: “Neste país a indulgência pernicioso na doutrina do livre comércio parece produzir inevitavelmente degeneração adiposa da fibra moral.” Para Roosevelt, a guerra era a maneira pela qual as civilizações superiores demonstravam sua superioridade, “empurrando” seus inferiores e deste modo aperfeiçoando a raça humana. Este darwinismo social pode ser explicação suficiente para a belicosidade de Roosevelt, mas é difícil ler sua correspondência e não concluir que alguma motivação adicional vinha da percepção de que a guerra oferecia uma oportunidade para ascensão pessoal. Em 1886, quando irromperam tumultos ao longo da fronteira mexicana enquanto Roosevelt, recém-enviuado, recuperava-se em seu rancho

\* O termo “jingo” era originalmente um eufemismo para “Jesus,” cunhado por adeptos da beligerância inglesa contra a Rússia em 1878, que diziam “por jingo” ao invés do blasfemo “por Jesus” numa canção chauvinista da época. Com o tempo, “jingo” veio a descrever qualquer pessoa favorável à expansão ou imperialismo.



no Território de Dakota, rapidamente escreveu a Lodge para pedir um favor: “Escrevi para o Secretário [da Guerra] Endicott oferecendo levantar algumas companhias de fuzileiros montados aqui para o caso de problemas com o México. Você me telegrafe rapidamente se a guerra se tornar inevitável?...Não tenho a menor idéia se vai haver algum problema; mas como minha oportunidade de fazer algo no futuro que valha a pena parece-me cada vez menor, pretendo agarrar qualquer oportunidade que reverta isto.”<sup>23</sup> Ao invés de torná-lo um reitor de universidade, como geralmente acontece com este tipo de pessoa, o destino fez de Roosevelt um político.

Líderes como Roosevelt dificilmente poderiam anunciar publicamente que a guerra constituiria um impulso em suas carreiras, mas eles podiam, e de fato argumentavam, que a guerra é a medida do caráter de uma nação. Em 1895, Roosevelt publicou um artigo fustigando os “tagarelas solenes” que pediam por uma solução pacífica para a disputa fronteiriça venezuelana: “Eles são inteiramente incapazes de sentir um frêmito de emoção generosa, ou o mais ligeiro latejo daquele pulso que dá ao mundo estadistas, patriotas, guerreiros e poetas, e que faz de uma nação mais do que um empecilho sobre a face da terra.” Para Roosevelt, “todas as grandes raças foram raças lutadoras, e o minuto em que uma raça perde suas virtudes combativas, então, não importa o que mais ela possa reter, não importa o quanto habilidosa em comércio e finança, e, ciência ou arte, ela perdeu seu direito ao orgulho em estar em igualdade com as melhores. A covardia numa raça, como num indivíduo, é um pecado imperdoável.”<sup>24</sup> Que isto não era simplesmente bravata de um político é corroborado por correligionários de Roosevelt, que brincavam entre si sobre seu compromisso com a guerra. Respondendo à sugestão de Roosevelt, em 1911, de que os Estados Unidos declarassem guerra contra o México, o Presidente William Howard Taft alertou o Secretário de Estado Knox, “a verdade é que ele acredita na guerra e deseja ser um Napoleão e morrer no campo de batalha. Ele tem o espírito dos antigos *Berserkers*.”<sup>25</sup>

Um freudiano argumentaria que Roosevelt apoiava a guerra porque ele era estimulado pelo ato masculino de disparar armas – armas grandes, com canos longos e firmes que ejaculavam com abandono selvagem quando disparadas. Ele fazia pontaria em qualquer “presa legal” durante a temporada de caça; de fato, é inteiramente possível que ele tenha matado mais animais do que qualquer outro cidadão dos EUA na história.<sup>26</sup> Em 1902, ele reconsiderou brevemente as implicações de seu passatempo, dizendo ao Congresso que “o morticínio insensível resultado da caça, que pode através de judiciosa proteção ser permanentemente preservada em nossas reservas nacionais para o povo como um todo, deveria terminar de uma vez.” Roosevelt logo mudou de idéia, contudo, e de 1909 a 1910 partiu para um ano de caçadas na África para celebrar o término de sua Presidência. Nesta ocasião escreveu a seu filho que “matei quatro bons leões além de dois filhotes; foi excitante, e você teria adorado. Também matei dois rinocerontes, ambos no ataque, um hipopótamo e duas girafas, além de vários antílopes, zebras e daí por diante.”<sup>27</sup>

A febre de guerra de Roosevelt era estimulada por seu amigo próximo Henry Cabot Lodge, que manteve uma cadeira no Senado, desde 1893 até sua morte, 31 anos depois. A principal contribuição de Lodge à política dos EUA do fim do século XIX foi legitimizar a discussão do *Destino Manifesto*. Ele lembrou os cidadãos dos EUA de sua orgulhosa herança “de conquista, colonização e expansão territorial inigualada por qualquer povo no século XIX,” e acrescentou: “Não devemos nos restringir agora...Nos interesses de nosso comércio e de nosso mais pleno desenvolvimento devemos construir o canal da Nicarágua e para a proteção desse canal e em prol de nossa supremacia comercial no Pacífico, devemos controlar as Ilhas Havaianas e manter nossa influência em Samoa. A Inglaterra coalhou as Índias Ocidentais de fortalezas que são uma ameaça constante ao nosso litoral Atlântico. Devemos ter entre aquelas ilhas ao menos uma forte estação naval, e quando o canal da Nicarágua estiver construído, a ilha de Cuba, ainda esparsamente colonizada e de fertilidade quase ilimitada, tornar-se-á para nós uma necessidade.”<sup>28</sup>

Por anos foi comum assegurar que toda essa pressão (uma tripla combinação de *lobbying* cubano, imprensa marrom e os jingoístas, partidários do *Destino Manifesto*) inflamou a opinião pública e deste modo arrastou um relutante mas decisivamente impotente McKinley para a guerra. Ninguém estava mais convencido desta explicação que o ex-Presidente Cleveland: “Me parece ser aquela velha história de bons motivos e intenções sacrificados a falsas considerações de condescendência e harmonia partidária. McKinley não é uma vítima de ignorância, mas de fraqueza amável e ambição política.”<sup>29</sup>

Como Louis Pérez demonstrou, contudo, o estado de espírito do público é provavelmente uma explicação incorreta ou ao menos incompleta para a guerra. Pérez enfatiza a preocupação da administração McKinley com o destino da estratégia e dos interesses dos EUA sob um governo cubano independente.<sup>30</sup> Como vimos, comerciantes dos EUA haviam desenvolvido um comércio substancial com a Cuba espanhola no século XVIII, e, no século XIX, os cubanos reuniram-se aos comerciantes norte-americanos num número significativo de investidores, de modo que o Presidente Cleveland não estava exagerando quando disse ao Congresso, em seu discurso de despedida de 1896, que “nosso atual interesse pecuniário em [Cuba] fica atrás apenas daquele do povo e do governo da Espanha.”<sup>31</sup> Cleveland voltou, então, a Princeton, e deixou que a administração McKinley se preocupasse com a segurança dos interesses dos EUA em Cuba.

Se tivessem consultado os arquivos, os funcionários da nova administração teriam visto que o Departamento de Estado vinha recebendo, há anos, informação nada promissora sobre os cubanos; em 1886, por exemplo, o Cônsul Adam Badeau havia caracterizado os residentes da ilha como “um povo heterogêneo e estranho, desacostumado ao republicanismo e muitos deles também à civilização e ao cristianismo.”<sup>32</sup> O fluxo desses despachos diplomáticos e comunicações de investidores privados aumentou significativamente quando a rebelião irrompeu em 1895, e a maior parte deles assegurava ou implicava que os rebeldes cubanos

eram radicais instáveis. O magnata do açúcar, Edwin Atkins descreveu o “lado insurgente” ao Secretário Olney como “o elemento negro associado a aventureiros do estrangeiro (dos quais há muitos) que estão atrás de poder ou ganho.”<sup>33</sup> Cleveland não precisava ser convencido, pois ele havia conhecido diretamente este radicalismo em seus contatos com expatriados cubanos; ele se queixava de ser “repetidas vezes ameaçado por homens e mulheres exaltados com calamidades medonhas que me atingiriam e aos meus filhos por causa de minha suposta inimizade à causa cubana.” McKinley, por sua vez, foi avisado por seu ministro na Espanha que a falta de educação dos cubanos, a população substancialmente não branca da ilha, suas exacerbadas divisões entre *Peninsulares* e *Criollos* e seu histórico de corrupção oficial indicavam a necessidade de controle dos EUA: “A aceitação de um protetorado prático sobre Cuba me parece o mesmo que assumir a responsabilidade de um hospício.”<sup>34</sup>

A solução deveria ser encontrada na divisão dentro da sociedade *criolla*. Como relatou o Cônsul Geral Fitzugh Lee, “os cubanos militares querem uma República Independente e os cidadãos cubanos inteligentes e educados desejam Anexação à nossa República.”<sup>35</sup> Ocorreu, então, que quando a revolução fugiu do controle (tanto da Espanha quanto da elite *criolla*) e McKinley sentou-se para escrever sua mensagem de guerra, seu enfoque foi sobre desalojar os espanhóis e controlar os revolucionários. Isto, argumenta Pérez, é o que o Presidente quis dizer quando escreveu que agia em defesa de “interesses americanos em perigo” e da necessidade de “assegurar na ilha o estabelecimento de um governo estável, capaz de manter a ordem e observar suas obrigações internacionais.”<sup>36</sup>

Esta mensagem, contudo, estava ainda alguns meses no futuro. No fim de 1897 e início de 1898, houve intensas manobras diplomáticas, boa parte das quais centrava-se em pressionar a Espanha a vender Cuba aos Estados Unidos. Nesse momento, a administração também tomou a precaução de sondar como as potências européias poderiam reagir se os Estados Unidos declarassem guerra. O novo enviado de McKinley à Espanha relatou “que a maioria dos ingleses, franceses e alemães vêem Cuba como dentro da zona legítima de influência americana e não estariam inclinados a indignar-se com alguma ação dos Estados Unidos que fosse justa, humana e coadunada com os propósitos progressistas da civilização moderna.” Mais tarde, Lord Balfour disse ao Embaixador John Hay que “nem aqui nem em Washington o Governo Britânico propôs dar quaisquer passos que não fossem aceitáveis para o Governo dos Estados Unidos.”<sup>37</sup>

Com o prosseguimento do diálogo diplomático EUA-Espanha, no início de 1898 os espanhóis inauguraram um novo governo reformista que incluía autonomia substancial. Os conservadores de Havana protestaram, e o Cônsul Geral Fitzugh Lee relatou esse protesto em linguagem incendiária: “Multidões, lideradas por militares espanhóis, atacaram hoje as sedes de quatro jornais que defendem a autonomia.”<sup>38</sup> Depois de Lee enviar diversos cabogramas semelhantes, inclusive um sugerindo que “navios devem ser enviados” porque “a excitação e a incerteza predominam por toda parte,” McKinley decidiu deslocar o navio de

guerra *Maine* de Key West para o porto de Havana. Ele chegou em 25 de janeiro e esteve ancorado até a noite de 15 de fevereiro, quando uma explosão rasgou o casco do navio, mandando-o ao fundo do porto e causando a morte de 260 marinheiros dos EUA. Além de ser uma tragédia humana, o afundamento do *Maine* provou ser um desastre diplomático da maior magnitude. Ele quebrou a resistência daqueles que faziam frente às pressões de flibusteiros e lobistas cubanos, de Hearst e Pulitzer, de Roosevelt e Lodge.

O Presidente McKinley imediatamente designou uma comissão da marinha para investigar a causa da explosão. Enquanto ela examinava o desastre, a imprensa aticava a opinião pública em brasas para criar chamuscas. “O País Inteiro Arde em Febre de Guerra,” trombeteava o *Journal*, enquanto o diário de Pullitzer trazia a manchete: “Febre de Guerra Emergindo das Provas do *World*.”<sup>39</sup> O Senador Orville Platt queixava-se numa carta a um amigo que “aqueles que têm clamado por liberdade e autonomia e guerra, formaram um estado de espírito no país de que algo deve ser feito, e rapidamente, para mudar a condição das coisas em Cuba, e eu acho que o Congresso acredita que este sentimento é mais forte e mais geral do que realmente é.”<sup>40</sup> Mergulhado numa fúria absoluta, o Secretário Assistente de Estado Roosevelt contribuiu para a histeria. “Pessoalmente não posso compreender como nosso povo pode tolerar a infâmia abominável dos últimos dois anos de domínio espanhol em Cuba; e, mais ainda, como eles podem tolerar a destruição traiçoeira do *Maine* e o assassinato de nossos homens! Sinto isto tão profundamente, que é com grande dificuldade que posso me conter.”<sup>41</sup>

Foi nesta atmosfera carregada que o Presidente McKinley enviou o relatório da Marinha ao Congresso. Nele constava que a explosão “pode apenas ter sido produzida por uma mina situada sob o fundo do navio.” O Presidente disse ao Congresso “que o navio foi destruído pela explosão de uma mina submarina.”<sup>42</sup> Apenas anos mais tarde ficou claro que os danos foram tão severos e a sujeira no chão do porto era tão densa que ninguém poderia estar certo do que havia acontecido. Um mergulhador relatou à Comissão de Inquérito que ele mergulhara com lama “na altura das axilas.” Quando indagado sobre sua visão, um outro mergulhador respondeu: “Posso enxergar bem quando a água está de alguma maneira limpa, mas esta água não é limpa. Não se pode enxergar além de um pé ou dezoito polegadas à frente.” Finalmente, o buraco principal foi localizado, mas os mergulhadores tiveram dificuldades em inspecioná-lo: “Eles dizem que a lama é tão profunda que lhes seria impossível andar no fundo.”<sup>43</sup>

Talvez porque esses detalhes do inquérito da Marinha não foram tornados públicos na época, ou talvez porque a mensagem do Presidente soa tão definitiva, ninguém sugeriu que os Estados Unidos fizessem uma pausa para se certificar do que havia acontecido. A suspeita de um encobrimento tornou-se uma proeminente questão partidária após a guerra, contudo, e os democratas exigiram um segundo exame do naufrágio; eles foram apoiados por grupos de veteranos que queriam dar aos mortos um enterro apropriado e pelos engenheiros do porto de Havana que queriam livrar seu porto dos destroços. A Marinha, inicialmente

te, recusou-se a discutir a revisão de um caso encerrado, mas de 1912 a 1913, logo após os democratas recuperarem a Casa Branca, o *Maine* foi erguido e reexaminado. Na época, nenhum relatório foi enunciado para contradizer a opinião da Marinha em 1898, e para se assegurar de que os democratas não tivessem acesso a nenhuma outra prova, em março de 1913 a Marinha rebocou o que restara do navio para águas profundas a quatro milhas da costa cubana e afundou-o. Anos mais tarde, o legendário e independente Almirante Hyman Rickover preparou um estudo elaborado usando as fotografias detalhadas e outros dados obtidos em 1912 e 1913. Ele concluiu que “com toda probabilidade, o *Maine* foi destruído por um acidente que ocorreu dentro do navio...O que aconteceu? Provavelmente um incêndio no bunker A-16.” “Não há provas de que uma mina tenha destruído o *Maine*.”<sup>44</sup>

O estudo de Rickover foi publicado em 1976; em 1898 ninguém contradisse McKinley e a Marinha, que atribuíram firmemente a responsabilidade a uma mina submarina. Com isto, a sorte estava lançada. “Não tenho dúvida alguma que a guerra teria sido evitada se o *Maine* não tivesse sido destruído no porto de Havana,” escreveu o Senador Shelby Cullom em suas memórias. “O país nos forçou a ela depois daquela terrível catástrofe.” O Senador Platt concordava: “quando, por acidente ou desígnio, o bom navio *Maine*, com seus marinheiros americanos a bordo, voou pelos ares, e seus marinheiros encontraram um túmulo no porto de Havana, não havia poder na terra que pudesse impedir a guerra.” Mesmo os democratas estavam dispostos a lutar, com o adversário de McKinley de 1896, William Jennings Bryan, assegurando que “a hora da intervenção chegou. A humanidade exige que façamos algo.”<sup>45</sup>

Declarando que “as presentes condições em Cuba constituem uma ameaça constante à nossa paz,” em 11 de abril McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo “em nome da humanidade, em nome da civilização, em prol dos interesses americanos ameaçados que nos dão o direito e o dever de falar e agir, a guerra em Cuba deve cessar.” Ele pediu ao Congresso que lhe desse o poder de usar a força militar “para assegurar uma completa finalização das hostilidades.”<sup>46</sup> O Congresso debateu por oito dias antes de chegar a uma breve mas complexa resolução conjunta que autorizava o Presidente a desalojar os espanhóis. A resolução afirmava, na emenda Teller, que “os Estados Unidos, pela presente, abrem mão de qualquer disposição ou intenção de exercer soberania, jurisdição ou controle sobre a dita ilha, exceto para pacificação, e afirma sua determinação, de quando isto estiver cumprido, deixar o governo e o controle da ilha para seu povo.”

Não há dúvida de que o Senador pelo Colorado, Henry Teller, propôs sua resolução antianexação basicamente para assegurar que os interesses do açúcar de beterraba do Oeste nunca teriam que enfrentar competição cubana “doméstica.” Quatro anos antes, em 1894, ele havia sido um arquie expansionista, dizendo a seus colegas no Senado que apoiava a anexação do Havá, Canadá e Cuba. Mas isto foi na véspera do *boom* do açúcar de beterraba no Oeste, e logo Teller esta-

va se opondo firmemente à anexação de terras adequadas para a produção de açúcar. No final de 1903, ele liderou a luta contra a proposta de Roosevelt de garantir tarifas preferenciais para Cuba.<sup>47</sup> A resolução de guerra de McKinley veio exatamente entre estas duas datas, e Teller estava, então, quase certamente interessado em proteger o grupo que ele representava. Contudo, ele era também inconstante politicamente, tendo mudado de partido ao menos três vezes durante sua longa carreira, como um paladino dos oprimidos: ele apoiou o sufrágio feminino anos antes da maioria dos outros políticos; opôs-se à tomada do Panamá por Roosevelt em 1903; e ficou especialmente revoltado com a luta dos EUA contra os nacionalistas de Aguinaldo nas Filipinas. Assim, embora o protecionismo quase certamente desempenhasse um papel na motivação de Teller (como talvez o *lobbying* da Junta de Nova York),<sup>48</sup> é igualmente possível que ele e outros antiimperialistas tenham ouvido o suficiente dos adeptos do *Destino Manifesto* para temer que eles aproveitariam qualquer oportunidade para anexar a ilha.

Como os próprios republicanos estavam divididos quanto à redação da resolução de guerra proposta, ela foi deliberadamente confusa – quase, mas não inteiramente, equivalendo a um reconhecimento de independência. Esta redação representava uma tentativa de conciliar a diferença de opinião entre aqueles que, como os Senadores Foraker e Lodge, argumentavam pelo reconhecimento, e aqueles que, como o Secretário Assistente de Estado Alvey Adee, alegavam que a intervenção humanitária era preferível ao franco reconhecimento, porque, então, “nós estaríamos livres, se bem sucedidos, para ditar os termos de paz e controlar a organização de um governo independente em Cuba.”<sup>49</sup> Esta divisão deu a Teller e a seus colegas pró-açúcar, antianexação, a oportunidade de inserir sua emenda na resolução de guerra. Assim fazendo, eles garantiam que os Estados Unidos deixariam passar a oportunidade de adquirir Cuba.

Em 21 de abril, o dia seguinte após a assinatura pelo Presidente McKinley da resolução conjunta, os espanhóis informaram o Ministro dos EUA Woodford que consideravam a assinatura de McKinley uma declaração de guerra. Em 22 de abril, McKinley declarou o bloqueio de Cuba e, em 25 de abril solicitou ao Congresso e recebeu imediatamente uma declaração formal de guerra retroativa a 21 de abril.

Foi, como observaria John Hay, “uma esplêndida pequena guerra.”<sup>50</sup> A esquadra do Pacífico do Almirante Dewey rumou despercebida para o porto de Manila na noite de 30 de abril e, quando o dia raiou, ele disse a Gridley, o capitão de sua nau almirante, para atirar quando estivesse pronto. Depois de várias horas de bombardeio, a batalha foi interrompida por três horas para o café da manhã, sendo em seguida retomado por mais uma hora. Na hora do almoço, Dewey havia destruído o controle da Espanha sobre as Filipinas. Foi preciso mais dois meses para as tropas dos EUA se agruparem no sudeste de Cuba, mas assim que elas chegaram, a vitória veio rapidamente. Em 1 e 2 de julho, cerca de 15.000 soldados dos EUA, inclusive Roosevelt em seu uniforme feito sob medida no *Brooks Brothers*, derrotaram cerca de 2.000 soldados espanhóis em San Juan Hill

e na aldeia de El Caney a poucas milhas ao leste de Santiago; em 3 de julho a franzina flotilha do Almirante Pascual Cervera foi destruída ao tentar escapar de Santiago. Esses três dias de combate encerraram a resistência espanhola, e Santiago capitulou em 17 de julho. As baixas dos EUA foram leves (cerca de 300 mortos e menos de 1.500 feridos), os cidadãos em casa ficaram jubilosos e Theodore Roosevelt estava na rota para a Casa Branca.

O armistício que foi assinado em Washington, em 12 de agosto, exigia que a Espanha abrisse mão de sua soberania sobre Cuba (sem especificar para quem), cedesse Porto Rico e Guam aos Estados Unidos e permitissem aos EUA a ocupação de Manila até a negociação de um tratado de paz, que determinaria o controle das Filipinas. Uma conferência de paz começou em Paris em 1 de outubro, e um tratado foi assinado em 10 de dezembro. Ele declarava que Cuba “deve, com a retirada da Espanha, ser ocupada pelos Estados Unidos,” confirmava a cessão das outras ilhas mencionadas no armistício e transferia a soberania sobre as Filipinas para os Estados Unidos em troca de \$20 milhões.<sup>51</sup>

Excluídos de todas as negociações, os Cubanos tinham agora uma condição incerta. Até essa época, Henry Cabot Lodge havia sido favorável a que se permitisse aos cubanos que assumissem no lugar dos espanhóis, observando em 1896 que “os funcionários do governo provisório são cubanos, brancos, e de boa família e posição. Entre os principais oficiais militares há apenas três de sangue negro.”<sup>52</sup> Em geral, os cubanos haviam recebido ampla aprovação nos Estados Unidos por sua luta tenaz de três anos contra os espanhóis, mas uma vez que as forças dos EUA desembarcaram, houve apenas uma tentativa inicial de cooperação militar, quando o Exército dos EUA enviou o Tenente Andrew Rowan para encontrar-se com o General Calixto García em Bayamo. García concordou em fornecer fogo de cobertura se necessário durante o desembarque dos EUA a leste de Santiago, mas além disso não houve atividade conjunta. Os participantes dos EUA nunca contaram que sua vitória foi tornada incomensuravelmente menos difícil porque os rebeldes haviam comprometido quase todos os 200.000 soldados espanhóis na ilha.

Com o fim da luta, o comandante do Exército em Santiago, William Shafter, relatou que os rebeldes agora queriam assumir o controle de Cuba. “O problema com o General García era que ele esperava ser colocado no comando do lugar; em outras palavras, que entregaríamos a ele a cidade. Expliquei claramente a ele que estávamos em guerra com a Espanha e que a questão da independência cubana não poderia ser considerada por mim.”<sup>53</sup> O General Shafter emitiu, então, uma ordem excluindo os insurgentes da cidade de Santiago em Cuba, e apenas em 23 de setembro foi permitido que o General García entrasse com seus soldados, desta vez como um convidado do Exército dos EUA, que escoltou os cubanos em seu desfile simbólico de vitória, marchando, então, de volta para fora da cidade.

Mesmo antes da luta, o Secretário de Estado Day (o idoso Sherman havia tido que se aposentar) escrevera ao Presidente sobre sua esperança de que os cubanos “possam se revelar mais ordenados e menos inclinados a mergulhar em

Guerra civil e banditismo do que se espera,” e em sua mensagem ao Congresso, em dezembro de 1898, o Presidente McKinley apoiou os antiimperialistas ao concordar em que “o governo espanhol deve ser substituído por um governo justo, benevolente e humano, criado pelo povo de Cuba.” Mas os funcionários dos EUA eram obviamente céticos em relação à capacidade dos cubanos para o auto – governo, e portanto McKinley acrescentava que “até haver completa tranquilidade na ilha e um governo estável empossado, a ocupação militar prosseguirá.”<sup>54</sup> Isto demorou até meados de 1902, e nos anos intermediários Cuba foi administrada pelo Departamento de Guerra dos EUA.

Uma razão para a demora de quatro anos é que boa parte do antigo sentimento antiimperialista dos democratas parecia ter desaparecido com a adesão de líderes do partido ao ao grupo do *Destino Manifesto* (os jingoístas), e isto levou alguns republicanos a acreditarem que seria possível revogar a Emenda Teller. Afinal, as fileiras democratas contavam com uma razoável quantidade de imperialistas, e já em 1884 a plataforma do partido se gabava do “grande número de homens com competência de estadista entre os democratas” e criticava os republicanos por limitar sua visão ao Alaska.<sup>55</sup> Agora, em 1898, se fosse para atribuir o título de “O Imperialista Mais Ativo da Guerra” a um líder político dos EUA, o segundo colocado atrás de Theodore Roosevelt poderia ser William Jennings Bryan, que apressou-se a colher resultados e queixou-se amargamente quando seu “Batalhão de Prata” de voluntários do Nebraska foi mantido fora dos combates. Do outro lado do partido democrata, o ex-Presidente Cleveland também fez de Cuba uma exceção a seu tradicional antiimperialismo; ele se opusera à guerra em 1898, mas em 1900 defendia um período de tutela que levaria em seguida a anexação da ilha: “Temo que Cuba deva ser submetida, por um tempo antes que possa constituir um estado ou território americano do qual estaremos particularmente orgulhosos.”<sup>56</sup>

Na medida em que existia uma oposição democrata ao imperialismo, ela parecia estar baseada no desejo de não incorporar os povos ingovernáveis das ilhas capturadas à União.<sup>57</sup> A plataforma democrata afirmava formalmente que “os filipinos não podem ser cidadãos sem pôr em risco nossa civilização; eles não podem ser súditos sem pôr em perigo nossa forma de governo; e como não estamos dispostos a desistir de nossa civilização nem de converter a República num império, somos a favor de uma imediata declaração do propósito da nação de dar aos filipinos, primeiro, uma forma de governo estável; segundo, independência; e terceiro, proteção contra interferência externa, tal como a que tem sido dada por quase um século às repúblicas da América Central e do Sul.” A plataforma republicana concordava: “É claro e certo que os habitantes do arquipélago das Filipinas não podem ser tornados cidadãos dos Estados Unidos sem pôr em risco nossa civilização.”

Havia um outro apoio amplamente não partidário ao antiimperialismo, e este também se centrava na questão das Filipinas, não em Cuba, pois era ali que o povo recusava-se a aceitar a ocupação dos EUA. Em casa, esta oposição estava



sendo articulada por Mark Twain, que passara quase toda a década de 1890 no estrangeiro, voltando para casa em 1900 como o autor mais popular da nação e de certo modo uma autoridade em relações internacionais. Numa entrevista a bordo de um navio, ele disse aos repórteres que “por mais que tenha me esforçado não consegui entender como fomos cair nessa enrascada [nas Filipinas]. Acredito que deveríamos agir como seus protetores – não tentar pô-los sob nossos tacões.” No ano seguinte, Twain escreveu que “nós convidamos nossos jovens limpos a empunhar um mosquete desacreditado e fazer o serviço de bandidos sob uma bandeira que os bandidos se acostumaram a temer, não a seguir; nós corrompemos a honra da América e enegrecemos seu rosto diante do mundo.”<sup>58</sup>

Theodore Roosevelt respondeu mais tarde pelos jingoístas da nação, afirmando que “a história pode seguramente ser desafiada a mostrar uma única instância em que uma raça senhorial como a nossa, tendo sido forçada pelas exigências da guerra a tomar posse de uma terra estrangeira, comportou-se com seus habitantes com o zelo desinteressado por seu progresso que nosso povo demonstrou nas Filipinas. Abandonar as ilhas, nesta altura, significa que elas recairiam num tumulto de anarquia assassina. Tal deserção do dever de nossa parte seria um crime contra a humanidade.”<sup>59</sup>

Mas isto aconteceu mais tarde; agora, em 1899, a administração McKinley estava preocupada com as conseqüências políticas de uma crescente revolta filipina, e esta preocupação afetava diretamente a política da administração em relação a Cuba. Em sua mensagem anual ao Congresso em dezembro, o Presidente relatou que as forças em terra nas Filipinas somavam agora cerca de 65.000, malgrado o fato de que nenhuma força havia sido necessária para desalojar os espanhóis, enquanto a militar em Cuba havia sido reduzida para 11.000. A última coisa que McKinley queria era lançar sua candidatura à reeleição com uma segunda rebelião em Cuba dominando as manchetes, e com seu adversário democrata (provavelmente Bryan) proferindo acusações de desobediência da emenda Teller – só Deus sabe o que o homem que havia tomado uma questão obscura como a livre cunhagem de prata e crucificado os republicanos numa cruz de ouro poderia fazer com uma questão como o imperialismo.<sup>60</sup> Equilibrando esta ameaça eleitoral da opinião pública havia a pressão daqueles que temiam uma retirada dos EUA, incluindo o poderoso produtor de açúcar Edwin Atkins, que escreveu ao Presidente em meados de 1899 que “o partido independente dos insurgentes (desejando livrar-se do controle americano) não representa nenhum interesse de propriedade enquanto classe, e seu controle dos negócios de Estado é igualmente temido pelos proprietários cubanos, espanhóis e estrangeiros.”<sup>61</sup>

McKinley, portanto, seguia bem no meio do caminho, advertindo contra “uma experiência precipitada que poderia trazer em si elementos de fracasso,” mas também dizendo ao Congresso no final de 1899 que a promessa da nação de independência cubana “é a obrigação mais honrada e deve ser mantida de forma sagrada.” Um censo estava sendo realizado em Cuba, relatou ele, e quando estivesse completo, poderiam ser realizadas eleições para o governo municipal. Após

o que, haveria “a formação de uma convenção representativa do povo para redigir uma constituição e estabelecer um sistema geral de governo independente para a ilha.”<sup>62</sup>

Entretanto, o Governador Geral Leonard Wood tinha sua própria política: ele estava tentando convencer os cubanos a tomarem a iniciativa e pedirem a anexação. Em meados de 1899, Roosevelt disse a Lodge: “Wood acha que não deveríamos prometer ou dar independência aos cubanos; que deveríamos governá-los com justiça e equidade, dando-lhes todas as oportunidades possíveis de progresso civil e militar, e que em dois ou três anos eles insistirão em ser parte de nós.” Dois meses mais tarde, Wood, um *Rough Rider*\*, escreveu a Roosevelt que com relação a Cuba era necessário “governo limpo, ação decisiva rápida e controle absoluto nas mãos de homens de confiança, estabelecimento de reformas legais e educacionais necessárias, não acredito que se possa soltar Cuba mesmo querendo.”<sup>63</sup>

Assim Cuba tornou-se um laboratório para reformas sociais progressistas, especialmente em saúde e serviço público. Alguns como Wood podem ter desejado essas reformas por outros motivos, mas elas foram, não obstante, substancialmente benéficas aos cubanos. Elas permanecem como um tributo aos aspectos positivos da ocupação dos EUA. Na política, os governadores militares foram menos competentes. Entre suas reformas malsucedidas, estava o desenvolvimento de uma força policial, um passo provocado originalmente pelo temor de desordem entre os soldados cubanos, que já não tinham mais o exército espanhol para combater. Cerca de um mês depois da queda de Santiago, o General Shafter escreveu a Washington que “o problema todo aqui é que não há nada para os homens fazerem no país. Este sofreu um retorno absoluto ao estado selvagem e tem que ser reconstruído e organizado.”<sup>64</sup> A resposta progressista era alistar estes ex-combatentes rebeldes do lado da lei e da ordem. Enquanto servia como governador militar na parte leste de Cuba, o General Wood havia criado a Guarda Rural, e logo após sua promoção a Governador Geral, ele e o Secretário de Defesa Elihu Root, desenvolveram planos para a criação de um exército liderado por oficiais dos EUA. Wood argumentava que “esses regimentos nativos incorporariam os espíritos bravios e incansáveis que foram engajados na guerra recente.” Root concordou, escrevendo ao Presidente McKinley que tal força “disporia de muitos homens cuja maior parte tenderia a criar problemas em Cuba, faria com que deixassem de se tornar possíveis bandidos e os educaria tornando-os americanos.”<sup>65</sup> Wood e Root não tinham idéia das conseqüências de suas ações.

Somente reformas políticas limitadas haviam sido implementadas até o fim de 1899, quando McKinley anunciou seu plano de transição para Cuba ao Congresso, foi quando o General Wood tentou convencer o Presidente a estender o período de transição, escrevendo que “o povo aqui, Sr. Presidente, sabe que

\* Cavaleiro de regimento voluntário organizado por Theodore Roosevelt durante a guerra com a Espanha de 1898. (N.T.)

ainda não está preparado para o autogoverno e aqueles que são honestos não procuram disfarçar este fato. Estamos avançando o mais rápido que podemos, mas lidamos com uma raça que foi continuamente rebaixada por cem anos e na qual temos que infundir vida nova, novos princípios e novos métodos de fazer as coisas. Este não é o trabalho de um dia ou de um ano, mas de um período mais longo.”<sup>66</sup> Resistindo ao adiamento, McKinley insistiu em resultados concretos antes da campanha para as eleições de outono nos EUA.

E assim Wood pôs mãos à obra. Sua primeira tarefa foi privar do direito de voto aquela parte da população cubana que estava muito decaída. O sufrágio ficou restrito aos cubanos natos de sexo masculino maiores de vinte anos que cumprissem um dos três seguintes requisitos: a capacidade de ler e escrever, a posse de propriedade imóvel ou pessoal no valor de \$250 ou mais, ou serviço militar nas forças insurgentes antes da queda de Santiago. Estas restrições eliminavam dois terços dos homens cubanos com mais de vinte anos de idade, e Root ficou especialmente satisfeito em saber que os cubanos natos eram mais numerosos que os espanhóis (um reflexo do temor existente de que os cubanos conservadores poderiam procurar a reanexação à Espanha) e que “os brancos eram bem mais numerosos que os negros” no eleitorado.<sup>67</sup> Os cidadãos remanescentes eram aqueles a quem Wood regularmente chamava de “o elemento decente” em Cuba, e Root pôde parabenizá-lo pelos progressos alcançados: “quando a história da nova Cuba vier a ser escrita, o estabelecimento de autogoverno popular, baseado em sufrágio limitado, excluindo uma proporção tão grande dos elementos que trouxeram a ruína ao Haiti e São Domingos, será visto como um evento da maior importância.”<sup>68</sup>

O Governador Geral Wood não estava disposto a permitir que mesmo este número limitado de cubanos determinasse quem deveria preencher os cargos públicos ou qual deveria ser a política pública. Em suas memórias, Edwin Atkins descreveu um esforço para frustrar o eleitorado: “Ao preparar a primeira eleição, o General Wood me chamou e pediu-me para usar minha influência no apoio de um homem muito respeitável que ele gostaria de eleger como alcaide de Cienfuegos. Eu chamei um dos *alcaldes de barrio* e lhe disse o que queria. Ele me disse para ficar tranqüilo; o homem que sugeri seria eleito. Perguntei-lhe como ele se propunha a consegui-lo. Ele disse que era simples; eles se apossariam das urnas eleitorais e destruiriam as urnas dos candidatos da oposição. Eu lhe disse que era uma idéia magnífica e digna da Tammany Hall. Não é preciso dizer que o candidato foi eleito.” De certa forma, esta manobra era desnecessária, pois como Wood informou McKinley, os governos municipais eram “sempre sujeitos ao veto do Governador Militar. Isto será necessário por algum tempo, pois o povo de muitas municipalidades são tão ignorantes como crianças quanto ao valor dos direitos dos quais abririam mão [a empresários privados] por pouco ou nada.”<sup>69</sup>

A sensatez da decisão de McKinley de pressionar pela independência cubana ficou aparente quando começou a campanha presidencial nos EUA. Em agudo contraste com os progressos em Cuba, a situação continuava a deteriorar nas

Filipinas, e em consequência disso a eleição de 1900 foi a única até então a centrar-se na questão do imperialismo – “o tema principal da campanha,” pode ser entendido na plataforma democrata. “Nós afirmamos que nenhuma nação pode permanecer por muito tempo meio república e meio império, e alertamos o povo americano que o imperialismo no estrangeiro levará rápida e inevitavelmente ao despotismo em casa.” Os democratas diziam aos eleitores que “não nos opomos à expansão territorial quando ela toma território desejável que pode ser erigido em estados na União, e cujos povos estão dispostos e são adequados a se tornarem cidadãos americanos,” mas no caso das Filipinas “somos inalteravelmente contrários a tomar ou comprar ilhas distantes a serem governadas fora da Constituição, e cujo povo não pode jamais se tornar um conjunto de cidadãos.” Quanto a Cuba, “exigimos o imediato e honesto cumprimento de nossa promessa ao povo cubano e ao mundo.”

Com relação às Filipinas, o Partido Populista\* era ainda mais veemente em seu antiimperialismo, acusando a administração McKinley de violar “os simples preceitos de humanidade. Assassinato e incêndios criminosos têm sido nossa resposta aos apelos do povo que pediu apenas para estabelecer um governo livre em sua própria terra.” O partido que defendia a Lei Seca lançava a acusação de que “enquanto nossas exportações de bebidas alcóolicas para Cuba nunca alcançaram \$30.000 em um ano antes da ocupação americana naquela ilha, nossas exportações dessas bebidas alcóolicas para Cuba durante o ano fiscal de 1899 alcançaram a soma de \$629.855.” A nação havia sido “humilhada, exasperada e mortificada, pelas provas dolorosamente abundantes, de que a política de expansão desta Administração está trazendo tão rapidamente seus primeiros frutos de embriaguez, insanidade e crime sob o sol quente dos trópicos.”<sup>70</sup>

Os republicanos respondiam que nada mais faziam nas Filipinas do que tentar “derrotar uma insurreição armada e conceder as bênçãos da liberdade e civilização a todas as pessoas recuperadas.” Em Cuba, “a independência e o autogoverno estavam assegurados na mesma voz pela qual a guerra foi declarada e...esta promessa será cumprida.” Numa disputa eleitoral que lentamente desviou-se da discussão do imperialismo para várias questões não relacionadas, inclusive sobre o velho fantasma da prata livre, os democratas perderam mais pesadamente do que em 1896. Aceitando a afirmação da plataforma democrata de que a eleição era um referendo sobre o imperialismo, os republicanos vitoriosos imediatamente

\* O partido Populista (*People's Party*) esteve em atividade entre 1891 e 1908, expressão dos pequenos fazendeiros do sul e do meio-oeste dos Estados Unidos que sofriam com a recessão econômica, no final do século XIX. Propunham controle estatal sobre o sistema comandado pelos grandes capitalistas: os *trusts*, banqueiros, empresários que controlavam os transportes, proprietários de silos, etc. Defendiam a eleição direta para os senadores e a regulamentação ou nacionalização das Cias. de Transportes. Propunham medidas inflacionárias como a “cunhagem livre de prata”, para que houvesse uma quantidade de dólares suficiente na praça. Faz parte de um movimento chamado nos Estados Unidos de “populismo”. (N.T.)

te reivindicaram um mandato para a ocupação de longo prazo das Filipinas, e para o arranjo muito especial que eles estavam prestes a impor sobre Cuba.

Quando o General Wood pôs em ordem a assembléia constituinte de Cuba em 5 de novembro de 1900, um dia antes da eleição presidencial nos EUA, ele informou seus membros que “será seu dever, primeiramente, delinear e adotar uma constituição para Cuba, e quando isto estiver feito, formular qual deveria ser, na sua opinião, as relações entre Cuba e os Estados Unidos.” Mesmo antes da guerra, o Presidente McKinley sugerira a necessidade de um relacionamento especial EUA-Cuba – “A nova Cuba ainda por se erguer das cinzas do passado deve estar ligada a nós por laços de singular intimidade” – mas o que exatamente aquilo implicava, prosseguia ele, “cabe ao futuro determinar com a maturidade dos eventos.”<sup>71</sup> O General Woods acreditava que a assembléia constituinte recém-instalada não era confiável para designar um relacionamento apropriado, pois a despeito de seus melhores esforços, o eleitorado cubano não conseguira selecionar muitos representantes dentre o “elemento decente.” Ele escreveu ao Secretário da Guerra Elihu Root que “eu esperava que eles enviassem seus melhores homens. Eles o fizeram em muitas instâncias, mas também mandaram alguns dos piores agitadores e patifes políticos de Cuba.” Mais pessimista era o relatório de Woods ao Senador Orville Platt, presidente da Comissão do Senado sobre Relações com Cuba: “o partido dominante da Convenção contém hoje provavelmente o pior elemento político da Ilha.”<sup>72</sup>

Dada a natureza da assembléia constituinte, Wood pressionou novamente por uma interrupção no processo de transição, dizendo ao Secretário da Guerra Root que os próprios cubanos “se dão conta de que muitos dos funcionários recentemente eleitos são inteiramente incompetentes...É minha opinião que nas próximas eleições municipais nós devemos tratar de conseguir uma categoria melhor de pessoas. Se não o fizermos, teremos que escolher [sic] entre estabelecer uma República Centro-Americana ou manter algum tipo de controle pelo tempo necessário para estabelecer um governo estável.”<sup>73</sup> Wood preocupava-se com o bem-estar dos espanhóis – pois eles controlavam “praticamente [todo] o comércio da ilha e é muito importante que lhes seja assegurado que não serão deixados aos caprichos de um governo despreparado.” Ele também estava preocupado com o destino dos cubanos ricos: “o elemento comercial, o elemento possuidor de propriedade privada quaisquer que possam ser seus sentimentos patrióticos, está muito relutante em ver uma mudança de governo, a menos que seja a anexação aos Estados Unidos.” O Senador Platt achava que a descrição de Wood da imaturidade política dos cubanos coincidia intimamente com seu próprio pensamento: “Em muitas coisas eles são como crianças.”<sup>74</sup>

Com o prosseguimento da ocupação dos EUA fora de questão, a tarefa diante de Platt, Wood, Root e os funcionários dos EUA que pensavam como eles, era vislumbrar um mecanismo através do qual os Estados Unidos pudessem dar independência formal, mas manter o controle sobre um povo que eles consideravam inadequado para o autogoverno. Para este fim, eles moldaram um docu-

mento específico, a Emenda Platt.\* Seu preâmbulo autorizava o Presidente “a deixar o governo e o controle da ilha de Cuba a seu povo assim que um governo tenha sido estabelecido sob uma constituição que, ou como uma parte disto ou numa ordem anexada a isto, deve definir as futuras relações dos Estados Unidos com Cuba substancialmente como se segue...” O cerne do “como se segue” era o Artigo 3, que restringia a independência do governo cubano concedendo aos Estados Unidos “o direito de intervir para...a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, propriedade e liberdade individual.”

Os outros sete artigos da Emenda restringiam severamente a autonomia da nova nação. O reflexo do temor dessa geração quanto a intervenção européia com a finalidade de cobrar dívidas não saldadas, era o Artigo 2 que estipulava que “o Governo não deve assumir qualquer dívida pública para cujo pagamento de juros os ganhos da Ilha possam ser inadequados.” Como escreveu Roote, “a preservação dessa independência por um país tão pequeno como Cuba, tão incapaz, como ele deverá sempre ser, de se opor pela força às grandes potências do mundo, deve depender do estrito desempenho das obrigações internacionais...e de nunca contrair qualquer dívida pública que nas mãos dos cidadãos de potências estrangeiras pode constituir uma obrigação que Cuba seria incapaz de cumprir.”<sup>75</sup>

O Artigo 7 estipulava que “o Governo de Cuba venderá ou arrendará aos Estados Unidos terras necessárias para postos de abastecimento de carvão ou navais em certos pontos específicos.” Em outros anos estas bases seriam justificadas pela necessidade de proteger as abordagens ao Canal do Panamá – mas isso foi mais tarde. Na época em que a Emenda Platt estava sendo redigida, o Secretário da Guerra Root indicou que o Artigo 7 era designado para controlar os cubanos:

Creio que é muito importante que os Estados Unidos tornem-se os verdadeiros proprietários da zona do porto para estações navais, não apenas em Guantánamo mas em Havana e, provavelmente, em alguns outros pontos da Ilha. Quando entregarmos o governo de Cuba em mãos cubanas, alguém terá que decidir que meios os Estados Unidos devem ter para exigir que o governo cumpra todas as obrigações de proteção de vida e propriedade da qual continuaremos ali como praticamente uma garantia para as outras potências civilizadas. Quando surgir essa situação será muito mais difícil para qualquer cubano objetar que os Estados Unidos continuem a ocupar sua própria propriedade de Cuba, mesmo considerando-se que tal ocupação em ambos os casos envolveria direitos tanto políticos como de propriedade. Por esta razão eu gostaria muito que a compra de Guantánamo pudesse ser feita.<sup>76</sup>

\* O documento é chamado de emenda porque o Senador Platt e seus colegas não completaram o trabalho até meados de fevereiro de 1901. Como não havia mais tempo para a proposta ser apreciada como um projeto de lei, antes que o 56º Congresso suspendesse os trabalhos em 3 de março, ela foi anexada como uma emenda ao projeto de lei do orçamento do Exército para o ano fiscal de 1902.

Originalmente era para haver quatro bases militares, mas elas logo foram reduzidas a duas (Baía Honda a oeste de Havana e Baía de Guantánamo a leste de Santiago), e em 1912 a Marinha desistiu de seus direitos sobre a Baía Honda em troca de mais terra para Guantánamo.

O breve debate no Senado sobre a Emenda Platt ocorreu em 27 de fevereiro, com o sentimento geral entre os anti-imperialistas captado pelo Democrata do Mississippi, Hernando Desoto Money, que disse a seus colegas: “Eu preferiria ter esta emenda aprovada...do que ver os Estados Unidos continuando a ter a posse de Cuba, mantendo aquele povo num estado sob o qual eles estão sempre se irritando.”<sup>77</sup> Money provavelmente não estava sendo altruísta; ele havia sido por muito tempo um defensor da independência de Cuba, e havia rumores disseminados (mas nunca comprovados) de que ele era um dos senadores que haviam aceito como presente alguns bônus que foram emitidos pela junta de Nova York; contudo, até que Cuba fosse independente e a junta tivesse nas mãos o tesouro de Cuba, os bônus nada valiam. Qualquer que tenha sido a motivação, nem o Senador Money nem nenhum de seus colegas se opuseram vigorosamente à Emenda Platt. O democrata do Alabama, Edmund Pettus, tomou apenas uns poucos minutos para reclamar que “nós prometemos torná-los livres e independentes; isto é tudo, e não o estamos fazendo.” A maioria dos antiimperialistas ou permaneceu indecisa ou aproveitou a oportunidade proporcionada pelo debate para criticar o prosseguimento da posse das Filipinas pela administração. Mesmo o Senador Hoar, a espinha dorsal do antiimperialismo republicano, chamou a Emenda Platt de “eminentemente sábia e satisfatória.” A oposição mais substancial veio do democrata do Alabama, John Morgan, que denominou a emenda “uma peça de refinada hipocrisia.”<sup>78</sup> Morgan convenceu apenas poucos de seus colegas, todavia, e depois de cerca de uma hora de discussão, a Emenda Platt foi aprovada por 43 votos a 20; passou rapidamente pela conferência Câmara-Senado e foi prontamente transformada em lei pelo Presidente McKinley.<sup>79</sup>

A tarefa, então, era convencer a assembléia constituinte cubana a aceitar a Emenda Platt. O Governador Geral Wood havia escrito a Root que “na minha opinião as demandas são liberais, eqüitativas e justas e deve-se insistir em tais medidas.” Mas os cubanos objetaram, e quando sua oposição tornou-se conhecida em Washington, Root escreveu a Wood que nunca haveria independência “se eles continuarem a demonstrar ingratidão e total falta de consideração pelo gasto em sangue e dinheiro dos Estados Unidos para assegurar sua liberdade da Espanha.”<sup>80</sup> A despeito desta admoestação, em abril a assembléia cubana rejeitou a Emenda Platt por 24 votos a 2, optando, ao invés, por mandar uma delegação a Washington para negociar um documento menos intrusivo.

Os delegados foram recebidos polidamente e foi-lhes dito que a Emenda não significava o que absolutamente todo mundo sabia que significava. A pedido de Root, o Senador Platt assegurou aos cubanos que “a emenda foi cuidadosamente redigida com a intenção de evitar qualquer possível afirmação de que sua aceitação pela Convenção Constitucional Cubana resultaria no estabelecimento de um

protetorado ou suserania, ou de qualquer modo interferiria com a independência ou soberania de Cuba.” Root acreditou que a delegação cubana deixara Washington com “um sentimento de benevolência para com os Estados Unidos, derivado da natureza de sua recepção e tratamento aqui, da atenção social que lhes foi voltada e da cuidadosa consideração dada às suas questões e argumentos.”<sup>81</sup>

Os delegados cubanos voltaram a Havana com a notícia de que a assembléia constituinte teria que aceitar a Emenda Platt se quisesse a independência, e assim, em 28 de maio a assembléia votou, 15 a 14, para incorporar uma versão ligeiramente modificada da Emenda na constituição cubana. Os Estados Unidos insistiram em que nenhuma modificação deveria ser feita, e, portanto, a assembléia foi obrigada a realizar uma nova votação: por 16 votos a 11, com quatro ausências, em 12 de junho a Emenda Platt sem modificações foi colocada no mesmo lugar na constituição cubana onde os criadores da constituição dos EUA haviam colocado antes uma Carta de Direitos. “Felizmente, agora eles finalmente resolveram confiar nos Estados Unidos,” escreveu o Senador Platt.<sup>82</sup>

E foi assim que os Estados Unidos encerraram sua ocupação inicial em Cuba, obrigando os cubanos a aceitar o prosseguimento da supervisão, em grande parte porque líderes em Washington acreditavam que a pacificação da ilha estava incompleta. A Emenda Platt foi uma apólice de seguros, emitida em prol dos interesses estratégicos e econômicos dos EUA na ilha. Vários meses antes de o General Wood zarpar do porto de Havana pela última vez em 20 de maio de 1902, o dia da independência de Cuba, ele havia escrito que “há, por certo, pouca ou nenhuma independência ligada a Cuba sob a Emenda Platt.” Isto fora proposital, como observou o Senador Platt: “Os Estados Unidos estarão sempre, sob a assim chamada Emenda Platt, em posição de endireitar as coisas se elas ficarem seriamente ruins.”<sup>83</sup> A hegemonia havia sido formalizada.

## notas

1 *Writings of John Quincy Adams*, 7 vols, Worthington Chauncey Ford, ed. (New York: Macmillan, 1913-1917), vol.7, p.372; Lodge a Roosevelt, 2 de dezembro de 1896. *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge, 1884-1918*, Henry Cabot Lodge, ed., 2 vols. (New York: Charles Scribner's Sons, 1925), vol.1, p.240.

2 López Roberts a Fish, 18 de setembro de 1869; o reconhecimento de Fish, “com pesar,” está em Fish a López Roberts, 13 de outubro de 1869, em Congresso dos EUA, Câmara, Doc. Exec. No.160, 41st Cong., 2d Sess., 1870, p.133, 138.

3 Fish a Robert Schenck, 15 de janeiro de 1876, Letterbook página 325, Container 216, Fish Papers, LC. Embora boa parte da caligrafia nesta carta seja ilegível, o ponto essencial do comentário de Fish é claro. A primeira das mensagens de Fish foi enviada ao Congresso em 13 de junho de 1870; a segunda, em 5 de janeiro de 1874.

4 Adam Badeau, Memorando Confidencial, 23 de outubro de 1883, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R90, p.2-3, 23, 41.



5 Os preços haviam caído em parte (mas apenas em parte) como uma reação ao aumento nas tarifas dos EUA pelo Ato Wilson-Gorman de 1894. Em 1890 McKinley havia eliminado a tarifa sobre açúcar bruto; a legislação de 1894 aumentou a taxa para cerca de um *cent* por libra, suficiente para estimular a produção doméstica de açúcar de beterraba, o que diminuiu a crescente demanda por açúcar cubano e contribuiu para baixar os preços.

6 Olney a Cleveland, 25 de setembro de 1895, Cleveland Papers, LC. As advertências aos flibusteiros estão em *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.9, p.591-2, 694-5.

7 Olney a Dupuy de Lôme, 4 de abril de 1896; Dupuy de Lôme a Olney, 4 de junho de 1896, FRUS 1897, p.540-8.

8 Cleveland a Olney, 13 e 16 de julho de 1896, *Letters of Grover Cleveland, 1850-1908*. Allan Nevins, ed. (Boston: Houghton Mifflin, 1933), p.446, 448; Cleveland a Olney, 28 de abril de 1898, Olney Papers, LC.

9 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.716-22.

10 *National Party Platforms, 1840-1964*, Kirk H. Porter e Donald Bruce Johnson, comps. (Urbana: University of Illinois Press, 1966), p.108; *Messages and Papers of the Presidents*, vol.8, p.6262.

11 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.33-8.

12 John W. Foster, *Diplomatic Memoirs*, 2 vols. (Boston: Houghton Mifflin, 1909), vol.2, p.256.

13 *New York Evening Post*, 16 de janeiro de 1897.

14 Um desses talentos era o ilustrador Richard Outcault, criador de “At the Circus in Hogan’s Alley,” a primeira história em quadrinhos em continuação do país. O cartum de Outcault sobre a vida nos prédios de apartamento em Nova York apresentava um jovem com orelhas de elefante, vestido com uma bata amarela. Quando Hearst atraiu Outcault para o *Journal*, Pulitzer continuou o cartum também em seu jornal. A literatura promocional de ambos os jornais apresentava o Yellow Kid [Garoto Amarelo], e dele vem a expressão “imprensa amarela.”

15 *Congressional Record*, 19 de dezembro de 1927, p.808.

16 Horatio S. Rubens, *Liberty: The Story of Cuba* (N.Y.: Brewer, Warren and Putnam, 1932), p.204-5.

17 *New York Journal*, 12 e 15 de fevereiro de 1897.

18 *New York World*, 17 de fevereiro de 1897, Res. da Câmara 541, *Congressional Record*, 13 de fevereiro de 1897, p.1819.

19 Evangelina Cisneros, *The Story of Evangelina Cisneros, Told by Herself, Her Rescue by Karl Decker* (New York: Continental Publishing Company, 1897), p.31-32,35.

20 *Ibid.*

21 Joseph E. Wisan, *The Cuban Crisis as Reflected in the New York Press* (N.Y.: Columbia University Press, 1934), p.331. O *World* praticamente ignorou o caso, publicando 12,5 colunas, enquanto o *Time* deu 10, o *Tribune* 3,5 e o *Sun* 1.

22 Platt a Isaac H. Bromley, 18 de dezembro de 1895, reimpresso em Louis A. Coolidge, *An Old-Fashioned Senator: Orville H. Platt of Connecticut*, 2 vols. (Port Washington, N.Y.: Kennikat Press, 1971 [reimpressão da ed. de 1910]), vol.1, p.266. Nem esta carta nem a citada na nota 36 estão nos Platt Papers na Connecticut State Library.

23 Roosevelt a Lodge, 27 de dezembro de 1895 e 10 de agosto de 1866, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt*, vol.1, p.44, 204-205.

24 “American Ideals,” *Forum* 18 (fevereiro de 1895), p.749; *Address of Hon. Theodore Roosevelt Before the Naval War College, Newport, R.I., Wednesday, June 2, 1897* (Washington, D.C.: Navy Branch, GPO, 1897), p.5-6.

25 Taft a Philander C. Knox, 9 de setembro de 1911, Rolo 508, Taft Papers, LC.

26 Roosevelt tolerava mesmo o assassinato: “Segunda-feira jantamos com os Camerons; vários diplomatas latinos estavam presentes, todos muito perturbados com o linchamento dos italianos em New Orleans. Pessoalmente acho que foi uma boa coisa, e falei isso.” Roosevelt a Anna Roosevelt Cowles, 21 de março de 1891, Theodore Roosevelt Papers, Harvard University.

27 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.542-543; *The Letters of Theodore Roosevelt*, Elting E. Morison, ed., 8 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1951-1954), vol.7, p.11.

28 Henry Cabot Lodge, “Our Blundering Foreign Policy,” *Forum* 19 (março de 1895), p.16-7.

29 Cleveland a Olney, 26 de abril de 1898, Olney Papers, LC.

30 Louis A. Pérez, Jr. *Cuba Between Empires, 1878-1902* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1983), p.178.

31 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.716-22.

32 Adam Badeau, Memorando Confidencial, 23 de outubro de 1883, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R90.

33 Atkins a Olney, 5 de maio de 1896, reimpresso em Edwin Atkins, *Sixty Years in Cuba: Reminiscences of Edwin F. Atkins* (Cambridge: Riverside Press, 1926), p.235-6.

34 Declaração à Associated Press, 24 de janeiro de 1898, *Letters of Grover Cleveland*, p.492; Woodford a McKinley, 17 de março de 1898, FRUS 1898, p.687.

35 Lee a William R. Day, 18 de janeiro de 1898, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R131.

36 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.56-67.

37 Woodford a Sherman, 30 de agosto e 10 de novembro de 1897, Despachos da Espanha, NA M31/R122-123; Hay a Sherman, 6 de abril de 1898, Despachos de Londres, NA M30/R180; ver também White a Olney, 17 de junho de 1896, Olney Papers, LC.

38 Lee ao Juiz [Day], 12 de janeiro de 1898; Lee ao Secretário Assistente de Estado [Day], 13 de janeiro de 1898, Despachos Consulares de Havana, NA T20/R131. Antigo oficial da cavalaria confederada e sobrinho de Robert E. Lee, Fitzhugh Lee deixava transparecer em seus despachos uma acentuada preferência pela anexação. Cleveland alertou seu sucessor, e escreveu a Olney que “se o Presidente pressioná-lo, como acho que o fará, ele não vai poder dizer que continuou sem aviso.” Cleveland a Olney, 16 de fevereiro de 1898, Olney Papers, LC.

39 *New York Journal*, 18 e 23 de fevereiro de 1898; *New York World*, 20 e 21 de fevereiro de 1898.

40 Platt a H. Wales Lines, 25 de março de 1898, reimpresso em Coolidge, *An Old-Fashioned Senator*, vol.1, p.271.

41 Roosevelt a William Sheffield Cowles, 29 de março de 1898, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.2, p.803; ver também Roosevelt a Benjamin Harrison Diblee, 16 de fevereiro de 1898, vol.1, p.775.

42 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.55.

43 O relatório da Marinha de Guerra dos EUA de 21 de março de 1898 está reimpresso em Congresso dos EUA, Senado, *Message from the President of the United States, Transmitting the Report of the Naval Court of Inquiry upon the Destruction of the United States Battle Ship Maine...*, Doc. Senado No. 207, 55th Cong., 2d Sess., 28 de março de 1898; as citações estão nas p.45-6, 67, 73.

44 Hyman G. Rickover, *How the Battleship Maine Was Destroyed* (Washington, D.C.: Divisão de História Naval, Departamento da Marinha, 1976), p.91, 104. Para a relutância inicial da Marinha em erguer o navio, ver Congresso dos EUA, Câmara, *Proposed Removal of Wreck of Battle Ship Maine in Harbor of Habana, Cuba*, Doc. Câmara No.812, 60th Cong., 1st Sess., 26 de março de 1908, p.14.

45 Shelby M. Cullom, *Fifty Years of Public Service* (Chicago: A.C. McClurg, 1911), p.283-284; o comentário de Platt está em *Congressional Record*, 23 de maio de 1900, p.5893; o de Bryan está no *New York Times*, 1 de abril de 1898, p.1.

46 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.56-67.

47 *Congressional Record*, 29 de julho de 1894, p.1578; 8 de dezembro de 1903, p.37-47; 9 de dezembro de 1903, p.66-72; 12 de dezembro de 1903, p.165-168; 14 de dezembro de 1903, p.187-94; 15 de dezembro de 1903, p.254-7.

48 Horatio Rubens atribuiu-se o crédito pela redação da emenda e por ter convencido Teller a apresentá-la. Rubens, *Liberty: The Story of Cuba*, p.341-2.

49 Adee a Day, 7 de abril de 1898, Container 35, Day Papers, LC.

50 Hay a Roosevelt, 27 de julho de 1898, Roosevelt Papers, LC.

51 30 Stat. 1754.

52 Henry Cabot Lodge, "Our Duty to Cuba," *Forum* 21 (maio de 1896), p.282, 287.

53 William Shafter a R.A. Alger, Secretário de Defesa, 29 de julho de 1898, *Report of the Commission Appointed by the President to Investigate the Conduct of the War Department in the War with Spain*, Doc. Senado No.221, 56th Cong., 1st Sess., 1900, vol.2, p.1052.

54 Day a McKinley, 19 de abril de 1898, Day Papers, LC, *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.98.

55 *National Party Platforms*, p.67.

56 Cleveland a E.C. Benedict, 14 de abril de 1898, *Letters of Grover Cleveland*, p.499; Cleveland a Olney, 26 de março de 1900, Cleveland Papers, LC.

57 Ver, por exemplo, John Bassett Moore, "The Question of Cuban Belligerency," *Forum* 21 (maio de 1896), p.298-299.

58 *New York World*, 14 de outubro de 1900; Mark Twain, "To the Person Sitting in Darkness," *North American Review* 172 (fevereiro 1901), p.174.

59 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.437

60 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.160-8.

61 Atkins, *Sixty Years in Cuba*, p.306-7.

62 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.152-3.

63 Roosevelt a Lodge, 21 de julho de 1899, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt*, vol.1, p.413-414; Wood a Roosevelt, 18 de agosto de 1899, Roosevelt Papers, LC.

- 64 Shafter ao General Adjunto H.C. Corbin, 16 de agosto de 1898, *Report of the Comission Appointed by the President to Investigate the Conduct of the War Department in the War with Spain*, p.1099.
- 65 Wood a Roosevelt, 18 de agosto de 1899, Roosevelt Papers, LC; Root a McKinley, 17 de agosto de 1899, McKinley Papers, LC.
- 66 Wood a McKinley, 12 de abril de 1900, McKinley Papers, LC.
- 67 Root a Wood, 14 de abril de 1900, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA.
- 68 Wood a Roosevelt, 8 de fevereiro de 1901, Wood Papers, LC; Root a Wood, 20 de junho de 1900, Root Papers, LC. Para a defesa de Root desses requisitos eleitorais, ver Root a Paul Dana, 16 de janeiro de 1900, Correspondência Pessoal, Container 178, parte II, Root Papers, LC.
- 69 Atkins, *Sixty Years in Cuba*, p.322; Wood a McKinley, 12 de abril de 1900, Wood Papers, LC.
- 70 *National Party Platforms*, p.113, 117, 121.
- 71 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.152, 224.
- 72 Wood a Root, 26 de setembro de 1900, Root Papers, LC; Wood a Platt, 6 de dezembro de 1900, Container 28, Wood Papers, LC.
- 73 Wood a Root, 19 de janeiro de 1901, Root Papers, LC; Wood a Root, 8 de fevereiro de 1901, Wood Papers, LC.
- 74 Wood a Root, 16 de junho de 1901, Caixa 58, Arquivo 331-342, Arquivos Classificados Gerais, 1898-1945, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA; Wood a Root, 30 de maio de 1901, Wood Papers, LC.; Orville H. Platt, "The Pacification of Cuba," *The Independent* 53 (27 de junho de 1901), p.1467.
- 75 Root a Wood, 9 de fevereiro de 1901, Wood Papers, LC.
- 76 Root a Wood, 20 de junho de 1900, Container 170, Root Papers, LC.
- 77 *Congressional Record*, 27 de fevereiro de 1901, p.3133; o debate completo está nas p.3132-51.
- 78 *Ibid*, p. 2145, 3147-8.
- 79 31 Stat. 895.
- 80 Wood a Root, 21 de fevereiro de 1901, Caixa 58, Arquivo 331-372, Arquivos Classificados Gerais, 1898-1945, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA; Root a Wood, 2 de março de 1901, Root Papers, LC.
- 81 Root a Platt, 26 de abril de 1901, e Platt a Root, 26 de abril de 1901, Caixa 58, Arquivo 331-71, Arquivos Classificados Gerais, 1898-1945, Registros do Bureau of Insular Affairs (RG 350), NA; Root a Platt, 9 de maio de 1901, Root Papers, LC.
- 82 Platt, "The Pacification of Cuba," p.1467.
- 83 Wood a Roosevelt, 28 de outubro de 1901, Wood Papers, LC; Platt a Edwin Atkins, 11 de junho de 1901, Orville H. Platt Papers, Connecticut State Library, Hartford.

## **a criação de um país e a construção de um canal**

Vamos ter um tratado no principal muito satisfatório, vastamente vantajoso para os Estados Unidos, e devemos confessar, com a face que podemos mostrar, não tão vantajoso para o Panamá.

*Secretário de Estado John Hay, 1904*

**T**homas Jefferson expressou uma vez a opinião de que um canal através da América Central seria “uma obra muito menos difícil do que alguns dos canais interiores da França.” Embora não levasse muito tempo para que os funcionários dos EUA se desiludissem com esta noção, desde o início eles supunham que um canal centro-americano seria construído razoavelmente cedo, e eles naturalmente queriam assegurar o acesso dos EUA. Em 1826, Henry Clay instruiu seus enviados ao Congresso do Panamá de Bolívar para assegurarem que qualquer rota através do istmo seria internacionalizada, pois “o que é para redundar em benefício de toda a América deve ser efetuado por meios comuns e esforços conjuntos, e não deve ser deixado aos esforços isolados e sem ajuda por parte de qualquer potência.”<sup>1</sup> Esta política foi reafirmada esporadicamente em meados do século XIX, mais notavelmente em 1849, quando o Presidente Zachary Taylor informou ao Congresso que um contrato privado havia sido fechado com a Nicarágua para a construção de um canal. A despeito do fato de os contratantes serem cidadãos dos EUA, Taylor reassegurou a política de Henry Clay de que “tal obra deve ser construída sob a proteção comum de todas as nações, para igual benefício a todas elas.”<sup>2</sup>

Os viajantes na década de 1850 haviam se contentado com uma ferrovia através do istmo no Panamá e uma rota de trânsito rio-lago no sul da Nicarágua, mas o comércio expandido pós-Guerra Civil exigia uma rota para navios. Apesar disso, não é certo por que a construção de um canal tornou-se tão importante para a administração Grant (1869-77), mas foi o que ocorreu. Talvez tenha sido

porque o Presidente tivesse conhecimento de primeira mão das vantagens potenciais de um canal, tendo sido obrigado a atravessar o istmo do Panamá, que na época pertencia à Colômbia, em seu caminho para a Califórnia quando era um jovem capitão do exército em 1852. “Eu me espantei como alguém podia viver muitos meses em Aspinwall [atual Colón], e me espantei mais ainda sem entender por que alguém tentava fazer isso,” escreveu ele. Atolados na lama e atacados por febres tropicais, “nos atrasamos seis semanas. Cerca de um sétimo dos que haviam deixado o porto de Nova York com a 4ª. de infantaria em 5 de julho, jaz atualmente enterrado no Istmo do Panamá.”<sup>73</sup>

Qualquer que fosse sua motivação, o Presidente Grant criou uma Comissão para viabilizar o Canal Interoceânico e enviou sete expedições separadas para identificar a rota mais apropriada para o canal na América Central. Enquanto as equipes de topógrafos se espalhavam através do istmo para conduzir seu trabalho de campo, a administração Grant assinou um tratado com a Colômbia dando aos Estados Unidos o direito de construir um canal; então, após a Comissão ter recomendado uma rota através da Nicarágua em seu relatório final de 1876, os Estados Unidos prepararam um outro tratado com aquele país. Ambos os acordos não prosseguiram em virtude da oposição substancial nos países em questão, e, no fim, a administração Grant pouco mais fez do que identificar a Nicarágua como a rota mais adequada.

Os Estados Unidos não eram a única nação marítima interessada num canal. Como parte de seu bem-sucedido empenho em popularizar o conceito de América “Latina,” em 1846 Louis Napoléon (Napoleão III) publicou um livro, *Canal de Nicaragua*, com o objetivo de gerar interesse público. Uma década mais tarde, imediatamente após a era das ações do flibusteiro William Walker, um capitalista francês também aventureiro, Félix Belly, obteve uma concessão exclusiva da Nicarágua e da Costa Rica para construir um canal ao longo do Rio San Juan. Isto levou o Secretário de Estado Lewis Cass a instruir o ministro dos EUA a dizer aos governos da Nicarágua e da Costa Rica que nenhuma nação “teria permissão num espírito de isolamento oriental de fechar esses portões de passagem nas grandes vias do mundo [ou] de onerá-los com regulamentações injustas [uma referência à concessão francesa], que impediriam seu uso geral. Os Estados Unidos não procuram nem o controle nem o uso exclusivo dessas rotas. Eles desejam que as vantagens sejam igualmente comuns a todas as nações.”<sup>74</sup> Severamente embaraçado pela instabilidade política na América Central e incapaz de obter financiamento adequado na Europa, o projeto de Belly foi arquivado no fim de 1859.

Isto não passou de um prelúdio aos eventos de 1878 e 1879, quando um oficial naval francês, Lucien Wyse, foi enviado à província colombiana do Panamá para identificar uma rota apropriada para o canal. Ele além disso, obteve uma concessão do governo colombiano para construir e operar um canal através do istmo do Panamá. Ferdinand de Lesseps, o engenheiro-empresário francês, aclamado pela construção do Canal de Suez, logo foi trazido para analisar o projeto,

e causou sensação ao convidar cerca de 150 especialistas em canais para uma conferência internacional em Paris em maio de 1879. O propósito era selecionar a rota específica do canal, fazer recomendações técnicas referentes à sua construção e – basicamente – gerar a publicidade necessária para vender bônus da construção. Os Estados Unidos foram representados por dois participantes da Comissão para o Canal Interoceânico da administração Grant, e eles defenderam uma rota através da Nicarágua. A opinião pendeu nitidamente em favor de um canal no nível do mar através do Panamá, contudo, com a conferência calculando que o projeto de construção de doze anos custaria \$240 milhões.<sup>5</sup> De Lesseps e seus associados criaram, então, a *Compagnie Universelle du Canal Interoceanique de Panama*, pagaram a Wyse \$10 milhões por sua concessão da Colômbia e prepararam-se para construir o Canal do Panamá.

Estes fatos surpreenderam os funcionários em Washington, que haviam suposto que qualquer canal centro-americano seria construído por capital privado dos EUA, auxiliado, talvez, por um entendimento formal entre o governo dos EUA e o Estado centro-americano da escolha de Washington. Na verdade, os esforços até então não tinham tido sucesso, mas os funcionários dos EUA acreditavam que era apenas uma questão de tempo até que arranjos aceitáveis pudessem ser feitos, e empresários dos EUA pudessem começar os trabalhos, provavelmente na Nicarágua. Agora, contudo, a administração de Rutheford Hayes ficou contrariada ao descobrir que um francês de fala macia havia convidado a namorada de Washington para o baile e, o que era pior, que a Colômbia havia aceitado.

E assim, numa das mais mal-concebidas iniciativas na história da diplomacia dos EUA, o Presidente Hayes dispôs-se a convencer a Colômbia a ficar em casa ao invés de ir ao baile. Seu Secretário de Estado, William Evarts, apresentou um protesto formal contra a concessão de Wyse, alegando que o Tratado Bidlack de 1846 dava aos Estados Unidos direitos especiais para controlar o acesso ao istmo panamenho.<sup>6</sup> Isto certamente não era verdade, mas dificilmente foi esta a questão mais discutida em Bogotá. Por diversos anos, os colombianos observaram com crescente inquietação os Estados Unidos anunciarem, repetidas vezes, sua intenção de destruir a economia do Panamá, construindo um canal na vizinha Nicarágua. Se os Estados Unidos queriam construir em outro lugar, isto era privilégio deles, mas os funcionários em Bogotá não estavam dispostos a ficar indiferentes enquanto os Estados Unidos e a Nicarágua davam as mãos sob o luar tropical. Como os Estados Unidos não estavam interessados num compromisso com o Panamá, então, o melhor a fazer era fechar acordos com os franceses.

Depois de visitar o Panamá para inaugurar a construção, de Lesseps viajou aos Estados Unidos para levantar dinheiro e acalmar os funcionários dos EUA. Ele encontrou-se com o Presidente Hayes, testemunhou diante de uma comissão do Congresso, e fez o melhor que podia para diminuir a hostilidade de muitos jornalistas dos EUA. Jogando sem pudores com a vaidade da nação, ele escreveu que “a civilização vive novamente no Continente Americano em nossos dias; à sua frente marcha o povo inteligente dos Estados Unidos.” Ele convidou, repeti-

das vezes, cidadãos dos EUA a investirem no projeto, que ele via como uma oportunidade especialmente apropriada para aqueles que “lutam pelas obras da paz e do progresso, nas quais os Estados Unidos se destacam especialmente.” Quanto à ameaça imaginada de intervenção francesa, de Lesseps enfatizava que “o canal marítimo deve ser propriedade privada de todas as nacionalidades.” Ele também iniciou o processo de convencer sua audiência norte-americana de que a rota nicaragüense era inferior à do Panamá, citando especialmente os retardamentos que seriam necessários para passar através do grande número de eclusas previstas na Nicarágua, bem como a extensiva escavação que seria necessária para endireitar o sinuoso Rio San Juan para acomodar grandes transatlânticos.<sup>7</sup>

Os cidadãos dos EUA não estavam ansiosos para investir numa companhia francesa ou, em *qualquer* projeto para construir um canal centro-americano. Num desafio direto ao francês, no fim de 1879, um grupo econômico dos EUA, liderado pelo Almirante Daniel Ammen, formou a Sociedade de Provisão do Canal Interocêânico, conseguiu uma concessão da Nicarágua e reorganizou, então, a Companhia do Canal Marítimo da Nicarágua. Com o Ex-Presidente Grant e seus associados de Wall Street ajudando a levantar fundos, a Companhia anunciou que iria construir um canal com doze eclusas, de cinquenta milhas, através do sul da Nicarágua usando o Lago Nicarágua e parte do Rio San Juan. Mas a economia dos EUA estava entrando num outro declínio cíclico, a firma de Grant não conseguiu levantar o dinheiro necessário (na realidade, ela logo entrou em colapso, empobrecendo o ex-Presidente), e a concessão nicaragüense expirou em setembro de 1884. A Companhia do Canal Marítimo da Nicarágua foi subseqüentemente reincorporada por um outro grupo de investidores. Foram feitas escavações em 1889, e obras subsidiárias prosseguiram por três anos, mas os fundos evaporaram na onda do Pânico de 1893, e a companhia faliu novamente.

Entretanto, cabia à administração Hayes desenvolver a resposta oficial dos EUA ao desafio francês. Ele ordenou ao Secretário da Marinha que enviasse navios de guerra dos EUA a ambos os lados, Atlântico e Pacífico, do Panamá perto da fronteira da Costa Rica em Chiriqui, onde havia questões pendentes sobre a validade de uma antiga concessão colombiana de terra a um cidadão dos EUA, Ambrose Thompson. Os navios de guerra deveriam “estabelecer estações navais nestes importantes portos,” disse ele e, “se for considerado melhor pelo Congresso tomar posse deste interesse [a concessão de Thompson em Chiriqui], a presença de nossos navios e o estabelecimento de nossos postos de fornecimento de carvão nos proporcionarão uma cabeça-de-ponte que será de grande valia no controle da passagem de oceano a oceano no Panamá ou no lago Nicarágua.” O Presidente Hayes, então, considerou a negociação de um tratado multilateral garantindo a neutralidade do canal, mas esta abordagem foi rapidamente descartada em favor de outra que dava aos Estados Unidos pleno controle. Com a aprovação de seu gabinete em março de 1880, Hayes pôs o Congresso a par de uma importante mudança: “a política deste país é um canal sob controle americano,” disse ele. “Os Estados Unidos não podem consentir na entrega deste controle a



qualquer potência européia.<sup>8</sup> Embora o Presidente Hayes promettesse conceder a “devida atenção aos direitos e desejos de nossas repúblicas irmãs no Istmo,” na mesma sentença ele simplesmente as descartava: “os Estados Unidos insistirão em que esta passagem deva permanecer sempre sob controle americano.” Hayes foi ainda mais franco em seu diário, observando que “a verdadeira política dos Estados Unidos quanto a um canal através de qualquer parte do Istmo é ou um canal sob controle americano, ou nenhum canal.”<sup>9</sup> Somente um canal iria a esta dança: os Estados Unidos e quem quer que eles decidissem convidar.

A mensagem inaugural de 1881 do Presidente Garfield citava com aprovação a política anunciada um ano antes pelo Presidente Hayes, e durante seu breve primeiro mandato como Secretário de Estado, James G. Blaine procurou sem êxito revogar o Tratado Clayton-Bulwer de 1850 que impedia os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha de exercer controle exclusivo sobre qualquer futuro canal. No final de 1881, então, logo depois do assassinato de Garfield, chegaram rumores em Washington de que diplomatas colombianos na Europa estavam procurando uma garantia multinacional de neutralidade para o canal de Lesseps. O Presidente Chester Arthur respondeu reiterando a política Hayes-Garfield de que qualquer garantia “estaria em contradição direta com nossa obrigação como únicos fiadores da integridade do território colombiano” pelo Tratado Bidlack.<sup>10</sup>

O novo Secretário de Estado, Frederick Frelinghuysen, levou adiante o empenho de Blaine para modificar o Tratado Clayton-Bulwer.<sup>11</sup> Repellido pelos ingleses, Frelinghuysen voltou-se para a Nicarágua e negociou um tratado propiciando aos Estados Unidos os direitos exclusivos de construir e operar um canal em troca de uma aliança permanente EUA-Nicarágua para “proteger a integridade do território” da Nicarágua. Assinado em 1 de dezembro de 1884, imediatamente após os eleitores removerem os republicanos da Casa Branca pela primeira vez desde 1860, o Tratado Frelinghuysen-Zavala foi saudado com marcante ambivalência em Washington, pois, embora ele garantisse aos Estados Unidos acesso ao istmo, ele também convertia a Nicarágua num protetorado formal dos EUA e, por certo, ele obviamente violava o Tratado Clayton-Bulwer com a Grã-Bretanha. O Senado recusou-se a considerar a iniciativa da administração encerrada.<sup>12</sup>

Nem Grover Cleveland nem o Secretário de Estado Bayard desejavam irritar a Grã-Bretanha, nem tampouco apreciavam a idéia de tornaram-se responsáveis pela integridade territorial da Nicarágua, e, portanto, Cleveland rapidamente retirou o Tratado Frelinghuysen-Zavala da consideração do Senado. Fazendo notar seu desagrado pela “incorporação de interesses remotos aos nossos,” Cleveland também rejeitou a política Grant-Hayes mais ampla de controle unilateral de um canal no istmo. Ao invés disso, ele restabeleceu a política de Henry Clay: “Qualquer estrada que possa vir a ser construída através da barreira que divide as duas grandes áreas marítimas do mundo deve ser para o benefício do mundo – um crédito para a humanidade, afastada da possibilidade de domínio por uma única grande potência, ou de tornar-se um ponto de convite para hostilidades ou um prêmio para ambições guerreiras.”<sup>13</sup> A questão ficou nesses termos em Was-

hington durante os meados da década de 1880, enquanto, no Panamá, a companhia de de Lesseps levava adiante a construção.

Isto forneceu ao partido republicano um tema e, em sua plataforma de 1888, ele acusou a administração Cleveland de assistir “com ociosa complacência, a extensão da influência estrangeira na América Central.” Os republicanos vitoriosos imediatamente mudaram a política dos EUA, com Benjamin Harrison anunciando em sua mensagem de posse de 1889 que ele esperava que todas as potências européias se abstivessem de dominar qualquer rota de canal.<sup>14</sup> A questão era especialmente sensível no momento, pois a companhia de de Lesseps havia acabado de declarar falência. O canal parcialmente cavado havia drenado \$260 milhões dos bolsos da parcimoniosa burguesia francesa, e a questão que preocupava Washington era se o governo francês sucumbiria às pressões políticas e resgataria o projeto falido. A repreensão no discurso inaugural de Harrison pode ter ajudado os franceses a decidirem, e a construção foi suspensa em maio. Cerca de 40 % do canal havia sido completado.

Com os concorrentes franceses falidos, os Estados Unidos puderam adotar uma abordagem mais tranqüila com relação à construção do canal. Até os meados da década de 1890, quase todo o interesse num canal havia sido gerado pela atração do aumento do comércio ou dos preços mais baixos de transporte, mas estes benefícios econômicos, embora substanciais, não eram suficientes para gerar ação em direção da construção. Então, no decorrer das três décadas finais do século XIX, o vapor substituiu a vela e isto impulsionou o transporte marítimo da mesma maneira que a transição da hélice ao jato mais tarde veio a impulsionar o transporte aéreo. A transição tecnológica determinou uma diferente estrutura de custo para a indústria naval (ao contrário do vento, o carvão tinha que ser comprado) e esta circunstância levou a um crescente interesse em recursos que diminuíssem os custos, como os canais que diminuíssem as rotas. Então, a Guerra Hispano-Americana acrescentou uma dimensão de segurança nacional ao cálculo, que logo tornou-se a força motivadora por trás da construção do canal. Logo antes da guerra ser declarada, a Marinha ordenara que seu grande orgulho, o U.S.S. *Oregon*, baseado no Pacífico, se reunisse à esquadra do Atlântico Norte no Caribe – o primeiro navio de guerra a ter ordens de contornar a ponta mais do sul da América do Sul. Deixando San Francisco em 19 de março, a viagem recebeu cobertura de primeira página na imprensa da nação ao estabelecer um recorde ao torno da América do Sul, chegando à Flórida em 24 de maio. A viagem de dois meses por 14.000 milhas sublinhava, como nada jamais o fizera, a necessidade de um canal.

O canal deveria ser originariamente construído por capital privado, talvez subsidiado por bônus garantidos pelo governo. Em sua segunda mensagem depois da posse em 1893, Cleveland endossou o conceito de propriedade dos investidores dos EUA, mas observou que “a companhia do canal, infelizmente, ficou financeiramente comprometida de modo grave” (um eufemismo – tratava-se de falência); ademais, embora não promettesse um subsídio do governo, ele afir-

mou que “os Estados Unidos estão especialmente interessados na realização bem-sucedida do vasto empreendimento a cargo desta companhia.”<sup>15</sup> Poucas semanas depois, o Pânico de 1893 lançou o país numa profunda depressão, e o capital de risco privado desapareceu, com isso o Tesouro dos EUA dificilmente estava em condição de apoiar projetos de construção no estrangeiro. A Companhia do Canal Marítimo cessou suas operações e, em nenhuma de suas três mensagens no final do ano, o Presidente Cleveland mencionou um canal, nem tampouco seu partido democrata incluiu o tópico em sua plataforma de 1896. Assim, os republicanos não encontraram oposição quando sua plataforma de 1896 eliminou o setor privado, e por volta de 1900, os principais partidos endossavam um canal construído pelo governo.

Uma vez que havia se tornado sua plena responsabilidade, funcionários em Washington começaram a concentrar-se na seleção do local. No início, esta questão ficou restrita à escolha entre diversas rotas através da Nicarágua, basicamente porque o principal proponente no Congresso de um canal, o Senador John Tyler Morgan, preferia a Nicarágua. Antigo oficial da cavalaria confederada, o democrata pelo Alabama estava bem ciente do impulso que qualquer canal daria ao comércio sulista, e quanto mais próximo o canal estivesse da Baía Mobile, melhor. Desde o fim da década de 1880, Morgan buscava garantias do governo para os bônus da Companhia do Canal Marítimo, e foi principalmente sua iniciativa que levou à criação, em 1895, da Comissão de Seleção do Senado para a Construção do Canal da Nicarágua e, em 1899, da Comissão do Senado para um Canal interoceânico, ambas por ele presididas. Foi também através do empenho de Morgan que o Congresso concordou, em 1895, em criar a Comissão do Canal Estados Unidos-Nicarágua (a Comissão Ludlow), cujo propósito era examinar os estudos da administração Grant sobre as rotas do canal nicaraguense e selecionar a que parecesse mais apropriada. Concluindo que esses estudos anteriores eram inadequados, a Comissão Ludlow, recomendou que o governo assumisse um estudo inteiramente novo. Em 1897, enquanto todos os demais numa sessão especial do Congresso estavam debatendo o que se supunha ser seu único tópico – a nova proposta tarifária da administração republicana – o Senador Morgan introduziu furtivamente a recomendação da Comissão Ludlow através das duas casas. Ela autorizava a criação da Comissão do Canal da *Nicarágua*.<sup>16</sup>

Presidida pelo Almirante John G. Walker (daí seu nome usual, a Comissão Walker e, mais tarde, a “Primeira” Comissão Walker), a Comissão enviou uma expedição de cem membros com topógrafos, engenheiros e geólogos a San Juan del Norte, no fim de 1897. Ali eles iniciaram uma exaustiva exploração de campo que durou mais de um ano e, em meados de 1899, a Comissão emitiu um relatório recomendando a construção de um canal de San Juan del Norte na costa do Caribe a Brito no Pacífico. Mas mesmo antes que a Comissão Walker tivesse emitido seu relatório final, o Congresso decidira criar uma outra comissão, esta chamada Comissão do Canal do *Istmo*, com um mandato “para determinar a rota mais exequível e praticável” na América Central.<sup>17</sup> Esta

segunda Comissão Walker foi um triunfo de *lobbying* dos proprietários franceses da rota do Panamá.

O que aconteceu foi simples. Quando a companhia de de Lesseps abriu falência em 1889, seus bens consistiam de um canal parcialmente cavado, a ferrovia do Panamá, algum maquinário enferrujando e, mais importante, a concessão do governo colombiano. Volumoso e indivisível, este conjunto de ativos não podia ser distribuído entre os investidores frustrados, nem havia ali um mercado onde ele pudesse ser vendido. Incapazes de obter mesmo uma distribuição parcial do pouco que restara de seu investimento, os frustrados acionistas voltaram-se violentamente contra os funcionários da companhia, muitos dos quais haviam conseguido ficar ricos quando a companhia quebrou.

Depois de anos de litígio, o síndico da companhia designado pela justiça arquitetou um plano excepcionalmente astuto. Em outubro de 1894, ele criou uma *Nova Companhia do Canal do Panamá* (*La Compagnie Nouvelle du Canal de Panama*), com um capital total de 65 milhões de francos. Desta quantia, 5 milhões foram entregues à Colômbia em troca de uma prorrogação da concessão Wyse, que estava em vias de expirar. Dois terços dos 60 milhões de francos remanescentes deviam vir de uma compra forçada por pessoas identificadas como “acionistas em penalidade,” ou *pénalitaires* – as pessoas que a justiça concluiu haviam lucrado indevidamente durante o empenho de de Lesseps. Em troca de seus 41 milhões de francos (mais subscrições adicionais altamente especulativas elevando o total para 60 milhões de francos, todas elas distribuídas aos investidores originais), a nova companhia recebeu a propriedade dos ativos fixos da companhia original, com o entendimento de que 60% de quaisquer futuras distribuições iriam para os antigos acionistas.

Reconhecendo que uma empresa que já falira uma vez teria dificuldades em levantar capital adicional suficiente na Europa, em 1896 a Nova Companhia do Canal do Panamá deu o passo decisivo de contratar um advogado de Nova York para vender seus interesses nos Estados Unidos. O homem que eles escolheram foi William Nelson Cromwell, advogado da Ferrovia do Panamá, co-fundador da hoje venerável firma de Wall Street de Sullivan e Cromwell e, como um repórter mais tarde observaria, “o homem cuja mente magistral, aguçada pela astúcia empresarial, concebeu e levou a cabo a violação do Istmo.” O Deputado Henry Rainey chamou-o de “o homem mais perigoso que este país produziu desde os dias de Aaron Burt.”<sup>18</sup>

O ano de 1896 foi também o ano em que a vitoriosa plataforma republicana defendeu a construção do canal pelos EUA, de modo que a tarefa de Cromwell, colocada de maneira simples, era convencer os funcionários em Washington a comprar os ativos da Nova Companhia do Canal do Panamá. Isto estava entre as mais difíceis tarefas de *lobbying* que se poderia imaginar, pois os Estados Unidos estavam comprometido com a Nicarágua há duas décadas, desde que a comissão do Presidente Grant havia se decidido em favor daquela rota. Sem contar os interesses paroquiais do Senador Morgan, a Nicarágua tinha um clima mais

saudável, era substancialmente mais próxima dos Estados Unidos (579 milhas mais perto numa viagem de 6.000 milhas de New Orleans a San Francisco), e tinha um grande lago e um rio que poderia ser tornado navegável – cerca de 120 milhas de viagem lago-rio e 60 milhas de canal, o que compensava amplamente o fato de a Nicarágua ser três vezes mais larga que o Panamá. Quando, por fim, os Estados Unidos optaram pelo Panamá, o crédito pela mudança teve que ser dado a Cromwell e a seu colega de algum tempo, Philippe Bunau-Varilla, que trabalhara brevemente como engenheiro-chefe da companhia de de Lesseps e cujo irmão havia sido um primeiro subcontratante especializado em escavação. Bunau-Varilla era um *pénalitaire*.

O primeiro passo dos dois lobistas foi estimular o Congresso a autorizar a segunda Comissão Walker, uma realização pela qual tanto Cromwell como Bunau-Varilla receberiam posteriormente crédito.<sup>19</sup> Eles, então, convenceram a Comissão a visitar a Europa e examinar os canais em Manchester e Kiel e os registros do projeto francês em Paris. Bunau-Varilla juntou-se virtualmente ao navio dos membros da Comissão quando ele chegou à Europa – “nossas conferências eram longas e freqüentes,” contou ele em suas memórias e, “quando a Comissão deixou Paris eu estava certo de que a balança pendera para o lado desejado pelo menos para três de seus membros.”<sup>20</sup>

Além de sua excursão européia, os 31 membros da segunda Comissão Walker examinaram várias rotas de Tehuantepec no México ao noroeste da Colômbia. Neste processo, a Comissão se informou sobre a compra dos ativos da Nova Companhia do Canal do Panamá, especialmente a concessão Wyse, sem a qual nenhum canal poderia ser construído no Panamá. A Companhia respondeu que se contentaria em vender tudo por \$109.141.500. O Almirante Walker e seus colegas determinaram que \$40 milhões seriam um preço justo e, como “o preço fixado pela Companhia do Canal do Panamá para a venda de sua propriedade e franquias é tão pouco razoável,” no fim de 1901 a Comissão recomendou mais uma vez que o canal fosse construído na Nicarágua.<sup>21</sup>

O relatório da Comissão assinalou o início de dois meses de frenesi de atividade em Washington e Paris. Dois dias após a sua emissão, o Secretário de Estado John Hay e o Embaixador Britânico Julian Pauncefote concluíram negociações completamente independentes, assinando um tratado revogando o Tratado Clayton-Bulwer, desimpedindo o caminho para o controle dos EUA sobre o canal.<sup>22</sup> Vindo a partir da capitulação inglesa na disputa fronteiriça venezuelana e de sua aquiescência à tomada pelos EUA das possessões espanholas no Caribe, o tratado Hay-Pauncefote era um sinal inequívoco de que a Grã-Bretanha decidira ceder o controle da região do Caribe aos Estados Unidos. O acordo passou rapidamente pelo Senado em menos de um mês, apenas dias depois de Theodore Roosevelt enunciar sua primeira mensagem anual ao Congresso, na qual referia-se ao canal centro-americano como “a única grande obra material que resta ser empreendida neste continente.”<sup>23</sup>

As atividades do governo foram, então, interrompidas para as férias de fim de ano, enquanto, por detrás da cena, Cromwell e Bunau-Varilla redobravam seus esforços. Eles foram particularmente eficazes em comunicar a seus colegas franceses o desagrado dos EUA em regatear preços. Em 4 de janeiro de 1902, a Companhia anunciou que o preço da venda seria de \$40 milhões, e o Presidente Roosevelt prontamente pediu ao Almirante Walker que reconvocasse sua Comissão. Dois dias depois, ela emitiu um relatório retificado “de que ‘a rota mais exequível e praticável’ para um canal no Istmo...é aquela conhecida como a rota do Panamá.”<sup>24</sup>

Esta era apenas a recomendação do Presidente; agora o Congresso tinha que selecionar o local por meio de legislação. Ele podia permitir que o Presidente decidisse simplesmente autorizando um canal em algum lugar da América Central, mas esta nunca foi uma possibilidade autêntica, pois a legislação tinha que ter origem na Câmara republicana com a Comissão sobre Comércio Interestadual e Estrangeiro do Deputado William Hepburn e no Senado democrata com a Comissão sobre um Canal Interoceânico do Senador John Morgan. Ambos os legisladores eram fortes partidários da rota nicaragüense. Durante o breve período entre o anúncio francês de sua redução do preço de venda e a reconsideração da Comissão Walker, Hepburn assegurou a aprovação da Câmara de um local na Nicarágua por uma maioria avassaladora de 308 a 2. Levou mais tempo para o Senado decidir: em março, a comissão do Senador Morgan emitiu um relatório da maioria (Nicarágua) e um da minoria (Panamá), com Morgan, um democrata, enfrentando uma minoria republicana liderada por Marcus Hanna e John Spooner.

O elaborado relatório da minoria fora escrito por Bunau-Varilla e Cromwell. Este e numerosos outros documentos demonstrando a íntima relação entre Hanna e os dois lobistas, tiveram sempre o efeito de nublar a reputação do Senador, talvez imerecidamente. O certo é que a ação do Senador Hanna foi crucial para a decisão sobre a localização; o Senador Shelby Cullom escreveu que Hanna “mudou toda a atitude do Senado referente à rota para um canal interoceânico. Todos nós em geral favorecíamos a rota nicaragüense. O Senador Hanna convenceu-se de que a rota do Panamá era melhor, e logo levou quase todos para o seu lado.”<sup>25</sup> O que sempre permaneceu obscuro é *por que* Hanna mudou de idéia. Uma alegação não comprovada é que o apoio de Hanna foi comprado por Cromwell com uma doação de \$60.000 aos fundos da campanha de 1900 do partido republicano. É plausível que ele tenha sido subornado, mas é igualmente plausível que Cromwell e Bunau-Varilla tenham convencido Hanna da superioridade da rota do Panamá. Talvez tenham ocorrido ambas as coisas.

De todo modo, a proposta da minoria do Senador Spooner autorizava o Presidente a adquirir os ativos da Nova Companhia do Canal do Panamá por \$40 milhões e a adquirir da Colômbia uma faixa de terra através do Panamá para nela construir um canal. Se uma dessas aquisições não pudesse ser acertada “dentro de um prazo de tempo razoável e sob termos razoáveis,” então, o Presidente era instruído a construir o canal na Nicarágua.

O debate no Senado sobre as duas propostas teve todos os adornos de uma decisão de campeonato, apresentando dois dos peso-pesados políticos maduros da época, Morgan versus Hanna. Com a saúde em rápido declínio, Hanna começou seu discurso em 5 de junho, parou depois de cerca de duas horas, e terminou no dia seguinte, o tempo todo usando anotações fornecidas por Cromwell e Bunau-Varilla. A facção Hepburn-Morgan fez uma vigorosa apresentação em defesa da Nicarágua. Conforme o debate prosseguia, o mesmo se dava com o *lobbying*, com Bunau-Varilla chegando ao ponto de distribuir selos postais nicaraguenses mostrando vulcões em atividade – “um testemunho oficial da atividade vulcânica da Nicarágua,” escrevera ele no cartão entregue a cada senador. Não é certo se os senadores ficaram temerosos de que um canal na Nicarágua pudesse ser enterrado em cinza vulcânica ou se foram convencidos de que um canal mais curto seria um investimento melhor do que um mais longo, mas em 19 de junho Spooner e Hanna venceram. A conferência Câmara-Senado começou no dia seguinte e, depois de vários dias de resistência, Morgan e Hepburn finalmente capitularam. Após ter votado 308 a 2 em favor da Nicarágua seis meses antes, a Câmara aceitou o relatório da conferência endossando o Panamá com uma votação de 260 a 8 – uma reviravolta sem igual na história da Câmara dos Deputados. O Presidente Roosevelt assinou a Lei Spooner dois dias depois.<sup>26</sup>

A administração Roosevelt voltou-se, então, para a Colômbia. Em 1846, os Estados Unidos haviam garantido a soberania da Colômbia sobre a província do Panamá no sentido de obter permissão para construir uma estrada através do istmo, mas nem todos os moradores do istmo ficaram satisfeitos com a outorga de soberania do acordo Bidlack de 1846. O status político do Panamá tinha sido sempre o de um território isolado, separado do centro do país por uma selva tão densa que até hoje nenhuma estrada foi construída. Com o tempo, este isolamento produziu uma subcultura política separatista e uma economia autônoma, e os panamenhos tentaram a separação em 1831, conseguindo independência por um breve período de 1855 a 1886. Mas a Colômbia manteve o território, freqüentemente com a ajuda dos fuzileiros dos EUA, que desembarcavam periodicamente para restaurar a ordem e manter a ferrovia operando.

Com este histórico de desintegração servindo de tela de fundo, o Secretário de Estado John Hay reuniu-se com o ministro da Colômbia nos Estados Unidos, Tomás Herrán, para negociar um tratado permitindo aos Estados Unidos construir e operar um canal através do Panamá. Os dois diplomatas chegaram a um acordo em janeiro de 1903, e dois meses depois, o Tratado Hay-Herrán era ratificado pelo Senado dos EUA.

A experiência do tratado na Colômbia foi diferente. A nação estava no fim de sua principal Guerra civil – a Guerra dos Mil Dias – e a política doméstica do país estava tão caótica quanto tinha estado no Sul dos Estados Unidos em meados da década de 1860. Desavenças políticas, mesquinhas e profundas, influenciaram a recepção pela Colômbia do Tratado Hay-Herrán; bem como considerações financeiras. A duração da concessão Wyse estava aberta a debate, e al-

guns colombianos pensavam se não seria melhor retardar a ratificação até que a concessão expirasse, de modo que a Colômbia pudesse reivindicar os \$40 milhões autorizados pela Lei Spooner – como o Tratado Hay-Herrán fornecia um pagamento à Colômbia de \$10 milhões seguido por pagamentos anuais de \$250.000, seriam precisos 120 anos para a Colômbia conseguir o que os acionistas franceses da Nova Companhia do Canal do Panamá receberiam imediatamente num acerto global. Uma outra questão importante era a soberania: o Tratado Hay-Herrán estipulava que a Colômbia tinha que ceder aos Estados Unidos um arrendamento por 100 anos sobre uma faixa de seis milhas de largura de território seccionando o Panamá. O ministro dos EUA em Bogotá alertou que “se a convenção proposta fosse submetida à livre opinião do povo ela não passaria,” e em agosto de 1903 o Senado colombiano rejeitou unanimemente o tratado.<sup>27</sup>

O Presidente Roosevelt ficou indignado com a decisão, disparando três cartas onde se referia aos colombianos como “pequenas criaturas desprezíveis,” “lebres” e “corruptores tolos e homicidas.” Para Charles Lummis, ele escreveu: “As piores características da Espanha do século XVII, e ao pior da Espanha sob Felipe II, a Colômbia acrescentou sua própria selvageria esquálida, e combinou com detalhado requinte as piores formas de despotismo e anarquia, de violência e fraqueza, de incrível ignorância, crueldade, traição, cobiça e absoluta vaidade. Não posso sentir muito respeito por um país como esse.” Extra-oficialmente, Roosevelt podia se despojar dos circunlóquios diplomáticos e ser franco: “Falar da Colômbia como uma potência responsável com a qual se lida como se estivesse lidando com a Holanda, a Bélgica, a Suíça ou a Dinamarca é um mero absurdo. A analogia é com um grupo de bandidos sicilianos ou calabreses; tal qual Villa e Carranza atualmente. É tão possível fazer um acordo com os dirigentes colombianos como pregar geléia de amora na parede.”<sup>28</sup>

As atitudes do Presidente Roosevelt nada tinham de novas; era isso que os funcionários dos EUA pensavam da Colômbia desde que o primeiro enviado chegara a Bogotá na década de 1820. No início da década de 1830, o Ministro Thomas Moore relatava que “embora as pessoas sejam singularmente boas e pacíficas; com umas poucas exceções, os líderes professam por dia todas as virtudes e praticam por hora todos os vícios.” Em meados da década de 1830, o Encarregado dos EUA Robert McAfee relatava que a Colômbia era um país católico fanático controlado pelos padres,” enquanto em 1850, o Encarregado Thomas Foote escrevia que “suas querelas e revoluções são como querelas de família – tão frívolas, freqüentemente, em seu encetamento, e tão arraigadas e imperdoáveis em seu prosseguimento.” Observando que a Colômbia era habitada por “infelizes miseráveis,” em meados de 1850, o Ministro James Bowlin concluía que “mesmo em contraste com nações de seu próprio tipo, formadas da mesma revolução, do mesmo povo, ela ocupa o degrau mais baixo da escada.”<sup>29</sup> Este era dificilmente o tipo de gente que alguém iria querer perto de seu canal.

“Por maior que tenha sido nossa paciência, ela pode se esgotar,” escreveu Roosevelt ao Senador Hanna. A decisão do Senado colombiano “não signifi-



ca que tenhamos necessariamente que ir para a Nicarágua. Creio que estamos, por certo, justificados moralmente, e...justificados legalmente, sob o tratado de 1864, em interferir sumariamente dizendo que o canal deve ser construído e eles não podem impedi-lo.”<sup>30</sup> Fisicamente, esta iniciativa era possível, por certo, mas politicamente estava fora de questão, pois tanto a Lei Spooner como a oposição do Senador Morgan proibiriam uma simples conquista armada do Panamá. A questão não precisou ser contestada, pois foi, no fim de 1903, que Roosevelt ficou ciente dos esforços de Cromwell e Bunau-Varilla para manobrar a independência do Panamá.

Temerosos de que a decisão do Senado colombiano permitisse que o canal escapasse de suas mãos, os panamenhos já haviam começado a planejar a secessão do istmo da Colômbia. Como uma revolução bem sucedida exigiria armas e, se possível, apoio externo, no fim de agosto de 1903, os rebeldes enviaram Manuel Amador Guerrero, o médico da Ferrovia do Panamá, a Nova York. Ali ele encontrou-se com Cromwell, o procurador americano da ferrovia, que pôs Amador em contato com Bunau-Varilla. Depois de encontrar-se com Amador, em 23 de setembro, Bunau-Varilla viajou a Washington e falou com o Secretário Assistente de Estado Francis Loomis, que arranjou um encontro dele com o Presidente Roosevelt, em 9 de outubro, e com o Secretário de Estado Hay, em 16 de outubro. Nenhuma minuta desses encontros foi tomada, mas não se pode crer que Bunau-Varilla discutiu alguma outra coisa que não estivesse relacionada à visita de Amador.

Amador zarpou para casa em 20 de outubro, levando consigo uma declaração de independência panamenha, redigida por Bunau-Varilla; uma constituição, copiada por Bunau-Varilla da recente obra da assembléia constituinte cubana; uma proposta de bandeira para nova república, desenhada e costurada por Madame Bunau-Varilla; e, mais importante, uma promessa de Bunau-Varilla de que os Estados Unidos impediriam os colombianos de recuperar seu território rebelde uma vez que os revolucionários declarassem a independência. Chegando ao Panamá em 27 de outubro, Amador reuniu-se imediatamente com seus companheiros de conspiração. Eles não gostaram da bandeira. Era uma bandeira dos EUA modestamente alterada por Madame Bunau-Varilla, e, portanto, os conspiradores encarregaram o filho de Amador de desenhar uma nova. Eles também expressaram desapontamento diante do fracasso de Amador em obter um compromisso formal do governo dos EUA e da não aquisição de armas; ao invés disto, Amador havia voltado com uma promessa de um francês de proteção militar dos EUA. Sem disposição para arriscar o pescoço com garantias tão píftias, o grupo ordenou a Amador que telegrafasse a Bunau-Varilla dizendo que eles queriam proteção visível.

O telegrama de Amador chegou a Nova York em 29 de outubro, e no dia seguinte, Bunau-Varilla mais uma vez embarcou no trem para Washington. Lá ele pôs o Secretário de Estado Hay a par do telegrama de Amador (ele não disse se encontrara também o Presidente Roosevelt), e de manhã cedo voltou para Nova

York. Quando o trem fez sua parada programada em Baltimore, Bunau-Varilla mandou um telegrama para Amador: “Trinta e seis horas Atlântico, quarenta e oito Pacífico.” A referência era o tempo que os navios de guerra dos EUA levariam para chegar ao Panamá. Bunau-Varilla certamente soubera disso por Hay e talvez por Roosevelt, pois nesse mesmo dia (30 de outubro), o Secretário Interino da Marinha mandou o seguinte telegrama ao capitão do U.S.S. *Nashville* em Kingston, Jamaica: “Prepare rapidamente o veleiro para voltar a Guantanamo,” era a primeira sentença em inglês normal. O resto estava em código e dizia: “Secreto e confidencial. Prossiga imediatamente para Colón.”<sup>31</sup>

O resto é história: o *Nashville* rumou para o porto em Colón, Panamá, de manhã cedo em 2 de novembro. Nesse mesmo dia, a Marinha telegrafou ao capitão do *Nashville* e para três outros navios próximos enviando instruções para “impedir o desembarque de qualquer força armada, do governo ou insurgente, com intenções hostis.” Com a evidência do apoio dos EUA, agora visível, os conspiradores declararam a independência do Panamá em 3 de novembro. Mais tarde no mesmo dia, uma canhoneira colombiana na costa do Pacífico, disparou cinco ou seis vezes contra a Cidade do Panamá e, segundo um relatório da Câmara de Deputados dos EUA, “finalmente retirou-se após matar um chinês na Rua Salispuedes e ferir mortalmente um jumento no matadouro.” Pouco antes da meia-noite, o capitão do *Nashville* recebeu instruções de Washington para “fazer todo esforço para impedir que tropas do governo [colombiano] em Colon prosseguissem para o Panamá,” e com isto a questão foi decidida. Na manhã seguinte, 4 de novembro, a junta telegrafou ao Secretário de Estado Hay para informá-lo que “na tarde de ontem, em consequência de um movimento popular e espontâneo do povo desta cidade, a independência do Istmo foi proclamada.” Em 6 de novembro, Hay instruiu o cônsul dos EUA no Panamá a estabelecer relações diplomáticas no momento em que a ordem fosse restaurada.<sup>32</sup> Como a ordem já havia sido restaurada, o reconhecimento deu-se imediatamente.

Os panamenhos compreendiam que a disposição de Washington de manter os colombianos acudados dependia da negociação de um tratado aceitável do canal, e mesmo antes da revolta, eles haviam concordado em nomear Philippe Bunau-Varilla como o novo primeiro Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da nação em Washington. O novo ministro almoçou com Hay em 9 de novembro, e os dois imediatamente iniciaram a negociação de um tratado.

Um documento preparado pelo Senador John Morgan serviu como o esboço inicial do tratado. Criado num esforço de última hora para salvar a rota da Nicarágua, o documento de Morgan centrava-se em emendar o Tratado Hay-Herrán para torná-lo ainda mais inaceitável para a Colômbia. Depois de preencher uma centena de páginas do *Congressional Record* com os ataques mais virulentos possíveis contra os colombianos (“degradados, insatisfeitos, turbulentos, confusos e imundos”), Morgan propunha que o Tratado Hay-Herrán fosse modificado para assegurar que os colombianos seriam mantidos fora de vista e sob controle.<sup>33</sup> Esta, ele dizia, era a razão pela qual estava propondo sessenta emendas

ao tratado, mas de fato cada uma delas tinha o propósito de tornar o tratado ofensivo para que a Colômbia o rejeitasse. Isto nunca chegou a acontecer, pois o Senado dos EUA rejeitou as mudanças propostas por Morgan antes de ratificar o Tratado Hay-Herrán. Suas propostas não foram para o cesto de papéis, ao invés disso, o Tratado Hay-Herrán com as modificações de Morgan tornou-se o primeiro rascunho do Tratado Hay-Bunau-Varilla. John Hay escreveria mais tarde ao presidente do Massachusetts Institute of Technology que o Senador Morgan “é mais autor do atual tratado do canal do que eu.”<sup>34</sup>

Em 10 de novembro, Hay presenteou Bunau-Varilla com o primeiro esboço do tratado baseado nas emendas rejeitadas de Morgan. O *projeto* passou rapidamente em sete versões, Hay escreveu à sua filha sobre a pressa com que o processo era encaminhado:

Quanto ao seu pobre velho pai, ele tem trabalhado noites e domingos. Nunca estive, creio, tão constantemente e ativamente ocupado como durante a última quinzena. Ontem de manhã as negociações com o Panamá estavam longe de estar completas. Mas indo a todo vapor, reunindo [o Secretário da Defesa Elihu] Root, [o Procurador Geral Philander] Knox e [o Secretário do Tesouro Leslie] Shaw no almoço, repassei meu projeto linha por linha, e lutei por cada parágrafo dele; adotei umas poucas boas sugestões: corri de volta ao Departamento, pus todos para trabalhar nos esboços finais – enviei a Varilla, repassei o tratado todo com ele, explicando todas as mudanças, tive sua aprovação, e, às sete horas, assinei o momentoso documento na pequena sala de estar azul, com o tinteiro de Abraham Lincoln.<sup>35</sup>

Os acontecimentos foram precipitados por notícias de que a junta panamenha havia enviado Manuel Amador e dois colegas para substituírem Bunau-Varilla, e ambos, Hay e Bunau-Varilla queriam completar o tratado do canal antes da chegada dos panamenhos. Em 17 de novembro, o navio atracou em Nova York, onde eles foram recebidos por um outro associado de Cromwell, Roger Farnham, que levou-os ao hotel. Na tarde seguinte, eles partiram de trem para Washington, chegando às 11 horas da noite. Como havia assinado o tratado do canal apenas quatro horas antes, Bunau-Varilla recebeu-os na plataforma da estação, disse-lhes o que havia ocorrido e observou deliciado quando Amador “quase desmaiou na plataforma.”<sup>36</sup>

Bunau-Varilla havia transferido uma faixa de 10 milhas de largura do istmo, dando “aos Estados Unidos todos os direitos, poder e autoridade dentro da zona...a qual os Estados Unidos possuiriam e exerceriam soberania no território onde as ditas terras e águas estão localizadas, com inteira exclusão do exercício pela República do Panamá de quaisquer direitos de soberania, poder ou autoridade.” Provisões adicionais do tratado davam aos Estados Unidos amplos direitos de interferir virtualmente em todos os aspectos da vida nacional panamenha no sentido de proteger o canal “para sempre e a seu discernimento” e de expropriar, novamente com duração perpétua, “quaisquer outras terras e águas fora da zona.”

Em troca, o Panamá recebia um pagamento à vista de \$10 milhões, aluguel anual de \$250.000 e uma promessa, no Artigo I, de que “os Estados Unidos garantem e manterão a independência da República do Panamá.” Esta última estipulação era um pouco de jogada diplomática, na medida em que no Tratado Bidlack de 1846, ainda em vigor, os Estados Unidos haviam garantido a soberania colombiana sobre o istmo.

Em 7 de dezembro, o Presidente Roosevelt enviou o tratado ao Senado para ratificação. Os mesmos antiimperialistas que se opunham ao prosseguimento da posse dos EUA sobre as Filipinas ficaram perplexos com a extensão do Tratado Hay-Bunau-Varilla que criava uma outra quase colônia. Eles foram apoiados em sua oposição por senadores favoráveis à rota da Nicarágua, novamente liderados por John Morgan, que desta vez não enfrentou Marcus Hanna, que estava em seu leito de morte. O Senador Edward Carmack falou por muitos opositores ao expressar seu desagrado pela política manipuladora que havia levado ao tratado. “Nunca houve nenhuma insurreição verdadeira no Panamá,” disse ele. “Para todos os efeitos havia apenas um homem nessa insurreição, e esse homem era o Presidente dos Estados Unidos.”<sup>37</sup>

Roosevelt não pôde sequer convencer seus colegas republicanos de que havia agido honrosamente. O Senador pelo Massachusetts, George Hoar, estava entre os mais desconfiados deste grupo, e, portanto, o Presidente procurou convencê-lo, mostrando-lhe um documento que dava a entender que ele era inocente sobre o comportamento arbitrário. O Senador Shelby Cullom também estava presente, e forneceu um esboço do processo: “O Presidente estava sentado à mesa, do lado do Senador Hoar, e do outro, falando de sua maneira habitualmente vigorosa, tentando atrair a atenção do Senador para a mensagem. O Senador Hoar parecia não querer lê-la, mas finalmente aceitou e, sem parecer prestar qualquer atenção particular no que lia, permaneceu por um minuto ou dois, então levantou-se e disse: “Espero não viver para ver o dia em que os interesses de meu país forem colocados acima de sua honra.”<sup>38</sup>

O Senado estava claramente relutante em consentir a ratificação de um documento contaminado por atos de integridade questionável, especialmente na medida em que a Nicarágua esperava pacientemente como uma moça que toma “chá de cadeira”, esperando pela dança que há tanto tempo lhe era prometida. Mas, então, no início de janeiro, o Presidente Roosevelt partiu para a ofensiva, usando duas táticas diferentes. Primeiro ele se emburrou na bandeira, dizendo ao Congresso que o envolvimento dos EUA começou apenas quando um oficial do exército colombiano fez uma ameaça contra cidadãos dos EUA. Ele fora obrigado a reagir. “Foi apenas a frieza e a bravura com as quais esse pequeno grupo de homens vestindo o uniforme americano enfrentou dez vezes o seu número em inimigos armados, inclinados a perpetrar a ameaça atroz de seu comandante colombiano, evitando, assim, uma catástrofe assassina.” O Presidente negou categoricamente o envolvimento de sua administração na revolução panamenha: “ninguém vinculado a este governo teve parte alguma na preparação, incitação ou en-

corajamento da recente revolução no Istmo do Panamá, e salvo os relatórios de nossos oficiais do exército e da marinha, ninguém vinculado a este governo teve qualquer conhecimento prévio da revolução, exceto o que é acessível a qualquer pessoa de inteligência comum que leia os jornais e mantenha-se a par dos negócios públicos.” Dado o que sabemos sobre o itinerário de Bunau-Varilla, não é possível que esta sentença de Roosevelt fosse verdadeira.

O Presidente introduziu sua segunda explicação em sua mensagem anual ao Congresso em dezembro de 1903, quando assegurou que “a experiência de mais de meio século demonstrou que a Colômbia é definitivamente incapaz de manter a ordem no Istmo.” Roosevelt disse ao Congresso que “nós, com efeito, policiamos o Istmo no interesse de seus habitantes e de nossas próprias necessidades nacionais, e para o bem de todo o mundo civilizado.” O Presidente argumentou que “se alguma vez um governo pôde dizer ter recebido um mandato da civilização para levar a cabo um objetivo cuja realização era exigida no interesse da humanidade, os Estados Unidos estão nesta posição no que diz respeito ao canal interoceânico.”<sup>39</sup> Durante o debate da ratificação, ele escreveu a Cecil Spring-Rice, então Secretário na embaixada britânica: “foi uma boa coisa para o Egito, o Sudão e o mundo, quando a Inglaterra tomou o Egito e o Sudão. É uma boa coisa para a Índia que a Inglaterra a controle. E do mesmo modo é uma boa coisa, uma coisa muito boa, para Cuba, para o Panamá e para o mundo, que os Estados Unidos tenham agido como agiram durante os últimos seis anos. O povo dos Estados Unidos, o povo do Istmo e o resto da humanidade estarão melhores porque cavamos o Canal do Panamá e mantemos a ordem na vizinhança.”<sup>40</sup>

Este argumento triunfou. Em 23 de fevereiro de 1904, o Senado consentiu esmagadoramente (66 a 14) na ratificação, e como o Panamá já havia feito a sua própria ratificação,<sup>41</sup> o Tesouro dos EUA estava, então, livre para comprar por \$40 milhões os ativos da Nova Companhia do Canal do Panamá. Cromwell submeteu sua conta à Companhia em \$800.000 (finalmente um árbitro francês atribuiu ao procurador \$200.000), e Bunau-Varilla recebeu sua cota de *pénalitaire* dos \$40 milhões, embora ele professasse estar satisfeito com uma recompensa não monetária. “Cumprí minha missão, a missão que me impus; eu salvegardei a obra do gênio francês; vinguei sua honra; eu servi a França.”<sup>42</sup>

Agora era o momento de construir o canal. Após militares e funcionários da saúde pública dos EUA tratarem de erradicar a febre amarela, o flagelo dos franceses, e engenheiros dos EUA resolverem uma série de difíceis questões técnicas, a construção seguiu tranqüilamente como se podia esperar; mais do que isto, ela atraiu tanta atenção pública que Roosevelt não pôde resistir à tentação de visitar o local – foi a primeira vez que um presidente em exercício viajava para fora do país. Em sua viagem de volta, no fim de 1906, ele escreveu a seu filho que “com intensa energia, homens e máquinas fazem sua tarefa, os homens brancos supervisionando as coisas e manejando as máquinas, enquanto as dezenas de milhares de negros fazem o rude trabalho manual onde não vale a pena empregar as máquinas.”<sup>43</sup> Anteriormente no mesmo ano, o Secretário de Estado Elihu

Root (que havia sucedido John Hay em meados de 1905) também havia visitado a área do canal, e num discurso aos cidadãos locais, ele fizera uma análise mais ou menos parecida da divisão de trabalho: “O sucesso desta obra deve ser alcançado conjuntamente por nós. Vocês fornecem o lugar, o solo, a atmosfera, a população circundante entre a qual as pessoas que fazem o trabalho devem viver e onde a obra deve ser mantida. Nós fornecemos o capital e a capacidade construtora treinada que vem sendo cultivada no curso de séculos de desenvolvimento do continente do norte.”<sup>44</sup>

Como vários detalhes que norteavam o relacionamento EUA-Panamá não haviam sido especificados no Tratado Hay-Bunau-Varilla, as relações iniciais com as autoridades panamenhas foram caracterizadas por negociações contínuas, desde tarifas a taxas postais. Os funcionários dos EUA logo concluíram que seria melhor se os panamenhos negociassem, a partir de uma posição de completa impotência, o que os levou a pressionar o Presidente Amador a desmontar o exército nacional de 250 membros. “Seria bem melhor para o Panamá se o exército pudesse ser desmontado e quatro ou cinco boas bandas de metais estabelecidas nesta cidade, de modo que pudesse haver bastante música todos os dias. Isto divertiria, interessaria e ocuparia as mentes das pessoas e também economizaria bastante dinheiro.”<sup>45</sup> A partir da tentativa de anulação da ação panamenha, o Ministro John Barrett escreveu ao Secretário de Estado Hay que ele não esperava “confusões ulteriores no Panamá ou algum esforço de insurreição.” Ele se preocupava com o futuro, pois “é preciso lembrar que a massa do povo é escolada e experimentada em todos os tipos de motins, agitações e excitações populares, e grande mal poderia ser feito se, em alguma ocasião, não houvesse uma força, como uma companhia de fuzileiros, conveniente em Ancon, cuja presença moral, mesmo que eles não participassem da preservação da ordem, teria o efeito de manter a calma e proteger a propriedade.”<sup>46</sup> O impulso geral da política dos EUA era manter os panamenhos fora do caminho de modo que o canal pudesse ser construído por pessoal dos EUA e trabalhadores importados das ilhas do Caribe.

Cerca de dois anos depois da separação do Panamá, os Estados Unidos procuraram a reconciliação com a Colômbia, embora no início o Presidente Roosevelt tornasse a reaproximação impossível, continuando a caracterizar os colombianos como ladrões frustrados, escreveu a Cecil Spring-Rice que “os políticos e revolucionários em Bogotá merecem precisamente a quantidade de simpatia que estendemos a outros bandidos ineficientes.”<sup>47</sup> Deste modo, o Secretário de Estado Root sabia que se ele quisesse melhorar as relações, ele teria que superar a resistência de seu Presidente; não obstante, ele aparentemente pensava ser importante fazer um esforço, em parte porque ele queria alterar a política geral dos EUA em relação à América Latina e em parte porque os enviados dos EUA ficavam consternados com o autagonismo que encontravam em Bogotá. Em meados de 1906, o ministro na Colômbia escreveu a Root que “você não pode imaginar como ainda é forte o sentimento, chegando quase ao ódio, entre o povo da Colômbia contra os Estados Unidos.”<sup>48</sup> Root estava suficientemente

preocupado a ponto de fazer uma parada não planejada em Cartagena no final de seu *tour* sul-americano de 1906, onde ele ficou convencido de que se deveria pedir desculpas.

Como Roosevelt jamais permitiria uma afirmação direta de remorsos, Root vislumbrou um complexo tratado tri-lateral que permitiria ao Panamá passar um pedido de desculpas dos EUA à Colômbia. Um dos atos finais do mandato de Root como Secretário de Estado veio no início de janeiro de 1909, quando o Panamá assinou um tratado concordando em pagar à Colômbia \$2.5 milhões, caracterizados como sua parte da dívida nacional colombiana antes da separação, em troca a Colômbia reconheceria a independência de sua antiga província. No mesmo dia, os Estados Unidos assinaram um tratado com o Panamá concordando em pagar metade dos \$2.5 milhões e começando a pagar seu aluguel anual de \$250.000 ao Panamá em 1908 ao invés de em 1913, conforme previsto no Tratado Hay-Bunau-Varilla. E, em terceiro lugar, os Estados Unidos assinaram um tratado com a Colômbia garantindo a seus cidadãos preferências de navegação através do canal e concessões comerciais adicionais na Zona do Canal, tudo isto justificado pelo “relacionamento histórico e geograficamente peculiar” da Colômbia com o Panamá. Os Estados Unidos e o Panamá ratificaram ambos seus tratados, mas os colombianos, ainda não inclinados a perdoar, responderam derrubando o governo que havia assinado os acordos. Nesta altura, Root e Roosevelt já haviam deixado os cargos, e a administração Taft não estava interessada em iniciar novas negociações.

Tudo teria permanecido como estava se Roosevelt não tivesse reaberto o caso em 1911. Ao invés de fazer o que fizera a quase todos os outros animais que encontrara em suas caçadas e matara a tiros, Roosevelt deixou o gato sair do saco. Saindo de seu discurso preparado para as cerimônias do Charter Day na Universidade da Califórnia, o ex-Presidente teria dito: “Eu tomei o Istmo.”<sup>49</sup> Como esta versão contradizia a longa explicação do Presidente ao Congresso em janeiro de 1904, a afirmação feita na Califórnia desencadeou ainda uma outra tormenta de protestos no Congresso, desta vez liderados pelo Deputado democrata Henry Rainey, que manobrou uma resolução pedindo um inquérito completo sobre as circunstâncias da declaração de independência do Panamá. Depois de muita preparação e nove dias de testemunhos sob juramento (incluindo página após página de negativas de William Nelson Cromwell a responder questões com base no privilégio advogado-cliente), a comissão Rainey produziu um dos mais fascinantes documentos já publicados sobre as relações Estados Unidos-América Latina, uma crônica de setecentas páginas intitulada *The Story of Panama* [O Caso do Panamá].<sup>50</sup>

Roosevelt havia iniciado o processo anos antes, em meados de dezembro de 1908 quando, exasperado pelo fluxo contínuo de acusações de impropriedade pelo *World* de Joseph Pulitzer, o Presidente em fim de mandato perdeu todo senso de proporção e enviou uma mensagem especial ao Congresso, argumentando que “não deveria ser deixado para um cidadão comum processar o Sr. Pulitzer por difamação. Ele deveria ser processado por difamação por autoridades

governamentais.” Duas semanas antes do fim do mandato de Roosevelt, o Procurador Geral conseguiu convencer um tribunal do júri do Distrito de Columbia a indiciar os donos do *World* e seus associados do Indianápolis *News*. Para preparar sua defesa legal, Pulitzer pôs repórteres para reunirem qualquer informação disponível sobre as circunstâncias cercado a independência do Panamá, e logo ele havia reunido o maior conjunto existente de material e fonte sobre o assunto. Todo este trabalho parecia ter sido inútil, porque no início de 1911, a Suprema Corte decidiu por unanimidade que o processo do governo estava viciado tecnicamente, pois deveria ter sido levado a cortes estaduais ao invés de federais. Já embaraçada pelo uso de um poder governamental utilizado para vingança pessoal de Roosevelt, a administração Taft desinteressou-se completamente em levar a questão adiante.

Porém, dois meses mais tarde, Roosevelt fez seu discurso em Berkeley, e o ex-Presidente logo veio a lamentar o dia em que atacara Pulitzer. O Deputado Rainey, que teria estado em clara desvantagem numa época anterior a equipes profissionais de comissões e promotores especiais, simplesmente pediu a Pulitzer que lhe emprestasse o material recolhido pelo *World*, que havia sido usado como base para suas audiências. Na verdade, a maior parte do testemunho era dado pelo repórter do *World*, Henry Hall, que havia coordenado a defesa do jornal no processo de difamação.

Embora tudo isso estivesse ocorrendo em Washington, os relatórios da Colômbia continuavam a indicar grande hostilidade. Em 1912, o Ministro dos EUA na Colômbia, James Du Bois, escreveu ao Secretário de Estado Philander Knox que “recusando a permitir à Colômbia a manutenção de seus direitos de soberania sobre um território onde ela havia mantido domínio por oitenta anos, a amizade de quase um século desapareceu, a indignação de todos os colombianos e de milhões de outros latino-americanos foi despertada e ainda é intensamente ativa. A confiança na justiça e retidão dos Estados Unidos, há tanto manifesta, desapareceu completamente, e a influência maligna desta condição está permeando a opinião pública em todos os países latino-americanos.”<sup>51</sup>

Um democrata finalmente chegou à Casa Branca em 1913 e, em abril de 1914, o Secretário de Estado William Jennings Bryan assinou um tratado expressando “sincero pesar por algo haver ocorrido e como conseqüência interrompido ou danificado as relações de cordial amizade que por tanto tempo existiram entre os dois governos,” e concordou em pagar à Colômbia uma indenização de \$25 milhões. Roosevelt indignado chamou o tratado de “um ataque à honra dos Estados Unidos,” e o Senado recusou-se a considerá-lo uma ratificação.<sup>52</sup> Apenas sete anos mais tarde, depois que Roosevelt estava morto, que um novo tratado foi negociado, desta vez sem a expressão de “sincero pesar,” e os Estados Unidos pagaram à Colômbia \$25 milhões para encerrar a disputa.

James Bryce chamou uma vez o Canal do Panamá de “a maior liberdade que o Homem jamais tomou com a Natureza.”<sup>53</sup> Ele é ainda uma das maravilhas



do mundo e, dados os obstáculos que tiveram que ser superados em sua construção, quase um milagre. Hoje os visitantes podem sentar-se em arquibancadas ao longo das Eclusas Pedro Miguel sem perceber que estão cercados por um dos terrenos mais inóspitos do globo. Um navio aparece, então, contornando de uma curva à distância, e mesmo o mais *blasé* dos observadores presta atenção. As portas gigantescas das eclusas gêmeas abrem-se balançando, pequenas locomotivas puxam delicadamente dois navios, um em cada direção, os portões fecham, e um navio lentamente sobe enquanto o outro desce. Após uns poucos minutos, os portões reabrem, e os navios deslizam e continuam em seu caminho – passando por mais dois conjuntos de eclusas, cerca de 20 milhas de lago e mais umas poucas milhas de fosso estreito, substituindo uma viagem cheia de imprevistos por 10.000 milhas em torno do Estreito de Magalhães, o extremo sul da América do Sul. Digam o que quiserem de Theodore Roosevelt e sua geração, mas eles construíram um belo canal.

Desde o início, essa geração reconheceu que seu feito de engenharia havia sido subestimado pelo comportamento antiético do governo. O Senador Money observou que mesmo ele, um vigoroso defensor da rota rival nicaragüense, não podia possivelmente votar contra o tratado do Panamá que deu aos Estados Unidos “mais do que qualquer um nesta Câmara jamais sonhou ter.” Ele se perguntou por que isto veio a ser tão unilateral. “Nós nunca tivemos uma concessão tão extraordinária em suas características como esta. De fato, soa muito como se nós mesmos a tivéssemos escrito.” Ao mesmo tempo, o Secretário de Estado Hay apressava a ratificação do tratado, pois, “assim que o Senado votar, vamos ter um tratado no principal muito satisfatório, muito vantajoso para os Estados Unidos e, devemos confessar, com a face que podemos mostrar, não tão vantajoso para o Panamá.”<sup>54</sup>

Convencidos de que não se podia confiar que colombianos e panamenhos agissem com responsabilidade, os Estados Unidos assumiram o controle da parte mais valiosa do território da América Latina. Ao fazê-lo, a administração Roosevelt excedeu os limites da opinião pública dos EUA, mas nenhuma força política ergueu-se para desafiar os jingoístas, partidários do *Destino Manifesto* da virada do século, em grande medida porque quase todo mundo queria um canal, e quase todo mundo concordava em que os Estados Unidos deveriam controlá-lo. Como permitiu-se que este fim desejável justificasse meios desagradáveis, os Estados Unidos deram um passo além da Emenda Platt, estabelecendo uma espécie de colônia formal na América Latina, sem mesmo pretender incorporá-la à União. Durante as sete décadas seguintes, a Zona do Canal do Panamá representaria o mais óbvio legado da era de imperialismo na política dos Estados Unidos em relação à América Latina.

## notas

- 1 Thomas Jefferson a Monsieur Le Roy, 13 de novembro de 1786, *The Writings of Thomas Jefferson*, Albert Ellery Bergh, ed., 20 vols. (Washington, D.C.: Thomas Jefferson Memorial Association, 1903-1904), vol.5, p.471; Clay a Anderson e Seargent, 8 de maio de 1826, Instruções Diplomáticas do Departamento de Estado, 1801-1906, NA M77/R6.
- 2 *A Compilation of the Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.5, p.15-16.
- 3 U.S. Grant, *Personal Memoirs of U.S. Grant*, 2 vols. (N.Y.: Charles L. Webster, 1892), vol.1, p.195, 8.
- 4 Lewis Cass a Mirabeau Lamar, 25 de julho de 1858, Instruções aos Estados Centro-Americanos, NA M77/R27.
- 5 As instruções dos representantes dos EUA em 1879 e seus relatórios estão reimpressos em Doc. Senado No.102, 58th Cong., 2d Sess., 19 de abril de 1904. A Concessão Wyse, às vezes chamada de Contrato Salgar-Wyse, está reimpressa em Congresso dos EUA, Senado, *Report on the Proposed Interoceanic Canal*, Doc. Exec. Senado No.112, 46th Cong., 2d Sess., 9 de março de 1880.
- 6 Evarts a Dichman, 19 de abril de 1880, Instruções à Colômbia, NA M77/R46.
- 7 Ferdinand de Lesseps, "The Interoceanic canal," *North American Review* 130 (janeiro de 1880), p.11, 13; para o comparecimento de de Lesseps diante do Congresso, ver Doc. Misc. Câmara No.16, 46th Cong., 3d Sess., 1881.
- 8 Anotações no diário de 13 de janeiro e 7 de fevereiro de 1880, *Diary and Letters of Rutbeford Birchard Hayes*, Charles Richard Williams, ed. 5 vols. (Columbus: Ohio State Archaeological and Historical Society, 1922-1926), vol.5, p.583-589; *Messages and Papers of the Presidents*, vol.7, p.585-6.
- 9 *Diary and Letters of Rutbeford B. Hayes*, vol.5, p.589.
- 10 *Messages an Papers of the Presidents*, vol.8, p.11, 41.
- 11 Frelinghuysen a Lowel, 8 de maio de 1882, FRUS, 1882, p.271-83.
- 12 *Journal of the Executive Proceedings of the Senate*, 29 de janeiro de 1885, p.453.
- 13 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.8, p.327-8.
- 14 *Ibid*, vol.9, p.10.
- 15 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.9, p.438.
- 16 30 Stat.59; 28 Stat. 948-9.
- 17 A outorização e dotação de orçamento estão contidas num único projeto de lei, 30 Stat. 1150.
- 18 Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Assuntos Estrangeiros, *The Story of Panama: Hearings on the Rainey Resolution*, 62d Cong., 2d Sess., 1913, p.61-2, 140.
- 19 *The Story of Panama*, p.224-225; Philippe Bunau-Varilla, *Panama: The Creation, Destruction, and Resurrection* (Londres: Constable, 1913), p.161.
- 20 Bunau-Varilla, *Panama*, p.166.

## a criação de um país e a construção de um canal

21 O relatório da Comissão de 16 de novembro de 1901 está em Doc. Senado 54, 57th Cong., 1st Sess., 16 de novembro de 1901; a citação está na página 263. O relatório foi reimpresso com apêndices como Doc. Senado 222, 58th Cong., 2d Sess., 1904.

22 32 Stat. 1903.

23 *Messages and Papers of the Presidents*, vol. 10, p.439.

24 Congresso dos EUA, Senado, *Report of the Isthmian Canal Commission*, Doc. Senado No.123, 57th Cong., 1st Sess., 1902, p.10.

25 O relatório de 31 de maio de 1902, intitulado "Isthmian Canal Views of the Minority of the Committee on Inter-oceanic Canals," está em Relatório do Senado 783, pt.2, 57th Cong., 1st Sess., 1902; Shelby M. Cullon, *Fifty Years of Public Service* (Chicago: A. C. McClurg, 1911), p.281, 386.

26 32 Stat. 481; a votação na Câmara sobre o relatório da conferência está em *Congressional Record*, 26 de junho de 1902, p.7441-2.

27 Beaupré a Hay, 30 de março, 15 de abril e 4 de maio de 1903, em Congresso dos EUA, Senado, *Diplomatic History of the Panama Canal: Correspondence Relating to the Negotiation and Application of Certain Treaties*, Doc. Senado No.474, 63d Cong., 2d Sess., 1914, p.379-88.

28 Roosevelt a Hay, 14 de julho, 19 de agosto e 15 de setembro de 1903, com a primeira carta no Rolo 331, Roosevelt Papers, LC, e as outras em *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.3, p.567, 598, 625; Roosevelt a Lummis, 4 de janeiro de 1904, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.3, p.688; Roosevelt a William Thayer, 2 de julho de 1915, em William Roscoe Thayer, *The Life and Letters of John Hay*, 2 vols. (Boston: Houghton Mifflin, 1915), vol.2, p.327-8.

29 Thomas Moore a Van Buren, 28 de janeiro de 1831; Moore a Livingston, 10 de abril de 1833; McAfee a Forsyth, 2 de setembro de 1834; Foote a Clayton, 5 de julho de 1850; Bowlin a Marcy, 10 de maio de 1855, 1 de agosto de 1856 e 20 de fevereiro de 1857, Despachos da Colômbia, NA T33/R6, R7, R8, R12, R13; para um despacho típico do período pós-Guerra Civil, ver Burton a Seward, 3 de novembro de 1865, Despachos da Colômbia, NA T33/R21.

30 Roosevelt a Marcus Hanna, 5 de outubro de 1903, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.3, p.625.

31 *The Story of Panama*, p.332-3.

32 *Ibid.*, p.349, 351, 398, 413; os telegramas estão reimpressos literalmente na p.335, e os diários de bordo do *Nashville* e do U.S.S. *Dixie* estão reimpressos nas p.380 s.

33 *Congressional Record*, 9 a 17 de março de 1903, p.13-120; a citação está na p.16.

34 Hay a H.S. Pritchett, 28 de dezembro de 1903, Hay Papers, LC.

35 Hay a Helen Hay Whitney, 19 de novembro de 1903, em Thayer, *Life and Letters of John Hay*, vol.2, p.318.

36 Bunau-Varilla, *Panama*, p.378.

37 *Congressional Records*, 13 de janeiro de 1904, p.706.

38 Cullom, *Fifty Years of Public Service*, p.212-213.39 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.679-704; as citações estão nas p.658-67, 695-7, 701-2

39 *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.679-704; as citações estão nas p.658-67, 695-7, 701-2.

40 Roosevelt a Spring-Rice, 18 de janeiro de 1904, *The Correspondence of Theodore Roosevelt*, vol.3, p.699.

41 A ratificação do Panamá ocorreu em 2 de dezembro de 1903. Bunau-Varilla havia sugerido que Amador e Boyd ratificassem o tratado em Washington, mas eles insistiram que careciam de autoridade. O documento foi, portanto, enviado ao Panamá para ratificação. Enquanto ele estava em trânsito, Bunau-Varilla bombardeou a junta com avisos de sérias conseqüências no evento, caso não houvesse ratificação. A junta telegrafou de volta, em 26 de novembro, notificando que ratificaria o tratado assim que ele chegasse. Cinco dias depois, às 4h da tarde, em 1 de dezembro, o documento de 31 páginas chegou a Colón. Foi ratificado na manhã seguinte.

42 Bunau-Varilla, *Panama*, p.429.

43 Roosevelt a Kermit Roosevelt, 20 de novembro de 1906, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.498.

44 *Latin America and the United States: Addresses by Elihu Root*, Robert Bacon e James Brown Scott, eds. (Cambridge: Harvard University Press, 1917), p.149-50.

45 Joseph Lee a Hay, 14 de novembro de 1904, Despachos do Panamá, NA T26/R3.

46 Barrett a Hay, 13 de dezembro de 1904, Despachos do Panamá, NA T726/R3.

47 Roosevelt a Cecil Spring-Rice, 18 de janeiro de 1904, e Roosevelt a George Harvey, 19 de dezembro de 1903, *The Correspondence of Theodore Roosevelt*, vol.3, p.699, 73; ver também Roosevelt a Osborn, 19 de dezembro de 1903, Rolo 332, Roosevelt Papers, LC.

48 John Barrett a Root, 23 de maio de 1906, em Senado dos EUA, *Diplomatic History of the Panama Canal: Correspondence*, p.114-5.

49 As palavras exatas de Roosevelt permanecem abertas ao debate. Seu texto preparado contém um inocente comentário: "Viajei ao Istmo, comecei o canal e, então, deixei que o Congresso não debatesse o canal, mas debatesse a mim." O estenógrafo da universidade, ao invés, registrou: "Tomei o Istmo, comecei o canal e, então, deixei que o Congresso não debatesse o canal, mas debatesse a mim." O texto preparado está em "Charter Day Address at the University of California," Série 5, Sub-série A, 23 de março de 1911, Rolo 421, Roosevelt Papers, LC; o relatório do estenógrafo está em University of California *Chronicle* 13 (abril de 1911), p.131-145.

50 Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Assuntos Estrangeiros, *The Story of Panama: Hearings on the Rainey Resolution*, 62d Cong., 2d Sess., 1913.

51 DuBois a Knox, 30 de setembro de 1912, Despachos da Colômbia, 711.21119, NA. Para outra explicação do enviado, ver *Ex-U.S. Minister to Colombia James T. Du bois on Colombia's Claims and Rights*, Hallstead, Pa, 1 de julho de 1914, n.p.

52 Roosevelt a William Stone, 11 de julho de 1914, *Correspondence of Theodore Roosevelt*, vol.7, p.778.

53 James Bryce, *South America: Observations and Impressions* (New York: Macmillan, 1912), p.36.

54 *Congressional Record*, 20 de fevereiro de 1904, p.2133; Roosevelt a Spooner, 20 de janeiro de 1904, Rolo 337, Roosevelt Papers, LC; Hay a Spooner, 20 de janeiro de 1904, Letterbooks, Rolo 2, Hay Papers, LC.

## castigo para a transgressão crônica

*Estou procurando o mínimo de interferência necessária para torná-los bons.*

*Presidente Theodore Roosevelt, 1908*

**D**as instruções iniciais aos enviados dos EUA, na década de 1820, à Lei (Helms-Burton) de Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana em 1996, os Estados Unidos sempre enfatizaram fortemente a proteção da propriedade de seus cidadãos na América Latina. Tem-se exigido compensação por atos alegadamente cometidos por governos latino-americanos (detenções e prisões ilegais, revogação de concessões, confisco ilegal de bens), e por falha de autoridades locais em proteger vidas e propriedade de cidadãos dos EUA. Esta proteção tornou-se uma questão especialmente relevante no início do século XX, quando vários governos latino-americanos demonstravam regularmente incapacidade ou indisposição para pagar suas dívidas a portadores de obrigações estrangeiros.

Essa era uma época em que governos com força suficiente eram capazes não simplesmente de seguir as reivindicações de seus cidadãos, mas também de adjudicá-las e, se necessário, implementar suas decisões com canhoneiras. Nisto os Estados Unidos nunca foram únicos, embora sua ação tenha sido incomum de uma maneira: a política de reivindicações sempre refletiu o hábito de investidores prejudicados contratarem membros do Congresso para ajudá-los, anteriormente por retenção de pagamento, hoje para contribuições de campanha. Esta tática é quase garantida para gerar alguma ajuda do governo, pois o Departamento de Estado acredita ser diplomático enviar um telegrama, como, por exemplo, no fim de 1903, notificando o encarregado dos EUA em Caracas que “o Presidente, a pedido do Senador Hiscock, conselheiro para a Warner and Quinlan Asphalt Company, orientou-me a lhe enviar a declaração anexa...,” seguindo-se instruções sobre o que deveria ser feito para aplacar o Senador.<sup>1</sup>

O significado deste *lobbying* não deve ser nunca subestimado, mas no início do século XX, dois fatores adicionais tornavam tais reivindicações a questão dominante nas relações EUA-América Latina. Um era a ideologia predomnan-

te do *Destino Manifesto* do período, mantendo que uma responsabilidade dos Estados Unidos era, como escreveu o Presidente Roosevelt em 1904, “mostrar aqueles Dagos\* que eles devem se comportar decentemente.”<sup>2</sup> O outro era a percepção de que as potências européias, particularmente a Alemanha, estavam usando as reivindicações de seus cidadãos como um subterfúgio para testar os limites da Doutrina Monroe. Estes dois fatores distintos combinaram-se duas vezes no início do século XX – uma vez na Venezuela (em dois episódios distintos), a outra na República Dominicana – estimulando os funcionários dos EUA a desenvolverem uma nova política em relação a devedores latino-americanos, uma política conhecida como o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe.

Se os funcionários do Departamento de Estado, no início do século XX, tivessem pesquisado em seus arquivos, eles teriam descoberto que estrangeiros estavam fazendo reivindicações contra a Venezuela desde a independência. O Presidente Zachary Taylor mencionou o problema em sua mensagem anual de 1849 ao Congresso, bem como o Presidente Fillmore em 1852; e já em 1864, diversas nações européias ameaçavam com ação militar se a Venezuela se recusasse a assinar tratados que providenciassem pagamento baseado numa percentagem de obrigações aduaneiras, que na época eram a principal forma de ganho do governo quase em toda parte. Os franceses realmente foram adiante com sua ameaça e, com suas canhoneiras paradas no horizonte, garantiram suas reivindicações com 10 % das obrigações de quatro portos venezuelanos.

Em teoria, essa torneira da principal fonte de ganho do governo providenciava um mecanismo ideal de pagamento, mas na prática, freqüentemente surgiam disputas sobre quanto havia sido recolhido, sobre atrasos de pagamentos e, ocasionalmente, sobre o compromisso de recebimentos aduaneiros por mais de um reclamante. Ninguém queria depender de funcionários venezuelanos, escreveu um ministro dos EUA em 1867, três semanas após sua chegada ao país. “Seu Presidente, seu Gabinete, e mais altos funcionários, se metade do que ouvi é fidedigno, são piores que assaltantes, apropriando-se dos ganhos do governo para seu próprio uso sem autoridade legal, de fato sem autoridade nenhuma, salvo aquela que uma soldadesca desqualificada lhes dá.” O ministro anterior dos EUA havia relatado poucos meses antes que os juízes venezuelanos “estão sujeitos à suspeita de suborno e com freqüência são facilmente controlados em sua ação por antipatia a estrangeiros,” e que “a honestidade de quase todo homem público neste país é duvidosa.”<sup>3</sup>

Para evitar a necessidade de depender de venezuelanos corruptos, o Ministro Thomas Stilwell propôs a anexação aos Estados Unidos. Nesse momento, o Presidente Grant estava tendo dificuldades em convencer o Congresso a anexar a República Dominicana, e decidiu, portanto, que uma melhor abordagem seria não simplesmente impor uma penhora, mas também assumir o controle real dos

\* “Dago”, uma corruptela do espanhol “Diego”, era originalmente usado em meados do século XIX como uma referência depreciativa aos mexicanos no sudoeste dos EUA.

recolhimentos aduaneiros da Venezuela. Sua proposta foi inutilizada antes que o novo ministro dos EUA pudesse cumpri-la, porque a Venezuela começou a pagar seus credores.<sup>4</sup> Por alguns anos o governo de Caracas foi capaz de pagar sua dívida o suficiente apenas para evitar intervenção, mas nunca o bastante para prover a plena satisfação.

Esse equilíbrio delicado entre negligência e cumprimento das obrigações foi perturbado em meados de 1881, quando o governo francês perdeu a paciência e ameaçou intervir em favor de seus cidadãos que portavam bônus venezuelanos sem pagamento. Nessa altura, o Secretário de Estado James Blaine desempoeirou a proposta da administração Grant e sugeriu aos franceses um processo que se tornaria prática padrão nas primeiras três décadas do século XX:

o Presidente sugere que os EUA coloquem um agente em Caracas autorizado a receber determinada quantia a cada mês do governo venezuelano conforme for concordado ser paga – não menos do que o total atualmente pago – e a distribuir a dita quantia *pro rata* às diversas nações credoras. Se o governo venezuelano atrasar por mais de três meses os pagamentos regulares, então o agente ali colocado pelos EUA e agindo como um Curador para as nações credoras será autorizado a assumir o controle das alfândegas em Lagunayra e Puerto Cabello e reservar das receitas mensais a soma suficiente para pagar as quantias estipuladas.<sup>5</sup>

Negociações para implementar esta proposta estavam em andamento, quando Blaine foi substituído pelo cauteloso Frederick Frelinghuysen, que não concordava em que os Estados Unidos aceitassem a responsabilidade de satisfazer os credores europeus.

As reivindicações de cidadãos dos EUA expandiram-se significativamente durante os anos finais do século XIX, uma época em que as ruas de pedras de muitas cidades dos EUA estavam sendo pavimentadas com o asfalto vindo do leste da Venezuela. Para vincular este suprimento à demanda, o governo venezuelano cedeu várias concessões a empresários dos EUA, que fizeram belos lucros cavando o asfalto e transportando-o para o norte. Observando esses lucros, investidores rivais procuravam por todos os meios, nem todos eles éticos, convencer o governo venezuelano a transferir as concessões, e isto criou um foco de reivindicações e contra-reivindicações que os investidores melindrados regularmente despejavam no colo do Departamento de Estado.<sup>6</sup>

Os funcionários dos EUA estavam cientes de que muitas dessas reivindicações eram exageradas e que algumas eram patentemente ilegítimas. Em 1903, por exemplo, uma comissão mista de reivindicações norte-americana-venezuelana, examinando cinquenta e cinco reivindicações totalizando 81.4 milhões de bólivares, descartou metade delas como infundadas, e com relação às restantes, apenas 0,5 % delas foram contempladas. Ou seja 99,5 % das reivindicações foram descartadas. Investidores dispostos às mais bizarras demandas, aparentemente não recuavam diante de outros tipos de fraude, e numa certa altura o ministro dos

EUA em Caracas reclamou ao secretário de Estado: “Está na hora de nossas Companhias Americanas na Venezuela e em todas as outras repúblicas da América do Sul e Central, mudarem suas políticas. Eu nunca soube de uma delas que tivesse conduzido suas relações com este Governo de uma maneira decente.” O enviado logo em seguida acrescentava, porém, que “a culpa não é inteiramente delas. Apenas depois de ter investido seu capital aqui que nossas Companhias aprendem que a política geral das autoridades venezuelanas em relação a todos os estrangeiros [sic] é de logro, intimidação e espoliação.” O Presidente Roosevelt acabou enviando um agente especial à Venezuela para estudar “até onde esses interesses têm, por suas próprias iniquidades, perdido o direito à proteção.”<sup>7</sup>

Contra este pano de fundo histórico de contínuo aumento de investimento estrangeiro pontuado por ameaças esporádicas de intervenção, a Venezuela passou por um período particularmente tempestuoso de inquietação política na virada do século. A nação era liderada pelo General Cipriano Castro, que tomara o poder em 1899 e o manteve com dificuldade até 1908. Funcionários dos EUA geralmente caracterizavam o Presidente Castro como um ditador caprichoso – “um indescritível macaquinho vilão” era a visão que dele tinha Theodore Roosevelt.<sup>8</sup>

Muito da animosidade em relação a Castro era motivado por sua insistência em que os estrangeiros procurassem encaminhar suas queixas através do sistema judiciário venezuelano, não através de canais diplomáticos. Esta posição era apoiada pela doutrina associada a Carlos Calvo, um jurista argentino. Baseando seu argumento no princípio da imunidade de soberania, Calvo insistia em que os investidores e credores não mereciam direitos especiais simplesmente por serem estrangeiros. No fim de 1902, a doutrina de Calvo foi suplementada por uma nota formal diplomática do Ministro do Exterior da Argentina, Luis Drago, aos Estados Unidos. Escrita durante mais uma das crises de reivindicações venezuelanas, o longo memorando de Drago começava por observar que “a recuperação de empréstimos por métodos militares supõe uma ocupação territorial.” Isto, prosseguia ele, era contrário ao princípio de igualdade de soberania, há muito apoiado pelos Estados Unidos e violava a Doutrina Monroe.<sup>9</sup> Os funcionários em Washington ficaram claramente incomodados com a sugestão de Drago de que pudesse existir um conflito entre o comportamento aceito (intervenção para implementar reivindicações) e seu mais acalentado princípio de política externa, a Doutrina Monroe. O Secretário de Estado Hay não soube como responder, e, portanto, postergou por seis semanas enquanto ouvia conselhos. Notando que o argumento de Drago impediria intervenção tanto dos EUA bem como a europeia, o procurador do Departamento alertou quanto a ser envolvido por tal argumento. Hay aceitou seu conselho e o do Secretário Assistente Alvey Adee, que instou o secretário a responder citando a mensagem anual de 1901 de Roosevelt ao Congresso: “Não garantimos nenhum Estado contra punição se ele se conduz mal.”<sup>10</sup>

Embora lenta para germinar, a semente da não-intervenção havia sido plantada em solo fértil da Doutrina Monroe, e em 1914 o próprio ex-Presidente



Roosevelt escreveria que “estou inclinado a pensar que devemos finalmente chegar à doutrina do notável jurista internacional argentino, Señor Drago.” Durante sua presidência, contudo, Roosevelt não consideraria permitir que a Doutrina Monroe servisse de proteção para “pequenos ninhos de bandidos do tipo maldoso e ineficaz” tais como ele via na Venezuela.<sup>11</sup> Ao invés disso, ele prosseguira a política anunciada pelo primeiro secretário de Estado de McKinley, que advertiu o ministro dos EUA no Haiti, em 1897, por sugerir proteção dos EUA contra intervenção européia para implementar reivindicações: “A Doutrina Monroe a qual você se refere é inteiramente inaplicável a este caso.” Defendendo esta posição quando era vice-presidente, Roosevelt escreveu a um diplomata alemão que “se algum Estado sul-americano comportar-se mal em relação a algum país europeu, que o país europeu o espanque.”<sup>12</sup>

Deste modo a administração Roosevelt não objetou quando, no fim de 1902, a Alemanha e a Grã-Bretanha notificaram os Estados Unidos que estavam se preparando para implementar as reivindicações de seus cidadãos na Venezuela. Ambas as potências européias tiveram o cuidado de evitar despertar qualquer preocupação quanto a expansionismo europeu; o embaixador alemão enfatizou que “sob nenhuma circunstância consideramos em nosso procedimento a aquisição ou ocupação permanente de território venezuelano.” O Secretário de Estado Hay respondeu aos ingleses e alemães citando a recente mensagem anual do Presidente: “Não garantimos nenhum Estado contra punição se ele se conduz mal, desde que a punição não assuma a forma de aquisição de território por uma potência não-americana.”<sup>13</sup>

Dado o sinal verde pelos Estados Unidos, no início de dezembro, a Alemanha e a Grã-Bretanha (agora junto com os italianos) emitiram ultimatos à Venezuela para pagar os débitos ou sofrer as devidas conseqüências. Não recebendo resposta, os três países retiraram seus diplomatas de Caracas, dominaram a maior parte da pequena marinha venezuelana, declararam um bloqueio formal dos portos da Venezuela e bombardearam Puerto Cabello.

Nesta altura os funcionários dos EUA começaram a reconsiderar sua política de aquiescência. A reação inicial foi enviar um oficial da Marinha para fazer um levantamento das defesas costeiras da Venezuela e entrevistar militares venezuelanos sobre as condições das forças armadas da nação. Até hoje não está claro o que, exatamente, os Estados Unidos planejavam fazer com essa informação, mas alguém em Washington estava obviamente engajado em um planejamento para uma possível defesa norte-americana da Venezuela. Ao mesmo tempo, o Ministro Herbert Bowen convencia a Venezuela a aceitar arbitragem, e o Presidente Castro, por sua vez, tomou a medida sem precedentes de designá-lo como consultor jurídico da Venezuela.

A tarefa de Bowen era desanimadora, pois cidadãos da Bélgica, França, México, Holanda, Espanha, Suécia, Noruega e Estados Unidos também tinham reivindicações contra a Venezuela. Com a Alemanha, a Grã-Bretanha e a Itália, isto perfazia dez países ao todo. No início de 1903, Bowen propôs criar dez comis-

sões mistas de reivindicação, e então pagar às reclamações que essas comissões julgassem legítimas com 30% da receita alfandegária de La Guaira e Puerto Cabello. Pronto para identificar países com outros interesses, o Secretário do Exterior britânico imediatamente respondeu que a Inglaterra “não podia aceitar um acordo que a forçaria a colocar suas reivindicações em pé de igualdade com as de potências que não participavam do bloqueio.” Depois de duas semanas de negociações em Washington resultarem infrutíferas, em 13 de fevereiro a Venezuela e as potências que participavam do bloqueio concordaram em submeter a questão do pagamento preferencial a juízes do Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia.<sup>14</sup> Enquanto isso, as dez comissões mistas de reivindicação reuniam-se em Caracas. Este foi o processo já observado anteriormente no qual a comissão EUA-Venezuela desautorizou 99,5 % das reivindicações dos EUA. Todos os outros nove países reivindicantes se saíram um pouco melhor; a Bélgica, principalmente, com 73 % de suas reivindicações contempladas.

Durante o mesmo verão, Francis P. Loomis, um legalista republicano do Ohio que havia passado quase quatro anos como ministro de William McKinley para a Venezuela, chegava à posição número dois no Departamento de Estado. Refletindo como um espelho o pensamento de Theodore Roosevelt, Loomis havia acompanhado de Caracas o desenrolar da Guerra Hispano-Americana. Quando as tropas dos EUA desembarcaram em Cuba, ele escreveu ao seu companheiro de Ohio, o Secretário de Estado William Day, que “creio que é nosso destino controlar mais ou menos diretamente a maioria dos países latino-americanos.” Parte desse controle poderia vir do ato de “lhes emprestar dinheiro e administrar seus ganhos,” mas Loomis também apoiava a anexação direta de novas terras. “Estou feliz por ter cabido a esta administração fortalecer nosso país acrescentando ao seu domínio as ilhas que nós mesmos podemos ter que sustentar como uma das principais nações da terra e, num breve porvir, a principal no bom sentido do termo.”<sup>15</sup> Loomis achava que Porto Rico seria uma primeira aquisição ideal porque “o povo de lá não é inquieto e aguerrido como o de Cuba.” O resto da América Latina seria mais difícil: “Aqueles que têm o controle [isto é, o Secretário Day] devem aprender uma coisa que eu aprendi...que não há lugar para crença na palavra de um homem de raça latina se ele pode ter algo a ganhar mentindo. Isto pode ser posto como uma regra.”<sup>16</sup>

Loomis, portanto, não se surpreendeu quando novas reivindicações contra a Venezuela apareceram um ano após o julgamento das comissões mistas de reivindicações. O Ministro Bowen relatou que “não há absolutamente esperança para a Venezuela tal como está agora. Se ela não se reformar, ou não for reformada, vai mergulhar nas profundezas mais baixas da degradação política. Como o país não tem desejo de se reformar, quanto mais cedo ela for reformada pelos Estados Unidos, melhor.”<sup>17</sup> Um mês mais tarde, o governo Castro da Venezuela tomou um depósito de asfalto operado por uma concessionária dos EUA, e Bowen telegrafou, ao Departamento de Estado pedindo ajuda imediata: “A pressão pode ser aplicada por nossos navios de guerra em La Guaira, e as alfândegas devem

ser tomadas se necessário.” Dois dias mais tarde, Bowen escreveu ao Secretário de Estado Hay que “quaisquer que sejam os planos e propósitos [do Presidente Castro], estou certo de que são iníquos, e que ele deve receber uma lição agora mesmo da qual nem ele nem nenhum outro perturbador internacional da paz neste lado das águas jamais esquecerá.” No início de agosto, Bowen havia perdido completamente a paciência com o Presidente da Venezuela. “O Presidente Castro chegou a um ponto agora onde ele se renderá apenas à força...Ele passa o tempo no campo bebendo conhaque e cortejando mulheres de reputação duvidosa, e sua cabeça foi tão afetada pela bajulação e pelo aparente sucesso de seus esquemas nefastos que ele se tornou um dirigente muito perigoso.”<sup>18</sup>

Enquanto Bowen e Loomis agitavam-se com as ofensas da Venezuela, o foco da questão das reivindicações deslocou-se para a República Dominicana. Há anos, o Departamento de Estado vinha recebendo despachos semelhantes ao do Encarregado William Powell, que relatava no fim de 1902 que “o futuro do país é sombrio, e por esta razão aqueles que não são aspirantes a cargos ou honrarias políticas, vão saudar o dia em que a República não conhecer outra bandeira além da nossa.”<sup>19</sup> A situação parecia especialmente instável no início de 1904, quando o Presidente Roosevelt escreveu a seu filho que “São Domingos está mergulhando no caos, pois, após cem anos de liberdade, o país demonstra ser totalmente incompetente para o trabalho governamental...Mais cedo ou mais tarde me parece inevitável que os Estados Unidos devam assumir uma atitude de proteção e regulamentação no que toca a todos esses pequenos Estados nas vizinhanças do Caribe.”

A reação de Roosevelt ao alvoroço foi despachar três comissários (um deles o Secretário Assistente Loomis) para investigar as condições no país.<sup>20</sup> Os comissários retornaram com um relatório sombrio: “A República Dominicana está se aproximando – de fato, se é que ela ainda não alcançou – ao estado de anarquia.” As reivindicações dos estrangeiros excediam a capacidade da nação de pagar tais débitos, e as autoridades dominicanas estavam lutando entre si pelos próprios recursos que seriam necessários para satisfazer os reivindicantes. Relatando que “o país está em ampla medida em poder de salteadores políticos, desesperadamente egoístas e irresponsáveis...pouco melhores que selvagens,” os comissários recomendavam que os Estados Unidos estabelecessem uma curadoria, sugestão apoiada pelo Comandante Albert Dillingham da Esquadra da Marinha de Guerra do Caribe: “como a grande potência civilizadora do mundo, seremos obrigados...a controlar as finanças do país até que cada centavo da dívida, tanto interna como externa, tenha sido pago.”<sup>21</sup>

Foi neste caldo de cultura que germinou o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Ele nada tinha a ver com expansão, pois Roosevelt havia perdido o apetite por anexações depois de sete anos de envolvimento quase contínuo nas aventuras caribenhas.<sup>22</sup> Mas ele começava a crer que a intervenção dos EUA era a única maneira de resolver o problema das reivindicações. No início de 1904, o Presidente escreveu: “as atitudes de homens como eu em relação a governos e povos fracos e caóticos ao sul de nós não é condicionada pelo desejo de engran-

decimento da parte desta Nação, mas condicionada pela teoria de que é nosso dever, quando se torna absolutamente inevitável, policiar esses países no interesse da ordem e da civilização.”<sup>23</sup>

Foi neste contexto que o ministro dos EUA na Venezuela mais uma vez levantou o espectro da intervenção européia no Caribe. Desta vez – em meados de 1904 – a preocupação de Washington centrou-se nos alemães, e há muito era uma das preocupações também de Roosevelt. Às vésperas da Guerra Hispano-Americana, ele havia escrito que “de todas as nações da Europa, me parece que a Alemanha é de longe a mais hostil a nós.” A esquadra da Marinha de Guerra dos EUA no Caribe alimentou esta suspeita com alarmantes relatórios sobre a crescente presença naval alemã no Caribe. Sabemos hoje que essas afirmações sobre as intenções expansionistas da Alemanha careciam de fundamento, mas Roosevelt não o sabia em 1903 e 1904, quando relatórios de diplomatas e pessoal militar dos EUA pareciam confirmar seu temor preexistente do aventureirismo alemão.<sup>24</sup>

Este temor foi exacerbado no fim de fevereiro de 1904, quando o tribunal de Haia soltou uma bomba – uma decisão unânime de que as potências que participavam do bloqueio tinham direito a pagamento preferencial da Venezuela.<sup>25</sup> O tribunal argumentava que a Alemanha, a Grã-Bretanha e a Itália, ao contrário dos outros reclamantes, haviam feito um investimento significativo para assegurar justiça, e elas, portanto, mereciam consideração especial em qualquer compensação resultante do bloqueio. Pelos padrões da época, a decisão do tribunal era defensável, mas sua principal implicação era recompensar o uso da força nas relações internacionais – neste caso, as potências que participaram do bloqueio foram integralmente pagas em 1907, enquanto os investidores das potências que não participaram do bloqueio tiveram que esperar até 1912.

Temendo agora uma corrida européia para participar de qualquer futuro bloqueio para implementar reivindicações, em 20 de maio de 1904, Roosevelt fez Elihu Root ler sua resposta num banquete em Nova York celebrando o segundo aniversário da independência cubana. O Presidente foi áspero: “se uma nação mostra que ela sabe agir com decência em questões industriais e políticas, se ela mantém a ordem e paga suas obrigações, então ela não tem que temer a interferência dos Estados Unidos. Transgressão brutal, ou uma impotência que resulta de um afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem acabar por exigir intervenção de alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental os Estados Unidos não podem ignorar sua obrigação.”<sup>26</sup>

A mensagem de Roosevelt foi entusiasticamente endossada pelos jingoístas, mas ela foi proferida às vésperas da campanha presidencial de 1904, e um inseguro candidato Roosevelt (ele havia apenas herdado a Presidência com o assassinato de McKinley) estava preocupado com a necessidade de rebater acusações de imperialismo dos EUA nas Filipinas e alegações de ter tomado o Panamá da Colômbia. Em sua plataforma de 1904, os republicanos respondiam a estas críticas apontando para sua capacidade de evitar intervenção na Venezuela, e

Roosevelt escrevera ao Secretário Hay que “não queremos agir nas semanas finais da campanha, mas acho que devemos nos decidir a tomar a iniciativa e dar a Castro uma bela lição.”<sup>27</sup> Com a eleição atrás de si, em dezembro, Roosevelt reafirmou sua posição em sua mensagem anual ao Congresso (substituindo “brutal” por “crônica” como o adjetivo para qualificar a transgressão dos países latino-americanos), e com isto o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe tornou-se parte formal da política externa dos Estados Unidos.

No mesmo dia, o Comandante Dillingham escreveu ao Secretário Assistente Loomis que “o povo de Santo Domingo está pronto para ser ensinado...Governe o país, controle suas finanças, use força policial nativa bem organizada, empregue os desempregados na construção de estradas, etc., revise as tarifas, e estaremos dando ao mundo em não muito tempo uma outra próspera e ordeira República.”<sup>28</sup> Foi assim que a primeira aplicação do Corolário veio à República Dominicana. O pano de fundo das reivindicações de investidores dos EUA naquele país era extremamente complexo, mas o resultado simples, em julho de 1904, foi uma decisão de arbitragem que deu à Companhia de Melhoramentos de Santo Domingo, sediada nos EUA, o direito de receber ganhos da alfândega de Puerto Plata até que uma dívida de \$4.5 milhões tivesse sido paga. Quando o governo dominicano faltou com seus pagamentos quase imediatamente, a Companhia exerceu seu direito sob a decisão da arbitragem e tomou a alfândega. Esta ação desencadeou o protesto de diversos investidores europeus que reivindicavam um direito anterior aos ganhos de Puerto Plata.<sup>29</sup> Vindo nos calcanhares da decisão do tribunal de Haia dando preferência a nações que exerciam a força, esses protestos convenceram os funcionários dos EUA de que os credores europeus logo tomariam as alfândegas remanescentes da República Dominicana.

Dada esta perspectiva, no final de 1904, o Ministro dos EUA Thomas Dawson, na República Dominicana, foi instruído a sugerir que o governo dominicano pedisse aos Estados Unidos para assumir o controle da coleta e gasto de seus ganhos. Ele imediatamente procurou o Presidente Morales e, depois relatou: “não ocultei dele minha convicção de que os credores europeus não esperariam muito tempo pelo seu dinheiro.”<sup>30</sup> No caso de os dominicanos precisarem ser impressionados com a seriedade da sugestão dos EUA, o Presidente Roosevelt nomeou o Comandante Dillingham como um comissário especial para ajudar nas negociações. Desde o fim de 1903, Dillingham, capitão do U.S.S. *Detroit*, era uma figura familiar nas águas caribenhas e, como ele mais tarde se gabou: “Eu sou inteiramente responsável pela colocação de Morales no poder.”<sup>31</sup>

Como um dos primeiros latino-americanistas profissionais no Departamento de Estado, Dawson provavelmente não precisava da ajuda de Dillingham. Procurador em Iowa, e colega de classe do confidente de McKinley, Charles Dawes, o jovem Dawson havia sido premiado em 1897 por seu trabalho em prol do partido republicano com uma nomeação como secretário da Legação dos EUA no Rio de Janeiro, onde ele desposou uma brasileira e escreveu uma das primeiras histórias políticas da América Latina em língua inglesa. Publicado na véspera de

sua designação para a República Dominicana, o estudo em dois volumes de Dawson tornou-se um manual para cidadãos dos EUA, com o tom definido no Prefácio: “A questão que me foi mais freqüentemente posta desde que comecei minha estadia na América do Sul é: ‘Por que eles têm tantas revoluções lá?’” Sua resposta era que “tradições constitucionais, herdadas da Espanha e de Portugal, implantaram uma tendência para a desagregação; a tirania espanhola e portuguesa desenvolveu no povo uma desconfiança de todos os dirigentes e governos; a guerra de independência trouxe para o primeiro plano aventuras militares; desordens civis eram inevitáveis, e a busca por formas de governo que deveriam ser finais e estáveis tem sido muito penosa.”<sup>32</sup>

As negociações de Dawson por uma curadoria das alfândegas levaram apenas duas semanas. Os termos foram razoavelmente simples: os Estados Unidos recolheriam os ganhos alfandegários da nação, dariam 45 % ao governo dominicano e pagariam o restante aos credores estrangeiros. “Acordo assinado,” começava o sucinto telegrama de Dawson anunciando o acordo. “Presença de força aconselhável para efeito moral sobre descontentes.”<sup>33</sup>

O acordo continha estipulações secundárias que preocuparam alguns funcionários em Washington – por exemplo, a garantia de que os EUA manteriam a integridade territorial dominicana e um compromisso de renegociar a dívida privada do governo dominicano – mas sua falha crítica consistia em deixar de pedir aprovação do Senado; uma vez que ele fora programado para entrar em efeito onze dias após ter sido assinado, aparentemente Dawson supôs que a consideração do Senado era desnecessária. Com o Presidente Roosevelt já em profundo desacordo com o Congresso sobre uma série de tratados de arbitragem pendentes (nenhum dos quais foi aprovado), esta suposição revelou-se um grave erro tático, e Dawson foi prontamente instruído a negociar um novo acordo requerendo explicitamente o consentimento do Senado para ratificação. Assinado em 7 de fevereiro, o novo acordo Dawson-Sánchez eliminava a garantia dos EUA da integridade territorial dominicana e estipulava que os Estados Unidos iriam apenas “tentar” ajustar a dívida dominicana. Como estas estipulações haviam sido ansiosamente reivindicadas pelo governo dominicano, o segundo acordo não foi fácil de ser negociado, e Dawson, portanto, ficou grato ao Secretário Hay por enviar navios de guerra adicionais, os quais “tiveram um poderoso efeito moral sobre os elementos rústicos e ignorantes que, infelizmente, estão em maioria, e que ainda não entenderam os benefícios reais que o país receberá do acordo.”<sup>34</sup>

O Presidente Roosevelt enviou o tratado revisado para o Senado dos EUA com um vigoroso apelo por imediata ratificação, enfatizando que “se o Governo dos Estados Unidos abrem mão de agir e outros governos estrangeiros recorrem à ação para assegurar o pagamento de suas reivindicações, estes últimos estarão aptos, segundo a decisão do tribunal de Haia com relação aos casos venezuelanos, a pagamento preferencial de suas reivindicações; e isso absorveria todos os ganhos dominicanos e seria um virtual sacrifício das reivindicações e interesses americanos na ilha.”<sup>35</sup> A Comissão de Relações Exteriores recomendou aprovação,

mas, porque todo o Senado deixou de agir antes do recesso, Roosevelt convocou uma sessão especial imediatamente após sua eleição. Uma coalizão de oponentes democratas e antiimperialistas tinham votos suficientes para derrotar o tratado, e, portanto, a sessão especial também teve permissão de entrar em recesso; a ação formal teria que esperar a convocação do novo Congresso em dezembro.

A administração Roosevelt temia que a intervenção européia ocorresse nesse meio-tempo. Uma semana depois da assinatura do primeiro protocolo, a embaixada italiana em Washington havia informado ao Secretário Hay que seus cidadãos dispunham de uma reivindicação prioritária em relação à dos cidadãos dos EUA, e quatro dias antes de ser encerrada a sessão especial do Senado dos EUA, um navio de guerra italiano rumou para o porto em Santo Domingo para inquirir sobre o pagamento.<sup>36</sup> O navio partiu em seguida para a Jamaica, mas, então, após a sessão especial entrar em recesso, ele retornou para inquirir novamente. Quase ao mesmo tempo, o encarregado belga em Santo Domingo fez uma exigência formal do pagamento das reivindicações de seus cidadãos.

Para prevenir um bloqueio europeu ou mesmo uma tomada do governo dominicano, o Ministro Dawson sugeriu implementar o acordo Dawson-Sánchez não ratificado sem a aprovação do Senado.<sup>37</sup> Isto pareceu razoável ao Presidente Roosevelt que, prontamente, converteu a sugestão de Dawson em política dos EUA, via uma troca de notas com o governo dominicano. Ele também instruiu o Secretário da Marinha para que “diga ao Almirante Bradford que pare qualquer revolução. Pretendo manter a ilha com o mesmo status quo até o Senado ter tempo de agir em relação ao tratado, e tratarei qualquer movimento revolucionário como uma tentativa de perturbar o *modus vivendi*. Que isto é eticamente correto tenho plena certeza, mesmo considerando que possa haver alguma dificuldade técnica ou burocrática.”<sup>38</sup>

Os senadores da oposição apressaram-se a salientar que isto dificilmente era uma questão técnica. O ato de Roosevelt ameaçava transformar o processo de elaboração de tratados da Constituição, pois se o Presidente podia executar provisoriamente um tratado pendente quanto à aprovação do Senado, então, no futuro, uma maioria simples no Senado poderia impedir indefinidamente uma votação de algum tratado que a administração apoiasse, mas que uma maioria de dois terços poderia não aprovar. Isto é, uma maioria simples (ou menos, dadas as regras peculiares de procedimento do Senado) poderia votar para não votar sobre um tratado, e a responsabilidade constitucional do Senado de consentir a ratificação de tratados por uma maioria de dois terços perderia o sentido.

O debate constitucional que se seguiu consumiu boa parte do tempo do Senado nos primeiros meses de 1906. Roosevelt justificou sua execução provisória, alegando que havia perigo iminente de intervenção estrangeira, mas a minoria democrática não se deixou convencer e continuou a bloquear a consideração do Senado do acordo de 1905, e um tratado inteiramente novo teve que ser negociado e assinado em 1907. Ele retirava qualquer referência à Doutrina Monroe e comprometia os Estados Unidos a fazer nada mais do que o recolhimento e o

pagamento das receitas alfandegárias dominicanas. Com esta questão decidida, os senadores aprovaram o novo tratado dezessete dias depois de ter sido assinado. Nos dois anos de intervenção, a curadoria da alfândega pelos EUA foi conduzida por acordo executivo.<sup>39</sup>

Não era uma curadoria fácil de administrar. As reivindicações de investidores estrangeiros e portadores de bônus eram tão complexas que o Presidente Roosevelt comissionou um professor de economia política como enviado especial para classificar os credores. Até hoje, o relatório do Professor Jacob Hollander é um documento surpreendente, com páginas e páginas de acertos mesquinhos e contra-acertos ainda mais mesquinhos, traições sujas e contratrainções ainda mais sujas, e quase tudo envolvendo a cumplicidade ativa dos investidores que estavam agora se beneficiando da primeira aplicação do Corolário Roosevelt.<sup>40</sup> E havia também os residentes locais. Sobre o Presidente Morales, o Ministro Dawson escreveu “que como a maioria dos latino-americanos, ele tende a se desviar de seus propósitos sérios por considerações de dignidade pessoal,” e esse comportamento imaturo era característico dos líderes dominicanos em geral: “Em épocas de tensão eles praticamente regridem aos meios mais primitivos de pensar e de agir. Em suma, são como crianças.”<sup>41</sup>

Deste modo a administração Roosevelt reivindicou o direito de controlar pequenas nações caribenhas, armando o cenário para a Diplomacia do Dólar de seu sucessor e criando a expectativa comum em nossa própria época, de que a orientação econômica dos EUA – o atual “Consenso de Washington” – é a única alternativa ao caos econômico. Na época de Roosevelt, acreditava-se que esse caos estimulava a intervenção européia. De início (em 1901 a 1902 na Venezuela), os Estados Unidos não fizeram objeção a que os europeus fornecessem a orientação, mas então, depois do veredito de Haia e do crescente temor do aventureirismo alemão, a administração Roosevelt decidiu que a única maneira de preservar a integridade da Doutrina Monroe era os Estados Unidos entrarem e endireitarem o caos financeiro. Esta ação exigia mais do que uma simples curadoria financeira; ela exigia o controle sobre políticos locais imaturos, a fonte do problema. “Pobre Santo Domingo!” disse o Secretário de Estado Elihu Root a um grupo de homens de negócios dos EUA em 1907. “A ilha tem sido cenário de revolução e derramamento de sangue quase continuamente. Suas políticas são puramente pessoais, e têm consistido de uma luta contínua deste, daquele e daquele outro para assegurar ascendência e poder. Ela veio a nós em busca de ajuda.”<sup>42</sup> Modificada em 1924, a curadoria de Dawson permaneceu em vigor até 1947.<sup>43</sup>

Em abril de 1905, exatamente quando funcionários dos EUA estavam ocupando as alfândegas dominicanas, o *New York Herald* exibia a manchete “Escândalos Nublaram Nossa Diplomacia na Venezuela.” Depois de inspecionar os livros em sua legação, o Ministro dos EUA Herbert Bowen concluía que seu predecessor, o Secretário Assistente Francis Loomis, havia aceito subornos. O Secretário da Defesa Taft já havia conduzido uma investigação privada sobre as acusações e relatado a Roosevelt que Loomis era inocente; foi então que Bowen vazou o caso



para um repórter do *Herald* em Caracas. Nessa época, o enviado havia recusado renomeação e uma promoção em troca de silêncio (um suborno não para proteger Loomis, mas para evitar que a disputa se tornasse pública); Roosevelt, exasperado, procurando matar dois coelhos com uma cajadada, escreveu “espero que Castro execute Bowen e nos dê assim uma boa razão para esmagá-lo.”<sup>44</sup> Bowen foi demitido. Loomis foi enviado primeiro para a França para reaver os restos mortais de John Paul Jones e, no fim de 1905, foi silenciosamente aposentado aos quarenta e quatro anos de idade.

No intervalo entre o bloqueio europeu de 1902 a 1903 e sua demissão, Bowen enviara relatórios regulares sobre a má conduta financeira do governo Castro.<sup>45</sup> Alarmado pelos despachos de seu enviado, em meados de 1904, Roosevelt escreveu a Cecil Spring-Rice que “possivelmente teremos que castigar a Venezuela, mas eu espero que não,” e enviou o procurador William J. Calhoun à Venezuela para avaliar o comportamento dos investidores dos EUA e a influência das potências estrangeiras. Calhoun minimizou a ameaça européia, mas relatou que era “uma tarefa ingrata tentar analisar ou decidir questões [reivindicações], num país onde não há administração contínua e ordenada dos negócios públicos, onde constituições são tão freqüentemente mudadas ou emendadas e tão freqüentemente suspensas ou revogadas.”<sup>46</sup> Nesta época, Roosevelt já havia instruído Elihu Root (que se tornara Secretário de Estado em meados de 1905 quando John Hay morreu) para preparar um ultimato ao Presidente Castro. No último minuto, Root decidiu não enviá-lo, temendo que mais pressão dos EUA irritaria os latino-americanos, às vésperas de sua partida para uma viagem pela América do Sul. Ao invés disso, ele instruiu o Departamento de Estado para preparar uma declaração sem rodeios das reivindicações dos EUA e uma exigência de compensação, que ele enviou a Caracas no fim de fevereiro de 1907.<sup>47</sup>

Depois de um ano de controvérsia diplomática, no início de 1908, o governo Castro indicou que os casos de reivindicação eram uma questão para ser decidida pelos tribunais venezuelanos, e recusou-se a continuar discutindo o assunto.<sup>48</sup> Roosevelt respondeu: “Acho que seria bom mandarmos vários navios de uma vez para lá...Podemos ao menos tomar as alfândegas.”<sup>49</sup> Root trabalhou por três meses para acalmar o Presidente, e em junho de 1908 ele havia convencido Roosevelt a simplesmente romper relações diplomáticas com a Venezuela. O Presidente Castro logo terminou seu turbulento mandato tomando um navio para a Europa, ostensivamente para tratamento médico, e Root imediatamente enviou um representante especial (acompanhado por vários navios da marinha) para negociar um acordo com o novo governo de Juan Vicente Gómez.<sup>50</sup> “Você talvez tenha visto nos jornais desta manhã a notícia de que estamos num caminho razoável para resolvermos nossas diferenças com a Venezuela por arbitragem,” Root escreveu a Andrew Carnegie. “Estou muito satisfeito com isto porque uma das coisas mais difíceis que tive que fazer no Departamento de Estado foi me opor à pressão para intimidar a Venezuela...Ter obtido êxito por meio de um acordo pacífico sem nenhuma intimidação neste caso difícilíssimo é extre-

mamente gratificante.”<sup>51</sup> Elihu Root havia iniciado a transição para uma política de boa vizinhança.

Esta transição refletia uma mudança dentro da América Latina. No fim de 1905, exatamente um ano após anunciar seu Corolário à Doutrina Monroe, o Presidente Roosevelt disse ao Congresso que “há certas repúblicas ao sul que já alcançaram um tal ponto de estabilidade, ordem e prosperidade que elas mesmas, embora ainda dificilmente conscientes, estão entre os fiadores da doutrina [Monroe]. Deparamo-nos agora com essas repúblicas não apenas numa base de inteira igualdade, mas num espírito de franca e respeitosa amizade, que espero seja mútua.” Estas duas frases revelavam a marca do Secretário Root; por si mesmo, Roosevelt certamente nunca as teria escrito. Até o retorno de Root a Washington em meados de 1905, a reação de Roosevelt a quase todo problema nas relações EUA-América Latina havia sido golpear com um *Big Stick* até que todos fizessem as coisas à sua maneira. Root tinha uma abordagem diferente. Poucos dias depois da mensagem de Roosevelt ao Congresso, Root escreveu ao Senador Benjamin Tillman que “os sul-americanos agora nos odeiam, em grande porque acham que nós os desprezamos e tentamos intimidá-los. Eu gosto realmente deles e pretendo demonstrá-lo. Acho que a sua amizade é realmente importante para os Estados Unidos e que a melhor maneira de assegurá-la é tratando-os como cavalheiros. Se você quiser fazer de um homem seu amigo, não deve tratá-lo como um cão danado.”<sup>52</sup>

Abençoado com a inestimável boa fortuna de ter sido criado por um professor, Elihu Root foi um bem-sucedido advogado de corporação e um importante *power broker* republicano, quando seu partido procurou a Casa Branca em 1897. Ao mencionar sua ignorância do espanhol, Root declinou a oferta de McKinley da Legação dos EUA na Espanha, mas em meados de 1899, quando tentou recuar de uma designação como Secretário da Guerra alegando ignorância sobre operações de guerra, McKinley respondeu que não estava procurando perícia militar, mas sim “um advogado para dirigir o governo dessas ilhas espanholas” – o Escritório de Negócios Insulares do Departamento de Defesa administrava os territórios tomados da Espanha em 1898.<sup>53</sup> Root, então, foi a Washington, onde serviu indicado por McKinley e Roosevelt antes de voltar à vida privada no início de 1904. Quando Hay morreu um ano mais tarde, Roosevelt insistiu para que Root voltasse a Washington. “Bem-vindo,” começava a nota que Root encontrou sobre sua escrivaninha no Departamento de Estado. “Agora descarregarei alegremente a Venezuela e Santo Domingo sobre você.”<sup>54</sup> Daquele dia em diante, Elihu Root assumiu o controle da política dos Estados Unidos em relação à América Latina.

Embora Root fosse tão paternalista quanto seus companheiros jingoístas, que acreditavam no *Destino Manifesto*, ele parecia ter um forte princípio moral,<sup>55</sup> e, sobretudo, ele vivia em perfeita harmonia com sua época. Agora Secretário de Estado, Root dificilmente poderia ter deixado de notar que o entusiasmo do público norte-americano pela conquista havia se transformado em frustração com os esforços caros e demorados para a consolidação colonial, particularmente nas

Filipinas. Já aposentado, o Almirante Dewey pôde escrever, quase como uma reflexão tardia, que “os delegados à Conferência de Paz dificilmente compreenderam que uma rebelião estava incluída na compra” das Filipinas; Root, contudo, tinha que lidar com esse erro de avaliação, e quando ele entrou no Departamento de Estado, ninguém sabia quantos filipinos teriam que ser mortos antes que aqueles que sobrevivessem depusessem suas armas. Os desalentados jingoístas que outrora gracejavam com esplêndidas pequenas guerras, tinham agora apenas força bruta como uma resposta para a incômoda questão filipina e, na América Latina, eles descobriam que cada iniciativa importante – Panamá, Venezuela, a República Dominicana – os deixava maculados por alegações de impropriedade e corrupção.

Por quase duas décadas, a política dos EUA em relação à América Latina havia sido impelida pela vigorosa onda pública de ambição imperial. O eleitorado havia escolhido líderes comprometidos com a aquisição de um império – e então, a meio-caminho da primeira década do século, a opinião pública inconstante transformou-se num horizonte político diferente, e esses mesmos líderes foram deixados sós para arcar com os atos de sua imprudência adolescente. A presidência de Theodore Roosevelt estava agora amarrada a tediosos e freqüentes detalhes da administração colonial – não apenas com a rebelião nas Filipinas, mas também com febre amarela, a inquietação trabalhista e os escândalos financeiros e falências, todos os percalços inesperados e incômodos da via tortuosa da ambição imperial. Muitos dos mais proeminentes cidadãos da geração de Root estavam silenciosamente começando a se perguntar qual era a sabedoria de uma política externa expansionista. O gosto pelo império já não estava mais na boca do povo. Em 1908, Root explicou que não intervieria na Venezuela porque “meu julgamento sóbrio sempre foi o de que as circunstâncias eram tais que o povo do país não apoiaria a Administração, no caso de haver guerra ou pedir autoridade para fazer guerra.”<sup>56</sup>

A contribuição específica de Elihu Root às relações interamericanas foi agrupar as nações da região em duas classes diferentes – uma, a turbulenta região do Caribe, a outra, os países estáveis, progressistas do sul da América do Sul e o México. Por várias décadas, a maior parte da América Latina vinha passando por profundas mudanças estruturais. No norte, o México sob Porfirio Díaz havia completado um quarto de século de intenso crescimento econômico, atingindo um nível relativamente alto de desenvolvimento econômico e estabilidade política. Progresso semelhante estava ocorrendo no distante sul, onde a Argentina havia se tornado uma das nações mais ricas do mundo e onde seus vizinhos do Cone Sul estavam fazendo progressos substanciais, embora menos espetaculares; e, como no México, o crescimento econômico estava ocorrendo ao lado de uma emergência igualmente impressionante de estabilidade política.

Todas essas mudanças significavam que havia dinheiro a ser ganho na América Latina. Boa parte dos lucros potenciais estavam em investimento estrangeiro direto, uma nova área de interesse empresarial dos EUA. De 1897 a 1908,

os investimentos dos EUA se multiplicaram na América Latina, particularmente no México (\$200 milhões a \$672 milhões) e Cuba (\$49 milhões a \$225 milhões), parte de uma expansão de investimentos dos EUA no mundo todo – uma realização notável em menos de uma década. Havia também dinheiro a ser ganho a partir do simples comércio. As importações dos EUA vindas da América Latina dobraram entre 1890 e 1910, enquanto as exportações dos EUA para a região triplicaram de \$93 milhões a \$263 milhões.<sup>57</sup>

Estes laços econômicos crescentes certamente explicam por que Root, um advogado de corporação, começou a perceber a América Latina como duas partes distintas, mas parte do crédito pelas mudanças em seu pensamento deve ir também para Joaquim Nabuco, o cortês embaixador brasileiro que chegou a Washington mais ou menos na mesma época em que Root retornava como secretário de Estado. Os dois aparentemente apreciavam a companhia um do outro e, em poucos meses, estavam trabalhando juntos para chamar a atenção de Washington. No início de 1906, Root escreveu a Henry Cabot Lodge que “o jantar para o qual o Embaixador brasileiro convidará você e a Sra. Lodge em 23 de janeiro, tem considerável significado com referência ao bom entendimento entre os Estados Unidos e a América do Sul, e eu espero muito que você e a Sra. Lodge possam aceitar.” Quando ele percebeu que o Almirante Dewey continuava a tradição, entre altos funcionários de Washington, de recusar convites sociais de latino-americanos, Root escreveu: “Há alguma chance de você reconsiderar o convite do Embaixador brasileiro para jantar em 23 de janeiro? O jantar é importante em relação à nova *reaproximação* que pretendemos levar a cabo entre os Estados Unidos e o Brasil e os Estados Unidos e a América do Sul em geral (com umas poucas exceções).”<sup>58</sup>

Em meados de 1906, Root tornou-se o primeiro Secretário de Estado em exercício a visitar a América do Sul, viajando para a Terceira Conferência Internacional de Estados Americanos no Rio de Janeiro, e então circunavegou o continente. Cada parada era um sucesso diplomático, mas nenhuma foi maior que a recepção de Root em Buenos Aires: “É impossível descrever o entusiasmo do público enquanto ouvia e compreendia o pleno significado das palavras do Sr. Root,” relatou o ministro dos EUA. “Repetidas vezes interrompido pelo aplauso mais espontâneo, ele tornou-se, ao fim de seu discurso, o objeto da mais incontida ovação que, estou seguro, jamais foi oferecida a qualquer pessoa nesta cidade.”<sup>59</sup> Deve ter sido uma noite espetacular – um jantar para seiscentos convidados no Teatro Colón, ainda hoje a maior casa de óperas do hemisfério – e completamente diferente de qualquer coisa que Root tivesse experimentado quando visitou Cuba, em 1900, como Secretário de Guerra.

O que Root teria dito para merecer uma resposta tão entusiástica de sul-americanos? Previsivelmente, ele falou de “livrar-se das concepções equívocas, dos mal-entendidos, e dos conseqüentes preconceitos que constituem fontes de controvérsia,” mas seu clichê diplomático nunca teria levado as *porteñas* a fazer chover sobre Root os *flores* arrancadas de seus seios; uma melhor explicação para

a resposta dos sul-americanos ao Secretário de Estado é que Root reconheceu a estatura deles, argentinos. Os líderes da América Latina “desenvolvida” estavam orgulhosos de suas realizações, mas cientes de sua exclusão das correntes principais das relações internacionais (o México e o Brasil haviam sido as únicas nações latino-americanas convidadas para a primeira Conferência de Haia em 1899, por exemplo), e ao viajar ao Rio, Root fez o que qualquer Secretário de Estado dos EUA poderia ter feito para acabar com essa marginalização. Seus anfitriões replicaram nomeando-o presidente honorário da conferência do Rio e rebatizando o palácio da conferência como Palácio Monroe. A tônica do discurso de Root consistia no endosso da igualdade de soberania dos países da América Latina: “Nós consideramos a independência e os direitos iguais dos menores e mais fracos membros da família das nações merecedoras de tanto respeito quanto os do maior império; e consideramos a observância deste respeito a principal garantia dos fracos contra a opressão dos fortes. Não reivindicamos nem desejamos quaisquer direitos, privilégios ou poderes que não possamos livremente conceder a toda república americana.”<sup>60</sup>

Isto era um passo simbólico na direção do entendimento, mas os sul-americanos queriam saber como o endosso da igualdade de soberania seria traduzido em política na questão específica da intervenção para satisfazer reivindicações. Root esperou até estar em Buenos Aires e compartilhar a tribuna com Luis Drago para fazer sua principal afirmação sobre este tópico: “Os Estados Unidos da América nunca consideraram adequado que devessem usar seu exército e marinha para o recolhimento de dívidas de contratos comuns de governos estrangeiros a seus cidadãos... Nós consideramos isto como inconsistente com aquele respeito pela soberania das potências mais fracas que é essencial à sua proteção contra a agressão dos fortes.”<sup>61</sup>

Isto era pura retórica diplomática. Enunciados cuidadosos dificilmente poderiam obscurecer o fato de que as forças armadas dos EUA estavam naquele mesmo momento protegendo recolhedores aduaneiros dos EUA na República Dominicana. Mas há certa evidência de que os próprios sul-americanos estavam dispostos a desagregar a América Latina e deixar os EUA dominarem a região do Caribe. Escrevendo ao sucessor de Root depois de uma reunião em 1910 em Buenos Aires, o diplomata Henry White relatava que “eu avaliei a partir de conversas com seus homens representativos, que eles têm desprezo pelos países da América Central, que eles consideram uma desgraça ao próprio nome da América, e qualquer coisa que possamos fazer, seja por ocupação, proteção ou de outra maneira, para melhorar as condições existentes naqueles países, contará com sua simpatia e aprovação. Posso acrescentar que do que pude descobrir, eles não consideram muito o México também.”<sup>62</sup>

Esta disposição dos sul-americanos “desenvolvidos” de aceitar a hegemonia dos EUA no Caribe foi estimulada pela proposta de Root de que a Doutrina Drago – uma iniciativa latino-americana – fosse posta na agenda da próxima segunda Conferência de Haia; além disso, ele não apenas assegurou que todos os

Estados latino-americanos receberiam convites para a conferência de 1907, como também instruiu os delegados dos EUA a apoiarem os esforços dos Estados latino-americanos no sentido de obter igualdade com os outros participantes, passando para eles parte da cota dos EUA de presidências e vice-presidências de comissões. Com Root como seu patrocinador, os líderes da elite das nações “desenvolvidas” da América Latina foram admitidas no clube. Este foi o segredo de seu sucesso.

Um novo relacionamento, porém, nunca está inteiramente livre de mal-entendidos, e um deles ocorreu quando Root preparou uma versão modificada da Doutrina Drago para a conferência de Haia. Renunciava-se ao uso da força para cobrar dívidas, mas apenas se o devedor aceitasse arbitragem e concordasse com a decisão desta. Esta decisão passou a chamar-se de Convenção Porter (batizada a partir do General Horace Porter, um delegado dos EUA), foi a maneira de os EUA deixarem a porta aberta para agir contra os semelhantes do presidente venezuelano Cipriano Castro, mas esta decisão era inaceitável para os novos amigos de Root na América do Sul. Ele criticou esses amigos por sua adesão servil ao princípio de não-arbitragem: “Uma peculiaridade das raças latinas é que elas seguem toda linha de pensamento até uma conclusão estrita, lógica, e são incapazes de parar e conseguir um benefício prático, como fazem os anglo-saxões.”<sup>63</sup> A posição de compromisso de Root refletia o fato de que seus discursos na América do Sul haviam ido além da opinião oficial, incluindo a opinião do Presidente Roosevelt, que não estava preparado para uma proibição inequívoca do uso de força.

Com seu retorno da América do Sul, o desafio de Root era converter o que ele havia dito durante a viagem em política. Ele começou com a instalação de uma conferência para um grupo de homens de negócios em Kansas City. Embora ele tivesse intitulado seu discurso para atrair a audiência – “Como Desenvolver o Comércio Sul-Americano” – tratava-se na verdade de uma aula sobre entendimento cultural. “Sob muitos aspectos, os povos dos dois continentes são complementares entre si; o sul-americano é polido, refinado, culto, apaixonado pela literatura, pela expressão e pelas graças e encantos da vida, enquanto o norte-americano é esforçado, intenso, utilitário. Onde nós acumulamos, eles gastam. Enquanto temos menos da filosofia alegre que encontra fontes de felicidade nas condições existentes da vida, eles têm menos da faculdade inventiva que luta continuamente para aumentar a força produtiva do homem e diminuir o custo da manufatura.” As palavras de Root podem parecer irremediavelmente condescendentes pelos padrões de hoje, mas em 1906 elas eram a própria antítese do desprezo sem disfarces dos jingoístas por seus vizinhos hispânicos. Até Root proferir estas palavras, nenhum alto funcionário dos EUA jamais caracterizara publicamente os latino-americanos como refinados ou cultos.

Root disse também à sua audiência de Kansas City que eles podiam ter algo a aprender com seus vizinhos, uma visão que chegava perigosamente próxima da heresia. “Não há nada de que nos ressintamos tão rapidamente quanto de uma assunção de superioridade ou mostra de condescendência por parte de

estrangeiros; não há nada de que os sul-americanos se ressintam tão rapidamente. Os sul-americanos são superiores a nós em alguns aspectos; somos superiores a eles em outros. Devemos mostrar a eles o que é melhor em nós e ver o que é melhor neles.<sup>764</sup> Esta mensagem foi ouvida pela comunidade de negócios dos EUA. Em 1907, o presidente da Associação Nacional de Manufaturas fez um discurso que poderia ter sido escrito pelo Secretário de Estado. “Como um povo, nós, americanos, herdamos da Inglaterra algumas boas qualidades e algumas más. Um dos traços maus é um sentimento de superioridade sobre o resto do mundo.” Os negócios dos EUA não podiam mais se dar a este luxo, prosseguia ele, pois “embora ares de superioridade sobre o resto do mundo possam não nos prejudicar quando queremos comprar, devem ser descartados quando queremos vender.”<sup>765</sup>

Quanto à parte “subdesenvolvida” da América Latina, Root notou que “alguns deles tiveram um período bastante difícil. As condições de suas vidas têm sido tais que tem sido difícil para eles manter governos estáveis e disciplinados. Eles têm sido amaldiçoados, alguns deles, por revoluções freqüentes.”<sup>766</sup> Suas palavras sobre os caribenhos eram tão amistosas quanto aquelas sobre a América do Sul, mas não havia menção de igualdade de soberania. Ao invés disso, Root expressava uma preocupação cordial junto com ofertas de ajuda, e a essa preocupação, Root acrescentava uma dimensão de segurança nacional que não se aplicava às nações mais para o sul. “O efeito inevitável de termos construído o Canal deve ser a exigência de que policiemos a região circundante. Na natureza das coisas, o comércio e o controle, e a obrigação de manter a ordem que os acompanha, devem vir à nossa maneira.”<sup>767</sup>

Assim, quando Root abriu a Conferência de Paz Centro-Americana em 1907 em Washington, ele falou aos delegados como se fosse seu pai, dando-lhes instruções sobre problemas num *playground*. Não há nada além da ambição de indivíduos que se importam mais com seus propósitos egoístas do que com o bem de seu país, que possa impedir que o povo dos Estados centro-americanos viva junto em paz e união.” Embora não tivesse dito isso diretamente aos delegados, para a audiência dos EUA, mais ou menos ao mesmo tempo, Root explicou que ele queria ajudar as nações da região “ao longo do caminho que o Brasil, a Argentina, o Chile, o Peru e outros países sul-americanos têm percorrido – para além da discórdia e do tumulto da revolução contínua, para um senso público geral de justiça e determinação de manter a ordem.”<sup>768</sup>

Se cidadãos da região do Caribe tivessem estado naquela audiência e se perguntassem como essas palavras se aplicavam a eles, bastar-lhes-ia olhar para a experiência de Cuba. A plataforma de 1904 do partido republicano regozijava-se com seu sucesso: “Lutamos por uma rápida e vitoriosa guerra com a Espanha. Libertamos Cuba, governamos a ilha por três anos, e então a entregamos ao povo cubano com a ordem restaurada, com amplas rendas, com educação e saúde públicas estabelecidas, livre de dívidas, e vinculada aos Estados Unidos por sábias medidas de interesse mútuo.” Mais tarde naquele mesmo ano, em sua mensagem

anual ao Congresso, o Presidente Roosevelt propôs o estabelecimento de mais Cubas. “Se todos os países banhados pelo mar do Caribe exibissem o progresso em civilização estável e justa que, com a ajuda da Emenda Platt, Cuba tem mostrado desde que nossas tropas deixaram a ilha,” disse ele, “toda questão de interferência por esta Nação com seus negócios teria um fim.”<sup>69</sup>

Certamente ocorriam ainda problemas ocasionais, como em meados de 1905, quando os Estados Unidos enviaram uma nota ao ministro do exterior cubano para “chamar sua atenção para a sujeira feita com excremento no escudo e porta do consulado americano em Cienfuegos ontem à noite.” O Ministro Juan O’Farrill respondeu “que a pessoa culpada de um ato tão execrável deve ser rapidamente localizada e punida,” mas os perpetradores deste ultraje nunca foram levados à justiça.<sup>70</sup> Uma certa tensão também continuou a existir em torno da alegada incapacidade dos cubanos em manter os padrões de saúde pública do Exército dos EUA, e quando uma epidemia de febre amarela irrompeu em 1904, o Secretário de Estado Hay avisou que os Estados Unidos imporiam quarentena a navios vindos de Cuba, se o governo Estrada Palma não implementasse as medidas sanitárias da Emenda Platt. Um ano mais tarde, o Secretário Root enviou um segundo aviso tratando do mesmo tópico. Do lado positivo, em meados de 1903, os dois governos chegaram a um acordo sobre o arrendamento de terra cubana para as bases navais dos EUA, e depois de muito debate o Senado dos EUA aprovou o Tratado de Reciprocidade de 1902, um documento que demonstrou ser decisivo para a integração econômica das duas nações. Dois anos mais tarde, o Tratado Hay-de Quesada removia outro problema potencial ao reconhecer a soberania de Cuba sobre a Ilha de Pines, embora o Senado tenha demorado vinte e um anos para ceder seu consentimento à ratificação.

Em geral, as relações EUA-Cuba foram positivas até 1906, quando a reeleição fraudulenta do Presidente Tomás Estrada Palma, um moderado, provocou uma rebelião da oposição liberal e, no início de setembro, o experiente cônsul-geral dos EUA em Havana soltou uma bomba em Washington: “*Absolutamente confidencial*. O secretário de Estado de Cuba solicitou-me, em nome do Presidente Palma, que pedisse ao Presidente Roosevelt enviar imediatamente dois navios de guerra; um para Havana, outro para Cienfuegos; eles devem chegar ao mesmo tempo. As forças do governo são incapazes de dominar a rebelião. O governo é incapaz de proteger a vida e a propriedade privada.” O cônsul-geral Frank Steinhart enfatizava a necessidade de sigilo: “Deve ser mantido secreto e confidencial que Palma solicitou navios. Ninguém aqui, exceto o Presidente, o secretário de Estado e eu, sabe algo sobre isso. Muito ansiosamente aguardando resposta.”<sup>71</sup>

Naquele momento o Secretário de Estado estava navegando entre o Chile e o Peru, e a primeira reação do Presidente Roosevelt foi pedir a Root para “parar em Havana e fazer um sério comunicado ao povo.”<sup>72</sup> Mas as visitas de Root ao Peru e ao Panamá eram também importantes, e ainda mais conseqüente era um encontro apressadamente programado em Cartagena com o Ministro do Exterior da Colômbia, que Root considerava um passo significativo no caminho da norma-



lização de relações – o gesto inicial num processo que levaria ao seu trio de tratados de reconciliação em 1909.

A resposta de Roosevelt foi firmemente não intervencionista. No dia seguinte ao telegrama de Steinhart, ele escreveu que “por um lado não podemos permanentemente ver Cuba como lugar de desgoverno e anarquia; por outro lado, eu abomino o pensamento de assumir qualquer controle sobre a ilha tal como fizemos em Porto Rico e nas Filipinas. Nós enfaticamente não queremos isto.” O Secretário Assistente de Estado Bacon alertou Steinhart contra a intervenção: “O Presidente me orienta a afirmar que talvez você mesmo não considere a relutância com que este país vê a intervenção.”<sup>73</sup>

Mas Roosevelt nunca teve muita paciência, e poucos dias depois ele escreveu o seguinte a Henry White:

Estou tão zangado com aquela infernal pequena república cubana que eu gostaria de varrer seu povo da face da terra. Tudo o que temos querido deles é que se comportem, sejam prósperos e felizes, de modo que não precisemos interferir. E agora, eis que eles começaram uma revolução inteiramente injustificável e sem razão e as coisas podem chegar a um ponto em que não teremos alternativa a não ser intervir – o que convenceria de uma vez os idiotas desconfiados na América do Sul [uma referência aos novos amigos de Root] que no fim das contas desejamos intervir, e talvez estejamos com certa fome de terra!

No entanto, Roosevelt conseguiu conter-se, falando ao Ministro cubano Gozalo de Quesada que “nossa intervenção nos assuntos cubanos só virá se Cuba mesma mostrar que caiu no hábito insurrecional, que ela carece de autocontenção necessária para assegurar autogoverno pacífico, e que suas facções em luta mergulharam o país na anarquia.”<sup>74</sup>

Com a rebelião liberal ganhando força e sua opção sendo ou capitular ou obter intervenção protetora dos EUA sob a Emenda Platt, Estrada Palma decidiu forçar a mão de Roosevelt. Uma semana depois da primeira notícia-bomba de Steinhart, o cônsul-geral mandou outra: “O Presidente Palma resolveu não permanecer à frente do Governo.” Assim, o vice-presidente recusaria aceitar o cargo, prosseguia ele, e o gabinete todo renunciaria. “Nestas condições é impossível que o Congresso se reúna, dada a ausência de uma pessoa apropriada para convocá-lo para designar um novo presidente. A consequência será a ausência de poder legal e, portanto, o prevalecente estado de anarquia continuará a menos que o Governo dos Estados Unidos adote as medidas necessárias para evitar este perigo.”<sup>75</sup> Em resposta, Roosevelt ordenou ao Secretário da Defesa William Howard Taft que fosse a Cuba e restaurasse a estabilidade, uma medida que foi calorosamente apoiada pelos congressistas republicanos. Henry Cabot Lodge escreveu que “o desgosto com os cubanos é geral. Ninguém quer anexá-los, mas o sentimento geral é de que eles deveriam ser pegos pelo pescoço e sacudidos até se comportarem...Devo crer que este desempenho cuba-

no faria os antiimperialistas pensarem que alguns povos são menos capazes de autogoverno do que outros.<sup>76</sup>

Taft chegou a Havana em 19 de setembro, e em poucas horas telegrafou informando que “a situação é muito séria. O Governo controla apenas as cidades costeiras e capitais provinciais. Anarquia por toda parte.” Em prol da segurança, Taft logo teve nove navios de guerra dos EUA ancorados no porto de Havana.<sup>77</sup>

Dois anos antes, Taft havia escrito que “o hispano-americano, ou alguém educado na escola política espanhola, não tem idéia de imparcialidade e se ele é um funcionário eleitoral, vê isto como um dever de trapacear para seu partido.”<sup>78</sup> Esta situação foi exatamente o que ele encontrou em Cuba: “O Governo parece ter abusado de seus poderes escandalosamente na eleição,” Taft escreveu à sua esposa. “Nenhuma força tão formidável poderia ter sido organizada, não fosse por algum sentido real de injustiça e ultraje da parte das classes menos educadas e mais pobres, que pareciam mais ou menos perceber que a vitória dos moderados nas urnas era o começo do fim do poder que eles poderiam exercer no governo.” O Secretário da Guerra nunca mencionou esse conflito de classes em seu relatório oficial, contudo; ao invés disso ele argumentou que “a causa para a insurreição deve ser encontrada basicamente na eleição e nos métodos que foram empregados pelo partido moderado.” Um problema um tanto mais profundo estava nos políticos da nação. Taft escreveu a um de seus irmãos que “os homens com os quais tive que lidar aqui, a maioria deles é de juncos partidos; nenhuma hombridade, nenhum patriotismo, nada de bom.” Mas o problema mais profundo estava incrustado na cultura cubana, como afirmava Taft em seu relatório final. A insurreição “não poderia ter ocorrido num país onde as pessoas comuns e ignorantes não fossem facilmente excitadas por apelos pessoais de líderes locais como o são em Cuba.” A conclusão, disse ele à sua esposa, era que “Cuba não é mais adequada para o autogoverno do que as Filipinas e a solução apropriada das atuais dificuldades seria anexação se consultássemos o interesse do povo cubano apenas, mas as circunstâncias são tais que os EUA não podem tomar esta direção agora, embora no futuro eles possam ter que fazê-lo.”<sup>79</sup>

O problema imediato de Taft era encontrar alguém para dirigir o país depois que o Presidente cubano cumpriu sua ameaça e renunciou.<sup>80</sup> O Congresso cubano dominado pelos moderados recebeu a renúncia de Estrada Palma e prontamente pediu-lhe que a retirasse. Quando o Presidente entrou em reclusão e recusou-se a responder, o Congresso desistiu de reunir-se, e Cuba ficou sem chefe do governo e sem nenhum meio constitucional de conseguir um. Nessa altura, Estrada Palma reemergiu o tempo suficiente para perguntar o que o secretário da defesa dos EUA recomendaria ser feito com os \$13.625.539,65 que haviam sido deixados abandonados no Tesouro, e Taft decidiu agir. Em 29 de setembro, ele emitiu uma proclamação estabelecendo um governo provisório “em nome e pela autoridade do Presidente dos Estados Unidos.”<sup>81</sup>

Durante todo esse tempo, o Presidente Roosevelt havia resistido a uma tomada de decisão pelos EUA, e já em 25 de setembro ele havia instruído Taft a

entregar uma mensagem, insistindo para que Estrada Palma cooperasse. Ao menos parte da relutância de Roosevelt refletia o termômetro da opinião pública dos EUA; dois anos mais tarde, ele escreveria que a oposição pública, operando através de legisladores mal informados, era o que tornava difícil controlar “regiões tropicais densamente povoadas por democracias autogovernantes nortistas.” E, portanto, ele avisou Taft para “lembrar que temos que fazer não só o que é melhor para a ilha, mas o que possa nos conseguir sentimento público neste país para apoio, e pode haver insatisfação muito grave aqui com nossa intervenção a menos que possamos mostrar claramente que esgotamos todos os métodos possíveis para conseguir a paz.” Às vésperas das eleições de meio-mandato de 1906, Roosevelt alertou duas vezes Taft para “evitar, até onde fosse possível, o uso da palavra ‘intervenção.’”<sup>82</sup>

Os adeptos do *Destino Manifesto*, os jingoístas, lançavam a culpa de tudo sobre os cubanos. O Senador Lodge escreveu que “depois de tudo o que fizemos por eles e da maneira como os deixamos sem dívidas e com a Ilha em perfeita ordem, vê-los lutando e brigando depois de quatro anos, fornece uma imagem miserável de loucura e incompetência.” Retornando aos Estados Unidos, Elihu Root esqueceu que havia sido ele que, como Secretário da Guerra, havia tirado o direito de voto da maioria do povo cubano. “O problema era que o Congresso cubano parece nunca ter passado as leis necessárias para dar realmente à Constituição um julgamento justo. Eles não tinham absolutamente nenhuma idéia de uma eleição limpa.”<sup>83</sup> Roosevelt acreditava que “a completa fraqueza de Palma...tornava absolutamente imperativo que eu tomasse alguma medida a menos que eu quisesse ver o caos se instalar na ilha.” Ele instruiu Taft no sentido de que se Estrada Palma renunciasse sem uma substituição: “me parece que devemos simplesmente nos colocar por um tempo no lugar de Palma.” Dois dias depois, Taft solicitou seis mil soldados dos EUA, Roosevelt respondeu que eles estavam a caminho, e poucas semanas depois ele emitiu uma ordem executiva estabelecendo a “administração temporária do Governo da República de Cuba” sob a supervisão do Secretário de Guerra dos EUA. Roosevelt permitiu a Taft retornar a Washington em meados de outubro, deixando o Exército dos EUA e Charles Magoon no comando, seu desgosto era quase palpável quando escreveu ao seu filho: “O Sr. Taft e o Sr. Bacon voltaram de Cuba para casa com boa saúde e tendo feito um ótimo trabalho, mas realmente cansados com a tensão nervosa. Eles contaram que não podiam dizer quando aqueles ridículos dagos desencadeariam alguma confusão totalmente inesperada e começariam a cortar uns as gargantas dos outros.”<sup>84</sup>

Nunca se pretendeu que a ocupação dos EUA durasse muito. As ordens de Roosevelt ao Departamento de Defesa eram caracteristicamente abruptas: “Nosso negócio é estabelecer paz e ordem numa base satisfatória, iniciar o novo governo e então sair da ilha.” Um mês mais tarde ele dizia a uma audiência em Harvard: “Estou fazendo o melhor que posso para persuadir os cubanos de que só se eles forem bons eles serão felizes; estou procurando o mínimo de interferência necessária para torná-los bons.”<sup>85</sup>

Eleições foram programadas quase imediatamente, mas primeiro elas foram adiadas para não interromper a colheita da cana, e depois, em abril de 1907, o Governador Magoon anunciou que as listas de registros de eleitores eram tão pouco fidedignas que uma eleição só poderia ser realizada depois de ter sido feito um censo. Entretanto, Magoon administraria o governo. Ele era procurador de Nebraska, modestamente bem sucedido, que havia chegado em Washington, em 1899, como advogado no Escritório de Negócios Insulares, em 1904, Magoon foi mandado ao Panamá como conselheiro da Comissão do Canal do Istmo. Descrito por um associado como homem de “natureza delicada que freqüentemente acompanha vasta corpulência,” Magoon progrediu rapidamente para tornar-se um membro da Comissão, e em meados de 1905, Roosevelt nomeou-o ministro para o Panamá e governador da Zona do Canal.<sup>86</sup>

Agora transferido para Cuba, Magoon reconhecia que a Emenda Platt havia contribuído para o problema que ele deveria resolver, pois ela havia concedido àqueles cubanos “plenamente capazes de bom julgamento” (um grupo que ele com freqüência identificava como “a classe executiva”) a liberdade de ignorar a política. “A verdadeira razão para sua inatividade é sua indisposição de fazer um exercício de poder, sua disposição de permitir que outros assumam a responsabilidade e os problemas, e a crença de que os Estados Unidos devem e vão tratar do assunto.” Mas embora a Emenda Platt pudesse ter contribuído para a confusão cubana, a causa fundamental jazia no fato de que os ocupantes da Ilha eram amplamente de raça hispânica. “Como todos os outros povos de origem hispânica, eles são de sangue quente, altamente tensos, nervosos, excitáveis e pessimistas. Eles desconfiam de todo mundo.” A melhoria seria lenta, pois “não podemos mudar estas características raciais administrando seu Governo por dois anos ou vinte anos, nem seriam elas mudadas por ocupação militar.”<sup>87</sup>

Magoon via sua tarefa basicamente como a de criar as “garantias de estabilidade que estavam faltando.” Para fornecer essas garantias, Magoon designou uma Comissão Legal Consultiva para revisar o código legal da nação. Composta de nove cubanos e três cidadãos dos EUA e presidida pelo Coronel Enoch Crowder, importante perito legal do exército, a Comissão trabalhou noite e dia para preparar um impressionante conjunto de leis administrativas, que o governo provisório de Magoon ordenou por decreto. As forças armadas de Cuba receberam especial atenção da Comissão. Anos antes, Leonard Wood havia requerido uma presença militar dos EUA permanente para servir como “a força moral para manter este povo à altura de seu trabalho até que o elemento decente assumia sua posição normal no governo desta ilha”; além disso, em 1906, Taft havia expressado sua esperança de que “o próximo governo terá senso suficiente para estabelecer os fundamentos de um exército que suprimirá futuros recursos contra a violência.” A Comissão Legal Consultiva de Crowder criou um novo Exército Permanente para complementar a Guarda Rural que Leonard Wood havia estabelecido poucos anos antes. Era inicialmente um exército bem pequeno, consistindo de apenas uma brigada de infantaria e complementado pelos cinco mil membros da

Guarda Rural, que Taft considerava “realmente uma ótima corporação.” Magoon deixou a Guarda distribuída em pequenas unidades espalhadas pela ilha para deveres policiais, enquanto a concentração do Exército Permanente em Camp Columbia, a oeste de Havana, lhe dava um papel político que a Guarda Rural nunca teria.<sup>88</sup>

Entre as outras leis criadas pela Comissão Legal Consultiva, havia um código eleitoral inteiramente revisado, que ampliava o sufrágio a quase todos os cidadãos adultos de sexo masculino e estabelecia um método complexo de representação proporcional para estimular a participação e a lealdade de partidos minoritários. Magoon também recomendou que diversos funcionários militares e legais permanecessem em Cuba como consultores, e pediu o estabelecimento de uma “alta comissão conjunta” de proeminentes cidadãos dos EUA e cubanos “para tomar conhecimento e providências sobre eleições contestadas e outras controvérsias envolvendo as relações de uma administração ou qualquer grande grupo da população.”<sup>89</sup>

Estas propostas para uma presença permanente dos EUA em Cuba foram firmemente rejeitadas pela administração Roosevelt, e em meados de 1908, quando o censo ficou completo, Magoon convocou eleições municipais e provinciais, seguidas de eleições para um novo presidente e membros do congresso. Em 28 de janeiro de 1909, no aniversário do nascimento de José Martí, o Governador Magoon entregou o governo cubano ao Presidente eleito José Miguel Gómez, um liberal. As tropas dos EUA permaneceram em Camp Columbia por uns poucos meses para assegurar uma transição tranqüila, mas foi a Emenda Platt que permaneceu como o principal indicador do poder dos EUA sobre a ilha. Em sua plataforma de 1908, o partido republicano argumentava obliquamente que “as atuais condições em Cuba reinvidicam a sabedoria de manter, entre aquela República e esta, laços duradouros de interesse mútuo”; e em sua mensagem de fim de ano, o Presidente Roosevelt não pôde resistir a uma áspera admoestação: “Eu solenemente avisaria a eles para que lembrassem a grande verdade de que a única maneira pela qual um povo pode evitar permanentemente ser governado de fora é mostrar que pode e quer governar a si mesmo de dentro.”<sup>90</sup>

Fora do posto, Roosevelt adotou a prática de Root de louvar a parte estável, economicamente vibrante da região, e condenar as nações do Caribe e da América Central. Em 1914, ele escreveu a seu filho que “seria mera loucura, o mais tolo tipo de tolice, pedir ao México [imerso, então, em revolução], à Venezuela, Honduras, Nicarágua, que garantam a doutrina Monroe conosco. É eminentemente apropriado pedir ao Brasil, Argentina e Chile que o façam...; mas pedir aos outros países que mencionei que a garantam é como pedir aos Apaches e Utes para garanti-la.”<sup>91</sup>

Olhando retrospectivamente seu próprio mandato no serviço público, Elihu Root concluiu que “dois terços da suspeita, da antipatia, da desconfiança com que nosso país era visto pelo povo da América do Sul, resultava da postura arrogante e desdenhosa dos americanos, do povo dos Estados Unidos, em rela-

ção a esse povo ameno, polido, sensível, imaginativo, agradável.<sup>92</sup> Suas palavras e ações na região do Caribe indicam com razoável clareza que aqui Root estava se referindo à América Latina “desenvolvida”, e, portanto, ele poderia ser acusado de exagerar seus cumprimentos. Mas no todo as idéias de Elihu Root constituíram um significativo passo a frente, e duas décadas depois uma nova geração de diplomatas dos EUA as usaria como o fundamento para a política da Boa Vizinhaça. Antes que esse resultado pudesse ocorrer, contudo, os cidadãos dos Estados Unidos e seus líderes tiveram que ficar não simplesmente desinteressados, mas completamente fartos do *Big Stick* de Roosevelt. Esta foi a promissora contribuição da diplomacia do dólar de William Howard Taft e da quixotesca cruzada de Woodrow Wilson.

## notas

1 Loomis a Russell, 11 de dezembro de 1903, Instruções do Departamento de Estado, 1801-1906, NA M77/R175.

2 Roosevelt a Hay, 2 de setembro de 1904, *The Letters of Theodore Roosevelt*, Elting E. Morison, ed., 8 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1951-1954), vol.4, p.917.

3 James Wilson a Seward, 20 de março, 21 de março e 1 de junho de 1867; Thomas Stilwell a Seward, 26 de dezembro de 1867, Despachos da Venezuela, NA M79/R16 e R17.

4 Thomas N. Stilwell a William Seward, 26 de dezembro de 1867, Despachos da Venezuela, NA M79/R17; Hamilton Fish a J.R. Partridge, 25 de maio de 1869, Instruções do Departamento de Estado, 1801-1906, NA M77/R172; a posição da Venezuela na questão está na mensagem do Presidente León Colina ao Congresso venezuelano, 20 de fevereiro de 1867, traduzido e anexado em Wilson a Seward, 21 de março de 1867, Despachos da Venezuela, NA M79/R16.

5 Blaine a Edward Noyes, 23 de julho de 1881, Instruções do Departamento de Estado, 1801-1906, NA M77/R60.

6 Ver, por exemplo, Bowen a Hay, sem data, agosto de 1904, Despachos da Venezuela, NA M79/R58.

7 Bowen a Hay, 25 de junho de 1904, Despachos da Venezuela, NA M79/R58; Roosevelt a William Calhoun, 24 de junho de 1905, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.1253.

8 Roosevelt a Hay, 2 de abril de 1905, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.1156.

9 Drago a Martín García Mérou, Ministro da República Argentina, transmitido ao Departamento de Estado pelo Ministro argentino, 29 de dezembro de 1902, Notas da Legação Argentina, 1811-1906, NA M47/R4.

10 W.L. Penfield a Hay, memorando datado de 5 de fevereiro de 1903; memorando de Alvey Adee, 6 de fevereiro de 1903, ambos arquivados com Notas da Legação Argentina, NA M47/R4.

11 Theodore Roosevelt, “South America and the Monroe Doctrine,” *The Outlook* 106 (14 de março de 1914), p.598; Roosevelt a Cecil Spring-Rice, 24 de julho de 1905, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.1286.

12 Sherman a Powell, 22 de dezembro de 1897, Instruções do Departamento de Estado, 1801-1906, NA M77/R98; Roosevelt a Hermann Speck von Sternberg, 12 de julho de 1901, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.3, p.116.

13 Memorando anexo em Von Holleben a Hay, 11 de dezembro de 1901, Notas da Legação da Alemanha nos Estados Unidos ao Departamento de Estado, 1817-1906, NA M58/R31; Hay a Von Holleben, 16 de dezembro de 1901, Notas a Legações Estrangeiras nos Estados Unidos do Departamento de Estado, 1834-1906, NA M99/R34; para a visão semelhante do ministro dos EUA para a Venezuela, ver Bowen a Hay, 3 de abril de 1902, Despachos da Venezuela, NA M79/R55.

14 Um protocolo mais abrangente, baseado no acordo de 13 de fevereiro, foi assinado pelas 11 nações em 7 de maio. Os documentos relevantes, incluindo a carta de designação de Castro, estão reimpressos no Congresso dos EUA, Senado, *Venezuelan Arbitrations of 1903*, Doc Senado No. 316, 58th Cong., 2d Sess., 1904, p.1036, e Congresso dos EUA, Senado, *The Venezuelan Arbitration before the Hague Tribunal 1903*, Doc. Senado No.119, 58th Cong., 3d Sess., 1905.

15 Loomis a Day, 20 de junho de 1898, Day Papers, LC.

16 Loomis a Day, 27 de maio e 20 de junho de 1898, Day Papers, LC; Loomis a Hay, 26 de janeiro de 1901, Despachos da Venezuela, NA M79/R53.

17 Bowen a Hay, 25 de junho de 1904, Despachos da Venezuela, NA M79/R58.

18 Bowen a Hay, 22 e 24 de julho de 1904, 7 de agosto de 1904, Despachos da Venezuela, NA M79/R58. Ver também Bowen a Roosevelt, 21 de agosto de 1904, Roosevelt Papers, Rolo 46, LC.

19 Powell a Hay, 4 de novembro de 1903, Despachos da República Dominicana, NA M93/R9.

20 Roosevelt a Theodore Roosevelt, Jr., 10 de fevereiro de 1904, Roosevelt Papers, LC; Roosevelt a George Dewey, 20 de fevereiro de 1904, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.734n.

21 Loomis, Memorando para o Secretário de Estado sobre a República Dominicana, 19 de março de 1904, Roosevelt Papers, Rolo 142, LC; Dillingham a Loomis, 21 de agosto de 1904, Miscelânea de Cartas ao Departamento de Estado, NA M179/R1221.

22 Sobre esta questão ver Hay a Loomis, 28 de março de 1904, anexado a Sánchez a Loomis, 24 de março de 1904, Notas da Legação Dominicana, NA T801/R3; Roosevelt a Joseph Bishop, 23 de fevereiro de 1904, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.734; Loeb a Loomis, 6 de fevereiro de 1905, anexado a Dawson ao Secretário de Estado, 6 de fevereiro de 1905, Despachos da República Dominicana, NA M93/R13.

23 Roosevelt a William Bayard Hale, 26 de fevereiro de 1904, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.740.

24 Bowen a Hay, 25 de junho de 1904, em Congresso dos EUA, Senado, *Correspondence Relating to Wrongs Done to American Citizens by the Government of Venezuela*, Doc. Senado No.413, 60th Cong., 1st Sess., 31 de março de 1908, p.414-5; Roosevelt a F.C. Moore, 5 de fevereiro de 1898, Roosevelt Papers, Rolo 315, LC; Roosevelt a Lodge, 27 de março de 1901, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge, 1884-1918*, Henry Cabot Lodge, ed., 2 vols. (New York: Charles Scribner's Sons, 1925), vol.1, p.484-5; para os relatórios, ver Pillsbury ao Almirante Henry C. Taylor, 16 de janeiro de 1902, Dewey Papers, LC; Powell a Hay, 12 de setembro de 1903, 14 de setembro de 1903, 17 de setembro de 1903, 26 de fevereiro de 1904, Despachos de São Domingos, M93/R8 e R10; para o desmascaramento dessas visões alarmistas, ver Nancy Mitchell, "The Height of the German Challenge: The Venezuela Blockade, 1902-3," *Diplomatic History* 20 (Primavera de 1996), p.185-209; Nancy Mitchell, "Protective Imperialism versus *Weltpolitik* in Brazil," *International History Review* 18 (maio e agosto de 1996), p.253-78, 546-72.

- 25 A decisão do tribunal está reimpressa em *The Venezuelan Arbitration before the Hague Tribunal 1903*, p.106-10.
- 26 Roosevelt a Root, 20 de maio de 1904, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.801.
- 27 Roosevelt a Hay, 2 de setembro de 1904, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.917; para um exemplo de endosso jingoísta, ver Bowen a Hay, 25 de junho de 1904, Despachos da Venezuela, NA M79/R58.
- 28 Dillingham a Loomis, 6 de dezembro de 1904, Miscelânea de Cartas ao Departamento de Estado, NA M179/R1231.
- 29 Para dois protestos formais da Itália, ver Mayor a Hay, 3 de outubro de 1904 e 24 de dezembro de 1904. Notas da Legação italiana, NA M202/R17. Para a decisão de arbitragem de 1904 e a maneira pela qual ela prejudicava as reivindicações européias, ver Congresso dos EUA, Senado, *Data Relative to the Dominican Republic*, Doc. Senado No.1, 59th Cong., Sess. Esp., 8 de março de 1905.
- 30 Dawson a Hay, 2 de janeiro de 1905, Despachos da República Dominicana, NA M93/R13.
- 31 Dillingham a Robert Bacon, 16 de janeiro de 1906, Miscelânea de Cartas do Departamento de Estado, 1784-1906, NA M179/R1278.
- 32 *The South American Republics*, 2 vols. (New York: G.P. Putnam's Sons, 1903-1904), vol.1, p.v-vi, 228, 282; vol.2, p.226, 342-3.
- 33 Dawson a Hay, 21 de janeiro de 1905, Despachos da República Dominicana, NA M93/R13; o acordo está reimpresso em FRUS 1905, p.311-2.
- 34 Dawson a Hay, 13 de fevereiro de 1905, Despachos da República Dominicana, NA M93/R13; as instruções de Dawson estão em Loomis a Dawson, 25 de janeiro de 1905, Instruções do Departamento de Estado, 1801-1906, NA M77/R98.
- 35 A mensagem de Roosevelt está reimpressa em FRUS 1905, p.334-42.
- 36 Memorando, 27 de janeiro de 1905, Notas da Legação italiana, NA M202/R17.
- 37 Dawson a Hay, 25 de março de 1905, Despachos da República Dominicana, NA M93/R13.
- 38 Roosevelt a Charles J. Bonaparte, 4 de setembro de 1905, Rolo 339, Theodore Roosevelt Papers, LC.
- 39 Para as principais afirmações de oposição do Senador Spooner, em 23 de janeiro de 1906, e dos Senadores Spooner e Bacon, em 6 de fevereiro de 1906, ver *Congressional Record*, p. 1423-31 e 2125-48; para a justificativa de Roosevelt, ver *Messages and Papers of the Presidents*, vol. 9, p.7337; para o *modus vivendi* de 1905 ver FRUS 1905, p.366; o tratado Tejera-Dawson está em 38 Stat. 1880.
- 40 O relatório de Hollander está reimpresso em Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Relações Exteriores, *Debt of Santo Domingo*, Doc. Exec. Senado No.1, 59th Cong., 1st Sess., 15 de dezembro de 1905, especialmente página 12.
- 41 Dawson a Root, 23 de outubro e 15 de dezembro de 1905, Despachos da República Dominicana, NA M93/R14.
- 42 Elihu Root, *Latin America and the United States: Addresses by Elihu Root*, Robert Bacon e James Brown Scott, eds. (Cambridge: Harvard University Press, 1917), p.274.
- 43 38 Stat. 1880; 44 Stat. 2162; 55 Stat. 1104.
- 44 Roosevelt a Taft, 20 de abril de 1905, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.1163.



45 Bowen a Hay, 25 de junho de 1904 e sem data, agosto de 1904, Despachos da Venezuela, NA M79/R58.

46 Roosevelt a William Calhoun, 24 de junho de 1905; Roosevelt a Spring-Rice, 24 de julho de 1905, ambas em *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.1253, 1286; Calhoun a Root, 22 de novembro de 1906, Arquivo Numérico 1948/2, NA M862/R207.

47 Root a Roosevelt, 3 de julho de 1906, Roosevelt Papers, LC, Root a Roosevelt, 18 de fevereiro de 1907, Congresso dos EUA, Senado, *Correspondence Relating to Wrongs Done to American Citizens by the Government of Venezuela*, Doc. Senado No.413, 60th Cong., 1st Sess., 31 de março de 1908, p.559-581.

48 J. de J. Paul a Russell, 29 de fevereiro de 1908, *Correspondence Relating to Wrongs Done to American Citizens by the Government of Venezuela*, p.643.

49 Roosevelt a Root, 29 de fevereiro de 1908 e 29 de março de 1908, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.4, p.957, 984; para pressão anterior sobre Root, ver Roosevelt a Root, 29 de julho de 1907, Roosevelt Papers, LC; ver também Roosevelt a J.R. Roosevelt, 29 de julho de 1907, Roosevelt Papers, Rolo 1346, LC.

50 Root a William I. Buchanan, 28 de dezembro de 1908, Arquivo Numérico 4832/68, NA M862/R414.

51 Root a Carnegie, 24 de dezembro de 1908, Root Papers, LC.

52 *A Compilation of Messages and Papers of the Presidents, 1789-1902*, James D. Richardson, ed., 11 vols. (New York: Bureau of National Literature and Art, 1907), vol.9, p.7375; Root a Tillman, 13 de dezembro de 1905, Root Papers, LC.

53 "Address before the New York County Lawyers Association," New York, 13 de março de 1915, em Elihu Root, *Addresses on Government and Citizenship*, Robert Bacon e James Brown Scott, eds. (Cambridge: Harvard University Press, 1916), p.504.

54 Roosevelt a Root, 5 de setembro de 1905, Roosevelt Papers, LC.

55 Ver, por exemplo, Root a Leonard Wood, 19 de janeiro de 1901, Leonard Wood Papers, LC.

56 George Dewey, *Autobiography of George Dewey* (New York: Charles Scribner's Sons, 1916), p.284; Root a Whitelaw Reid, 22 de maio de 1908, Root Papers, LC.

57 Cleona Lewis, *America's Stake in International Investments* (Washington, D.C.: Brookings, 1983), Apêndice D, p.606; Departamento de Comércio dos EUA, Escritório do Censo, *Historical Statistics of the United States*, 2 vols. (Washington, D.C.:GPO, 1975), vol.2, p.861, 903-6.

58 Root a Lodge, 6 de janeiro de 1906; Root a George Dewey, 6 de janeiro de 1906, Root Papers, LC.

59 Arthur Beaupré ao Secretário de Estado, 6 de setembro de 1906, FRUS 1906, pt.1, p.24; para a visão de Root de sua recepção, ver Root a Lodge, 11 de outubro de 1906, Root Papers, LC.

60 Elihu Root, *Latin America and the United States: Addresses by Elihu Root*, Robert Bacon e James Brown Scott, eds. (Cambridge: Harvard University Press, 1917), p.9-10.

61 *Ibid.*, p.98.

62 White a Knox, 22 de outubro de 1910, 710.11/46, NA M1276/R1.

63 Root a Elbert F. Baldwin, 1 de novembro de 1907, Root Papers, LC.

64 "Address to the Trans-Mississippi Commercial Congress," Kansas City, Missouri, 20 de novembro de 1906, in *Latin America and the United States*, p.250, 256.

- 65 James W. Van Cleave, "What Americans Must Do to Make an Export Business," *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 29 (maio de 1907), p.472-3.
- 66 "Address at the National Convention for the Extension of the Foreign Commerce of the United States," Washington, D.C., 14 de janeiro de 1907, em *Latin America and the United States*, p. 275. Ver também Root a Silas Mabree 10 de abril de 1907 Rott Papers, L.C.
- 67 Root a Henry M. Flager, 3 de janeiro de 1905, Root Papers, LC.
- 68 "Addresses Opening the Central American Peace Conference," Washington, D.C., 13 de dezembro de 1907; "Address at the National Convention for the Extension of the Foreign Commerce of the United States," Washington, D.C., 14 de janeiro de 1907, em *Latin America and the United States*, p.217-75.
- 69 *National Party Platforms, 1840-1964*, Kirk H. Porter e Donald Bruce Johnson, comps. (Urbana: University of Illinois Press, 1966), p.138; *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.831-2.
- 70 Sleeper a O'Farrill, 20 de setembro de 1905; O'Farrill a Sleeper, 21 de janeiro de 1906 em FRUS 1905, p.289-90.
- 71 Steinhart ao Secretário de Estado, 8 de setembro de 1906, em "Appendix E: Cuban Pacification," *Annual Reports of the War Department for the Fiscal Year Ended June 30, 1906* (Washington, D.C.: GPO, 1906), p.444-5.
- 72 Roosevelt a Robert Bacon, 10 de setembro de 1906, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.402.
- 73 Roosevelt a George Trevelyan, 9 de setembro de 1906, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.401; Bacon a Steinhart, 10 de setembro de 1906, *Annual Reports of the War Department*, p.445.
- 74 Roosevelt a Henry L. White, 13 de setembro de 1906, Roosevelt Papers, LC; Roosevelt a Gonzalo de Quesada, 14 de setembro de 1906, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.412.
- 75 Steinhart ao Secretário de Estado, 14 de setembro de 1906, *Annual Reports of the War Department*, p.446-7.
- 76 Lodge a Roosevelt, 16 de setembro de 1906, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge, 1884-1918*, Henry Cabot Lodge, ed., 2 vols. (New York: Charles Scribner's Sons, 1925), vol.2, p.232-3.
- 77 Taft a Roosevelt, 20 de setembro de 1906, *Annual Reports of the War Department*, p.469.
- 78 Taft a Beekman Winthrop, 16 de setembro de 1904, Rolo 465, Taft Papers, LC.
- 79 Taft a Helen Taft, 20 e 22 de setembro de 1906, Taft Papers, LC; Taft a Charles P. Taft, 4 de outubro de 1906, Taft Papers, LC.; *Annual Reports of the War Department*, p.456.
- 80 Sobre a tentativa de Taft de impedir essa renúncia, ver Taft a Roosevelt, 22 de setembro de 1906, Roosevelt Papers, LC; e Taft a Roosevelt, 24 de setembro de 1906, *Annual Reports of the War Department*, p.473, 476.
- 81 *Annual Reports of the War Department*, p.463, 482; a dúvida de Estrada Palma em relação ao Tesouro está na p.463; sua carta de renúncia está na p.519.
- 82 A mensagem de Roosevelt a Estrada Palma está em *Annual Reports of the War Department*, p. 473; Roosevelt a Taft, 26 e 28 de setembro de 1906, *Annual Reports of the War Department* pp 480-1; Roosevelt a Whitelaw Reid, 3 de setembro de 1908, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.6, p.1206.

83 Lodge a Roosevelt, 29 de setembro de 1906, *Selections from de Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge*, vol.2, p.237; Root ao General James H. Wilson, 24 de outubro de 1906, Root Papers, LC.

84 Roosevelt a Lodge, 27 de setembro de 1906, *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge*, vol.2, p.234; Roosevelt a Taft, 26 de setembro de 1906, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.425; os telegramas e ordens executivas estão reimpressos em *Annual Reports of the War Department*, p.478, 543; Roosevelt a Kermit Roosevelt, 23 de outubro de 1906, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.465.

85 Roosevelt a Taft, 22 de janeiro de 1907, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.560; Theodore Roosevelt, *Presidential Addresses and State Papers*, 8 vols. (New York: Review of Reviews, 1910), vol.6, p.1178-79.

86 A descrição de Magoon está no livro do diplomata William Franklin Sand, *Our Jungle Diplomacy* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1944), p.62.

87 Magoon a Roosevelt, 16 de abril de 1908, Roosevelt Papers, LC.

88 Magoon a Roosevelt, 16 de abril de 1908, Roosevelt Papers, LC; Wood a Root, 8 de fevereiro de 1901, Wood Papers, LC; Taft a Roosevelt, 22 de setembro de 1906, Roosevelt Papers, LC; Taft a Charles Taft, 9 de outubro de 1906, Taft Papers, LC.

89 Magoon a Roosevelt, 16 de abril de 1908, Roosevelt Papers, LC.

90 Porter e Johnson, *National Party Platforms*, p.161, *Messages and Papers of the Presidents*, vol.10, p.7614.

91 Theodore Roosevelt, "South America and the Monroe Doctrine," *The Outlook* 106 (14 de março de 1914), p.585; Roosevelt a Kermit Roosevelt, 20 de novembro de 1906, e Roosevelt a Archibald Roosevelt, 2 de dezembro de 1914, *Letters of Theodore Roosevelt*, vol.5, p.497, e vol.8, p.852.

92 Elihu Root, "The Causes of War; An Address Delivered at the Banquet of the Peace Society of the City of New York, February 26, 1909," *International Conciliation*, No.18 (maio de 1909), p.8.



## **a supervisão benevolente e a diplomacia do dólar**

A natureza, em seu rude método de elevação, dá a nações enfermas vizinhos fortes.

*Secretário Assistente de Estado Huntington Wilson, 1916*

“**I**ncidentalmente, Taft é um funcionário do gabinete,” começava assim numa revista o perfil do Secretário da Guerra de Theodore Roosevelt. “Basicamente, ele é o procônsul da boa fé americana nas ilhas rebeldes.”<sup>1</sup> As atribuições proconsulares de Taft haviam começado em 1900, quando McKinley o nomeara para a Comissão Filipina dos EUA e, um ano mais tarde, para ser o primeiro governador civil da ilha. Então, em 1904, o Presidente Roosevelt escolheu-o para suceder Elihu Root como Secretário da Guerra, e o trabalho de Taft nos países tropicais ampliou-se para incluir o que ele chamava de “as imundas repúblicas da América do Sul.”<sup>2</sup>

Agora William Howard Taft era Presidente. Como Roosevelt e Root, ele reconhecia “a semente de desenvolvimento e melhoria” no sul da América do Sul, e ponderava que sua administração não podia ignorar os países estáveis da região e concentrar-se no Caribe e América Central. Ao contrário de Roosevelt, porém, a política caribenha de Taft não era motivada pelo temor de intromissão europeia. Quando Roosevelt invocara a Doutrina Monroe durante a crise de reivindicações venezuelana, Taft escrevera que “a razão pela qual eu a considero [o corolário Roosevelt] uma doutrina difícil de aceitar não é porque eu não estaria disposto a sacrificar os Estados Unidos para assegurar a elevação e o bem-estar do povo da América do Sul, mas o caráter dos Governos daquele continente é tão miserável e a absoluta desesperança de qualquer melhoria sob as atuais condições é tão consternadora que pareceria que nada mais estaríamos protegendo além do caos, a anarquia e a revolução crônica.” Assim, Taft partilhava da visão de Roosevelt sobre os latino-americanos como um povo que necessitava de su-

pervisão e, em 1909, o ano em que ele entrou na Casa Branca, ele afirmou: “o direito deles de bater suas cabeças umas nas outras até que eles mantenham a paz.”<sup>3</sup>

Para seu Secretário de Estado, o Presidente Taft escolheu Philander Chase Knox, um homem que havia chegado à riqueza desposando a filha do magnata do aço Andrew D. Smith, e em seguida, servindo como procurador de Henry Frick e outros industriais de Pittsburgh. Uma peculiaridade notável de seus registros oficiais é o fato de muitos deles terem sido escritos em papel timbrado do hotel Palm Beach, onde ele gostava de passar o inverno jogando golfe. Suas viagens semi-oficiais freqüentemente o tiravam de Washington; em 1912, por exemplo, ele deixou Washington em 16 de agosto para comparecer ao funeral do Imperador Mutsuhito do Japão, e não voltou até meados de outubro. Em Washington, ele chegava ao Executive Office Building pouco antes do meio-dia. Três dias por semana, ele saía, quase imediatamente, para almoçar com seu Secretário Assistente, sempre regado a coquetéis e vinho. Em seguida ele ia para casa, tirava uma soneca para recuperar-se; se o clima permitisse, jogava uma partida de golfe antes do jantar e desfrutava de uma ativa vida social à noite. Como o Secretário Assistente de Knox observou uma vez, “eu estive freqüentemente encarregado do Departamento por meses seguidos.”<sup>4</sup>

Como Knox quase não tinha conhecimentos de relações exteriores, ele decidiu continuar a política da administração Roosevelt-Root, com exceção da América do Sul que deixou de receber atenção por parte do Departamento de Estado. O comentário mais proeminente sobre a política latino-americana de Knox foi a acusação de Elihu Root de que seu sucessor era “absolutamente adverso a todos os modos hispano-americanos de pensamento, sentimento e ação.”<sup>5</sup> Knox retrucou criticando “a delicada *relação* de Root com os latinos, que era alimentada e mantida amplamente no passado com champagne e outros preparados alcóolicos”, no entanto, seu próprio *tour* de dois meses pelo Caribe em 1912 prometia situação semelhante. Knox carregou o cruzador da Marinha dos EUA com 864 garrafas de vinho (a maioria champagne), 1.500 charutos cubanos, 5.000 cigarros, 6 libras de caviar, 24 latas de patê de fígado de ganso e caixa sobre caixa de sobremesas leves, incluindo 5 libras de mentas turcas para suavizar o gosto dos charutos.<sup>6</sup> Ele estabeleceu o tom da viagem na primeira parada, dizendo aos panamenhos que “nossas políticas não têm tido motivo ou desígnio sinistros, não temos anseios de soberania nem por territórios.” Era uma ironia fazer tal declaração a poucos passos da Zona do Canal. Knox afirmou que os problemas das relações EUA-América Latina podiam ser atribuídos a relações públicas inefazes: “nossas intenções em relação a vocês não têm sido bem interpretados nem nos EUA nem por alguns de nossos compatriotas que têm estado entre vocês.”<sup>7</sup>

O pensamento de Knox sobre a América Latina era baseado na política externa de Roosevelt e Root. Em contraste com a posição anterior de Taft, ele acreditava que a Doutrina Monroe requeria hegemonia dos EUA – uma “supervisão benevolente sobre os países da América Latina” é como ele se expressava numa carta de 1911 ao Presidente. Isto, argumentou ele mais tarde, “refletirá o

crédito na hegemonia de nossa raça e outros progressos, da influência da civilização anglo-saxã.”<sup>8</sup> Ele também acreditava que a “prosperidade significa satisfação e satisfação significa repouso.” Estas duas crenças estavam relacionadas na concepção de Knox: “A maneira mais eficaz de escapar às conseqüências lógicas da doutrina Monroe é ajudá-los a ajudarem-se a si mesmos...Nós diminuimos nossas responsabilidades na proporção em que ajudamos a melhorar as condições deles.” Esta era a idéia que embasava a Diplomacia do Dólar.

Foi sobre os ombros do Secretário Assistente Francis Mairs Huntington Wilson que a responsabilidade pelas relações EUA-América Latina ficou durante a administração Taft. “Ele era um sujeito com personalidade perigosa para o serviço diplomático,” confidenciou Elihu Root a seu biógrafo. “Ele era desconfiado, egoísta, suscetível e se ofendia rapidamente, suspeitava de todo mundo, e trabalhou de maneira irrefletida. Creio que se pode constatar que a maioria dos princípios questionáveis na administração de Knox do Departamento de Estado vieram dele.” “Desprovido de tato e insincero,” foi a caracterização feita pelo embaixador alemão.<sup>10</sup>

Huntington Wilson<sup>11</sup> defendia “uma diplomacia que proporcionasse vantagens política e econômica ao contribuinte da nação americana.” A isto ele unia uma forte concepção vinda do darwinismo social, escrevendo que “a marcha das civilizações não tolera nenhuma violação da lei da sobrevivência do mais apto.” Huntington Wilson via a região do Caribe como uma arena para levar adiante um padrão fixo de progresso humano: “a natureza, em seu rude método de elevação, dá a nações enfermas vizinhos fortes e segue seu curso inexorável com a iniciativa privada e a diplomacia como seus instrumentos. E este curso é o melhor a longo prazo, para todos os envolvidos e para o mundo.”<sup>12</sup>

Não surpreende as impressões de Huntington Wilson no seu primeiro contato com a cultura hispânica, ocorrida no Panamá, depois que ele se aposentou: “O que se pode esperar desta mistura: a brutalidade tosca do africano; a apatia, preguiça e inabilidade do índio; a crueldade e cobiça do espanhol. Aqui e ali nas cidades, um salpico da sutileza do sangue chinês. Com estas potencialidades num ambiente de intriga e suborno, de vaidade barata e falso orgulho característicos dos líderes políticos da região, você não há de esperar muito e não ficará desapontado.”<sup>13</sup> Ele ficou impressionado, todavia, com a equipe responsável pelo canal – “Que nação no mundo poderia exibir tais tipos de pessoas inteligentes, bem-comportadas, agradáveis como essas, em todas as classes.”

O Equador foi o destino seguinte. “O povo lá era muito mais branco do que no Peru e na Bolívia, o problema é que eram brancos loucos. Casamentos dentro da família, parece, eram muito comuns.” Eles estavam constantemente brigando, mas sem provocar muito dano, pois “os equatorianos, a menos que inflamados pela bebida, não são lutadores, com a exceção do elemento negro endurecido de Esmeraldas, portanto eles sempre bebem muito quando têm que lutar, e suas atividades revolucionárias, sejam das tropas do governo, sejam dos revolucionários, geralmente degeneram em tumultos de bebedeira, tiros a esmo em

direção, especialmente, às janelas, saque de lojas e violação de mulheres.” Dali ele foi para o Peru, Bolívia (neste ponto sua esposa retornou aos Estados Unidos e pediu divórcio), passou pelo Chile e Venezuela, onde encontrou pouca coisa que o agradasse. “Aqui é um belo país com possibilidades consideráveis sendo desperdiçadas e nove décimos de sua população sendo oprimidos por uma pequena minoria miserável que deveria ser espancada, e onde a consciência culpada e o medo covarde dos Estados Unidos como possível espancador faz com que eles nos odeiem profundamente.”

Este era o pensamento do Departamento de Estado de Taft, que, numa extensão sem igual em qualquer outra era, antes ou depois, era dominado por um grupo de homens do leste, excepcionalmente provincianos liderados por Philander Knox e Huntington Wilson.<sup>14</sup> Essas pessoas se inspiraram na política que Roosevelt e Root haviam criado na República Dominicana e a aplicaram em outras partes. Elas chamavam a sua abordagem de a Diplomacia do Dólar.

O termo “Diplomacia do Dólar” não transmite o sentido claro de quem está fazendo o quê para quem. São os dólares ajudando a diplomacia, ou a diplomacia estimulando o lucro em dólares? O Secretário Assistente Huntington Wilson acreditava que os dólares estavam ajudando a diplomacia, “usar o capital do país no campo estrangeiro de uma maneira calculada para realçar as políticas nacionais fixadas. Isto significa a substituição de balas por dólares.”<sup>15</sup> Mas Taft, em sua mensagem de despedida, assegurou que sua política tinha sido “dirigida para o aumento do comércio americano sobre o princípio axiomático de que o Governo dos Estados Unidos deve estender todo apoio a todo empreendimento americano legítimo e benéfico no estrangeiro.”<sup>16</sup> Para Taft, a Diplomacia do Dólar significava diplomacia estimulando o dólar.

Na prática, os funcionários da administração não viam contradição entre as duas perspectivas: o capital ajudava a diplomacia, e a diplomacia ajudava o capital. Huntington Wilson combinou as duas numa explicação para o Presidente eleito Woodrow Wilson:

Pequenos países fracos lá embaixo têm pesadas dívidas para com a Europa. Eles não vão pagar. A Europa vem e exige pagamento. Os Estados Unidos devem ou deixar a Europa desembarcar fuzileiros e tomar as alfândegas como garantia, e deste modo abrir o caminho para penetração e para a flagrante violação da Doutrina Monroe, ou os Estados Unidos devem compelir as pequenas repúblicas a serem decentes e pagarem... Se os Estados Unidos estendem uma mão de ajuda e auxiliam a América Central a pôr-se em pé e manter a paz o tempo suficiente para começar a desenvolver-se, nós logo teremos bem nas portas de nossos estados do sul um grande e valioso comércio. “Diplomacia do Dólar” significa simplesmente trabalho inteligente de equipe.<sup>17</sup>

Assim, a administração Taft embaçava a distinção público-privado a ponto de torná-la irrelevante. Mas – e isto é crucial para a compreensão da Diplomacia do Dólar – cada caso começava com a intervenção do governo dos EUA, após



a qual os funcionários do governo intermediavam um arranjo financeiro entre o governo latino-americano que havia sofrido a intervenção e o setor privado dos EUA. Que os banqueiros investiam na “isca” latino-americana não pode ser negado, mas a questão crucial não é quem devorava os bens das pequenas nações caribenhas, mas quem estava segurando a “vara de pescar”. A resposta é o Departamento de Estado. Uma compreensão da Diplomacia do Dólar começa, então, com as motivações dos funcionários do governo dos EUA em direção à política externa para América Latina.

Como suas predecessoras, a administração Taft via o comércio e o investimento estrangeiros como promovendo a saúde geral da economia dos EUA, e apenas coincidentemente estimulando lucros corporativos. Esta visão estava vinculada a uma mudança de percepção da segurança nacional e, especificamente, à maneira pela qual o Canal do Panamá estava transformando o Caribe de um beco sem saída em uma importante via comercial. Mas a principal motivação para a Diplomacia do Dólar vinha de uma crença extraída de uma mistura destas considerações sobre economia e segurança nacional, uma crença de que o Corolário Roosevelt conferia aos Estados Unidos uma obrigação de assegurar que os latino-americanos pagassem suas dívidas.

Em nenhum lugar a confluência destas crenças foi mais evidente do que no quixotesco empenho da administração Taft em criar um protetorado na Nicarágua. Embora por muitos anos o presidente nicaraguense José Santos Zelaya tenha sido um dos melhores amigos de Washington, a relação cordial foi deteriorando lentamente depois de 1903, e em 1909 ela chegou ao ponto de ruptura, quando o Secretário de Estado Knox entregou ao enviado de Manágua em Washington seu passaporte com uma nota chamando a administração Zelaya “uma mancha na história da Nicarágua.”<sup>18</sup> Embora esta tenha sido a nota de maior impacto enviada pelos Estados Unidos a qualquer país latino-americano, a condenação oficial era amena quando comparada com a correspondência privada do Departamento de Estado. Huntington Wilson, o autor da nota de Knox, escreveu privadamente que Zelaya “era uma carniça indescritível.”<sup>19</sup>

Embora seja provavelmente verdade que Zelaya era o tipo de pessoa que ninguém gostaria que desposasse sua irmã, a deterioração das relações EUA-Nicarágua não era o resultado de seu mau comportamento. Até o fim de 1903, os Estados Unidos foram simpáticos com Zelaya porque queriam permissão para construir um canal através do país que ele governava, e Zelaya foi simpático com os Estados Unidos porque ele compreendia o valor de um canal. A escolha do Panamá como o lugar para o canal removeu a necessidade de relações cordiais. Após uma década de galanteios, os Estados Unidos haviam abandonado a Nicarágua. Desta vez o rompimento era definitivo, pois Washington não havia convidado outra pessoa para o baile: a Lei Spooner era a licença de casamento, o Tratado Hay-Bunau-Varilla foi a cerimônia, e na noite de núpcias, os líderes da Nicarágua, com os corações partidos, nada puderam fazer além de olhar com consternação enquanto as escavadeiras a vapor mergulhavam no solo fértil panamenho.

Então, com a construção do canal avançando, os funcionários dos EUA começaram a colocar uma ênfase muito mais forte sobre a estabilidade regional. Zelaya também era a favor da estabilidade, mas ele a definia como a hegemonia nicaragüense sobre os países vizinhos, procurando assim reprimir o que ele e Porfirio Díaz do México percebiam como as intenções expansionistas de seu principal rival regional, Manuel Estrada Cabrera da Guatemala. Os funcionários dos EUA viam os esforços de Zelaya para estabelecer controle na América Central, mas favorecendo a desestabilização, e Zelaya cooperava com esta interpretação contribuindo com sua cota plena para a desordem, mas ele não era mais responsável pela instabilidade da América Central do que o Kaiser pela Primeira Guerra Mundial. Qualquer que fosse a instabilidade existente, era o produto de uma variedade de forças sociais, incluindo não só a rivalidade de Zelaya com Estrada Cabrera por influência regional, mas também as maquinacões dos concessionários estrangeiros da região.

A fúria de Lalaya surgiu com o fato da Nicarágua ter sido descartada como espaço privilegiado para a construção do canal, e quando o novo ministro de Roosevelt para a Nicarágua, John Gardner Coolidge, chegou à Manágua em agosto de 1908, Zelaya não fez nenhum esforço para ser amigável. No início de novembro, a polícia de Manágua interrompeu uma pequena demonstração de oponentes de Zelaya que estavam celebrando ostensivamente a vitória eleitoral de Taft, e no processo confiscou uma bandeira dos EUA. Ultrajado por esta afronta à honra de sua nação, Coolidge, exigiu desculpas. Os funcionários do Departamento de Estado em fim de mandato tentaram acalmar seu enviado, mas este tratamento apenas aumentou sua irritação, e ele renunciou num acesso de raiva. A nova administração Taft não apenas recusou substituir Coolidge, mas também chamou imediatamente o encarregado dos EUA, deixando apenas um cidadão nicaragüense, o vice-cônsul José de Olivares como representante de Washington em Manágua.<sup>20</sup> Ao mesmo tempo, Washington aumentou a presença naval dos EUA e, em abril, quando a administração soube que Zelaya estava se preparando para invadir El Salvador, Taft pôs a Marinha em ação: “agindo sob o direito e o dever moral que os Estados Unidos compartilham com o México sob as Convenções de Washington [uma referência ao patrocínio conjunto da Conferência de Paz de 1907], vocês devem impedir qualquer expedição através da Baía Fonseca.”<sup>21</sup>

A despeito deste enfoque inicial na proteção de El Salvador, a administração Taft reconhecia que Honduras era a peça central de uma disputa regional. A Conferência Centro-Americana de Paz de 1907 havia procurado sem sucesso neutralizar esta nação espremida entre a Nicarágua de Zelaya e a Guatemala de Estrada Cabrera. Tendo ficado claro que o esforço fracassara, entre 1908 a 1909 o Departamento de Estado concebeu uma segunda conferência, co-patrocinada pelo México e pelos Estados Unidos, para garantir a neutralidade de Honduras. Ao mesmo tempo, a administração Taft procurava dotar Honduras de uma coletoria alfandegária no estilo dominicano.<sup>22</sup>

Quanto mais os funcionários da administração Taft pensavam nisso, menos eles gostavam da idéia da participação do México. O auxiliar de Huntington Wilson acreditava que “o México provavelmente quer sua própria mão na Nicarágua para contrabalançar Estrada Cabrera,” o incômodo vizinho do México. O secretário assistente sugeria que o governo Porfirio Díaz “está sendo movido, parece óbvio, pelos motivos mais desprezíveis.”<sup>23</sup> Procurando tanto isolar Zelaya quanto diminuir a influência do México, a administração Taft disse a Porfirio Díaz que os Estados Unidos não pretendiam convidar o principal aliado centro-americano do México para a conferência proposta. Ao invés de lutar pela inclusão de Zelaya, o governo Díaz escolheu abandonar o processo, notificando Washington que o México não tinha interesse em nenhuma questão ao sul da Guatemala.<sup>24</sup> Esta reação selou o destino do líder da Nicarágua, pois com o México fora do quadro, os Estados Unidos tinham as mãos livres para agir.

Esta atividade não passou despercebida pelos opositores domésticos de Zelaya e, em outubro de 1909, uma rebelião liderada pelo Governador General Juan Estrada irrompeu em Bluefields, na costa atlântica. Muitos residentes dessa cidade eram cidadãos dos EUA – comerciantes a quem o oficial da Marinha dos EUA, Smedley Butler, descrevia como “*porcos renegados* dos pardieiros de nossa raça.” Na sua concepção, “o jogo todo desses americanos degenerados aqui é forçar os Estados Unidos a intervir e assim tornarem bons os seus investimentos.” O Almirante William Kimball concordava.<sup>25</sup>

O papel dos EUA na rebelião de Estrada foi interpretado como um caso de diplomacia a favor dos dólares, com investidores dos EUA (especificamente, os proprietários em Pittsburgh da United States and Nicaragua Company, uma concessão de mineração) influenciando a política dos EUA através de sua associação com o Secretário de Estado Knox. Não existe nenhuma prova que a associação de Knox com esses empresários tenha influenciado a política dos EUA, muito pelo contrário, uma carta a Knox do secretário-tesoureiro da firma mostra uma clara afirmação introdutória (“Você, sem dúvida, ouviu falar da United States and Nicaragua Co...”) que exclui familiaridade.<sup>26</sup> É verdade que o principal funcionário dos EUA na área, o cônsul em Bluefields, Thomas Moffat, apoiou firmemente a rebelião de Estrada, mas este apoio custou a Moffat seu emprego. O Almirante Kimball reclamou que “sua atitude partidária e não neutra no decorrer dos últimos problemas na Nicarágua e os relatórios estúpidos ou falsos quanto às condições militares que ele forneceu a oficiais sob o meu comando e ao público, tendiam a tornar ridículo nosso governo.” Um carimbo nesta página do relatório de Kimball indica: “Anotado para Registros de Eficiência,” e o diretor de pessoal do Departamento de Estado acrescentou que o cônsul “deveria encontrar emprego útil em algum lugar calmo e sem importância.” Ao invés de aceitar um posto em Singapura, Moffat deixou o Departamento de Estado.<sup>27</sup>

Com as forças de Zelaya deslocando-se para esmagar a rebelião, em 12 de novembro elas capturaram dois cidadãos dos EUA, Lee Roy Cannon e Leonard Groce, empregados da United States and Nicaragua Company que haviam sido recru-

tados como peritos em demolição pelos rebeldes de Estrada. Os dois prisioneiros receberam um julgamento militar sumário e foram imediatamente fuzilados. Esta execução forneceu a Knox e Huntington Wilson o agravo que eles vinham procurando, e doravante nada que Zelaya pudesse ter feito, teria aplacado a administração Taft.<sup>28</sup> Em 1 de dezembro, após a execução de Cannon e Groce, os Estados Unidos romperam relações com o governo Zelaya; em seguida, em 10 de dezembro, o Senador por Maryland, Isidor Raynor, inseriu uma resolução autorizando o Presidente “a tomar todas as medidas necessárias para a apreensão de Zelaya, o alegado perpetrador do crime,” usando “quaisquer métodos e processos que possam ser necessários para cumprir este propósito.” Zelaya renunciou uma semana mais tarde, procurando asilo no México e deixando o governo nas mãos de José Madriz.<sup>29</sup>

Depois de um debate sobre se Madriz era melhor que Zelaya, Huntington Wilson convenceu Knox e Taft a se oporem a Madriz, que levava adiante a tentativa de Zelaya de sufocar a rebelião de Estrada.<sup>30</sup> Madriz parecia pronto para capturar Bluefields em maio de 1910, quando o Capitão William Gilmer do U.S.S. *Paducab* desembarcou 100 fuzileiros para interromper os combates, alegadamente no sentido de proteger vidas e propriedade privada dos EUA. Esta ação teve o efeito de proteger os rebeldes, e quando Madriz reagiu capturando a importante alfândega ao lado da cidade em El Bluff, Huntington Wilson interveio para neutralizar a vantagem: “Naturalmente o Governo dos Estados Unidos não permitiria uma dupla cobrança de taxas e quando as autoridades *de facto* de Bluefields [Estrada] removeram suas instalações alfandegárias para outro lugar onde as taxas poderiam ser pagas, o Comandante Gilmer não permitiria que as forças que ocupavam Bluff também recolhessem taxas.”<sup>31</sup> Obrigado pelos militares dos EUA a abandonar sua ofensiva contra os rebeldes, o governo Madriz lentamente desintegrou-se e, no fim de agosto, as forças de Estrada entraram em Manágua e estabeleceram um novo governo.

Por quase um ano, Smedley Butler e seus colegas fuzileiros ficaram em águas nicaragüenses, “esperando que os ‘spigs’\* parassem de brigar.” Naquela altura, ele havia se convencido de que os nicaragüenses “são o monte de parasitas mais inúteis e imprestáveis com que já topei, piores ainda que nossos ‘pequenos irmãos marrons’, os filipinos.” A rebelião de Estrada significava “simplesmente um desejo sórdido da parte de um cachorro de tirar de um outro vira-lata um bom osso, e eu realmente não vejo por que nós simplesmente não surramos ambos ou vamos embora e deixamos que eles se devorem um ao outro.”<sup>32</sup> Os funcionários da administração Taft independentemente decidiram seguir uma opção um tanto diferente: eles começaram a supervisionar as atividades cotidianas dos líderes nicaragüenses que eles haviam ajudado a pôr no poder.

A República Dominicana foi usada como modelo. Um perito financeiro dos EUA enviado para assessorar o novo governo Estrada relatou que “há cinco

\* “Spig” é uma variante atualmente obsoleta de “Spic”, ambos tidos como derivados de uma imitação zombeteira do modo como os hispano-americanos pronunciavam “No speak English.”

anos atrás, São Domingos era um de nossos vizinhos turbulentos, quase continuamente perturbado e perturbando,” mas desde o estabelecimento da curadoria financeira dos EUA, os ganhos com comércio e impostos da nação dobraram.”<sup>33</sup> Ao contrário da República Dominicana, contudo, a Nicarágua não estava sobrecarregada pela dívida externa, e embora a revolução tivesse rompido a atividade econômica, as finanças da nação se desordenaram bem no fim da administração Zelaya. Não obstante, funcionários dos EUA supunham simplesmente que os problemas econômicos da Nicarágua não podiam ser resolvidos sem assistência externa, e, portanto, a administração Taft assumiu as finanças do país.

Quando o governo Zelaya-Madriz estava chegando ao fim, a administração Taft estava simultaneamente negociando uma forma de assumir o controle de Honduras no estilo dominicano, ato cujo ponto culminante foi a primeira cena de perseguição nas relações EUA-América Latina desde o caso do *Itata*. Depois de mandar ao agente dos EUA em Honduras, que se encontrava em Nova York, uma mensagem perguntando “a que horas o Departamento pode esperar vê-lo e ao General Parades [sic] amanhã,” Huntington Wilson ficou perplexo ao receber a resposta do Ministro das Finanças Juan Paredes indicando sua partida de Nova York – aparentemente o funcionário hondurenho havia decidido deixar a cidade ao invés de assinar um documento que ele considerava como uma traição. Wilson imediatamente ordenou que o enviado fosse localizado e, se ele se recusasse a voltar, “os Estados Unidos estariam inclinados a deixar a questão toda para a Grã-Bretanha e a não interpor a mais leve objeção mesmo à ocupação forçada das alfândegas hondurenhas em prol da dívida britânica.”<sup>34</sup> Esta ameaça convenceu o enviado a assinar, mas o senado hondurenho prontamente votou 33 a 5 para rejeitar o tratado, e a maioria dos membros do congresso hondurenho endossou uma longa declaração de que o tratado converteria Honduras “de um país livre a uma dependência administrativa dos Estados Unidos.”<sup>35</sup>

Mal Paredes foi coagido a assinar, o chefe da Divisão de Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Estado enviou a Huntington Wilson a redação de um tratado para a Nicarágua, “seguindo a convenção hondurenha mas substituindo com o nome da Nicarágua e em conformidade quanto ao resto. O preâmbulo acho que pode seguir amplamente a convenção hondurenha, contendo uma alusão um tanto mais destacada, talvez, ao pedido nicaragüense de ajuda.”<sup>36</sup>

Este pedido de ajuda não vinha de um nicaragüense, mas de Huntington Wilson que, quase um ano antes, havia instruído seu auxiliar, Thomas Dawson, a “fazer o favor de esboçar uma carta para que o sr. Castrillo assinasse como representante do Governo [Estrada] Provisório, a ser enviada ao Secretário de Estado contendo alguma expressão de reconhecimento pela atitude imparcial dos Estados Unidos.” Na carta, Dawson deveria “inserir a Convenção original [dominicana], e algo sobre a exploração do país e a necessidade de pôr suas finanças em bases melhores, e uma declaração de sua intenção de entrar em negociações com vistas a fazer com banqueiros americanos um arranjo financeiro satisfatório; também um parágrafo garantindo tratamento justo e equitativo do comércio e negócios ameri-

canos; e outro parágrafo comprometendo-se a restabelecer um regime constitucional e manter eleições livres. Esboce [também] uma segunda carta anunciando a ocupação de Manágua pelas forças provisórias e requerendo formalmente reconhecimento.” Huntington Wilson concluía indicando que “minha idéia seria ter Castrillo trazendo ambas as cartas no momento em que Manágua for tomada.”<sup>37</sup>

Quando as forças de Estrada tomaram Manágua em 28 de agosto de 1910, tudo o que faltava era uma assinatura de um nicaragüense no pedido de intervenção. O documento Dawson-Huntington Wilson foi telegrafado para Estrada em Bluefields por Salvador Castrillo, o enviado rebelde em Washington, pedindo a assinatura de Estrada:

Eu [Castrillo] preciso receber um telegrama escrito nos seguintes termos: Juan Estrada, tendo tomado posse da Presidência e inaugurado uma administração, pede reconhecimento como Presidente Provisório até eleições terem lugar dentro de seis meses. No sentido de reembolsar a dívida nacional, estimular desenvolvimento e reabilitar as finanças nacionais, ele pede a ajuda do Governo dos Estados Unidos para negociar um empréstimo nos Estados Unidos assegurado por parte da receita alfandegária, cujo recolhimento deve ser conduzido de uma maneira que possa ser concordada entre a Nicarágua e os Estados Unidos como certa para garantir o empréstimo e assegurar seu objeto. Ele se compromete a tomar medidas adequadas para processar os responsáveis pelas mortes de Cannon e Groce com o fim de puni-los e a pagar uma indenização razoável a seus parentes. Para o propósito de facilitar o cumprimento deste e de outros arranjos, ele pede ao Governo dos Estados Unidos para mandar um Comissário à Nicarágua para agir em relação a qualquer destas questões que requeira a formalidade de uma Convenção.<sup>38</sup>

Estrada assinou imediatamente.

Em seguida, Thomas Dawson, então ministro dos EUA para o Panamá, viajou a Manágua para negociar os detalhes da consolidação da dívida da Nicarágua e da curadoria das alfândegas. Durante uma semana, em outubro de 1910, Dawson negociou quatro acordos separados com líderes do partido conservador. O primeiro providenciava a criação de uma assembléia constituinte para adotar uma constituição democrática e eleger Juan Estrada presidente e Adolfo Díaz vice presidente para um mandato de transição de dois anos. O segundo providenciava o estabelecimento de uma comissão de reivindicações para o pagamento pela Nicarágua de todas as reivindicações justificadas e a reparação às famílias de Cannon e Groce. O terceiro providenciava a negociação de um empréstimo privado e a iniciação de uma curadoria alfandegária, e o quarto, a eleição popular do sucessor de Estrada entre candidatos selecionados pelos líderes conservadores que negociaram o acordo com Dawson. Este documento especificava que “o escolhido deve representar a revolução e o partido conservador.”<sup>39</sup>

Juan Estrada era um liberal designado por um outro liberal, Zelaya, para seu posto anterior em Bluefields. Com o poder de seu mandato extremamente restringido pelos acordos de Dawson, no início de maio de 1911 ele renunciou,

agindo, segundo o ministro dos EUA, “num acesso de insanidade alcóolica.”<sup>40</sup> A renúncia catapultou o Vice-Presidente Adolfo Díaz para a presidência. Um contador na La Luz & Los Angeles Mining Company, uma firma criada para desenvolver a concessão cedida à United States and Nicaragua Company com sede em Pittsburgh, Díaz era também uma figura decorativa como secretário assistente tesoureiro desta última companhia, pois, como o Cônsul dos EUA explicou mais tarde, “um dos funcionários tinha que ser um nicaraguense.”<sup>41</sup>

Antes de renunciar, Estrada havia instruído seu ministro em Washington para negociar um tratado a fim de implementar o terceiro dos acordos de Dawson. O Tratado Knox-Castrillo comprometia a nova administração Díaz a negociar um empréstimo com “algum grupo bancário americano competente e confiável,” com reembolso assegurado pelas alfândegas nicaraguenses, cujas atividades deveriam ser supervisionadas por um funcionário selecionado pela Nicarágua, mas de uma lista de indivíduos submetida pelos banqueiros dos EUA e aprovada pelo Presidente dos EUA.<sup>42</sup>

Assinado em Washington em 6 de junho de 1911, o Tratado Knox-Castrillo foi ratificado oito dias depois pelo congresso nicaraguense. Mas em Washington o acordo nunca foi além de uma votação empatada (em maio de 1912) da Comissão do Senado sobre Relações Exteriores, na qual alguns membros eram adversos a assumir mais responsabilidades na região do Caribe, e outros eram motivados por políticas partidárias num ano eleitoral. Enquanto ocorria o debate no Senado, os banqueiros decidiram ir em frente com dois empréstimos. O primeiro, em setembro de 1911, (o Treasury Bill Agreement) e o segundo, em março de 1912, (o Supplemental Loan Agreement) forneciam dinheiro ao governo Díaz em troca do controle pelos banqueiros do recém-criado Banco Nacional da Nicarágua e uma opção para adquirir controle majoritário da ferrovia da nação, o único bem de capital significativo do governo.

O arranjo do banco e da ferrovia eram inovações importantes. Organizado como uma corporação de Connecticut, o *Banco Nacional da Nicaragua* tinha um conselho diretor de sete membros, seis nomeados pelos bancos dos EUA e um designado pelo Secretário de Estado dos EUA. Embora a Nicarágua logo conseguisse o direito de designar dois diretores, nunca houve nenhuma dúvida sobre quem estava no controle. Como os banqueiros escreveram ao agente fiscal da Nicarágua, “o Banco está sob nossa administração e controle.”<sup>43</sup> De modo semelhante, a *Ferrocarril del Pacífico* da Nicarágua foi reorganizada como uma corporação do Maine. No começo, todas as ações pertenciam ao governo da Nicarágua, mas em troca pelo Supplemental Loan, os banqueiros obtiveram 51% das ações por \$1 milhão. Sete anos mais tarde, os banqueiros emprestaram à Nicarágua \$1.75 milhões para readquirir as ações.

A honestidade dessas transações ficaram comprometidas. Em sua defesa, a administração Taft poderia observar que ela designara firmas legais para inspecionar os acordos de empréstimos no sentido de assegurar clareza para a Nicarágua, mas os críticos sempre acusaram os banqueiros de obterem lucros excessi-

vos. Em 1933, Roscoe Hill, um membro da prestes a ser criada Alta Comissão Nicaraguense, estimou os lucros dos bancos na Nicarágua em pouco menos de \$2 milhões, o que representava um retorno anual de 15 % sobre o investimento no National Bank e 20% sobre a ferrovia.<sup>44</sup> Embora este não seja um retorno muito alto, tampouco é insignificante. Os bônus do governo dos EUA estavam, então, rendendo entre 3 e 4%, e o dinheiro dos banqueiros era garantido pelos fuzileiros e um cobrador alfandegário dos EUA. Ademais, esses ganhos representavam apenas os lucros das transações do governo, não os lucros das atividades privadas de comerciantes e banqueiros que vinham junto com os contratos oficiais. Talvez o potencial de lucro geral dessas atividades seja melhor aferido pela evidência de que os bancos estavam ansiosos para participar, e uma firma queixou-se amargamente quando não foi incluída no negócio.<sup>45</sup>

O mais importante é que os empréstimos e a curadoria alfandegária atavam a Nicarágua à economia dos EUA e, como o Secretário Knox observou numa carta pessoal ao presidente da Comissão do Senado sobre Relações Exteriores, esses laços eram “de vasta vantagem comercial, especialmente para os estados sultistas.” Antes da curadoria, em 1911, os Estados Unidos recebiam 31 % das exportações da Nicarágua, auxiliada por deslocamentos durante a guerra, em 1917 essa proporção havia subido para 85%, e os parceiros comerciais europeus da Nicarágua nunca mais desafiaram o domínio econômico dos EUA.<sup>46</sup>

Com o acordo do Treasury Bill negociado com sucesso, Adolfo Díaz começou a pensar em seu futuro político, e não precisou de muito tempo para reconhecer que ele, como Estrada, carecia de adeptos políticos na Nicarágua. Ele propôs, então, que os Estados Unidos estabelecessem um protetorado. “Os graves males que nos afetam só podem ser eliminados se trabalharmos com uma assistência mais eficiente e direta da grande nação americana, como a assistência que deu resultados tão bons para o povo de Cuba.” Díaz queria a aprovação de Washington de um tratado “permitindo que os Estados Unidos intervenham em nossos negócios internos para manter a paz e a existência de um Governo legal.” Como o Congresso não consentiria sequer no tratado Knox-Castrillo, o Secretário Knox respondeu que a proposta teria que ser submetida a “profunda e cuidadosa consideração.”<sup>47</sup>

Com o país liderado por um presidente sem apoio da população e com os liberais contrariados por terem sido privados do direito eleitoral pelos acordos Dawson, no fim de julho, o ministro conservador da defesa, Luis Mena, lançou uma rebelião armada e foi apoiado por forças liberais. O Presidente Díaz pediu ajuda aos Estados Unidos, e 100 fuzileiros foram imediatamente enviados a Manágua. Alguns dias depois, mais 360 foram estacionados ao longo da linha ferroviária Corinto-Manágua, e em prol da segurança, Knox obteve permissão para deslocar forças adicionais dos EUA estacionadas no Panamá.<sup>48</sup> Ele partiu em seguida para sua viagem de três meses ao Japão, deixando Huntington Wilson encarregado da política externa dos EUA. Com a revolta de Mena ganhando impulso, o Secretário Assistente enviou a Taft vários memorandos requisitando tropas



adicionais. O Presidente concordou, e os Estados Unidos desembarcaram mais e mais fuzileiros, até que a força dos EUA alcançasse 2.700 homens em setembro. Apenas depois que Huntington Wilson requisitou o deslocamento de tropas regulares do exército (ao invés de fuzileiros navais), e apenas depois que tornou-se óbvio que essas tropas adicionais eram desnecessárias – então Taft sinalizou um fim a esse processo.<sup>49</sup>

Agora bastante enfermo, no fim de setembro, Mena foi obrigado a render-se e foi levado prisioneiro para a Zona do Canal. Continuando a lutar de seus acampamentos em montanhas entre Manágua e Granada, os rebeldes liderados pelo liberal General Benjamín Zeladón foram desalojados em 4 de outubro em combate corpo-a-corpo com os fuzileiros, e a revolta acabou dois dias depois após os fuzileiros tomarem a fortaleza liberal de León.<sup>50</sup> A força inteira dos EUA permaneceu por algumas semanas para supervisionar a eleição presidencial de Adolfo Díaz em 2 de novembro, e em seguida todos, com exceção de 130 fuzileiros, deixaram o país. Esta força, à qual a administração subsequente se referiria como uma “guarda da Legação,” foi mantida em Manágua porque “a retirada de todos os fuzileiros seria interpretada como o consentimento tácito dos Estados Unidos para renovar as hostilidades.”<sup>51</sup>

Quando Philander Knox visitara a Nicarágua logo antes da revolta de Mena, ele se dera ao trabalho de convencer uma audiência de Manágua das boas intenções de seu governo. “Eu asseguro a vocês...que meu Governo não anseia uma polegada de território ao sul do Rio Grande.” Knox estava sendo absolutamente sincero. Mas o que ele não disse foi o que suas ações na Nicarágua demonstravam: que embora os Estados Unidos estivessem perfeitamente dispostos a renunciar à conquista territorial, eles estavam ao mesmo tempo absolutamente determinados a exercer hegemonia sobre a região do Caribe. Esse controle estimulava o comércio dos EUA e assegurava estabilidade em torno do novo Canal, mas o Presidente Taft preferia enfatizar o bem que ele estava fazendo pelos latino-americanos: “Os Estados Unidos têm contribuído muito pela causa da paz ajudando países fracos no tocante ao seu governo interno de modo a fortalecer neles a causa da lei e da ordem. Este relacionamento de guardião e tutelado entre nações e países, em meu julgamento, ajuda a causa da paz internacional e indica progresso na civilização.”<sup>52</sup>

## notas

1 Frederick Palmer, “Taft, the Proconsul,” *Collier* 39 (13 de abril de 1907), p.13.

2 Taft a Horace D. Taft, 3 de julho de 1904, Taft Papers, LC.

3 Taft a Bellamy Storer, 23 de março de 1903, Taft Papers, LC; Memorando de Conversa com Enrique Creel, 21 de dezembro de 1909, Arquivo Num. 6369/400, NA M862/R507.

4 Huntington Wilson a William Jennings Bryan, 16 de março de 1913, Huntington Wilson Papers, Ursinus College.

5 Root a Henry L. Stimson, 7 de setembro de 1927, Elihu Root Papers, Rolo 72, LC.

6 As críticas estão numa carta de Knox a Taft, 14 de março de 1911, Taft Papers, LC; a lista dos suprimentos, sem data, está no Container 33 dos Knox Papers, LC.

7 Departamento de Estado dos EUA, *Speeches Incident to the Visit of Philander Chase Knox, Secretary of State of the United States of America, to the Countries of the Caribbean, February 23 to April 17, 1912* (Washington D.C.: GPO, 1913), p.13-4.

8 Knox a Taft, 14 de março de 1911, Taft Papers, LC; "Address of Hon. Philander Chase Knox at the Dedication of the Monument Erected to the Memory of Major-General Edward Braddock, Braddock Memorial Park, Fayette County, Pennsylvania, October 15th, 1913," p.d., p.p.

9 *Speeches Incident to the Visit of Philander Chase Knox*, p.41; "The Monroe Doctrine and Some Incidental Obligations in the Zone of the Caribbean," Address before the New York State Bar Association, 19 de janeiro de 1912, p.d., p.p.; para a origem do pensamento de Knox, ver "Address of the Honorable Huntington Wilson, Assistant Secretary of State, at the Third National Peace Congress, Baltimore, May 4, 1911," Huntington Wilson Papers, Ursinus College.

10 "Diplomatic Service: Conversation at Clinton Sept. 15, 1930," Container A243, Philip Jessup Papers, LC; Johann von Bernstorff, *Memoirs of Count Bernstorff*, trad. Eric Sutton (N.Y.: Random House, 1936), p.111; ver também T. Bentley Mott, *Twenty Years as Military Attaché* (N.Y.: Oxford University Press, 1937), p.172.

11 "Wilson" era seu último nome, mas ele sempre assinava "Huntington Wilson" e nunca "Francis," e esta assinatura confundiu os bibliotecários responsáveis pelo National Union Catalogue, que o tomaram por "Huntington-Wilson, Francis Mairs." Para evitar confusão com Woodrow Wilson e o embaixador de Taft no México, Henry Lane Wilson, ele será chamado aqui de Huntington Wilson.

12 Huntington Wilson, "The Relation of Government to Foreign Investment," *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 68 (novembro de 1916), p.301.

13 Huntington Wilson, notas de diário sem data e sem título de viagem na América Latina, 1914, Huntington Wilson Papers, Ursinus College

14 Talvez o melhor exemplo isolado do pensamento de funcionários pouco preparados seja o livro de instruções de múltiplos autores *Preparations for Secretary Knox's Central American Trip, 1912*, Container 33, Knox Papers, LC.

15 *Address of the Honorable Huntington Wilson, Assistant Secretary of State, at the Third National Peace Congress, Baltimore, May, 4, 1911*, Huntington Wilson Papers, Ursinus College; Wilson, *The Relation of Government to Foreign Investment* p.305.

16 FRUS 1912, p.x.

17 Huntington Wilson, memorando sem data, provavelmente fevereiro de 1913, assinalado "Confidential – file" e dirigido ao Presidente eleito Wilson, Rolo 1, Huntington Wilson Papers, Ursinus College.

18 Knox ao Encarregado nicaraguense, 1 de dezembro de 1909, Registros da Divisão de Informação Corrente, Publicações Confidenciais, Informações Série A, vol.1, no.6, NA.

19 Huntington Wilson a Whitelaw Reid, 1 de julho de 1901, 817.00/1147, NA M632/R6.

20 Coolidge a Bacon, 9, 18 e 19 de novembro de 1908; Bacon a Coolidge, 17 e 19 de no-

## a supervisão benevolente e a diplomacia do dólar

vembro de 1908, Arquivo Num. 6369/35-41, NA M862/R506; a chamada formal do enviado está aparentemente perdida, mas o Encarregado J.H. Gregory, Jr. refere-se a ela numa declaração que está incluída em Capitão Austin M. Knight a Meyer, 16 de março de 1909, Arquivo Num. 18432/50-52, NA M862/R1035.

21 Knox a George Meyer, 10 de março de 1909, Arquivo Num. 18432/10, NA M862/R1035; uma cópia da ordem de Taft é parte de Huntington Wilson à Legação dos EUA, San Salvador (Frazier), 24 de abril de 1909, Arquivo Num. 18432/101A, NA M862/R1036.

22 Huntington Wilson a William Hoster, 24 de junho de 1911, Huntington Papers, Ursinus College.

23 Memorando de Huntington Wilson, 26 de novembro de 1909, Arquivo Num. 6369/334, NA M862/R507.

24 Knox ao Embaixador do México, 12 de abril de 1909, Arquivo Num. 18920; Thompson a Knox, sem data [recebido em 15 de abril de 1909], Arquivo Num. 18920/1-2, NA M862/R1051; para esclarecimento sobre o pensamento do Departamento de Estado sobre esta questão, ver o memorando de 14 páginas de Knox sobre a cooperação EUA-México na América Central em Knox a Taft, 28 de setembro de 1909, Taft Papers, LC.

25 Smedley Butler a Thomas S. Butler, 14 de julho de 1910, e Butler a Maud e Thomas Butler, 1 de março de 1910, *General Smedley Darlington Butler: The Letters of a Leatherneck, 1898-1931*, Anne Cipriano Venzon, ed. (New York: Praeger, 1992), p.75-77, 87-88; Kimball a George Meyer, 25 de maio de 1910, 817.51/131, NA M632/R70; ver também Ernest H. Wands a Knox, 3 de maio de 1911, 817.51/131, NA M632/R70; para a avaliação contrária desses comerciantes por Huntington Wilson, ver Huntington Wilson a Whitelaw Reid, 1 de julho de 1910, 817.00/1147, NA M632/R6.

26 William M. Rees a Knox, 17 de julho de 1911, 817.51/203, NA M632/R71.

27 Kimball a Meyer, 25 de maio de 1910, 817.00/985, NA M632/R5; para um dos relatórios partidários do cônsul, ver Moffat ao Secretário Assistente de Estado, 28 de outubro de 1909, Arquivo Num. 6369/261, NA M862/R507.

28 Memorando interdepartamental de Huntington Wilson, 26 de novembro de 1909, Arquivo Num. 6369/334; NA M862/R507.

29 A mensagem de Taft de 7 de dezembro de 1909 está em FRUS 1909, p. xvii, Senado Jt. Res. 49, *Congressional Record*, 10 de dezembro de 1909, p.79. Para a própria história de Zelaya (e cópias de numerosos documentos, incluindo o tráfego de telegramas do governo nicaraguense) ver José Santos Zelaya, *La revolución de Nicaragua y los Estados Unidos* (Madrid: Bernardo Rodríguez, 1910).

30 Para a decisão de se opor a Madriz, ver Knox a de Olivares, 11 de fevereiro de 1910, Arquivo Num. 6369/744, NA M862/R509. Para o debate sobre o reconhecimento, ver de Olivares a Knox, 21 de janeiro de 1910, Arquivo Num. 6369/683, NA M862/R508; para as acusações de Kimball, ver Kimball a George Meyer, 9 de fevereiro de 1910, em Meyer a Knox, 10 de fevereiro de 1910, Arquivo Num. 6369/744, NA M862/R509; especialmente Kimball a Meyer, 25 de maio de 1910, 817.00/985, NA M632/R5; Dawson a Huntington Wilson, 17 de fevereiro de 1910, Arquivo Num. 6369/762, NA M862/R509; Huntington Wilson a George Meyer, 19 de fevereiro de 1910, Arquivo Num. 6369/762, NA M862/R509.

31 Huntington Wilson para a imprensa, 17 de junho de 1910, 817.00/1063, NA M632/R5.

32 Butler a Maud e Thomas Butler, 1 de março de 1910, *Letters of a Leatherneck*, p.75-77.

33 Ernest H. Wands a Knox, 3 de maio de 1911, 817.51/131, NA M632/R5.

34 Huntington Wilson a Frederic Jennings, 19 de dezembro de 1910; Juan Paredes a Knox, 23 de dezembro de 1910; Huntington Wilson a Henry Dodge, 23 de dezembro de 1910, todos em 815.51/148A-150, NA M647/R34, Huntington Wilson havia emitido uma ameaça semelhante vários meses antes através da legação dos EUA em Tegucigalpa, 18 de agosto de 1910, 815.51/112B, NA M647/R34.

35 “Manifesto do Congresso Nacional ao Povo Hondurenho,” 14 de fevereiro de 1911, traduzido e reimpresso em FRUS 1912, p.577-580. No Senado dos EUA, a Comissão de Relações Exteriores aprovou duas vezes o tratado por uma margem tão estreita que ele nunca foi levado ao plenário.

36 William Doyle a Huntington Wilson, 25 de janeiro de 1911, 817.51/100, NA M632/R70.

37 Huntington Wilson a Dawson, 24 de fevereiro de 1910, 817.00/1373, NA M632/R7.

38 Huntington Wilson ao Cônsul dos EUA em Manágua, 1 de setembro de 1910, 817.00/1370A, NA M632/R7.

39 Os acordos de Dawson estão reimpressos em FRUS 1911, p.652-3.

40 Elliott Northcott a Knox, 11 de maio de 1911, 817.00/1575, NA M632/R7.

41 Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Relações Exteriores, *Foreign Loans*, 69th Cong., 2d Sess., 1927, p.35; para uma avaliação mais positiva de Díaz, ver William Rees a Knox, 17 de julho de 1911, 817.51/203, NA M623/R71.

42 O tratado Knox-Castrillo está reimpresso em FRUS 1911, p.1074-5.

43 Brown Brothers and Company e J. and W. Seligman and Company ao Agente Financeiro da Nicarágua [Ernest Wands], 2 de agosto de 1912, 817.51/487, NA M632/R73.

44 Roscoe R. Hill, *Fiscal Intervention in Nicaragua* 9N.Y.: Paul Maisel, 1933), p.58-61; para a inspeção da firma legal em favor da Nicarágua, ver a carta de Matthews C. Fleming anexa em Wands a Knox, 15 de agosto de 1911, 817.51/202, NA M632/R71; para a inspeção de um empréstimo semelhante a Honduras, ver Osborn e Fleming a Knox, 10 de fevereiro de 1911, 815.51/192, NA M647/R34.

45 William Doyle, Memorando de Conversa com Hans Winterfeldt, 6 de março de 1911, 817.51/118, NA M632/R70.

46 Knox a Shelby M. Cullon, 17 de junho de 1911, 817.51/154A, NA M632/R70; *Foreign Loans*, p.89.

47 Díaz a Franklin Mott Gunther, 21 de dezembro de 1911, em Gunther a Knox, 21 de dezembro de 1911, 817.00/1745; Knox a Gunther, 23 de dezembro de 1911, 817.00/1745, NA M632/R11.

48 Knox a Taft, 5 de agosto de 1912, 817.00/1822, NA M632/R12.

49 Para as requisições de tropas, ver Huntington Wilson a Taft, 27 de agosto de 1912, 29 de agosto de 1912, 30 de agosto de 1912 e 4 de setembro de 1912, 817.00/1940A, 817.00/1919A e 1919B, NA M632/R12; Huntington Wilson a Taft, 19 de setembro de 1912, Rolo 427, Taft Papers, LC. O fim da concentração de tropas por Taft está em Taft a Henry L. Stimson, 2 de setembro de 1912 (microfilmado fora de ordem cronológica no Rolo 514), Taft Papers, LC.

50 As cartas de Smedley Butler (*Letters of a Leatherneck*, p.112-20) fornecem uma interessante descrição testemunhal da campanha contra Mena e Zeladón.

51 George Weitzel a Knox, 14 de dezembro de 1912, 817.00/2175, NA M632/R14.

52 *Speeches Incident to the Visit of Philander Chase Knox...to the Countries of the Caribbean*, p.57; Taft a Royal L. Melendy, 28 de abril de 1909, Rolo 469, Taft Papers, LC.

## o auxílio pragmático

Esses políticos miseráveis não pretendem concordar com nossos planos americanos e idéias para o aperfeiçoamento deles.

*General Smedley Butler, 1917*

“**M**era exploração comercial e os interesses egoístas de um estreito círculo de financistas estendendo seus empreendimentos aos confins da terra” – desta maneira Woodrow Wilson caracterizou a Diplomacia do Dólar em seu discurso final de campanha em 1912.<sup>1</sup> Se isto não fosse um anúncio suficiente de uma mudança na política dos EUA, a escolha de William Jennings Bryan como Secretário de Estado de Wilson certamente o era. “Um repúdio aos princípios fundamentais da moralidade” era como Bryan descreveu a Diplomacia do Dólar – “uma expressão cunhada para descrever uma política de governo sob a qual o Departamento de Estado tem sido usado para coagir nações menores a reconhecer reivindicações de cidadãos americanos que não repousam sobre uma base legítima.” Isto é exatamente o que se esperava de um democrata que chamara a Emenda Platt de “um projeto baseado na injustiça,” que criticara o uso que Roosevelt fez da Marinha para impedir que a Colômbia retomasse o Panamá, e que insistiu que toda plataforma democrata, de 1900 até o dia em que ele morresse, contivesse um artigo endossando a independência das Filipinas. Bryan havia algumas vezes surpreendido seus adeptos com posturas expansionistas – especialmente surpreendente foi seu endosso, em 1910, da política de Taft na Nicarágua – mas em 1913, ao assumir seu posto, o novo Secretário de Estado podia reivindicar o manto do antiimperialismo.<sup>2</sup>

A permanente oposição de Bryan e as críticas da campanha de Wilson levaram funcionários da administração a prever instabilidade no Caribe durante o período de transição. Para pôr a nova administração a par dos perigos de uma mudança política radical com relação à América Central e ao Caribe, o Secretário Assistente Huntington Wilson alertou o Presidente eleito que “pessoas proeminentes de hábitos revolucionários têm em algumas instâncias promulgado a crença de que...depois de 4 de março os Estados Unidos não apenas ficariam indiferen-

tes à revolução, mas simpatizariam positivamente com a revolução levada a cabo por aqueles atualmente fora do poder. O resultado é que todos os revolucionários profissionais, desordeiros, candidatos a ditadores e degoladores, muitos deles com longos registros de crime, tornaram-se visivelmente ativos.<sup>3</sup> Para evitar essa atividade, a administração Taft, em fim de mandato, ordenou que navios de guerra dos EUA fizessem visitas adicionais a portos centro-americanos durante o período de transição, e, em fevereiro, a Marinha aumentou sua força ao longo das duas costas do México em seguida ao golpe de Huerta. O Secretário de Estado Knox alegou que “não apenas a população local ficará com um sentimento saudável de respeito pelo poder do governo dos Estados Unidos, como o governo central na Cidade do México será mantido sob atenção cuidadosa.”<sup>4</sup>

A Nicarágua era um problema específico, pois o governo ali continuava a oscilar à beira do caos político e econômico – ou assim parecia aos funcionários dos EUA em Manágua e Washington. Huntington Wilson forneceu ao Presidente ingressante uma análise do problema: o governo de Adolfo Díaz apoiado pelos EUA havia sido auxiliado por “respeitáveis banqueiros americanos” que “haviam estabelecido um banco em Manágua, que faz os negócios do Governo e está começando a prosperar. A Nicarágua tem um conselheiro de finanças americano, dois americanos em sua comissão de reivindicações e um recebedor alfandegário americano, e o empenho dos banqueiros e desses americanos já aumentou sua receita alfandegária, delineou para eles uma completa reforma monetária e um melhor sistema de taxaço interna, além de aliviá-los de uma onerosa dívida, com altos juros a banqueiros judeus na Europa.”<sup>5</sup>

Como a comunidade financeira de Nova York dificilmente poderia estar alheia aos comentários ameaçadores da administração ingressante sobre a Diplomacia do Dólar, ela ameaçou retirar-se da Nicarágua após a derrota eleitoral de Taft. Poucos dias antes da posse de Woodrow Wilson, o chefe da Divisão de Assuntos Latino-americanos avisou que “os banqueiros foram até onde eles achavam que podiam ir, na falta de conhecimento da atitude que a próxima administração possa tomar.”<sup>6</sup> Para evitar dar a impressão de que não queriam cooperar, às 21h 45min horas do dia da posse, os banqueiros telegrafaram ao Departamento de Estado dizendo que liberariam um pequeno empréstimo, mas queriam que as novas autoridades em Washington compreendessem que eles não eram tão inteiros como havia sido sugerido durante a campanha: o novo empréstimo “soma mais um aos muitos serviços desinteressados e sem compensações que prestamos à Nicarágua.”<sup>7</sup>

Os banqueiros não precisavam ter se preocupado. Em seu primeiro dia no posto, Bryan preparou sua instrução inicial aos funcionários dos EUA em Manágua, que começava com um parágrafo revelador retirado diretamente do manual da Diplomacia do Dólar: “Telegrama de Brown Brothers ao Departamento como se segue” – e o que se seguia eram os detalhes a serem negociados pelo ministro, cada palavra foi escrita pelos próprios banqueiros.<sup>8</sup> Então, na primeira reunião do gabinete de Wilson poucos dias depois, o Secretário da Marinha Jese-

phus Daniels pediu permissão para chamar de volta os navios de guerra que Taft havia enviado ao México. Daniels registrou que “era opinião do Presidente que, na medida em que os navios foram mandados devido a problemas lá existentes, se eles se retirassem agora isto seria tido como prova de que o Governo estava satisfeito com as condições atuais. Ele não estava satisfeito.”<sup>9</sup>

O telegrama de Bryan e a decisão de Wilson eram sinais do que estava para vir e, sete anos mais tarde, quando a administração Wilson estava chegando ao fim, um assessor comercial do Departamento de Estado escreveria que a transição Taft-a-Wilson havia sido “uma das poucas vezes em que não apareceu nenhuma ruptura e a administração nacional não reverteu as políticas de seu predecessor.”<sup>10</sup> Nada mudara. Em 1920, ano final de Wilson como Presidente, o Secretário interino de Estado comentou que a melhor maneira de os Estados Unidos resolverem uma disputa fronteira centro-americana era “golpear-lhes a cabeça, dos Latino-americanos” uma afirmação indistinguível da declaração de Taft de 1909 do “direito de bater suas cabeças uma na outra.”<sup>11</sup> A tocha da Diplomacia do Dólar havia sido passada para outras mãos sem nenhuma oscilação.

O ímpeto imperialista da década de 1890 com a era da Diplomacia do Dólar havia gerado um novo conjunto de poderosos interesses políticos que dependia de o governo dos EUA manter estabilidade na região do Caribe. Esses interesses eram os suspeitos habituais – os banqueiros, que podiam estar procurando meios de sair da Nicarágua, mas estavam inclinados a se expandir através do resto da América Latina; os concessionários da região caribenha, todos eles bem versados em táticas de aplicar pressão através de seus representantes no Congresso; e os burocratas do Departamento de Estado, que pareciam perfeitamente à vontade com a Diplomacia do Dólar. A opinião pública, por sua vez, ignorava a região e, portanto, não exercia influência constrangedora sobre os articuladores políticos, e os membros do Congresso – uma maioria democrata que repudiava a Diplomacia do Dólar em seus discursos, mas recusava-se a desafiar o Presidente.

E, talvez mais importante, eram as forças da ignorância. Com todo seu brilho, Woodrow Wilson sabia pouco sobre relações internacionais quando entrou na Casa Branca, obrigado a entender o assunto rapidamente, ele cometeu o engano crucial de selecionar tutores que eram também extraordinariamente desinformados. Em consequência, Wilson afligia-se muito com as relações dos EUA com seus vizinhos. Ele, como os diplomatas do dólar, prezava a estabilidade na América Latina, mas, ao contrário deles, seus princípios progressistas lhe diziam que era errado simplesmente assumir o controle de países instáveis. Carecendo de uma clara visão alternativa de como conseguir estabilidade, sua administração tentou um pouco de tudo na América Latina.

Ignorância presidencial sobre assuntos externos não é algo desconhecido, é claro, mas a maioria dos Presidentes que se centram sobre política doméstica, como fez Wilson, escolhem Secretários de Estado com conhecimento em política externa, coisa que Wilson não fez. “Sua mente é completamente indisciplinada e sem método,” escreveu John Bassett Moore depois de uma longa reu-

não com William Jennings Bryan. “A dificuldade com o Secretário não era a sua desatenção por motivo de ausência [uma alusão às longas férias do ex-Secretário Knox], mas sua patente incapacidade, quando presente, de ter um pensamento conseqüente ou uma consideração realmente inteligente sobre qualquer coisa que pusessem diante dele. Ele nunca parecia ter um julgamento ponderado sobre alguma coisa ou uma apreciação real do que estava fazendo.”<sup>12</sup>

Se Bryan era ignorante em assuntos externos, não era por deficiência de conhecimento local. Bryan viajou muito pela região, de modo que, quando assumiu o posto, ele já tinha visto mais da América Latina do que qualquer outro Secretário de Estado, incluindo um *tour* de três meses pela região toda em 1910, algo que nenhum outro candidato a presidente ou futuro Secretário de Estado jamais havia feito. O problema de William Jennings Bryan não era que ele não visse os fatos das relações internacionais, mas ele nunca desenvolveu uma estrutura intelectual que desse um sentido à informação que ele acumulara. Como Wilson, ele sabia que havia instabilidade na região do Caribe, mas não sabia o porquê e, portanto, aceitava as explicações oferecidas pelos diplomatas do dólar.

Na verdade, nenhum membro da equipe de política caribenha de Wilson, diplomata ou agente informal, tinha uma idéia nova de como lidar com a questão central da instabilidade na América Latina. Edward House, o mais próximo conselheiro do Presidente, achava que a solução a longo prazo estava na imigração alemã – “a população germânica seria de todo modo preferível à população atualmente em maioria nos países sul-americanos.” Além disso, o sucessor de Bryan, Robert Lansing, concebia o problema da instabilidade caribenha exatamente como Knox e Huntington Wilson haviam feito: “dentro dessa área estão as pequenas repúblicas da América, que foram, e até certo ponto ainda são, a presa de revolucionários, de governos corruptos e de estrangeiros predatórios. Devido a este estado de coisas, nossa segurança nacional, em minha opinião, requer que os Estados Unidos intervenham e ajudem no estabelecimento e manutenção de um governo estável e honesto, se nenhuma outra maneira parece possível para chegar a este fim.”<sup>13</sup>

Imediatamente abaixo dos políticos designados por Wilson estavam os funcionários de 3º escalão que acumulavam 16 anos de controle republicano do Departamento de Estado. Wilson desconfiava desses funcionários, e sua cautela não desapareceu quando Bryan preencheu os postos com democratas de mérito; sua reação foi usar conselheiros informais, o primeiro dos quais foi William Bayard Hale, a quem ele pediu para “empreender uma viagem aos Estados da América Central e do Sul [de modo] que possamos descobrir o que exatamente está acontecendo ali.”<sup>14</sup> Entrementes, o Presidente e seu Secretário de Estado já não desfrutavam do luxo de criticar os republicanos. Assim, eles dividiram a responsabilidade pela região – ou ao menos é o que parece – com Bryan assumindo a América Central e o Caribe, enquanto Wilson cuidava do México revolucionário.



A Nicarágua foi o primeiro problema de Bryan. O governo de Alfredo Díaz fora destituído, e outras potências moviam-se sob a vegetação emaranhada centro-americana. Anteriormente, enquanto servia como chefe da Divisão de Assuntos Latino-americanos, o ministro dos EUA para a Nicarágua, George Weitzel, havia sugerido que o Departamento de Estado matasse dois coelhos com uma cajadada comprando uma opção de canal do governo Díaz. O Canal do Panamá ainda não estava aberto, e a última coisa que os Estados Unidos queriam fazer era construir um outro, mas uma opção exclusiva daria algum dinheiro a Díaz e “descartaria para sempre o fantasma de um canal alemão ou japonês em algum lugar do continente americano.”<sup>15</sup> Quando foi transferido para Manágua um ano depois, Weitzel negociou um tratado com o Ministro do Exterior Emiliano Chamorro que daria à Nicarágua \$3 milhões em troca de uma opção exclusiva de canal, uma base naval no Golfo de Fonseca e outros privilégios. Assinado em fevereiro de 1913 e submetido ao Senado uma semana antes da posse de Woodrow Wilson, o projeto de Weitzel nunca saiu do papel.

Este resultado deixou Bryan com um problema: a Nicarágua estava insolvente. Preocupados em não se expor, os banqueiros de Nova York não estavam inclinados a oferecer muita ajuda. Se a administração Wilson quisesse que os financistas de Wall Street investissem fundos adicionais no sentido de retirar a Nicarágua do abismo financeiro (e, implicitamente, da agitação política), Bryan teria que convencê-los a isto. A tarefa foi assumida pela Divisão de Assuntos Latino-americanos do Departamento, que enviou a Bryan um longo memorando descrevendo a penúria da Nicarágua, louvando as realizações da Diplomacia do Dólar e alertando que, se os Estados Unidos não fornecessem ajuda, “a Nicarágua vai provavelmente procurar a Europa para um novo empréstimo.” Duas semanas após receber o memorando, Bryan escreveu ao Presidente Wilson dizendo ser a favor de recuperar o tratado Weitzel: “Estou inclinado a achar que a compra da opção de um outro Canal na Nicarágua pode dar estímulo suficiente aos banqueiros para que concedam empréstimos.”<sup>16</sup>

Entre os que estimulavam Bryan nesta direção estava seu amigo Charles Douglas, um advogado lobista contratado por Adolfo Díaz para representar os interesses da Nicarágua em Washington. Em meados de junho de 1913, ele entregou a Bryan uma redação revisada do tratado Weitzel que acrescentava, por insistência de Díaz, algo semelhante à emenda Platt dando aos Estados Unidos o direito de intervir. A resposta do Presidente Wilson foi mais surpreendente do que a decisão de Bryan de entregar a proposta à Casa Branca: “o tratado nicaraguêense proposto conta com minha total aprovação.”<sup>17</sup>

O Secretário de Estado consultou, então, a Comissão do Senado sobre Relações Exteriores, que era dominada por democratas que haviam passado os anos anteriores criticando a Diplomacia do Dólar. Em 2 de agosto a Comissão votou informalmente para advertir Bryan que ela não consideraria um tratado que incluía um protetorado no estilo Platt. Com esta opção eliminada, Bryan propôs em seguida que o Tesouro dos EUA vendesse bônus no mercado aberto a 3% de ju-

ros e emprestasse o dinheiro apurado à Nicarágua e outros países latino-americanos a 4 1/2%, uma taxa muito mais baixa do que os latino-americanos poderiam esperar negociar com banqueiros privados. Os juros e o principal sobre os bônus de 3% seriam pagos pelo *spread* de 1 1/2%, com reembolso garantido no caso nicaraguense pelo recebedor alfandegário. O Presidente postergou a resposta e, então, Bryan escreveu mais uma vez:

Perdoe-me trazer este assunto novamente à sua atenção, mas é patético ver a Nicarágua lutando nas garras de um acordo financeiro opressivo. Como creio ter colocado numa carta anterior, vemos nesta transação uma imagem perfeita da diplomacia do dólar. Os financistas cobram taxas excessivas com base no princípio de que eles devem ser pagos pelo *risco* que assumem e assim que recebem o pagamento, eles passam então a exigir dos respectivos governos que o *risco* deva ser *eliminado* por coação governamental. Não surpreende que o povo dessas pequenas repúblicas seja levado à revolução pelo que vê como um sacrifício de seus interesses.

Wilson incorporou as palavras indignadas de Bryan em seu primeiro discurso sobre política latino-americana – acrescentando “Nada me alegra mais do que a perspectiva de que eles agora serão emancipados destas condições” – mas recusou-se a aprovar a “nova e radical proposta” do Secretário.<sup>18</sup> O governo dos EUA não ia entrar no negócio de apoiar financeiramente a América Latina.

Enquanto essas discussões ocorriam em Washington, a Legação dos EUA em Manágua alertava sobre as graves conseqüências da falta de ação. Convencido de que a Nicarágua cairia na anarquia sem ajuda dos EUA, Bryan voltou-se para os banqueiros, indagando sobre os termos que eles exigiriam para um novo empréstimo. O Presidente Díaz conferiu urgência ao processo ao enviar seu Ministro das Finanças às pressas para Washington com um memorando indicando que “a tranqüilidade pública pode ser posta em perigo.” Depois de alguma demora, os banqueiros concordaram em ajudar se a Nicarágua cedesse sua ferrovia e seu banco nacional como garantia.

Este passo evitou o desastre imediato, mas não seria suficiente para enfrentar as dificuldades financeiras de médio prazo da Nicarágua. Como o pessoal do Departamento de Estado continuava o cobrir a escrivania de Bryan com memorandos prevendo um desastre na política externa, o Secretário de Estado era pressionado a negociar ainda uma outra versão do controvertido tratado Weitzel. Ninguém jamais foi capaz de explicar o que levou Bryan a aceitar, pela segunda vez, a sugestão de Adolfo Díaz de que o tratado incluísse um protetorado tipo Platt, mas como o Secretário de Estado sabia que o Senado desconfiava da idéia, ele instruiu Adolfo Díaz para enviar a Wilson uma requisição pessoal para um protetorado, redigida pelo Departamento de Estado. Entregue ao Presidente Wilson depois de uma rápida passagem por Manágua, a mensagem Díaz-Bryan afirmava que “o efeito da Emenda Platt em Cuba havia sido tão satisfatório que, como seu Governo está considerando uma convenção de canal com a

Nicarágua, eu respeitosa e solicito que a dita convenção incorpore a substância da Emenda Platt.<sup>19</sup>

O Presidente Wilson, é quase certo, estava nesse jogo para convencer o Senado. Escrevendo com o tom de alguém que evita se expor, ele respondeu a Díaz: “Tendo me assegurado de que as disposições do tratado proposto, incorporando a substância do que é conhecido como a emenda Platt, foram escritas a seu pedido e que, em seu julgamento, elas se revelarão de ajuda para seu país, me proporcionará grande prazer dar ao tratado minha cordial aprovação.”<sup>20</sup> Sem se deixar convencer, em julho o presidente da Comissão do Senado sobre Relações Exteriores informou a Bryan que a comissão manteria sua decisão anterior e recusava-se a considerar o tratado providenciando um protetorado. Com isto, o Secretário de Estado finalmente desistiu da idéia. Em seu lugar, ele assinou um novo tratado com Emiliano Chamorro, agora ministro da Nicarágua em Washington, que era essencialmente uma duplicata do tratado Weitzel, dando à Nicarágua \$3 milhões em troca de uma rota de canal, mas sem a possibilidade de uma emenda Platt.

O novo tratado causou grande alarme na Costa Rica e em El Salvador, que imediatamente pediram à recém-criada Corte Centro-americana de Justiça que bloqueasse sua implementação. A Costa Rica já havia encaminhado um protesto formal contra o acordo Weitzel, alegando que aquelas disposições para o uso do Rio San Juan violavam não apenas o tratado fronteiriço Cañas-Jerez de 1858, mas também a decisão da arbitragem Cleveland de 1888 e o Tratado de Paz e Amizade Centro-americano de 1907. A Costa Rica usou estes mesmos argumentos para pedir à Corte Centro-americana que invalidasse o tratado Bryan-Chamorro. De sua parte, El Salvador alegava que qualquer tratado cedendo aos Estados Unidos uma base naval no Golfo de Fonseca violava seus direitos de copropriedade do Golfo. Os Estados Unidos e a Nicarágua responderam que a Corte carecia de jurisdição sobre qualquer uma destas questões e recusaram-se a participar dos processos. Situada no belo edifício judiciário em Cartago, na Costa Rica, (construído a pedido de Elihu Root com dinheiro de Andrew Carnegie), a Corte, em setembro de 1916 e março de 1917, julgou em favor da Costa Rica e de El Salvador, respectivamente. A Nicarágua imediatamente deixou de ser membro da Corte e, em março de 1918, o tribunal que Philander Knox havia chamado de “o primeiro tipo perfeito de corte internacional de justiça de arbitragem” foi desativado.<sup>21</sup>

Entretanto, o Senado dos EUA consentiu na ratificação do Tratado Bryan-Chamorro. A despeito do fato de terem bloqueado o quase idêntico tratado Weitzel no início de 1913, os democratas votaram 40 a 5 para atender ao Presidente. Mostrando flexibilidade, os republicanos mudaram de pró a contra, centrando suas críticas no status de fantoche do governo Díaz que eles próprios haviam criado. Típico foi o comentário de William Smith de Minnesota, que argumentou que “a presente administração da Nicarágua, liderada por Adolfo Díaz como presidente, tem sido mantida há mais de dois anos pela presença ativa de fuzileiros ame-

ricanos na capital em Manágua, sob o disfarce de uma guarda de Legação, e em desafio aos desejos do povo daquela República.<sup>22</sup>

A ratificação do tratado de Bryan reforçou o controle dos EUA sobre a Nicarágua. A maior parte da propriedade do banco nacional e da ferrovia da Nicarágua estava nas mãos de banqueiros dos EUA, e Washington tinha agora uma opção exclusiva de canal que impedia a Nicarágua de aceitar qualquer outra oferta. Washington tinha também o direito de cercar o país com bases navais; de operar a recebedoria das alfândegas; e, para se assegurar de que nada mudasse sem sua aprovação, de manter os fuzileiros navais em Manágua. Em troca, a Nicarágua receberia \$3 milhões dos Estados Unidos, 70 % dos quais o país nunca viu. De acordo com um plano aprovado pelos dois governos em 1917, \$800.000 foram dados a portadores britânicos de bônus, \$768.000 foram para os banqueiros de Nova York e \$485.000 foram usados para pagar a permanente reivindicação Emery. Os \$836.000 remanescentes foram mandados para a Nicarágua.<sup>23</sup>

A ameaça de instabilidade nunca desapareceu. Enquanto o Senado considerava a ratificação do tratado Bryan-Chamorro, a Nicarágua se preparava para a eleição presidencial de 1916. Da perspectiva dos EUA, o problema era que os liberais hostis estavam unidos por trás da candidatura de Julián Irías, enquanto os conservadores estavam divididos em três facções. Procurando assegurar-se de que os conservadores lançassem um candidato único, o Ministro dos EUA Benjamin Jefferson e o Almirante William Caperton reuniram-se com Díaz e relataram: “Acabamos de ter uma conferência muito satisfatória com o Presidente Díaz [que] aceita alegremente o nome de qualquer candidato que o Secretário possa indicar para a presidência da Nicarágua.”<sup>24</sup> Mas quando tornou-se óbvio que Emiliano Chamorro seria a escolha do Secretário de Estado Lansing (Bryan havia renunciado em meados de 1915), Díaz decidiu tentar a reeleição. A resposta dos EUA foi mandar uma mensagem de advertência e reforços militares. Logo depois de dois navios de guerra adicionais lançarem âncoras em Corinto, o Almirante Caperton relatou que “com a chegada de uma esquadra de navios americanos, os líderes políticos consideraram melhor as palavras do Ministro...O Comandante-Chefe [Caperton] e o Ministro Americano tiveram, então, uma conferência com o Presidente Díaz que concordou em fazer o possível para reunir as três facções do partido conservador em torno do General Chamorro.”<sup>25</sup>

O Departamento de Estado voltou em seguida sua atenção para os liberais, cujo eleitorado era composto por “as massas ignorantes do povo que ou não entendem as intenções ou políticas deste Governo ou são prontamente suscetíveis à oratória política.” Para resolver este problema incômodo de eleitores carentes de sabedoria suficiente para tomar uma decisão apropriada, Caperton e Jefferson notificaram os liberais que qualquer pessoa que estivesse associada com a administração Zelaya (Julián Irías, por exemplo) seria impedida de disputar o cargo.<sup>26</sup> Os liberais, então, se abstiveram, assegurando a Chamorro uma incontestada vitória.

O dia em que o Presidente Chamorro tomou posse – 1 de janeiro de 1917 – foi o mesmo dia em que o receptor alfandegário dos EUA começou a reter todas as receitas alfandegárias da Nicarágua de acordo com o atraso de pagamento dos contratos dos banqueiros. Adolfo Díaz havia saqueado o tesouro, e, no sentido de obter alguma receita para operar seu governo, a administração Chamorro ingressante foi obrigada a entrar numa nova rodada de negociações com o governo dos EUA. Desta vez o resultado foi um acordo complexo conhecido como o Plano Lansing, que providenciava um outro empréstimo bancário em troca da criação de uma Alta Comissão de três membros para supervisionar as finanças da Nicarágua. Composta de um membro designado pelo Secretário de Estado dos EUA e um pelo Presidente da Nicarágua, com um terceiro escolhido pelos Estados Unidos no caso de desacordo entre os dois, a Alta Comissão representava um compromisso depois de o Presidente Chamorro ter se recusado a aceitar um conselheiro fiscal dos EUA. Uma vez Chamorro tendo concordado com o plano, a Nicarágua começou a receber sua cota das receitas alfandegárias; depois disso, a crescente demanda em tempo de guerra por café e madeira possibilitou à nação passar os anos remanescentes da administração Wilson com um superaviz orçamentário.

A situação que Bryan herdara na República Dominicana era semelhante. Em 1914, o ano seguinte à posse de Woodrow Wilson, o consultor econômico Jacob Hollander publicou uma avaliação da curadoria alfandegária dominicana que ele havia ajudado a administração Roosevelt a estabelecer uma década antes. Sob supervisão dos EUA, “uma pequena revolução social, política e econômica havia ocorrido no país. Não uma revolução do tipo antigo, envolvendo desperdício e ruína, mas uma revolução nas artes da paz, indústria e civilização. O povo da ilha, protegido da rapina e do derramamento de sangue, livre para dedicar-se a ganhar a vida, está a caminho de tornar-se um campesinato decente, tão industrioso e estável quanto as condições subtropicais tendem a evoluir.”<sup>27</sup>

A análise de Hollander não continha nenhuma menção à renovada instabilidade política da República Dominicana, mas Bryan estava a par disto. Logo depois de assumir o posto, ele havia sido obrigado a instruir o encarregado dos EUA em Santo Domingo a “aproveitar a primeira oportunidade favorável para comunicar...o profundo descontentamento que é sentido por este Governo diante desta atividade revolucionária perniciosa.”<sup>28</sup> Quando irrompeu uma nova insurreição no início de 1914, o Secretário de Estado passou a considerar a supervisão adicional dos EUA. Nessa altura, praticamente todos em Washington haviam aceitado a opinião de que a desordem representava uma simples disputa pelo controle do tesouro – “no minuto em que assumirmos as Alfândegas, todas as despesas ilegítimas cessarão, e as atividades dos políticos e revolucionários terá fim”, prometia o Capitão Dillingham em 1904 – e assim Bryan propôs suplementar as curadorias alfandegárias dos EUA, assumindo o controle de todas as finanças da República Dominicana.<sup>29</sup> Procurando evitar ação tão agressiva, Wilson aprovaria apenas a designação de um “*Attaché* Comercial à Legação,” mas em meados de 1914, a vol-

ta da instabilidade provocou o envio de uma comissão para restaurar a paz. Estava claro que Hollander tinha muita boa vontade.

A invasão do México pelos EUA em abril de 1914 e o assassinato do Arquiduque Ferdinando da Áustria, em junho, reforçaram a determinação da administração Wilson de não tolerar disparates na República Dominicana. Acompanhados por várias centenas de fuzileiros navais, os três comissários dos EUA chegaram a Santo Domingo com uma proposta que veio a ser conhecida como o Plano Wilson, talvez o documento menos sutil na história das relações EUA-América Latina. Ele começava: “O Governo dos Estados Unidos muito solenemente aconselha a todos os envolvidos com os negócios públicos da república a adotarem o seguinte plano.” Em primeiro lugar, ordenava-se aos líderes da nação que escolhessem um presidente provisório, e se “eles não conseguirem entrar em acordo, o próprio Governo dos Estados Unidos nomeará um Presidente provisório.” Em segundo lugar, o presidente provisório realizaria uma eleição, e “que fique claro que o Governo dos Estados Unidos mandará representantes de sua própria escolha para observar as eleições e espera-se que esses observadores...recebam cortesias boas-vindas.” Em terceiro lugar, “que fique claro que se o Governo dos Estados Unidos constatar que essas eleições foram livres e honestas...eles reconhecerão o Presidente e o Congresso...Se for constatado que as eleições realizadas não foram corretas, que fique claro que uma outra eleição será realizada na qual os enganos cometidos serão corrigidos.” Finalmente, uma vez que um novo governo esteja ocupando o poder, o plano Wilson estipulava que “o Governo dos Estados Unidos sentir-se-á livre para insistir em que cesse o movimento revolucionário.”<sup>30</sup>

Olhando para os canos dos rifles de um Corpo de Fuzileiros Navais, os dominicanos concordaram mais ou menos com esses termos, mas por pouco tempo. Em 1915, Bryan sentiu-se obrigado a advertir que “este governo queria dizer exatamente isto quando declarou que não toleraria mais insurreições em Santo Domingo,” e quando repetidas admoestações não conseguiram produzir a calma desejada, o substituto de Bryan convenceu o Presidente Wilson a ordenar uma ocupação militar em grande escala. No fim de 1915, o Capitão Harry Knapp zarpou com seu navio de guerra para República Dominicana e emitiu a seguinte declaração: “Eu, H.S. Knapp, Capitão da Marinha de Guerra dos Estados Unidos...agindo sob a autoridade e por orientação do Governo dos Estados Unidos, declaro e anuncio a todos os envolvidos que a República de Santo Domingo está doravante em estado de Ocupação Militar pelas forças sob meu comando.”<sup>31</sup>

A ocupação continuaria por oito anos. Desde o início não foi algo agradável, segundo o Almirante Caperton. “Eu realmente acredito que essas pessoas são piores que os hatianos, se tal coisa é possível, e a cada dia que passa mais eu me convenço de que a única maneira de lidar com elas é pela força e pelo porrete grande (*big stick*). Sua velhacaria, corrupção e irresponsabilidade, estão além de tudo que se pode conceber.” Ao contrário da Nicarágua, onde se podia encontrar homens como Adolfo Díaz que estavam dispostos a cooperar com os

Estados Unidos, Caperton relatou sobre a República Dominicana que “nunca vi tanto ódio mostrado por um povo contra outro como observei e senti aqui. Decisivamente, não temos nem um amigo nesta terra.”<sup>32</sup>

A experiência da administração Wilson foi semelhante no vizinho Haiti, onde a atenção dos EUA foi atraída por contínuos relatórios de instabilidade política e econômica. Como na República Dominicana, no Haiti também havia uma forte presença europeia que preocupava os funcionários dos EUA há décadas. Como a República Dominicana, o Haiti, dada sua posição estratégica, era uma espécie de guarda ao Canal do Panamá, e do mesmo modo que enviados de Washington haviam regularmente procurado adquirir a Baía Samaná para uma base da Marinha, desde o fim da década de 1880, os Estados Unidos estavam pedindo ao Haiti para arrendar ou vender o Môle Saint-Nicolas, um porto na costa noroeste do país, bem através da Passagem Windward a partir de Cuba. O interesse da Marinha diminuiu depois da aquisição de Guantánamo, mas Bryan acreditava que o Môle “seria de grande valia para nós, e mesmo que não fosse, valeria a pena não deixá-lo disponível para que nenhuma outra nação possa tentar assegurar uma cabeça-de-ponte ali.” E, portanto, ele enviou o Secretário Assistente de Estado, John Osborn, ao Haiti, com instruções para comprar não apenas o porto, mas uma faixa de terra de 20 milhas de largura, permitindo aos haitianos, que viviam na propriedade, escolher entre se tornarem cidadãos dos EUA ou venderem sua propriedade aos Estados Unidos e partirem. Dados os preconceitos raciais dos EUA, é difícil imaginar que tal acordo teria recebido aprovação do Congresso, mas a proposta de Bryan nunca chegou a ser uma questão em Washington, porque o governo do Haiti não estava interessado na venda.<sup>33</sup>

Mal havia este assunto sido posto de lado, os governos francês e alemão, que ainda não estavam em guerra, indagaram sobre o interesse de Bryan numa curadoria financeira conjunta para o Haiti. Desde 1823, quando os Estados Unidos rejeitaram a colaboração da Grã-Bretanha enunciando, ao invés disto, a unilateral Doutrina Monroe, os Estados Unidos evitavam esse tipo de cooperação de potências europeias na América Latina; desde 1904, o Corolário Roosevelt exigia que os Estados Unidos agissem no lugar dos interesses europeus. Continuando ambas as políticas, em julho de 1914, Bryan propôs um tratado para o Haiti tendo como modelo a convenção de Roosevelt que estabelecia a curadoria dominicana. O governo haitiano estava considerando a proposta, quando a guerra irrompeu na Europa, e uma outra mudança de governo ocorreu no Haiti, e Bryan aproveitou a oportunidade para insistir na curadoria alfandegária e tratamento favorável de capital dos EUA como condições para o reconhecimento. Quando sua proposta foi rejeitada e a instabilidade continuou até 1915, Bryan, preparado para ação firme, alertou o Presidente Wilson que “pode ser necessário usar tanta força quanto possível para compelir a uma supervisão.”<sup>34</sup>

Foi apenas em 28 de julho de 1915 que tropas dos EUA finalmente desembarcaram no Haiti, enviadas pelo Secretário Lansing, que disse ao Ministro do Haiti em Washington “que caso não tivéssemos tomado esta medida, com toda

probabilidade, alguma outra nação teria sentido a exigência de fazê-lo.” Lansing acreditava “que os haitianos inteligentes devem sentir-se agradecidos por terem sido os Estados Unidos ao invés de outra potência cujos motivos poderiam não ser tão desprovidos de egoísmo como os nossos.”<sup>35</sup> Para Lansing como para Wilson, os fins justificavam os meios. A ocupação militar era “a única coisa a fazer se pretendemos curar a anarquia e a desordem que prevalecem naquela República. Acredito que será bem recebida pelos melhores elementos do povo haitiano.” Por duas semanas Wilson permaneceu incomodado com sua decisão, finalmente escrevendo a Edith Bolling Galt, com quem iria se casar em dezembro, com uma explicação que provavelmente está mais próxima de refletir a visão que o Presidente tinha da situação: “nosso objetivo, é claro, não é subordiná-los, mas ajudá-los da maneira mais prática e mais exequível possível.”<sup>36</sup>

Enquanto Wilson procurava racionalizar sua política, Caperton prosseguia com a interferência dos EUA. Sua primeira tarefa importante foi supervisionar uma eleição. Às vésperas do sufrágio, Lansing telegrafou: “para que nenhum mal-entendido possa possivelmente ocorrer após a eleição, deve ficar perfeitamente claro aos candidatos, tão breve quanto possível e antes de sua eleição, que os Estados Unidos esperam que lhes seja confiado o controle prático das alfândegas e controle financeiro sobre os negócios da República do Haiti que os Estados Unidos possam julgar necessário para uma administração eficiente.” Quando a nova legislatura torceu o nariz para a ratificação, no fim de 1915 Caperton foi instruído a dizer aos haitianos que “meu governo tem a intenção de manter o controle no Haiti até que o fim desejado esteja cumprido.”<sup>37</sup> O tratado foi ratificado no dia seguinte.

Além da linguagem geral semelhante à da emenda Platt, permitindo aos Estados Unidos intervirem, o acordo obrigava o Presidente do Haiti a nomear um Receptor Geral de rendas e um Conselheiro Financeiro, ambos indicados pelo Presidente dos EUA, e a criar uma polícia “organizada e comandada por americanos.” Em 1 de fevereiro de 1916, o Almirante Caperton emitiu um decreto abolindo todo governo local, e os fuzileiros de Smedley Butler “assumiram toda responsabilidade pela segurança e policiamento apropriado da República do Haiti.”<sup>38</sup> Com seus sucessores, Butler dirigiu o país pelos dezenove anos seguintes, ajudando o novo Secretário Assistente da Marinha, Franklin Delano Roosevelt, a preparar uma nova constituição. Quando a legislatura haitiana escolhia a dedo descobriu que a constituição de FDR continha uma nova disposição permitindo a propriedade estrangeira de terra, como escreveu Butler: “a Legislatura Nacional haitiana tornou-se tão sem pudor que a Gendarmerie teve que dissolvê-la, dissolução esta que foi levada a cabo com métodos do Corpo de Fuzileiros Navais” – métodos que ele não mencionaria numa carta “por temor que o Departamento de Estado possa se apossar da carta através dos censores.” Depois de expulsar fisicamente os legisladores de seu prédio, Butler e seus colegas decidiram conduzir um plebiscito, pelo qual a nova constituição foi aceita por uma votação de 98.225 a 768.<sup>39</sup>



Quanto a Butler, seu heroísmo, ao matar duzentos haitianos em Fort Rivière sem uma única baixa americana, lhe valeu sua segunda Medalha de Honra do Congresso, mas para seu dissabor ele nunca recebeu o título de governador, porque Lansing acreditava que os haitianos deviam exercer soberania titular. Butler escreveu para casa que “estou reduzido a uma posição muito humilhante, sou simplesmente o subserviente chefe de uma força policial de negros.” Após o retorno da tranqüilidade e a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, Butler tentou uma transferência para a Europa, alegando que “esses políticos miseráveis não pretendem concordar com nossos planos e idéias americanos para seu melhoramento.”<sup>40</sup>

Assim correram as coisas na região do Caribe durante a administração de Woodrow Wilson. Fuzileiros Navais dos EUA foram desembarcados em Cuba durante um período de instabilidade civil em 1917, onde permaneceram até meados de 1919, quando a maioria foi retirada. Duas companhias de cerca de quinhentos soldados permaneceram em Camagüey até 1922, mas nessa altura Enoch Crowder havia voltado a servir como procônsul, iniciando um novo capítulo das relações EUA-Cuba que terminou apenas em 1959.

Em Honduras, Bryan mal esquentara a cadeira de Secretário de Estado quando mandou o primeiro navio de guerra dos EUA para as águas daquela nação em abril de 1913; envios significativos de tropas adicionais ocorreram em agosto de 1913, setembro de 1915, outubro de 1916 e abril de 1919. Uma variedade de problemas provocara esses envios, mas subjacente a todos eles estava a crença da administração Wilson de que Honduras não podia funcionar sem ajuda dos EUA. Boaz Long – um corretor da Bolsa, amigo de Roger Farnham do National City Bank e completamente inexperiente em assuntos latino-americanos, mas não obstante, servindo, então, como chefe da Divisão de Assuntos Latino-americanos – escreveu que “a condição do povo é deplorável. A população é de aproximadamente 500.000, com pouca ou nenhuma melhoria por muitos anos. Destes, cerca de 80% são amargamente pobres e analfabetos. Cerca de 18% sabem ler e escrever e se comparam à média de nossa classe trabalhadora e cerca de 2% podem ser comparados aos nossos melhores homens. Revoluções crônicas removeram todo incentivo à aplicação e indústria e a maioria das pessoas são dadas à preguiça e ao alcoolismo. Cerca de 20% do povo é de bêbados habituais.” Para Long, “não há esperança de melhoria e todas as perspectivas são de piora das condições a menos que o país receba ajuda decisiva de fora.”<sup>41</sup>

Com este tipo de pensamento como justificativa, a administração Wilson supervisionou o período mais ativo de intervenção militar na história das relações EUA-América Latina: na Nicarágua, República Dominicana, Haiti, Cuba, Honduras – mesmo o Panamá foi por duas vezes obrigado a ceder os poderes de polícia doméstica às forças armadas dos EUA. E, é claro, temos ainda que considerar a política de Woodrow Wilson em relação à revolução mexicana.

Esta política confundiu completamente o embaixador britânico em Washington, Cecil Spring-Rice. Ele havia se acostumado ao pensamento de William

Howard Taft, que nada mais sentia do que desprezo por aqueles que propunham que os Estados Unidos “recuperassem os cidadãos tiranizados” do México e, portanto, ele se surpreendeu ao descobrir que Woodrow Wilson havia aceito a missão: “O primeiro dever dos Estados Unidos é declarado como sendo a reforma interna desse infeliz vizinho. Desde os dias da Santa Aliança é duvidoso se algum governo declarou deste modo ser sua missão reformar as deficiências morais de nações estrangeiras.”<sup>42</sup>

Para a geração de Woodrow Wilson, a preocupação com relação ao México centrava-se na incapacidade ou indisposição do vizinho de reprimir ataques através da fronteira de grupos geralmente identificados como “*desperados*” ou “bandidos” – termos genéricos que designavam os índios pobres nos EUA. Por volta da década de 1850, esses *desperados* perceberam que tanto os anglo-saxões quanto os hispânicos haviam atribuído um significado especial a um rio raso: era chamado de “fronteira internacional,” e funcionários da polícia de um lado não podiam cruzar para o outro. Tirando vantagem desta curiosa convenção européia, por muitos anos bandidos dos EUA saquearam o México, e *desperados* do México pilharam as regiões fronteiriças dos EUA. Na época, os EUA eram mais eficientes na pacificação de seus índios, e por volta de 1877 o general do exército que comandava o lado dos EUA na fronteira relatava que “todos aqueles índios que faziam ataques no México vindos dos Estados Unidos estão agora vivendo no México, fizeram as pazes com os cidadãos daquele lado e agora fazem ataques nos Estados Unidos. São índios bravios e selvagens, que vivem em montanhas inacessíveis, numa região que consta nos mapas mexicanos como desconhecida.”<sup>43</sup>

Durante a infância de Woodrow Wilson (ele nasceu em 1856), os residentes ao longo do lado texano da fronteira solicitavam regularmente proteção. Em 1869, esses pedidos levaram o Secretário de Estado Hamilton Fish a requerer cooperação do México, e, quando a resposta foi percebida como indiferente, no início de 1873, ele avisou o México que os Estados Unidos perseguiriam os atacantes através da fronteira. Então, em maio, um grupo de índios Kickapoo (uma tribo do grupo algonquiano que havia sido expulsa de suas terras no Wisconsin) fez uma incursão no sul do Texas que teve muita repercussão, e os Estados Unidos responderam mandando tropas para o norte do México. O governo mexicano reagiu, queixando-se de ataques (em Sonora) de Apaches vindos do Arizona.

Nenhum dos lados queria entrar definitivamente neste conflito, e nenhum deles achava aconselhável que forças armadas de uma nação estivessem invadindo o território da outra; portanto, no início de 1875, os dois governos negociaram um acordo de cooperação militar sem cruzamento de fronteiras. Quando este revelou-se ineficaz, em maio de 1875 Fish pediu ao governo mexicano que ou permitisse a ocupação militar dos EUA de parte do norte do México ou autorizasse perseguição intensiva através da fronteira. Após o México recusar as duas opções, a administração Grant fez ameaças ambíguas, porém funestas, de outras incursões.

A participação do Presidente Grant na Guerra Mexicano-Americana deixou-o relutante em provocar ainda mais o México, mas seu sucessor, Rutherford Hayes, não sentia tal contrição, e insistiu na doutrina da perseguição intensiva. Menos de três meses depois de Hayes ser empossado, o comandante das forças dos EUA no Texas foi avisado “que no caso de incursões ilegais prosseguirem, ele estava livre, no uso de seu próprio critério, para, quando em perseguição de um bando de saqueadores, se suas tropas avistassem os próprios ou um rastro recente, segui-los através do Rio Grande e capturá-los e puni-los, bem como recuperar propriedade roubada de nossos cidadãos e encontrada em suas mãos no lado mexicano da fronteira.”<sup>44</sup> O México respondeu enviando tropas adicionais para a fronteira com ordens de repelir as forças dos EUA e capturar os bandidos. Embora tropas dos EUA tenham entrado no México cerca de uma dúzia de vezes nos dois anos seguintes, de algum modo elas conseguiram evitar qualquer choque armado com forças mexicanas. Depois de três anos no poder, o Presidente Hayes revogou a ordem de perseguição intensiva.<sup>45</sup>

Coube também à administração Hayes enfrentar a questão do reconhecimento do novo governo de Porfirio Díaz, que consolidara seu poder no momento em que a eleição presidencial de 1876 nos EUA estava ocorrendo. O Secretário Fish em fim de mandato encorajava imediato reconhecimento, “pois não podemos receber de um governo que não reconhecemos, a prestação da indenização que nos é devida pelo México,”<sup>46</sup> mas postergou para a nova administração, que adiou a decisão por mais de um ano ao mesmo tempo em que insistia para que o México exercesse maior controle sobre os problemas na fronteira e que respondesse a uma ampla variedade de preocupações adicionais dos EUA, incluindo questões referentes à organização política interna do México. Especificamente, o ministro dos EUA no México foi informado que os Estados Unidos “espera antes de reconhecer o General Díaz como Presidente do México, até que esteja assegurado que sua eleição seja aprovada pelo povo mexicano.”<sup>47</sup>

Até esse momento os Estados Unidos haviam seguido a política estabelecida por Thomas Jefferson de reconhecer novos governos sempre que eles assumissem poder *de facto* e demonstrassem capacidade de cumprir suas obrigações internacionais. Não tinha precedentes para Washington insistir que um governo latino-americano realizasse uma eleição legitimadora como condição para o reconhecimento. Como isto envolveria necessariamente os Estados Unidos nos assuntos internos do México e, como precedente, prepararia terreno para envolvimento semelhante em outros lugares, ambas as casas do Congresso programaram audiências, com a Câmara dos Deputados conduzindo um exame extensivo que incluía o testemunho do Secretário Evarts e do Ministro dos EUA John Foster, que aproveitou esta chamada a Washington para convencer o Secretário de Estado a reconhecer o governo Díaz.<sup>48</sup>

Nessa altura a questão era discutível, pois Porfirio Díaz havia sido eleito e também demonstrava o desejo de cooperar com os Estados Unidos. Sobre a questão da perseguição intensiva na fronteira, por exemplo, os Estados Unidos e

o México assinaram um tratado estipulando que “tropas federais regulares das duas Repúblicas podiam reciprocamente cruzar a linha divisória dos dois países, quando estivessem perseguindo um bando de índios selvagens.”<sup>49</sup> O espírito cooperativo de Díaz era ainda mais evidente em seu esforço para atrair investidores dos EUA, e um vasto número de cidadãos dos EUA logo ligou suas fortunas ao México. Estes não eram simplesmente o comerciante da época de John Quincy Adams nem o empresário de ferrovias nem o engenheiro de minas da era imediatamente posterior à Guerra Civil, mas uma densa rede de cidadãos empreendedores, alguns deles com nomes como Rockefeller, Doheny e Guggenheim – cidadãos com acesso direto às alavancas de poder político em ambos os países. Apenas uma minoria centrava-se basicamente no comércio; a parte do leão do interesse empresarial era capital de investimento em mineração, ferrovias e petróleo. Estes investimentos politicamente vulneráveis (duas indústrias extrativas e uma empresa pública de transporte) logo estavam respondendo por 85 % do capital total dos EUA no México e quase um quarto de todo o investimento dos EUA no estrangeiro.<sup>50</sup> O petróleo tornou-se um foco especial depois da virada do século, uma época em que a sede mundial por petróleo crescia aos saltos, e quando perfuradores aventureiros o encontravam quase transbordando do solo ao longo da costa leste do México. Eles rapidamente transformaram o México num dos mais importantes produtores do mundo – atrás apenas dos Estados Unidos durante a presidência Woodrow Wilson.

Desde o início, esses investimentos preocupavam alguns funcionários dos EUA. Já em 1882 o Deputado pela Louisiana, John Ellis, alertava seus colegas que “o México está passando por uma conquista física pelo nosso povo. Nossas ferrovias e outros empreendimentos estão permeando seu território. Não tardará para que o México desperte para o fato de que ele está sendo gradualmente subjugado pelos Estados Unidos; e, então, virá o recuo e a revolta, e os Estados Unidos podem ser chamados para conservar os interesses e a propriedade privada de seus cidadãos ali.”<sup>51</sup> Este era o destino que esperava por Woodrow Wilson, que observaria em 1916 que a política de sua administração em relação ao México havia sido imensamente complicada pelo fato de o México ser “excessivamente cobiçado por aqueles que querem amealhar fortunas...Nenhum capitalista empreendedor pode olhar para ele sem cobiçá-lo.”<sup>52</sup>

Como os investimentos dos EUA cresciam, a estabilidade dos países Latino-americanos tornava-se cada vez mais importante para os funcionários em Washington, e na época em que o Secretário de Estado Elihu Root viajou ao México em 1907, ninguém se surpreendeu quando a estabilidade emergiu como o tema dominante de seus discursos. Infelizmente, ele a vinculava ao crescimento da impopularidade do governo de Porfirio Díaz, enfatizando num discurso que Díaz era “um dos grandes homens a serem tomados para o culto do herói pela humanidade.” Tanto democratas quanto republicanos compartilhavam a mesma opinião sobre Díaz, como William Jennings Bryan escreveu após passar férias no México em 1903: “Certamente nenhum povo fez maior progresso do que o povo

mexicano sob a administração de Porfirio Díaz.” William Howard Taft também concordava, escrevendo a seu irmão que “Díaz fez mais pelo povo do México do que qualquer outro latino-americano pelo seu próprio povo;...a verdade é que eles precisam de uma mão firme no México e todo mundo sabe disto.”<sup>53</sup>

Ciente dos rumores de descontentamento, o Presidente Taft procurou reforçar o poder de Díaz reunindo-se com ele em El Paso/Ciudad Juárez em outubro de 1909 – o primeiro Presidente em exercício a visitar o México. Ele escreveu à sua esposa que Díaz “está muito ansioso por fortalecer-se junto a seu próprio povo através de um desempenho pitoresco em que demonstramos nossa amizade por ele e seu governo, e estou contente por ajudá-lo nisto, pois temos dois bilhões em capital americano no México que ficaria em grande perigo se Díaz morresse e seu governo se desmantelasse.” Reconhecendo que Díaz já não era jovem, Taft admitiu que sua visita tinha o objetivo de ganhar tempo: “Posso apenas torcer e rezar para que sua queda não aconteça antes de eu sair do poder.”<sup>54</sup>

Isto não aconteceria. A rebelião contra o *porfiriato* que começou em 1910, atingiu seu clímax com a deposição de Díaz em maio de 1911, e a administração Taft tinha agora que construir um relacionamento com um homem que se denominava revolucionário, Francisco Madero.

Muito da ingenuidade na reação de Washington à deposição de Díaz refletia um histórico de representação diplomática incompetente. Os trabalhos dos enviados dos EUA não podem ser generalizados – o Ministro John Foster (1873 a 1880) destacou-se como um enviado particularmente eficaz, mas nenhum outro diplomata dos EUA da era Díaz possuía as habilidades de Foster. O Ministro Henry Jackson passou a maior parte de seu mandato de 16 meses em 1885-86 criticando tudo que observava, levando o Secretário de Estado Bayard a queixar-se que Jackson “desenvolveu uma grande desconfiança em relação àquele país e seu governo. Ele retratou nas cores mais sombrias a senilidade e corrupção dos funcionários, e a desesperança de lidar com eles numa base de justiça e honestidade.”<sup>55</sup> O substituto de Jackson, Thomas Manning, tinha sérios problemas com álcool, e uma vez o Secretário da Legação telegrafou a Bayard: “Ministro Manning extremamente bêbado novamente ontem e incapaz para negócios hoje e possivelmente por alguns dias. Mande instruções.”<sup>56</sup>

A administração Taft continuou sua tradição de incompetência nomeando Henry Lane Wilson como embaixador um ano antes da queda de Díaz. Wilson era uma pessoa indicada politicamente (seu irmão fora senador dos EUA por Washington até 1899 e depois disso um proeminente editor de jornal) e um diplomata experimentado, tendo servido como ministro no Chile e na Bélgica. Ele compartilhava da visão comum que os EUA tinham na virada do século sobre o México, acreditando que “praticamente todo o desenvolvimento material do México é devido ao empreendimento, iniciativa e capital americanos,” e explicava o atraso do México pelo fato de ali haver muitos índios: “A graduação dos Estados latino-americanos é muito diferente. O Chile e a Argentina são ti-

pos bastante elevados de governo latino-americano. Isto também pode ser dito do Brasil, da Costa Rica e em grande parte de El Salvador. No entanto, onde o elemento índio predomina, como ocorre em quase todos os Estados latino-americanos, a tendência à anarquia e a revolução é muito pronunciada.” Daí o apego do Embaixador Wilson a governos fortes autoritários como o de Porfirio Díaz, que mantinha a ordem necessária para atrair investidores dos EUA que, por sua vez, desenvolviam a nação. Apenas governos assim podiam criar paz interna, e apenas com paz o México se beneficiaria “da proximidade imediata de uma grande potência civilizada, que reverteria a nação de tendências anárquicas.” Uma das razões pela qual o Embaixador Wilson se opunha ao sucessor de Díaz era sua convicção de que Francisco Madero era um líder fraco. Madero, relatou ele, “acreditava que o povo mexicano devia ser governado com bondade e amor, o que, no meu julgamento, mostrava uma compreensão mentalmente deficiente da situação.”<sup>57</sup>

As críticas do enviado dos EUA iam substancialmente além da capacidade de liderança de Francisco Madero; ele acreditava que o novo presidente mexicano era mentalmente enfermo. “As responsabilidades do posto e as decepções derivadas de rivalidades e intrigas arruinaram completamente sua razão, e nos últimos dias de seu governo, durante o bombardeio da capital, suas qualidades mentais, sempre anormais, evoluíram para uma perigosa forma de loucura homicida...; ao se tornar chefe da nação, as qualidades malignas adormecidas no sangue ou na raça vieram à superfície e trouxeram a ruína para ele e para milhares de mexicanos.” O Embaixador Wilson ficou também contrariado com o fato de Madero não ter apreciado “os benefícios materiais que a inteligência e a energia americanas e o capital americano depositaram sobre o México.” Em contraste, Porfirio Díaz “impressionou-se profundamente com os imensos benefícios do capital e da energia americanos,” e “ele nunca deixou de me ouvir com paciência, inteligência e compreensão.”<sup>58</sup>

O Embaixador Wilson enviou inúmeras mensagens a Washington descrevendo os horrores da instabilidade após a queda de Díaz. Ele relatou que “aldeias inteiras foram queimadas, seus habitantes, homens, mulheres e crianças, assassinados e mutilados indiscriminadamente, plantações foram devastadas e queimadas, trens foram explodidos e descarrilhados e passageiros massacrados como gado, mulheres foram estupradas e homens mutilados com requintes de horror e barbaridade que não encontram lugar nas crônicas da guerra cristã.” estas observações podem ser imprecisas, mas o que parece mais interessante em relação aos muitos despachos de Wilson é ele não ter conseguido reconhecer que estava vivendo um momento de definição na história do México – uma autêntica revolução social. O problema, como ele o percebia, era muito mais simples: a derrubada infeliz de um líder forte e a ausência de um sucessor forte.<sup>59</sup>

Finalmente, Henry Lane Wilson ultrapassou os limites do decoro diplomático, foi o que a nova administração de Woodrow Wilson descobriu quando enviou William Bayard Hale como agente especial ao México em meados de

1913. Hale relatou que o Embaixador Wilson havia mandado despachos “que eram completamente opostos à verdade que estavam além de toda compreensão,” e, se isto não bastasse, Wilson também havia se envolvido no assassinato de Madero. A conspiração de Victoriano Huerta para derrubar o governo de Madero havia sido tramada e amadurecida na presença do Embaixador, e “o Presidente Madero não foi traído e preso por seus oficiais antes que ficasse assegurado que o Embaixador Americano não tinha nenhuma objeção quanto a isto.” Ademais, “Madero nunca teria sido assassinado se o Embaixador Americano tivesse deixado plenamente claro que a conspiração não deveria chegar ao assassinato.” O agente especial do Presidente Wilson acusou o enviado de Taft de “traição, perfídia e assassinato num assalto contra um governo constituído. E é particularmente infeliz que isto tenha ocorrido num país importante da América Latina, onde, se temos algum trabalho moral a fazer, é desencorajar a violência e preservar a lei.”<sup>60</sup> Henry Lane Wilson foi imediatamente chamado de volta.

Mas o México não era o assunto principal da agenda inicial de Woodrow Wilson. O novo Presidente havia escolhido centralizar sua administração na reforma econômica doméstica, e em 8 de abril de 1913, ele tornou-se o primeiro presidente desde John Adams a comparecer pessoalmente diante do Congresso, que os democratas controlavam pela primeira vez em vinte anos. O propósito desse discurso na Câmara era apressar a reforma fiscal. Dois meses mais tarde ele voltou ao Congresso, desta vez procurando criar o Sistema de Reserva Federal. Nada poderia ter reforçado mais a imagem de Wilson do que estas duas aparições, e nem ele nem ninguém mais em sua administração achava que uma revolução no México poderia remotamente comparar-se em significado ou à Lei da Reserva (*Federal Reserve Act*), que criou o Banco Central e transformou o sistema bancário da nação, ou à Tarifa Underwood, que reduziu a taxa média de 41 para 27% e substituiu a renda perdida com o primeiro imposto de renda sob a Décima-sexta Emenda.

Não era possível ignorar, contudo, uma importante revolução social logo do outro lado da fronteira da nação, e as primeiras discussões do gabinete indicam que Woodrow Wilson compartilhava da perspectiva de sua geração de que os Estados Unidos tinham o direito e a responsabilidade de controlar seus vizinhos imediatos. Subjacente a esta suposição hegemônica, estava a crença de que os latino-americanos eram povos inferiores, embora Woodrow Wilson fosse infinitamente mais circunspecto que Theodore Roosevelt, que frequentemente parecia dar-se ao trabalho de chamar alguém de *dago* ou *spic*. Wilson nunca diria algo assim em público, mas as características do pensamento tradicional estavam lá. Em 1915, por exemplo, o Presidente procurava consolar Edith Bolling Galt após ela ter descoberto que sua sobrinha havia se apaixonado pelo panamenho, Jorge Boyd: “Seria suficientemente ruim, no melhor dos casos, ter alguém que amamos casando-se em alguma família centro-americana, porque há a suposição de que lá o sangue não é misturado, mas *prova* disto parece estar faltando neste caso.”<sup>61</sup>

O que diferenciava Woodrow Wilson de seus predecessores e o punha em perfeita harmonia com a era Progressista\* era seu desejo de instilar democracia na América Latina. A primeira afirmação política da administração sobre a América Latina assegurava que “cooperação é possível apenas quando apoiada a cada passo pelo processo ordenado de governo justo baseado na lei, não sobre força arbitrária ou irregular” e, é quase certo, que Wilson estava com o usurpador mexicano Victoriano Huerta em mente, Wilson acrescentava que “não podemos ter simpatia por aqueles que procuram tomar o poder para avançar seus próprios interesses e ambições pessoais.” Esses ditadores constituíam o adversário latino-americano de Woodrow Wilson, e em sua primeira mensagem anual ele disse ao Congresso que “nós somos os amigos do governo constitucional na América; somos mais que seus amigos, somos seus defensores.”<sup>62</sup>

Gerações anteriores de funcionários dos EUA haviam compartilhado da concepção de Wilson sobre a história política latino-americana, mas nenhuma administração anterior havia procurado mudar os valores políticos latino-americanos. Até a administração Wilson, todos os Presidentes dos EUA teriam inserido algum outro termo que não “governo constitucional” (geralmente usava-se a palavra “estabilidade”) na frase de Wilson sobre o Haiti: “Nós consideramos nosso dever insistir em um governo constitucional ali.”<sup>63</sup> A administração Hayes podia ter mencionado a ausência de eleição como uma razão para postergar o reconhecimento de Porfirio Díaz de 1877 a 1878; mas até Woodrow Wilson entrar na Casa Branca, nenhum Presidente dos EUA jamais dissera que “até quando o poder de reconhecimento permanecer comigo, o Governo dos Estados Unidos se recusará a estender a mão ou dar boas vindas a qualquer um que obtenha o poder numa república irmã por traição e violência.”<sup>64</sup>

Esta mudança na política dos EUA não passou incontestada. John Bassett Moore, o agora venerável jurista internacional que havia retornado a Washington como conselheiro do Departamento de Estado, nunca fora de torcer o nariz para intervenção, mas ele achou a idéia de intervenção em defesa da democracia tão inadequada que ousou dar uma aula ao Presidente: “O Governo dos Estados Unidos tendo originalmente se estabelecido através de revolução, sempre atuou so-

\* O Movimento Progressista (1889-1920) constituiu-se numa ampla campanha para reformas políticas, econômicas e sociais nos Estados Unidos. O movimento atacava principalmente os *trusts* e os banqueiros, ou seja, a concentração de capital nas mãos de poucos, a pobreza que aumentava consideravelmente nas cidades e as dificuldades dos pequenos agricultores. Advogavam auxílio para os pequenos fazendeiros (*farmers*) e proteção para o consumidor. Nesta época foi denunciada a exploração no trabalho, inclusive a infantil. Na política externa para a América Latina, o movimento consolidou o *big stick* (porrete grande), expressão cunhada por Roosevelt, que consistia na política de intervenção, especialmente na América Central e Caribe, a fim de fazer valer os interesses norte-americanos na região, como foi o caso da construção do Canal do Panamá. O movimento progressista pode ser considerado nacionalista e imperialista. Os líderes mais conhecidos do movimento que procuraram capitalizar as insatisfações do eleitorado foram além de Theodore Roosevelt, republicano; Woodrow Wilson, democrata. (N.T.)



bre o princípio *de facto*. Nós vemos os governos como existentes ou não existentes. Não exigimos deles que sejam escolhidos por voto popular.” A posição de Moore era de que “não podemos nos tornar os censores da moral ou da conduta de outras nações.”<sup>65</sup>

O Presidente Wilson rejeitou este conselho. Tudo que ele sabia, contudo, era que o México não era uma democracia; ao invés disso, tinha uma ditadura liderada pelo General Victoriano Huerta, que ainda estava lavando o sangue de Francisco Madero de suas mãos. A política inicial de Wilson foi recusar o reconhecimento de Huerta,<sup>66</sup> mas ele estava claramente desconcertado pela situação que tinha diante de si e, portanto, designou um associado de confiança, William Bayard Hale, para visitar o México e fazer um relato do que viu. A avaliação de Hale feita no local foi o instrumental para conceber a política de Wilson. Para complementar sua condenação do Embaixador Henry Lane Wilson, Hale relatou que “o General Huerta é um velho semelhante a um macaco, de quase puro sangue índio. Pode-se dizer que ele está conservado em álcool. Bêbado ou semi-bêbado (ele nunca está sóbrio), não perde uma certa astúcia. Ele foi um soldado a vida toda, e um dos melhores do México, e não conhece outros métodos além dos da força.”<sup>67</sup> Este relatório confirmou as piores suspeitas do Presidente, e provavelmente as do Secretário de Estado Bryan, que era tão contrário ao álcool que sua única condição para ingressar no gabinete havia sido a de que não fossem servidas bebidas alcóolicas durante funções oficiais.

Com o relatório de Hale como sua fonte primária de informação, no fim de julho, Wilson e Bryan forjaram a política inicial da administração em relação à revolução mexicana. Henry Lane Wilson havia sido chamado de volta e a administração não quis reconhecer Huerta enviando um novo embaixador, e, portanto, o Presidente Wilson designou um leal e intransigente democrata de Minnesota, John Lind, como um segundo enviado especial para inteirar Huerta da nova política. Reunindo-se com o Ministro do Exterior Federico Gamboa em meados de agosto, Lind entregou uma longa carta que começava com um repúdio paternalista sobre a visão de Wilson das relações EUA-México: “estamos procurando aconselhar o México para o seu próprio bem.” O ponto essencial da mensagem era que os Estados Unidos não reconheceriam nenhum governo mexicano até que quatro condições fossem atendidas: um armistício interno imediato, uma eleição livre para logo, uma promessa de Huerta de não ser candidato e um acordo de que todos os partidos aceitariam os resultados da eleição. O governo mexicano respondeu que as quatro condições eram de “caráter humilhante e incommum, dificilmente admissíveis mesmo num tratado de paz após uma vitória.”<sup>68</sup>

Lind retirou-se para Veracruz, onde permaneceu por sete meses ao invés de passar um outro inverno em Minnesota. Sua atividade era comentar o panorama mexicano da perspectiva de um ex-governador do Minnesota, sueco de nascimento, maneta (acidente de serraria) sem dominar a língua local. “Politicamente, ao menos, os mexicanos não têm padrões,” relatou ele. “Eles parecem mais crianças do que homens. Os únicos motivos que consigo discernir em sua ativi-

dade política é *apetite e vaidade*.” Embora admitisse que pudesse ter visto pouco do país, Lind relatou que “os índios, especialmente dos estados do sul, prometem eficiência moral e econômica. Sua capacidade potencial de desenvolvimento não parece ser limitada, como é o caso do negro americano. No vale do México, a raça é inferior, depravada pelo pulque, vício e opressão.” Dada a igualmente fraca liderança no México, Lind concluía que os Estados Unidos não têm escolha a não ser “orientar e compelir a administração decente e um governo que ao menos até certo ponto se aproxime da forma constitucional. Dessa necessidade, no meu julgamento, não há escapatória, já que a revolução e a anarquia continuam a ser a ordem do dia no México.”<sup>69</sup>

A única notícia positiva do México veio quando Huerta cedeu à exigência de Wilson para desistir da presidência mas, as forças militares de Huerta, não tendo conseguido consolidar o poder no sul de Zapata nem no norte constitucionalista, sofreram uma série de pequenos reveses militares, culminando numa derrota importante em Torreón. Encorajado por essas vitórias, Venustiano Carranza anunciou que as forças constitucionalistas não participariam das eleições programadas para 26 de outubro; eles decidiriam por nada menos que vitória total sobre Huerta, seguida de importantes reformas econômicas e políticas. Quando o Congresso reformista que fora eleito junto com Madero indicou que poderia abandonar Huerta e se reunir aos constitucionalistas, Huerta respondeu prendendo mais de cem legisladores e estabelecendo uma ditadura explícita.

Funcionários em Washington ficaram furiosos com o golpe, mas centraram sua atenção na evidência indireta de que havia intromissão dos concessionários de petróleo ingleses na região. O Presidente Wilson se preocupara desde o início com o fato de o governo britânico estar atuando a serviço de investidores privados. “O que fazer com o México é o grande problema e foi longamente discutido,” escrevera o Secretário da Marinha Josephus Daniels em seu diário após uma reunião do gabinete seis meses antes. “A opinião geral no Gabinete era que a causa principal da situação toda no México era uma disputa entre companhias petrolíferas inglesas e americanas em torno do controle; e que essa gente estava disposta a fomentar problemas e era em grande parte devido às companhias inglesas que o governo inglês estava disposto a reconhecer o México antes de nós.”<sup>70</sup>

Estes temores foram confirmados quando o novo ministro inglês ostensivamente apresentou suas credenciais a Huerta um dia após o golpe; e em seu discurso inicial sobre a América Latina em outubro de 1913 em Mobile, o Presidente Wilson referiu indiretamente a Inglaterra quando advertiu que a influência dominante de estrangeiros na América Latina é “uma condição de negócios sempre perigosa e apta a tornar-se intolerável.”<sup>71</sup> Com o acesso ao petróleo mexicano formando-se uma preocupação absolutamente central da marinha britânica às vésperas da Primeira Guerra Mundial, e com o Embaixador Sprin-Rice recuperando-se de uma doença, o Secretário do Exterior britânico Edward Grey enviou Sir William Tyrrell para encontrar o Presidente em Washington. Em sua entrevista em

meados de novembro de 1913, Wilson disse algo completamente diferente do que dissera publicamente dois meses antes em Mobile. Ele assegurou que sua querela não era com investidores estrangeiros, mas com líderes sem princípios da América Latina. O relatório de Tyrrell ao Secretário do Exterior Grey parafraseia Wilson como assegurando que “com a abertura do Canal do Panamá está se tornando cada vez mais importante que os Governos das Repúblicas Centro-americanas melhorem, na medida em que tornar-se-ão cada vez mais um campo para empreendimento europeu e americano: mau governo pode levar a atrito e a incidentes como [a] questão da Venezuela sob Castro. O Presidente está muito ansioso para providenciar contra tais contingências, insistindo em que essas Repúblicas devem ter governantes razoavelmente decentes e que homens como Castro e Huerta devem ser excluídos.”<sup>72</sup> Foi durante esta conversa que Wilson teria alegadamente enunciado seu famoso comentário de que a meta da política dos EUA era “ensinar as Repúblicas Sul-americanas a eleger homens bons.”<sup>73</sup>

Com os ingleses agora dispostos a seguir a direção dos EUA, a administração Wilson pôde voltar-se para o problema da ditadura no México. Depois de Huerta fechar o Congresso, o Coronel House escreveu que: “o Presidente tem em mente declarar guerra contra o México, mesmo considerando que uma entrada armada real no México não seja feita.” House sugeriu que a administração estabeleceria um bloqueio, incluindo “lançar uma linha através da parte sul do México, e talvez uma outra linha bem ao sul dos Estados do norte.” Bryan confirmou essa possibilidade, dizendo ao embaixador dos EUA na Grã-Bretanha que “o Presidente sente ser seu dever forçar a retirada de Huerta, pacificamente se possível mas pela força se necessário.”<sup>74</sup>

O Presidente Wilson simultaneamente designou William Bayard Hale para iniciar discussões com a principal oposição de Huerta, as forças constitucionais lideradas por Venustiano Carranza. Os relatórios do enviado vindos de Nogales, Sonora, enfatizavam a posição de não-compromisso dos constitucionalistas: “Carranza e seu Gabinete insistem enfaticamente em que não negociarão com Huerta ou qualquer remanescente de seu Governo. Eles exigem sua retirada total.” Um outro do relatório de Hale indicava que “não há limite à repulsa deles (constitucionalistas) à toda a agregação predatória na Cidade do México.” A oposição constitucionalista a Huerta era retratada como pura à maneira dos puritanos: “Com poucas exceções, os líderes são homens simples, seu discurso é notável por seu escrúpulo e precisão semelhantes aos de um *quaker*.” Prenunciando a tendência atual, favorável a mexicanos com educação nos EUA, Hale observava que um dos conselheiros de Carranza “age como o melhor tipo de um antigo *quaker* da Filadélfia. Ele é graduado da Massachusetts Technology com uma esposa americana.”<sup>75</sup>

No início de 1914, a administração suspendeu o embargo de armas de Taft no sentido de permitir que Carranza e seus generais preparassem o desfecho da crise. Ao mesmo tempo os Estados Unidos advertiam os governos europeus

para que ficassem fora de cena, e logo uma dúzia de navios de guerra dos EUA estavam parados na costa leste do México.<sup>76</sup>

Com toda essa pressão da política externa, era só uma questão de tempo para que o vulcão entrasse em erupção. O inevitável incidente provocador ocorreu em Tampico em 9 de abril de 1914, quando o pessoal da Marinha dos EUA que havia descido à terra para buscar suprimentos foi brevemente detido por autoridades mexicanas. O Almirante Henry Mayo informou imediatamente o oficial mexicano que comandava o porto que “devo exigir que você me envie [por] membros adequados de seu estado-maior, desculpas formais pelo ato junto com a garantia de que o oficial por ele responsável receberá severa punição. E também que você ize a Bandeira Americana numa posição proeminente na costa e a saúde com 21 tiros, que serão retribuídos por este navio.” Bryan e Wilson endossaram plenamente a posição de Mayo.<sup>77</sup>

O governo Huerta primeiro rejeitou as exigências como “equivalentes a aceitar a soberania de um Estado Estrangeiro para a derrogação da dignidade e do decoro nacionais.”<sup>78</sup> Então, quando ficou evidente que os Estados Unidos estavam determinados a pressionar sobre a questão, Huerta sugeriu uma saudação simultânea, que os Estados Unidos rejeitaram. O México então propôs uma saudação recíproca, e quando os Estados Unidos insistiram em nada menos do que o cumprimento da exigência de Mayo, o Ministro do Exterior mexicano replicou que “o Governo do México não está disposto a aceder a exigências incondicionais do Governo Americano.”<sup>79</sup>

Ao saber desta recusa, o Presidente Wilson decidiu usar o incidente de Tampico como oportunidade para derrubar Huerta. Dizendo ao Congresso “que os representantes do Gen. Huerta estavam dispostos a mostrar desconsideração pela dignidade e pelos direitos deste Governo,” ele solicitou permissão para usar a força “a fim de obter do General Huerta e de seus adeptos o mais pleno reconhecimento dos direitos e da dignidade dos Estados Unidos.”<sup>80</sup> Em poucas horas a Câmara autorizou o uso da força por uma ampla margem, 337 a 37, enquanto o Senado atrasou a votação por dois dias até que Henry Cabot Lodge se convencesse de que ele não conseguiria palavras ainda mais fortes autorizando a ocupação do México pelos EUA.

Apressando-se a bloquear a chegada de um carregamento de armas para as forças de Huerta, a Marinha dos EUA iniciou a tomada de Vera Cruz um dia antes da aprovação do Senado. Os participantes da invasão encontraram uma resistência inesperada (a ocupação foi denunciada por nacionalistas mexicanos em geral, incluindo muitos dos opositores de Huerta) e tiveram que ser reforçados no dia seguinte por cinco navios de combate; quando a poeira baixou, as forças dos EUA haviam matado cerca de duzentos mexicanos e ferido, talvez, mais trezentos, perdendo no processo as vidas de dezenove recrutas dos EUA. Embora tivesse recebido uma das cinquenta e cinco Medalhas de Honra do Congresso conferidas durante o breve conflito, Smedley Butler ficou perplexo com o que ocorrera. Referindo-se a um incidente em Vera Cruz, ele escreveu a seu pai que “fui

testemunha ocular e auricular dos acontecimentos relatados no primeiro e único relatório oficial, feito pelo ordenança do correio de Minnesota, relativo à sua suposta prisão em Vera Cruz, que ele considerou uma piada e contudo tivemos 112 mortos e feridos vingando sua dignidade ferida e o caso do barco em Tampico não é muito diferente.”<sup>81</sup>

Fustigado pelo número de mortos e consciente do crescente descontentamento no seio do eleitorado democrata, o Presidente Wilson aceitou rapidamente a oferta da Argentina, Brasil e Chile para mediar a disputa. O México também aceitou, e de 20 de maio a 2 de julho representantes de Wilson e de Huerta sentaram-se um diante do outro numa mesa de negociação em Niagara Falls, Canadá. Como os enviados dos EUA foram instruídos para insistir na capitulação completa de Huerta,<sup>82</sup> as reuniões não deram em nada, mas serviram para ganhar tempo. Tendo agora acesso a armas dos EUA, os constitucionalistas continuaram a aumentar sua pressão militar e, em meados de 1914, Huerta foi obrigado a entregar o poder. Em novembro, os Estados Unidos retiraram-se de Vera Cruz, efetivamente entregando a cidade a Carranza, mas nessa altura a frágil coalizão anti-Huerta havia rompido completamente, com Pancho Villa e Emiliano Zapata agora aliados contra Carranza, Obregón e os constitucionalistas remanescentes. Embora tenham tomado por pouco tempo a Cidade do México, Villa e Zapata logo voltaram para suas lutas separadas e para suas raízes no México rural, de onde moveram uma guerra que frustrava os esforços de Carranza para consolidar o poder político.

A despeito desta instabilidade contínua, a deposição de Huerta forneceu ao Presidente Wilson a oportunidade de retomar o fôlego. No início de 1915, ele proferiu um notável discurso para os democratas de Indiana:

Eu mantenho como um princípio fundamental, e vocês também, que todo povo tem o direito de determinar sua própria forma de governo; e, até esta recente revolução no México, até o fim do reinado de Díaz, 80% do povo do México nunca havia tido um “vislumbre” da determinação de quem deveriam ser seus governantes ou como deveriam ser os seus governos. Bem, eu sou pelos 80%. Não é da minha conta, e não é da conta de vocês, quanto tempo eles podem levar para determiná-lo. Não é da minha conta, e não é da conta de vocês, como eles o farão. O país é deles. O governo é deles. A liberdade, se eles puderem tê-la, e que eles tenham a sorte de conseguí-la, é deles. E, até onde vai minha influência enquanto eu for o Presidente, ninguém deve interferir nas decisões tomadas por eles.<sup>83</sup>

Então, em meados de 1915, o Presidente Wilson disse a seu novo Secretário de Estado que “o primeiro e mais essencial passo para endireitar os negócios do México não é convocar eleições gerais. Me parece necessário que um governo provisório de caráter essencialmente revolucionário deva tomar medidas para instituir reformas por decreto antes que as formas plenas da constituição sejam retomadas.”<sup>84</sup>

Tantas coisas estavam ocorrendo nessa época, que é impossível determinar a combinação precisa de fatores que influenciou Wilson alterar sua política. Certamente ele estava estimulado a colocar o México num contexto estratégico mais amplo, quando, em junho de 1914, apenas umas poucas semanas antes da deposição de Huerta, o Arquiduque Francisco Ferdinando foi assassinado nas ruas de Sarajevo, desencadeando a mobilização de tropas que empurraria a Europa para a guerra dois meses mais tarde. Então, na hora em que o canhão europeu disparava, a esposa do Presidente, Ellen, morreu de Moléstia de Bright, e Wilson mergulhou em profunda depressão. Enquanto lutava para se recuperar entre 1914 e 1915, o Presidente não teve escolha a não ser centrar sua atenção sobre o conflito europeu, especialmente depois de maio de 1915, quando torpedos alemães afundaram o *Lusitania*, matando mais de cem cidadãos dos EUA. Então, em julho, os Estados Unidos invadiram o Haiti e não era difícil prever a tomada da República Dominicana dez meses depois.

Com o tempo, o conflito de Washington com o México esmaeceu. Em outubro de 1915, os Estados Unidos juntaram-se a meia dúzia de países latino-americanos concedendo reconhecimento *de facto* a Carranza, e, dois meses mais tarde, Wilson disse ao Comitê Nacional Democrata, que, “se os mexicanos querem danar-se, que se danem. Não temos nada a ver com isso. É o governo deles, é a danoção deles.”<sup>85</sup>

Mas em janeiro de 1916, Pancho Villa interrompeu a calma que se desenvolvia lentamente, quando suas forças mataram dezesseis engenheiros de minas dos EUA em Santa Isabel, Chihuahua. Dois meses mais tarde, seu ataque na ferrovia do Novo México na cidade de Columbus deixou dezenove cidadãos dos EUA mortos e a política de Wilson sob críticas. Esses ataques ocorreram num momento político excepcionalmente delicado, com o sucesso do Partido Democrata decaindo. Os republicanos não iriam repetir o desastre de 1912, apresentando dois candidatos ao eleitorado. O ataque de Villa transformou o México em assunto da campanha. O ex-Secretário Assistente, Huntington Wilson, era um dos legalistas republicanos a exigir ação drástica. Abandonando um pouco a redação de seu nunca terminado volume sobre como escrever inglês incompreensível, Huntington Wilson recomendou que se lidasse com o México com a Diplomacia do Dólar: “A tomada e manutenção das rendas para cobrir amplamente todos os danos praticados se apresenta como uma medida prática e que é prontamente assimilável à imposição de castigo e disciplina que é nossa obrigação se não repudiarmos os deveres que nos são impostos pela natureza das coisas por leis tão evidentes quanto as da biologia.”<sup>86</sup>

A administração estava particularmente preocupada com o efeito de demonstração que os ataques de Villa poderiam ter sobre o resto da região do Caribe. Como o Secretário do Interior de Wilson notou, “meu julgamento é que um fracasso na captura de Villa nos arruinará aos olhos de todos os latino-americanos. Não quero dizer que eles respeitam apenas a força, mas como crianças, eles acrescentam insulto sobre insulto se não são interrompidos quando o primeiro in-

sulto é feito.”<sup>87</sup> Os Estados Unidos haviam apenas recentemente assumido o controle do Haiti, e preparavam-se para a ocupação da República Dominicana, que ocorreria antes da eleição de novembro. Na Nicarágua, o liberal Julián Irías estava ameaçando participar da eleição presidencial da nação em outubro, e em Cuba todos sabiam o que aconteceria durante os meses que antecederiam a disputa presidencial de 1 de novembro. Nenhum democrata poderia fazer uma campanha efetiva se cidadãos dos EUA fossem dizimados por rebeldes inspirados por Villa na República Dominicana, Haiti, Cuba, Panamá e Nicarágua. Deixar de reagir fortemente aos ataques de Villa era de se esperar um desastre eleitoral.

O Presidente Wilson saiu de uma reunião do Gabinete no dia seguinte ao ataque na cidade de Columbus, Novo México, anunciando que “uma força adequada será mandada imediatamente atrás de Villa com o único objetivo de capturá-lo e pôr um fim às suas incursões.” O governo Carranza reagiu com uma advertência confusa de que lutaria para proteger o solo mexicano de uma invasão, mas que consideraria negociar uma renovação do há muito extinto acordo de perseguição extensiva da fronteira de 1882. Antes que isso pudesse ser cumprido, Wilson ordenou que a Expedição Punitiva de seis mil homens do General John J. Pershing rumasse para o sul em busca de Pancho Villa. Devassando várias centenas de milhas na região centro-norte do México, o inevitável choque com o exército mexicano finalmente ocorreu em 21 de junho de 1916, em Carrizal, em Chihuahua, cerca de 100 milhas ao sudeste de Columbus. Mais uma vez a derrota caiu sobre soldados dos EUA no México, e desta vez 14 deles estavam mortos e 25 haviam sido aprisionados pelo exército de Carranza.

Se os políticos dos EUA haviam admitido a expedição Pershing, eles por certo não proibiriam uma resposta vigorosa ao encontro em Carrizal. Em 26 de junho, o Presidente Wilson redigiu uma mensagem solicitando ao Congresso autoridade para usar forças adicionais dos EUA “de qualquer modo que possa ser necessário para guardar efetivamente nossa fronteira e, se necessário, entrar em solo mexicano.”

Mas ele nunca enviou a mensagem. Após a frase pedindo ao Congresso autorização para convocar forças adicionais, ele escreveu que “não posso recomendar que os Estados Unidos entrem em guerra com o México.” Então, ele começou a escrever seus pensamentos sobre a Revolução Mexicana, repetindo o que dissera em Indianápolis 18 meses antes – que “não cabe ao povo americano ditar a outro povo o que seu governo deve ser.” Quando ele mostrou o rascunho ao seu Secretário de Estado, Lansing questionou o compromisso de não-intervenção, acrescentando seu famoso “? Haiti S Domingos Nicarágua Panamá” na margem do texto perto da frase anterior.<sup>88</sup> Lansing estava correto, é claro, pois a administração Wilson havia mandado mais canhoneiras para mais portos caribenhos do que qualquer outra administração na história norte-americana. Mas mesmo frase que esta consideração de Lansing no rascunho de Wilson fora escrita como se fosse sobre o tópico geral da intervenção, ela estava inserida num documento sobre o México. O Presidente não estava escrevendo um discurso sobre sua po-

lítica no Caribe; ele estava admitindo que não tinha o direito de ensinar ao México, pelo menos, como eleger homens bons.

Um dia depois de Wilson ter redigido sua mensagem nunca enviada, o Presidente Carranza concordou em libertar os prisioneiros feitos em Carrizal. Wilson respondeu com um discurso conciliador à imprensa de Nova York em que ele perguntava retoricamente: “Vocês pensam que a glória da América será realçada por uma guerra de conquista no México? Vocês pensam que algum ato de violência por uma nação poderosa como esta contra um vizinho fraco e perturbado refletiria distinção nos anais dos Estados Unidos?”<sup>789</sup> Wilson aceitou prontamente a alternativa sugerida pelo Presidente Carranza – negociações diretas – e as duas nações criaram uma Alta Comissão Conjunta, que reuniu-se em vários lugares no nordeste dos Estados Unidos de 6 de setembro de 1916 a 15 de janeiro de 1917.

Então, em seu discurso de aceitação da nomeação da comissão, que ocorreu logo antes desta começar a se reunir, Wilson responsabilizou pelos problemas do México o grupo menos popular que poderia logicamente ser responsabilizado; “Gente de fora, homens de outras nações e com interesses muitas vezes aliados aos seus próprios, têm ditado quais devem ser seus privilégios e oportunidades e quem deve controlar sua terra, suas vidas e seus recursos – alguns deles americanos, pressionando por coisas que eles nunca poderiam conseguir em seu próprio país.” Soando cada vez mais como um revolucionário, Wilson afirmou que “o povo do México está lutando pelos direitos que são fundamentais à vida e à felicidade, – 15.000.000 homens oprimidos, mulheres sobrecarregadas e crianças lastimáveis, verdadeiros escravos em seu próprio lar de terras férteis e tesouros inesgotáveis! Alguns dos líderes da revolução podem muitas vezes ser equivocados, violentos e egoístas, mas a própria revolução era inevitável e está certa.”<sup>790</sup>

A Alta Comissão Conjunta efetivamente ajudou Wilson na apertada corrida presidencial. Após a eleição, ele chamou de volta a inútil Expedição Punitiva, e as últimas tropas dos EUA deixaram o México em 5 de fevereiro de 1917.

Nessa altura, contudo, a nação estava às vésperas de entrar na Primeira Guerra Mundial, e a Alemanha estava procurando aliados. O Secretário do Exterior do Kaiser, Arthur Zimmermann, instruiu seu ministro no México para abordar o governo Carranza com a seguinte proposta: “Nós propomos ao México uma aliança nos seguintes termos: Condução conjunta de guerra. Conclusão conjunta de paz. Amplo apoio financeiro e um acordo de nossa parte de que o México receberá de volta por conquista o território por ele perdido anteriormente do Texas, Novo México e Arizona.”<sup>791</sup> A Alemanha já havia recomeçado a guerra submarina irrestrita, e o telegrama de Zimmerman constituiu o empurrão final para a guerra.

Absorvido em atender as reivindicações de investidores dos EUA no México, Boaz Long, chefe da Divisão de Assuntos Latino-americanos do Departamento de Estado, ficou contrariado quando o Presidente Wilson reconheceu o governo Carranza um mês antes de os Estados Unidos entrarem em guerra.



Long não teve escolha senão aceitar esta atribuição diplomática, mas ele o fez com a compreensão de que “a coisa lógica e natural para nós é um acerto da situação mexicana imediatamente após a conclusão da paz europeia,” talvez confiscando os campos petrolíferos do México. Enquanto isso, investidores dos EUA formaram a Associação Nacional para a Proteção dos Direitos Americanos no México e, com assistência ativa do Departamento de Estado, a Associação fez *lobby* pela proteção dos EUA em relação à nova Constituição do México, especialmente seu temido Artigo 27 provendo propriedade pública do subsolo – uma provisão que Boaz Long acreditava que “foi inserida na última hora sob a sugestão de um lobista alemão, e foi paga com dinheiro alemão.”<sup>92</sup> Trabalhando em conjunto, os investidores e seus aliados no Departamento de Estado conseguiram adiar a plena normalização das relações EUA-México até meados da década de 1920, mas nunca conseguiram reacender o clima pré-guerra entre Washington e o México.

Woodrow Wilson saiu do poder em 1921, entrando nos livros de história como o líder que conduziu a nação através de sua primeira guerra europeia e que fez a primeira tentativa séria de encorajar a formação de uma mentalidade internacionalista no público dos EUA. Que esta tentativa não tenha sido bem sucedida já não depõe contra ele; um profeta antes de seu tempo, idealizou a Liga das Nações que tornar-se-ia as Nações Unidas da geração seguinte. Na política doméstica, as reformas progressistas de Wilson tiveram um impacto duradouro sobre as vidas dos cidadãos do século XX; de fato, é difícil imaginar uma época sem um Sistema de Federal Reserve [Banco Central] para controlar a economia e um imposto para dar fundos ao governo. Nas relações de sua administração com a América Latina, porém, Woodrow Wilson fez apenas uma contribuição substancial. Ignorando a maior parte da América Latina enquanto enfocava a região do Caribe e o México, Wilson implementou uma política que foi em linhas mais amplas indistinguível da Diplomacia do Dólar, acrescentando apenas a retórica de princípios da democracia, que na época provocou maior intervenção e encorajou uma atitude paternalista que levou, em nossa época, à criação da Dotação Nacional para a Democracia e da Agência para o Desenvolvimento Internacional, cujos mandatos incluem ensinar a América Latina como eleger “bons líderes”.

## notas

---

1 *New York Times*, 3 de novembro de 1912, p.14.

2 *Commoner*, 2 de maio de 1913, p.2; 17 de maio de 1901, p.3; 15 de março de 1901, p.6; 20 de novembro de 1903, p.1; 7 de janeiro de 1910, p.5.

3 S.B. Bertron a Huntington Wilson, 31 de janeiro de 1913, e William Bayard Hale a Huntington Wilson, 2 de março de 1913. O memorando de 11 páginas contendo o texto sugerido para mensagem inaugural de Woodrow Wilson está sem data e sem título, exceto pela anotação, “Confidential-file.” Todos os três itens estão no Rolo1, Huntington Wilson Papers, Ursinus College.

- 4 Winthrop a Knox, 13 de fevereiro de 1913, 812.00/6145, NA M274/R23; Knox a Meyer, 25 de fevereiro de 1913, 812.00/6274, NA M274/R23; Winthrop a Knox, 7 de fevereiro de 1913, e Knox ao Secretário da Marinha, 8 de fevereiro de 1913, 813.00/799, NA M672/R2; Charles Hilles (Secretário de Taft) a Knox, 5 de fevereiro de 1913, 813.00/800, NA M672/R2.
- 5 Huntington Wilson, memorando sem data e sem título, assinalado "Confidential-file" no Rolo 1, Huntington Wilson Papers, Ursinus College.
- 6 Doyle a Huntington Wilson, 27 de fevereiro de 1913, 817.51/532, NA M632/R73.
- 7 Brown Bros. And Co., J. and W. Seligman and Co., ao Secretário de Estado, 4 de março de 1913, 817.51/535 NA M632/R73.
- 8 Bryan a Weitzel, 5 de março de 1913, 817.51/535 NA M632/R73.
- 9 Anotação de 7 de março de 1913 em *The Cabinet Diaries of Josephus Daniels, 1913-1921*, E. David Cronon, ed. (Lincoln: University of Nebraska Press, 1963), p.5.
- 10 Charles M. Pepper, *American Foreign Trade* (New York: Century, 1919), p.244-245.11 Frank Polk re. A disputa fronteiriça Honduras-Guatemala, Chandler Anderson Diary, 1 de março de 1920. Chandler P. Anderson Papers, LC; ver também Memorando de J. Butler Wright, Chefe Interino da Divisão de Assuntos Latino-americanos, 28 de fevereiro de 1916, 817.00/2435 1/2, NA M632/R15.
- 11 Frank Polk re. A disputa fronteiriça Honduras-Guatemala, Chandler Anderson Diary, 1 de março de 1920. Chandler P. Anderson Papers, LC; ver também Memorando de J. Butler Wright, Chefe Interino da Divisão de Assuntos Latino-americanos, 28 de fevereiro de 1916, 817.00/2435 1/2, NA M632/R15.
- 12 John Bassett Moore, memorando sem título, 21 de outubro de 1913, Container 92, Moore Papers, LC; ver também Archibald Cary Coolidge a E. V. Morgan, 3 de agosto de 1913, *Archibald Cary Coolidge: Life and Letters*, Harold Jefferson Coolidge e Robert Howard Lord, eds. (Boston: Houghton Mifflin, 1932), p.151; George F. Kennan, "Foreward," em Lewis Einstein, *A Diplomat Looks Back* (New Haven: Yale University Press, 1968), p.x; William Phillips, *Ventures in Diplomacy* (Boston: Beacon Press, 1952), p.63.
- 13 Diário de Edward House, 15 de outubro de 1915, *The Papers of Woodrow Wilson*, Arthur S. Link, ed., 57 vols. (Princeton: Princeton University Press, 1966-1987), vol.35, p.71; Lansing a Wilson, 24 de novembro de 1915, 710.11/188 1/2, NA M1276/R2.
- 14 Wilson a Hale, 19 de abril de 1913, Wilson Papers, Rolo 132, LC.
- 15 Nota de capa datada de 22 de dezembro de 1911 e anexada a Knox para Gunther, 23 de dezembro de 1911, 817.00/1745, NA M632/R11; para as advertências do enviado sobre a questão da insolvência na Nicarágua, ver Weitzel a Knox, 14 de setembro de 1912 e 23 de setembro de 1912, 817.51/499 e 817.51/503, NA M632/R73.
- 16 "Nicaraguan Finances and the Mixed Claims Commission," Memorando da Divisão de Assuntos Latino-americanos, 22 de maio de 1913, 817.51/542 -, M632/R73; Bryan a Wilson, 24 de maio de 1913, NA T841/R1.
- 17 Douglas a Bryan, 11 de junho de 1913, 817.812/39, NA M632/R101; Bryan a Wilson, 16 de junho de 1913, 817.812/30a , NA M632/R101; a aprovação de Wilson está em Wilson a Bryan, 19 de junho de 1913, NA T841/R1.
- 18 Bryan a Wilson, 16 de agosto de 1913, Wilson Papers, Rolo 284, LC; a transcrição do discurso de 27 de outubro de 1913 em Mobile está em Wilson Papers, Rolo 477, LC; a rejeição do Presidente (numa sugestão referente ao Panamá) está em Wilson a Bryan, 20 de março de 1914, NA T841/R2.

19 Bryan a Brown Brothers and Company, 20 de agosto de 1913, 817.51/571b; Pedro Rafael Cuadra a Bryan, 30 de agosto de 1913, 817.51/571; Brown Brothers and Company e J. and W. Seligman and Company a Bryan, 2 de outubro de 1913, 817.51/577, todos NA M632/R73 e R74. A solicitação de Díaz por uma emenda Platt está anexada em Chamorro a Bryan, 12 de fevereiro de 1914, 817.812/61, NA M632/R101.

20 Wilson a Díaz, 20 de fevereiro de 1914, 817.812/61, NA M632/R101; ver também Bryan a Wilson, 12 de junho de 1914, NA T841/R2; Wilson a Bryan, 13 de junho de 1914, 817.812/168, NA M632/R102.

21 O protesto original da Costa Rica está em FRUS 1913, p. 1022-1031, com notas subsequentes em FRUS 1914, p.964-9, e FRUS 1916, p. 1818-22; a queixa de El Salvador está em FRUS 1913, p.1027-31, e FRUS 1914, p.954-956. Para as decisões, ver *Anales de la Corte de Justicia Centroamericana*, vol.5 (1916), p.130-76, e vol.6 (1917), p.7-9; a rejeição da Nicarágua está no vol.7 (também 1917), p.18-21; a afirmação de Knox está em Departamento de Estado dos EUA, *Speeches Incident to the Visit of Philander Chase Knox, Secretary of State of the United States of America, to the Countries of the Caribbean, February 23 to April 17, 1912* (Washington, D.C.: GPO, 1913), p.25-6.

22 *Congressional Record*, 6 de julho de 1914, p.11614 (Borah), 16 de junho de 1914, p.10514 (Smith); ver também Root a Paul Fuller, 7 de janeiro de 1915, Root Papers, Container 130, LC; a votação é de 18 de fevereiro de 1916, p.2770.

23 Roscoe R. Hill, *Fiscal Intervention in Nicaragua* (N.Y.: Paul Maisel, 1933), p.35-37; Peter Evans Brownback, "The Acquisition of the Nicaraguan Canal Route: The Bryan-Chamorro Treaty," dissertação de Ph.D., University of Pennsylvania, 1952, Apêndice III, p.216.

24 Jefferson a Lansing, 10 de agosto de 1916, 817.00/2465; Almirante William Caperton, "Review of Conditions," 16 de setembro de 1916, 817.00/2510, ambos NA M632/R16.

25 A mensagem de advertência está em Lansing a Jefferson, 25 de agosto de 1916, 817.00/2475a; e em Caperton, "Review of Conditions," 16 de setembro de 1916, 817.00/2510; Relatório do Almirante William Caperton, Comandante em Chefe, Frota dos EUA do Pacífico, 24 de setembro de 1916, anexo em Josephus Daniels a Lansing, 14 de outubro de 1916, 817.00/2150, todos em NA M632/R16.

26 Memorando por J. Butler Wright, Chefe Interino, Divisão de Assuntos Latino-americanos, 28 de fevereiro de 1916, 817.00/2435 1/2, NA M632/R15; Jefferson a Lansing, 21 de setembro de 1916, 817.00/2493, NA M632/R16.

27 Jacob H. Hollander, "The Dominican Convention and Its Lessons," *Journal of Race Development* 4 (abril de 1914), p.398, 401.

28 Bryan ao Encarregado dos EUA, 4 de setembro de 1913, 839.00/860, NA M626/R6.

29 Dillingham a Loomis, 21 de agosto de 1904, Miscelânea de Cartas ao Departamento de Estado, NA M179/R1221; Bryan a Wilson, 27 de janeiro de 1914, NA T841/R2.

30 *Plan of President Wilson, Handed to Commissioners Fort and Smith*, agosto de 1914, 839.00/1582, NA M626/R12.

31 Bryan a Sullivan, 20 de abril de 1915, 839.00/1687, NA M626/R12; *Proclamation of Occupation and Military Government*, 29 de novembro de 1916, 839.00/1951a, NA M626/R14.

32 William S. Caperton ao Contra-Almirante William S. Benson, 15 de junho de 1916, Caperton Papers, LC.

33 A posição da Marinha sobre o Môle está incluída em Lansing a Wilson, 9 de agosto de 1915, 838.00/1275d, NA M610/R6; Bryan a Wilson, datado de 14 de junho de 1913 mas arquivado sob 14 de junho de 1914, NA T841/R2; Bryan a Wilson, 20 de junho de 1913, NA

T841/R1; Wilson a Bryan, 23 de junho de 1913, NA T841/R1; Madison Smith a Bryan, 28 de fevereiro de 1914, 838.00/864, NA M610/R4.

34 Bryan a Bailly-Blanchard, 2 de julho de 1914, 838.51/341a, NA M610/R51, Bryan a Bailly-Blanchard, 12 de novembro de 1914, 838.00/1020, NA M610/R5; Bryan a Wilson, 3 de abril de 1915, NA T841/R3.

35 Lansing a Wilson, 7 de agosto de 1915, 838.00/1275c, NA M610/R6.

36 Wilson a Lansing, 4 de agosto de 1915, 838.00/1418, NA M610/R6; Lansing a Wilson, 13 de agosto de 1915, 711.38/24a, NA M611/R1; para a justificativa de Wilson, ver Wilson a Edith Bolling Galt, 15 de agosto de 1915, *The Papers of Woodrow Wilson*, vol.34, p.208-209.

37 Lansing a Beale, 10 de agosto de 1915, 838.00/1246a; Daniels a Caperton, 10 de novembro de 1915, 838.00/1370, ambos NA M610/R6.

38 O Tratado Davis-Borno, 16 de setembro de 1915, 711.38/36 NA M611/R1; o decreto de Caperton está reimpresso em Congresso dos EUA, Senado, Comissão Seleta sobre Haiti e São Domingos, *Inquiry into Occupation and Administration of Haiti e Santo Domingo*, 2 vols., 67th Cong., 1st e 2d Sess., 1922, vol.1, p.513.

39 Butler a John A. McIlhenny, 23 de junho de 1917, *General Smedley Darlington Butler: The Letters of a Leatherneck, 1898-1931*, Anne Cipriano Venzon, ed., (New York: Praeger, 1992), p.194-195. Presidente da Comissão do Serviço Civil dos EUA, McIlhenny havia acompanhado FDR em sua viagem ao Haiti no início de 1917. Uma voz discordante é Stokely Morgan a Kellogg, 5 de maio de 1927, 838.00/2382, NA M610/R20; os resultados da eleição estão em Bailly-Blanchard a Lansing, 18 de junho de 1918, 838.011/61, NA M610/R32.

40 Lansing a Wilson, 9 de agosto de 1915, 838.00/1275d, NA M610/R6; Butler a Thomas S. Butler, 1 de outubro de 1916 e 16 de maio de 1917, *Letters of a Leatherneck, 1898-1931*, p.190, 193.

41 Memorando por Boaz Long, 10 de fevereiro de 1914, 815.77/259, NA M647/R46.

42 Taft a Horace D. Taft, 19 de janeiro de 1911, Taft Papers, Rolo 125, LC; Cecil Spring-Rice a Edward Grey, 25 de maio de 1914, Grã-Bretanha, Foreign Office, Correspondência Geral: Política, 1906-1953, México, FO 371/2029, No.24538, Public Records Office, Londres.

43 Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Assuntos Exteriores, *Texas Frontier Troubles*, 45th Cong., 2d Sess., 1877, p.1.

44 McCrary a Sherman, 1 de junho de 1877, em Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Relações Exteriores, *Relations of the United States with Mexico*, Relatório da Câmara No.701, 45th Cong., 2d Sess., 1878, p.241.

45 Evarts a Foster, 1 de março de 1880, Instruções ao México, NA M77/R116.

46 Fish a Foster, 19 de janeiro de 1877, Instruções ao México, NA M77/R115.

47 Frederick Seward a Foster, 16 de maio de 1877, Instruções ao México, NA M77/R115.

48 Evarts a Foster, 23 de março de 1878, Instruções ao México, NA M77/R115. A política *de facto* foi primeiro enunciada por Jefferson a Charles Pinckney, ministro dos EUA para a Grã-Bretanha, 30 de dezembro de 1792, *The Writings of Thomas Jefferson*, Paul Leicester Ford, ed., 10 vols. (New York: G.P. Putnam's Sons, 1892-1899), vol.3, p.500.

49 22 Stat.934. Este tratado ficou em vigor de 1882 até o fim de 1886, quando a necessidade de um acordo não existia mais.

50 Sobre comércio, ver Departamento de Comércio dos EUA, Bureau do Censo, *Historical Statistics of the United States*, 2 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1975), vol.2, p.903 (exporta-

ções), 906 (importações); sobre investimentos, ver Mira Wilkins, *The Maturing of Multinational Enterprise: American Business Abroad from 1914 to 1970* (Cambridge: Harvard University Press, 1974), p.31.

51 *Congressional Record*, 5 de julho de 1882, p.5652.

52 Woodrow Wilson, "The Mexican Question," *Ladies' Home Journal* 33 (outubro de 1916), p.9.

53 Elihu Root, *Latin America and the United States: Addresses by Elihu Root*, Robert Bacon e James Brown Scott, eds. (Cambridge: Harvard University Press, 1917), p.167-168, 210; *Commoner*, 20 de janeiro de 1903, p.2, e 29 de março de 1901, p.1; Taft a Horace D. Taft, 19 de janeiro de 1911, Taft Papers, Rolo 125, LC.

54 Taft a Helen H. Taft, 17 de outubro de 1909, Taft Papers, Rolo 26, LC.

55 Memorando de Thomas Bayard, sem data, setembro de 1886, arquivado em *General Correspondence, Undated*, Bayard Papers, LC; para um despacho típico de Jackson, ver a discussão de 66 páginas de corrupção oficial em Jackson a Bayard, 31 de agosto de 1885, Despachos do México, NA M97/R82.

56 J.L. Morgan a Bayard, 24 de novembro de 1886; A. W. Parsons a Bayard, relato de condições em 25 de novembro, datado de 29 de novembro de 1886; J.L. Morgan a Bayard, 26 de novembro de 1886; para a defesa de Manning, ver Thomas Manning a Bayard, 22 de novembro de 1886, todos em Bayard Papers, LC.

57 Os comentários do Embaixador Wilson foram feitos nas audiências de 1920 da Comissão sobre a queda de Díaz: Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Relações Exteriores, *Investigation of Mexican Affairs*, 2 vols., Doc. Senado No.285, 66th Cong., 2d Sess., 1920, p.2250, 2258, 2279, 2315.

58 Henry Lane Wilson, *Diplomatic Episodes in Mexico, Belgium and Chile* (Garden City, N.Y.: Doubleday, Page and Company, 1927), p.231,287; H.L. Wilson a Knox, 28 de agosto de 1912, 812.00/4899, NA M274/R20.

59 H.L. Wilson a Knox, 28 de agosto de 1912, 812.00/4899, NA M274/R20.

60 William Bayard Hale a Wilson, 18 de junho de 1913, 812.00/7798 1/2, NA M274/R26, filmado fora de ordem cronológica, no fim do rolo.

61 Wilson a Edith Bolling Galt, 19 de agosto de 1915, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.34, p.254.

62 Declaração sem título sobre relações com a América Latina, 12 de março de 1913, Wilson Papers, Rolo 477, LC; "Draft of an Address to Congress," 31 de outubro de 1913, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.28, p.479-481; *Congressional Record*, 2 de dezembro de 1913, p.74.61 Wilson a Edith Bolling Galt, 19 de agosto de 1915, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.34, p.254.

63 Wilson a Lansing, 4 de agosto de 1915, 838.00/1418, NA M610/R6.

64 *Congressional Record*, vol.53, Apêndice, p.1896.

65 Moore a Wilson, 15 de maio de 1913, incluindo memorando, Moore a Bryan, 14 de maio de 1913, Rolo 49, Woodrow Wilson Papers, LC.

66 Conferência de Imprensa, 26 de maio de 1913; Charles Willis Thompson a Reuben Adiel Bull, 22 de maio de 1913, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.27, p. 465, 471.

67 William Bayard Hale, "Memoranda [sic] on Affairs in Mexico," 9 de julho de 1913, 812.00/8203, NA M274/R27.

68 Incluído com Bryan à Embaixada Americana, 27 de agosto de 1913, 812.00/8614a, NA M274/R28; Gamboa a Lind, 16 de agosto de 1913, Wilson Papers, Rolo 50, LC.

69 Lind a Bryan, 19 de setembro de 1913, NA T841/R1; Lind a Bryan, 5 de dezembro de 1913, Wilson Papers, Rolo 52, LC.

70 Diário de Daniels, 18 de abril de 1913, *Cabinet Diaries of Josephus Daniels, 1913-1921*, p.43.

71 Discurso ao Congresso Comercial Sulista, Mobile, Alabama, 27 de outubro de 1913, Wilson Papers, Rolo 477, LC; para uma nota de aprovação de Bryan, ver Bryan a Wilson, 28 de outubro de 1913, Wilson Papers, Rolo 51, LC.

72 William Tyrrell a Edward Grey, 14 de novembro de 1913, Grã-Bretanha, Foreign Office, Correspondência Geral: Política, 1906-1953, México, FO 371/1678, No.52367, Public Records Office, Londres.

73 Estas palavras nos vêm de quarta-mão, mas através do biógrafo do embaixador de Wilson na Inglaterra, que escreveu que o embaixador lhe disse que Tyrrel lhe contou que Wilson as dissera. Burton J. Hendrick, ed. *The Life and Letters of Walter Hines Page*, 3 vols. (Garden City, N.Y.: Doubleday, Page and Company, 1923-1925), vol.1, p.204; para uma carta subsequente expressando a mesma idéia, ver Wilson a Tyrrell, 22 de novembro de 1913, Wilson Papers, Rolo 135, LC.

74 Diário de House, 30 de outubro de 1913, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.28, p.478; Bryan a Page, 19 de novembro de 1913, 812.00/9817a, NA M274/R31.

75 Hale a Bryan, 14 de novembro de 1913, 812.00/9735, NA M274/R31; Hale a Bryan, 15 de novembro de 1913, 812.00/9759, NA M274/R31.

76 As várias versões da circular de advertência de Bryan, 7-10 de novembro de 1913, estão arquivadas em 812.009625A, NA M274/R31; Wilson também enviou uma "Nota Circular às Potências," 24 de novembro de 1913, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.28, p.585-6.

77 Almirante Henry T. Mayo ao General Zaragoza, 9 de abril de 1914, anexada em Daniels a Bryan, 12 de maio de 1914, 812.00/11988, NA M274/R37; Bryan a Wilson, 10 de abril de 1914, 812.00/11633a NA M274/R36; Wilson a Bryan, 10 de abril de 1914, 812.00/11483, NA M274/R35.

78 R.A. Esteve Ruiz ao Encarregado Nelson O'Shaughnessy, 12 de abril de 1914, anexo em O'Shaughnessy a Bryan, 812.00/11486, NA M274/R35.

79 Embaixada do México ao Presidente Wilson, 19 de abril de 1914, 812.00/11622, NA M274/R36; a resposta final do México está anexa em O'Shaughnessy a Bryan, 19 de abril de 1914, 812.00/11554, NA M274/R36.

80 *Congressional Record*, 20 de abril de 1914, p.6908-9.

81 Butler a Thomas S. Butler, 20 de maio de 1914, *General Smedley Darlington Butler*, p.146-7.

82 Bryan a Lamar e Lehman, 24 de maio de 1914, 812.00/23452d; Bryan aos Comissários Especiais, 27 de maio de 1914, 812.00/23445; Bryan aos Comissários, 3 de junho de 1914, 812.00/23455a, todos em NA M274/R70.

83 Samuel G. Blythe, "Mexico: The Record of a Conversation with President Wilson," *Saturday Evening Post* 186 (23 de maio de 1914), p.3; Jackson Day Address, Indianapolis, 8 de janeiro de 1915, em *Congressional Record*, 9 de janeiro de 1915, p.1281-2.

84 Wilson a Lansing, 8 de agosto de 1915, 812.00/15752 1/2, NA M274/R47.

## o auxílio pragmático

---

- 85 Discurso ao Comitê Nacional Democrata, 8 de dezembro de 1915, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.35, p.314.
- 86 Huntington Wilson, "The Relation of Government to Foreign Investment," *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 68 (novembro de 1916), p.307.
- 87 Franklin Knight Lane a Wilson, 13 de março de 1916, Wilson Papers, Rolo 78, LC.
- 88 *Draft of a Message to Congress*, 27[?] de junho de 1916, Wilson Papers, Rolo 479, LC.
- 89 Observações ao New York Press Club, 30 de junho de 1916, *Papers of Woodrow Wilson*, vol.37, p.333.
- 90 *Congressional Record*, 2 de setembro de 1916, Apêndice p.1986.
- 91 Zimmerman a von Eckhardt, 16 de janeiro de 1917, in *Official German Documents Relating to the World War*; 2 vols. (New York: Oxford University Press, 1923), vol.2, p.1337.
- 92 Boaz Long, *Memorandum on the Mexican Situation*, 10 de agosto de 1918, 711.12/130, NA M314/R2.





## **a remoção dos fuzileiros navais e a instalação dos fantoques**

Os hatianos, como você sem dúvida sabe, são um povo muito histérico. Diariamente circulam entre eles centenas de rumores que são simplesmente ridículos, mas como crianças eles acreditam neles e perdem completamente a cabeça. É muito difícil, em conseqüência, acalmá-los.

*Coronel John Russell, 1919*

O fim da Primeira Guerra Mundial forneceu aos Estados Unidos uma oportunidade de reavaliar suas relações com a América Latina. A mudança não seria clara por quase uma década, mas, em 1920, mesmo um observador casual podia ver que os funcionários em Washington estavam repensando a natureza dos compromissos dos EUA, estimulados por uma consciência de que o público cansado de guerra havia se desencantado com seus protetorados no Caribe. Em suas plataformas de campanha de 1920, nenhum dos dois principais partidos dizia uma palavra sobre a América Latina além de louvar ou criticar (conforme ditavam as linhas partidárias) a política da administração Wilson em relação ao México. A plataforma democrata não mencionava a ocupação militar do Haiti e da República Dominicana, ou a guarda de fuzileiros navais que sustentava o governo na Nicarágua ou protegia os engenhos de açúcar dos EUA em Cuba – um sinal seguro de que os líderes dos partidos tinham dúvidas quanto à aprovação pública dessas iniciativas.

Um sinal ainda mais seguro foi o furor criado em torno dos abusos dos direitos humanos pelos EUA no Haiti. A controvérsia começou no início do outono de 1919, quando o comandante do Corpo de Fuzileiros Navais sentou-se para conduzir a sempre desagradável revisão dos processos recentes da corte marcial. Quando chegou aos registros do Haiti, o Major General George Barnett ficou tão surpreso com o que viu que redigiu uma mensagem confidencial ao comandan-

te das forças dos EUA em Port-au-Prince, Coronel John Russell, ordenando que se cessasse imediatamente com o assassinato de haitianos sob custódia dos Fuzileiros Navais dos EUA e da gendarmerie haitiana supervisionada pelos EUA. Passados vários dias, o General Barnett decidiu que esta ordem não havia sido suficientemente forte e enviou outra. Os relatórios da corte marcial do Haiti “mostraram-me que matanças praticamente indiscriminadas de nativos ocorrem já faz algum tempo,” escreveu ele. “Quero que você providencie para que isto seja corrigido, e corrigido de uma vez.”<sup>1</sup>

O Coronel Russell respondeu com uma vigorosa defesa de seus soldados. “Os haitianos, como você sem dúvida sabe, são um povo muito histórico. Diariamente circulam entre eles centenas de rumores que são simplesmente ridículos, mas como crianças eles acreditam neles e perdem completamente a cabeça. É muito difícil, em consequência, acalmá-los.”<sup>2</sup>

Percebendo que Russell não era uma fonte isenta de informação, o General Barnett percorreu a cadeia de comando e chegou ao Secretário da Marinha Josephus Daniels, que designou os Generais dos Fuzileiros John Lejeune e Smedley Butler para conduzirem uma investigação no local. O relatório deles, de outubro de 1920 foi um encobrimento, com co-autoria de um homem que havia feito piadas, numa carta a seu pai sobre aterrorizar os cidadãos do Haiti, eles mentiram quando disseram à comissão do Congresso que “nós nunca toleramos abuso de prisioneiros ou do público.”<sup>3</sup>

Embora o Secretário Daniels usasse a avaliação Lejeune-Butler para atenuar as acusações do General Barnett de brutalidade generalizada,<sup>4</sup> ele solicitou também uma segunda opinião do Almirante Harry Knapp, o ex-representante militar dos Estados Unidos no Haiti. Knapp havia simultaneamente sido governador da República Dominicana e vivido em Santo Domingo, e, para seu conhecimento dos eventos do outro lado da Ilha de Hispaniola, ele dependia dos comandantes da brigada de Fuzileiros Navais dos EUA no Haiti. Típico era o relatório de 1917 do General Eli Cole: “Independente de quanto verniz de polidez e educação um haitiano possa ter, ele é absolutamente selvagem sob a pele e quando sob tensão reverte ao sangue.” Cole dizia a Knapp que “tenho visto haitianos europeus (parte dos haitianos) de alta posição, educação européia e muitos anos de residência na Europa, reverterem em poucos minutos ao estado mental de um selvagem no coração da África,” e acrescentava que “os negros de sangue misto, que constituem a maioria das pessoas educadas e políticos, têm as características gerais das pessoas dessa natureza – vaidosos, amantes de elogios, excitáveis, voláteis, incrivelmente ilógicos e hipócritas.” Esta era também a visão do Coronel Littleton Waller, comandante imediato de Smedley Butler, que escreveu ao General Lejeune: “você sabe como o negro é. É preciso muito pouco para influenciá-lo numa direção ou em outra.” O Coronel Waller era especialmente contrário à criação da *Garde d’Haiti*, argumentando que “você nunca pode confiar num negro com uma arma. Essas pessoas são negras a despeito do fino verniz de educação e refinamento. No fundo de seus

corações, eles são exatamente o mesmo povo alegre, ocioso e irresponsável que conhecemos.”<sup>55</sup>

Dado este conselho, o Almirante Knapp concluía em seu relatório ao Secretário Daniels que não havia alternativa à ocupação militar: “Eu pessoalmente creio que levará ao menos uma geração para se ter no Haiti homens com um padrão de ética suficientemente alto para fornecer pessoal para uma administração honesta.”<sup>56</sup>

Sugerir que uma ocupação militar iniciada em 1915 teria que prosseguir ainda por várias décadas era a resposta inadequada em 1920, um ano de eleição. De início, o candidato republicano Warren Harding não disse quase nada sobre a América Latina, com exceção de algumas considerações sobre o México, mas, então, o candidato democrata à vice-presidência deu um escorregão. Respondendo a acusações de que a Grã-Bretanha teria mais de um voto na Liga das Nações porque algumas de suas colônias haviam se tornado membros da organização, Franklin Delano Roosevelt disse a uma audiência, durante a campanha em Montana, que os Estados Unidos tinham alguns votos extras, incluindo os de “Cuba, Haiti, São Domingos, Panamá, Nicarágua e de outros Estados centro-americanos.” FDR lembrou os ouvintes que ele estivera ativo no Caribe enquanto servia como Secretário Assistente da Marinha de Woodrow Wilson: “Vejam, eu tive alguma coisa a ver com a direção de algumas pequenas repúblicas. O fato é que eu mesmo escrevi a constituição do Haiti, e eu diria que é uma constituição muito boa.”<sup>57</sup>

Harding contra-atacou: “Se eu for, como plenamente espero ser, eleito Presidente desta justa e honrada República, não vou empossar um Secretário Assistente da Marinha para redigir uma constituição para vizinhos indefesos nas Índias Ocidentais e empurrá-la pelas suas goelas sob a mira de baionetas empunhadas por Fuzileiros Navais dos Estados Unidos. Temos um trabalho mais elevado do que este para nossos bravos fuzileiros. Tampouco farei mau uso do poder do Executivo para cobrir com um véu de segredo repetidos atos de interferência injustificada nos assuntos domésticos das pequenas repúblicas do Hemisfério Ocidental.”<sup>58</sup>

Vindo logo em seguida às acusações do General Barnett de matança indiscriminada de haitianos, as palavras impensadas de FDR forneceram um material quente para a imprensa que estava voltada para os desmandos políticos e administrativos. Embora Roosevelt tentasse descartar as acusações republicanas como “coisa mais irrelevante,” Harding percebeu que havia apanhado os democratas na parte mais sensível de sua política externa e, portanto, apertou: “Até onde sei, esta é a primeira admissão oficial do estupro do Haiti e de Santo Domingo pela atual Administração...Todos nós praticamente sabemos atualmente que milhares de nativos haitianos têm sido assassinados por fuzileiros americanos, e que muitos de nossos valorosos homens têm sacrificado suas vidas sob o comando de um Departamento Executivo no sentido de estabelecer leis redigidas por um Secretário Assistente da Marinha, para assegurar um voto na Liga e levar adiante uma dominação militar na ponta de uma baioneta.”<sup>59</sup>

Uma vez empossado, Warren Harding fez uma tentativa de mudança. Depois de três meses de sua posse, ele solicitou ao Secretário de Estado Charles Evans Hughes “suas recomendações para efetuar uma modificação da presente ordem, que será um reflexo do elevado propósito que desejamos seguir no exercício de nosso relacionamento com a República do Haiti.”<sup>10</sup> Hughes primeiramente deu ao Presidente uma resposta evasiva e, apenas meses depois, enviou a Harding um relatório completo recomendando mudanças administrativas cosméticas, mas assegurando firmemente que “não podemos atualmente sair do Haiti.”<sup>11</sup>

Esta posição foi questionada por um grupo de senadores progressistas do meio-oeste e do oeste. Vestindo agora o manto antiimperialista passado adiante por Carl Schurz e George Hoar, esses, em grande medida republicanos rebeldes, exigiam que a Comissão do Senado sobre Relações Exteriores criasse uma comissão especial para estudar a política dos EUA em relação ao Haiti e República Dominicana. Composto por senadores que pareciam ter sido selecionados com base em seus nomes de batismo incomuns (Medill McCormick como presidente, com Tasker Oddie, Atlee Pomerene e Andrieus Jones, que mais tarde foi substituído por Philander Knox), e com mais o progressista, William King, a comissão realizou audiências em Washington e, então, tomou a medida sem precedentes de conduzir audiências adicionais no Haiti e na República Dominicana. Da mesma forma que o Secretário Hughes, a comissão recomendava que os Estados Unidos fizessem um melhor trabalho de administração. O Presidente Harding obedientemente embaralhou novamente a burocracia e tornou “civil” o governador militar dos EUA no Haiti, mudando o título do agora Brigadeiro General John Russell para Alto Comissário. Tudo o mais permaneceu inalterado porque todos, exceto os poucos progressistas do Senado, acreditavam, como assegurou a comissão McCormick, que uma retirada significaria “o abandono do povo haitiano à revolução crônica, anarquia, barbárie e ruína.”<sup>12</sup>

Este temor era baseado numa crença na imaturidade selvagem dos haitianos. Smedley Butler disse à comissão McCormick que “99% do povo do Haiti é o povo mais bondoso, generoso, hospitaleiro e agradável que jamais conheci. Eles não fariam mal a ninguém. Eles são mais delicados quando em seu estado natural. Quando o outro 1 % que usa sapatos de menino (...) com bicos longos e colarinhos de celulóide, os agita e os incita com bebida e vodu, eles são capazes das mais horribéis atrocidades; eles são canibais.” Em 1925, o Alto Comissário dos EUA relatou que “os camponeses, que formam a massa (85%) da população e que têm sido até agora mantidos num estado de atraso por seus irmãos alfabetizados, têm a mentalidade de uma criança de não mais de sete anos de idade criada em condições convenientes.”<sup>13</sup>

O Senador William Borah foi um dos poucos líderes políticos proeminentes a questionar este argumento. “Devemos sair do Haiti e de todo lugar onde não temos o direito de ficar. Pode ser verdade que eles não são capazes de autogoverno como nós o compreendemos, mas é seu governo.” O Senador King concordou, e recusou-se a assinar o relatório final da comissão McCormick; ao invés

disto, ele introduziu uma emenda cortando fundos da Marinha para a ocupação do Haiti, República Dominicana ou Nicarágua. A emenda foi derrotada por uma margem avassaladora, 9 a 43,<sup>14</sup> o que era um indicador mais sensível do sentimento da maioria do que as afirmações de campanha de candidatos como Warren Harding, que criticava o abuso dos EUA nas “pequenas repúblicas indefesas de nosso próprio hemisfério.” Como as palavras impensadas de FDR, isto era apenas uma espetadela, não um ataque consistente, e Harding se contradisse ao se professar como um dos “americanos que acreditam na boa e velha Doutrina Monroe da América dominando os negócios do Novo Mundo.”<sup>15</sup>

Harding foi um Presidente indeciso – talvez pior, de acordo com a autobiografia *best-seller* de sua amante<sup>16</sup> – mas durante seu curto mandato, interrompido por um derrame fatal em 1923, algum progresso foi feito nas relações EUA-América Latina ao estabelecer a paz com a Colômbia. Pressionado pelos interesses petrolíferos ansiosos por concessões, poucos dias depois de sua posse, o Presidente Harding fez da ratificação do tratado Thomson-Urrutia o tema de sua primeira mensagem ao Congresso. Assinado no início da administração Wilson para compensar a Colômbia da perda do Território do Panamá, o tratado definiu por três anos antes que a Comissão de Relações Exteriores o passasse pelo plenário do Senado, acompanhado por um relatório discordante dos republicanos de Henry Cabot Lodge, que se opunham em nome de Theodore Roosevelt a qualquer menção de desculpas. Mas agora Roosevelt estava morto, e o acordo tinha sido renegociado para suprimir o pedido de desculpas, e um mês após a posse de Harding ele recebeu a aprovação do Senado. Os Estados Unidos pagaram, então, à Colômbia \$25 milhões em cinco pagamentos anuais.<sup>17</sup>

Com exceção deste breve momento de atenção às relações interamericanas, o Presidente Harding parecia desinteressado pela América Latina. O Secretário de Estado Charles Evans Hughes estava um pouco menos distante, mas compensava sua falta de calor com um formidável intelecto. Ele apoiou vigorosamente a ratificação do tratado Thomson-Urrutia e o ainda mais negligenciado tratado Hay-de Quesada de 1904, reconhecendo a soberania cubana sobre a Ilha de Pines; forçou ainda o Panamá a aceitar o laudo de arbitragem do território disputado com a Costa Rica; promoveu um encontro centro-americano a bordo de um navio de guerra no Golfo de Fonseca e a subsequente conferência de paz centro-americana em Washington entre 1922 a 1923; e fez o que pôde para resolver uma série de disputas fronteiriças latino-americanas, mais notavelmente em relação ao antigo conflito de Tacna-Arica entre Chile e Peru. Estas iniciativas foram importantes, mas a principal contribuição de Hughes às relações interamericanas foi sua modificação da política dos EUA em relação à intervenção, e nisto ele fixou o tom para as gerações seguintes. Sem nenhum perigo europeu visível no horizonte, em 1923 Hughes disse numa audiência que a Doutrina Monroe “não fornece justificativas para...intervenção de nossa parte.” Mais amplamente, ele renunciava ao direito do forte de controlar o comportamento do fraco: “Eu repudio decisivamente, como injustificável,...a reivindicação de nossa parte para superintender os as-

suntos de nossas repúblicas irmãs, a fim de afirmar uma suserania, repudio estender nossa autoridade para além de nossos domínios como meta de nossa política, e para fazer de nosso poder a prova de direito neste hemisfério.”<sup>18</sup>

A extensão lógica deste pensamento era que os Estados Unidos teriam que dismantlar seus protetorados no Caribe e na América Central. Mas o que os substituiria? Na medida em que esses países se assemelhavam ao Haiti, a independência seria impossível, portanto uma condição entre um protetorado e a autonomia teria que ser imaginado. Seriam precisos para Hughes e seus colegas do Departamento de Estado quatro anos para chegar a uma resposta – uma aliança com chefes militares locais – mas que durou décadas. Este foi o momento em que os Estados Unidos inventaram os Trujillos e os Somozas, os homens fortes militares que dominariam a política da Bacia do Caribe por uma geração.

O começo foi na República Dominicana, de onde Woodrow Wilson havia retirado os fuzileiros navais para satisfazer a vontade de seu terceiro Secretário de Estado, Brainbridge Colby, que queria mostrar um gesto apropriado às vésperas de sua visita de boa vontade em dezembro ao Brasil, Argentina e Uruguai. Antes da decisão de retirada do Presidente Wilson, o governador militar da República Dominicana, Contra-almirante Thomas Snowden, relatara que “havia encontrado condições muito satisfatórias.” Embora este depoimento tivesse por fim justificar o prosseguimento da ocupação dos EUA, a administração Wilson interpretou como um indicador de que seria seguro a retirada militar da República Dominicana e o Almirante Snowden foi instruído a anunciar a partida dos EUA e a criação de uma comissão dominicana para redigir a legislação de transição.<sup>19</sup> Sem disposição de obedecer esta ordem de um Presidente em fim de mandato, Snowden manobrou anunciando um processo que ele sabia que os dominicanos iriam rejeitar: seu plano requeria que os Estados Unidos selecionassem os membros da comissão e que suas propostas fossem submetidas a veto dos EUA. Sem disposição de conceder aos Estados Unidos este poder, os dominicanos rejeitaram o plano de transição de Snowden e também, em meados de 1921, foi rejeitado o plano da administração Harding preparado pelo chefe da Divisão de Assuntos Latino-americanos, Sumner Welles, que havia concebido parte de seu plano a partir das idéias do General Enoch Crowder. Desempoeirando uma antiga idéia primeiramente defendida pelo Capitão Dillingham em 1904, Crowder sugeriu que Welles incluísse uma emenda do tipo Platt no plano de retirada, e Welles acrescentou uma força policial supervisionada pelos EUA. Quando os líderes dominicanos recusaram, Welles recomendou a continuação da ocupação dos EUA.<sup>20</sup>

Então, no fim de 1921, a comissão McKormick alimentou a controvérsia sobre o Haiti, apresentando provas perturbadoras de abusos dos direitos humanos pelos EUA na República Dominicana. Testemunhando perante a comissão, um médico dominicano relatou ter visto um fuzileiro naval dos EUA arrastando um velho através das ruas de Hato Mayor, amarrado ao rabo de um cavalo. O médico alegou que “o homem foi torturado dessa maneira porque levou uma receita a uma farmácia em que constava enxofre e gordura. Era para alguma doença

da pele, [mas] os médicos militares disseram que era para medicar feridos, e essa era a razão suficiente para fazerem a ele o que descrevi. Depois disso ele foi baleado e enforcado numa árvore.” A mesma testemunha prosseguiu com um outro caso sobre um civil dominicano que “parece ter feito certos comentários que aborreceram o Capitão Merckle.” Tendo se ofendido, “o Capitão Merckle pegou o pelo braço esquerdo e levou-o a um canto da casa, sacou o revólver e atirou em sua orelha esquerda...Mais de trezentos ou quatrocentos casos do mesmo tipo ocorreram naquela comunidade.” O médico também pediu permissão para “apresentar à comissão uma das vítimas da tortura da água cometida pelo Capitão Merckle” e submeter a registro “uma fotografia do campo de concentração [entregou a fotografia] que é semelhante aos campos de Weyler em Cuba.”<sup>21</sup>

Hughes podia ver que direção estava tomando essa evidência, e ele não gostou. Rejeitando a abordagem Welles-Crowder em favor de negociações diretas em Washington, em meados de 1922 ele chegou a um acordo com líderes dominicanos, permitindo que políticos do país formassem um governo provisório e supervisionassem seu próprio processo de transição. O restabelecimento da Independência dominicana deu-se com razoável rapidez. Uma eleição livre foi realizada em março de 1924, o General Horacio Vásquez tomou posse em julho, e os últimos soldados dos EUA deixaram o país em setembro. Dentro de poucos anos, o ministro dos EUA reconhecia que “o General Vásquez tem sido às vezes facilmente persuadido por políticos a pôr seus próprios interesses acima dos do país,” mas ele relatava que “esses países têm necessidade de um homem desse tipo à frente de seus assuntos. São democracias mais no nome do que de fato. Por anos o povo acostumou-se a permitir que os chefes políticos pensassem por ele, e esta condição continuará, na maior parte, a existir por muito tempo ainda.”<sup>22</sup>

Assim, a experiência dominicana veio a ser citada como um exemplo de política sábia dos EUA. No calor do debate de 1928 sobre a ocupação da Nicarágua pelos EUA, o Senador William Bruce notou que “entramos em Santo Domingo, naquele país conturbado, cujas finanças estavam totalmente desordenadas, e com que resultado? Pela primeira vez Santo Domingo logo se encontrou dotado de algo que poderia ser chamado de uma verdadeira civilização.” O Secretário de Estado Stimson concordou, escrevendo em seu diário, em 1930, que estava especialmente satisfeito com a escolha de um líder para a nova força policial dominicana: Rafael Trujillo “está se revelando ser um homem muito bom. Seu trabalho é energético e ele trouxe um fuzileiro naval americano, chamado Watson, para ajudá-lo.”<sup>23</sup> Trujillo logo tomou o poder e o manteve até ser assassinado em 1961; a curadoria alfandegária dos EUA continuou no país até 1941.

A situação na Nicarágua era consideravelmente mais complexa, mas o resultado foi semelhante. No início da década de 1920, o recebedor alfandegário, a Alta Comissão e a guarda da Legação de 100 a 130 fuzileiros navais pareciam ter a situação sob controle. Ajustando-se rapidamente aos deslocamentos da Primeira Guerra Mundial, a economia da Nicarágua baseada no café começou a produzir um excedente considerável, e, por volta de 1924, o governo havia readquiri-

do seu banco nacional e sua ferrovia, reduzido seu endividamento por dois terços e começado a pagar reivindicações.

As relações internacionais da Nicarágua pareciam igualmente estáveis, com os líderes do país dispostos a fazer quase tudo que os Estados Unidos exigissem. Em 1921, quando outros Estados centro-americanos propuseram a criação de uma federação unificada, por exemplo, o enviado nicaraguense a Washington informou ao Departamento de Estado que “a Nicarágua queria adotar, em relação à União Centro-americana, uma política consistente com os desejos do Governo dos Estados Unidos.”<sup>24</sup> Por um tempo, rivalidades regionais levaram a choques fronteiriços entre Honduras, El Salvador e Nicarágua, e os Estados Unidos procuraram pacificar a crise patrocinando uma conferência a bordo do U.S.S. *Tacoma*; a calma que seguiu-se ao encontro foi subseqüentemente encorajada, quando uma conferência de paz centro-americana começou em Washington no fim de 1922. Como boa parte do conflito regional centralizava-se sobre o apoio a movimentos rebeldes, o Artigo 2 do Tratado de Paz e Amizade da conferência desencorajava interferência ao estabelecer o não-reconhecimento de qualquer governo “que possa chegar ao poder em qualquer das cinco Repúblicas através de um *coup d'état* ou de uma revolução contra um Governo reconhecido.”

Com a economia da Nicarágua forte e suas relações internacionais estabilizadas, o único problema óbvio era a política doméstica, na qual três eleições fraudulentas consecutivas haviam rasgado o fino véu de legitimidade popular do governo. A fraude ficou impune, desde a primeira eleição supervisionada pelos EUA em 1912. Smedley Butler, que ajudara naquele ano a arranjar uma eleição sem oposição para Adolfo Díaz, mais tarde gabava-se de que pela manipulação das listas eleitorais, “nossos candidatos sempre vencem.”<sup>25</sup> Esses candidatos eram invariavelmente conservadores, como Emiliano Chamorro eleito para suceder o conservador Adolfo Díaz, em 1916; quatro anos mais tarde, um outro conservador – Diego Chamorro, – foi eleito, e quando ele morreu no cargo, o Vice Presidente conservador Bartolomé Martínez o sucedeu.

Foi depois do simulacro de 1920 que as vozes crescentemente irritadas dos liberais da Nicarágua começaram a ser ouvidas em Washington, e suas acusações eram apoiadas por relatórios de fraude de observadores dos EUA. Reagindo a essas queixas, o Departamento de Estado notificou o Presidente eleito Diego Chamorro que exigia uma promessa de eleições livres em 1924, antes do reconhecimento dos resultados de 1920. Chamorro prontamente concordou com o compromisso exigido e aceitou a sugestão dos EUA para contratar um perito para reformar o sistema eleitoral da Nicarágua.<sup>26</sup> O Departamento de Estado tinha em mente Harold Dodds, então secretário da Liga Municipal Nacional.

Depois de vários meses de trabalho na Nicarágua, Dodds preparou um código eleitoral alegadamente à prova de fraude, que o Congresso Nicaraguense transformou em lei em março de 1923. Nessa época os conservadores haviam se dividido, com uma parte deles unindo-se aos liberais para oferecer uma chapa de coalizão nas eleições de 1924: o conservador Carlos Solórzano para presidente e



o liberal Juan Sacasa para vice-presidente. O Presidente em exercício Bartolomé Martínez também propôs sua candidatura, do mesmo modo que o ex-Presidente Emiliano Chamorro. Como a Constituição nicaragüense proibia a reeleição imediata do Presidente, funcionários do Departamento de Estado informaram Martínez que os Estados Unidos “estariam indispostos a reconhecê-lo como o Presidente constitucional da Nicarágua depois de expirado o seu presente termo no cargo.” Martínez retirou rapidamente sua candidatura, deu seu apoio a Solórzano/Sacasa e passou seus meses remanescentes no cargo solapando as reformas de Dodds e intimidando Emiliano Chamorro. Como resultado, a eleição de 1924 foi claramente desonesta.<sup>27</sup>

Percebendo que possuía um mandato fraco, o Presidente eleito Solórzano pediu aos fuzileiros navais para permanecerem no país, mas da perspectiva de Washington nada mais restava a fazer: as reivindicações da Nicarágua haviam sido pagas, suas finanças postas em ordem, suas relações externas estabilizadas e Dodds tinha feito o melhor que podia para estabelecer o governo sobre fundamentos democráticos. Solórzano foi empossado em 1º de janeiro de 1925, e em agosto os fuzileiros navais deixaram o país.

Dois meses depois, Emiliano Chamorro estimulou uma rebelião, intimidou o Presidente Solórzano (que renunciou) e o Vice-Presidente Sacasa (que fugiu do país), e no início de 1926 tornou-se Presidente. O Departamento de Estado ficou consternado com a reincidência. Citando o tratado centro-americano de 1923 como justificativa, em 22 de janeiro, o Secretário de Estado Frank Kellogg (Hughes renunciara em 1925) informou a Chamorro que ele não seria reconhecido.<sup>28</sup> Sem legitimidade, Chamorro logo viu sua posição enfraquecida por uma contrarebelião na costa leste, e em agosto os Estados Unidos reforçaram-na, desembarcando fuzileiros navais em Bluefields e Corinto. No fim de outubro, Chamorro foi forçado a renunciar, mas a bandeira da rebelião passou para as mãos dos liberais, há muito restringidos em seus direitos eleitorais, liderados pelo Vice-Presidente Sacasa. Nessa altura, os fuzileiros haviam reocupado Manágua e posto de volta na presidência o tradicional favorito de Washington, Adolfo Díaz.<sup>29</sup>

Díaz não resistiria muito no poder sem a presença contínua de tropas dos EUA, as quais ele imediatamente requisitou. A administração Coolidge respondeu enviando fuzileiros adicionais, com o anúncio público vindo do Secretário Assistente de Estado Robert Olds, que falou aos repórteres em 16 de novembro de 1926, um dia depois do recebimento do pedido de tropas por Díaz. Chamorro não era o problema, disse Olds; pelo contrário, é o México que está causando o problema apoiando Sacasa. Para sustentar esta afirmação, o Departamento de Estado apresentou um estudo que alegava “que o Governo Mexicano tem atualmente esperanças de estabelecer Governos nos cinco países centro-americanos que serão não apenas amistosos mas subservientes ao México e estarão sob completo domínio mexicano. Para este fim, o Governo Mexicano, sem dúvida, prestou ajuda ao partido liberal na Nicarágua.”<sup>30</sup>

Esta interpretação sobre a instabilidade da Nicarágua fora preparada por um oficial de nível médio, Stokely Morgan, e então rapidamente passada pela hierarquia do Departamento de Estado até o Secretário Assistente Olds, um dos advogados associados de Kellogg em Minnesota, cuja carreira não estava relacionada à política externa. Olds informou a imprensa, o Secretário Kellogg e o Presidente Coolidge. “A ação do México na crise da Nicarágua é um desafio direto aos Estados Unidos,” afirmou o Secretário Assistente num memorando, preparando Kellogg para uma apresentação diante da Comissão do Senado sobre Relações Exteriores. O Secretário Kellogg falou sobre o memorando de Olds numa sessão fechada da Comissão do Senado sobre Relações Exteriores, enquanto o Presidente Coolidge informava o Congresso que “tenho as provas mais concludentes” de envolvimento mexicano.<sup>31</sup>

Esta manifestação provocou um vigoroso debate sobre política externa, embora inconclusivo, demonstrava que a administração Coolidge estava em dificuldades; os críticos mais estridentes do Presidente eram seus colegas republicanos, e sua margem no Senado acabara de ser reduzida para três cadeiras depois da eleição de 1926.<sup>32</sup> Quando o Senado passou unanimemente uma resolução insistindo na arbitragem das diferenças dos EUA com o México, o Presidente Coolidge reagiu enviando Dwight Morrow ao México e o ex-Secretário de Defesa Henry Stimson à Nicarágua.<sup>33</sup>

Chegando em Manágua em meados de abril de 1927, Stimson prontamente arranhou um encontro com o líder militar liberal José Maria Moncada num local neutro na margem do Rio Tipitapa que liga o Lago Manágua ao Lago Nicarágua. Após apresentar a Moncada um plano para permitir a possibilidade de sucesso liberal nas urnas, Stimson encerrou suas negociações com um ultimato: “Estou autorizado a dizer que o Presidente dos Estados Unidos pretende aceitar o pedido do Governo da Nicarágua para supervisionar as eleições de 1928; que a permanência do Presidente Díaz até o fim do seu período na presidência é vista como essencial a este plano e insistiremos nisso; que um desarmamento geral do país é também visto como necessário à condução apropriada e bem sucedida desta eleição; e que as forças dos Estados Unidos estarão autorizadas a aceitar a custódia das armas daqueles que estão dispostos a deporem-nas, incluindo o governo, e a desarmar pela força aqueles que não estão.” Os liberais estavam relutantes em permitir que Adolfo Díaz continuasse como Presidente, mas não tiveram escolha. Como Stimson escreveu em seu diário, “não conhecemos nenhum outro nicaraguense em quem podemos confiar para cooperar.” Para o futuro, contudo, Stimson havia identificado um promissor jovem membro do comando militar de Moncada: “Somoza é um jovem liberal muito franco, amigável e confiável e sua atitude me impressionou mais favoravelmente que a de qualquer outro.”<sup>34</sup>

Em pouco dias Stimson já podia relatar que Moncada havia aceito o ultimato de Tipitapa, e “embora é possível que haja resistência da parte de pequenos grupos irreconciliáveis e bandidos espalhados, creio que não haverá resistência organizada à nossa ação.”<sup>35</sup> Esta avaliação revelou-se muito acurada. Moncada

foi capaz de convencer onze de seus 12 comandantes militares a aceitar o plano de Stimson; apenas Augusto Sandino recusou-se. Retirando-se para as terras altas acidentadas do Noroeste da Nicarágua, em meados de julho as forças de Sandino atacaram um grupo de 39 fuzileiros navais em Ocotal. Os fuzileiros pediram apoio aéreo americano e mataram algo entre 50 e 300 nicaraguenses. Notícias desse ataque arruinaram os esforços da administração Coolidge para reduzir a tensão na Nicarágua. “Jornais vespertinos aqui trazem relatos sensacionais sobre operações de bombardeio,” telegrafou o Secretário Kellogg para Manágua. “Extremamente importante ter o mais depressa possível os mais completos detalhes sobre o ataque de Sandino.”<sup>36</sup>

Durante o envio de forças adicionais – a força máxima de tropas norte-americanas no país rapidamente subiu para 5.673 – a administração Coolidge lançou-se num esforço para diminuir a indignação pública. O argumento anterior culpando o México pelos problemas na Nicarágua já não podia ser usado para este propósito, porque nesse mesmo momento Dwight Morrow estava a caminho do México para negociar um acordo sobre a questão mais premente do petróleo, e portanto a administração argumentou, ao invés disso, que os Estados Unidos estavam apenas ajudando na manutenção da lei na Nicarágua. Isto foi feito transformando Sandino de líder militar liberal num bandido. “Sabe-se que Sandino é um nicaraguense excêntrico com cerca de trinta anos de idade e idéias rebeldes comunistas adquiridas em grande parte no México,” dizia a primeira frase da resposta do Ministro Eberhardt ao pedido urgente de detalhes de Kellogg. Rejeitando o plano Stimson, Sandino “retornou ao norte da Nicarágua onde tem, desde então, vagado à vontade com alguns poucos seguidores, cometendo todo tipo de depredação e atos de banditismo,” e onde ele “pregou comunismo, amor fraternal e cooperação com o México e morte aos americanos, a ralé de todo o norte da Nicarágua juntou-se a ele em seu plano de massacrar os americanos ali.”<sup>37</sup>

Esta lenda não tinha base em fatos, mas tornou-se a resposta da administração Coolidge a seus críticos. Em sua mensagem anual de 1927 ao Congresso, o Presidente afirmou que depois do acordo de Tipitapa “a população retornou aos seus afazeres de tempo de paz, com a exceção de alguns pequenos bandos isolados de foras-da-lei.” Um pouco de semanas mais tarde, um defensor da administração no Senado afirmava que “este homem foi por alguns anos um lugartenente do mexicano Pancho Villa, provavelmente um dos degoladores mais assassinos e atrozos que já chefiou bando de malfetores na América Latina.”<sup>38</sup> Em fevereiro, quando Senadores céticos perguntaram ao Almirante Latimer como Sandino fora capaz de recrutar tantos combatentes, ele respondeu que “há muitos homens naquela fronteira dispostos a juntar-se a qualquer um que lhes prometa uma aventura lucrativa, seja saqueando, roubando, assassinando, ou qualquer coisa desse tipo.”<sup>39</sup>

De tempos em tempos, a administração relatava que Sandino havia sido morto ou fugira para o exílio, mas o resultado de cada relato equivocado era somar a credibilidade da administração e alimentar o debate sobre a política exter-

na em Washington. Com ambos os lados fincados em suas posições, ficou óbvio que havia algo mais em jogo do que a política dos EUA em relação a um pequeno país centro-americano; de fato, era aqui – nos debates sobre a ocupação da Nicarágua pelos EUA – que a força da opinião pública fez sua principal contribuição ao desenvolvimento da política de Boa Vizinhança. Esta opinião emergiu como parte do debate sobre uma questão mais ampla, o isolacionismo, que havia começado anos antes a propósito do ingresso dos EUA na Liga das Nações, mas fora interrompido por um Presidente enfraquecido e a vitória republicana em 1920. Mesmo após aquela eleição, contudo, a participação dos EUA na Liga foi a questão isolada que absorveu a maior parte da atenção do Secretário Hughes durante os truncados anos Harding, e um consenso ainda não havia sido alcançado quanto ao papel da nação na política global, quando os fuzileiros navais voltaram à Nicarágua em 1926. O debate sobre a Nicarágua não forneceria a resposta, mas do mesmo modo que o empenho dos EUA para adquirir Cuba havia se tornado o campo de batalha em relação à escravidão na década de 1850, agora a Nicarágua estava prestes a tornar-se o campo de batalha em relação ao envolvimento dos EUA em assuntos internacionais.

O debate começou a se alargar além de Washington, quando muitos cidadãos, contrariados com a invasão da Nicarágua, fizeram o que os cidadãos sempre têm feito: formaram grupos de interesse para procurar uma mudança na política dos EUA. Em meados da década de 1920, esses grupos eram tão novos que sequer tinham um nome, mas eles provavelmente teriam aprovado o título dado a grupos similares na década de 1980 nos Estados Unidos: a rede de solidariedade. Com base religiosa, emocionais e sobrecarregados com a energia da indignação, os membros desses grupos eram inflexivelmente contrários à intervenção dos EUA na América Central e no Caribe. Além disso – e este foi um importante fator de sensibilidade política da década de 1920 – eles aprovavam a Revolução Mexicana; de fato, seu interesse original nas relações EUA-América Latina surgira durante a prolongada hostilidade dos EUA em relação ao México, que eles tendiam a atribuir às maquinações de investidores dos EUA.

O grupo mais proeminente era a Comissão sobre Relações Culturais com a América Latina (*Committee on Cultural Relations with Latin America* – CCRLA), fundada por Hubert Herring, então trabalhando para a Igreja Congregacionista. Em 1926, Herring teve a idéia de levar líderes de grupos de opinião para viagens de familiarização ao México. Trinta foram na primeira viagem no fim de 1926 e início de 1927, reuniram-se com cidadãos e funcionários públicos mexicanos, incluindo o Presidente Calles, e em seguida voltaram para casa para descrever sua experiência. Um resultado imediato da viagem inicial foi uma resolução do Senado que proibia enviar tropas ao México, enquanto o Congresso não estava em sessão. Era uma resolução não obrigatória “incômoda”, mas permitia audiências pela Comissão sobre Relações Exteriores, que foram arranjadas por Herring numa época em que as comissões careciam de equipe profissional.<sup>40</sup> No fim, a CCRLA levou mais de duzentos líderes de opinião dos EUA ao México. Meio século mais

tarde, ela serviria como modelo para a organização Testemunhas para a Paz na América Central.

Jornalistas desempenharam um papel especialmente significativo nesta rede de solidariedade. Do mesmo modo que a Imprensa Marron havia contribuído para a guerra Hispano-Americana, agora um crescente quadro de escritores antiimperialistas começava a afastar os Estados Unidos da intervenção na América Central. Talvez o mais importante desses jornalistas tenha sido Carleton Beals, que usou uma entrevista com Sandino para questionar a afirmação da administração de que o líder rebelde não passava de um bandido. Seus artigos no *The Nation* eram regularmente citados no plenário do Congresso, e seu *Banana Gold* de 1932 foi uma obra-prima de partidarismo político, um violento ataque aos “apologistas que gotejam banalidades gordurosas para lubrificar os reparos de canhão de nossos exercícios de tiro na América Latina.”<sup>41</sup>

Essa pessoas ligadas à Igreja, jornalistas e cidadãos de inclinações esquerdistas complicaram ainda mais o trabalho dos funcionários dos EUA, tornando-se um incômodo público. Num dia de 1928, mais de cem pessoas que protestavam a favor de Sandino foram presas por desfilar sem permissão diante da Casa Branca, e o *New York Times* relatou que a Agência dos Correios havia impedido a Liga Americana Antimperialista de colar adesivos (“Proteste Contra o Domínio dos Fuzileiros na Nicarágua”) em cartas enviadas através do correio. Discursos no Congresso eram salpicados de referências a grupos de oposição, do Conselho de Paz da Filadélfia à Sociedade do Brooklyn para Cultura Ética, da União para a Paz das Mulheres de Nova York à Igreja Batista do Calvário em Jacksonville.<sup>42</sup> Hoje é ainda difícil identificar a extensão desta oposição pública, mas ela claramente afetou funcionários em Washington, incluindo o Secretário Kellogg, que telegrafou ao General Frank McCoy na Nicarágua: “Há muitas críticas neste país sobre a maneira como essas operações vêm se arrastando com constante sacrifício de vidas americanas e sem nenhum resultado concreto... As pessoas não compreendem por que o trabalho não pode ser concretizado, e francamente eu mesmo não entendo.”<sup>43</sup>

A equipe permanente do Departamento de Estado rejeitou todas as críticas contundentes. O chefe da divisão da América Latina, Francis White, disse a seus colegas que “muito das críticas [sobre política dos EUA] é devido a propagandistas, propagandistas profissionais.” De acordo com Stokely Morgan, a responsabilidade pelas críticas cabia em parte à instabilidade centro-americana: “a desconfiança é constantemente forjada por um segmento da opinião pública crítica e desinformada tanto sobre seu próprio país como sobre o estrangeiro.” Quando esta abordagem não parecia apropriada, como no caso de Samuel Guy Inman, cujas credenciais como um crítico informado remontavam a seu trabalho como missionário protestante no México de Porfirio Díaz, então a tendência era partir para o xingamento: Franklin Mott Gunther, do Departamento de Estado, referiu-se a Inman como “um notório agitador de gabinete do tipo bolchevique, um líder de ‘professores e pregadores.’”<sup>44</sup>

Embora a administração Coolidge mantivesse um número razoável de defensores no Congresso, os mais capazes entre eles estavam, então, em silêncio. Particularmente surpreendente foi o comportamento do Senador por Connecticut Hiram Bingham, que um ano antes havia comentado a mensagem central de um livro que publicara quando professor em Yale, *The Monroe Doctrine: An Obsolete Shibboleth*, e que endossava a Doutrina e o Corolário Roosevelt; agora ele se calara. Este silêncio deixava a defesa da administração em mãos fracas. O Senador William Bruce, um democrata de Maryland, era o mais ardoroso defensor da política da administração republicana, empregava a linguagem da “maioria silenciosa” que Spiro Agnew iria mais tarde utilizar na defesa da política de Nixon no Vietnã: “as únicas pessoas no país que não aprovam a ação de nosso Governo em relação à Nicarágua são os pacifistas e radicais extremistas.”<sup>45</sup> Embora houvesse momentos produtivos, o mais freqüente era que os debates do dia terminassem com algo como o comentário de Peter Norbeck de North Dakota: “Por que não aceitar francamente a situação e admitir que temos que depender da população branca daqueles países para qualquer estabilidade que possa ser dada ao governo e qualquer proteção que possa haver para a vida e a propriedade privada, até chegar a uma época em que a população nativa tenha alcançado a civilização?”<sup>46</sup>

Os críticos da administração respondiam com um emoção raramente vista no Congresso. À afirmação do Secretário da Marinha de que “não houve bombardeio da população civil e não houve morte de um grande número de civis,” o Senador Norris replicou que a administração Coolidge “havia usado as forças armadas dos Estados Unidos para destruir vidas humanas, queimar aldeias, bombardear mulheres e crianças inocentes.” O Senador King imediatamente fez coro, observando que “no caso daquelas pessoas pobres e indefesas na Nicarágua nós enviamos nossos exércitos e nossos aviões e lançamos bombas sobre suas pequenas aldeias e povoados, destruimos, matamos, ferimos e queimamos.”<sup>47</sup>

Tratava-se de críticas acaloradas, muitas vezes feitas a partir de uma perspectiva pessoal, e a melhor resposta que a administração poderia dar era simplesmente procurar supervisionar uma eleição honesta e retirar-se rapidamente da região, ao que o Senador Norris replicava: “Se o Presidente Coolidge quer usar o Exército, a Marinha e os fuzileiros e marujos para purificar eleições, por que ele não o faz na Filadélfia?” Os nicaragüenses “são motivados pelos mesmos princípios que nos motivam,” dizia ele. “Eles amam seus filhos. Eles amam seus lares. Podemos chamá-los de choupanas, mas é o melhor que eles têm. Nós os queimamos e destruimos, matamos seus filhos, matamos suas esposas, matamos suas mulheres, todos estavam desarmados e nenhum dos quais jamais levantara um dedo contra nós.” O Senador Dill trouxe ao plenário uma carta de um pai do Missouri que praticamente se desculpava pela morte de seu filho: “Nós, como uma nação, não temos direito moral ou legal de estarmos matando aquele povo amante da liberdade numa guerra de agressão.” Os ataques mais vociferantes estavam reservados aos “interesses do dinheiro do leste” que os populistas regularmente identificavam como causadores da maioria dos males da nação. O Senador pelo

Alabama, Thomas Heflin, criticava a maneira pela qual “nosso exército está sendo usado para cobrar as dívidas dos financistas de Wall Street,” e o Senador Dill acusava a administração de “cravar sobre o povo da Nicarágua o controle de homens de negócios americanos.”<sup>48</sup>

Palavras acaloradas não garantiam votos, e a balança do poder político pendia pesadamente contra os críticos. Desde o início, toda iniciativa de retirada da Nicarágua perdia por uma ampla margem. Mas então, no início de 1929, quando os funcionários nomeados por Coolidge estavam compreensivelmente distraídos pela necessidade de esvaziar as gavetas de suas escrivaninhas, a emenda do Senador Dill proibindo o uso de fundos da Marinha na Nicarágua foi aceita por uma margem surpreendente de oito votos.<sup>49</sup> A liderança do Senado forçou a reconsideração no dia seguinte depois de reunir as forças necessárias para reverter a decisão, mas a balança do poder político havia se tornado extremamente vacilante, e nessa época o Presidente eleito Herbert Hoover havia visitado a Nicarágua e ele, juntamente com vários outros, concordava com a necessidade de deixar a Nicarágua o mais rapidamente possível.

A administração Coolidge já estava se preparando para o término da ocupação. Logo depois que Stimson retornou aos Estados Unidos em 1927, o Secretário de Estado Kellogg enviou Harold Dodds para preparar ainda uma outra lei eleitoral e o General Frank McCoy para supervisionar a eleição subsequente. A redação da legislação de Dodds estava pronta no outono, mas como a Nicarágua já tinha uma lei eleitoral (aquela que Dodds escrevera em 1923), o Congresso nicaragüense teve que revogar o primeiro documento antes de aprovar o segundo, que, para evitar confusão, veio a ser conhecido como a Lei McCoy. Ele requeria uma junta eleitoral de três membros, com um cidadão dos EUA (McCoy) como presidente e dois membros nicaragüenses, um representando cada partido, cuja tarefa era supervisionar a eleição. Este arranjo contrariava a legislação anterior de Dodds que legava esta função ao Congresso da Nicarágua, e a legislatura, portanto, recusou-se a aceitar a nova proposta.

Sofrendo agora o ápice da insurreição de Sandino e o pior período de críticas no Congresso, o Secretário Kellogg não estava preparado para discutir as minúcias do código eleitoral nicaragüense. Num telegrama de tom impaciente, ele instruiu o Encarregado dos EUA, Dana Munro, a ter a Lei McCoy implementada, e rapidamente. Munro atribuiu demora a Emiliano Chamorro, que controlava um grande bloco de votos no Congresso, mas o enviado acrescentou que: “creio que pode ser difícil para Chamorro manter a maioria contra nossa política se mostrarmos uma atitude resolvida e exercer pressão de maneira apropriada mas efetiva. É bom lembrar que os latino-americanos mostram pouca estabilidade de caráter mesmo no erro.” Descartando os cuidados para com a legislatura nicaragüense, o Ministro dos EUA Eberhardt relatou que seus membros simplesmente queriam continuar reunidos porque isto significava pagamento adicional.<sup>50</sup>

No fim, uma eleição foi realizada, McCoy contou os votos e, em 1º de janeiro de 1929, José Maria Moncada foi empossado como Presidente da Nicará-

gua. No entanto, restava ainda um problema grave. O acordo de Tipitapa havia desmobilizado as forças armadas partidárias da Nicarágua, substituindo-as por fuzileiros navais dos EUA. Como uma força policial nicaraguense tinha que ser criada antes que os fuzileiros pudessem se retirar, o ministro do exterior nicaraguense e o Encarregado Munro negociaram um “Acordo entre os Estados Unidos e a Nicarágua estabelecendo a *Guardia Nacional de Nicaragua*.”<sup>51</sup> Assim, nos anos seguintes, os fuzileiros organizaram a força e dotaram-na de armas e treinamento, enquanto, ao mesmo tempo, continuavam a lutar contra os rebeldes de Sandino.

O desejo de Herbert Hoover de remover as forças dos EUA da Nicarágua cresceu depois que a quebra da bolsa, em outubro de 1929, sinalizou o início da Grande Depressão, mas o Presidente Moncada solicitou que os Estados Unidos supervisionassem as eleições não presidenciais de 1930 na Nicarágua. Como as forças armadas dos EUA já estavam no país, Hoover concordou.<sup>52</sup> Os opositores da administração no Congresso consentiram, mas a lua de mel (e o controle republicano sobre a Câmara dos Deputados) terminou no fim de 1931, quando o Presidente Hoover indicou que os Estados Unidos também supervisionariam a eleição presidencial de 1932 na Nicarágua. As forças de Sandino haviam perdido força e declinado com o passar dos anos, mas sua oposição nunca cessou completamente até que os Estados Unidos retirassem suas tropas, e por essa época já se tinha notícia de 135 baixas, todos fuzileiros. Oito fuzileiros também haviam morrido numa emboscada sandinista no último dia de 1930; e em 9 de abril seguinte, mais cidadãos dos EUA haviam sido mortos por um outro grupo antigovernamental, e a reação do Congresso foi proibir o uso de fundos da Marinha para supervisionar a eleição na Nicarágua de 1932. Embora Hoover arrumasse dinheiro suficiente em outras fontes para presidir metade das juntas eleitorais, a luta estava encerrada. O Secretário de Estado Henry Stimson já havia anunciado uma nova política, única na história das relações EUA-América Central: “O Departamento recomenda a todos os americanos que não se sentem seguros...que retirem-se do país, ou ao menos para as cidades costeiras onde podem ser protegidos ou evacuados em caso de necessidade. Aqueles que permanecerem o farão por seu próprio risco e não devem esperar que forças americanas sejam mandadas ao interior do país em sua ajuda.”<sup>53</sup>

Juan Sacasa venceu a eleição de 1932, e quase ao mesmo tempo o Ministro dos EUA Matthews Hanna recomendava Anastasio Somoza para substituir o comandante fuzileiro da *Guardia Nacional*. “Eu o vejo como o melhor homem no país para esta posição,” relatou ele a Washington. “Não conheço ninguém que possa trabalhar de forma tão inteligente e conscienciosa para manter o caráter não partidário da *Guardia*, ou que possa ser tão eficiente em todas as questões relacionadas com a administração e comando da Força.”<sup>54</sup> Os Estados Unidos entregaram a *Guardia Nacional* a Somoza no mesmo dia em que Sacasa era empossado – 1º de janeiro de 1933 – e no dia seguinte o último contingente de fuzileiros navais saía do país.



Seguiu-se uma disputa agitada pelo poder político. Sandino foi assassinado pela *Guardia* no início de 1934, e Sacasa assistia impotente enquanto Somoza o despia de sua autoridade. Em meados de 1936 nada restava a Sacasa senão renunciar, e após uma eleição fraudada, Anastasio Somoza assumiu a presidência. Observando o desenrolar deste processo, o novo embaixador dos EUA escreveu que “as pessoas que criaram a *G[uardia] N[acional]* não tinham compreensão adequada da psicologia do povo daqui. De outro modo, não teriam dotado a Nicarágua de um instrumento para varrer o procedimento constitucional do mapa. Alguma vez ocorreu aos eminentes estadistas que criaram a G.N. que a ambição pessoal se oculta no peito humano, *mesmo* na Nicarágua? Na minha opinião este foi um dos exemplos mais lamentáveis que demos de nossa incapacidade de entender que não deveríamos nos imiscuir nos assuntos de outros povos.”<sup>55</sup>

Esta foi uma percepção tardia, contudo. Com a era da pré-Depressão chegando ao fim, os líderes em Washington não imaginavam o que ocorreria em lugares como a Nicarágua, e permaneciam, portanto, incertos quanto a uma política apropriada a ser seguida. Eles haviam acabado com a prática de intervenção militar de longo prazo e controle econômico, quebrando a norma que havia sido estabelecida sob o Corolário Roosevelt, mas ainda não tinham a disposição de conceder liberdade completa ao povo da região do Caribe. Como uma alternativa, eles continuaram o processo desenvolvido na Nicarágua pelos diplomatas do dólar – identificar e apoiar ditadores amistosos. Como esses líderes escolhidos não poderiam contar com uma retaguarda de fuzileiros navais, eles deixaram de ser civis complacentes como Adolfo Díaz; agora eles eram líderes militares ou paramilitares. Logo a região caribenha estaria pontilhada de ditaduras de longo prazo sob a liderança de homens como Rafael Trujillo e Anastasio Somoza.

Se esta tivesse sido a única realização da geração pré-Depressão de funcionários dos EUA, o julgamento da história seria desfavorável. Ao lado desta transferência de poder a homens fortes militares, contudo, a política dos EUA na década de 1920 também apresentou um fenômeno substancialmente diverso: o desenvolvimento de um novo espírito de adaptação que levou diretamente à política de Boa Vizinhança. Os passos iniciais nessa direção ocorreram na política dos EUA em relação ao México e no desenvolvimento de uma estrutura institucional para cooperação, o Pan-Americanismo.

## notas

1 Barnett e Russell, 27 de setembro e 2 de outubro de 1919, Departamento da Marinha dos EUA, *Annual Reports of the Navy Department for the Fiscal Year 1920* (Washington, D.D.: GPO, 1921), p.306-7.

2 Russell e Barnett, 17 de outubro de 1919, *ibid.*, p.309; ver também *Memorandum Concerning the Replacing of the Present Occupation of Haiti by a Legation Guard*, 21 de março de 1919, 838.105/122, NA M610/R35.

- 3 O relatório está em Lejeune e Butler a Daniels, 12 de outubro de 1920, em *Annual Reports of the Navy Department for the Fiscal Year 1920*, p.313-315; a carta está em Butler a Thomas S. Butler, 1 de outubro de 1916, *General Smedley Darlington Butler: The Letters of a Leatherneck, 1898-1931*, Anne Cipriano Venzon, ed. (New York: Praeger, 1992), p.188; o testemunho de Butler diante da comissão McCormick, 27 de outubro de 1921, está em Congresso dos EUA, Senado, *Inquiry into Occupation and Administration of Haiti and Santo Domingo*, 67th Cong., 1st e 2d Sess., 1922, p.517.
- 4 O relatório de Daniels está em Apêndice C de *Annual Reports of the Navy Department for the Fiscal Year 1920*, p.222-320.
- 5 Cole a Knapp, 17 de maio de 1917, em *Inquiry into Occupation and Administration of Haiti and Santo Domingo*, p.1780-1783; Waller a Lejeune, 1 de julho de 1916 e 13 de outubro de 1915, John Lejeune Papers, LC.
- 6 *Annual Reports of the Navy Department for the Fiscal Year 1920*, p.318-9.
- 7 *New York Times*, 19 de agosto de 1920, p.15.
- 8 *New York Times*, 29 de agosto de 1920, p.12.
- 9 *New York Times*, 18 de setembro de 1920, p.14.
- 10 Harding a Hughes, 28 de março de 1921, 711.38/170, NA M611/R2.
- 11 Hughes a Harding, 12 de abril de 1921, 711.38/170, NA M611/R2.
- 12 Congresso dos EUA, Senado, *Inquiry into Occupation and Administration of Haiti and the Dominican Republic*, Sen. Rept. No. 794, 6th Cong., 2d Sess., 1922, p.26.
- 13 Declaração à Comissão McCormick, 27 de outubro de 1921, *Inquiry into Occupation and Administration of Haiti and Santo Domingo*, p.517; *Fourth Annual Report of the American High Commissioner at Port Au Prince, Haiti* (Washington, D.C.: GPO, 1926), p.4.
- 14 O comentário de Borah foi num discurso no Carnegie Hall, New York, 1 de maio de 1922, citando no *New York Times*, 2 de maio de 1922, p.2; o debate e a votação no Senado estão em *Congressional Record*, 19 de junho de 1922, p.8940-74.
- 15 *New York Times*, 18 de setembro de 1920, p.14, e 15 de outubro de 1920, p.2.
- 16 Nan Britton, *The President's Daughter* (New York: Elizabeth Ann Guild, 1927).
- 17 O relatório da maioria e o tratado original estão reimpressos em *Congressional Record*, 14 de maio de 1917, p. 72-75; o tratado retificado está em 42 Stat.2122; a votação está em *Congressional Record*, 20 de abril de 1921, p.487.
- 18 Hughes, *Observations on the Monroe Doctrine*, p.124-7.
- 19 Snowden a Josephus Daniels, 23 de outubro de 1920, *Annual Reports of the Navy Department for the Fiscal Year 1920*, p.342. A ordem de retirada de Wilson está em Wilson a Colby, 15 de novembro de 1920, 839.00/2478 NA M626/R23; seu anúncio formal está em "Proclamation," 23 de dezembro de 1920, anexado ao Relatório Trimestral do Governo Militar de São Domingos, 839.00/2355, NA M626/R21.
- 20 Dillingham a Loomis, 21 de agosto de 1904, Miscelânea de Cartas do Departamento de Estado, 1784-1906, NA M179/R1236; Crowder, *Memorandum for Secretary Davis*, 27 de julho de 1920, 839.00/2223, NA M626/R20; o plano revisado está em Hughes a Denby (Secretário da Marinha), 7 de junho de 1921, 839.00/2395, NA M632/R22; a recomendação de Welles está em Welles a Hughes, 11 de outubro de 1921, 839.00/2452 NA M626/R22.
- 21 *Inquiry into Occupation and Administration of Haiti and Santo Domingo*, p.1117-9.

## a remoção dos fuzileiros navais e instalação dos fantoches

- 22 Evan Young a Kellogg, 26 de outubro de 1928, 839.00/3175, NA M623/R32.
- 23 *Congressional Record*, 20 de janeiro de 1928, p.1787; Diário de Stimson, 13 de outubro de 1930, Stimson Papers, Yale University.
- 24 Henry Fletcher, *Conversation with the Nicaraguan Minister*, 7 de outubro de 1921, 813.00/1234, NA M672/R6.
- 25 *Pittsburgh Post Gazette*, 6 de dezembro de 1929, p.11; *NY Herald Tribune*, 7 de dezembro de 1929, p.11.
- 26 Colby a Jefferson, 15 de dezembro de 1920, 817.00/2745, NA M632/R18. Para as alegações de fraude, ver o extenso relatório do adido militar Jesse I. Miller, *Final Report on the 1920 Nicaraguan Elections*, 11 de novembro de 1920, 817.00/2760, NA M632/R18. A promessa de Chamorro está em Jefferson a Colby, 22 de dezembro de 1920, 817.00/2762, NA M632/R18.
- 27 Munro a Francis White, 19 de novembro de 1923, 817.00/2989; Hughes a Thurston, 29 de maio de 1924, 817.00/3078a; Hughes a Thurston, 5 de junho de 1924, 817.00/3079, todos em NA M632/R20; para os relatórios de irregularidades e intimidação, ver Thurston a Hughes, 29 de outubro de 1924, 817.00/3199, e especialmente 5 de novembro de 1924, 817.00/3222, ambos NA M632/R21.
- 28 Kellogg a Salvador Castrillo, 22 de janeiro de 1926, 817.00/3416, NA M632/R25.
- 29 Kellogg ao Secretário da Marinha, 24 de agosto de 1926, p.15 de *Memorandum: The Nicaraguan Problem*, 1 de dezembro de 1926, 817.00/4169, NA M632/R29, que inclui os complexos detalhes da restauração de Díaz.
- 30 O pedido de tropas por Díaz está em Díaz a Lawrence Dennis, 8 de dezembro de 1926, anexado em Dennis a Kellogg, 8 de dezembro de 1926, 817.00/4197, NA M632/R29; o relatório do Departamento de Estado está em *Mexican Activities in Central America*, 2 de dezembro de 1926, 817.00/4170; ver também *The Nicaragua Problem*, 1 de dezembro de 1926, 817.00/4169, ambos NA M632/R29.
- 31 *Confidential Memorandum on the Nicaraguan Situation*, sem data mas etiquetado “data aproximada janeiro, 1927,” 817.00/5854, NA M632/R41; *Memorandum for Use Before the Foreign Relations Committee*, sem data, 817.00/4852, NA M632/R33; texto datilografado de testemunho e perguntas, 12 de janeiro de 1926, 817.00/4844, NA M632/R33; *Testimony of Honorable Frank B. Kellogg, Secretary of State, Before the Committee on Foreign Relations of the Senate, January 12, 1927*, Kellogg Papers, LC. A mensagem de Coolidge está em *Congressional Record*, 10 de janeiro de 1927, p.1324-6.
- 32 *Congressional Record*, 8 e 10 de janeiro de 1927, p.1275, 1330 (Bingham) e 13 de janeiro de 1927, p.1563, 1568 (Lenroot), 8 de janeiro de 1927, p.1272 (Wheeler) e 13 de janeiro de 1927, p.1555-61 (Borah), 14 de janeiro de 1927, p.1639-1642 (LaFollette); ver também Congresso dos EUA, Senado, Comissão sobre Relações Exteriores, *Foreign Loans*, 69th Cong., 2d Sess., 1927.
- 33 Diário de Stimson, 1 de abril de 1927, Stimson Papers; ver também *Memorandum of a Conference with the President, the Secretary of State, Colonel Olds and Mr. Stimson, Thursday, April 7, 1927*, arquivado em Diário de Stimson, Stimson Papers, Yale University.
- 34 Stimson a Coolidge, 4 de maio de 1927, 817.00/4753, NA M632/R32; Diário de Stimson, 3 de maio de 1927, Stimson Papers, Yale University.
- 35 Stimson a Coolidge, 4 de maio de 1927, 817.00/4753, NA M632/R32.
- 36 Kellogg a Eberhardt, 18 de julho de 1927, 817.00/4936, NA M632/R34; para uma amostra das críticas, ver Peavey a Kellogg, 19 de julho de 1927, 817.00/4939, NA M632/R34. No início de 1928, a Marinha assegurou que os relatos originais de 300 fatalidades eram significativamente

exagerados. Congresso dos EUA, Senado, Comissão sobre Relações Exteriores, *Use of the United States Navy in Nicaragua*, 70th Cong., 1st Sess., 11 e 18 de fevereiro de 1928, p.21, 48.

37 Eberhardt a Kellogg, 20 de julho de 1927, 817.00/4940, NA M632/R34.

38 *Congressional Record*, 20 de janeiro de 1928, p.1789. Os dois homens nunca se encontraram. Em 1923, Sandino esteve no México para trabalhar nos campos petrolíferos em torno de Tampico, logo após Villa, que há muito deixara a luta revolucionária, ter sido assassinado no norte do México.

39 *Use of the United States Navy in Nicaragua*, p.26; para a visão semelhante da administração Hoover, ver Departamento de Estado dos EUA, *The United States and Nicaragua: A Survey of the Relations from 1909 to 1932* (Washington, D.C.:GPO, 1932), p.101, 103.

40 Res. Sen. 329; Congresso dos EUA, Senado, Comissão sobre Relações Exteriores, *Relations with Mexico*, 69th Cong., 2d Sess., 21 de fevereiro de 1927.

41 Carleton Beals, *Banana Gold* (Philadelphia: J.B. Lippincott, 1932), p.294.

42 *New York Times*, 1 de fevereiro de 1928, p.5 (os adesivos) e 15 de abril de 1928, p.21 (o protesto na Casa Branca); *Congressional Record*, 8 de janeiro de 1927, p.1273-4.

43 Kellogg a McCoy, 3 de março de 1928, 817.00/5444a, NA M632/R38.

44 Francis White, *Cuba, Panama and South America*, Conferências na Escola de Serviço Exterior, 13, 14, 16, 18 de maio de 1925; Dana G. Munro, conferências sem título na Escola de Serviço Exterior, 7, 8, 11 de maio de 1925; Stokely W. Morgan, *American Policy and Problems in Central America*, Conferência na Escola de Serviço Exterior, 29 de janeiro de 1926, todos no Apontamento 423, Inventário 15, RG 59, NA; Gunther a Beck, 28 de abril de 1927, 711.12/1070, NA M314/R6.

45 *Congressional Record* 2 de abril de 1928, p.1928 (Bingham) e 20 de janeiro de 1928, p.176 (Bruce).

46 *Congressional Record*, 23 de abril de 1928, p.6975.

47 *Congressional Record*, 23 de abril de 1928, p.6971-6974; a afirmação do Secretário da Marinha está em *Use of the United States Navy in Nicaragua*, p.22.

48 *Congressional Record*, 23 de abril de 1928, p.6974 (Norris); 20 de janeiro de 1928, p.1785, 1789-1790 (Dill); 5 de janeiro de 1928, p.1023-5 (Heflin).

49 A primeira votação fora de 8 a 44 votos, em 1916, numa iniciativa proposta pelo Senador Robert LaFollette, *Congressional Record*, 21 de julho de 1916, p.11350; votações posteriores foram realizadas em 23 e 25 de abril de 1928, p.6966, 7192; e 22 e 23 de fevereiro de 1929, p.4046-119.

50 Kellogg a Munro, 10 de janeiro de 1928, 818.00/524a; Munro a Kellogg, 20 de janeiro de 1928, 817.00/5294, ambos NA M632/R37; Eberhardt ao Departamento de Estado, 13 de abril de 1928, 817.00/5609, NA M632/R39.

51 O acordo está reimpresso em FRUS 1927, vol.3, p.434-9.

52 M. Cordero Reyes a Eberhardt, 12 de fevereiro de 1929, anexo a Eberhardt a Kellogg, 13 de fevereiro de 1929, 817.00/6218, NA M632/R43.

53 Stimson a Hanna, 16 de abril de 1931, 817.00 Atividades de Bandidos, 1931/31, NA M1273/R10.

54 Hanna a Francis White, 28 de outubro de 1932, 817.1051/701 1/2, NA M1273/R23.

55 Arthur Bliss Lane a Willard Beaulac, 27 de julho de 1935, Caixa 61, Pasta 1102, Arthur B. Lane Papers, Yale University.

## os fundamentos das relações respeitáveis

O que devemos fazer quando o governo malogra e as vidas dos cidadãos americanos estão em perigo? Devemos ficar de braços cruzados e vê-los assassinados na selva?

*Charles Evans Hughes, 1928*

**E**mbora a luta houvesse terminado há anos, os Estados Unidos nunca se resignaram com os resultados da revolução mexicana. Álvaro Obregón havia substituído Venustiano Carranza como presidente do México logo antes das convenções de nomeação dos EUA, e a administração Wilson que estava de partida, havia se recusado a reconhecer o novo governo porque, como explicaram os democratas em sua plataforma de campanha, o México ainda não “comunicara sua disposição de cumprir suas obrigações internacionais, especialmente com investidores estrangeiros.” Muitos democratas, incluindo o Secretário do Interior Franklin Lane, consideravam a resposta de não-reconhecimento muito fraca, escrevendo ao Secretário de Estado Lansing: “Eu gostaria, de algum modo, que você pudesse ter liberdade de agir em relação a esta questão. Sei que seria uma ação inflexível, dominante, e é isto o que esta gente precisa. Eles são crianças exercendo todos os privilégios e direitos dos adultos.”<sup>1</sup>

Procurando atingir tanto o México como os democratas, a plataforma republicana afirmou que a política da administração Wilson “havia obtido para nós as zombarias dos bandidos mexicanos, e somado insulto após insulto contra nossa honra e dignidade nacionais.” Durante a campanha, o candidato Harding criticou a “política vacilante e antiamericana que do início ao fim incluiu toda atitude possível, desde a guerra ativa até truculências nocivas” da administração, mas foi cuidadoso ao acrescentar que “nunca teremos a intenção de lhes dizer quem deverá governar ali – isto é da conta do próprio México.”<sup>2</sup>

Subjacente a esta retórica de ano eleitoral, havia uma questão de genuína importância para as relações internacionais do século XX: os direitos e responsabilidades do capital transnacional. Em sua Constituição de 1917, os mexicanos

havam solapado a norma européia ao conceder ao Estado a propriedade inalienável de “todos os minerais ou outras substâncias que em veios, camadas, massas ou leitos formam depósitos cuja natureza é diferente dos elementos componentes do solo.” Pessoas físicas poderiam comprar terra, mas não o subsolo. O Artigo 27 desafiou mais ainda as normas existentes ao especificar que apenas os cidadãos mexicanos poderiam ser donos de terras ou obter concessões para explorar o subsolo, embora para o propósito desta exigência os não mexicanos poderiam ser tratados como mexicanos se concordassem “em ser considerados como mexicanos em relação a tal propriedade e, desta maneira, não invocassem a proteção de seus próprios governos.”

Algo próximo da histeria caracterizou a resposta de Washington ao Artigo 27, em parte por ter sido adotado no mesmo ano da revolução bolchevique, e em parte porque ele privou as companhias de petróleo mais poderosas dos EUA dos depósitos subterrâneos de óleo que elas haviam comprado durante o Porfiriato. Compreensivelmente preocupados, estes investidores exigiram a ajuda do governo para recuperar o que o comitê do Senado estimou em \$505 milhões em perdas.<sup>3</sup> Mas o *lobby* agressivo daqueles que certamente mais perderiam com o Artigo 27 – a indústria de petróleo dos EUA – serviu apenas para despertar a hostilidade dos líderes progressistas republicanos e democratas, especialmente o presidente Wilson. No dia seguinte à eleição de Harding, ele instruiu o Secretário de Estado Bainbridge Colby a “não agir de acordo com nenhuma sugestão que seja de alguém ligado aos interesses de petróleo no México. Estes são interesses particularmente perigosos e certamente nos desencaminharão se seguirmos seu conselho em qualquer item.”<sup>4</sup>

A razão *principal* para a preocupação de Washington com o Artigo 27 era a crescente exigência de petróleo. Os Estados Unidos não haviam importado petróleo nenhum, até que o primeiro grande poço de petróleo mexicano de Edward Doheny começou a produzir em 1904, e, na véspera de sua revolução, o México estava produzindo apenas 3.6 milhões barris de petróleo, somente um % do total mundial. Mas em 1920 a produção do México havia alcançado 157 milhões de barris, 24% da produção mundial, 80% da qual foi exportada para os Estados Unidos, onde – e este fato é crucial para compreender a política dos EUA – havia agora um número espantoso de 9.2 milhões de carros em movimento, em comparação com 1.8 milhão em 1914. Quase todo mundo tinha, planejava ter ou sonhava com um automóvel.

Entender a importância eleitoral de milhões de carros sem gasolina era uma tarefa do Secretário de Comércio da administração Harding, Herbert Hoover. Como as melhores estimativas do início de 1920 informavam que as reservas de petróleo dos EUA estariam esgotadas em cerca de uma década, Hoover abordou o Secretário de Estado, e “o sr. Hughes apoiou uma sugestão minha de que seria prático recomendar com insistência a nossas companhias de petróleo a aquisição de territórios com existência de petróleo na América do Sul e em outros lugares, antes que as companhias européias os adquirissem por preempção. Como resul-

tado, foi convocada uma assembléia dos principais produtores de petróleo e tais foram as medidas tomadas que a maior parte das terras com petróleo disponíveis na América do Sul foram adquiridas por americanos.<sup>75</sup> Escrevendo três décadas após o fato, talvez tenha sido dado crédito demais a Hoover, pois as companhias de petróleo dos EUA já estavam adquirindo campos de petróleo na Venezuela e Colômbia, no entanto, o encorajamento do governo pode ter sido útil para acelerar o movimento das companhias em direção ao interior da América Latina. A produção de petróleo da Venezuela subiu de 121.000 barris em 1917 para mais de um milhão de barris em 1921; o investimento dos EUA em petróleo colombiano subiu de menos de \$4 milhões em 1913 para 430 milhões no início da década de 1920. Em 1928 havia 199 companhias de petróleo norte-americanas na América Latina, basicamente no México, Colômbia e Venezuela.

Procurando satisfazer a demanda crescente de matérias-primas industriais, os empreendedores dos EUA faziam investimentos similares em indústrias extrativas de outras partes na América Latina. No Chile era o cobre, com os sobrenomes de Braden e Guggenheim (as corporações gigantes posteriores Kennecott e Anaconda) operando serviços imensos no El Teniente e Chuquicamata; e o ferro, começando em 1913 quando Bethlehem Steel comprou a participação francesa em Coquimbo. De modo geral, o investimento dos EUA no Chile subiu de \$15 milhões em 1912 para mais de \$100 milhões no início da década de 1920, quase todo ele em mineração. E isto era só o começo. O que os líderes políticos norte-americanos viram no início da década de 1920 não foi tanto a quantia que já havia sido investida, mas as somas desconcertantes que os investidores dos EUA continuavam a verter no investimento estrangeiro para enfrentar a demanda doméstica crescente de petróleo e outras matérias-primas. Durante a década de 1920, os \$30 milhões na Colômbia passaram a \$124 milhões, e os \$100 milhões no Chile tornaram-se \$423 milhões.<sup>6</sup>

À medida que industriais norte-americanos passavam a adquirir matérias-primas industriais, outros empreendedores dos EUA procuravam saídas lucrativas para o capital excedente. Esta busca dirigiu-os à demanda crescente para a América Latina de novas tecnologias, basicamente utilidades públicas e, especialmente, eletricidade e serviços telefônicos. A Constituição do México particularmente preocupava os investidores nestes setores politicamente vulneráveis, porque se o México pudesse exigir uma cláusula Calvo, então outros poderiam seguir o exemplo, tirando a proteção dos investidores norte-americanos. Como o ministro James Sheffield informou ao Secretário de Estado Kellogg, “este princípio está em jogo não apenas no México, mas em outros países latino-americanos, e talvez em outros lugares, e se tornará cada vez mais importante à medida que o excedente de capital de investimento nos Estados Unidos forçar nossos cidadãos a procurar novas saídas para estes investimentos, de acordo com nosso desenvolvimento como nação credora. Do total dos investimentos norte-americanos no exterior em 1924, 44% foram feitos na América Latina. Qualquer fraqueza em nossa atitude aqui certamente se refletirá quase imediatamente em outros países estrangeiros.”<sup>77</sup>

Todo ano o potencial de prejuízo crescia, à medida que o investimento norte-americano nos serviços públicos latino-americanos subia de \$101 milhões para \$676 milhões durante a década de 1920. Para lidar com este fluxo de capital o *Federal Reserve Act* de 1913 havia aberto a porta para sucursais bancárias no exterior, e os deslocamentos da época da guerra imediatamente ajudaram os banqueiros dos EUA a assumir o encargo da maior parte do mercado latino-americano disponível e dos estabelecimentos que haviam sido dos europeus. A primeira destas sucursais – o escritório do National City Bank em Buenos Aires – abriu no final de 1914, e na época em que Warren Harding foi eleito seis anos depois, o National City Bank tinha cinquenta e seis sucursais na América Latina.

A Primeira Guerra Mundial também proporcionou novas oportunidades para os fabricantes norte-americanos de conquistar consumidores latino-americanos que haviam sido afastados de seus tradicionais fornecedores europeus. À medida que a onda de exportações norte-americanas de bens de consumo induzida pela guerra fundiu-se com o fluxo de exportação criado pela nova necessidade da América Latina de petróleo e outros produtos essenciais, os números globais tornaram-se realmente impressionantes: as exportações dos EUA para a América Latina subiram de \$540 milhões em 1916 para \$1.6 bilhão em 1920, um aumento triplo em quatro anos. A Europa recuperou apenas uma fração destes mercados.

Os participantes desta corrida do setor privado foram estimulados pelo acordo de que receberiam a proteção do governo dos EUA contra o confisco ou qualquer outra forma de tratamento prejudicial. Como indicam as plataformas republicana e democrata, durante 1920 todos consideravam este serviço um direito, e embora a oposição estivesse adquirindo as formas mais grosseiras da diplomacia do dólar, o princípio protetor subjacente continuava a receber amplo apoio. É por isso que a administração Wilson recusou-se a reconhecer o novo governo de Alvaro Obrégón em 1920 – o México primeiro tinha que negociar um tratado protegendo os investidores dos EUA da aplicação *ex post facto* do Artigo 27. O presidente Harding e o Secretário de Estado Charles Evans Hughes continuaram a política de não-reconhecimento de Wilson, e embora Hughes regularmente ressaltasse sua disposição amigável em relação ao povo mexicano, ele sempre acrescentava um aviso: “nenhum Estado está autorizado a um lugar dentro da família das nações se ele destruir os fundamentos das relações respeitáveis recorrendo ao confisco e ao repúdio.”<sup>8</sup>

Como as apostas agora estavam altas demais para permitir uma desavença prolongada, não demorou muito para que funcionários em ambos os países tomassem medidas para terminar o impasse. Do lado dos EUA, a iniciativa veio de uma parceria público-privada única entre o Departamento de Estado e banqueiros de investimentos guiados pelo sócio de J.P. Morgan, Thomas Lamont. De um modo nunca antes visto nas relações interamericanas, Lamont tornou-se um diplomata em tudo, menos no título oficial. Este status surpreendeu os funcionários dos EUA no México, e após observar a parceria por algum tempo, em 1925 o *encarregado* Arthur Schoenfeld enviou para o sucessor de Hughes, o Secretá-



rio de Estado Frank Kellogg, um cabograma confidencial sugerindo que talvez Lamont e seus amigos banqueiros estivessem adquirindo um controle grande demais sobre a política norte-americana e as finanças mexicanas. A resposta de Washington garantiu a Schoenfeld que “o Departamento anotou cuidadosamente as suas observações,” mas também declarou que “o sr, Lamont foi informado da substância de seu telegrama” e desejava dar uma resposta. Esta réplica produziu dois memorandos separados contendo a refutação detalhada de Lamont aos pontos de vista de Schoenfeld.<sup>9</sup> Embora o encarregado nunca mais despachasse uma palavra pouco gentil sobre os banqueiros, ele logo viu-se representando os Estados Unidos na Bulgária.

As negociações iniciais de Lamont com o México também revelaram um conflito de interesses que separou os banqueiros de Wall Street da indústria de petróleo dos EUA. As concessionárias de petróleo haviam, há muito tempo, ficado irrevogavelmente comprometidas com os democratas e republicanos progressistas, e, no início de 1923, elas destruíram sua credibilidade com os republicanos prevalentes quando o homem de Woodrow Wilson, o ex-senador pelo Novo México Albert B. Fall, agora servindo como Secretário de Interior de Harding, foi forçado a renunciar do gabinete. Alvo principal do escândalo de suborno de Teapot Dome, o Secretário Fall havia aceito \$409.000 (e um rebanho de gado) de Edward Doheny e Harry Sinclair, e em troca havia usado sua posição de depositário de terras federais para conceder aos dois homens contratos das reservas navais de petróleo em Elk Hills, Califórnia e Teapot Dome, Wyoming. Estas reservas estavam destinadas a abastecer a Marinha para superar uma eventual crise de segurança nacional, e, portanto, Teapot Dome cheirava não apenas a peculato, mas também a traição. Deste modo, quando os EUA e negociadores mexicanos finalmente se sentaram para discutir suas diferenças em meados de 1923, apenas algumas semanas após a renúncia de Fall, a maioria dos políticos dos EUA estavam ansiosos para se distanciar da indústria de petróleo.

Este isolamento jamais foi completo (o Secretário do Tesouro Andrew W. Mellon nunca parou de aconselhar-se com o presidente da Gulf Oil, seu irmão William), mas tirou a indústria de petróleo das negociações diretas com o México. Agindo em favor da administração Harding e seus clientes, que procuravam a criação de um ambiente político estável para que o México pudesse começar a pagar as suas dívidas, Lamont manteve discussões preliminares com o governo mexicano, e as duas nações concordaram em negociar diretamente na Cidade do México. Encontrando-se na casa do ex-ministro das finanças de Porfirio Diaz, na Avenida (agora Calle) Bucareli, em 1922 e 1923 os dois lados forjaram um acordo para criar uma comissão de reivindicações gerais e uma comissão separada para avaliar danos específicos por parte da Revolução. Então, em um trecho clássico de escamoteação diplomática, os negociadores usaram de manipulação sutil para resolver suas diferenças intratáveis relativas à interpretação do Artigo 27: os negociadores dos Estados Unidos inseriram no registro uma declaração fazendo objeções à aplicação retroativa do Artigo 27, e os negociadores do México inse-

riram um depoimento de que eles haviam lido a declaração dos EUA.<sup>10</sup> (Cinco anos depois, as minutas de uma reunião entre J. Reuben Clark e executivos da indústria de petróleo mostram Clark dizendo “que ele havia feito um estudo cuidadoso da correspondência diplomática e das medidas legais de Bucareli que, francamente, não estavam claras para ele.”)<sup>11</sup> Os Estados Unidos, então, reconheceram o governo de Obregón, e no início de 1924 o primeiro embaixador dos EUA em mais de cinco anos chegou na Cidade do México. Posteriormente naquele verão, quando os republicanos se encontraram para definir sua plataforma, relataram que “nossas dificuldades com o México cederam lugar, felizmente, a um ajuste mais amigável” Os democratas nada disseram.

Além disso, 1924 foi um ano eleitoral no México, em que Plutarco Calles substituiu Alvaro Obregón como o poder executivo principal da nação. O presidente eleito foi prontamente convidado para visitar Washington em outubro, onde recebeu uma acolhida cordial do Secretário de Estado Charles Evans Hughes, que deixava o cargo. Como outro gesto de boa vontade, a Marinha dos EUA concordou em abandonar seu posto de abastecimento de carvão da Baixa Califórnia, na Baía Pichilingue ao norte de La Paz, um lugar que havia usado desde 1861. Mas em 1925, as duas nações voltaram aos desacordos diplomáticos, quando o Secretário de Estado inexperiente e iniciante, Frank Kellogg, concluiu que o México mostrava deliberada relutância em relação a direitos de colonização e importunava os interesses norte-americanos de petróleo e mineração com sua ameaça constante de exercer seus direitos de propriedade do subsolo. Kellogg fora guiado por conselhos dos funcionários do terceiro escalão do Departamento de Estado, nenhum dos quais tinha algo bom a dizer sobre o México e América Latina em geral.

De longe, o melhor indicador deste desdém é a série de conferências que os funcionários do primeiro escalão do Departamento de Estado fizeram nos primeiros dias da Escola de Serviços Exteriores, que havia sido estabelecida em 1924 para profissionalizar a diplomacia dos EUA. As apresentações foram feitas por Francis White, o principal especialista em América Latina do Departamento, e três de seus associados: Franklin Mott Gunther, Stokely W. Morgan e Dana G. Munro.<sup>12</sup> Agora estava por volta dos trinta e cinco anos, mas White havia entrado no Departamento em 1915, dois anos depois de se graduar em Yale. Em 1920, ele recebeu seu primeiro cargo em Havana, onde permaneceu por um ano antes de mudar para a embaixada em Buenos Aires, por outro ano; então, em meados de 1922 ele foi escolhido para ser chefe da Divisão da América Latina, uma posição que manteve continuamente até 1933, com apenas um breve intervalo na Espanha. Eis aqui, então, alguém que conhecia o Serviço Exterior, que havia estado na América Latina, e que tinha uma década inteira de experiência pessoal com a política exterior dos EUA.

As conferências de White começaram com uma breve descrição do tipo de pessoas que os novatos provavelmente encontrariam. Suas notas sobre o Equador limitavam-se a três sentenças: “População de 2.000.000. Cerca de 5% branca

pura, o restante, de sangue misto ou índios puros. País muito retrógrado.” Nenhum outro conferencista mencionou o Equador. A principal mensagem de White era de que os *trainees* deveriam estar preparados para a instabilidade política, caso fossem transferidos a um país não branco na região: “A estabilidade política nestes países encontra-se mais ou menos em proporção direta com a porcentagem de habitantes brancos puros. Quanto maior a porcentagem de habitantes brancos e mais temperado o clima, mais estável será o governo.” Então White passou a discutir a corrupção que supostamente existia por toda a região, que ele também explicou como um produto da raça e do clima. “Com certas exceções, a característica geral da maioria dos governos da América Latina, especialmente aqueles nos trópicos, e com minoria de população branca pura, é de grande desonestidade entre funcionários públicos.” A seguir, White acrescentou uma terceira explicação para os problemas políticos da América Latina – sua história colonial hispânica. “Muitas das dificuldades do governo latino-americano vêm do início de sua história. Enquanto colônias espanholas eles não tinham autogoverno.” Ele concluiu, entretanto, com a observação “os latino-americanos são um povo muito fácil de lidar se conduzidos adequadamente. A força não é necessária. Eles respondem muito bem à paciência.”

Francis White estabeleceu o tom das outras conferências, e todas começavam com uma descrição geral das pessoas de cada região, antes de voltar a uma discussão dos problemas sociais da América Latina. Stokely Morgan disse aos alunos que “a vida é barata na América Central, e o assassinio, tanto de nativos quanto de estrangeiros, infelizmente é bastante comum”. Mesmo os comentários positivos eram insultos indiretos. Quando Morgan procurou compensar uma série de comentários negativos, por exemplo, ele observou que “não se deveria pensar, entretanto, que essa gente não tenha boas qualidades. Muitas pessoas são notáveis por seus altos ideais e belos sentimentos. Esse idealismo e requinte, no entanto, que com frequência são associados ao temperamento latino, são geralmente mais utópicos do que práticos.”

Os valores identificados por estas conferências estão presentes em todos os documentos do Departamento de Estado da época – como, por exemplo, em um memorando de instruções de um funcionário desconhecido do Departamento de Estado, avisando o Secretário Hughes que os líderes semibrancos que ele encontraria em sua viagem para o Brasil eram “autocentrados, amantes do poder e prazer” – “sendo quase totalmente analfabetos e de uma ignorância infantil, os negros raramente estão interessados em outra coisa que não seja seus desejos simples”.<sup>15</sup> Em nenhum lugar este tipo de comentário é tão dominante como nos arquivos que guardam os documentos sobre a América Central e México. Francis White escreveu ao Subsecretário Grew que “a mente latino-americana não opera na mesma sintonia da mente anglo-saxã. Embora os latinos sejam grandes teóricos, eles podem abandonar suas teorias de uma maneira muito despreocupada quando é de sua conveniência. Princípios constitucionais significam pouco para eles.” White também argumentou que “os latinos, como muitos deles francamen-

te admitem, são maus perdedores; não irão aceitar a derrota de boa vontade e criarão dificuldades para seus oponentes, caso percam as eleições.”<sup>14</sup> Neste mesmo teor, em 1923 Matthews Hanna da Divisão de Negócios Mexicanos informou o Secretário Hughes que “o México é e continuará a ser governado por uma raça indígena de baixa civilização, e seria um erro fundamental lidar com tal governo como se fosse o de uma raça branca altamente civilizada, ou esperar obter justiça pela mera força da lógica quando a justiça entra em conflito com aspirações nacionais.”<sup>15</sup>

Documentos privados desta época são ainda mais contundentes. Em 1925, o embaixador norte-americano no México escreveu ao presidente da Universidade de Columbia que a motivação dos líderes do México “é a cobiça, uma visão totalmente mexicana do nacionalismo e um ódio indígena, não latino, por todos os povos que não pertençam ao grupo. Há muito pouco sangue branco no gabinete – o que há é muito ralo. Calles é armênio e índio; León quase totalmente índio e toureiro amador; Saenz, o ministro das Relações Exteriores, é judeu e índio; Morones tem mais sangue branco, mas não o melhor dele; Amaro, Secretário da Defesa, um índio puro e muito cruel.” Estas definições sobre os latino-americanos foram se incorporando cada vez mais na forma de pensar dos funcionários de primeiro escalão, durante a década de 1920. O subsecretário de Estado Joseph Grew debochou em seu diário das “revoluções na América Central, o esporte nacional”, enquanto que o Secretário de Estado Stimson observou em seu diário que “isto faz a sétima revolução latino-americana, seis delas bem sucedidas, desde que esta administração tomou posse. Quando anunciei isto no Gabinete houve uma risada geral.”<sup>16</sup>

Quando combinado com o desejo de proteger os investidores dos EUA, este tipo de pensamento levou os funcionários do terceiro escalão a advertir o Secretário de Estado Kellogg que, por sua vez, fez pesadas declarações oficiais para a imprensa em meados de 1925. Observando que “uma outra revolução pode estar pendente no México” (uma referência a uma crescente inquietação acerca das relações Igreja-Estado naquele país), afirmou que a administração Coolidge “irá continuar a apoiar o governo no México apenas à medida que ele proteger as vidas norte-americanas e os direitos norte-americanos e agir de acordo com seus compromissos e obrigações internacionais. O governo do México está agora sendo testado ante o mundo.”

O presidente Calles imediatamente replicou que a declaração de imprensa era “uma ameaça à soberania do México que este não pode ignorar,”<sup>17</sup> e não muito tempo depois o governo mexicano decretou uma nova lei sobre a utilização do petróleo reiterando a essência do Artigo 27, estipulando que os donos de propriedades de petróleo que haviam iniciado a exploração antes da Constituição de 1917, poderiam requerer uma concessão de cinquenta anos para substituir seus direitos de propriedade. A lei também estipulou que o requerimento de uma concessão deveria incluir uma cláusula Calvo. Coagido pela fragilidade de sua própria coalizão de governo, a oferta de concessões do presidente Calles era , na

medida de seu alcance, uma questão que os mexicanos definiam em termos de sua soberania nacional, especialmente uma vez que o Departamento de Estado havia usado uma declaração à imprensa para levantar a questão ao nível público.

Do lado dos EUA, a administração Coolidge desconfiava cada vez mais que a administração Calles estivesse sob a influência dos bolcheviques, e se o nacionalismo mexicano e o anticomunismo dos EUA não eram uma mistura suficientemente volátil, este era o momento exato em que Juan Sacasa usava o apoio mexicano para empreender sua luta pela presidência da Nicarágua. O Congresso e grupos de solidariedade merecem a maioria dos créditos por ajudar o presidente Coolidge a ver a necessidade de uma abordagem norte-americana mais moderada. Após assistir a decadência constante das relações mexicanas e nicaraguenses por mais de um ano, os progressistas como o senador Burton Wheeler de Montana queixavam-se de enviar “os filhos dos americanos para proteger a propriedade das companhias de petróleo,”<sup>18</sup> e no final de janeiro de 1927, o Senado aprovou unanimemente uma resolução solicitando uma arbitragem das diferenças dos EUA com o México. Dentro de semanas, a administração Coolidge recuou levemente de sua postura ameaçadora. Embora o presidente defendesse sua oposição à cláusula Calvo, que tirava a proteção dos investigadores norte-americanos no México, ele indicou publicamente que “não queremos nenhuma controvérsia com o México” e assinalou sua disposição de negociar enviando Dwight Morrow ao México.<sup>19</sup>

Partidário de Coolidge desde seus dias de estudantes em Amherst, Morrow havia investido seus talentos em Wall Street, onde, com perseverança, atingira o sucesso. Durante os 13 anos que antecederam sua designação como embaixador do México, ele fora sócio do estabelecimento financeiro mais poderoso da nação, J.P.Morgan, cujo sócio sênior, Thomas Lamont, continuava em seu papel semipúblico de consultor financeiro dos governos dos EUA e do México. Morrow era um capitalista convicto, mas de uma classe à parte do típico Diplomata do Dólar. Cinco anos antes de sua designação para o México, Morrow escreveu a Enoch Crowder, que conhecera em Cuba durante uma viagem de negócios: “Obviamente, o governo de Cuba tem sido e é muito ruim. É possível que os Estados Unidos possam governar Cuba muito melhor. À medida que envelheço, entretanto, acho que me convenço mais e mais de que um bom governo não é substituído para o autogoverno. O tipo de erros que a América faria ao governar Cuba seria diferente dos erros que os próprios cubanos cometem, mas provavelmente ela causaria um novo tipo de problemas e um novo tipo de sofrimento.”<sup>20</sup> Embora estas palavras fossem incluídas em uma carta que aprovava a diplomacia opressiva de Crowder, elas, não obstante, identificam Morrow como pertencente a uma espécie diferente do gênero bancário, se comparado, por exemplo, a Roger Farnham do First National Bank, que passou sua carreira saqueando os tesouros do Caribe sob a proteção dos Fuzileiros Navais dos EUA. Não há indícios de que Morrow considerasse seu compromisso de Embaixador como algo além de uma oportunidade desafiadora de diminuir a tensão entre dois vizinhos, e há provas

substanciais de que ele sacrificou os interesses da indústria de petróleo dos EUA, interesses de alguns clientes de Morgan, para conseguir melhores relações entre os países.

Sua nomeação foi ratificada em meados de 1927, e o novo embaixador passou dois meses estudando os arquivos em Washington e descobrindo que os especialistas em América Latina do Departamento de Estado eram tão rígidos em sua oposição a um acordo que ele precisou contratar seu próprio pessoal. Chegando ao México no final de outubro, Morrow conseguiu realizar, em exatamente três semanas, o que seus predecessores haviam sido incapazes de fazer em dois anos – convencer o presidente Calles de que a anulação das seções mais ofensivas da lei de petróleo de 1925 não violaria nenhum princípio básico da Revolução Mexicana. Envolvido por grande quantidade de problemas políticos e econômicos, Calles provavelmente não precisava de muita persuasão; e sim de alguma indicação de respeito pela soberania mexicana. Quando Morrow ofereceu esta concessão de forma inequívoca, Calles rompeu o impasse e a Corte Suprema Mexicana prontamente lançou uma interpretação abrandada da lei de petróleo: o México não iria requerer uma cláusula Calvo, mas mantinha o princípio da propriedade de Estado dos depósitos do subsolo. Os donos de antes de 1917 iriam agora explorar suas “concessões”.

Uma grande quantidade de detalhes e questões subordinadas restavam a ser negociadas, mas deste momento em diante era basicamente um processo de trocas, facilitado pelo melhor esforço de relações públicas na história diplomática dos EUA, que incluiu visitas populares ao México do super-herói despretenhoso da nação, o aviador Charles Lindbergh (que posteriormente casou-se com a filha de Morrow), e do seu cidadão mais simpático, Will Rogers. No início de 1928, a administração Coolidge notificou a indústria de petróleo dos EUA de que a decisão da Corte Suprema Mexicana e as regulamentações suplementares de Calles “havam satisfeito as preocupações do governo dos EUA.”<sup>21</sup>

Os líderes da indústria de petróleo (especialmente Harry Sinclair, que não cumpriu a hierarquia e se estabeleceu cedo nos negócios) ficaram satisfeitos em manter a autoridade de bombear o petróleo do México para fora do solo e para dentro dos tanques de gasolina de seus fregueses, mas o acordo conciliador de Morrow não satisfiz a ansiedade maior da indústria. O acordo mexicano ainda demonstrava que um governo latino-americano poderia revogar os direitos de propriedade privada. Como disse o presidente da Gulf Oil, W.L. Mellon a Morrow em 11 de abril, “nossa grande preocupação não diz tanto respeito a nossos próprios direitos no México, como [ao efeito que] este acordo poderia ter em negociações que as diferentes companhias americanas de petróleo estão conduzindo na América do Sul e em outros países latino-americanos.”<sup>22</sup> Um mês mais tarde os representantes da indústria de petróleo continuaram a discutir este ponto em uma reunião de três horas com J. Reuben Clark, um membro do grupo de Dwight Morrow. As notas de um estenógrafo indicam que Clark disse aos executivos do petróleo para parar de pensar no acordo mexicano em termos simbólicos e conti-

nuar com seus negócios: “o sr. Clark, então, declarou que, em sua opinião, o governo mexicano não concederia nada mais do que já fizera; que o sentimento no México era de que o governo mexicano já havia cedido muito; e embora ele não pudesse falar pelo sr. Morrow, se estivesse na posição dele, não pediria nada mais.”<sup>23</sup> Esta se tornou a opinião do presidente Coolidge, que disse ao Congresso em sua mensagem de fim de ano que “nossas relações com o México estão muito mais satisfatórias do que em qualquer outra época desde sua revolução.”

O processo de reconciliação com o México deu-se juntamente com o desenvolvimento do pan-americanismo. Embora o conceito remontasse ao Congresso do Panamá de 1826 de Bolívar, a era moderna de uma comunidade hemisférica institucionalizada começou propriamente no final de 1881, quando o Secretário de Estado James Blaine lançou um convite aos países independentes do Hemisfério (excluindo o Haiti) para encontrar-se em Washington “como o propósito de considerar e discutir os métodos de prevenção de guerra entre as nações da América.” Os convites foram retirados depois do assassinato de Garfield mas, em meados de 1888, o Congresso autorizou novos convites. Desta vez, entretanto, o presidente Cleveland anunciou que o propósito da conferência havia passado da prevenção da guerra para a promoção do comércio.<sup>24</sup> A agenda era o melhor indicador desta mudança: na sessão de abertura em outubro de 1889, o Secretário de Estado, Blaine, anunciou que haveria um recesso de seis *semanas* de modo que os representantes pudessem fazer uma excursão de trem numa viagem de 6.000 milhas de fábrica a fábrica através do Nordeste e Centro-Oeste dos EUA.<sup>25</sup> A idéia óbvia era convencer os latino-americanos de que os fabricantes dos EUA poderiam suprir todas as suas necessidades.

Foi considerado um tanto grosseiro comercializar numa conferência diplomática, e o representante Roque Sáenz Peña, futuro presidente da Argentina, iria mais tarde queixar-se de que Blaine “queira tornar a América Latina um mercado, e os Estados soberanos, tributários.” Ele também ampliou a sua crítica, de modo a atacar a Doutrina Monroe, a qual “comanda um hemisfério em nome de outro hemisfério; dá ordens à Europa em nome de nossa América; e termina criando uma chancelaria do Novo Mundo sem a autorização do restante dos Estados, que nem pedem e nem precisam de proteção.” A “chancelaria” era o produto de uma resolução da conferência, que criou uma modesta burocracia baseada em Washington para prover “tais estatísticas comerciais e outras informações úteis que possam ser supridas por quaisquer das repúblicas americanas.”<sup>26</sup> Assim nasceu o Bureau Internacional de Repúblicas Americanas, que vagarosamente evoluiu para Organização dos Estados Americanos – a OEA de hoje.

Em seus anos iniciais, o Bureau situava-se no interior do Departamento de Estado, e, embora logo tenha se fundido à União Pan-Americana criada fazia pouco tempo, seu diretor sempre foi um cidadão dos EUA, e o Secretário de Estado dos EUA sempre presidiu o Conselho Administrativo, que determinava a escolha do momento e a agenda de futuros encontros, o segundo dos quais aconteceu na Cidade do México em 1901 a 1902 e o terceiro no Rio de Janeiro em

1906. Neste último, Elihu Root estava presente, e foi um tamanho sucesso que ele pediu fundos a Andrew Carnegie para construir um prédio permanente para a União Pan-Americana. Com quase um milhão de dólares de Carnegie e \$200.000 do governo dos EUA para comprar cinco acres de terra de frente a Elipse de Washington, o prédio da União Pan-Americana tornou-se a evidência visível da instituição interamericana emergente. Foi inaugurado em 1910, logo antes da Quarta Conferência Internacional de Estados Americanos em Buenos Aires.

Nesta época, o interesse pelo pan-americanismo havia diminuído, em parte porque a organização era o projeto pessoal de Elihu Root, que agora estava fora do cargo, mas basicamente porque a administração Taft (Philander Knox e Huntington Wilson) não podia pensar em nenhum bom motivo para manter o apoio dos EUA. A Primeira Guerra Mundial aconteceu, e passaram-se treze anos até que os representantes se reunissem em Santiago no Chile, para inaugurar a quinta conferência em 1923.

Os tempos haviam mudado de modo significativo, e com eles o humor do Hemisfério. Além da crescente presença comercial dos EUA, havia uma importante mudança não econômica: sentindo que as instituições internacionais poderiam servir de armas para os fracos, os governos latino-americanos saudaram o estabelecimento da Liga das Nações com considerável entusiasmo, e os representantes que se reuniram em Santiago, pensavam em criar uma organização regional semelhante para o Hemisfério Ocidental. Para conseguir este objetivo, a União Pan-Americana teria que deixar de ser uma organização dominada pelos EUA e passar a ser uma verdadeira instituição internacional. Uma tentativa modesta nesta direção já havia ocorrido em Buenos Aires em 1910, quando os governos latino-americanos propuseram que o Secretário de Estado dos EUA permanecesse diretor do Conselho Administrativo, mas que, em sua ausência, um diplomata latino-americano presente presidisse, em lugar do assistente do Secretário de Estado. O representante Henry White escreveu a Knox que esta mudança “não tem importância, pois obviamente quando há qualquer negócio importante, o Secretário de Estado naturalmente estará presente; ao passo que, na ausência de tal negócio, não é desvantajoso que a América Latina seja lisonjeada com a presidência.”<sup>27</sup>

Agora, 13 anos mais tarde em Santiago, a proposta da Costa Rica era ir um passo além e estipular que os membros do Conselho Administrativo (um por país) fossem nomeados pelos estados membros, eliminando a requisição de que os latino-americanos no Conselho fossem também reconhecidos pelo governo dos Estados Unidos. Endossado por 14 das 17 delegações latino-americanas, a proposta da Costa Rica era uma declaração nada sutil sobre quem deveria ser acusado pela ausência do México em Santiago; como os Estados Unidos haviam se recusado a reconhecer o governo de Obregón, o México não tinha um diplomata em Washington e, portanto, nenhum representante no Conselho Administrativo, e o México se recusou a participar de uma conferência cujas prioridades fossem estabelecidas por um Conselho no qual ele carecia de representação.



A proposta da Costa Rica deu início ao primeiro debate real na história das conferências interamericanas, e outras nações latino-americanas aproveitaram a oportunidade para expressar sua desaprovação ao domínio dos EUA. As discussões foram corteses mas significativas, e segundo o relato da delegação dos EUA “um dos representantes colombianos insinuou que a cláusula que tornou o Secretário de Estado dos Estados Unidos presidente *ex-officio* do conselho administrativo poderia também implicar em uma certa desigualdade”<sup>28</sup> Os Estados Unidos dificilmente poderiam fazer objeções à insinuação colombiana ou à proposta da Costa Rica, e a conferência chegou ao acordo de que não apenas “o Conselho Administrativo irá eleger o seu presidente e vice-presidente,” mas também que qualquer governo não reconhecido pelos Estados Unidos teria a permissão de “indicar um representante especial para o Conselho Administrativo.”

Tudo isto era um prefácio modesto para a proposta do Uruguai de retificar um tratado sobre direitos, adotado na conferência de Buenos Aires de 1910. A linguagem de 1910 não era forte o suficiente, explicou o representante do Uruguai; ele queria inserir uma afirmação do tipo Calvo de que “todo indivíduo está sujeito às leis e autoridades do Estado no qual ele reside e onde desfruta dos mesmos direitos civis que os cidadãos nacionais. Em nenhum caso ele pode alegar obter outros direitos ou exercê-los de nenhum outro modo, a não ser aquele determinado pela constituição e leis do país.” Esta proposta invocava o “Artigo 27” mexicano, obviamente, e os representantes dos EUA responderam com a alegação de que a linguagem existente no acordo de Buenos Aires de 1910 era perfeitamente adequada; quando isto fracassou, eles foram evasivos, dizendo simplesmente aos latino-americanos que “a questão não deve ser retomada.”<sup>29</sup> Isto não era possível, entretanto, em parte porque o Uruguai já a havia retomado, mas basicamente porque a Colômbia, agora inundada por firmas de petróleo dos EUA, imediatamente propôs, em uma linguagem ainda mais dura, que os estrangeiros “não podem apresentar uma reivindicação através de canais diplomáticos.”

Para evitar um confronto, a questão foi encaminhada a uma reunião da Comissão Internacional de Juristas, com a expectativa de que ela recomendasse um curso de ação na conferência interamericana seguinte. Incumbida de codificar a lei internacional para as nações do hemisfério, a Comissão Internacional de Juristas havia sido estabelecida por uma resolução da conferência da Cidade do México de 1901-1902; entretanto, foi somente em 1912 que a Comissão encontrou-se pela primeira vez no Rio, onde criou diversos comitês para preparar minutas de códigos legais sobre tópicos que variavam de imigração e nacionalidade a investimentos e reivindicações de direitos. A Comissão havia sido programada para se reunir novamente em 1914 para discutir os relatórios desses comitês, mas a guerra na Europa desviou a atenção de todos, e os comitês simplesmente desapareceram. Em Santiago, os representantes tiveram que reconstituir a organização, instruindo para que um novo encontro fosse programado. A reunião ocorreu em 1927, e a Comissão zelosamente abordou a iniciativa do Uruguai-Colômbia como parte de seu esforço geral, longamente adiado, de codificar a lei inter-

nacional. Sua recomendação estava esperando pelos representantes, quando eles chegaram em Havana para a Sexta Conferência Internacional de Estados Americanos, em janeiro de 1928.

O Secretário de Estado Charles Evans Hughes havia voltado atrás na decisão de estar presente na reunião de Santiago, enviando em seu lugar um diplomata de carreira extremamente conservador (e antigo *Rough Rider*), Henry Fletcher, e mais sete membros especialistas em diversos assuntos mas de baixa visibilidade política, incluindo Frank Kellogg, derrotado na reeleição para o Senado. Agora, cinco anos mais tarde, Kellogg era o Secretário de Estado de Calvin Coolidge, e não havia esquecido sua experiência em Santiago. Em decorrência disto, ele tomou um cuidado especial na seleção da delegação dos EUA. Esta foi dirigida pelo ex-Secretário de Estado Charles Evans Hughes, e incluía o Embaixador Dwight Morrow (que tirou uma breve licença de serviço do México), o presidente da Stanford University Ray Lyman Wilbur e, para participar das cerimônias de abertura, o presidente Calvin Coolidge.

Os Estados Unidos estavam temerosos de que os conferentes atacassem sua intervenção recente na Nicarágua, uma vez que quase todas as legações dos EUA na região relataram uma reação pública hostil após o novo ingresso dos Fuzileiros Navais naquele país, em 1926.<sup>30</sup> Rejeitando esta opinião e considerando-a mera crítica de uma minoria descontente, Stokely Morgan do Departamento de Estado fez circular um memorando indicando que “a crítica antiamericana que surgiu na América Latina desde o reconhecimento do governo Diaz, não denota qualquer mudança de sentimentos em relação aos Estados Unidos ocasionada pelos eventos na Nicarágua. Estes eventos simplesmente trouxeram à superfície o forte sentimento antiamericano existente. Grande parte do qual é encorajado pelo México, e a maior parte do qual é estimulado por elementos irresponsáveis, tais como organizações estudantis e trabalhistas, e jornalistas profissionais cujo meio de vida depende do caráter sensacional de sua escrita”. Morgan não acompanhou a delegação dos EUA a Havana, mas suas idéias estavam contidas nas instruções do Secretário Kellogg à delegação dos EUA. “Ano passado desenvolveu-se uma vigorosa propaganda antiamericana por toda a América Latina, baseada em acusações de ‘imperialismo’ e caracterizada por violenta crítica às relações existentes entre os Estados Unidos e o México, e a política americana na Nicarágua.” Kellogg avisou que “um esforço pode ser feito por alguns representantes ... para trazer à tona assuntos controversos que os Estados Unidos não iriam considerar apropriados para uma reunião desta natureza.”<sup>31</sup>

Alertados desta maneira, os representantes dos EUA estavam preparados para desviar de resoluções hostis em relação à Nicarágua ou qualquer outro tópico, mas obviamente não tiveram o cuidado de obter uma cópia adiantada do discurso de abertura do presidente Gerardo Machado, pois certamente o teriam encorajado a não iniciar com uma sentença que caracterizou o tom da conferência inteira:

Intensa é a nossa alegria e completa a nossa fé nos destinos futuros de nosso hemisfério quando, ao fitar os olhos neste salão, acrescentando brilho a esta ocasião transcendental, observamos a ilustre pessoa de Sua Excelência Calvin Coolidge, primeiro mandatário da maior de todas as democracias; chefe do grande povo a quem Cuba teve a honra de ver a seu lado em sua batalha sangrenta pela independência, a qual ela desfrutava sem limitações, conforme declarado na resolução conjunta de 20 de abril de 1898, honrosamente aplicada e inspirada pelos mesmos ideais apresentados na sempre famosa Declaração da Independência da América do Norte, o maior monumento da liberdade e o evangelho dos direitos do homem e dos países.

Neste ponto, diversos representantes começaram a procurar vasos de plantas nos quais pudessem vomitar, mas Machado logo terminou este espetáculo infeliz, apresentou Calvin Coolidge, cujo discurso inofensivo foi quase quatro vezes mais comprido.

No dia seguinte, o presidente Coolidge partiu no encouraçado que o havia trazido, mas o sentimento geral havia sido estabelecido: eram os Estados Unidos e seus adutores versus a América Latina independente que procurava obter um compromisso de não-intervenção. O México prontamente propôs diversas medidas que teriam o efeito de reorganizar a União Pan-Americana em uma instituição internacional autônoma: um Conselho Administrativo composto de um membro de cada país, e selecionado pelo método que cada país achasse melhor, um rodízio anual do presidente do Conselho nos países membros segundo a ordem alfabética, e um diretor que também seria designado anualmente em um sistema de rodízio, além da estipulação de que o diretor não deveria aceitar simultaneamente posição com o governo de qualquer país, um golpe direto em um sistema que permitia ao diretor encarregado, Leo Rowe, servir como membro da delegação dos EUA. As propostas do México eram encaminhadas a comitês para discussão e revisão, como foi o relatório da Comissão de Juristas do Rio, que incluiu uma proibição decisiva à intervenção: “nenhum Estado pode interferir nos negócios internos de outro.” Esta declaração seguiu para o Comitê de Direito Público Internacional, presidido pelo ministro das relações exteriores de El Salvador, Gustavo Guerrero, que a transferiu para um subcomitê presidido por Víctor Maúrtua do Peru, para discussão e recomendação.

O presidente do subcomitê, Maúrtua, conquistou a delegação dos EUA quando concordou em oferecer como contraproposta uma “Declaração dos Direitos e Deveres dos Estados.” Este documento havia sido produzido em Washington em 1916 pelo Instituto Americano de Direito Internacional, controlado pelos EUA, e tinha o seguinte a dizer sobre a intervenção: “Toda nação tem o direito à independência, no sentido de que tem um direito à busca da felicidade e é livre para desenvolver-se sem interferência e controle de outros Estados, contanto que ao fazê-lo ela não interfira nos direitos de outros Estados ou não os viole.” Maúrtua levou esta alternativa ao comitê geral, onde o presidente Guerrero insistiu na linguagem da Comissão de Juristas do Rio. Quando ficou evidente que esta disputa levaria a um impasse, os membros do comitê concordaram em encaminhar

a questão a um subcomitê especial, presidido por Charles Evans Hughes, cujo objetivo pessoal era passar o problema a seu sucessor, assim como os representantes dos EUA em Santiago haviam passado para ele. O relatório do comitê geral ao plenário foi uma recomendação “de que se estudasse mais este assunto e que sua consideração fosse adiada até a conferência seguinte.”

Neste ponto a questão deveria ter sido esquecida, mas na cerimônia de encerramento da conferência um representante argentino retomou-a, expressando pesar pelo adiamento da proposta de proibição de intervenção. Isto abriu a porta para afirmações suplementares, inclusive um comentário inexplicado de Hughes aprovando a declaração de pesar da Argentina. Algumas destas declarações suplementares foram bastante inflamadas, e induziam Guerrero a renunciar ao acordo do comitê. Ele levantou-se e indicou a resolução de que “nenhum Estado tem o direito de intervir nos negócios internos de outro”. Agora reconhecendo o que acontecia, e compreensivelmente perturbado pela ação de Guerrero, Hughes permanecia em silêncio enquanto uma série de oradores abanavam as brasas do ressentimento criado por décadas de intervenção dos EUA. Quando Hughes visivelmente perturbado, levantou-se e explicou o processo pelo qual o comitê de Guerrero havia chegado à decisão unânime de adiar a deliberação, e garantiu aos representantes que “não desejamos intervir nos negócios de qualquer república americana.” Mas ele continuou: “O que devemos fazer quando o governo malogra e as vidas dos cidadãos americanos estão em perigo? Devemos ficar de braços cruzados e vê-los assassinados na selva porque um governo, em circunstâncias que ele não pode controlar e pelas quais ele não pode ser responsável, não é mais capaz de oferecer uma proteção razoável?”<sup>32</sup> Argumentando que esta ação não era interventiva, mas “a interposição de um caráter temporário”, Hughes afirmou que “nenhum país deve privar-se de seu direito de proteger seus cidadãos.” Guerrero, então, retirou sua proposta.

Deste modo inconclusivo a conferência terminou, e o esforço da América Latina em extrair um compromisso de não-intervenção dos Estados Unidos teria que esperar pela política de Boa Vizinhança de Franklin Delano Roosevelt. Entretanto, o Departamento de Estado voltou aos pontos de vista de Theodore Roosevelt e Elihu Root, e tentou aplacar a América do Sul “desenvolvida” enquanto continuava a controlar a região do Caribe. Como escreveu Francis White ao Secretário Stimson em 1930, “assim que a América do Sul perceber que nossa política na América Central não é uma política sul-americana, ela deixará de importar-se com o que fazemos naquela região. É verdade, a América Central vai fazer objeções, mas creio que eles simplesmente terão que tolerar isto.”<sup>33</sup> Esta opinião foi expressa de forma particular, pois o presidente Hoover havia adotado uma abordagem diferente em relação à América Latina.

## notas

- 1 Lane para Lansing, não datado, fim de 1919, 711.12/224 1/2, NA M314/R3.
- 2 *New York Times*, 29 de agosto de 1920, p. 12, e 15 de outubro de 1920, p. 2.
- 3 Congresso e Senado dos EUA, Comitê de Relações Exteriores, *Investigation of Mexican Affairs*, Doc. Sen. Nº 285, 66th Cong., 2d Sess., 1920, p. 3399.
- 4 Wilson a Colby, 5 de novembro de 1920, 812.00/26464, NA M274/R80.
- 5 Herbert Hoover, *The Memoirs of Herbert Hoover*, 2 vols. (New York: Macmillan, 1951-1952), vol. 2, p. 69.
- 6 Mira Wilkins, *The Maturing of Multinational Enterprise: American Business Abroad from 1914 to 1970* (Cambridge: Harvard University Press, 1974), esp. p. 55-7, 138-63.
- 7 Sheffield para Kellogg, 5 de abril de 1926, 711.12/744, NA M314/R5.
- 8 "Do discurso do Secretário Hughes em Washington em 18 de maio de 1922," 711.1211/223, NA M314/R8.
- 9 Schoenfeld para Kellogg, 28 de agosto de 1925, e duas respostas, uma anônima para Schoenfeld, 16 de setembro de 1925, e a outra de Kellogg para Schoenfeld, 7 de outubro de 1925, ambas registradas imediatamente após o cabograma original de Schoenfeld, 812.51/1201, NA M274/R172.
- 10 Os tratados de reivindicações de Bucareli de setembro de 1923 (43 Stat. 1722, 1730) estão reimpressos em FRUS 1923, vol. 2, p. 555-64.
- 11 *Memorandum*, 19 de maio de 1928, 812.6363/2570 1/2, NA M274/R231.
- 12 Francis White, "Cuba, Panamá e América do Sul," Conferências à Escola de Serviço Exterior, Departamento de Estado, 13, 14, 16, 18 de maio de 1925; Dana G. Munro, conferências sem título à Escola de Serviço Exterior, Departamento de Estado, 7, 8, 11 de maio de 1925; Stokely W. Morgan, "Política Americana e Problemas na América Central," Conferência à Escola de Serviço Exterior, Departamento de Estado, 29 de janeiro de 1926; Franklin Mott Gunther, "México", Conferência à Escola de Serviço Exterior, Departamento de Estado, 23 de maio de 1925, todos, indicação 423, Inventário 15, RG 59, NA.
- 13 *Memorandum*, Divisão dos Negócios Latino Americanos, 22 de agosto de 1922, 832.00/255, NA M519/R5.
- 14 White para Grew, 7 de novembro de 1924, 711.13/65, NA M673/R1.
- 15 Hanna para Secretário do Estado, 23 de março de 1923, 711.12/541, NA M314/R4.
- 16 James Rockwell Sheffield para Nicholas Murray Butler, 17 de novembro de 1925, Sheffield Papers, Yale University; Diário de Grew, 1 de fevereiro de 1926, Documentos de Grew, Harvard University; Diário de Stimson, 2 de janeiro de 1932, Rolo 3, Stimson Papers, Yale University.
- 17 Kellogg para Schoenfeld, 12 de junho de 1925, FRUS 1925, vol. 2, p. 517-8; a resposta de Calles está em p. 518-20.
- 18 *Congressional Record*, 8 de janeiro de 1927, p. 1275.
- 19 *Discurso realizado pelo Presidente Coolidge ao Jantar da United Press Association em Nova York*, 25 de abril de 1927, FRUS 1927, vol. 3, p. 209-20.
- 20 Morrow para Crowder, 26 de maio de 1922, Dwight Morrow Papers, Amherst College, Amherst, Mass.

- 21 A posição da administração, anunciada em 17 de março de 1928, está reimpressa em Olds to Standard Oil Company de New Jersey, et al., 24 de maio de 1928, 812.6363/2558, NA M274/R231.
- 22 Mellon para Morrow, 11 de abril de 1928, 812.6363/2545 1/2, NA M274/R231.
- 23 *Memorandum*, 19 de maio de 1928, 812.6363/2570 1/2, NA M274/R231.
- 24 *Messages and Papers of the Presidents*, vol. 8, p. 784-5.
- 25 O *Apêndice de Excursão* do relatório da conferência foi publicado como um volume separado dos procedimentos: Congresso dos EUA, Senado, *International American Conference*, Senate Exec.Doc. No. 232, pt. 3, 51st Cong., 1<sup>a</sup> Sess., 1890.
- 26 Roque Sáenz, *Escritos y Discursos*, 3 vols. (Buenos Aires: Jacobo Peuser, 1914-1935), vol. 1, p. 163-164; *The International Conferences of American States, 1889-1928: A Collection of the Conventions*, James Brown Scott, ed. (New York: Oxford University Press, 1931), p. 32.
- 27 Henry White para Knox, 22 de outubro de 1910, 710.11/46, NA M1276/R1.
- 28 Departamento de Estado dos EUA, *Report of the Delegates of the United States of America to the Fifth International Conference of American States, Held at Santiago, Chile, March 25 to May 3, 1923* (Washington, D.C.: GPO, 1923), p.5.
- 29 *Ibid.*, p. 9.
- 30 Ver, por exemplo, Crowder para Kellogg, 29 de novembro de 1926, 817.00/4171, NA M632/R29; Caffery para Kellogg, 17 de novembro de 1926, 817.00/4165, NA M632/R29.
- 31 Morgan, *Situation in Nicaragua*, 24 de janeiro de 1927, 817.00/4868, NA M632/R33; Kellogg para a Delegação Americana, 5 de janeiro de 1928, FRUS 1928, vol.1, p. 534-84; citação p. 573.
- 32 Há alguma controvérsia sobre as palavras exatas de Hughes. O relatório oficial da delegação dos EUA cita Hughes dizendo “vê-los mortos”, ao passo que o biógrafo de Hughes oferece um argumento convincente de que o Secretário de Estado anterior dissera “assassinados na selva” Comparar *Report of the United States Delegates*, p. 14, e Merlo J. Pusey, *Charles Evans Hughes*, 2 vols. (Nova York: Macmillan, 1951-1952), vol. 2, p. 559-60.
- 33 White para Stimson, 15 de setembro de 1930, Francis White Papers, Herbert Hoover Library, West Branch, Iowa.

## tornando-se um bom vizinho

A política definitiva dos Estados Unidos daqui por diante é uma política oposta à intervenção armada.

*Presidente Franklin Roosevelt, 1933*

**I**mediatamente após sua eleição em 1928, Herbert Hoover organizou uma viagem de boa vontade de dois meses pela América Latina. Ele escreveria mais tarde em suas memórias que “como Secretário de Comércio desenvolvi uma crescente insatisfação com nossas políticas em relação à América Latina. Eu estava convencido de que, a menos que mostrássemos uma atitude inteiramente diversa, nunca desfaríamos as suspeitas e temores em relação ao “Colosso do Norte” nem ganharíamos o respeito daquelas nações.” E assim, em sua primeira parada em Honduras, o Presidente eleito falou sobre ser um bom vizinho o que, na época, significava parar de enviar forças armadas dos EUA para os países da América Latina. Concluindo quase três décadas de lenta mudança política, o Presidente Hoover limpou a casa, começando um mês após sua posse quando, numa clara referência à longa disputa com o México, o novo Presidente especificamente repudiou a intervenção para proteger investidores dos EUA.<sup>1</sup>

Esta mudança não ia ao cerne da questão da intervenção em outros países latino-americanos, porque conforme o Corolário Roosevelt de 1904, os Estados Unidos se concederam o direito de intervenção militar preventiva, não para implementar as reivindicações de *seus* cidadãos, mas para impedir intervenção européia. Como disse Stokely Morgan aos estagiários do Departamento de Estado em 1926, “a menos que o Governo dos Estados Unidos esteja disposto a deixar outras nações agirem da maneira que consideram necessário em apoio de seus cidadãos, ele deve assumir por si mesmo esta responsabilidade.”<sup>2</sup>

Mas agora era óbvio que as nações européias não se interessavam mais pela região do Caribe, e era difícil argumentar que o prosseguimento da ocupação pelos EUA do Haiti e da Nicarágua era necessária através de uma interpretação ainda mais expansiva da Doutrina Monroe. Virtualmente todos em Washing-

ton continuavam a concordar com a necessidade de impedir as potências européias de se expandirem em direção ao Hemisfério Ocidental – em 1923, Henry Cabot Lodge, já velho, dizia que ela era “tão vital, tão essencial agora como quando Monroe e Adams a formularam e a deram ao mundo”; mas o Senador William Borah captou melhor o centro emergente de opinião quando escreveu que “a invasão de território e o estabelecimento de governos militares não estão dentro das implicações da Doutrina Monroe.”<sup>3</sup>

O Corolário Roosevelt havia causado tanto ressentimento nos latino-americanos que ele teve que ser enterrado da mesma forma que nascera, com uma mensagem formal. Esta veio em 1928, logo depois que Hoover foi eleito, e mesmo considerando-se que ela refletia basicamente a concepção comum de que o Corolário havia se tornado contraprodutivo, a ocasião da rescisão explica-se pela necessidade de o Secretário de Estado Frank Kellogg ter que trabalhar com o antiintervencionista Borah, que por antigüidade havia herdado a presidência da Comissão do Senado sobre Relações Exteriores. Em 1928, a comissão de Borah estava a ponto de considerar a única esperança de Kellogg de entrar nos livros de história, o Pacto Kellogg-Briand declarando ilegal a guerra; e ambos temiam que seria feito um esforço para anexar uma ressalva indesejável baseada numa leitura rooseveltiana da Doutrina Monroe – de que os Estados Unidos se reservariam o direito de invadir um país latino-americano se acreditasse que uma nação européia estava prestes a fazê-lo.<sup>4</sup> Como a invasão de um país similarmente indefeso, a Bélgica, havia desencadeado a Primeira Grande Guerra, tal ressalva viciaria o pacto de Kellogg.

Por causa disto, Kellogg e Borah tinham que rescindir o Corolário Roosevelt no sentido de demonstrar que a doutrina Monroe original era uma afirmação de nada mais do que um direito de autodefesa, o que era permitido sob a cláusula de “exoneração” do Pacto Kellogg-Briand. Para este fim, Kellogg designou o Subsecretário de Estado, J. Reuben Clark, para elaborar um estudo apropriado de tudo que já fora dito sobre a Doutrina Monroe por um funcionário dos EUA. Clark passou a maior parte do trabalho para uma auxiliar, Anna O’Neill, mas contribuiu com uma extensa carta que fora anexada ao estudo que fazia precisamente o que Borah e Kellogg queriam: ela interpretava a Doutrina Monroe como uma afirmação do direito de autodefesa, e repudiava totalmente o Corolário Roosevelt. “Não se acredita que este corolário se justifique em termos da Doutrina Monroe,” escreveu Clark. Se os Estados Unidos previssem uma violação da Doutrina Monroe, qualquer “sanção preventiva seria dirigida contra a potência européia infratora, e não contra o país latino-americano que era o objeto da agressão européia, a não ser que houvesse uma conspiração entre os Estados europeu e americano envolvidos. No caso normal, o Estado latino-americano contra o qual a agressão era dirigida por uma potência européia, seria o beneficiário da Doutrina e não sua vítima.”<sup>5</sup> Um mês depois do memorando de Clark e um mês antes da aposentadoria de Kellogg, o Senado ratificou o Pacto Kellogg-Briand.



A negociação do Pacto havia ampliado imensamente a perspectiva global de Kellogg, instilando nele um senso de responsabilidade por tornar o mundo menos vulnerável à guerra e a outras formas de intimidação pela força. De fato, a interação de Kellogg com europeus e líderes como o Senador Borah teve o efeito de converter o Secretário de Estado num ativista da paz, e portanto não surpreendeu quando, poucos dias antes de deixar o posto, ele enviou o memorando Clark às legações dos EUA na América Latina “como uma declaração e um comentário oficiais sobre a Doutrina Monroe.” Consciente de seu status de fim de mandato, contudo, ele observou que o memorando não deveria ser entregue a nenhum governo até que a administração Hoover ingressante emitisse uma autorização.<sup>6</sup>

Essa autorização nunca foi dada, porque a nova administração tinha seu próprio problema com o Senado: em 1929 e 1930 o Presidente estava preocupado com que a política conciliadora em relação à América Latina pudesse ser interpretada como fraqueza numa época em que a administração estava tentando conseguir a aprovação do Senado para o igualmente conciliador Tratado Naval de Londres (envolvia relações EUA e Japão). Assim, Hoover disse ao Secretário de Estado Henry Stimson, um tradicional e ardoroso intervencionista, para manter o memorando de Clark como confidencial. Mais tarde, depois da ratificação do Tratado de Londres, Stimson e outros funcionários do Departamento de Estado argumentaram que seria imprudente publicar o memorando. Nenhum registro claro explica o que aconteceu em seguida, embora haja razão para duvidar da tentativa posterior de Hoover de levar o crédito por forçar a questão.<sup>7</sup> Tudo que sabemos ao certo é que no início de 1930, o memorando de 236 páginas foi tranquilamente publicado como um documento governamental.

Declarações formais à parte, o Presidente Hoover não estava relutante em mudar a política dos EUA na direção implicada no memorando de Clark. Em sua primeira mensagem anual ao Congresso no fim de 1929, ele quase se desculpou pelo prosseguimento da ocupação militar na Nicarágua e no Haiti. “Não queremos ser representados no estrangeiro desta maneira,” observou ele, e informou que na Nicarágua os 1.600 fuzileiros remanescentes estavam ali basicamente para fins de treinamento. “Estamos ansiosos para retirá-los assim que a situação permitir.” O Presidente Hoover observou também que “no Haiti temos cerca de 700 fuzileiros, mas é um problema muito mais difícil cuja solução é ainda obscura.”

O Haiti era um problema porque seus cidadãos eram negros. Esta circunstância implicava a ausência de solidariedade latino-americana para com aquele país – anos antes, quando os fuzileiros invadiram o Haiti pela primeira vez, Woodrow Wilson previra corretamente que “o efeito sobre a ‘América Latina’ do que fizemos ali não será, acreditamos, sério, porque, sendo negros, eles não são vistos como da fraternidade!”<sup>8</sup> Nenhuma pressão subsequente veio da América Latina. Como o encarregado dos EUA informava de Bogotá, uma semana após a mensagem de 1929 de Hoover ao Congresso, “os recentes eventos na República do Haiti e os novos relatórios referentes ao envio de mais forças armadas àquele República provocaram pouco comentário hostil aqui, em marcante contraste

com os eventos da Nicarágua de dois ou três anos atrás.<sup>9</sup> De modo semelhante, a opinião pública progressista nos EUA estava também pouco inclinada a manifestar-se contra a ocupação do Haiti. Uma década antes, o vazamento das alegações do General Barnett de matanças indiscriminadas causara sensação durante um tempo e ajudara a gerar certa oposição, mas os debates políticos domésticos significativos sobre intervenção na década de 1920 centralizavam-se sobre a Nicarágua e o México, não incluía o Haiti. Ademais, a maioria da comunidade de negócios orientada para a América Latina estava desinteressada de uma maneira ou de outra. Um grupo de pequenos investidores e o National City Bank haviam se aproveitado da constituição haitiana de 1918 que permitia propriedade estrangeira de terra, enquanto outros investigadores haviam desalojado o capital francês nos setores de utilidade pública, bancário e de transportes do Haiti, mas os investimentos dos EUA no país eram de muito pouca monta quando comparados com os em outras partes da América Latina. Com a opinião latino-americana, a opinião dos EUA e a maioria dos membros politicamente fortes da comunidade de negócios, todos desinteressados da questão do Haiti, a arena de articulação política foi, então dominada pelo Departamento de Estado, cujos funcionários tornaram impossível para a administração Hoover a retirada do Haiti.

Mas Hoover tentou. Em sua mensagem anual de 1929, ele solicitou fundos ao Congresso para designar uma comissão “para chegar a uma política mais definida do que no presente,” e quando este pedido foi seguido, quatro dias mais tarde, por relatórios de que fuzileiros navais dos EUA haviam matado dez e ferido trinta e quatro manifestantes haitianos, Hoover imediatamente mandou um segundo pedido. Disposto a cooperar, o Senador Borah disse a um repórter que “há mais de doze anos atrás nós dissolvemos a Assembléia deles pela força das armas e desde aquela época, não se tem permitido que eles, de alguma maneira substancial, tenham algo a fazer com seu Governo. Eles estão completamente desprovidos de direitos eleitorais. O Governo dos Estados Unidos deveria se envergonhar de aparecer perante o mundo neste momento, com todas nossas profissões de paz e contra o poder militar, mas mantendo o tacão militar sobre um povo indefeso.” O Congresso forneceu prontamente \$50.000 para uma comissão, e Hoover, com a mesma prontidão, nomeou seus membros, designando W. Cameron Forbes como presidente. As instruções de Hoover eram explícitas: “A questão básica que deve ser investigada é quando e como devemos sair do Haiti. A segunda questão é o que devemos fazer nesse meio tempo.”<sup>10</sup>

Os funcionários do Departamento de Estado e da Marinha que esperavam pela Comissão Forbes nas docas eram da opinião que a retirada seria um equívoco. No mesmo dia em que o Presidente Hoover mandara seu pedido de verbas ao Congresso, o Alto Comissário John Russell telegrafara ao Secretário Stimson dizendo que “a mentalidade haitiana só reconhece a força, e apelar à razão e à lógica é impensável.” O cônsul dos EUA em Cape Haitien argumentava que Washington entendera mal a opinião local – especificamente, uma petição dos haitianos para retirada imediata “parece ser uma tentativa de levar o Presidente Hoo-

ver a crer que mentes maduras do povo haitiano estão se expressando, quando na realidade é apenas a criança agindo sob influência bolchevique sem se dar conta das possíveis conseqüências de seus atos.”<sup>11</sup>

O relatório de março de 1930 da Comissão Forbes refletia essas concepções. Ele defendia uma retirada gradual dos fuzileiros no decorrer do período até a expiração do tratado de ocupação em meados de 1936. Para iniciar este processo, o Secretário Stimson enviou Dana Munro como ministro dos EUA ao Haiti, para assegurar que a saída não fosse rápida. Segundo Stimson escreveu em seu diário, Munro “achava que era vitalmente importante que não deixássemos o Haiti,” Observando que a concepção de Munro estava em “nítido contraste com o Presidente,” o Secretário escreveu em seu diário que “estou inclinado a concordar com Munro.”<sup>12</sup> Os argumentos de Stimson eram reforçados pelo encarregado dos EUA em Port-au-Prince, que relatava que “a ação dos haitianos, em comum com os latinos em geral, é principalmente dirigida pela emoção e não pela razão que, no principal, dita a ação do anglo-saxão.”<sup>13</sup>

O Secretário Stimson nunca recusou diretamente fazer o que Hoover ordenava, é claro, mas ele implementou a política do Presidente sem entusiasmo, escrevendo em seu diário que “estamos tentando dar espaço aos haitianos gradualmente, mas é claro que esta não é a maneira de lidar com negros, e temo que isso crie problemas.”<sup>14</sup> A tática específica de fazer corpo mole adotada por Stimson e Munro consistia em insistir em que os haitianos assinassem um tratado de retirada, mas deixando os EUA com a curadoria alfandegária. O pedido era aceitável para os Presidentes Haitianos Joseph Louis Borno e Stênio Vincent, mas não para a legislatura haitiana, cujos membros consideravam a curadoria uma infração à soberania da nação. Esta resposta deu a Stimson a oportunidade de que precisava para informar Hoover de que era por culpa do Haiti que os fuzileiros não podiam ser retirados. Foi preciso uma nova administração, aferrada às exigências da era Hoover de prosseguimento da curadoria alfandegária, para encerrar a ocupação militar.<sup>15</sup>

Nessa altura, a administração Hoover estava cuidando da ferida fatal infligida pela quebra das bolsas de 1929. Em novembro de 1930, um dia depois de o eleitorado reagir à situação econômica entregando a Câmara dos Deputados de volta aos democratas, Stimson dirigiu-se à Casa Branca para consolar o Presidente, e então escreveu em seu diário que “quase pateticamente ele expressou sua apreciação.” A Depressão acabara com qualquer iniciativa de política externa importante; como Stimson anotou em 1932, “o Presidente está tão absorvido com a situação doméstica que ele me disse francamente que não pode pensar muito agora em assuntos externos.”<sup>16</sup>

O breve momento de Hoover havia terminado, e é fácil esquecer o quanto ele realizou em pouco tempo. A política de Boa Vizinhaça teve diversos pais, mas talvez os mais importantes tenham sido Herbert Hoover e Elihu Root, embora Hoover tivesse feito a maior parte de sua contribuição antes de tornar-se Presidente. Enquanto serviu durante quase oito anos como Secretário do Comércio,

(1921 a 1928), ele foi responsável pelo redirecionamento da política dos EUA, afastando-a do que ela sempre fizera de mal – ocupação militar – e aproximando-a do que ela sempre fizera excepcionalmente bem – negócios. Do mesmo modo que o pan-americanismo de Root, o patrocínio de Hoover de um comércio externo de amplo alcance e iniciativas de investimento afetou profundamente a política dos EUA, porque ambos ajudaram a criar novos e mais sofisticados interesses no setor privado, e desta forma estimularam a evolução da política dos EUA para longe dos excessos ameaçadores da era Roosevelt-Taft. Hoover estava entre os primeiros a compreender as implicações políticas de um aumento dramático nas relações econômicas com a América Latina, e ele sabia que as guardas de legação haviam se tornado contraproduativas

A presidência Hoover foi menos bem sucedida. Ele entrou na Casa Branca com várias idéias para a melhoria das relações com a América Latina, mas a Repressão deixou as questões relativas à política externa em segundo plano. Sua segunda mensagem anual simplesmente trazia uma nova política de reconhecimento e seu compromisso de retirar-se do Haiti; em 1931 a região recebeu de Hoover uma única curta frase (“Nós continuamos nossa política de retirada de nossos fuzileiros do Haiti e da Nicarágua”), e, em sua mensagem final, o Presidente nada disse sobre a América Latina.

Havia poucos indícios nos antecedentes de Franklin Roosevelt de que sua administração continuaria o movimento de Hoover rumo a uma política de Boa Vizinhança. Como candidato democrata a vice-presidente em 1920, as concepções de política externa de FDR eram muito mais próximas às de seu tio Theodore do que às de Hoover, embora por volta de 1933 as diferenças fossem acentuadas. FDR, por exemplo, nunca chamara de forma pejorativa publicamente os latino-americanos de “dagos.” Os tempos haviam mudado, e, em meados da década de 1930, estava se tornando cada vez mais inadequado usar termos depreciativos raciais ou étnicos na correspondência profissional. Era então raro deparar com anti-semitismo aberto, por exemplo – as referências zombeteiras haviam parado de aparecer nos despachos diplomáticos, e o governo federal havia se tornado um guardião da correição ética. Em 1935, quando o Departamento de Estado recebeu um exemplar adiantado da biografia autorizada de Elihu Root por Philip Jessup, seus funcionários criticaram a citação direta por Jessup de uma carta de 1898 em que o Secretário de Estado John Hay escrevia reclamando que os convidados em suas recepções diplomáticas “eram na maioria dagos e encarregados.” Que a revisão do Departamento de Estado da biografia em dois volumes criticasse apenas esta indiscrição de Jessup é o melhor indicador possível de que a boa vontade para com a América Latina havia se tornado importante para os funcionários dos EUA.<sup>17</sup>

Ainda mais significativa é a política inicial da administração Roosevelt em relação a Cuba. Não se tratava de terra incógnita para os novos líderes em Washington. Como Secretário Assistente da Marinha, Roosevelt havia visitado a ilha durante um giro de inspeção no Caribe em 1917, embora suas notas sobre essa viagem enfocassem entretenimento no clube de campo, uma estranha nova bebi-

da alcóolica chamada “daiquiri” e as roupas que as pessoas usavam, sem uma palavra sobre a substância da política, mesmo após seu encontro com o presidente de Cuba.<sup>18</sup> O Secretário de Estado Cordell Hull também conhecia a ilha, mas seu conhecimento era datado; líder de uma companhia de voluntários do Tennessee durante a Guerra Hispano-Americana, Hull havia passado cinco meses em Santa Clara, chegando no fim de 1898, quando a guerra já havia acabado. Por outro lado, o principal latino-americanista de FDR, o Secretário Assistente Sumner Welles, havia estado em atividade no Caribe por anos, e mantinha laços estreitos com o General Enoch Crowder, o procônsul e embaixador dos EUA em Havana durante a década de 1920. Durante aquela década, Welles parece ter adotado a visão comum do Departamento de Estado sobre a América Latina. Após uma viagem à Cuba em 1921, por exemplo, ele disse a Crowder que o embaixador cubano em Washington, nascido nos EUA, Carlos Manuel de Céspedes, era o melhor candidato à presidência cubana devido à sua “receptividade a sugestões ou conselhos que poderiam ser feitos a ele pela Legação Americana.”<sup>19</sup>

Embora os cubanos nunca tenham lido o memorando de Welles, ele não os teria surpreendido, pois eles estavam acostumados à interferência dos EUA. Ao fim da intervenção Magoon em 1909, seguiu-se o governo liberal de José Miguel Gómez e um período de relativa autonomia, com os fuzileiros navais dos EUA retornando, apenas brevemente em meados de 1912, para sufocar uma disputa trabalhista em Oriente. Gómez passara o governo para o conservador Mario García Menocal após a vitória eleitoral deste em 1912, e o complacente Menocal rapidamente tornou-se um dos favoritos de Washington. Sua reeleição fraudulenta em 1916 desencadeou a Revolução de Fevereiro de 1917 e uma outra intervenção dos EUA sob a Emenda Platt.

A Revolução de Fevereiro não poderia ter ocorrido num pior momento para os responsáveis pela política externa dos EUA – pouco antes a Alemanha havia retomado a guerra submarina irrestrita e a Inglaterra informara Washington sobre o telegrama Zimmermann. Sensível à guerra, Washington simplesmente não toleraria instabilidade em Cuba, especialmente quando esta ameaçava também interesses econômicos dos EUA. Com a instabilidade em seu ápice, John Foster Dulles, um jovem procurador de Nova York representando “companhias que possuíam um número muito grande de plantações de açúcar na Ilha de Cuba,” escreveu para agradecer a seu tio, o Secretário de Estado Lansing, por um encontro ocorrido naquele dia. Ele queria também salientar que “seria muito desejável que um navio dos EUA aparecesse, ainda que por pouco tempo, no porto de Manati” na costa nordeste de Cuba.<sup>20</sup> Duas companhias de fuzileiros navais dos EUA foram enviados às províncias de Camagüey e Oriente (incluindo o porto de Manati), para proteger os interesses açucareiros dos EUA e liberar as tropas cubanas que Menocal precisava para suprimir a rebelião liberal. Uma companhia de 350 soldados dos EUA permaneceu em Camagüey por cinco anos.

Não demorou muito para que a ameaça alemã no Caribe passasse e a revolta liberal fosse sufocada, enquanto relatórios sobre a corrupção de Menocal

continuavam a chegar a Washington. A reação do Departamento de Estado foi instruir o embaixador dos EUA em Havana para pressionar Menocal no sentido de convidar o General Crowder para revisar o código eleitoral cubano.<sup>21</sup> Ao mesmo tempo, os Estados Unidos trocaram os enviados, mandando à Cuba um dos democratas meritórios de Bryan, Boaz Long, que recentemente escrevera ao Secretário de Estado Lansing que “a extensão de nossas influências sobre esses povos menos favorecidos, com a idéia de educá-los e regular e melhorar seu desenvolvimento agrícola e comercial, e torná-los bons cidadãos para uma democracia, envolve uma tarefa colossal, mas que não é indigna de uma política americana esclarecida.”<sup>22</sup> Quanto a Crowder, o experiente enviado militar (ele havia sido o conselheiro legal dos EUA em Cuba durante a era Magoon) concluíra que os cubanos precisavam de supervisão estrita em várias áreas; concordando com isso, no fim de 1920, a administração Wilson em fim de mandato, invocou novamente a emenda Platt, nomeando Crowder o “Representante Pessoal do Presidente para missão especial” em Cuba, e disse ao governo cubano que seriam enviadas tropas, a menos que “o Presidente Menocal assuma uma atitude receptiva em relação aos conselhos e recomendações justas que o Presidente havia instruído ao General Crowder a lhe apresentar.”<sup>23</sup> Dois dias mais tarde, Crowder zarpu para o porto de Havana a bordo do navio de guerra *Minnesota*, que serviu como sua casa e seu escritório no decorrer do ano seguinte.

Após consultas com a nova administração Harding, em 1922 Crowder começou a escrever vários memorandos orientando o novo governo de Alfred Zayas na reforma da sociedade cubana. O Memorando 8, por exemplo, exigia “a imediata remoção do posto de todo funcionário que...” e citava sete diferentes categorias de comportamento identificadas por Crowder como indicativas de “Suborno, Corrupção e Imoralidade na Administração Pública.” O Memorando 10 exigia “uma reforma imediata da Loteria, que é a fonte de suborno generalizado,” e para tornar as coisas mais fáceis para o governo cubano, Crowder anexava um decreto redigido.<sup>24</sup> Decisivamente um tecnocrata político, Crowder não tinha interesse em ajudar os negócios dos EUA em Cuba, e criticava especialmente o magnata do açúcar Edwin Atkins: “Para ele o grupo de usinas de açúcar do grupo Atkins constitui Cuba. Ele não liga para o futuro de três milhões de pessoas. É um dos mais egoístas homens de negócios que vi até hoje.”<sup>25</sup> Crowder passou, então, a construir sua reputação, tanto superestimando o problema (uma “tarefa muito difícil reconstruir, ou melhor, construir uma nova vida institucional para este país”) como exagerando suas realizações: “Creio que você ficará contente com o progresso feito e com a nova consciência Nacional que está despertando” em Cuba, escreveu ele a seu superior.<sup>26</sup> De sua parte, o Presidente Zayas seguiu com o Programa de Moralização” de Crowder, mas só até receber um empréstimo de que seu governo precisava. Então voltou às políticas anteriores. Este comportamento contrariou imensamente os funcionários em Washington, incluindo o Secretário de Estado Hughes, que aproveitou uma reunião com o ministro do exterior cubano para lembrá-lo de

que “o empréstimo de \$50 milhões foi posto em termos da clara compreensão de que deve haver um programa de moralização.”<sup>27</sup>

A despeito deste deslize, no geral a missão de oito anos de Crowder foi considerada um sucesso por funcionários em Washington. No debate de 1928 no Senado sobre a turbulenta Nicarágua, por exemplo, o Senador William Bruce pediu a seus colegas para “pensar em nossa intervenção em Cuba. Esta é absolutamente uma das melhores coisas na história humana.”<sup>28</sup> Uma das principais realizações de Crowder foi a eleição em 1924, na qual venceu um favorito dos EUA, o General Machado, como sucessor de Zayas. Machado fora quem apresentara o Presidente Coolidge na Conferência de Havana de 1928, e era compreensível por que ninguém no Departamento de Estado queria que ele se aposentasse quando seu mandato expirasse. Embora reconhecendo que Machado “não pode ser candidato em 1928 para suceder a si mesmo sem violar a Constituição,” o Embaixador Noble Judah argumentava que “pareceria uma política imprudente reivindicar a autoridade para interpretar a Constituição cubana,” e aconselhava a Washington que “se não levantamos estas questões constitucionais, ninguém o fará.”<sup>29</sup>

Depois da eleição fraudulenta de 1928, o Embaixador Judah informou que “tenho obtido a mais completa cooperação de Machado em tudo que solicito, e é certamente sua política, não apenas expressa em palavras mas em atos, trabalhar tão próximo de nosso governo quanto possível.” O Secretário de Estado Stimson confidenciou ao Senador Borah que o governo Machado “não é o governo de que deveríamos cuidar na América, mas ele parece estar em pleno controle de Cuba; é popular no Exército, e isto é o que conta nos países latino-americanos.”<sup>30</sup> Esta era a política de Cuba que Franklin Roosevelt herdara.

O início da Grande Depressão já havia enfraquecido severamente o poder de Machado, e em 1931, o Embaixador Harry Guggenheim alertou que “Machado acabará tendo que sair.” Permanecendo à margem mas preparando-se para a ação, os novos latino-americanistas de FDR concordavam. “Há indicações de que a situação cubana está piorando e que num futuro próximo o Departamento de Estado pode ser envolvido,” escreveu um membro da equipe de transição de FDR, Laurence Duggan. Qualquer envolvimento desse tipo teria que ser implementado sem o uso de militares dos EUA, porque a forma de pensar de Sumner Welles, o principal latino-americanista de FDR, havia evoluído com o tempo. No início de 1933 ele mandou ao Presidente eleito três páginas de texto sobre a América Latina para seu discurso de posse, e sugeriu uma proibição do “envio de forças armadas dos Estados Unidos para qualquer solo estrangeiro.”<sup>31</sup> Este compromisso com a não-intervenção militar tornou-se a característica definidora da política de Boa Vizinhança de FDR.

Temendo a instabilidade crescente em Cuba, o recém-empossado Presidente adiou a já anunciada designação de Sumner Welles como Secretário Assistente de Estado e, ao invés disso, enviou-o a Havana como o novo embaixador. Uma semana após sua chegada em maio de 1933, Welles telefonou ao Secretário de Estado Hull dizendo que “a situação é muito precária, muito mais do que eu

esperava.” Ele se pôs imediatamente a trabalhar, e por volta de meados de julho pôde relatar algum progresso, embora grupos de estudantes – um termo coletivo para a oposição mais veemente a Machado – “não tenham expressado sua aprovação quanto ao que estamos tentando fazer.”<sup>32</sup> Mais tarde, em julho, uma greve de motoristas de ônibus transformou-se em violentos confrontos com o exército de Machado, e Welles informou que “se se permitir que as atuais condições prosigam por muito tempo, estou certo que um estado de completa anarquia será o resultado.” No dia seguinte ele acrescentou que “não há absolutamente esperança alguma de um retorno às condições normais em Cuba, enquanto o Presidente Machado permanecer no cargo,” e recomendou a retirada do reconhecimento.<sup>33</sup> Com o encorajamento de Welles, que pode ou não ter tido peso nos acontecimentos, o exército cubano forçou, então, a queda de Machado e o velho amigo de Welles, Carlos Manuel de Céspedes, foi nomeado chefe interino do executivo.

O problema deste arranjo, como o General Crowder relatara uma década antes, era que Céspedes “com sua transparente fraqueza de caráter, é irrelevante em qualquer espécie de crise política.”<sup>34</sup> Percebendo sua debilidade no início de setembro, oficiais não comissionados do exército, liderados pelo Sargento Fulgencio Batista, depuseram o favorito de Welles, substituindo-o por um governo liderado por Ramón Grau San Martín. O embaixador indignado imediatamente relatou que o governo de Grau era “composto pelos radicais mais extremados de Cuba,” e mais tarde naquele dia, ele descartou seu compromisso com a não-intervenção, requerendo “um desembarque temporário de possivelmente mil homens até que um novo governo possa ser restaurado.” Depois de dois dias ele repetiu sua requisição de uma “intervenção estritamente limitada,” que segundo ele exigiria “o desembarque de uma força considerável em Havana e forças menores em alguns dos portos mais importantes da República.” Percebendo que uma leitura literal do texto poderia interpretar isto como uma proposta de intervenção militar, Welles argumentou que as tropas dos EUA seriam apenas “uma força armada emprestada pelos Estados Unidos numa função de policiamento” e, portanto, “isto seria levado a cabo dentro dos limites da política de ‘Boa Vizinhança.’” Welles prometia que a ação política em Cuba seria mínima. No dia seguinte Welles novamente exortou Washington a enviar tropas rapidamente, porque o pessoal militar “que está em contato íntimo com líderes comunistas em Havana pode recorrer a medidas desesperadas se ficar suficientemente bêbado.”<sup>35</sup>

Todos esses relatórios foram enviados ao Secretário de Estado Cordell Hull, que, como Adolph Berle, do Departamento de Estado, observou uma vez, “é lento para chegar a uma conclusão, às vezes, me parece, em situações que exigem uma ação rápida. Mas seu julgamento é bem melhor que o de Sumner. Sumner, por outro lado, pode se mover como um tiro em todas as situações.” Correspondo a esta caracterização, Hull adiou a resposta até que pudesse consultar-se com outros, inclusive com o embaixador dos EUA no México, Josephus Daniels, a quem Hull desprezaria posteriormente como “um pouco radical às vezes para mim.” Mas os dois eram amigos, e após servir por oito anos como Secretá-



rio da Marinha de Woodrow Wilson, Daniels sabia mais sobre as relações EUA-Caribe do que a maioria dos outros funcionários da administração. Ele alertou Hull para ser cético quanto à perseguição a comunistas: “Em nosso próprio país e em outros lugares, as pessoas atribuem aos comunistas todas as atividades malignas. Creio que é assim em Cuba, e se eu fosse você eu veria com muitas restrições a tentativa de pôr nas costas dos poucos comunistas tudo que dá errado.”<sup>36</sup>

Hull consultou também governos latino-americanos, e o próprio Presidente encontrou-se com os enviados do México, Argentina, Brasil e Chile. Pensando, talvez, que estava lidando com Theodore Roosevelt e não com Franklin Delano Roosevelt, o Generalíssimo Rafael Trujillo ofereceu os campos de aviação da República Dominicana para uma invasão dos EUA. O governo da Argentina enviou uma nota elegantemente redigida indicando sua crença de que “nenhum Estado chega à maturidade da democracia e à plenitude do destino sem experimentar, como um acompanhamento necessário, o trabalho de difíceis conflitos. A capacidade de manter a ordem e de assegurar o reino da lei emerge por si mesmo como um fruto desta experiência dentro do exercício da soberania, que deve ser caracterizada por absoluta autonomia interna e completa independência externa.”<sup>37</sup>

Trujillo podia ser desconsiderado, mas ignorar a Argentina era uma questão inteiramente diversa. Influente na América do Sul e uma força importante por trás da próxima conferência interamericana em Montevidéu, da qual Hull planejava participar, a Argentina era um país que os Estados Unidos não podiam se dar ao luxo de ofender, se desejavam desenvolver sua política de Boa Vizinhança. O México também era importante, e o Embaixador Daniels alertou claramente que “se intervirmos, isto destruirá a conferência de Montevidéu.” Daniels, em seguida a esta conversa, enviou um telegrama avisando que no México “o sentimento contra a intervenção pelos Estados Unidos é arraigado e unânime.” Vários dias depois, o México entregou uma nota ao Departamento de Estado revelando a esperança de que os Estados Unidos removessem logo seus navios das águas cubanas. Louvando a política inicial de FDR em relação à região, o governo mexicano acrescentava que “não queremos ver este bom sentimento esmaecendo agora, na medida em que estamos todos interessados em ver algo feito em Montevidéu em dezembro próximo.”<sup>38</sup>

Para complicar ainda mais as coisas, nesse preciso momento, Hull estava profundamente preocupado com a eventualidade do México tentar uma moratória da dívida em Montevidéu. Se ela fosse apresentada como uma resolução, todos os governos latino-americanos devastados pela Depressão iriam apoiá-la, e os Estados Unidos, sede dos bancos que haviam feito a maioria dos empréstimos, seriam obrigados a ficar isolados na oposição – seria um verdadeiro fiasco diplomático vindo logo em seguida ao embaraço do novo Secretário de Estado, na Conferência Econômica de Londres. Observando que a proposta do México “está me causando certa ansiedade,” Hull deu um jeito para que o Presidente Roosevelt falasse numa conferência de imprensa que “aos Estados Unidos não é devido nenhum

dinheiro por nenhuma das repúblicas sul-americanas e esta é, portanto, uma questão entre estas repúblicas e alguns dos debenturistas.” Esta declaração tem sido frequentemente tomada como um exemplo da política não-intervencionista de FDR, quando de fato não se tratava disto. Esta foi a maneira que Hull encontrou para evitar a iniciativa mexicana de declarar moratória, afirmando que a dívida privada não era uma questão para governos discutirem em Montevidéu. Os delegados dos EUA foram instruídos para que se a questão da dívida fosse levantada, eles deveriam “se empenhar para que nenhuma medida seja tomada pela Conferência... Vocês devem dissociar-se completamente de qualquer ação tal como a proposta do México pedindo uma moratória geral sobre o serviço da dívida externa.”<sup>39</sup>

Embora passamos nunca vir a ter certeza, o temor de um desastre diplomático em Montevidéu parece explicar por que o pedido de Welles de tropas não teve sucesso. Citando o Presidente, Hull informou a Welles que um governo cubano empossado em seguida a uma intervenção dos EUA “seria visto pelo mundo todo, e especialmente através da América Latina, como criação e criatura do Governo Americano”; a intervenção, prosseguia Hull, “teria efeitos desastrosos.”<sup>40</sup>

Sem disposição de conceder, Welles apelou para sua amizade de família (ele havia sido padrinho no casamento de FDR) para defender a intervenção diretamente junto ao Presidente em Warm Springs. Roosevelt recusou-se firmemente a intervir com tropas dos EUA, mas Welles convenceu o Presidente a agir, exceto invadir a Ilha. FDR recusou publicamente o reconhecimento do governo de Grau, cercou a ilha com navios de guerra e em seguida enviou Welles de volta a Havana para solapar o governo cubano.<sup>41</sup> Em dezembro, Welles assumiu seu posto como Secretário Assistente de Estado, mas antes de passar a embaixada para Jefferson Caffery, ele redigiu um relatório final indicando que as alternativas eram ou um governo dominado por Batista ou “um governo ditatorial composto somente por elementos de extrema-esquerda.” Grau conseguiu manter-se no poder até meados de janeiro. Avisado sobre o golpe iminente de Batista com dois dias de antecedência, Caffery alertou Washington para estar pronto para reconhecer o novo governo imediatamente. “Se isto não for feito, Batista provavelmente passará definitivamente para a esquerda.”<sup>42</sup>

Uma década mais tarde, quando FDR deu as boas-vindas a um reabilitado Grau San Martín em Washington, ele observou que “o Presidente eleito é amplamente responsável pela política de Boa Vizinhança” porque ele forçara a decisão de 1933 de não enviar tropas dos EUA para Cuba.<sup>43</sup> A explicação é que o termo “não-intervenção” era definido estritamente para identificar apenas uma invasão militar, o resultado em Cuba fora considerado uma importante vitória para a política de não-intervenção da nova administração. Ciente agora dos firmes limites de Roosevelt, Welles não mais recomendaria o envio de forças armadas à América Latina, e foi apenas em 1965, 22 anos depois de a homofóbica Washington forçar a renúncia de Welles para evitar um escândalo, e vinte anos depois da morte de FDR, que uma intervenção militar dos EUA ocorreu mais uma vez na América Latina.

O desejo de não prejudicar a conferência de Montevideu pode ter sido a razão principal pela qual a administração Roosevelt não enviou tropas para restaurar a ordem em Cuba, mas subjacentes a esta meta havia diversas razões adicionais. Uma era a crença de que a força não era necessária; pressão econômica e diplomática contínua, associada à presença de canhoneiras ameaçadoras, solariam o governo Grau, forçando-o a ceder para uma liderança amistosa. Uma outra era a influência de funcionários como Josephus Daniels, que compreendia a profundidade do ressentimento dos latino-americanos em relação à intervenção dos EUA e moveu uma efetiva campanha burocrática para questionar o pensamento de homens como Sumner Welles. Uma terceira era a Depressão, talvez o evento de política doméstica mais importante do século XX, que contribuiu para uma escala de prioridades dos EUA que diferia substancialmente daquela da década de 1920. De modo específico, praticamente, todos em Washington concordavam com a necessidade de encerrar a dramática contração do comércio dos EUA. A diminuição do comércio havia exacerbado os efeitos econômicos de uma queda cíclica doméstica, empurrando uma simples recessão para a Grande Depressão, e a resposta da administração Roosevelt foi estimular as exportações dos EUA, negociando tratados de reduções recíprocas de tarifas com seus parceiros comerciais.

Para iniciar este processo, no fim de 1933, o Secretário de Estado Cordell Hull, o arquiteto da política comercial da administração, rumou para Montevideu, para a Sétima Conferência Internacional de Estados Americanos. Desta vez Leo Rowe compareceu como representante da União Pan – Americana, e os Estados Unidos deram o passo ousado de substituí-lo em sua delegação por uma mulher, Sophonisba Breckinridge, da Universidade de Chicago, a primeira de seu gênero a representar os Estados Unidos numa conferência internacional de alto nível. Seu colega de delegação, Spruille Braden, achou-a “completamente perdida durante a conferência,” embora ele tivesse que admitir que ela conseguiu não causar danos, talvez por “pertencer a uma ala de comportamento mais moderado” do movimento feminista.<sup>44</sup> O Paraguai e o Uruguai também enviaram delegadas, e todas as três nações parecem ter sobrevivido incólumes.

A intervenção era ainda a questão principal. A agenda da conferência incluía uma proposta que misturava a linguagem de não-intervenção de 1927, preparada no encontro, da Comissão Internacional de Juristas no Rio, numa mais ampla Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados, que havia sido preparada pelo Instituto Americano de Direito Internacional. O Artigo 8 da Convenção revisada era uma proibição direta: “Nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro.” As instruções do Secretário Hull aos delegados dos EUA indicavam que o Artigo 8 era “inaceitável por este Governo. Há diversas situações que justificam que um Estado intervenha nos assuntos de um outro Estado...É evidente que não foram dadas considerações adequadas ao Direito Internacional existente e às relações práticas, enquanto distintas das teóricas, entre Estados.”

Estas instruções logo tiveram que ser modificadas, pois, quando Hull chegou a Montevideú, descobriu que “a demanda por votação afirmativa unânime era vociferante e mais ou menos irrefletida e irrazoável.”<sup>45</sup> Restava aos Estados Unidos pouca escolha: arruinar a conferência ou ajustar sua posição de “inaceitável” para “aceitável com uma reserva.” Escolhendo a segunda opção, Hull disse aos participantes que “nenhum governo precisa temer qualquer intervenção da parte dos Estados Unidos sob a Administração Roosevelt,” mas acrescentou, então, a reserva de que os Estados Unidos continuariam a adotar “o direito das nações como geralmente reconhecido e aceito,” que era compreendido como permitindo intervenção para proteger as vidas e propriedades de cidadãos.<sup>46</sup> Isto era simplesmente uma maneira polida de reiterar a justificativa para intervenção que Charles Evans Hughes havia dado na última conferência interamericana em Havana – sua agora famosa pergunta: “Devemos ficar parados e vê-los chacinados nas selvas?”

A reação latino-americana foi de silêncio, em parte porque o palavreado de Hull fora intencionalmente ambíguo, e em parte porque esses eram tempos difíceis, e os governos da região estavam lutando pela sobrevivência em função da profundidade da Grande Depressão. Ao invés de começar um confronto com a nova administração dos EUA, cujas políticas comerciais teriam um importante impacto sobre a recuperação da América Latina, os diplomatas em Montevideú recuaram em silêncio diante das palavras de Hull. Os delegados dos EUA dificilmente podiam deixar de perceber a gélida recepção neste primeiro teste hemisférico da política de Boa Vizinhança, e ao deixarem Montevideú, eles reconheceram a necessidade de ir um pouco adiante para acomodar a opinião latino-americana. Num importante discurso dois dias depois do encerramento da conferência, o Presidente Roosevelt inseriu uma frase destinada a reassegurar a não-intervenção aos latino-americanos – “a política definitiva dos Estados Unidos daqui por diante é uma política oposta à intervenção armada”<sup>47</sup> – e um mês depois ele reiterou esta garantia em sua mensagem sobre o Estado da União.

Não muito depois disto, o Congresso passou a Lei de Acordo Comercial Recíproco de 1934, que concedia ao ramo executivo o poder de diminuir tarifas até 50 % em troca de concessões similares por parte dos parceiros comerciais da nação. Imediatamente os Estados Unidos e Cuba assinaram o primeiro acordo de comércio recíproco, diminuindo a tarifa dos EUA sobre o açúcar cubano em 40 % e proporcionando reduções igualmente vantajosas no tabaco e outros produtos da agricultura tropical; em troca, Cuba reduzia substancialmente a proteção que prestava a suas indústrias incipientes, e o resultado foi a vinculação da recente economia cubana à dos Estados Unidos. Acordos semelhantes foram negociados com outros países na região e o comércio dos EUA com a América Latina cresceu significativamente, triplicando em dólares entre 1934 e 1941, época em que a guerra na Europa havia mais uma vez privado os consumidores latino-americanos de fontes concorrentes de suprimentos. Quando a reciprocidade comercial foi combinada a outras iniciativas do *New Deal*, especialmente à criação em 1934 do Banco de Exportação-Importação, o nítido resultado econômico dos anos

da Depressão e da devastação europeia que se seguiu foi aumentar ainda mais o papel dominante dos EUA nos mercados latino-americanos.

Ao mesmo tempo, a administração Roosevelt também amarrava as pontas soltas da política intervencionista que haviam se desenrolado por mais de uma década. Em 1934, os Estados Unidos chegaram a um acordo com Cuba para revogar a Emenda Platt, substituindo-a por um novo tratado que dava aos Estados Unidos o direito de reter indefinidamente sua base naval em Guantánamo. Em 1936, um novo acordo foi assinado com o Panamá para remover algumas das estipulações mais ofensivas do Tratado Hay-Bunau-Varilla, e mais tarde naquele mesmo ano o tratado de intervenção no Haiti expirou. Em 1937, os Estados Unidos e o México concordaram em revogar o Artigo 8 do Tratado Gadsden, que havia dado aos Estados Unidos o direito nunca exercido de enviar tropas através de Tehuantepec.<sup>48</sup>

Enquanto essas mudanças estavam ocorrendo, preocupações sobre a segurança nacional começaram a exercer uma influência crescente sobre a política dos Estados Unidos em relação à América Latina. Hitler solidificara seu poder nas eleições alemãs no dia seguinte à posse de Roosevelt, e os enviados europeus de FDR imediatamente soaram os primeiros alarmes. A carnificina logo começaria novamente, e do mesmo modo que a Grande Depressão havia encerrado os esforços de Herbert Hoover para melhorar as relações com a América Latina, uma guerra estava prestes a modificar a política de FDR. O primeiro alarme de guerra ocorreu em 1938, quando o governo mexicano de Lázaro Cárdenas encerrou uma prolongada disputa trabalhista nacionalizando os títulos e ações de diversas companhias petrolíferas estrangeiras; Bernard Baruch escreveu, então, ao Presidente Roosevelt que o ato “havia sido fomentado pelos representantes do Japão, Itália e Alemanha, particularmente desta última.”<sup>49</sup> Embora a ocasião da ação do México fosse a pior possível – uma semana após o *anschluss* germano-austriaco – nem Baruch, nem ninguém mais, foi capaz de apresentar provas para reforçar a afirmação de envolvimento fascista, talvez afortunadamente, pois ninguém queria ainda um outro confronto com o México.

Assim, embora os Estados Unidos inicialmente retaliassem a nacionalização de Cárdenas, promovendo o embargo internacional do petróleo mexicano, vozes influentes logo começaram a defender uma acomodação. O Embaixador Josephus Daniels, antigo chefe de FDR quando Secretário da Marinha de Woodrow Wilson, foi especialmente efetivo na redução das tensões. Na época da nacionalização, ele e o Embaixador mexicano estavam preparando um mecanismo para atender as reivindicações de cidadãos dos EUA cuja terra havia sido expropriada durante a reforma agrária do México, e um acordo foi conseguido logo antes de Hitler invadir a Polônia em setembro de 1939. Poucas semanas mais tarde, o Diretor do FBI, J. Edgar Hoover, implicitamente atacou a abordagem de acomodação de Daniels, solicitando ao Departamento de Estado que tivesse mais cuidado ao lidar com o México. Designado por FDR para proteger os Estados Unidos de movimentos subversivos na América Latina, o FBI estava preparando dossiês so-

bre praticamente todos os líderes latino-americanos, e Hoover estava especialmente preocupado com o Presidente Lázaro Cárdenas, que “é considerado como sendo pró-alemão.” Usando a insinuação sem sustentação que mais tarde caracterizaria o macartismo, Hoover alertou o Departamento de Estado de que “relatos fidedignos apontam Cárdenas como tendo sido por anos membro de uma sociedade no México que tem o propósito específico em mente de recuperar dos Estados Unidos os Estados do Texas, Arizona, Novo México e Califórnia,” e acrescentava que “o Presidente Cárdenas sempre foi antiestrangeiro devido a seus antecedentes índios. Ele sempre favoreceu os mexicanos índios “pés de sandália” ignorantes, ao ponto de ser sabido que ele recebeu delegações desse tipo de gente em sua sala, enquanto Representantes Diplomáticos de países estrangeiros esperavam por uma audiência com ele.” O funcionário graduado de sua equipe, Ignacio García Tellez, era ainda pior, “um tipo de comunista ‘de gabinete’, embora intensamente pró-germânico.”<sup>50</sup>

Em meados de 1940, então, quando a França foi derrotada pelos alemães, e a participação dos EUA na guerra tornou-se ainda mais provável, os despachos conciliadores do Embaixador Daniels passaram a ter cada vez mais peso. Logo quase todos em Washington queriam acertar a disputa do petróleo, inclusive Cordell Hull, que foi persuadido a abandonar sua inflexível oposição com relação ao petróleo do México. Em meados de 1941, os dois governos concordaram em que o México tinha o direito de expropriar os campos petrolíferos, que os antigos proprietários tinham o direito à compensação e que cada país designaria um comissário perito para determinar a quantia apropriada. O Secretário Hull reuniu-se, então, com executivos petrolíferos dos EUA para obter sua aprovação e, escreveu ele, “enfatizei as atividades do Eixo sendo conduzidas na América Latina e a ajuda que o México já nos deu impedindo a ida de materiais estratégicos para o Japão.”<sup>51</sup> Após três reuniões, os executivos permaneciam indispostos a aceitar o que ambos os governos consideravam um acerto razoável, e, portanto, Hull assinou o acordo sem aprovação deles. Três semanas depois os japoneses atacavam Pearl Harbor.

Não é uma pequena ironia que uma das companhias petrolíferas lesadas fosse um dos alicereces da imensa fortuna de Nelson Rockefeller. Neto do fundador da Standard Oil, o jovem Rockefeller não se preocupava com o petróleo mexicano; ele estava muito mais interessado em arte, e no início da década de 1930 sua atenção estava inteiramente centrada no grande mural que Diego Rivera estava pintando para o *saguão* do novo Rockefeller Center no centro de Manhattan. Quando Rivera ultrapassou os limites da licença artística e acrescentou um retrato de Lênin ao que provavelmente teria sido uma obra de arte, Rockefeller pediu que o russo ofensivo fosse substituído por uma figura mais congruente com os valores capitalistas. O mestre mexicano recusou-se, Rockefeller manteve-se firme e o capital conseguiu mais uma vitória sobre o trabalho: Rockefeller despediu Rivera, destruiu o mural e substituiu-o pela banalidade *art deco* que hoje lá se encontra. Em seguida, para reabilitar-se, ele partiu numa viagem de compras para o México, para o projeto cultural favorito de sua família, o Museu de Arte Moderna

de Nova York. Ironicamente, este foi o início do caso de amor que durou a vida toda de Rockefeller com a arte mexicana contemporânea e pré-colombiana, um compromisso que se expandiu para incluir a maioria do hemisfério depois de uma viagem de três meses pela América do Sul em 1937.

Mas mesmo a arte estava longe da mente de Rockefeller, quando ele voltou de seu giro de 1937. Alarmado pela crescente influência da Alemanha nazista na região, em 1938 Rockefeller instou o Presidente Roosevelt a lançar uma contra-ofensiva propagandística. Por dois anos Rockefeller e a equipe de FDR na Casa Branca trocaram memorandos, enquanto Neville Chamberlain voltava de Munique com uma promessa vazia, as divisões *panzer* de Adolf Hitler atravessavam a Polônia, e a França e os Países Baixos caíam com a *blitzkrieg*. Então, dois meses depois do exército alemão desfilar pelos Campos Elíseos, em meados de 1940 Roosevelt emitiu uma ordem executiva criando a Agência para a Coordenação de Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas, com um mandato para “fortalecer os laços entre as nações do Hemisfério Ocidental” e assegurar assim a coordenação apropriada da defesa hemisférica.<sup>52</sup> Nelson Rockefeller entrou para o serviço governamental como diretor da Agência.

O Secretário de Estado Cordell Hull recordou mais tarde que essa era uma época em que “homens de negócios alemães, trabalhando intimamente com o Partido Nazista, estavam espalhados por toda a América Latina. Eles desenvolviam seus negócios e entrincheiravam-se socialmente, comercialmente e politicamente. Eles empregavam todos os métodos possíveis na linha de atividades subversivas.”<sup>53</sup> O trabalho original de Rockefeller era enfrentar esta investida alemã com a propaganda dos EUA – a produção de todos os tipos de mídia, de revistas a transmissões em ondas curtas e filmes – mas sua contribuição mais importante foi criar o programa de ajuda econômica inicial dos EUA. Logo depois do ataque a Pearl Harbor, Rockefeller foi à Casa Branca com uma pasta de gráficos, mapas e ilustrações e traçou uma consistente lógica baseada na idéia de segurança nacional para assistência de desenvolvimento da América Latina: a defesa do hemisfério dependia de comunicações eficazes; comunicações eficazes em tempo de guerra dependiam de guardas de segurança; guardas de segurança necessitavam ser saudáveis; sua saúde dependia da erradicação de doenças tropicais; o controle de doenças tropicais requeria programas de saúde pública; os governos latino-americanos não podiam dar conta desses programas – e, portanto, em prol da segurança nacional, os Estados Unidos tinham que ajudá-los.

FDR foi convencido e instruiu Rockefeller a se ocupar das “medidas para o controle e prevenção de doenças, higiene, esgotos, habitação, melhoria nos suprimentos de comida e água, construção de estradas, auto-estradas, transportes e obras públicas, nutrição, tratamento médico geral e educação, bem como o treinamento considerado necessário para conseguir estes objetivos.”<sup>54</sup> Fora Cuba e outros países ocupados pelos EUA no Caribe, o governo dos EUA nunca antes havia considerado vir a se envolver nestas atividades na América Latina. Agora, porém, a segurança da nação exigia uma quebra da tradição, e essa tradição nun-

ca foi restaurada. Considerações sobre a segurança nacional exigiram que os Estados Unidos prosseguissem com ajuda externa pelo próximo meio-século, e a ajuda ainda continua depois da Guerra Fria, em grande parte porque havia se tornado a nova tradição da nação.

Com um orçamento substancial e mais de 1.500 empregados, Rockefeller logo estava pisando em calos burocráticos, inclusive os do Departamento de Estado, que sempre viu a pretenciosa organização como uma ameaça – uma “Agência supérflua e perdulária” era como o homem de negócios-diplomata Spruille Braden caracterizava a Agência. Brad desconfiava da equipe de Rockefeller (“comunistas simpatizantes” e “idealistas ingênuos como muitos nas agências federais na época”) e não se deixou impressionar pelo próprio Rockefeller (“o que lhe faltava em conhecimento sobrava em disposição de desperdiçar o dinheiro do contribuinte em esquemas insensatos”).<sup>55</sup> Um esquema que Braden quase com certeza tinha em mente era o uso por Rockefeller de pesquisas de opinião pública para informar funcionários do governo sobre as preocupações dos cidadãos norte-americanos. Pouco antes de Pearl Harbor, ele encomendara a primeira pesquisa para explorar “O Que o Povo dos Estados Unidos Pensa e Sabe Sobre a América Latina e os Latino-Americanos.”<sup>56</sup> Os resultados indicavam que os cidadãos dos EUA temiam a subversão do Eixo na América Latina.

A descoberta não surpreendia, pois a administração Roosevelt havia adotado esta crença desde a invasão da Polônia por Hitler. Em meados de 1940, o Presidente havia alertado o Congresso de que “Tampico fica a apenas duas horas e um quarto de St. Louis, Kansas City e Omaha”; além disso, em sua mensagem de 1941 sobre o Estado da União, ele avisara que “a primeira fase da invasão deste hemisfério não seria o desembarque de tropas regulares. Os pontos estratégicos necessários seriam ocupados por agentes secretos e seus inocentes úteis – e grande número deles já estão aqui, e na América Latina.” Numa conversa ao pé da lareira em setembro seguinte, Roosevelt dizia que “a guarda avançada de Hitler – não apenas seus agentes confessos mas também seus inocentes úteis entre nós – têm procurado deixar preparadas cabeças-de-ponte e posições seguras no Novo Mundo, para serem usadas assim que eles tiverem o controle dos oceanos.” O Presidente mencionou intrigas e sabotagem no Uruguai, Argentina e Bolívia, e observou que “nas últimas semanas foram descobertos campos de pouso secretos na Colômbia, não muito distantes do Canal do Panamá.”<sup>57</sup>

Para enfrentar a possível ofensiva alemã, a administração Roosevelt passou a incrementar relações com os militares latino-americanos. Historicamente, tais relações mal existiam fora das nações ocupadas do Caribe; quando FDR assumiu a presidência, o único relacionamento militar-a-militar era uma missão naval no Brasil (a missão naval anterior no Peru havia terminado), mas por volta de 1939 diversos grupos de conselheiros militares dos EUA haviam se estabelecido na América Latina, e as escolas militares dos EUA estavam aceitando estudantes de nove países latino-americanos. Este ritmo foi acelerado quando Hitler marchou através da Europa, e mais de cem conselheiros militares dos EUA estavam traba-



lhando em todas as nações da América Latina, quando Pearl Harbor foi atacada em dezembro de 1941.<sup>58</sup> Depois da guerra, esses vínculos militares facilitaram a transmissão de valores anticomunistas para os militares latino-americanos, substituindo instrumentos de política externa menos sutis como o Corolário Roosevelt e a Emenda Platt.

Esses laços militares do período anterior a Guerra foram complementados por um empenho diplomático para desenvolver uma única resposta hemisférica ao conflito europeu, começando com uma reunião de ministros do exterior no Panamá, imediatamente após a invasão da Polônia pela Alemanha. Ali os delegados delinearam uma zona de segurança em torno do hemisfério, concordando em excluir todos os beligerantes e a manter uma estrita neutralidade, e os Estados Unidos também patrocinaram uma resolução ambígua recomendando que cada governo “erradicasse das Américas a disseminação de doutrinas que tendiam a colocar em risco o ideal comum democrático interamericano.” Dez meses mais tarde os ministros do exterior se reuniram novamente, desta vez imediatamente após a queda da França, e a formulação foi mais direta: “Qualquer tentativa da parte de um Estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, a soberania ou a independência política de um Estado americano, deve ser considerada como um ato de agressão contra os Estados que assinam esta declaração.”<sup>59</sup> Os Estados Unidos e todas as nações latino-americanas assinaram, mas o consenso só foi alcançado quando foi atenuada a posição preferida pelos EUA. O Secretário de Estado Hull escreveu que “Eu introduzi uma resolução incorporando a idéia e o método de uma administração sob tutela [para colônias europeias como Curaçao depois que a Holanda foi derrotada pelos alemães]. E instantaneamente, a Argentina...se opôs. Do mesmo modo que em tantas conferências interamericanas anteriores, a Argentina preferiu o papel de oposição aos Estados Unidos.”<sup>60</sup> Os ministros aceitaram a sugestão argentina da criação de um procedimento para convocar uma reunião a fim de *considerar* a criação de um mecanismo de administração sob tutela para manter as colônias latino-americanas da Europa fora das mãos de Hitler.<sup>61</sup>

A reação do Secretário Hull à posição argentina foi emblemática da crescente intolerância de Washington provocada pela guerra. Em 1941 esta intolerância veio à tona no Panamá, onde o governo populista de Arnulfo Arias recusara uma requisição dos EUA de arrendamentos por 999 anos de dez bases militares de um acre para defesa aérea. No início de 1941, quando Arias parecia estar prestes a uma recusa absoluta, o Secretário da Guerra Henry Stimson queixou-se numa reunião de gabinete do “inamistoso” governo panamenho, após o que o Presidente Roosevelt “falou-me de suas [próprias] dificuldades com Arias e disse a Hull que tentasse alguns métodos de pulso firme com ele.” Arias foi, por volta de outubro, derrubado pelos militares treinados pelos EUA – “um grande alívio para nós,” escreveu Stimson. “Arias causara muitos problemas e era pró-nazista, e ter um homem como aquele no Panamá bem perto do Canal era algo muito perigoso.” Embora Stimson inicialmente notasse que “o novo governo parece ser

muito melhor,” os Estados Unidos tiveram que desistir dos direitos de propriedade privada na Cidade do Panamá e em Colón – direitos que Bunau-Varilla assinara em 1903 – para conseguir as bases desejadas. “O Tratado não é muito satisfatório,” escreveu Stimson. “Fomos gravemente lesados pelo Panamá.”<sup>62</sup>

Um exemplo muito mais importante da crescente intolerância dos EUA foi dado cinco meses antes de Pearl Harbor, quando os Estados Unidos publicaram uma “Lista Proclamada” de 1.800 indivíduos e firmas comerciais latino-americanos alegadamente simpáticos às potências do Eixo, cada um dos quais seria tratado “como se fosse alemão ou italiano,” o que significava proibição de seu comércio e congelamento de seus bens nos Estados Unidos.<sup>63</sup> Como o Departamento de Estado e a agência de Rockefeller haviam criado a lista sem consulta prévia, muitos governos latino-americanos a consideraram um insulto. Então, para completar a injúria, quando o Congresso Colombiano propôs consultar outros países latino-americanos e desenvolver uma reação comum à Lista Proclamada, Hull alertou o Presidente Eduardo Santos que “a submissão deste relatório pelo Governo Colombiano às outras repúblicas americanas fornecerá munição adicional ao Eixo porque o ato de consulta aparecerá como um esforço da parte do Governo Colombiano de alinhar contra a política deste Governo os outros países americanos.”<sup>64</sup>

Esta era a atmosfera de intolerância quando, dois dias depois do ataque japonês a Pearl Harbor, os Estados Unidos requisitaram uma reunião urgente com os ministros do exterior da América Latina no Rio de Janeiro. Embora a crise da guerra impedisse a presença de Hull, ele instruiu o delegado chefe Sumner Welles para convencer “todas as Repúblicas a assinarem uma declaração conjunta de ruptura de relações com as potências do Eixo.” Para Hull, “esta era uma luta de vida ou morte, cujo resultado poderia significar apenas liberdade e progresso para a América Latina ou dominação e provavelmente ocupação pelo Eixo.”<sup>65</sup>

Nem todos no Rio concordaram. Os argentinos em particular tinham boas razões para não se envolverem na guerra. Economicamente, a nação tinha lucrado muito permanecendo neutra durante a Primeira Guerra Mundial, e politicamente era difícil gerar um sentimento anti-Eixo numa nação com uma população grande de italianos de primeira geração e uma substancial comunidade germânica. A Argentina, além disso, estava bem distante dos campos de morticínio, e essa distância contribuía não simplesmente para a indiferença, mas também para a dificuldade de distinguir o bem do mal. Cada história sobre campos de concentração nazista era contraposta a histórias sobre campos de internamento nos EUA, e a maioria dos argentinos não tinha meios de estabelecer a diferença. Do mesmo modo que ocorrera com os cidadãos dos EUA no final da década de 1930, os argentinos estavam divididos em suas lealdades e não desejavam se envolver numa guerra simplesmente porque os Estados Unidos haviam sido atacados pelos japoneses no meio do Pacífico. No Rio eles se recusaram a endossar a resolução dos EUA no sentido de imediato rompimento de relações com o Eixo.

Os líderes dos EUA interpretaram da pior maneira esta oposição (o Secretário Assistente Adolf Berle escreveu em seu diário “que o Presidente Interino

Castillo se comprometeu com os italianos e provavelmente também com os alemães<sup>66</sup>) e, portanto, se surpreenderam quando as outras delegações no Rio acompanharam a discordância argentina e aceitaram mais uma vez uma resolução embaraçosamente fraca para as pretensões norte-americanas: “As Repúblicas americanas, de acordo com os procedimentos estabelecidos por suas próprias leis e em conformidade com a posição e circunstâncias obtidas em cada país no atual conflito continental, recomendam o rompimento de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália.”

Hull ficou lívido; na verdade, de início ele se recusou a acreditar no que havia acontecido. Sabendo do acordo pelo rádio, Hull telefonou a Welles no Rio e, como relatou em suas memórias, “com Mr. Roosevelt escutando, Welles confirmou a assinatura do acordo e deu-me o resumo do crucial Artigo Três. Então falei com ele mais asperamente do que jamais havia falado com alguém no Departamento. Eu disse que considerava aquilo uma mudança em nossa política, feita sem me consultar, e equivalente a uma rendição à Argentina.” Depois de testemunhar esta conversa, Adolf Berle escreveu em seu diário, “agora há um ruptura entre o Secretário e Sumner que jamais será cicatrizada.”<sup>67</sup>

A despeito do resultado no Rio, havia uma guerra a ser travada, e a ajuda latino-americana era necessária.<sup>68</sup> Como o Eixo não estava preparado para invadir a América Latina, o problema principal era a segurança das rotas de suprimento dos EUA. Em meados de fevereiro de 1942, ocorreu o primeiro ataque de submarino no Caribe, quando cinco petroleiros foram afundados perto de Aruba, e em duas semanas outros vinte navios haviam sido destruídos. Em fins de 1942, mais de trezentos navios aliados jaziam no fundo do Caribe. Em resposta, os Estados Unidos lutavam para adquirir bases aéreas e navais latino-americanas de onde poderiam patrulhar as rotas de suprimento, com virtualmente todos os Estados caribenhos oferecendo seu território, a começar pelos cubanos, que permitiram a construção de diversos aeroportos em torno da ilha, incluindo o Campo Batista. O Presidente Somoza ofereceu aos Estados Unidos a base naval em Corinto e deu aos EUA acesso militar aos aeroportos do país; em troca, seu filho Anastasio Somosa Debayle pôde alistar-se em West Point, onde graduou-se em 1946.

A ajuda do México e do Brasil foi especialmente valiosa. O México concordou não apenas com o uso recíproco de aeroportos militares, mas também com o recrutamento de mexicanos que viviam nos Estados Unidos; no fim da guerra, mais de 250.000 cidadãos mexicanos haviam servido nas forças armadas dos EUA, e mais de mil haviam sido mortos em combate. Além disso, o México foi um dos dois países latino-americanos a lutar na guerra, mandando uma esquadilha da força aérea para as Filipinas no início de 1945. O Brasil foi o outro, enviando uma divisão de infantaria de 25.000 membros mais unidades de força aérea e apoio naval para lutar na Itália. Talvez a principal contribuição do Brasil, contudo, tenha sido permitir que sua costa nordeste fosse usada como escala para navios e aviões que rumavam para o norte da África.

Todas estas atividades exigiam que os Estados Unidos trabalhassem lado a lado com os latino-americanos, e o registro deixado pelo pessoal dos EUA estacionado na região sugere um empenho cooperativo notavelmente sereno. Mas este espírito não era evidente nos escalões mais elevados. Em 1942 o Inter-American Defense Board (IADB) foi criado para proporcionar coordenação militar de alto nível, mas não fez quase nada porque os Estados Unidos não queriam latino-americanos no caminho. Esta atitude incomodou tanto os militares latino-americanos participantes como o Departamento de Estado, que era responsável pela manutenção de relações diplomáticas serenas, e numa reunião em 1943 o Sub-Secretário Sumner Welles pediu aos militares dos EUA que parassem de ignorar as ofertas de ajuda da América Latina. Falando por todas as forças armadas, o Almirante Horne replicou: “Eles nunca serviram, até onde nos diz respeito, para um propósito útil...Tenho quebrado a cabeça tentando achar algo para eles fazerem...Estou disposto a dar a eles qualquer coisa que possamos desde que eles simplesmente façam sugestões e nós não tenhamos que prestar nenhuma atenção a elas.” Quando a discussão voltou-se para o propósito específico de usar soldados cubanos para guardar os novos aeroportos dos EUA em Cuba, o General McNarney estabeleceu o limite, observando que “minha opinião pessoal, e as daqueles com quem tenho falado, é que a proteção cubana será pior do que nenhuma.” Esta atitude não era uma criação recente. “Se formos levados ao Extremo da Guerra,” perguntou Joel Poinsett a John Quincy Adams em 1818, “que ajuda podemos esperar de nossos aliados da América do Sul?” Sua resposta foi que “eles iriam requerer Subsídios de Dinheiro e Armas, e com sua incompetência atrapalhariam todas nossas operações.” Isto poderia ter sido escrito pelo Conselho de Segurança Nacional em 1950, que concluiu que durante a Segunda Guerra Mundial “os países latino-americanos, com uma única exceção importante [o Brasil], foram incapazes de fazer qualquer contribuição para a defesa do Hemisfério Ocidental.”<sup>69</sup>

É verdade que os Estados Unidos estavam dispostos a simular parceria militar para obter matéria prima e bases militares na América Latina, bem como sua cooperação na supressão de movimentos de quinta-coluna – mas sempre com o entendimento tácito, como observava um memorando de 1940, de que “nosso objetivo *não* abrange expectativas de nossa parte de sermos capazes de usar forças latino-americanas como aliados efetivos na guerra.”<sup>70</sup> O Secretário da Guerra Henry Stimson chegou a questionar a capacidade dos latino-americanos de realizar tarefas menores, como observou depois de ir a uma cerimônia na Casa Branca criando o Acordo de Reabilitação e Assistência das Nações Unidas no fim de 1943. Quarenta e quatro nações iriam cooperar, escreveu ele em seu diário, de modo que a responsabilidade não seria posta “apenas sobre os ombros dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Mas quando vejo os rostos trigueiros de alguns dos representantes de países como Honduras que sentam diante de mim na mesa, eu ‘tenho minhas dúvidas,’ por assim dizer, de quanto eles assimiriam deste fardo.”<sup>71</sup>

É tentador argumentar que o já idoso Stimson (nascido em 1867, fora pela primeira vez designado para um posto federal em 1906 por Theodore Roosevelt) era pitorescamente antiquado, mas na verdade ele estava simplesmente ecoando os valores amplamente prevalentes de sua época. Na pesquisa de 1941 de Rockefeller sobre as visões nos EUA sobre latino-americanos, os respondentes recebiam uma página contendo dezenove adjetivos e eram indagados: “desta lista, que palavras lhe parecem descrever melhor o povo que vive na América Central e do Sul?” os cinco adjetivos *menos* selecionados foram “eficiente” (5%), “progressista” (11%), “generoso,” “valeroso” (ambos 12%), e “honesto” (13%). Os adjetivos mais freqüentemente selecionados (por 77% dos respondentes) eram “de pele escura,” seguido por “genioso,” “emocional,” “atrasado,” “religioso,” “vagabundo,” “ignorante,” “desconfiado” – e, então finalmente, o primeiro traço inequivocamente positivo: 28% diziam que os latino-americanos eram amistosos. Estes eram apenas 1% a mais dos que disseram que eles eram sujos.

Fica bem claro que a política de Boa Vizinhança não alcançou as mentes dos líderes e do público dos EUA para mudar a visão que eles tinham dos latino-americanos. Tratava-se de uma política que exigia um novo respeito, ainda que fosse superficialmente, pelas sensibilidades latino-americanas: nada de fuzileiros navais desembarcando em portos caribenhos, freqüentes reuniões de alto nível, visitas elaboradas por chefes de Estado e uma nova burocracia para institucionalizar o relacionamento pan-americano. Nenhuma mudança significativa ocorreu abaixo da superfície, nem houve uma mudança nos interesses dos EUA, que enfocavam na década de 1930 expansão econômica e segurança nacional. A afirmação de Tucídides – “grandes nações fazem o que querem, enquanto pequenas nações aceitam o que devem” – permanecia o princípio orientador das relações interamericanas. Talvez porque suavizava esta realidade, a nova atitude de respeito superficial foi bem recebida por muitos latino-americanos. Mas esta atitude, também, estava para mudar, quando os Estados Unidos começaram a moldar o hemisfério no pós-guerra.

## notas

---

1 Herbert Hoover, *The Memoirs of Herbert Hoover*, 2 vols. (New York: Macmillan, 1951-1952), vol.2, p.210; Discurso no Gridiron Club, Washington, D.C., 13 de abril de 1929, *PPP, Herbert Hoover*, 1929, p.70.

2 Stokely W. Morgan, *American Policy and Problems in Central America*, Conferência na Escola de Serviço Exterior, Departamento de Estado, 29 de janeiro de 1926, Anotação 423, Inventário 15, RG 59, NA.

3 *Congressional Record*, 10 de dezembro de 1923, p.142; William E. Borah, *What the Monroe Doctrine Really Means*, *Colliers*, 31 de janeiro de 1925, p.25.

4 Borah a Kellogg, 28 de julho de 1928; Kellogg a Borah, 2 de agosto de 1928; Kellogg a Borah (telegrama) 2 de agosto de 1928, todos na Caixa 542, Borah Papers, LC.

5 Departamento de Estado dos EUA, *Memorandum on the Monroe Doctrine, Prepared by J. Reuben Clark, Undersecretary of State, December 17, 1928*, Publicação do Departamento de Estado No.37 (Washington, D.C.: GPO, 1930), p.xix-xxiv.

6 Kellogg aos Funcionários Diplomáticos Americanos na América Latina, 28 de fevereiro de 1929, 710.11/1306a, NA M1276/R10.

7 Hoover a Stimson, 26 de junho de 1929, 710.11/1450, NA M1276/R11; ver também Stimson a Kellogg, 28 de junho de 1930, 710.11/1451, NA M1276/R11, que é a réplica à sugestão de Kellogg de que o memorando fosse entregue; Hoover, *Memoirs of Herbert Hoover*, vol.2, p.210.

8 Wilson a Edith Bolling Galt, 15 de agosto de 1915, in Arthur S. Link, ed., *The Papers of Woodrow Wilson*, 57 vols. (Princeton; Princeton University Press, 1966-1987), vol.34, p.209.

9 H. Freeman Matthews ao Secretário de Estado, 14 de dezembro de 1929, 838.00/2695, NA M1246/R1.

10 *New York Times*, 9 de janeiro de 1930, p.9; Departamento de Estado, *Report of the President's Commission for the Study and Review of Conditions in the Republic of Haiti, March 26, 1930*, Latin American Series No.2 (Washington, D.C.: GPO, 1930), p.1-2.

11 Russell a Stimson, 3 de dezembro de 1929, 838.42/81, NA M610/R44; Corey F. Wood, "Political Report," 5 de fevereiro de 1930, 838.00/2746, NA M1246/R1.

12 Diário de Stimson, 1 de novembro de 1930, Stimson Papers.

13 Stuart Grummon a Stimson, 29 de agosto de 1930, 838.00/2881, NA M1246/R1.

14 Diário de Stimson, 22 de abril de 1931, Stimson Papers, Yale University.

15 Philips a Roosevelt, 3 de agosto de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, Edgar B. Nixon, ed., 3 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1969), vol. 1, p.344; o acordo executivo de FDR em manter a curadoria alfandegária está reimpresso em FRUS 1933, vol.5, p.755, 61.

16 Diário de Stimson, 5 de novembro de 1930 e 17 de maio de 1932, Stimson Papers, Yale University.

17 Philip C. Jessup, *Elihu Root*, 2 vols. (New York: Dodd, Mead, 1938), vol.1, p.468. A carta não se encontra nos papéis de John Hay. A crítica do Departamento de Estado está em Joseph F. McGurk, "Memorandum: Biography of Elihu Root," 13 de novembro de 1935, 710.11/1702 1/2, NA M1276/R13.

18 "Memorandum of Trip to Haiti and Santo Domingo," e "Trip to Haiti and Santo Domingo 1917," ambos sem data, 1917, Arquivos do Secretário Assistente da Marinha, Caixa 41, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

19 Sumner Welles, Memorando, 1 de março de 1921, 837.00/2216, NA M488/R14.

20 Dulles a Lansing, 14 de fevereiro de 1917, 337.11/162 NA.

21 Para um memorando acusando o recebimento das instruções verbais do Secretário Interino de Estado Frank Polk de 10 de janeiro de 1919, ver Embaixador William Gonzales a Polk, 4 de fevereiro de 1919, Gonzales Papers, University of South Carolina.

22 Boaz Long a Lansing, 15 de fevereiro de 1918, 711.13/55, NA M673/R1.

23 A designação de Crowdre está em Davis a Crowder, 31 de dezembro de 1920, 837.00/1952b; o aviso a Menocal está em Davis a Boaz Long, 4 de janeiro de 1921, 837.00/1949, ambos NA M488/R13.

24 Divisão de Assuntos Latino-americanos, "Synopsis of General Crowder's 13 Memoranda," 14 de novembro de 1923, 123 C 8812/51, NA.

25 Crowder a Dwight Morrow, 10 de maio de 1922, Dwight Morrow Papers, Amherst College, Amherst, Mass.

26 Crowder a Pershing, 30 de janeiro de 1925, 210.681, Correspondência Geral, 1917-1925, Registros do Escritório do General Adjunto (RG 407), NA.

27 Escritório do Secretário, *Memorandum of Interview with the Cuban Chargé d'Affaires and Dr. Torriente*, 15 de novembro de 1923, Hughes Papers, LC; para a perspectiva dos banqueiros, ver Dwight Morrow a Edwin F. Gay, 16 de junho de 1922, Dwight Morrow Papers, Amherst College, Amherst, Mass.; para a opinião de Crowder, ver Crowder, *Recent Cabinet Crisis*, 21 de abril de 1923, anexado a Crowder a Hughes, 23 de abril de 1923, 837.00/85, NA M488/R25.

28 *Congressional Record*, 20 de janeiro de 1928, p.1787.

29 Judah a White, 31 de maio de 1928; White a Judah, 4 e 9 de junho de 1928, Francis White Papers, Biblioteca Herbert Hoover, West Branch, Iowa.

30 Judah a White, 30 de abril de 1929, Francis White Papers, Biblioteca Herbert Hoover, West Branch, Iowa; Diário de Stimson, 25 de novembro de 1930, Henry Stimson Papers, Yale University.

31 *Conversation. Mr. Henry Guggenbeim: General Discussion of Cuban Situation*, 13 de novembro de 1931, 837.00/3207 NA; Duggan a Edwin Wilson, 17 de janeiro de 1933, 710.11/1776 1/2, NA M1276/R13; o memorial sem data de Welles a FDR tem uma data de arquivamento do dia da posse ("3-4-33") e está na pasta: *Cuba 1933-35, 42-44*, Caixa 28, Arquivo do Secretário do Presidente, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

32 *Long Distance Telephone Conversation between Secretary Hull and Ambassador Welles in Cuba*, 18 de maio de 1933, 611.3731/416 1/2, NA; Welles a Roosevelt, 17 de julho de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.315.

33 Welles a Hull, 8 de agosto de 1933, 837.00/3616, NA; Welles a Hull, 9 de agosto de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.344.

34 Crowder, *Recent Cabinet Crisis*, 21 de abril de 1923, anexado em Crowder a Hughes, 23 de abril de 1923, 837.00/85, NA M488/R25.

35 Memorando de Conversa Telefônica entre Hull e Welles, 5 de setembro de 1933; Memorando de Conversa Telefônica entre Caffery e Welles, 5 de setembro de 1933, Welles a Hull, 7 de setembro de 1933; Welles a Hull, 8 de setembro de 1933, 837.00/3786, todos em FRUS 1933, vol.5, p.380-404.

36 Diário de Berle, 1 de fevereiro de 1942, Rolo 3, Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.; Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, 2 vols. (New York: Macmillan, 1948), vol.1, p.182; Daniels a Hull, 9 de setembro de 1933, 837.00/4033, FRUS 1933, vol.5, p.413-5.

37 A oferta de Trujillo está em Schoenfeld a Hull, 8 de setembro de 1933; Ministério da Argentina para Assuntos Exteriores ao Departamento de Estado, 8 de setembro de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.404-5, 409.

38 Memorando de Conversa Telefônica entre Hull e Daniels, 9 de setembro de 1933; memorando de Caffery, 13 de setembro de 1933; FRUS 1933, vol.5, p.413, 428-31.

39 Hull a Daniels, 28 de setembro de 1933, FRUS 1933, vol.4, p.17; conferência de imprensa de FDR, 6 de dezembro de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.512; "Instructions to Delegates," 10 de novembro de 1933, FRUS 1933, vol.4, p.147.

- 40 Hull a Welles, 7 de setembro de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.402.
- 41 Rascunho de Welles da declaração de Roosevelt de não-reconhecimento, 23 de novembro de 1933, está reimpresso em FRUS 1933, vol.5, p.525-526; conferência de imprensa, 24 de novembro de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.503.
- 42 Welles a Phillips, 7 de dezembro de 1933, FRUS 1933, vol.5, p.533-536; Caffery a Phillips, 14 de janeiro de 1934, FRUS 1934, vol.5, p.98.
- 43 Observações num Almoço Oficial, 31 de agosto de 1944, in *The Public Papers and Addresses of Franklin Delano Roosevelt*, Samuel I. Rosenman, ed., 13 vols. (New York: Harper and Brothers, 1938-1950), vol.13, p.253.
- 44 Spruille Braden, *Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden* (New Rochelle, N.Y.: Arlington House, 1971), p.119, 121.
- 45 Instruções aos Delegados da Sétima Conferência Internacional de Estados Americanos, 10 de novembro de 1933; Hull a Phillips, 19 de dezembro de 1933, FRUS 1933, vol.4, p.67, 201.
- 46 No ato final de aprovação da Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados, Hull acrescentou uma reserva de quatro parágrafos que reiterava esta afirmação, e o consentimento subsequente do Senado incluía esta reserva. Departamento de Estado dos EUA, *Report of the Delegates of the United States of America to the Seventh International Conference of American States, Montevideo, Uruguay, December 3-26, 1933* (Washington, D.C.: GPO, 1934), p.19-20.
- 47 Discurso em Jantar na Woodrow Wilson Foundation, 28 de dezembro de 1933, *Franklin D. Roosevelt and Foreign Affairs*, vol.1, p.560.
- 48 A revogação da Platt está em 48 Stat. 1682; a revisão do Panamá está em 53 Stat. 1807; a revisão do Gadsden está em 52 Stat.1457.
- 49 Baruch a FDR, 11 de outubro de 1938, Bernard Baruch Papers, Biblioteca de Manuscritos Seeley Mudd, Princeton University.
- 50 *Mexican Activities*, 4 de novembro de 1939, anexado em Hoover a Berle, 7 de novembro de 1939, 812.00/30886 1/2, NA M1370/R8.
- 51 Cordell Hull, *The Memoirs of Cordell Hull*, 2 vols. (New York: Macmillan, 1948), vol.2, p.1140-2.
- 52 Ordem Executiva, 16 de agosto de 1940, *Federal Register* 5 (22 de agosto de 1940), p.2938-9.
- 53 Hull, *Memoirs*, vol.1, p.813; para a política do Departamento de Estado sobre esta questão antes de Pearl Harbor, ver Harley Notter, *German Inroads and Plans in the Other American Republics*, 10 de setembro de 1940, 862.20210/330 1/2, NA.
- 54 Roosevelt a Rockefeller, 24 de março de 1942, in U.S. Office of Inter-American Affairs. *History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Historical Reports on War Administration* (Washington, D.C.: GPO, 1947), p.116.
- 55 Braden, *Diplomats and Demagogues*, p.263, 452.
- 56 Hadley Cantril and American Social Surveys, Inc., *What People in the United States Think and Know about Latin America and Latin Americans*, 18 de janeiro de 1941, anexado em Rockefeller a Welles, 12 de março de 1941, 710.11/2686, NA M1276/R20.
- 57 O discurso de 1940 ao Congresso está em *Congressional Record*, 16 de maio de 1940, p.6243; a conversa ao pé da lareira, 11 de setembro de 1941, in *The Public Papers and Addresses of Franklin Delano Roosevelt*, Samuel I. Rosenman, ed., 13 vols. (New York: Harper and Brothers, 1938-1950), vol.10, p.387.



58 Seldin Chapin a Laurence Duggan, 13 de julho de 1939, 710.11/2403 1/2, NA M1276/R17.

59 *The International Conferences of American States, First Supplement, 1933-1940* (Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1940), p.333, 360.

60 Hull, *Memoirs*, vol.1, p.823.

61 A oposição argentina era baseada no temor do que poderia acontecer às ilhas Falkland/Malvinas se a Alemanha conquistasse a Inglaterra: uma tutela administrativa interamericana mandatária poderia obrigar a Argentina a combater a Alemanha para preservar a posse britânica sobre território reivindicado pela Argentina.

62 Diário de Stimson, 9 de janeiro e 9 de outubro de 1941, 7 de julho de 1942, Rolos 65 e 7, Stimson Papers, Yale University.

63 A determinação presidencial criando a Lista Proclamada e nomeando os 1.800 indivíduos e firmas latino-americanos está reimpressa no *Federal Register* 6 (19 de julho de 1941), p.3555-73.

64 Hull a Braden, 12 de novembro de 1941, FRUS 1941, vol.6, p.304.

65 *Hull Memoirs*, vol.2, p.1143, 1145.

66 Diário de Berle, 24 de janeiro de 1942, Rolo 3, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

67 Hull, *Memoirs*, vol.2, p.1148, 1149; Diário de Berle, 24 de janeiro de 1942, Rolo 3, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

68 Na ocasião em que os ministros do exterior se reuniram no Rio, nove das vinte nações latino-americanas haviam declarado guerra, e três outras haviam rompido relações com as potências do Eixo. Cinco outras romperam relações durante a reunião, e o Equador o fez no dia seguinte ao recesso. Isto deixava apenas o Chile e a Argentina, que esperaram até janeiro de 1943 e janeiro de 1944, respectivamente.

69 *Minutes of the Liaison Committee, Wednesday, February 24, 1942, 2:30 p.m.*, Caixa 2, Registros da Comissão Permanente de Coordenação, 1938-1943, em Registros das Comissões Interdepartamental e Intradepartamental (RG 353), NA; Poinsett a JQ Adams, 4 de novembro de 1818, Comunicações de Agentes Especiais, NA M37/R3; nsc 56/2, "United States Policy toward Inter-American Collaboration," 18 de maio de 1950, FRUS, 1950, vol.1, p.628.

70 Memorando, G-2 (Inteligência) ao Chefe de Equipe, 8 de julho de 1940, reimpresso em Stetson Conn e Byron Fairchild, *The Framework of Hemisphere Defense* (Washington, D.C.: Escritório do Chefe de História Militar, Departamento do Exército, 1960), p.179.

71 Diário de Stimson, 9 de novembro de 1943, Rolo 8, Henry Stimson Papers, Yale University.



## o ataque às ditaduras

Parece improvável que pudesse haver alguma outra região da terra onde a natureza e o comportamento humano pudessem ter se combinado para produzir um *background* mais infeliz e sem esperança para a conduta da vida humana do que na América Latina.

*Conselheiro do Departamento de Estado George Kennan, 1950*

**E**m 1945 os Estados Unidos estavam no ápice de seu poder, e decidiram usá-lo para encorajar a democracia na América Latina. Embora o conceito de “bom governo” tenha desempenhado um papel na política dos EUA desde a época de Theodore Roosevelt, isto era algo novo. No passado, bom governo geralmente significava estabilidade, não-democracia, e este fora certamente o caso durante a Segunda Guerra Mundial, quando prioridades da guerra haviam encorajado apoio a déspotas regionais. Duas semanas após a invasão da Polônia pela Alemanha, um novo membro da divisão da América Latina do Departamento de Estado escrevia a seu chefe que “os Estados Unidos apóiam, legalmente e financeiramente, homens no poder que são amplamente reconhecidos como ditadores que mantêm seu poder pela força. No presente estágio de desenvolvimento cultural e político de algumas das repúblicas, isto é não somente inevitável, mas talvez o único caminho para a estabilidade que pode ser vislumbrado com realismo.”<sup>1</sup> Este argumento era usado regularmente para justificar o apoio a ditaduras durante a guerra. No fim de 1942, por exemplo, o Sub-secretário de Estado Sumner Welles pediu ao Presidente Roosevelt que desenrolasse o tapete vermelho para o ditador de Cuba: “Como a queda de Batista pode mergulhar a ilha durante este período crítico no caos, é essencial, para que ele permaneça no poder, que sua visita a Washington não seja um fracasso.”<sup>2</sup>

A estabilidade reemergeria como a principal prioridade dos EUA durante a Guerra Fria, mas por um breve período, o apoio aos ditadores perdeu muito de sua força quando a Segunda Guerra Mundial acabou. Os funcionários dos EUA simplesmente preferiam democracia à ditadura; para muitos, este fora o propósito da guerra, e por isto eles freqüentemente se referiam aos Aliados como “as demo-

cracias.” Passada a crise, esses funcionários sentiam-se agora livres para expressar sua preferência. Em outubro de 1944, o principal latino-americanista do Departamento de Estado, Norman Armour, escreveu, para tranquilizar o embaixador dos EUA na Guatemala, que estava preocupado com uma revolução e uma subsequente eleição que haviam terminado com uma das menos agradáveis ditaduras do hemisfério. Ele deu a entender que nem a administração Roosevelt nem o público norte-americano estavam preocupados com a mudança: “Queremos cultivar relações amistosas com todos os governos do mundo e não nos sentimos autorizados a ditar a qualquer país que forma de governo serve melhor às suas aspirações nacionais. Nós, não obstante, devemos naturalmente sentir uma maior afinidade, uma simpatia mais profunda e uma amizade mais calorosa por governos que representam efetivamente a aplicação prática de processos democráticos.”<sup>3</sup>

E, portanto, com a guerra chegando ao fim, diplomatas dos EUA começaram a encorajar uma transição para a democracia na América Latina. Escrevendo da Argentina, o Embaixador Spruille Braden notificou o Secretário de Estado Byrnes que “é imperativo para a segurança dos EUA que outras Repúblicas americanas [estejam] em mãos de governos amistosos cooperativos, imbuídos com princípios – i.e. de democracia idênticos aos nossos.”<sup>4</sup> No Brasil, o Embaixador Adolf Berle fez um discurso que teve ampla repercussão poucas semanas depois da rendição do Japão em que expressava a gratidão pelo apoio de Getúlio Vargas durante a guerra, mas deixava claro que os Estados Unidos ficariam contentes com um fim à sua ditadura velada.

De modo semelhante, no fim de 1944 e início de 1945, o Embaixador dos EUA na República Dominicana de Rafael Trujillo, enviou vários despachos criticando a continuação da ajuda militar a ditaduras latino-americanas. Quando o Departamento de Estado replicou que relações militares estimulavam a democracia, o Embaixador Ellis Briggs respondeu que: “a conexão entre uma missão militar dos Estados Unidos e o desenvolvimento de princípios democráticos num dado país estrangeiro, pareceria algo remoto.” Opondo-se à tentativa de Trujillo de comprar armas, Briggs argumentava que “a ditadura de Trujillo representa a negação de muitos dos princípios que os Estados Unidos subscrevem.”<sup>5</sup> O Secretário de Estado Byrnes concordou, e os Estados Unidos rejeitaram a requisição de armas de Trujillo. Quando o ditador dominicano pediu uma explicação, o Departamento de Estado entregou a seu Embaixador em Washington um causticante lembrete escrito por Spruille Braden e seu novo ajudante, o ex-Embaixador Briggs: “Este Governo tem observado nos últimos anos a situação na República Dominicana e não foi capaz de perceber que princípios democráticos venham sendo seguidos ali na teoria ou na prática.”<sup>6</sup>

A República Dominicana era uma decisão fácil, contudo; a Argentina se revelou muito mais difícil, pois era um país influente na América Latina e, desde 1843, governada por uma ditadura militar que Washington considerava fascista. Durante a guerra Trujillo não foi problema – na verdade, ele fora útil – e em suas memórias a única queixa de Hull sobre a cooperação interamericana durante a

guerra é a de que “éramos incessantemente atormentados pelo perigoso e tortuoso curso seguido pelo Governo argentino.” Embora o Secretário de Estado não percebesse, não se tratava de um embate com o fascismo, mas de uma luta pela liderança hemisférica que vinha se desenvolvendo há décadas. Em 1889, os delegados da Argentina haviam boicotado a sessão inaugural da Conferência Internacional de Estados Americanos; ao invés de comparecer, eles circularam por Washington numa carruagem aberta para tornar pública sua oposição à decisão unilateral dos EUA de colocar o Secretário de Estado James G. Blaine como presidente da conferência. Eles também haviam se recusado a participar da viagem de seis semanas através do país. Posteriormente, Elihu Root fez muito para que os argentinos sentissem que compartilhavam de um papel de liderança no hemisfério, mas a razão principal pela qual as duas nações cooperaram muito pouco durante a década seguinte é que elas tinham pouco em comum.

Então, nas décadas de 1920 e 1930, o desenvolvimento da política de Boa Vizinhança levou a uma nova ênfase dos EUA na cooperação interamericana, boa parte da qual foi negociada durante conferências abrangendo todo o hemisfério. Por essa época, Estados Unidos e Argentina haviam estruturado suas relações internacionais de modo tão diferente que um conflito era inevitável, mesmo se a liderança hemisférica não fosse uma questão. A economia da Argentina dependia intensamente de laços comerciais com a Europa, por exemplo, e em consequência disto o país havia desenvolvido uma orientação para o exterior que contrastava agudamente com o espírito isolacionista que no período entre-guerras dominava a perspectiva dos EUA quanto às relações internacionais. Assim, enquanto os Estados Unidos recusavam-se a participar da Liga das Nações, a Argentina dela participava com entusiasmo, e o Ministro do Exterior Carlos Saavedra Lamas foi presidente da Liga das Nações durante o período que precedeu a viagem de Cordell Hull (e, rapidamente, de FDR) à Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz em 1936, em Buenos Aires.

Intensamente influenciado pelo tradicional isolamento dos EUA em relação à política europeia, ao qual o Secretário de Estado agora somava a preocupação com a estabilidade europeia contemporânea (a Guerra civil espanhola, a invasão italiana da Etiópia, o programa de rearmamento alemão), Cordell Hull pediu à conferência de Buenos Aires que criasse uma Comissão Consultiva Interamericana permanente para monitorar ameaças à paz. Saavedra Lamas, cujo prestígio estava em alta por ter ganhado o Prêmio Nobel da Paz, interpretou a iniciativa de Hull como um empenho para forçar todo o hemisfério a aceitar a visão dos EUA de “nós e eles” com relação a Europa, e se opôs abertamente a ele. Conforme a conferência avançava, Hull relatou que suas discussões com Saavedra Lamas “tornaram-se crescentemente animadas. Nossa última conferência foi acalorada, algumas palavras ásperas foram trocadas, ao menos de meu lado, e nos separamos sem sinais de acordo completo.” Em relação à reunião do Rio de 1942, Hull nunca perdoou a Argentina por frustrar os esforços de Sumner Welles para conseguir um rompimento unânime com o Eixo e, de seu leito hospitalar em Was-

hington, ele disse aos delegados dos EUA à conferência de 1945 das Nações Unidas “que a Argentina, antes de ser admitida nas Nações Unidas e, portanto, à Conferência de San Francisco, deveria se desculpar plenamente por ter desertado a causa das Repúblicas americanas.” Quando sua sugestão foi ignorada, Hull escreveu que a admissão da Argentina nas Nações Unidas fora “a injúria mais colossal feita ao movimento Pan-americano em toda sua história.”<sup>8</sup>

Embora a Argentina tivesse poucos amigos em Washington, ninguém havia dado ao país muita atenção nos dois anos iniciais da guerra, e o golpe militar de junho de 1943 contra um governo conservador decrépito em Buenos Aires passou quase despercebido. Somente depois que uma vitória dos Aliados parecia assegurada, a atenção voltou-se para o sul, despertada por um golpe militar no fim de 1943 na vizinha Bolívia. Daquele momento em diante, o diário do Secretário Assistente de Estado Adolf Berle começou a referir-se regularmente aos novos líderes militares da Argentina: “As informações secretas de que dispomos deixam perfeitamente claro que [o golpe boliviano] foi planejado em Buenos Aires pelo governo militar de Buenos Aires em consulta com gente da inteligência nazista.” Poucos dias mais tarde, Berle acrescentava que “o suposto Mussolini no bando é o Coronel Perón, que tem usado dinheiro prodigamente para fomentar desordem e que propôs estabelecer um bloco fascista controlado pela Argentina abrangendo o norte até o Peru.” Os argentinos, escrevia ele, “estão trabalhando lado a lado com os alemães.”<sup>9</sup>

Pressionada pelos Aliados, preocupada com o crescente arsenal de armas dos EUA vendidas ao rival Brasil e consciente do provável resultado da guerra, no início de 1944 a Argentina finalmente rompeu relações com as potências do Eixo, mas poucas semanas depois, uma disputa pelo poder entre os militares argentinos levou à deposição do General Pedro Ramírez pelo General Edelmiro Farrell. Supondo que o golpe havia sido dado por fascistas argentinos descontentes com o rompimento com a Alemanha, a administração Roosevelt recusou-se a reconhecer o governo Farrell. Em julho, os Estados Unidos afirmaram publicamente que a Argentina “tem aberto e notoriamente ajudado a inimigos declarados das Nações Unidas,” e quando a saúde abalada de Hull forçou-o a limitar suas atividades (e em seguida a renunciar imediatamente após a eleição de 1944), o Presidente Roosevelt disse ao Subsecretário de Estado Edward Stettinius, “Ed, você tem que encerrar os argentinos uma vez por semana. Você tem que tratá-los como crianças.”<sup>10</sup>

Foi nesse ponto que a longa disputa de Washington com a Argentina, que alcançara um nível de animosidade aberta durante a guerra, passou a se confundir com a política dos EUA de encorajamento da democracia. Quando a guerra terminou, Adolf Berle escreveu em seu diário que “Perón está disposto a criar problemas. Ele está reforçando seu exército, transformou em campos armados a fronteira com o Chile e a saliência entre o Rio Grande do Sul e o Paraguai; o exército atinge um total de 400.000 homens, dos quais ele espera ter 200.000 disponíveis o mais cedo possível; tornou completamente fascista a vida do país, não há

oposição tangível à vista.”<sup>11</sup> Sabemos hoje que nada disso estava correto, e que os argentinos estavam conscientes de que não poderiam prosperar diante da hostilidade dos EUA. No fim de março de 1945, um mês depois que o Ato de Chapultepec permitiu que a Argentina se tornasse membro das Nações Unidas sob sua aceitação de “completa solidariedade e uma política comum entre os Estados americanos,” o governo Farrell aceitou o inevitável e declarou guerra ao Japão e – muito relutantemente – à Alemanha, “em vista do fato de que esta é um aliado do Japão.”<sup>12</sup>

Era demasiado tarde para esse passo ser interpretado como algo mais que oportunismo cínico, e Washington respondeu de forma contundente. Reunindo-se com os embaixadores de 12 repúblicas latino-americanas na Blair House em 15 de março, os Estados Unidos pediram aos participantes para estipular que a Argentina não apenas declarasse guerra, mas também extirpasse os fascistas do país. No início a Argentina pareceu capitular, mas somente até que sua cadeira estivesse assegurada nas Nações Unidas. Então, o governo Farrell encerrou sua campanha anti-Eixo, e a nova administração Truman enviou o Embaixador Spruille Braden para reenergizar o processo.

Depois de trabalhar por vinte anos aumentando a fortuna em mineração, no estado de Montana e no Chile, que seu pai havia inicialmente acumulado, Braden aceitara uma nomeação como membro da delegação dos EUA à conferência de Montevideú de 1933, permanecendo em seguida como o delegado dos EUA na conferência de Paz de Chaco. Atraído pela diplomacia e capaz de fazer generosas contribuições de campanha, em 1938 Braden foi nomeado Embaixador na Colômbia; em 1941 ele mudou-se para a embaixada em Cuba. Em ambos os países, mas especialmente na Colômbia, ele distinguiu-se como um procônsul, justificando sua intervenção com a necessidade de desbaratar simpatizantes fascistas.

Braden chegou a Buenos Aires em maio, ao mesmo tempo em que a Alemanha se rendia, e logo concluiu que o governo Farrell nunca pretendia alterar suas tendências fascistas. Empregando a palavra mais pejorativa do vocabulário de sua geração, Braden assumiu a posição de que “aquietação pode ser fatal e devemos nos manter firmes em nossos princípios.” Igualando a óbvia popularidade do Vice Presidente Perón às manifestações de entusiasmo do público alemão por Hitler, ele argumentou que “se aquietarmos agora e permitirmos que a situação fique à deriva, nós teremos que lidar por muito tempo com um governo fascista anti-EUA sob tutela alemã e/ou finalmente com uma revolução.”<sup>13</sup> E assim Braden lançou uma cruzada pública para livrar o país de seus líderes fascistas, uma cruzada que coincidiu mais ou menos com a campanha política argentina para as eleições em fevereiro de 1946. Como Perón era candidato, a estratégia de Braden era convencer o eleitorado a negar a presidência a Perón. Intervindo abertamente na política doméstica, por volta de setembro de 1945 (quando ele retornou a Washington para tornar-se Secretário Assistente de Estado), Braden rivalizava com Perón como a pessoa mais conhecida na Argentina. Nos Estados Unidos, a revista *Time* estampou seu rosto na capa, tendo ao fundo um mapa da

América do Sul e um vaporizador de insetos apontado para uma dúzia de suásticas nazistas pontilhando a Argentina.

John Moors Cabot permanecia na retaguarda como encarregado em Buenos Aires. “Se formos capazes de deixar a panela local fervendo de verdade por alguns meses,” telegrafou ele no começo de outubro, “tenho esperanças de que haverá uma ruptura em alguma parte. As forças democráticas estão começando a avançar, ainda que cuidadosamente, com sua própria energia.” Esta precisão, parecia corresponder a realidade. Em meados de outubro, Perón foi detido por seus rivais entre os militares argentinos, desencadeando uma luta interna absolutamente furiosa pelo poder. Mas então, com Perón prisioneiro numa ilha no estuário, os trabalhadores argentinos mudaram o curso da história de sua nação. Logo depois dos *descamisados* fluírem através do Riachuelo e para a Plaza de Mayo, exigindo que Perón fosse libertado, Cabot telegrafou: “Natureza fascista do regime de Perón novamente enfatizada pelos eventos de ontem. Manifestações mostraram excelente organização de arruaceiros nas linhas fascistas dos Camisas Pardas ou Camisas Negras. Eventos indicam novamente que Perón planeja uma ditadura totalitária proletária com apoio militar e policial.”<sup>14</sup>

Por mais desapontado que pudesse ter ficado com a demonstração de 17 de outubro que restaurou o poder de Perón, Cabot era também um experiente diplomata de carreira, e reconheceu que uma política de hostilidade estava agora fadada ao fracasso. Como Braden nunca aceitaria uma acomodação, Cabot procurou convencer o ajudante do Secretário Assistente, Ellis Briggs, outro diplomata de carreira e progressista do New Deal. O problema com a abordagem de Braden, escreveu Cabot, era que os antiperonistas eram profundamente impopulares: “Eles foram amplamente responsáveis, com suas políticas reacionárias, pela atual confusão aqui.” Além disso, os opositores de Perón não eram amigos dos Estados Unidos: “Foram eles muitas vezes que foram refratários em relação ao pan-americanismo, senão diretamente antiamericanos.” A oposição estava também dividida irremediavelmente em microfaccções, que simplesmente refletiam “a natureza inerentemente ingovernável dos argentinos (se você pudesse dirigir uns poucos metros numa rua de Buenos Aires você compreenderia o que quero dizer).” Dada esta situação, e consciente de que Perón usaria a insistente oposição aos EUA para gerar apoio eleitoral entre os nacionalistas argentinos, Cabot sugeria moderação; “não podemos levar nossa política de endurecimento a extremos tais que ela se torne *contraproducente*.”<sup>15</sup>

O que informava esta concepção de Cabot era um telegrama vindo, em meados de agosto, de Washington, instruindo a embaixada a desenvolver uma “apresentação dos fatos bem documentada” para convencer outros governos latino-americanos do fracasso da Argentina em reprimir a influência nazista. Cabot tentou convencer Washington de que tal apresentação não era necessária, argumentando em primeiro lugar que o governo Farrell-Perón havia feito “grandes progressos” na repressão aos fascistas na Argentina. Quando esta argumentação fracassou, ele alertou Washington que “qualquer publicação depois de 1 de janei-



ro certamente será rotulada pelo grupo de Perón como um esforço canhestro para influenciar a eleição.” Então, quando Cabot soube que Braden estava indo adiante com a publicação de um documento acusador, ele avisou que acusações imprecisas contra Perón, “podem influenciar desfavoravelmente um amplo setor da opinião pública argentina que é realmente ou potencialmente oposto [a] Perón, mas que faz objeção ao que considera nossa constante atuação da Argentina.”<sup>16</sup>

Entusiasmados com um senso de onipotência adquirido no pós-guerra, os caçadores de nazistas no Departamento de Estado pareciam imunes ao argumento de Cabot. Há anos eles vinham identificando subversivos na América Latina – quando o diretor da escola de jornalismo da Columbia University fez uma viagem à América do Sul em 1942, ele ficou impressionado em ver que “no Brasil e na Argentina, os Estados Unidos têm agentes do FBI e de outras agências de inteligência governamentais rastreando agentes do Eixo.”<sup>17</sup> Uma história confidencial da cooperação latino-americana, na época da guerra, descreveu esta caça aos nazistas: “para alimentar esta ameaça interna, um programa de recolhimento, deportação e internação das figuras principais nas organizações do Eixo foi instituído pelas repúblicas americanas. De um país, cerca de 2.000 agentes envolvidos com sabotagem e espionagem do Eixo foram deportados para os Estados Unidos devido à ausência de lugar para mantê-los no país em questão. Outros montaram seus próprios campos de internamento para figuras-chave e removeram os naturais dos países do Eixo da vizinhança e de instalações vitais.”<sup>18</sup> Até hoje, ninguém sabe dizer se essas medidas eram necessárias, do mesmo modo que ninguém pode dizer, com certeza, se os imigrantes japoneses confinados em campos nos Estados Unidos cometeriam traição contra seu país de adoção se tivessem permanecido em liberdade. Mas estas questões de difíceis respostas, não eram levantadas, a nação estava em guerra, e os funcionários dos EUA preferiam prevenir do que remediar. Deste modo os Estados Unidos continuamente acrescentavam nomes à Lista Proclamada de simpatizantes do Eixo – havia cerca de 8.500 latino-americanos em 16 nações, 3.000 dos quais foram deportados para detenção nos Estados Unidos.

Em diversos casos, essas listas de alegados simpatizantes do Eixo eram incorporadas num documento formal que era entregue ao governo local para que adotasse medidas – como o Embaixador George Messersmith lembrou o Secretário Assistente de Estado Rockefeller perto do fim da guerra, “nosso pessoal colaborou intimamente com as autoridades mexicanas, fornecendo informação referente a estrangeiros inimigos perigosos. Geralmente, quando passávamos essa informação, o homem era apanhado e enviado a uma prisão ou campo de detenção ou outras medidas apropriadas eram tomadas.” Depois do golpe militar boliviano de 1943, quando os alegados fascistas controlavam o governo, o Departamento de Estado, desta vez, distribuiu seu documento “Conexões Fascistas do Novo Regime Boliviano” a todos os outros governos latino-americanos. De modo semelhante, Adolf Berle levou um documento com uma lista de nazistas argentinos para a conferência de Chapultepec, em 1945, para o caso de governos latino-americanos su-

gerirem que a Argentina fosse convidada a participar.<sup>19</sup> O documento de Berle serviu como o primeiro esboço do Livro Azul de Spruille Braden (assim chamado devido à cor de sua capa), que foi entregue à imprensa e aos governos latino-americanos em 11 de fevereiro de 1946, duas semanas antes das eleições argentinas. O ponto essencial do extenso memorando era que “a máquina totalitária na Argentina é uma parceria de interesses nazistas alemães com uma poderosa coalizão de elementos totalitários argentinos ativos, tanto militares como civis.”<sup>20</sup>

Ninguém pode negar que a sociedade argentina continha elementos fascistas, nem que a Argentina do pós-guerra serviu como um refúgio clandestino para criminosos de guerra nazistas, mas caracterizar o governo Farrell-Perón em 1946 como “uma parceria de interesses nazistas alemães com uma poderosa coalizão de elementos totalitários argentinos ativos” é tão brutalmente inexacto que chega a ser irresponsável. Tal acusação ignora a evidência avassaladora de que o peronismo era um fenômeno argentino doméstico, representando a mobilização política da classe trabalhadora urbana anteriormente marginalizada. Essa mobilização era baseada, por sua vez, em mudanças estruturais na economia de exportações agrícolas argentina.<sup>21</sup> A principal relação do peronismo com o fascismo europeu estava relacionada ao momento histórico e às oportunidades do período; o peronismo apareceu quando o fascismo já havia se estabelecido, e funcionários, como Spruille Braden, equivocadamente identificavam co-variação com a causalidade.

A reação latino-americana ao Livro Azul foi variada. O embaixador dos EUA no Peru relatou que ninguém queria questionar os Estados Unidos, mas “suas respostas sem compromissos e a impressão geral fornecida, entretanto, são de que a publicação do Livro Azul foi um equívoco, inoportuno, e que pode ter feito mais mal do que bem.” De modo semelhante, o Embaixador dos EUA no Chile telegrafou dizendo que “a imprensa comercial e que apóia o Governo publicou editoriais questionando seriamente a ética de tal publicação,” enquanto o melhor aliado de Washington na América do Sul, o Brasil, respondia diplomaticamente que “não se sente à vontade para entrar numa análise dos elementos que estarão compondo o novo Governo argentino.” Por outro lado, o Embaixador da Nicarágua em Washington disse ao Departamento de Estado que “o Presidente Somoza, que lê bem inglês, leu o livro com grande atenção e ficou muito impressionado com seu conteúdo. Ele caracterizou o livro como brilhante e quis informar o Sr. Braden que ele e seu Governo estão inteiramente de acordo com suas conclusões e que o Sr. Braden pode contar com o apoio nicaraguense.”<sup>22</sup>

O Livro Azul tinha como público alvo o eleitorado argentino, e aqui a reação foi preponderantemente desfavorável. Perón não precisou de seu gênio político para reconhecer aquela como uma oportunidade extraordinária, e aproveitou para publicar o “Livro Azul e Branco” (as cores nacionais da Argentina) como uma réplica, e cobriu os muros do país com um novo slogan de campanha: “Braden ou Perón.” Entre os eleitores argentinos indecisos que optaram por Perón depois do Livro Azul, estava o Almirante Aníbal Olivieri, que se tornaria Ministro

da Marinha. Braden, disse ele, “feriu minha sensibilidade da mesma forma que teria ferido a de norte-americanos, indonésios ou franceses, se um estrangeiro tomasse liberdades contra os direitos e o respeito que um povo livre merece. Eu decidi apoiar o Coronel Perón. Eu teria apoiado qualquer argentino que adotasse a posição que Perón adotou. Se os outros candidatos presidenciais tivessem rejeitado essa interferência, talvez o destino me tivesse deixado à parte da luta aberta, mas ele foi o único que o fez.” Um dos mais proeminentes adversários de Perón concordou, dizendo ao ex-Presidente Herbert Hoover que “se ressentira do Livro Azul como um ataque ao povo argentino.” E assim, numa eleição que Cabot caracterizou como “a mais limpa na história argentina,” o eleitorado escolheu Perón.<sup>23</sup>

Era agora aparente para quase todos que a abordagem Hull-Braden para a Argentina não dera certo, e o Encarregado Cabot exigiu vigorosamente uma reconsideração da política dos EUA. “Devo reiterar o que já mencionei em meus telegramas: que a atmosfera aqui mudou decididamente desde que Spruille partiu; que a maioria dos argentinos não gosta de nossa atitude, e que quanto mais falarmos no assunto menos eles vão gostar.”<sup>24</sup> A resposta de Braden foi embarcar Cabot para a Iugoslávia.

Mas nessa altura Braden estava fora do ritmo da política adotada por quase todos seus colegas no Departamento de Estado, e o próprio Presidente Truman estava cada vez mais impaciente com uma abordagem que colocava os Estados Unidos na posição insustentável de se opor à vontade óbvia do eleitorado argentino. Em junho de 1946, ele pediu ao ex-Presidente Herbert Hoover para servir como presidente honorário da Comissão de Emergência da Fome, que procurava doações de alimentos para a Europa devastada pela guerra. Numa reunião na Casa Branca, o ex-Presidente disse a Truman que queria procurar a cooperação da Argentina, fazendo com que o Secretário de Agricultura Clinton Anderson interrompesse com a observação de que “o Departamento de Estado vai protestar contra este gesto do Sr. Hoover.” Truman replicou: “Não lhes daremos a oportunidade, vou anunciar esta medida imediatamente.”<sup>25</sup> E assim Hoover foi à Argentina e assegurou a cooperação de Perón. Em seu encontro, Perón mencionou que o ouro da Argentina ainda estava congelado nos Estados Unidos e que firmas argentinas permaneciam na Lista Proclamada, um ano após a guerra ter acabado. Hoover informou Truman, que imediatamente ordenou a remoção de todas as restrições da época da guerra nas relações com a Argentina. Por volta de meados de 1947, Braden estava aposentado, as relações com a Argentina haviam sido normalizadas e a batalha contra o fascismo estava finalmente encerrada. Mas Braden havia previsto o que agora aparecia no horizonte, pois logo após a eleição de 1946 na Argentina, ele relatava que “os comunas estão agora ativamente atrelando-se ao carro de Perón.”<sup>26</sup>

Se Braden e seus colegas do Departamento de Estado não puderam convencer os argentinos a aceitar sua visão de democracia, talvez eles pudessem ter mais sucesso na Nicarágua, onde demonstrações antigovernamentais em meados

de 1944 já haviam levado Anastasio Somoza a anunciar que não tentaria a reeleição, quando seu mandato expirasse em 1947. Em meados de 1945, o Embaixador William Warren informou que Somoza havia mencionado que “ele queria que eu e o Departamento de Estado pensássemos com ele numa pessoa apropriada para receber a nomeação. Ele enfatizou que a pessoa selecionada deveria ser alguém que cuidasse dos interesses dos Estados Unidos e da Nicarágua.” O Secretário de Estado Byrnes recusou imediatamente a oferta de Somoza. Quase ao mesmo tempo, um dos principais adversários de Somoza pediu ao Departamento de Estado para designar novamente Harold Dodds (agora reitor da Princeton University) para revisar mais uma vez o código eleitoral da Nicarágua. O Departamento respondeu que a Nicarágua tinha a liberdade de contratar os serviços de Dodds, mas que recusava-se a atuar como intermediário.<sup>27</sup>

Esta abordagem do Departamento de Estado, evitando interferir na Nicarágua, foi severamente testada pelos contínuos pedidos de Somoza de ajuda militar dos EUA. Mestre em deixar de lado as necessidades do país para servir aos interesses dos EUA, dessa vez Somoza interpretou mal a opinião dos EUA, pois numa nota pessoal a FDR, no fim de 1944, ele argumentou que a *Guardia Nacional* da Nicarágua precisava de armas, porque era a única força capaz de deter a ambição imperial do México: “Este propósito do México, que não esconde sua repugnância pelos Estados Unidos, tem encontrado e continuará a encontrar minha oposição e a da Nicarágua [que] tornou-se uma fortaleza para a mais íntima colaboração e amizade com sua nação sobre a base valiosa da Boa Vizinhança. A Nicarágua é como uma fortaleza e um quebra-mar contra o comunismo que diligentemente procura infiltrar-se na América Central como um dos aspectos da política mexicana.”<sup>28</sup>

O que Somoza não percebia é que as relações EUA-México estavam mais cordiais do que em qualquer período desde 1910, e que o comunismo ainda não era uma ameaça crível; na verdade, quando Somoza escreveu esta nota, os Estados Unidos estavam ativamente envolvidos em ajudar a União Soviética a estabelecer laços diplomáticos com governos latino-americanos – em março de 1945, o Subsecretário de Estado Joseph Grew chegou a convidar para sua casa o Embaixador Soviético Gromyko para que ele pudesse se encontrar informalmente com funcionários brasileiros.<sup>29</sup> Como o Departamento de Estado não levou a sério nem o aspecto anti-México nem o aspecto anticomunista do argumento de Somoza, quando o embaixador da Nicarágua telefonou ao Departamento de Estado para alertar que a decisão de Somoza de não ser candidato poderia encorajar “elementos esquerdistas” a disputar o cargo, o Secretário Assistente Braden lhe disse “que a melhor maneira de praticar a democracia é praticá-la e que às vezes o caminho é árduo. Se elementos esquerdistas ou antiamericanos devem se tornar ativos, bem, isto apenas faz parte do difícil progresso rumo à meta democrática.”<sup>30</sup>

Por outro lado, o pedido de Somoza de auxílio militar caía dentro da política geral dos EUA de ajudar os fabricantes dos EUA. Como o Secretário da Guerra Stimson comentou sobre a venda de aviões excedentes no fim de 1944, a

ajuda militar “parecia sábia e útil e tenderia a cultivar boas relações com os sul-americanos que poderiam revelar-se muito lucrativas no futuro para a nossa indústria aeronáutica.” Não obstante, quando os militares dos EUA propuseram estimular a exportação de armas no fim de 1946, o Secretário Assistente Braden argumentou que as vendas iriam “perpetuar o poder de grupos militares reacionários” e “impor um pesado fardo para propósitos improdutivo sobre as fracas economias da América Latina, retardando deste modo o progresso social.” Esta era também a visão do Subsecretário de Estado Dean Acheson.<sup>31</sup>

No caso da Nicarágua, o embaixador dos EUA em Manágua tendia a concordar com os que eram a favor de ajuda militar. O Embaixador Warren argumentava que a Nicarágua merecia alguma recompensa pelo sólido apoio durante a guerra; ele observou que Somoza “ficara consternado e magoado [por] não ter conseguido receber os poucos rifles e a pequena quantidade de munição que estava tentando obter, como ele disse, há dois anos.” Mas o enviado estava consciente do uso que seria dado a essas armas, e, como um compromisso, ele sugeriu adiar a entrega de qualquer ajuda militar substancial, como, por exemplo, aviões: “O Governo nicaragüense já tem experiência com metralhadoras acopladas em aviões BT-13. Quaisquer aviões que fornecermos à Nicarágua por ora, serão considerados por uma boa parte da população (talvez uma maioria esmagadora) como ajuda dada ao atual governo para reprimir seu próprio povo.”<sup>32</sup>

Entendendo que a Nicarágua estava preparando-se para uma eleição democrática, a administração forneceu a Somoza a maioria das armas que ele requisitara. Então, em março de 1947, poucos dias depois dos eleitores da Nicarágua terem escolhido o sucessor de Somoza, o Presidente Truman fez uma breve visita ao México, onde ele se empenhou em sublinhar o compromisso dos EUA com a não-intervenção, continuando um esforço de vinte anos para dissipar os temores mexicanos de ambição imperial dos EUA.<sup>33</sup> Somoza aparentemente interpretou a garantia de Truman como significando que também ele não tinha motivos para temer intervenção, pois exatamente vinte e sete dias após a posse de seu sucessor, Somoza ordenou que sua Guarda Nacional derrubasse o novo governo. Revoltados, os Estados Unidos uniram-se aos esforços para excluir a Nicarágua da conferência do Rio de 1947 e esperaram quase um ano antes de enviar um novo Embaixador à Manágua.

Este foi um momento desestimulante para a recente política dos EUA que procurava promover a democracia na América Latina, e enquanto os funcionários do Departamento de Estado ressentiam-se com os resultados da política na Argentina e na Nicarágua, eles chegaram a crer que os Estados Unidos estavam tentando fazer o impossível. Esta crença foi melhor captada pelo funcionário das Relações Exteriores que havia ajudado no “nascimento” da democracia na Nicarágua de 1929 a 1933, e mais tarde serviu como Embaixador da Guerra Fria na América Latina: “Eu sabia que Tacho era *mañoso*; que ele estava sendo esperto, astuto. Mas sejamos francos: na sociedade nicaragüense um grau de *maña* pode ser um requisito de sobrevivência. Os nicaragüenses não são graduados em Groton.” Esta

análise foi utilizada igualmente para a Argentina, onde o embaixador de Truman escreveu que “falta muito aos argentinos em seu atual estágio de desenvolvimento para compreender e praticar a verdadeira democracia com todas as liberdades que a acompanham, tal como temos nos Estados Unidos.”<sup>34</sup>

Esta explicação para o fracasso da democracia na Nicarágua e Argentina refletia um tipo de pensamento que influenciou intensamente o processo de política externa na década de 1940. Embora o uso da cultura para explicar comportamento político (neste caso, a persistência de ditaduras) não fosse algo novo para o Departamento de Estado, em meados da década de 1930, seus funcionários haviam começado a sistematizar esta aplicação identificando o “caráter nacional” básico dos países através do mundo, seguindo as referências trabalhadas por Ruth Benedict em seu seminal *Patterns of Cultura*, publicado em 1934. Este empenho expandiu-se dramaticamente quando vários antropólogos entraram para o serviço do governo durante a Segunda Guerra Mundial – uma época excitante, escreveu Margaret Mead, quando acadêmicos tornaram-se ativistas, e “a atenção foi centralizada na necessidade de entender e prever o comportamento dos inimigos de uma nação, de seus aliados e de sua própria população, suas reações aos bombardeios, ao racionamento de alimentos, às guerras de nervos, à invasão, à ocupação.”<sup>35</sup> As necessidades da guerra motivaram vários dos clássicos da antropologia cultural, incluindo *The Chrysanthemum and the Sword: Patterns of Japanese Culture* (1946) de Ruth Benedict; *Is Germany Incurable?* (1943) de Richard Brickner; e *And Keep your Power Dry* (1943) de Margaret Mead.

Por volta do final da década de 1940, praticamente todo embaixador dos EUA na América Latina havia produzido algo semelhante a uma análise do caráter nacional da nação hospedeira. Dois relatórios de Cuba são ilustrativos. O mais rudimentar dos dois, equivocadamente intitulado “Um Estudo das Relações Cubano-Americanas,” era obra do Segundo Secretário da Embaixada, H. Bartlett Wells. Sua análise começava com uma descrição do “estado de fermentação e licença social” de Cuba. Essa “indisciplina organizada tornou-se, por razões históricas, cujas forças ainda não se extinguiram, um fetiche da vida pública cubana...Seria talvez mais seguro dizer que nenhum cubano é orientado por algum sistema de restrições em sua conduta política, social ou talvez até mesmo comercial.” Wells nunca identificou a fonte dessa “indisciplina organizada,” mas acreditava que ela era uma característica permanente da vida cubana: “Esta é uma condição que não tem cura, salvo através do desenvolvimento de um caráter social saudável e geral como resultado de um prolongado período de paz interna, prosperidade razoavelmente bem mantida e ausência de irritação. Todas essas coisas parecem grandes demais para serem esperadas.”<sup>36</sup>

Uma segunda análise, mais bem elaborada, “*Component Elements of Cuban Temperament*” foi realizada em 1948 por James Cortada, que dirigia um negócio de importação, em Havana, antes de ingressar na embaixada como funcionário especializado em economia, em 1942 e, como Wells, ali permaneceu ocupando vários postos no Departamento de Estado numa carreira de três déca-

das. Cortada concordava em que o fermento e a licença sociais eram o problema coletivo de Cuba (seu termo para isto era “o espírito de indisciplina cubano”); mas diferente de Wells, que centrava-se sobre os efeitos do problema, Cortada examinava primeiro os traços de personalidade amplamente compartilhados – o caráter nacional – que produzia o problema. A vaidade, relatava ele, era a chave para o mistério cubano: “Embora a vaidade seja uma característica prevalecte de todos os latino-americanos,” escreveu ele, “nos cubanos ela tem um significado especial. Adequadamente compreendido, este traço contém até certo ponto a linha mestra do temperamento cubano. O senso exacerbado de honra dos espanhóis degenerou em Cuba numa vaidade excessiva e ridícula. Este traço contribui para as atitudes descompromissadas dos cubanos em certas questões econômicas e políticas. A vaidade está na raiz do espírito cubano de indisciplina e é responsável pelas ações ridículas de certas figuras públicas meramente com o propósito de chamar a atenção.”

Cortada oferece, então, um catálogo de manifestações comportamentais da vaidade cubana:

“Os cubanos tendem a ser extremamente nervosos, o que, associado a uma tendência a perturbações no estômago e no fígado, freqüentemente os tornam irritadiços e excitáveis.”

“Em contraste com seu registro nacional de vontade fraca, os cubanos individualmente dão a impressão de um povo alerta. Isto pode ser atribuído a uma acentuada tendência cubana ao blefe.”

“Os cubanos riem de tudo, não com ceticismo maduro mas com a ligeireza do escapismo.”

“Eles são extremamente mão-aberta com dinheiro e geralmente vivem além de seus meios. Este espírito de prodigalidade transborda para as finanças públicas, e as despesas administrativas invariavelmente excedem a receita.”

“Os cubanos são mais amistosos e menos formais que a maioria dos outros latino-americanos, mas eles têm traços acentuados em maior ou menor grau que são comuns a todos – tais como vaidade, uso de procedimento indireto, coragem pessoal, consciência musical, indisciplina e nervosismo.”

Alguns grupos dentro da sociedade cubana recebiam menção especial. As mulheres cubanas “prodigalizavam e exageravam a ternura por seus filhos, estragando-os totalmente desde a primeira infância e fornecendo, assim, uma base para sua futura falta de disciplina.” O camponês cubano típico “tem pouca ambição ou energia, mas a despeito de sua miséria está razoavelmente feliz com sua sorte e resiste à mudança,” enquanto que “os hábitos intelectuais da [classe média], tais como a leitura, são tão triviais como os das classes superiores; a leitura, por exemplo, está confinada, geralmente, apenas a jornais e revistas.”<sup>37</sup>

Nem Wells nem Cortada eram importantes articuladores políticos, mas eles representavam um tipo de pensamento que parece ter sido compartilhado por muitos dos funcionários graduados responsáveis pela elaboração da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, no fim da Segunda Guerra Mundial. George Kennan foi o único funcionário graduado dessa época a preparar uma explicação razoavelmente elaborada do comportamento latino-americano baseada no caráter, e o fez apenas porque havia sido privado da oportunidade de trabalhar sobre questões políticas. Tendo perdido a confiança do Secretário de Estado Dean Acheson, em 1950 Kennan já havia renunciado como Conselheiro do Departamento de Estado, quando recebeu um convite para falar numa reunião de embaixadores dos EUA no Rio de Janeiro. Ele aproveitou o convite para transformar sua primeira viagem à América Latina num *tour* mais extenso pelo continente.

Ele não gostou da viagem. Na Cidade do México, “a atividade noturna me pareceu conturbada, opressiva e ameaçadora,” escreveu ele. Caracas “me estarreciu com seus engarrafamentos cheios de buzinas e gritaria, seus preços incrivelmente altos, sua economia febril corrompida pelo dinheiro do petróleo”; o Rio “me causou repulsa com seu trânsito barulhento selvagemmente competitivo”; Buenos Aires tinha “um clima curioso de apreensão e melancolia misturadas”; e em Lima “fiquei deprimido pela constatação de que não chovia naquele lugar há vinte e nove anos, pela dedução de que uma parte da sujeira presumivelmente estava lá, intocada, por todo aquele tempo.” Adotando a linguagem freudiana popular na época, Kennan disse que na América Latina “o reconhecimento subconsciente do fracasso do esforço do grupo encontra sua expressão num autocentramento e egoísmo exagerados – numa patética necessidade de criar a ilusão de coragem desesperada, suprema esperteza e uma virilidade sem limites onde as virtudes mais construtivas estão tão ostensivamente ausentes.” A conclusão de Kennan, como a de John Quincy Adams, era esmagadoramente pessimista: “parece improvável que possa haver alguma outra região da terra onde a natureza e o comportamento humano pudessem ter se combinado para produzir um *background* mais infeliz e sem esperança para a conduta da vida humana do que na América Latina.”<sup>38</sup> Esta conclusão explicava o fracasso da democracia em estabelecer raízes na região e, funestamente, sugeria o perigo que jazia adiante.

## notas

- 1 Notter a Laurence Duggan, 12 de setembro de 1939, 710.11/2417 1/2, NA M1276/R17.
- 2 Welles a Roosevelt, 7 de dezembro de 1942, 837.001/Batista, Fulgencio/80, NA.
- 3 Armour a Long, 3 de outubro de 1944, FRUS 1944, vol.7, p.1140.
- 4 Braden a Byrnes, 11 de julho de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.391.
- 5 Briggs a Stettinius, 20 de dezembro de 1944, FRUS 1944, vol.7, p.132.



6 Briggs a Byrnes, 3 de janeiro de 1945; Byrnes a McGurk, 16 de novembro de 1945; Lembrete do Departamento de Estado à Embaixada Dominicana, 28 de dezembro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.975, 987-988, 994.

7 Hull, *Memoirs*, vol.2, p.1377.

8 Hull, *Memoirs*, vol.1, p.497-498, e vol.2, p.1405, 1408. Para uma visão crítica de um associado da *vendetta* anti-Argentina de Hull, ver Sumner Welles, *Where Are We Heading?* (New York: Harper and Brothers, 1946), p.197 s.

9 Diário de Berle, 6 e 10 de janeiro de 1944, Rolo 5, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, New York.

10 Departamento de Estado *Bulletin*, 30 de julho de 1944, p.107; ver também 1 de outubro de 1944, p.337; a declaração de FDR a Stettinius em 18 de maio de 1944 é citada pelo Secretário do Tesouro Henry Morgenthau, Jr., num memorando, "Re: CABINET," 18 de maio de 1944, Diário de Morgenthau, livro 733, p.29-31, Morgenthau Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

11 Diário de Berle, 12 de fevereiro de 1945, Rolo 5, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

12 A requisição de solidariedade está no Artigo 59 do *Final Act of the Inter-American Conference on Problems of War and Peace*, assinado na Cidade do México, 7 de março de 1945; a declaração de guerra da Argentina está traduzida e reimpressa no Departamento de Estado *Bulletin*, 8 de abril de 1945, p.611-3.

13 Braden a Byrnes, 5 de julho e 4 de setembro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.389, 406, 408.

14 Cabot a Byrnes, 19 de outubro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.422-3.

15 Cabot a Byrnes, 19 de outubro de 1945; Cabot a Briggs, 17 de novembro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.422-3, 427-31.

16 Cabot a Briggs, 17 de novembro de 1945; Cabot a Byrnes, 4 e 13 de dezembro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.429, 436, 493; as instruções para elaborar um relatório estão em Byrnes a Braden, 14 de agosto de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.403.

17 Harry Ackerman, Memorando, 10 de março de 1942, 740.0011 Guerra Européia 1939/20564, NA M982/R108.

18 *History of Latin American Military Cooperation in the War Effort*, 3 de setembro de 1944, Registros da Divisão de Operações, Equipes Geral e Especial do Departamento da Guerra (RG 165), NA.

19 Messersmith a Rockefeller, 27 de abril de 1945, 812.00/4-2745, NA LM112/R1; Divisão de Repúblicas Americanas, *Fascist Connections of the New Bolivian Regime*, 1 de janeiro de 1944, 844.00/1-144, NA, partes do qual estão incluídas em Hull a Certos Representantes Diplomáticos nas Repúblicas Americanas, 10 de janeiro de 1944, FRUS 1944, vol.7, p.430-432; Diário de Berle, 21 de fevereiro de 1946, Rolo 6, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

20 Departamento de Estado dos EUA, *Consultation Among the American Republics with Respect to the Argentine Situation: Memorandum of the United States Government* (Washington, D.C.:GPO, 1946), p.65-6.

21 Lars Schoultz, *The Populist Challenge: Argentine Electoral Behavior in the Postwar Era* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983).

22 Pawley a Byrnes, 25 de fevereiro de 1946; Bowers a Byrnes, 23 de fevereiro de 1946; Daniels a Byrnes, 1 de abril de 1946; Memorando sobre a conversa com Guillermo Sevilla-Sca-sa, 1 de março de 1946, FRUS 1946, vol.11, p.9, 219, 222, 227-8.

- 23 Aníbal O. Olivieri, *Dos veces rebelde* (Buenos Aires, Ediciones Sigla, 1958), p.26-27; Diário de Hoover, "Argentina June 6, 7, 8, 9, 10, 1946," Diários, Viagem Sul-americana, Biblioteca Herbert Hoover, West Branch, Iowa; Cabot a Byrnes, 25 de fevereiro de 1946, FRUS 1946, vol.11, p.221-2, 230.
- 24 Cabot a Butler, 26 de março de 1946, FRUS 1946, vol.11, p.239.
- 25 Diário de Hoover, "Argentina Junho 6, 7, 8, 9, 10, 1946," Diários, Viagem Sul-americana, Biblioteca Herbert Hoover, West Branch, Iowa.
- 26 Braden a Messersmith, 8 de março de 1946, FRUS 1946, vol.11,p.233.
- 27 Warren a Byrnes, 18 e 29 de agosto de 1945; Byrnes a Warren, 31 de agosto e 4 de setembro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.1216-1219.
- 28 Somoza a Roosevelt, 23 de dezembro de 1944, FRUS 1945, vol.9, p.1194.
- 29 Duggan a Baol, 1 de janeiro de 1944, FRUS 1944, vol.7, p.170-171; Grew, *Memorandum of Conversation*, 12 de março de 1945, ambos FRUS 1945, vol.9, p.224-6.
- 30 Memorando sobre conversa com Sevilla-Sacasa, 17 de dezembro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.1230.
- 31 Diário de Stimson, 1 de novembro de 1944, Henry Stimson Papers, Rolo 9, Yale University; Braden a Byrnes, 16 de dezembro de 1946, FRUS 1946, vol.11, p.109-10; Acheson a Tatterson, 19 de março de 1947, FRUS 1947, vol.8, p.105-6.
- 32 Warren a Byrnes, 18 de julho de 1945 e 15 de novembro de 1945, FRUS 1945, vol.9, p.1202-4, 1210-1.
- 33 *PPP, Harry S. Truman, 1947*, p.166.
- 34 Willard L. Beaulac, *The Fractured Continent: Latin America Close-Up* (Stanford: Hoover Institution Press, 1980), p.212; Stanton Griffis, *Lying in State* (New York: Doubleday, 1952), p.264.
- 35 Margaret Mead, "The Study of National Character," in *The Policy Sciences*, Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, eds. (Stanford: Stanford University Press, 1951), p.75.
- 36 H. Bartlett Wells, *A Study in Cuban-American Relations*, 8 de setembro de 1947, 711.37/9-847, NA.
- 37 James N. Cortada, *Component Elements of Cuban Temperament*, 4 de fevereiro de 1948, 837.50/2-448, NA.
- 38 O relatório está reimpresso em George F. Kennan, *Memoirs* (Boston: Little, Brown, 1967), p.476-83.

## **o combate ao comunismo com ditadores amistosos**

Você tem que afagá-los um pouquinho e fazê-los pensar que você gosta deles.

*Secretário de Estado John Foster Dulles, 1953*

Um mês após a morte de FDR, o Secretário da Guerra Henry Stimson fez ao Presidente Truman um grave prognóstico: a guerra na Europa havia acabado, o fim estava à vista no Pacífico, mas os assessores da administração “todos concordam com a probabilidade de pestilência e fome na Europa Central no próximo inverno. Isto tende a ser seguido de revolução política e infiltração comunista.”<sup>71</sup> Dois anos mais tarde, a previsão de Stimson estava se realizando com a recuperação da Europa parada e a expansão soviética ainda mais ameaçadora, e, portanto, em março de 1947, o Presidente foi ao Capitólio requerer ajuda para combater insurreições comunistas na Grécia e Turquia. Evocando a experiência da Alemanha de Weimar, Truman afirmou que “as sementes dos regimes totalitários são alimentadas pela miséria e escassez. Elas se espalham e crescem no solo maligno da pobreza e da discórdia. Elas atingem seu crescimento pleno quando a esperança de um povo por uma vida melhor morre. Temos que manter esta esperança viva.”<sup>72</sup>

Esta mensagem não se referia à América Latina – ao menos não ainda. Mais tarde, naquele mesmo ano, quando os Estados Unidos e seus vizinhos latino-americanos se reuniram no Rio de Janeiro para assinar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o Presidente Truman sublinhou seu interesse assistindo as cerimônias de encerramento, mas seu discurso desapontou profundamente os delegados na conferência. Anteriormente, na conferência da Cidade do México de 1945, os Estados Unidos haviam rejeitado os pedidos de ajuda da América Latina, mas o plano de recuperação européia de Truman havia despertado esperanças novamente; ele as dissipou no Rio. A América Latina não seria incluída no recentemente anunciado Plano Marshall porque “os problemas dos países neste hemisfério são de natureza diferente e não podem ser atenuados pelos mes-

mos meios e abordagens que contemplem a Europa.” Enquanto a Europa receberia ajuda governamental dos EUA, “um papel muito maior cabe aos cidadãos e grupos privados” na América Latina.<sup>3</sup> Em 1948, o Secretário de Estado George Marshall repetiu claramente esta mensagem em seu discurso à Nona Conferência Internacional de Estados Americanos em Bogotá.

Nós temos que enfrentar a realidade. Permitam-me falar com vocês francamente sobre os tremendos problemas que os Estados Unidos estão enfrentando. Após quatro anos de supremo esforço e um milhão de baixas, nós viamos à frente um estado de tranqüilidade que nos permitiria reorganizar nossa economia, tendo feito vastas despesas em recursos naturais e dinheiro. Ao invés disso, meu povo viu-se diante da necessidade urgente de ir ao encontro de responsabilidades avassaladoras e inescapáveis – humanitárias, políticas e financeiras – no mundo todo, na Europa Ocidental, na Alemanha e na Áustria, na Grécia e na Turquia, no Oriente Médio, na China, Japão e Coréia.

Marshall disse que o dinheiro para o desenvolvimento econômico da América Latina deveria vir de fontes privadas.<sup>4</sup>

Os latino-americanos podem não ter gostado do que ouviram no Rio e em Bogotá, mas os funcionários dos EUA esperavam que eles compreendessem que a Europa necessitava do Plano Marshall, não porque tivesse sido destruída pela guerra, mas também porque havia se tornado o local de confronto entre o comunismo e o capitalismo, entre o totalitarismo e democracia. A Europa era apenas o primeiro alvo do comunismo, como observou o Conselho de Segurança Nacional do Presidente Truman: “o objetivo final do comunismo mundial dirigido pelos soviéticos é o domínio do mundo.”<sup>5</sup> A resposta dos EUA a este comportamento agressivo veio a ser conhecida como contenção, porque era como o principal especialista em União Soviética do Departamento de Estado, George Kennan, a chamava: “A pressão soviética contra as instituições livres do mundo ocidental é algo que deve ser contido pela aplicação hábil e vigilante de contra-força numa série de pontos geográficos e políticos em constante deslocamento.”<sup>6</sup>

Longe das fronteiras da União Soviética, a América Latina não estava ainda ameaçada, e, portanto, não exigia muita atenção. Pouco antes da conferência de Bogotá em 1948, a Equipe de Planejamento Político do Departamento de Estado concluiu “que o comunismo na América é um perigo potencial, mas que, com umas poucas, possíveis exceções, não é seriamente perigoso atualmente.” Esta análise era compartilhada pelo Secretário da nova administração republicana a ser empossada, John Foster Dulles, que concordava que o Kremlin não estava pronto ainda para expandir-se nos países latino-americanos, mas alertava para o fato de que “muitos de seus trabalhadores – industriais e agrícolas – não desfrutavam de bons padrões de vida. Isto oferece oportunidade para a propaganda comunista.” O Departamento de Estado delineava também sua análise de 1948 alertando que “estas avaliações da capacidade comunista podem requerer revisão se a dominação comunista espalhar-se ainda mais pela Europa, particularmente para

a Itália e França. Existem grandes colônias de imigrantes italianos em várias das Repúblicas americanas onde os comunistas podem ter êxito e ganhar influência crescente, que pode constituir um importante acréscimo à força comunista. A influência da cultura e das idéias francesas sempre foi forte nas Repúblicas americanas, e todo o esforço seria feito através de uma França dominada pelos comunistas para usar plenamente esta vantagem.”<sup>7</sup>

Assim, o Temor Vermelho veio pela primeira vez à América Latina não devido a subversão comunista clara, mas por causa do que estava ocorrendo na Europa e como um produto da principal questão da política doméstica dos EUA, o anticomunismo. Em fevereiro de 1950, o Senador Joseph McCarthy tirou uma folha de papel do bolso de seu casaco e disse a uma reunião de republicanos em Wheeling, West Virginia, que o Departamento de Estado democrata “está inteiramente infestado de comunistas. Tenho em minha mão 57 casos de indivíduos que parecem ser membros de carteirinha ou simpatizantes do Partido Comunista, mas que apesar disso ainda estão ajudando a moldar nossa política exterior.” A Cortina de Ferro havia fechado a Europa Central, o Departamento de Estado havia perdido a China, e a crescente maré vermelha ameaçava varrer toda oposição. “Hoje,” disse McCarthy a seus ouvintes, “estamos empenhados numa batalha total e final entre o comunismo ateu e a cristandade. Os modernos defensores do comunismo escolheram este como sendo o momento. E, senhoras e senhores, as apostas estão feitas – estão realmente feitas.”<sup>8</sup> A inquisição de quatro anos de Joseph McCarthy estava a caminho.

Um anticomunismo intimidante já apertava o cerco em torno do governo federal, especialmente do Departamento de Estado. Em março de 1947, o mesmo mês em que Truman requisitou ajuda para a Grécia e a Turquia, ele criou também o Programa de Lealdade do governo federal, e na época em que McCarthy fez seu discurso de West Virginia, a Divisão de Segurança do Departamento de Estado tinha um equipe de 184 membros, inclusive 74 investigadores treinados trabalhando em dois “canais,” o Canal da Lealdade (para “qualquer um que transpareaça colocar os interesses de outro país ou outro governo acima do seu”) e o Canal da Segurança (para qualquer um que “se associe a conhecidos subversivos” ou “cujo comportamento o coloca numa posição em que ele possa ser alvo de chantagem”).<sup>9</sup> O processo de Alger Hiss foi especialmente devastador, e conseguiu ter o alcance suficiente no Departamento de Estado para destruir a carreira de um dos latino-americanistas em ascensão, Laurence Duggan, que se suicidou no final de 1948.<sup>10</sup> Para os colegas de Duggan, extrema cautela e anticomunismo militante tornaram-se as pedras de toque gêmeas do Serviço do Exterior durante a Guerra Fria.

“Bolchevismo” há muito era usado como um epíteto em discussões da política dos Estados Unidos em relação à América Latina. Anos antes, quando o Secretário de Estado Kellogg apresentara-se diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado para defender a política da administração Coolidge em relação à Nicarágua, ele entregara aos senadores um extenso memorando, “Metas e

Políticas Bolcheviques no México e na América Latina,” cujo principal propósito era desacreditar a oposição doméstica à administração norte-americana taxando-a com o rótulo de “comunista.”<sup>11</sup> A análise de Kellogg referia-se apenas aos comunistas mexicanos e seus defensores nos EUA, contudo, não foi um movimento ideológico internacional, e ela praticamente sumiu de vista quando o interesse do Departamento de Estado na América Latina recuou com o advento da Depressão. Depois disso, o antifascismo necessariamente antecedeu o anticomunismo na política dos Estados Unidos em relação à América Latina.

Esta situação mudou rapidamente após a rendição do Eixo em meados de 1945. Em fevereiro de 1946, George Kennan enviou seu Longo Telegrama de Moscou, onze dias mais tarde, Churchill fez seu discurso sobre a Cortina de Ferro, e daquele momento em diante a contenção do comunismo tornou-se o foco da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, não porque fosse uma preocupação importante de funcionários graduados em Washington, mas porque enviados dos EUA na América Latina começavam a preencher relatórios afinados com os tempos. “Os soviéticos explorarão cinicamente qualquer vantagem que consigam,” escrevia Adolf Berle do Brasil um dia antes do telegrama de Kennan. “Horivelmente, cinicamente e terrivelmente, a política soviética está se aproximando da política alemã: explorar qualquer centro de pensamento ou ação que possa criar problemas para a Inglaterra ou os Estados Unidos.” A preocupação específica de Berle era uma inofensiva missão comercial à Argentina (os soviéticos precisavam de alimentos), mas o medo espalhou-se rapidamente e, por volta de 1950, o Secretário Assistente de Estado Edward Miller dizia às audiências que “a situação básica no hemisfério hoje é esta. Os 21 Estados americanos juntos enfrentam o desafio da agressão política comunista contra o hemisfério.”<sup>12</sup>

Assim, o anticomunismo havia colorido indelevelmente o conteúdo das relações EUA-América Latina antes dos republicanos lançarem sua campanha presidencial de 1952, mas a plataforma deles estabeleceu o tom para o resto da década. Afirmava que os democratas “trabalharam incessantemente para atingir sua meta de socialismo nacional,” que eles “conturbaram a tranquilidade interna fomentando luta de classes,” e que eles “havia protegido traidores da Nação em altos postos” – e isto era apenas o Preâmbulo. Na seção da plataforma que tratava da política externa, os democratas eram vistos como tendo “trocado nossa esmagadora vitória por um novo inimigo e novos opressores e novas guerras que logo viriam.” E, é claro, eles haviam perdido a China, Os republicanos prometiam não simplesmente “cortar da folha de pagamento público as hordas de empregados vadios, incompetentes e desnecessários que infestavam a administração de nossos assuntos externos,” mas também acabar com “a política negativa, fútil e imoral de ‘contenção’ que abandona incontáveis seres humanos ao despotismo e ao terrorismo sem Deus.”

A única queixa republicana específica sobre a direção democrata das relações interamericanas era de que “o povo das outras Repúblicas americanas se ressentem de nossa negligência,” e sua alternativa era uma vaga promessa de que

“nossos laços com as Repúblicas irmãs das Américas serão fortalecidos.”<sup>13</sup> Fiel a esta promessa, imediatamente após sua posse, Dwight Eisenhower telefonou ao Secretário de Estado Dulles para discutir o envio do respeitado irmão do Presidente, Milton Eisenhower, para uma viagem de verificação pela região. As notas da conversa telefônica indicam que Dulles aprovou: “O Secretário disse que achava que era uma maneira muito boa de se fazer as coisas – na América do Sul essa era a maneira pela qual elas deveriam ser feitas. O Secretário disse que você tem que afagá-los um pouquinho e fazê-los pensar que você gosta deles.”<sup>14</sup>

O relatório subsequente de Milton Eisenhower enfatizava a demanda explosiva por desenvolvimento econômico e o perigo colocado pela subversão comunista. Sobre desenvolvimento econômico, Milton Eisenhower escreveu: “eles querem mais produção e padrões mais altos de vida, e eles querem isto *agora*” – e, acrescentava, eles querem que os Estados Unidos ajudem, da mesma forma que têm ajudado a Europa com o Plano Marshall. Sobre subversão comunista, Eisenhower alertava que “a possível conquista de uma nação latino-americana atualmente não se daria, até onde se pode prever, por assalto direto. Ela viria, ao invés disso, através do processo insidioso de infiltração, conspiração, divulgação de mentiras e a corrosão das instituições livres, uma por uma. Grupos muito disciplinados de comunistas estão ativos, noite e dia, ilegalmente ou abertamente, nas Repúblicas americanas, da mesma forma que em todas as nações do mundo.” O irmão do Presidente acrescentava que já “uma nação americana sucumbiu à infiltração comunista.”<sup>15</sup> Ele se referia à Guatemala.

Por volta do fim da Segunda Guerra Mundial, a United Fruit Company, sediada em Boston, possuía 566.000 acres de terra e empregava 15.000 pessoas na Guatemala, constituindo a maior proprietária de terra e a maior empregadora no país. Sua subsidiária, a International Railways of Central America, empregava outras 5.000 pessoas e possuía 690 das 719 milhas de trilhos da Guatemala, sendo a segunda maior empregadora da nação. A maior parte da propriedade fora adquirida durante a ditadura de Jorge Ubico, que usava de intimidação para manter-se no poder. Em 1935, por exemplo, ele contornou o veto constitucional à reeleição, realizando um plebiscito no qual os eleitores deviam responder se queriam suspender a disposição constitucional que vetava a reeleição para que Ubico continuasse como Presidente – e tinham ordens para assinar seus nomes na parte de baixo de suas cédulas. A votação foi de 834.168 a favor e 1.227 contra.<sup>16</sup>

Embora Ubico tivesse cooperado extensivamente com os Estados Unidos durante a guerra – sua mais importante contribuição fora permitir que o FBI destruísse a colônia de imigrantes alemães – ele não resistiu às pressões internas crescentes para terminar com o despotismo e, em meados de 1944, foi deposto pelos militares guatemaltecos. A “Revolução de Outubro” seguiu-se, e Juan José Arévalo, um professor, foi eleito presidente. Uma década de reforma foi iniciada. O controle da United Fruit sobre seus empregados foi ameaçado primeiro pelo estabelecimento dos primeiros sindicatos do país, em seguida pela criação de uma confederação nacional trabalhista e, finalmente, por um novo Código

Trabalhista. O controle da companhia sobre a terra foi ameaçado primeiro pela legislação da reforma agrária e em seguida, no início de 1953, apenas um mês após a posse do Presidente Eisenhower, pela expropriação pelo governo da Guatemala de cerca de 40 % das terras da United Fruit. A United Fruit pediu ajuda ao governo dos EUA.

A relação entre a United Fruit e a administração Eisenhower é, talvez, o melhor exemplo da influência de corporações sobre a política externa dos EUA. A lista de interesses diversos é tão longa que é difícil identificar alguém que organizou ou influenciou diretamente a política dos EUA em relação à Guatemala, no início da década de 1950, que não tivesse também um laço direto com a United Fruit. Mas embora seja verdade que o presidente da United Fruit, Thomas Dudley Cabot, era irmão do primeiro assistente do Secretário de Estado de Eisenhower para a América Latina, John Moors Cabot; que também seja verdade que o Secretário de Estado John Foster Dulles tenha estado por anos intimamente vinculado à administração da United Fruit, como sócio executivo do escritório de advocacia de Sullivan e Cromwell; que o Diretor da CIA Allen Dulles, outro procurador de Sullivan e Cromwell, tenha cobrado a United Fruit desde a década de 1930 por suas visitas à Guatemala; que Ann Whitman, a secretária pessoal do Presidente Eisenhower, fosse casada com Ed Whitman, o principal lobista da United Fruit – o verdadeiro problema era a percepção que se tinha do comunismo. Como John Foster Dulles disse numa entrevista coletiva em meados de 1954, “se a questão da United Fruit fosse acertada, se eles dessem uma peça de ouro para cada banana, o problema permaneceria como está atualmente no que diz respeito à presença de infiltração comunista na Guatemala. Este é o problema, não a United Fruit.”<sup>17</sup>

É possível que Dulles não estivesse sendo sincero, do mesmo modo que é possível que a United Fruit o tivesse enganado e a outros para acreditar que o governo da Guatemala era comunista. Nunca poderemos saber ao certo. O que é certo, contudo, é que o espectro do comunismo na Guatemala havia sido levantado pelo Departamento de Estado bem antes de John Foster Dulles tornar-se Secretário de Estado ou seu irmão Allen Dulles tornar-se Diretor da CIA – e provavelmente antes da United Fruit começar seu empenho lobista, embora isto não esteja muito claro. A documentação indica que o Departamento de Estado não estava preocupado com o comunismo imediatamente após a revolução de outubro de 1944,<sup>18</sup> mas esta visão mudou rapidamente. Sintonizado com a nova ortodoxia anticomunista, em outubro de 1947 (seis meses após Truman ter dado início ao Programa de Lealdade), o Departamento de Estado requisitou um relatório sobre as tendências políticas do governo guatemalteco. A embaixada dos EUA na Cidade de Guatemala respondeu com um memorando de 28 páginas, “Comunismo na Guatemala,” que incluía um apêndice elencando não menos que 135 despachos anteriores “sobre o assunto geral do comunismo na Guatemala.” Este relatório, como outros, centralizava-se na subversão, não nos problemas da United Fruit: “A penetração comunista fez progressos surpreendentes durante o período imediata-



mente pós-revolucionário (1944-47), o que é provado pela natureza radical das reformas sociais, trabalhistas e econômicas, acompanhadas por fortes tonalidades de luta de classes. A infiltração de comunistas doutrinados, simpatizantes e idéias marxistas inquestionavelmente alcançou perigosas proporções.” A embaixada relatava que “uma parte grande das reformas implementadas pelo atual Governo revolucionário parece motivada por um esforço calculado para provocar luta de classes,” e que Arévalo “está rodeado por muitos conhecidos comunistas que ocupam posições de importância dentro de seu escalão presidencial mais próximo.”<sup>19</sup>

Em seguida, relatórios preocupantes começaram a fluir da embaixada dos EUA na Guatemala para o Departamento de Estado, e no início de 1949 o primeiro Secretário da Embaixada estava informando que até o programa de alfabetização do país era um programa de doutrinação – “ao mesmo tempo em que estes índios atrasados recebem seu ABC, eles levam uma dose de comunismo.”<sup>20</sup> Um mês antes da eleição de 1952 nos EUA, Adolf Berle, então apenas um influente cidadão, escreveu em seu diário sobre o encontro com um líder político centro-americano: “Eu lhe disse que a meu ver o governo comunista da Guatemala era uma nítida intervenção por uma potência estrangeira, neste caso a União Soviética.” Procurando alertar ambos os candidatos presidenciais para o perigo, Berle acrescentou: “Estou tratando para me encontrar com Nelson Rockefeller, que conhece a situação e pode conversar com o General Eisenhower sobre ela; vou procurar fazer o mesmo com Stevenson.”<sup>21</sup>

Por essa época também o Congresso sentira o cheiro de comunismo na América Central. Poucos meses depois do discurso de McCarthy em West Virginia, o Senador Alexander Wiley pediu ao presidente de uma subcomissão do Senado sobre a América Latina para realizar uma audiência sobre a Guatemala o mais breve possível: “A Guatemala está se tornando um foco de infecção Vermelha na América Central e quanto mais cedo ajudarmos a esterilizar esse foco, melhor.” Não muito depois, Monroe Redden da Carolina do Norte dizia a seus colegas da Câmara que a Guatemala era “o paraíso comunista do Hemisfério Ocidental.” Deste modo, Adolf Berle encontrou uma audiência receptiva quando, poucos dias depois da posse de Eisenhower, disse à comissão da Câmara que “a Guatemala apresenta uma penetração genuína na América Central pelo comunismo do Kremlin.” Em seguida ele delineou as possíveis respostas dos EUA, excluindo intervenção armada “exceto como um último recurso extremamente ruim,” e argumentando a favor do que se tornaria a resposta dos EUA a governos revolucionários esquerdistas em Cuba, no início da década de 1960, e na Nicarágua, na década de 1980: “organizar um contramovimento, capaz de usar a força se necessário, baseado em repúblicas vizinhas cooperativas.”<sup>22</sup>

A nova administração republicana não precisava deste conselho democrata. Em sua audiência de confirmação, John Foster Dulles comparou a América Latina da década de 1950 à China da década de 1930, e argumentou que “a hora de lidar com esta ameaça crescente na América do Sul é agora.”<sup>23</sup> “A situação política corrente na Guatemala é adversa a interesses dos EUA,” lia-se na primeira li-

na da Avaliação da Inteligência Nacional da nova administração em maio de 1953, e quase imediatamente os relatórios da embaixada dos EUA em Cidade da Guatemala, assumiram um senso de desespero, bem como os memorandos interseções em Washington. O funcionário encarregado da América Central escreveu ao Secretário Assistente Cabot que “a tendência para a crescente força comunista é ininterrupta. Uma gigantesca celebração de Primeiro de Maio foi usada como uma demonstração comunista de força.”<sup>24</sup>

Desde o início, a administração Eisenhower estava determinada a derrubar o governo do sucessor de Arévalo porque, como o novo Embaixador dos EUA relatara após sua primeira entrevista com Jacobo Arbenz, “se o Presidente não é um comunista, ele certamente está nesta direção.”<sup>25</sup> A administração primeiramente atribuiu à CIA responsabilidade para organizar, armar e treinar a oposição militar ao governo de Arbenz em Honduras. Essa força estava quase pronta para entrar em ação por ocasião da reunião de ministros do exterior em Caracas em março de 1954, a qual completou a segunda parte do empenho dos EUA, uma ofensiva diplomática. Dizendo aos delegados que “não há um único país neste hemisfério que não tenha sido penetrado pelo aparato do comunismo internacional agindo sob ordens de Moscou,” o Secretário Dulles introduziu uma resolução pedindo uma “Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade dos Estados Americanos Contra a Intervenção do Comunismo Internacional.” Interpretada como um ataque tenuamente velado à Guatemala, a resolução de Dulles foi aplaudida por alguns governos latino-americanos e enfrentou a resistência de outros, mas no fim, somente a Nicarágua votou contra ela, e apenas a Argentina e o México se abstiveram. O Departamento de Estado não se deixou enganar pela vitória, contudo; um memorando internacional notava que “os 17 votos de nossa resolução anticomunista em Caracas foram obtidos somente depois de a resolução ter sido diluída a ponto de não dizer praticamente nada, e mesmo assim com relutância. Os discursos indicavam que havia mais medo do intervencionismo dos EUA do que do comunismo guatemalteco. As pressões por nós exercidas provocaram ressentimento.”<sup>26</sup>

Depois da reunião de Caracas, a administração Eisenhower parecia determinada a não tolerar oposição. Quando um proeminente jornalista dos EUA questionou as acusações de aventureirismo comunista, o Conselho de Segurança Nacional montou uma estratégia para acabar com os artigos nos jornais, as minutas de uma reunião do CSN indicava que o Secretário Dulles

expressou uma grande preocupação com a linha comunista sendo seguida por Sydney Gruson em seus artigos para o *New York Times*. Gruson, segundo o Secretário Dulles, era um personagem muito perigoso, e suas reportagens haviam causado muito dano. O Presidente disse que freqüentemente sentia que o *New York Times* era o jornal menos digno de confiança nos Estados Unidos, ao menos no que se referia às áreas das notícias com as quais ele estava pessoalmente familiarizado. O Sr. Allen Dulles salientou algumas características bastante inquietantes da carreira de Sidney [sic] Gruson até en-

tão. O Procurador Geral perguntou se não seria uma boa idéia alguém ter uma conversa informal com a direção do *New York Times*.

O Presidente “achou que era uma boa idéia.”<sup>27</sup> Como a administração Eisenhower estava disposta a considerar tais táticas para calar a oposição interna, ela certamente não torceria o nariz para enganar seus vizinhos latino-americanos. Quando ficou patente que muitos delegados na reunião de Caracas sabiam da existência de forças armadas da CIA baseadas em Honduras, o Departamento de Estado emitiu uma negativa pública informando que esta era simplesmente uma mentira: “Os Estados Unidos acreditam que o princípio de não-intervenção é um princípio absoluto e que devemos evitar qualquer coisa que possa ser interpretada como indicando que nós comprometeríamos este princípio sob quaisquer condições.”<sup>28</sup>

Por essa época, a política dos EUA em relação à Guatemala estava sendo elaborada em vários órgãos, entre eles o CSN, a CIA e a embaixada na Cidade da Guatemala, mas o Departamento de Estado era responsável pela produção do aparato intelectual anticomunista que justificava a política dos EUA. Dentro do Departamento de Estado, a tarefa cabia a Louis Halle, da Equipe de Planejamento da Política, que havia ocupado vários postos relacionados à América Latina desde que ingressara no Departamento em 1943.

Foi o artigo de Halle de 1950 na *Foreign Affairs*, “Sobre Uma Certa Impaciência com a América Latina,” que sinalizou o fim da política de estímulo à democracia na América Latina do pós-guerra. A impaciência que o título do artigo referia-se era na verdade uma aversão à incapacidade da região em tornar-se democrática. O artigo de Halle iniciava contrastando os Estados Unidos e a América Latina no momento da independência: “Nós já havíamos alcançado, na época de nossa independência em 1776, uma sofisticação política que os outros estão, em sua maioria, ainda por alcançar.” Os latino-americanos “estavam totalmente despreparados para assumir a responsabilidade do autogoverno. O resultado é um caos sórdido do qual a América Latina ainda não emergiu.” Ao invés de democracia, a América Latina tinha “uma tradição de comportamento político marcado pela intemperança, intransigência [*sic*], explosões e o culto de homens fortes.” A última destas quatro características era particularmente destrutiva para a democracia: “O culto do ‘homem a cavalo’ (através de auto-identificação) é uma outra manifestação de imaturidade. Ele é característico da adolescência, essa admiração pelo herói inflexível que vence toda oposição, se faz superior à lei, e é irresistível a mulheres apaixonadas que satisfazem seus prazeres em bandos.”<sup>29</sup> Este era o pensamento do membro da Equipe de Planejamento de Política que escreveu a justificativa da administração Eisenhower para fortalecer empenho do EUA em derrubar o governo guatemalteco.

Em 1954, os funcionários dos EUA tinham poucas provas de que o comunismo estava ganhando terreno na Guatemala. Eles corretamente percebiam que a Guatemala estava implementando reformas substanciais que claramente

ameaçavam alterar a estrutura de privilégios no país, mas essas reformas não eram mais “comunistas” do que aquelas propostas pela Aliança para o Progresso de John Kennedy menos de uma década mais tarde. O mais atento estudioso da época, Piero Gleijeses, apresentou provas de que Arbenz era substancialmente mais simpático ao comunismo do que os estudiosos supunham anteriormente, mas o nível de influência comunista real em seu governo permanece aberto ao debate.<sup>30</sup> As provas de Gleijeses foram recolhidas um quarto de século após o fato; Washington não tinha provas conclusivas em 1954. Conseqüentemente, em maio de 1954, o Secretário Dulles disse ao embaixador brasileiro “que seria impossível apresentar provas ligando claramente o governo guatemalteco a Moscou; que a decisão deve ser política e baseada em nossa profunda convicção de que deve existir um laço entre eles.”<sup>31</sup>

Esta era a situação quando Louis Halle estava preparando seu extenso memorando com o título: “Nossa Política Guatemalteca.” Ele admitia que “o movimento comunista internacional certamente não é a causa da revolução social na Guatemala, mas ele tem feito os mesmos esforços lá que fez em toda parte para se utilizar dos impulsos revolucionários – nacionalismo e reforma social – e explorá-los para seus próprios fins.”<sup>32</sup> O resultado é que o comunismo internacional “conseguiu um alto grau de controle no regime reformista do Presidente Arbenz e é dominante no movimento trabalhista nacional.” Este controle poderia se espalhar facilmente: “a ameaça real e direta que a Guatemala apresenta para seus vizinhos é a da subversão política através de intriga através-da-fronteira que é uma característica normal do cenário centro-americano. O perigo é de contágio comunista e é mais imediato em relação aos vizinhos mais próximos da Guatemala. A infecção comunista não vai se espalhar para os EUA, mas se com o tempo espalhar-se sobre boa parte da América Latina, isto afetaria a segurança militar do hemisfério e, portanto, dos EUA.”

Poucos dias antes, o Presidente Eisenhower havia usado este mesmo argumento e, no processo, ajustado sua contribuição ao pensamento estratégico. Quando indagado por que alguém deveria se preocupar se a Indochina ia cair sob o controle dos comunistas, o Presidente respondeu que “você tem considerações mais amplas que podem seguir o que você poderia chamar de princípio da ‘queda dos dominós’. Você tem uma fileira de dominós, derruba o primeiro, e o que vai acontecer com o último é que ele vai cair muito rapidamente.”<sup>33</sup> Era deste modo que a América Latina era vista até o fim da Guerra Fria – como uma fileira de dominós cuja imaturidade política facilitava o empurrão comunista. Para evitar que isso acontecesse, os soviéticos não deveriam ter acesso a um ponto a partir do qual pudesse empurrar.

Em junho de 1954, as forças apoiadas pelos EUA comandadas pelo Coronel Carlos Castillo Armas atravessaram a fronteira para a Guatemala e, após um confuso período, Jacobo Arbenz capitulou sem luta. O Secretário de Estado Dulles foi aos noticiários de rádio e televisão explicar o que havia acontecido: “Por vários anos o comunismo internacional vem procurando bases nas Américas. Ele

finalmente escolheu a Guatemala como um lugar que poderia vir a ser uma base oficial de onde a subversão poderia se estender a outras Repúblicas americanas.” Felizmente, prosseguiu Dulles, “existiam cidadãos leais na Guatemala que, diante do terrorismo e da violência e contra o que pareciam obstáculos insuperáveis, tiveram a coragem e a vontade de eliminar as ferramentas traiçoeiras de déspotas estrangeiros.”<sup>34</sup>

E deste modo a Guatemala saiu da agenda da política externa dos EUA, embora Eisenhower a revivesse brevemente na campanha para as eleições do Congresso no outono, apontando repetidamente com orgulho para esta vitória republicana sobre o comunismo. Na Guatemala, enquanto isso, Castillo Armas instalou-se como presidente provisório e arranhou uma eleição no estilo de Ubico, em outubro. Com todos os partidos políticos proibidos de participação, com os militares ocupando os locais de votação e com o voto não secreto, os resultados foram 486.000 para Castillo Armas, 400 contra.

Considerado agora um líder democrático, Castillo Armas foi prontamente convidado a visitar os Estados Unidos, onde teve uma recepção de herói, incluindo títulos honorários das universidades de Columbia e Fordham, um giro de suas semanas pelas cidades dos EUA, e uma visita ao Presidente Eisenhower num hospital de Denver, onde ele se recuperava de um ataque do coração. Ele também se apresentou diante da Subcomissão sobre Penetração Comunista do Hemisfério Ocidental da Comissão Especial da Câmara sobre Agressão Comunista, onde advertiu que “nós apenas vencemos a primeira batalha numa longa guerra. Nossas dificuldades mais complicadas e mais sérias estão ainda à frente.”<sup>35</sup>

Três anos depois da deposição de Arbenz, o Departamento de Estado publicou *A Case History of Communist Penetration: Guatemala*. Para o público dos EUA, a lição da Guatemala fora que “o que era equivocadamente considerado em alguns meios como uma ‘orientação comunista guatemalteca local’ era, na verdade, uma conspiração friamente calculada, armada pelo comunismo internacional para estender o sistema dos soviéticos a um país pequeno e estrategicamente localizado no hemisfério.”<sup>36</sup> Para os funcionários dos EUA, a lição que o caso Guatemala deixara era de que se a política de Boa Vizinhança excluía o uso de forças armadas dos EUA na América Latina, então os Estados Unidos precisavam de amigos na região para agir contra o comunismo.

Esta era uma lição significativa. Os funcionários dos EUA se preocupavam desde a Guerra de 1812 com que um adversário pudesse ocupar algum território na América Latina e usá-lo como base para atacar os Estados Unidos, mas pouco se pensara sobre a crescente capacidade dos latino-americanos de ajudar ou abrigar um adversário extra-hemisférico. Woodrow Wilson foi o primeiro Presidente a enfrentar esta perspectiva. Às vésperas da entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial, ele instou investidores prejudicados pela revolução mexicana a retirarem suas demandas de restituição: “Os cavalheiros que correram para Washington para insistir que deveríamos ir ao México, refletiram sobre as políticas do mundo? Ninguém supõe seriamente, cavalheiros, que os Estados Unidos precisam te-

mer uma invasão de seu próprio território. O que a América tem a temer, se é que ela tem algo a temer, são movimentos indiretos, de rodeio, de flanco, sobre sua posição reinante no hemisfério ocidental.”<sup>37</sup> Até aí esta mensagem soava como se pudesse ter sido dita por Thomas Jefferson, mas o Presidente Wilson acrescentou algo que Jefferson e sua geração nunca teriam considerado significativo: a contínua hostilidade dos EUA encorajaria os mexicanos a cooperar com os inimigos dos Estados Unidos. Duas décadas mais tarde, esta mesma lógica levou Cordell Hull a aceitar a nacionalização do petróleo por Cárdenas.

A segurança, então, já não era um simples problema militar de impedir que um adversário ocupasse um porto caribenho deserto e o usasse como uma base para atacar os Estados Unidos. Todos aqueles portos tinham agora pessoas vivendo neles e, como a experiência na Guatemala sugeria, em circunstâncias apropriadas alguns habitantes poderiam dar boas-vindas a um adversário dos EUA. Para enfrentar este desafio, os Estados Unidos tinham que se assegurar de que seus amigos detinham as rédeas do poder na América Latina. Isto foi o que a administração Eisenhower fez na Guatemala, e pareceu funcionar bem – após uma visita em 1955 à Guatemala, o Vice Presidente Richard Nixon informou que o Presidente Castillo Armas dissera: “Diga-me o que você quer que eu faça e eu farei.”<sup>38</sup>

No restante da década de 50, a meta primeira da política dos Estados Unidos em relação à América Latina foi evitar “uma outra Guatemala”, assegurando que amigos como Castillo Armas mantivessem o poder. Ninguém em Washington sabia muito bem como executar isto. Uma coisa era derrubar um ocasional governo radical numa pequena república centro-americana, mas outra completamente diferente era assegurar que nenhum outro fosse capaz de tomar o poder em alguma das vinte repúblicas latino-americanas. De acordo com este problema de controle estava a percepção, como o Presidente Truman dissera da situação da Grécia e da Turquia, que os fatores favoreciam o comunismo porque as pessoas destituídas procurariam soluções radicais para os seus problemas, e num mundo bipolar rígido, qualquer mudança radical na América Latina significava uma mudança em favor do comunismo. “Diversas condições que servem aos propósitos dos comunistas existem em muitas das Repúblicas americanas,” escreveu a Equipe de Planejamento de Política, no início de 1948. “Existe uma pobreza que está tão disseminada que significa um nível mínimo de subsistência para grandes massas de pessoas. Há ignorância e um alto índice de analfabetismo. Existem poderosas forças reacionárias que, através de extremo egoísmo e falta de qualquer senso de responsabilidade social, impõem uma vontade minoritária através de governos militares ou outros tipos de ditadura, alienando desta forma amplos segmentos de suas populações que de outro modo provavelmente seriam anticomunistas.”<sup>39</sup> As primeiras frases do documento básico que tratava da política latino-americana dos anos Eisenhower (CSN 144/1) expunham o mesmo problema: “há uma crescente demanda popular por melhoria imediata dos baixos padrões de vida das massas, com o resultado que a maioria dos governos latino-americanos estão sob intensas pressões políticas internas para aumentar a produção e diversificar

suas economias. Uma abordagem realista e construtiva desta necessidade que reconheça a importância de melhorar as condições da população em geral é essencial para impedir a tendência na área para regimes radicais e nacionalistas.<sup>40</sup> O desafio, então, era fazer algo em relação à pobreza latino-americana.

Os Estados Unidos não estavam à altura deste desafio na década de 1950. Uns poucos funcionários do Departamento de Estado estavam começando a argumentar que Washington iria acabar tendo que enfrentar o problema, se quisessem evitar futuras Guatemalas; entretanto, eles sabiam que qualquer ataque sério à pobreza latino-americana exigiria quantias substanciais de dinheiro, e isto poria em dificuldades a demanda pública por moderação, uma demanda que levou os republicanos ao controle da Casa Branca e de ambas as câmaras do Congresso em 1952. Dois meses após a posse de Eisenhower, as minutas do Conselho de Segurança Nacional indicavam que o CSN 144/1 foi adotado com o entendimento específico que “a aprovação não constitui um endosso de qualquer programa especial de ajuda militar e econômica para a América Latina, que estaria sujeito à revisão à luz de (1) prioridade de financiamento a programas propostos para a América Latina em relação a programas para outras áreas externas e a programas de segurança interna e (2) objetivo geral de conseguir um orçamento Federal equilibrado.”<sup>41</sup>

Um programa governamental de assistência ao desenvolvimento latino-americano também criaria problemas para a ênfase tradicional dos EUA à empresa privada. O CSN 144/1 proibia claramente ajuda econômica significativa semelhante ao Plano Marshall; ao invés disso ele requeria que o Departamento de Estado “ajudasse o desenvolvimento econômico da América Latina, encorajando os governos latino-americanos a reconhecer que o grosso do capital exigido para seu desenvolvimento econômico pode ser melhor suprido pela iniciativa privada e que seu interesse promoveria a criação de um clima que pode atrair investimento privado.” Com a política severamente restringida pelas políticas domésticas e compromissos externos concorrentes, o melhor que se podia esperar era que os benefícios do investimento privado recaíssem sobre os pobres.

No entanto, algo tinha que ser feito para assegurar-se contra outra Guatemala, o que significava que a insatisfação na América Latina induzida pela pobreza devia ser mantida sob controle. Incapaz de atacar a doença, a administração Eisenhower decidiu suprimir os sintomas. É nesse ponto que os funcionários dos EUA retornaram à crença central sobre o caráter latino-americano – a crença de que os latino-americanos, como escrevera Louis Halle na *Foreign Affairs*, admiram “o herói inflexível que vence toda oposição.” A administração Eisenhower decidiu apoiar ditadores anticomunistas que pudessem manter a ordem.

Ao contrário da situação nas décadas de 1920 e 1930, quando os Estados Unidos escolhiam conscientemente homens como Trujillo, Somoza e Batista para governar seus países, a decisão de apoiar ditadores na era da Guerra Fria nunca se tornou uma diretiva política formal; ela apenas fluía naturalmente da crença de que os latino-americanos não eram democráticos, por um lado, e do desejo de

estabilidade anticomunista, por outro. Por exemplo, as minutas de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, no início de 1955, indicam que o Secretário do Tesouro George Humphrey iniciou uma discussão sobre a América Latina ao afirmar que “uma forte base para o comunismo existe na América Latina. Ele disse que sempre que um ditador era substituído, os comunistas ganhavam. Em sua opinião, os EUA devem apoiar homens fortes nos governos latino-americanos.” O presidente da Agência de Mobilização da Defesa acrescentou um comentário sobre a intromissão soviética nos mercados de materiais estratégicos da América Latina, mas Nelson Rockefeller, o assessor especial do Presidente, quis prosseguir a afirmação de Humphrey: “o Sr. Rockefeller voltou aos comentários feitos pelo Secretário Humphrey referentes ao apoio dos EUA a ditadores na América Latina. Ele disse que ditadores nesses países são uma bênção. É verdade, a curto prazo, que os ditadores lidam eficientemente com o comunismo. Mas a longo prazo, os EUA devem encorajar o crescimento de democracias na América Latina se for para derrotar o comunismo naquela área.” Então, o Presidente Eisenhower falou: “A discussão sobre ditadores trouxe à mente do Presidente um comentário que o Primeiro Ministro português Salazar fizera, há um tempo atrás, sobre o governo livre não poder funcionar entre latinos.”<sup>42</sup>

A discussão ficou inconclusa, pois o Presidente acrescentou “sua concordância com o Sr. Rockefeller em que a longo prazo os Estados Unidos devem apoiar democracias.” Mas o Conselho de Segurança Nacional não faz política para longo prazo; ele a faz para agora, e a política para a década de 1950 era apoiar ditadores latino-americanos, como Adolf Berle reconheceu. Em 1955, ele tentou ajudar seu amigo, o Presidente costa-riquenho José Figueres, a voltar às boas graças do Departamento de Estado, as quais havia perdido ao recusar-se a participar da Conferência de Caracas, de 1954, em protesto contra a ditadura da Venezuela. Berle procurou o embaixador dos EUA na Costa Rica, Robert Woodward, e “Woodward me esboçou um quadro da situação interna no Departamento. John Foster Dulles isolou Figueres por sua recusa em ir à Conferência Caribenha. Suas instruções eram claras: não faça nada para ofender os ditadores; eles são as únicas pessoas de quem podemos depender...Perguntei se era certo Foster Dulles assumir esta visão. Ele disse que sim: ele mesmo havia estado numa reunião da Equipe em que Dulles havia exposto a política com vigor.”<sup>43</sup>

Esses ditadores amistosos ajudavam os Estados Unidos, reprimindo o comunismo e impedindo irrupções revolucionárias. Porque “eles coçavam nossas costas, tínhamos que coçar as deles”, como relatou o embaixador dos EUA no Peru, após um encontro, em 1952, com o ditador Manuel Odría: “Odría [disse] que o Peru estava cem % ao lado dos Estados Unidos na luta contra o comunismo e que podíamos contar com sua sincera cooperação o tempo todo. Ele acrescentou, porém, que para tornar essa cooperação efetiva, o Peru tinha que ser forte e capaz de se defender interna e externamente.” O fato é que Odría queria um novo navio para sua marinha, e em troca do anticomunismo de Odría, o Embaixador Harold Tittmann aconselhou que “a permissão para comprar um de nossos ve-



lhos cruzadores criaria uma reação popular bastante favorável por todo o país e nos ajudaria politicamente. Não creio que o Departamento perceba inteiramente o apelo popular de um cruzador.”<sup>44</sup> Em acréscimo aos armamentos, em 1953 a administração Eisenhower conferiu ao General Odría a Legião do Mérito.

De modo semelhante, na Venezuela de Marcos Pérez Jiménez, a avaliação dos órgãos de inteligência dos EUA indicava que “a atual ditadura...não é, em geral, apreciada pelo povo, mas é popular entre a maioria das forças armadas e entre os homens de negócios e classes privilegiadas que preferem um governo que lhes seja amigável do que maiores liberdades civis.” E, como informava o Embaixador dos EUA, “o atual Governo é fortemente anticomunista e pôs fora da lei o partido comunista. Ele rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e a Checoslováquia, e tem acompanhado de perto as atividades de grupos comunistas.” Num gesto de apreço, os Estados Unidos conferiram também a Pérez Jiménez a Legião do Mérito. O Embaixador Fletcher Warren relatou que “a condecoração do Presidente revelou-se como o evento mais popular nas relações entre os EUA e a Venezuela em muitos, muitos anos,” e o Departamento de Estado concluiu que “nossas relações com a Venezuela estão em melhor forma do que já estiveram por muitos anos.”<sup>45</sup>

A transição da Segunda Guerra Mundial para a Guerra Fria foi traumática. Isolados no pináculo do poder, os funcionários dos EUA foram obrigados a aprender em poucos e curtos anos o que os líderes de outras nações levaram gerações para absorver. As lições foram todas difíceis – Grécia e Turquia, Berlim, Coréia, Indochina – e todas elas envolveram o gasto de grandes quantidades de capital político, incluindo a inquisição debilitadora conhecida como macartismo. Nesse ambiente, a América Latina sofreu. Absorvida por eventos em outras partes do mundo, uma grande nação fazia o que queria, e seus pequenos vizinhos aceitavam o que não podiam evitar. Contudo, de vez em quando, os latino-americanos tinham a oportunidade de expressar seu descontentamento, e uma dessas ocasiões estava para acontecer, foi quando o Vice-Presidente Richard Nixon organizou uma visita de boa vontade à América do Sul.

## notas

1 Stimson a Truman, 16 de maio de 1945, anexo ao Diário de Stimson da mesma data, Rolo 9, Stimson Papers, Yale University

2 *PPP, Harry S. Truman, 1947*, p.180.

3 *Speech to Rio*, 2 de setembro de 1947, *PPP, Harry S. Truman, 1947*, p.429-31.

4 Departamento de Estado *Bulletin*, 11 de abril de 1948, p.470-1.

5 Conselho de Segurança Nacional, *The Position of the United States with Respect to Soviet-Directed World Communism*, NSC-7, 30 de março de 1948, Arquivos do Secretário do Presidente, Caixa 203, Biblioteca Harry S. Truman, Independence, Missouri.

6 “X” [pseudônimo de George F. Kennan], *The Sources of Soviet Conduct, Foreign Affairs* 25 (julho de 1947), p.576.

7 John Foster Dulles, “Thoughts on Soviet Foreign Policy and What to Do About It,” *Life*, 3 de junho de 1946, p.112-126, e 10 de junho de 1946, p.118-130; a citação é da primeira parte, p.118; *Paper Prepared by the Policy Planning Staff*, PPS-26, 22 de março de 1948, FRUS 1948, vol.9, p.194-201.

8 O Senador McCarthy não usou um texto escrito ao fazer seu discurso de 9 de fevereiro de 1950 em Wheeling; estas citações são de sua releitura para o Senado de uma gravação transcrita. *Congressional Record*, 20 de fevereiro de 1950, p.1952-81, esp. p.1956.

9 Departamento de Estado dos EUA, *The State Department's Loyalty Security Program: How It Works*, Publicação do Departamento de Estado 4530, março de 1952, p.7; Departamento de Estado dos EUA, *Loyalty and Security in the Department of State*, Publicação do Departamento de Estado 3481, outubro de 1950, p.10.

10 Em *This Deception*, uma revelação sem substância de um ex-espião soviético, Hede Massing, Duggan foi acusado de passar informação ao Kremlin.

11 Memorando anexado a *Testimony for Honorable Frank B. Kellogg, Secretary of State, Before the Committee on Foreign Relations of the Senate, January 12, 1927*, Frank Kellogg Papers, Rolo 24, LC, versão em microfilme.

12 Diário de Berle, 21 de fevereiro de 1946, Rolo 6, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.; Discurso para a Sociedade Pan Americana de New England, 26 de abril de 1950, reimpresso em Departamento de Estado *Bulletin*, 15 de maio de 1950, p.770.

13 *National Party Platforms, 1840-1964*, Kirk H. Porter e Donald Bruce Johnson, compiladores (Urbana: University of Illinois Press, 1966), p.497-9.

14 Memorando sobre Conversa Telefônica, 26 de fevereiro de 1953, Dulles Papers, Biblioteca Seeley Mudd, Princeton University.

15 Milton Eisenhower, *Report to the President*, Departamento de Estado *Bulletin*, 23 de novembro de 1953, p.695-717.

16 Para uma análise das eleições de 1935, ver Sidney E. O'Donoghue ao Secretário de Estado, 25 de junho de 1935, 814.00/1229, NA M1280/R1.

17 Entrevista Coletiva, 8 de junho de 1954, em Departamento de Estado, *American Foreign Policy 1950-1955, Basic Documents*, vol.1, p.1310.

18 Ver Boaz Long ao Secretário de Estado, e Divisão de Assuntos Caribenhos e Centro-americanos a Norman Armour, ambos datados de 13 de outubro de 1944, e ambos com números de arquivo decimal 814.00/10-1344, NA M1280/R13.

19 Milton Wells, *Communism in Guatemala*, 6 de maio de 1948, 814.00B/5-648, a requisição de um relatório pelo Departamento está em Lovett à Embaixada dos EUA na Guatemala, 7 de outubro de 1947, 814.00B/10-747, NA M1527/R3.

20 Milton Wells ao Secretário de Estado, 10 de março de 1949, 814.00B/3-1049, NA M1527/R3.

21 Diário de Berle, 17 de outubro de 1952, Rolo 6, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

22 Alexander Wiley a Theodore F. Green, 22 de maio de 1950, Richard C. Patterson, Jr., Papers, Biblioteca Harry S. Truman, Independence, Missouri, microfilmado em Carrollton Press, Coleção Retrospectiva de Documentos Desclassificados, item 490B; *Congressional Record*, 12 de abril de 1951, p.3804; *Memorandum to the Jackson Committee*, 31 de março de 1953, Rolo 6, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

23 Senado dos EUA, Comissão de Relações Exteriores, *Nomination of John Foster Dulles, Secretary of State-Designate*, 83d Cong., 1st Sess., 1953, p.30-1.

24 *Probable Developments in Guatemala*, Avaliação da Inteligência Nacional NIE-84, 19 de maio de 1953; Leddy a Cabot, *Memorandum: Relations with Guatemala*, 21 de maio de 1953, 611.14/5-2153, FRUS 1952-1954, vol.4, p.1061, 1071.

25 John Peurifoy ao Departamento de Estado, 17 de dezembro de 1953, FRUS 1952-1954, vol.4, p.1091-3.

26 Louis J. Halle, Jr., *Memorandum: Our Guatemalan Policy*, 28 de maio de 1954, FRUS 1952-1954, vol.4, p.1148.

27 Minutas de Reunião do Conselho de Segurança Nacional, 27 de maio de 1954, FRUS 1952-1954, vol.4, p.1132.

28 Circular à Imprensa, Caracas, 12 de março de 1954, reimpresso em Departamento de Estado *Bulletin*, 22 de março de 1954, p.425.

29 “Y” [pseudônimo de Louis Halle, Jr.], “On A Certain Impatience with Latin America,” *Foreign Affairs* 28 (julho de 1950), p.565-9.

30 Entrevistas realizadas por Gleijeses no fim da década de 1970 e início da década de 1980 com o assistente íntimo de Arbenz, José Manuel Fortuny, e com a viúva de Arbenz, Maria Vilanova de Arbenz – ambas recordando eventos que ocorreram na década de 1940 e início da década de 1950 – constituem a prova principal que Gleijeses usa em seu estudo excepcionalmente valioso. Piero Gleijeses, *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* (Princeton: Princeton University Press, 1991), esp. p.143-8 e para o reconhecimento pelo autor do possível viés de seus entrevistados, p.5-6.

31 *Memorandum of Conversation, by the Secretary of State*, 11 de maio de 1954, FRUS 1952-1954, vol.4, p.1106.

32 Halle, *Our Guatemalan Policy*, 28 de maio de 1954, FRUS 1952-1954, vol.4, p.1140-7.

33 Entrevista Coletiva à Imprensa, 7 de abril de 1954, *PPP, Dwight D. Eisenhower, 1954*, p.383.

34 O discurso de Dulles de 30 de junho está reimpresso em Departamento de Estado *Bulletin*, 31 (12 de julho de 1954), p.43-45; ver também a entrevista coletiva do Presidente, 30 de junho de 1954, *PPP, Dwight D. Eisenhower, 1954*, p.605.

35 Congresso dos EUA, Comissão Especial sobre Agressão Comunista, Subcomissão sobre Penetração Comunista no Hemisfério Ocidental, *Communist Aggression in Latin America*, 83d Cong., 2d Sess., 1954, p.7.

36 Departamento de Estado dos EUA, *A Case History of Communist Penetration: Guatemala* (Washington, D.C.:GPO, abril de 1957), p.70.

37 Discurso para a Railway Business Association, New York, 27 de janeiro de 1916, in *The Papers of Woodrow Wilson*, 57 vols., Arthur S. Link, ed. (Princeton: Princeton University Press, 1966-1987), vol.36, p.11.

38 *Report of the Vice President on Latin American Trip*, Memorando de Discussão na 240a. Reunião do CSN, Washington, 10 de março de 1955, FRUS 1955-1957, vol.6, p.618.

39 *Paper Prepared by the Policy Planning Staff*, PPS-26, p.197.

40 Conselho de Segurança Nacional, *United States Objectives and Courses of Action with Respect to Latin America*, CSN 144/1, 18 de março de 1953, FRUS 1952-1954, vol.4, p.6.

41 Conselho de Segurança Nacional, *Memorandum of Discussion at the 137th Meeting of the National Security Council on Wednesday, March, 18, 1953*, FRUS 1952-1954, vol.4, p.6.

42 *Memorandum of Discussion at the 237th Meeting of the National Security Council, Washington, February 17, 1955*, FRUS 1955-1957, vol.6, p.4-5.

43 Diário de Berle, 8 de fevereiro de 1955, Rolo 7, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

44 Tittmann a Miller, 25 de fevereiro de 1952, FRUS 1952-1954, vol.4, p.1493.

45 Warren ao Departamento de Estado, 11 de maio de 1953; *United States Objectives and Courses of Action with Respect to Venezuela*, Plano de Política Preparado no Departamento de Estado para o Conselho de Segurança Nacional, 22 de outubro de 1953; Warren a Atwood, 8 de dezembro de 1954; Memorando, Secretário Assistente Substituto Sparks ao Subsecretário Hoover, 23 de dezembro de 1954, todos FRUS 1952-54, vol.4, p.1646, 1654, 1674-6.

## **o combate ao comunismo com desenvolvimento econômico**

Não vejo por que precisamos ficar parados assistindo um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade de seu próprio povo.

*Consultor de Segurança Nacional Henry Kissinger, 1970*

“O presidente Carlos Castillo Armas, da Guatemala, acabou de morrer com uma bala atirada por um guarda de palácio que revelou-se um comunista confesso,” anunciou o deputado Gardner Withrow a seus colegas da Câmara, em meado de 1957. “Um pouco antes, o presidente Jose A. Remón, do Panamá, fora assassinado, seguido do presidente Anastasio Somoza [sic], da Nicarágua. Estes três não apenas eram amigos devotados e aliados dos Estados Unidos, como todos eram ferrenhamente anticomunistas. O padrão está disseminado demais para ser puramente uma inquietação política localizada.” Alegando um conhecimento especial em virtude de sua residência no estado natal de Joseph McCarthy (“nós, em Wisconsin, há muito estamos familiarizados com os perigos do comunismo”), Withrow advertiu a seus colegas da Câmara que eles precisavam estender o macartismo para a América Latina: “Devemos ajudar os governos cristãos e anticomunistas a procurar e expor os comunistas e seus planos.”<sup>11</sup>

No entanto, Withrow recomendou o apoio contínuo dos EUA aos ditadores latino-americanos – homens como Rafael Trujillo da República Dominicana, a quem o delegado Overton Brooks caracterizou como “o baluarte que protegeu nossa fronteira marítima sudeste do comunismo ateu.” Combinando a caracterização feita por John Quincy Adams da cultura política latino-americana com uma versão precoce do argumento de Jeane Kirkpatrick favorecendo governos autoritários ao invés dos totalitários, Withrow afirmou que “a América Latina sempre teve seus homens fortes que, por sua vez, foram substituídos por homens fortes, e homens fortes irão substituir aqueles que estão agora no poder, em uma suces-

são contínua de anos por vir. O interesse pessoal limitado de qualquer homem forte oferece mais liberdade do que o comunismo, que torna cada pessoa um escravo abjeto de uma ideologia estranha. Em um estado policial pode haver uma equipe de segurança que irá investigar os cidadãos, mas o comunismo oferece a alternativa de uma pausa em um longo dia de trabalho, onde você não bebe café nem faz a sesta, mas passa o tempo denunciando a si mesmo ou sendo denunciado por um colega de trabalho.”<sup>2</sup>

A administração Eisenhower respondeu indicando que o irmão do presidente estava comandando a segunda de três viagens de verificação de fatos, esta para o México, exatamente no momento em que o deputado Withrow propunha um estudo das táticas comunistas na América Latina; um ano depois, Milton Eisenhower completaria suas viagens em torno do continente, percorrendo os países da América Central. Este foi um passo lento demais para muitos, especialmente depois que os soviéticos lançaram o Sputnik em outubro de 1957. A primeira tentativa dos EUA de enviar um satélite veio em dezembro seguinte; ele subiu um metro e meio do chão no Cabo Canaveral, fez uma pausa por um agonizante segundo, depois veio abaixo e explodiu. Aquecendo para as eleições do Congresso de 1958, o líder do senado Lyndon Johnson chamou o fiasco de “um dos fracassos mais divulgados e humilhantes em nossa história”; e o presidente do comitê de Serviços Armados do Senado, também democrata, interpretou o evento como “um golpe doloroso em nosso prestígio já em declínio.”

Entretanto, a imprensa dos EUA dava uma cobertura cada vez maior a uma guerrilha insurgente em Cuba, começando com a série de artigos de Herbert Matthews no *New York Times* no final de fevereiro de 1957. À medida que o movimento de 26 de julho de Fidel Castro ganhou impulso, Adolf Berle (o agente do *New Deal* que prepararia o primeiro esboço da política do presidente Kennedy em relação à América Latina) escreveu em seu diário que “a antiintervenção é correta até certo ponto, mas nós somos responsáveis pela manutenção da ordem no hemisfério e uma política bastante audaciosa em relação a isto parece indicada.”<sup>3</sup> A administração Eisenhower não parecia preocupada. Supriu de armas o governo Batista e, exatamente no momento em que o *Times* publicava os artigos de Matthews sobre Castro, o governo escolheu o comandante da força aérea de Batista, o coronel Carlos Tabernilla, filho do chefe do estado-maior do exército, para receber a Legião do Mérito. Posteriormente naquele ano, o Secretário Dulles garantiu aos repórteres que o Departamento de Estado não via nenhuma possibilidade de uma vitória comunista em Cuba ou qualquer outra parte na América Latina.<sup>4</sup>

Mas Dulles precisava parecer estar fazendo algo para satisfazer a direita republicana e silenciar os democratas – por isto as viagens contínuas de Milton Eisenhower, e por isto a carta do Secretário, de março de 1958 ao Vice Presidente Richard Nixon: “Você mencionou que talvez esteja livre para fazer uma visita à América do Sul nesta primavera. Quero confirmar que ficaríamos muito felizes se você confirmar isto.”<sup>5</sup> Assim começou um dos breves episódios mais importantes na história das relações Estados Unidos-América Latina – o equivalente da gera-

ção da Guerra Fria ao envio do general Zachary Taylor ao Rio Grande ou o *Maine* a Havana.

Nixon foi bem recebido durante sua visita oficial de 1955 ao Caribe e à América Central, onde deu-se ao trabalho de abraçar Rafael Trujillo, elogiar Fulgencio Batista (como o Abraham Lincoln de Cuba), brindar a Carlos Castillo Armas da Guatemala – e justificar o apoio dos EUA a estes ditadores, quando observou que a democracia não era uma opção na América Latina: “Os espanhóis têm muitos talentos,” ele disse em uma reunião da CSN, “mas governar não se inclui entre eles.”<sup>6</sup> Agora, três anos depois desta viagem a América Central e Caribe, o Departamento de Estado pediu a oito embaixadas americanas na América do Sul para desenvolver um itinerário apropriado para o sr. Nixon, indicando que ele estava disposto a discutir questões tanto com cidadãos comuns quanto com personalidades políticas controversas.<sup>7</sup>

Foi mais ou menos isto que aconteceu. Nas primeiras paradas não houve eventos notáveis – um intercâmbio animado com estudantes uruguaios e um pouco de publicidade negativa pelo atraso da chegada à cerimônia de posse do Presidente Arturo Frondizi na Argentina, mas nada realmente notável. Em Lima, entretanto, o vice-presidente enfrentou uma multidão raivosa de estudantes, e isto foi apenas um prelúdio da recepção que teve na Venezuela. A embaixada em Caracas relatou por telefone que “uma multidão hostil foi ao encontro do vice-presidente e sua comitiva no aeroporto. Houve vaias e assobios e nenhum aplauso amistoso.” A seguir, ao sair do aeroporto em direção ao túmulo de Bolívar que seria homenageado com uma coroa, o séquito de Nixon foi detido por um grupo “feito de gente desordeira e de má fama, de péssimo humor. A multidão cercou os veículos em que viajavam o vice-presidente e seu partido, e a escolta policial venezuelana correu. As janelas dos carros onde se encontravam o vice-presidente e a sra. Nixon foram quebradas.”<sup>8</sup> Durante catorze minutos de agonia, Nixon e sua esposa ficaram presos cada um em sua limusine enquanto a imprensa registrou uma ocorrência única na história dos EUA – manifestantes enraivecidos cuspingo no vice-presidente dos Estados Unidos.

O motorista de Nixon finalmente acelerou seu Cadillac e atravessou para a outra rua, correndo na contramão até a residência do embaixador, onde o vice-presidente permaneceu até que, finalmente, dirigiu-se ao aeroporto nacional de Washington, onde foi saudado como um herói. O presidente Eisenhower deu o passo inusitado de ir ao aeroporto para cumprimentar Nixon, e a Casa Branca pediu a funcionários federais que tirassem licença de seu trabalho para promover uma recepção calorosa. Uma multidão de quarenta mil pessoas encontrava-se no aeroporto para a chegada de Nixon, enquanto outra de oitenta e cinco mil alinhava-se com a rota do séquito do vice-presidente até a Casa Branca. As placas que os espectadores seguravam diziam “Lembre-se do Maine” e “Não Deixe Espectadores Desanimarem Você, Dick.”

Em sua mensagem telefônica inicial para Washington, a embaixada em Caracas relatou que “sem dúvida, o ataque ao vice-presidente foi organizado pe-

los comunistas,” mas em suas observações no aeroporto Nixon preferiu ressaltar o subdesenvolvimento da região. “Eles estão preocupados, como deveriam estar, com a pobreza, a miséria e a doença que existem em tantos lugares. Estão determinados a fazer algo a este respeito.”<sup>9</sup> Mas não foi isto que Nixon disse ao secretário no dia seguinte, onde “o vice-presidente, ao fazer declarações sobre os tumultos sul-americanos durante a viagem, ressaltou que era evidente a inspiração comunista, pela similaridade de cartazes, slogans e técnicas.” ainda assim Nixon comentou sobre o problema da pobreza. “Os Estados Unidos não devem, disse ele, fazer nada que reforce a impressão de que estamos ajudando a proteger os privilégios de uns poucos; ao contrário, devemos dedicar-nos a melhorar o padrão de vida das massas.” O Secretário Dulles concordou com a análise de Nixon, “depois apontou para a dificuldade de lidar com isto, uma vez que a democracia, tal como a conhecemos, não será instituída pelas classes baixas à medida que ganharem poder – ao contrário, elas trarão mais uma ditadura das massas.”<sup>10</sup> Nixon não respondeu, mas aceitou o pensamento de Dulles; poucos dias depois, avisou o Conselho de Segurança Nacional que “o continente meridional estava certamente evoluindo em direção a formas democráticas [sic] de governo. Normalmente, aclamaríamos tal desenvolvimento, mas deveríamos perceber que ele nem sempre é o melhor de todos os caminhos possíveis em cada país, particularmente naqueles países latino-americanos, que carecem completamente de maturidade.” Nixon observou que a geração mais jovem de líderes latino-americanos, tal como Arturo Frondizi da Argentina, era ingênua em relação à ameaça comunista – “tanto que sua atitude é assustadora.”<sup>11</sup>

Esta ligação entre o aventureirismo comunista e a imaturidade dos líderes democráticos latino-americanos imediatamente tornou-se um tema recorrente nas discussões políticas, em grande medida porque o Secretário de Estado sempre a trazia à tona. Em meado de junho, ele avisou o CSN sobre “um forte movimento em direção ao governo popular, feito por povos que praticamente não têm nenhuma capacidade de autogoverno, e de fato são como crianças ao enfrentar este problema,” e ele acrescentou que “de modo diferente de nós mesmos, muitos dos Estados latino-americanos, estão fazendo uma transição brusca, indo diretamente do status semicolonial a um autogoverno irresponsável. Isto apresenta uma situação ideal para a exploração comunista.”<sup>12</sup>

Há muito tempo acostumado à regra militar oligárquica ou conservadora, nem Dulles nem seus subordinados sabiam como lidar com o populismo reformista que vinha ganhando impulso na América Latina desde a Depressão. A confusão do Departamento de Estado foi ressaltada pelo Subsecretário de Estado Robert Murphy, que disse ao congresso que a alternativa a líderes popularmente eleitos e voltados ao desenvolvimento, tais como Frondizi da Argentina ou Rómulo Betancourt da Venezuela, era uma confiança imprevidente em ditadores. Agora a visita de Nixon havia demonstrado o custo desse expediente; uma razão pela qual o vice-presidente encontrou venezuelanos irados, disse ele, foi que “demos ao General Jimenez [sic] uma medalha da Legião do Mérito.” Não pareceu



coincidência a Murphy que a recepção hostil a Nixon tenha vindo quatro meses depois que Pérez Jiménez foi obrigado a sair do poder, e a imagem dos EUA na Venezuela não foi ajudada pelo fato de que ele e seu notório chefe da polícia secreta, Pedro Estrada, haviam sido exilados nos Estados Unidos. Mas como a maioria de seus colegas, o Subsecretário Murphy estava dividido entre duas análises, e quando apareceu ante um outro comitê do congresso, ele recuou para a explicação tradicional de que as demonstrações anti-Nixon “eram inspiradas e organizadas pelos comunistas.” A seguir Murphy captou o consenso crescente em Washington, fundindo os dois agentes causais. Os comunistas estavam envolvidos, mas apenas como uma força extrínseca, não como a raiz do problema: “o problema em Caracas foi causado pela exploração intensiva feita pelos comunistas e outros elementos antiamericanos dos ressentimentos com as nossas políticas.”<sup>13</sup>

A lógica, portanto, ditou que os Estados Unidos considerassem mudar suas políticas. A lenta aceitação desta necessidade de mudança pela administração Eisenhower foi uma modificação intelectual crítica, uma transformação notável no pensamento de uma geração. Por mais de uma década, esta primeira geração da Guerra Fria havia absolvido a política dos EUA de toda a responsabilidade pelo comportamento anti-Estados Unidos, rejeitando as críticas e atribuindo-as aos comunistas.<sup>14</sup> Agora, nem todos concordavam. O Subsecretário Murphy argumentou que os Estados Unidos precisavam parar de culpar o comunismo, e o irmão do presidente estava ao lado de Murphy: o relatório longamente esperado de Milton Eisenhower incluía uma admissão de que os Estados Unidos haviam “dado apoio a ditadores latino-americanos a despeito da forte tendência à liberdade e governo democrático,” e esta prática tinha que parar. “Cometemos alguns erros honestos em nossos procedimentos com ditadores. Por exemplo, condecoramos vários deles... Acho, retrospectivamente, que foi um erro.”<sup>15</sup>

A viagem de Nixon (e, de modo mais geral, a instabilidade causada por sublevações em diversos países que se seguiram ao assassinato ou derrubada de ditadores amigáveis) tiveram como resultado dividir o debate sobre a política externa norte-americana do período da Guerra Fria em relação à América Latina. Esta divisão refletiu uma incerteza intelectual em relação à causa da instabilidade. Segundo eles, a instabilidade devia-se ou ao fato de os líderes democráticos da América Latina serem imaturos, incapazes de controlar seu povo, e vulneráveis às táticas comunistas; ou ao fato de os latino americanos empobrecidos terem sido apanhados em uma revolução que ia de encontro às expectativas crescentes da população? Estas duas crenças acerca da causa da instabilidade não eram excludentes; de fato, elas reforçavam-se mutuamente, e em todo o período da Guerra Fria uma grande parte de funcionários dos EUA provavelmente acreditaram em ambas. Esta circunstância permitiu que a administração Eisenhower desenvolvesse uma política bifurcada que se dirigia aos interesses de ambas as perspectivas.

O apoio dos EUA, particularmente em forma de assistência militar, prosseguia onde os ditadores anticomunistas conseguiam manter a estabilidade. Nada

captou melhor esta política dos EUA do que a reação ao atentado contra Anastasio Somoza da Nicarágua, em 1956: o Embaixador Thomas Whelan levou-o ao Hospital Gorgas na Zona do Canal, onde ele foi tratado por uma equipe especial de doutores do exército enviados do Hospital Walter Reed pelo presidente. A seguir, quando o esforço médico demonstrou-se infrutífero, os Estados Unidos simplesmente transferiram seu apoio aos filhos dele. Como quase todos os funcionários dos EUA na época, até mesmo Spruille Braden, que pessoalmente promoveu os primeiros esforços do pós-guerra em favor da democracia na Nicarágua, acabou apreciando as qualidades do filho de Somoza: “Ele é um homem de grande inteligência e coragem, e não tem problema em comprometer-se quando se trata de lidar com os comunistas.”<sup>16</sup>

Mas, além disso, havia algo genuinamente novo: para direcionar as expectativas crescentes em linhas reformistas, a administração Eisenhower preparou o caminho para seus sucessores, revertendo sua oposição à assistência ao desenvolvimento econômico. Em uma leva de anúncios que começou alguns dias depois do retorno do Vice-Presidente Nixon a Washington, a administração declarou que não mais se oporia à negociação de acordos de estabilização sobre os produtos primários, que não mais se oporia à criação da Associação de Desenvolvimento Internacional para empréstimos moderados, que apoiaria um plano para duplicar a autorização de empréstimos do Banco Mundial, que aumentaria a autorização para empréstimos do Eximbank de \$5 para \$7 bilhões, e que apoiaria a criação de um mercado comum latino-americano.

Então, veio o primeiro teste desta política bifurcada: a revolução cubana. Em janeiro de 1959, Fidel Castro usou um dos tanques de Fulgencio Batista vendido pelos EUA a Cuba para seu desfile de vitória em Havana. No início, a administração Eisenhower não sabia como entender o novo líder cubano. Em abril ele fez uma visita a Washington e encontrou o Vice-Presidente Nixon, que chegou à mesma conclusão que teve acerca de Arturo Frondizi um ano antes, caracterizando Castro como “ou incrivelmente ingênuo em relação ao comunismo, ou sob a disciplina comunista – meu palpite é o anterior.”<sup>17</sup> Enquanto a ênfase do debate dos funcionários em Washington oscilava entre as explicações de “aventureirismo comunista” ou de “revolução que ia de encontro às expectativas crescentes da população pobre”, procurando entender a instabilidade monumental de Cuba, o governo Castro acelerou a transformação da sociedade cubana. Grande parte desta transformação prejudicou a segurança e interesses econômicos dos EUA. As relações Cuba-EUA deterioraram rapidamente, ao passo que a amizade soviético-cubana floresceu. Em meado de 1960, Nikita Khrushchev avisava que “os soldados soviéticos podem apoiar com rajadas de foguetes o povo cubano, se forças agressivas no Pentágono ousarem iniciar a intervenção contra Cuba.”

O Senador Karl Mundt ficou pasmo com o que aconteceu: “Ainda está na nossa memória, o acontecimento no qual salvamos a ilha da servidão medieval; nós que demos ordem, vitalidade, sabedoria técnica e riqueza, estamos agora sendo amaldiçoados por nossas virtudes civilizatórias e cooperativas!”<sup>18</sup> A esta altura,

muitos funcionários de Washington entendiam que o Senador Mundt exagerava na beneficência da política dos EUA, mas concordaram com sua opinião de que a revolução cubana era um fracasso político importante – a “outra Guatemala” que a política dos EUA supostamente deveria estar empenhada em evitar. O fantasma de Joseph McCarthy reaparecia e a reação imediata foi partir para a acusação ritual tradicional de Washington chamado de *finger-pointing*. Adolf Berle escreveu em seu diário que “O F.B.I. chegou para me ver. Eles estão investigando Roy Rubottom e Bill Wieland do Departamento de Estado, acusando-os de terem entregue Cuba para Castro.”<sup>19</sup> No segundo debate presidencial de 1960, a primeira questão para Nixon foi “Sr. Vice-presidente, o senador Kennedy disse ontem à noite que a administração deve responsabilizar-se pela perda de Cuba.” Colocado na defensiva, Nixon irritado disparou de volta: “Cuba não está perdida, e não creio que este tipo de conversa derrotista do senador Kennedy ajude, por pior que seja, a situação.” Os democratas continuaram a acusação, entretanto, e até Harry Truman entrou na briga, objetando que se ele fosse o presidente, teria se oferecido para ajudar Castro com o desenvolvimento econômico, mas “obviamente, aquele ‘filho da puta’ do Eisenhower era obtuso demais para fazer algo assim.”<sup>20</sup>

A revolução cubana descarrilou algumas carreiras, mas o seu efeito principal em Washington foi dinamitar o impasse sobre a política dos EUA em relação à América Latina. Em março de 1960, o presidente Eisenhower anunciou a preparação de uma invasão ao estilo da Guatemala destinada a “cuidar” de Castro, e, em outubro, John Kennedy (então um candidato não informado sobre a possível invasão acusava os republicanos de “erro, inação, recuo e fracasso”) solicitou insistentemente que os Estados Unidos armassem “lutadores para a liberdade ... que ofereçam a esperança de derrubar Castro.”<sup>21</sup> Mas como Kennedy avisou no debate final da campanha presidencial dos EUA: “Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países.” Era tempo de ganhar os corações e mentes dos pobres da América Latina, ele disse. “Vamos ter que tentar promover laços mais íntimos, associar-nos com o grande desejo dessa gente por uma vida melhor, se quisermos evitar que a influência de Castro se espalhe por toda a América Latina.”

A administração republicana que expirava havia preparado bem o terreno. Dois dias após o aviso de Khrushchev em meado de 1960, o presidente Eisenhower adotou publicamente a proposta de desenvolvimento do presidente brasileiro Juscelino Kubitschek. “Precisamos considerar junto com as outras repúblicas americanas modos praticáveis pelos quais os países em desenvolvimento possam fazer um progresso mais rápido,” Eisenhower disse aos repórteres. “Tenho em mente a abertura de novas áreas de terra arável para colonização e uso produtivo. Tenho em mente uma melhor utilização da terra, dentro de um sistema que ofereça oportunidades para homens livres e autoconfiantes de possuir a terra, sem violar os direitos de outros. Tenho em mente alojar, onde apropriado, com a ênfase na posse individual de pequenos lares. E tenho em mente outras condi-

ções mínimas essenciais para uma vida decente.” Com estas palavras, os Estados Unidos se comprometeram com o desenvolvimento econômico da América Latina. Duas semanas depois, Fidel Castro oferecia aos cubanos alternativa às reformas econômicas patrocinadas pelos EUA: “Prometemos continuar fazendo da nação o exemplo que pode converter a Cordilheira dos Andes na Serra Maestra do Continente americano.”<sup>22</sup>

Ansioso por uma luta em pé de igualdade com Castro e seus defensores soviéticos, os homens da *New Frontier*\* de Kennedy adotaram o estandarte dos pobres da América Latina, convencidos de que a instabilidade política da região era oriunda de uma luta entre aqueles que pediam uma mudança econômica rápida e amplamente disseminada, por um lado, e aqueles que estavam satisfeitos com o status quo por outro, e os comunistas esperando para se aproveitar da luta de classes entre ricos e pobres. A oligarquia da América Latina era considerada egoísta e intransigente, tão poderosa que poderia bloquear reformas econômicas, a menos que os Estados Unidos intervissem ao lado da maioria desperta e sua revolução de expectativas crescentes. E intervir era preciso, pois as apostas eram altas. Se a mudança não ocorresse rapidamente, os pobres da América Latina se voltariam para o comunismo em busca de ajuda; como avisou o presidente Kennedy: “aqueles que tornam a revolução pacífica impossível tornarão a revolução violenta inevitável.”<sup>23</sup> Por mais melodramáticas que suas palavras possam soar hoje, eram um toque de clarim que soava de forma realista no início da década de 1960, e por alguns anos o desenvolvimento econômico da América Latina tornou-se uma obsessão em Washington.

Como uma contribuição precursora de uma nova geração à melhoria das relações interamericanas, a Aliança para o Progresso da administração Kennedy era baseada na teoria de modernização das ciências sociais que, por sua vez, era uma versão extravagante da grosseira hipótese da Diplomacia do Dólar de Huntington Wilson: “a prosperidade significa contentamento e contentamento significa repouso.” Esta hipótese sempre teve um enorme apelo intuitivo em Washington – simplesmente parece fazer sentido que um povo próspero não tente desestabilizar um sistema que apóia sua prosperidade, e em particular que um povo capitalista próspero não se volte em desespero para o comunismo. Pondo de lado a vitrine decorada de ciências sociais da Aliança e sua retórica arrogante, o que distinguiu a política de Kennedy da dos Diplomatas do Dólar foi que, ao invés de pedir que os banqueiros de Wall Street trouxessem tranquilidade à América Lati-

\* *New Frontier* foi uma expressão utilizada em 1960, durante a Campanha presidencial de John F. Kennedy: propunha igualdade de oportunidade para toda a população norte-americana, ampliação dos direitos civis, ajuda federal à educação e à saúde, avanços na exploração espacial. Ao mesmo tempo, procurava mobilizar a população para que agisse nessa direção. Ficou famosa a sua frase: “Não pergunte o que os Estados Unidos podem fazer por você, mas o que você pode fazer pelo país”. Para a América Latina, a idéia de *New Frontier* esteve relacionada à Aliança para o Progresso que procurava diminuir o subdesenvolvimento da região, evitando assim a penetração do comunismo. (N.T.)

na com empréstimos, agora os contribuintes dos EUA iriam prover o dinheiro, grande parte em termos de concessão.

Requeria-se, portanto, uma burocracia. O Ato de Segurança Mútua de 1950 foi imediatamente substituído pelo Ato de Assistência Estrangeira de 1961, e a Agência de Desenvolvimento Internacional foi criada para administrar os programas de assistência dos EUA. A própria ADI logo foi cercada por um grande número de instituições públicas cooperativas e público-privadas, desde o *Peace Corps* até o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre da AFL-CIO. Para garantir que os comunistas ficassem acuados enquanto estas instituições de ajuda econômica fizessem seu trabalho, um conjunto de instituições de segurança também foi criado. Em 1961, a administração Kennedy informou o Congresso que a ajuda militar dos EUA iria passar da defesa hemisférica para a segurança interna,<sup>24</sup> e o Pentágono de Robert McNamara imediatamente criou as Forças Especiais do Exército dos EUA (os Boínas Verdes) para combater as insurgências de guerrilha de Castro. Grupos Consultivos de Assistência Militar dos EUA logo foram designados para postos por toda a região, escolas militares norte-americanas nos Estados Unidos e na Zona do Canal do Panamá foram expandidas para acomodar um número crescente de estudantes latino-americanos, e equipes de ação cívica dos engenheiros militares dos EUA começaram a construir estradas e infra-estrutura relacionada em áreas consideradas vulneráveis à atividade guerrilheira castrista

Estas instituições de assistência econômica e militar constituem o legado permanente da administração Kennedy. O que passou rapidamente para a história foi o *charme* de Kennedy, apagado por um assassino em Dallas. Daí em diante, quando o progresso econômico da América Latina parecia dolorosamente vagaroso, e quando a guerra no Vietnã solapou o otimismo de uma geração, a estabilidade na região transformou-se no Santo Graal das administrações Johnson, Nixon e Ford.

Quando a questão da estabilidade política substituiu a idéia de desenvolvimento econômico como foco principal da política dos EUA, a geração pós-Eisenhower foi forçada a enfrentar o problema identificado em 1957 pelo representante Gardner Withrow: “não é mais possível fazermos a distinção entre as brigas de grupos políticos e o que agora sabemos ser as táticas do comunismo internacional.”<sup>25</sup> Isto tornou-se o principal problema intelectual de todas as administrações subsequentes da Guerra Fria, e nenhuma delas pôde solucioná-lo. O caso de El Salvador é ilustrativo deste dilema. Durante décadas, os Estados Unidos administraram uma política dupla em relação àquele país, que incluía tanto um programa de Alimentos para a Paz para nutrir os famintos como um programa de assistência militar, para deter o aventureirismo comunista. À medida que os anos passavam, uma aldeia salvadorenha após a outra era apanhada na revolução de expectativas crescentes da população e camponeses salvadorenhos empobrecidos começavam a exigir comida (ou, mais basicamente, acesso à terra) em um país que eventualmente produziu um grupo de guerrilha local, mas inspirado em

Cuba. A política dos EUA pós-Eisenhower envolvia tanto eliminar as guerrilhas como ajudar os camponeses empobrecidos. O que ocorreu na prática do dia a dia foi que os Estados Unidos regularmente carregavam dois caminhões, um com uma remessa de Alimentos para a Paz e especialistas em desenvolvimento para atender às necessidades de camponeses famintos, e o outro com soldados salvadorenos treinados e armados pelos EUA para atacar as guerrilhas comunistas, e enviavam ambos os caminhões pela estrada de qualquer região do país que estivesse estável naquele momento. Finalmente, os caminhões chegavam em uma aldeia designada, os residentes locais eram reunidos na praça e ... e daí o que ocorria? Uma vez que era impossível saber quem era quem entre os camponeses, alguém tinha que decidir quem levava o alimento e quem levava bala.

A política do período da Guerra Fria dos EUA em relação à América Latina procurava ocultar a dificuldade desta decisão supondo que *alguém* conseguiria separar a instabilidade causada pelas expectativas crescentes entre os pobres famintos da instabilidade causada pelo aventureirismo comunista. Era uma suposição inadequada. Quando esta impropriedade foi reconhecida, oitenta mil salvadorenos já estavam mortos, porque nas aldeias o governo militar salvadorenho (um oficial de exército ou outro encarregado) decidia quem levava o quê. Em um caso após outro, o exército salvadorenho treinado pelos EUA e armado pelos EUA decidia errar em favor da segurança, e julgando a maioria dos moradores da aldeia favorável às guerrilhas, matava-os.<sup>26</sup>

Os funcionários em Washington geralmente atribuíam esse resultado lamentável à cultura política sedenta de sangue de El Salvador. Jeane Kirkpatrick, o principal arquiteto intelectual da política de administração Reagan em relação à América Latina escreveu que “A cultura política de El Salvador ... dá ênfase à força e ao machismo e tudo o que isto implica acerca da natureza do mundo e os traços humanos necessários para a sobrevivência e o sucesso.”<sup>27</sup> Talvez. Embora ninguém pudesse negar a brutalidade do exército salvadorenho, sabemos muito pouco sobre a cultura política daquela nação. O exército poderia ter massacrado o campesinato sem o apoio dos EUA (isto foi o que eles fizeram de 1931 a 1932), mas nunca poderemos ter certeza. Tudo o que sabemos com segurança é que os Estados Unidos usavam seu programa de assistência militar para passar adiante sua própria mentalidade de segurança nacional do período da Guerra Fria ao exército salvadorenho – uma mentalidade bipolar que não deixava lugar para qualquer insurgência – e que os Estados Unidos aumentavam a eficiência militar salvadorenha com armas e treinamento. Em 1971, por exemplo, um comitê do Senado descobriu que a Escola das Américas do exército americano na Zona do Canal do Panamá estava fazendo treinamento em “cordão policial e operações de busca, operações de contraguerrilha, tática militar de desfolhamento, inteligência eletrônica, o uso de informantes, inteligência insurgente, contra-inteligência, subversão, contra-subversão, espionagem, contra-espionagem, interrogatório de prisioneiros e suspeitos, como lidar com comícios e reuniões de massa, fotografia para o serviço secreto, polígrafos, informações sobre como lidar com o popula-

cho e controle de recursos, operações psicológicas, batidas e buscas policiais, tumultos, operações de guerra especiais, vigilância, terror e operações secretas.” Até mesmo o título inócuo do curso da Escola de *Automotive Maintenance Officer* continha instruções sobre “as falácias da teoria comunista, organizações comunistas e comunismo versus Democracia.”<sup>28</sup>

Os programas de assistência econômica dos EUA reforçavam este treinamento militar. Já em 1964, o administrador da ADI – Agência de Desenvolvimento Internacional – David Bell, escreveu ao presidente Johnson que estava enviando números crescentes de pessoal da ADI para a Escola de Guerra Especial do Exército em Fort Bragg,<sup>29</sup> e, em 1966, o bureau de assistência policial da ADI, o Gabinete da Segurança Pública, estava gastando 38 % de todo o orçamento de assistência econômica para a América Latina para conduzir um treinamento em contra-insurgência urbana em todos os países, exceto Cuba. A administração Johnson enviou 23 consultores da polícia para o Brasil depois do golpe de 1964 de Castelo Branco, por exemplo, e seu trabalho suplementou o treinamento de centenas de policiais brasileiros (641 entre 1963 e 1971) que estudaram na Academia Policial Internacional da ADI, no velho galpão dos bondes de Georgetown, em M Street, em Washington.<sup>30</sup>

A fixação de Washington na estabilidade anticomunista na América Latina finalmente enalhou nas águas rasas políticas que circundavam o desastre do Vietnã, o escândalo de Watergate e a destruição da democracia chilena. A derrota veio primeiro no congresso. Desde o começo, o apoio da ADI havia sido provido basicamente pelos liberais e moderados do congresso, pois as reformas econômicas patrocinadas pelo governo nunca foram populares entre conservadores.<sup>31</sup> Mas como os liberais e moderados eram tão anticomunistas como seus colegas conservadores, eles custaram a se irritar com as evidências de que a ajuda econômica estava sendo usada para apoiar ditaduras repressivas. Na década de 1950, ninguém levantou uma sobrancelha em relação à ajuda política norte-americana na Guatemala, onde os Estados Unidos nunca tiveram um programa de assistência significativo até a derrubada do governo Arbenz; a seguir, entre 1954 e 1955, a ajuda dos EUA subiu às nuvens, de \$463.000 a \$10.708.000.<sup>32</sup> Entretanto, um punhado de liberais inquietou-se quando este padrão de financiamento foi repetido no Brasil depois do golpe militar, encorajado pelos EUA contra o governo de Goulart favorável a reformas: dos \$15 milhões no ano fiscal de 1964 (que terminou três meses após o golpe), os gastos da ADI saltaram para \$122 milhões em 1965 e não caíram abaixo deste nível até a década de 1970. Juntamente com o desastre do Vietnã, isto foi o suficiente para o senador Frank Church, que captou a disposição entre os liberais do Congresso no título de seu discurso de 1971: “Adeus à Ajuda ao Exterior: Um Liberal Vai Embora.”<sup>33</sup>

A administração Nixon tentou apaziguar liberais enraivecidos com as “Novas Direções” da ADI, uma ênfase renovada na ajuda aos pobres, e o governo militar repressivo do Brasil rapidamente “diplomou-se” nos programas de assistência econômica dos EUA. Embora os generais brasileiros tenham

sido imediatamente substituídos pelo exército chileno. Desta vez, o mecanismo de ajuda econômica escolhido foram os alimentos. Menos de um mês após o golpe militar de 1973 contra o governo de Salvador Allende, a administração Nixon deu ao novo governo do General Augusto Pinochet um empréstimo de \$24 milhões para comprar trigo dos EUA, que era oito vezes o crédito total sobre produtos primários oferecido ao Chile durante os três anos de Allende.<sup>34</sup> No ano seguinte, o Chile, com 3 por cento da população da América Latina, recebeu 48 % dos Alimentos para a Paz (PL480) do total enviado para a América Latina; no ano seguinte, a cifra era de 40 %, e no ano depois deste de 28 %.

À medida que alimentos e outras formas de ajuda a Pinochet cresceram enormemente, o âmbito de ação secreta dos EUA contra o governo de Unidade Popular de Allende estava se tornando um tema bem documentado e de discussão pública. Muitos viram esta ação secreta acontecer, simplesmente porque foi tão óbvia. Dois meses antes da vitória eleitoral de Allende de 1970, por exemplo, o general do exército comandando grupos de consultoria militar na América Latina disse ao Congresso: “Apenas espero que isto não aconteça. Como você sabe, nosso recorde de recuperação de países que se perderam é praticamente nulo. Não conseguimos nenhum deles de volta depois que se perderam. É isto que temos que deter.” A eleição de Allende não podia ser detida, mas como observou o Consultor para Assuntos de Segurança, Henry Kissinger, em uma reunião da Casa Branca “não vejo por que devemos ficar parados assistindo um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade de seu próprio povo.” Imediatamente após a vitória eleitoral de setembro de Allende, o presidente Nixon disse ao diretor da CIA, Richard Helms, para “fazer a economia gritar,” uma decisão implementada, em parte, por um corte de ajuda econômica do país.<sup>35</sup>

O presidente Nixon estava vivendo em isolamento na época em que tudo isto se tornou público, e restou a Gerald Ford responder às questões. Instruído pelo agora Secretário de Estado Kissinger, Ford tratou sumariamente a objeção de um repórter sobre a ação secreta contra o governo Allende, argumentando que ela não apenas era boa para os Estados Unidos mas também “atendia o melhor interesse do povo do Chile.”<sup>36</sup> Nesta altura, o apoio público geral à política exterior dos EUA havia atingido o grau mais baixo. O problema principal havia sido o Vietnã, obviamente, onde em abril de 1975 os últimos fuzileiros navais dos EUA tiveram que ser tirados do telhado da embaixada de Saigon por helicópteros. Mas as notícias do Chile eram de muitas maneiras mais penosas; o Vietnã podia agora ser confiado à história, ao passo que o Chile parecia ser uma mortificação sem fim. Em 1973, o Senado publicou suas audiências sobre o esforço da Companhia Internacional de Telefone e Telégrafo em financiar uma tentativa de evitar que Allende assumisse o cargo. Em 1974, foi a vez da Câmara examinar a destruição e, no ano seguinte, um comitê seletivo do Senado lançou dois relatórios especialmente prejudiciais. Um era intitulado *Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders*, que não apenas apresentaram mais de cem páginas de conspirações re-



petidas contra a vida de Fidel Castro, mas também incluíam uma discussão detalhada sobre a trama que levou ao assassinato do comandante-chefe do Exército do Chile, general René Schneider, em 1970, cuja única ofensa havia sido colocar-se resolutamente contra um golpe militar preemptivo que negava a presidência a Allende. O segundo relatório do comitê seletivo do Senado, *Covert Action in Chile, 1963-1973* começava: “O envolvimento secreto dos Estados Unidos no Chile na década entre 1963 e 1973 foi extensivo e contínuo,” e depois narrou dez anos de esforços da CIA para subverter a democracia chilena.<sup>37</sup>

Em meados de 1970, não era preciso um engenheiro nuclear para entender que a moralidade da política externa dos EUA seria um bom tema de campanha para os democratas. Em junho de 1976, o candidato à presidência Jimmy Carter, um engenheiro nuclear, disse à Associação de Polícia Estrangeira de Nova York que sua administração iria “restaurar a autoridade moral de seu país em sua conduta de política estrangeira.” Ele insistiu no tópico em discurso após discurso, e quando o presidente Ford afirmou em um debate presidencial de outubro de 1976 que sua administração não havia apoiado a repressão na Coreia do Sul, Carter disparou de volta “o sr. Ford não comentou sobre as prisões no Chile,” onde “sua administração derrubou um governo eleito e ajudou a estabelecer uma ditadura militar.” No início de 1977 ninguém ficou surpreso em ouvir o novo presidente afirmar no dia da inauguração que “nosso compromisso com os direitos humanos deve ser absoluto,” nem de ouvi-lo dizer a uma audiência de 1978 que “os direitos humanos são a alma de nossa política exterior.”<sup>38</sup>

Embora o desalento do eleitorado dos EUA com os excessos anticomunistas de Nixon-Kissinger tenham contribuído para a eleição de Jimmy Carter, é incorreto virar do outro lado a opinião pública e concluir que a política interna motivou a política de direitos humanos da nova administração. O presidente Carter e seus funcionários de direitos humanos do Departamento de Estado demonstraram um compromisso pessoal em aumentar a proeminência dos direitos humanos na política estrangeira dos EUA, muito antes de ela se tornar popular entre o público, e nisto a nova administração diferia substancialmente de suas predecessoras da era da Guerra Fria. Richard Nixon pôs de lado a questão em um relatório ao Congresso de 1971, e em 1974, quando o embaixador dos EUA no Chile relatou que havia levantado a questão da tortura com o Ministro de Defesa do general Pinochet, o Secretário de Estado Kissinger escreveu instruções para um assistente na margem: “Diga a Popper para cortar as conferências de ciência política.”<sup>39</sup> A política Carter também diferiu da de John Kennedy, que disse a uma audiência em 1961 que “se os países da América Latina estão prontos a fazer sua parte, e estou certo de que estão, creio que os Estados Unidos, por seu lado, deveriam ajudar a prover recursos.”<sup>40</sup> Mas ditadores tais como Anastasio Somoza apostaram que o medo de Washington em relação ao comunismo, no início da década de 1960, era maior que seu desejo de reforma, e ganharam: durante seus mil dias, a administração Kennedy continuou a prover ajuda às ditaduras mais repressoras do hemisfério.

Não ocorreu o mesmo com a administração Carter, como observou seu crítico mais forte, Jeane Kirkpatrick uma vez: “O que a administração Carter fez na Nicarágua? *Ela derrubou o regime Somoza.*” O Departamento de Estado de Carter “*agiu* repetidamente e em momentos críticos para enfraquecer o governo de Anastasio Somoza e fortalecer seus oponentes.”<sup>41</sup> Kirkpatrick estava certa. Embora o povo nicaraguense fosse em última instância responsável pela queda de Somoza, foi Washington que havia mantido a família dele no poder na Nicarágua desde meado de 1930. As administrações de Roosevelt a Ford tiveram diferentes tipos de desculpas para apoiar os Somozas, mas de 1978 a 1979 Jimmy Carter e seu forte grupo de ativistas de direitos humanos acabaram com isto.

Onde a administração Carter (e ativistas de direitos humanos em geral) continuaram a política de seus predecessores foi na aceitação sem crítica da tradição hegemônica da política dos EUA. Esta prática foi vista mais claramente na tentativa da administração de salvar a *Guardia Nacional* nicaraguense criada pelos EUA sem Somoza,<sup>42</sup> mas também estava presente na atitude dos ativistas de direitos humanos, começando com as audições embrionárias de direitos humanos pelo deputado da subcomissão da Câmara, Donald Fraser em 1973, quando o procurador geral anterior, general Ramsey Clark, argumentou que “pregação ajuda, mas creio que é hora de intrometer-se, também.”<sup>43</sup> O Congresso aparentemente concordou: “Temos que começar a ser mais inflexíveis e mais vigorosos em nossas relações com aqueles países,” argumentou o autor da Emenda Harkin, a peça central da legislação de direitos humanos de 1970. “Sempre ouvimos dizer ‘Bem, não queremos interferir naqueles países, não queremos entrar lá e confundir seus negócios internos.’ Não vejo por que não.” O representante Tom Harkin acreditou que “nós vamos influenciar a América Latina. Vamos influenciar todos os países lá. A questão é como. Vamos continuar a apoiar aqueles ditadores que violam direitos humanos com algum senso de segurança? Ou iremos vigorosamente, de uma vez por todas, dizer ‘Não, não iremos tolerar isto?’<sup>44</sup> Uma vez que todos os lados em Washington continuavam a acreditar, como Theodore Roosevelt o fez, que os Estados Unidos tinham a obrigação de agir contra “as transgressões crônicas” na América Latina, a única questão era a identidade dos que transgrediam. Para a administração Carter eram os ditadores repressivos que violavam os direitos humanos daqueles que iriam guiar a revolução não ideológica de expectativas crescentes da população pobre. Mas após quatro anos, os democratas perderam a Casa Branca para Ronald Reagan, que pensava que os transgressores eram os aventureiros comunistas: “Não vamos nos iludir,” ele disse a uma audiência de campanha de 1980, “a União Soviética subjaz a toda inquietação que está ocorrendo. Se eles não estivessem ocupados com este jogo de dominós não haveria lugares perigosos no mundo.”<sup>45</sup> Os Guerreiros Frios estavam de volta para uma última candidatura, eleitos por um público que rapidamente se recuperou de seu trauma pós-Vietnã e simplesmente não concordou com a afirmação de 1977 do presidente Carter de que “estamos agora livres daquele medo excessivo do comunismo que antigamente nos levava a aceitar qualquer ditador que se juntasse a nós naquele temor.”<sup>46</sup>

No final da década de 1970 e início da de 1980, exatamente no momento em que as linhas de batalha dos direitos humanos versus o anticomunismo estavam sendo definidas em Washington, a instabilidade da América Central aumentava constantemente, alarmando ambos os lados. Como em todos os casos anteriores da instabilidade latino-americana desde a década de 1950, a disputa agora tradicional acerca da causalidade continuou a caracterizar os debates políticos. Em 1982, o embaixador precedente, Robert White, falou por aqueles que atribuíam a instabilidade às expectativas crescentes, dizendo ao Congresso que “os grupos de guerrilha, os grupos revolucionários, quase sem exceção começaram como associações de professores, sindicatos, sindicatos de camponeses, ou organizações paroquiais que estavam organizadas para o propósito definido de construir uma escola.” O Secretário de Estado Assistente da administração Reagan para a América Latina atribuiu a instabilidade ao aventureirismo comunista, escrevendo que “Cuba está agora tentando unir a esquerda radical, comprometê-la com o uso da violência, treiná-la em operações de guerra e terrorismo, e tenta usá-la para destruir governos existentes e substituí-los por regimes marxistas-leninistas que seguem o modelo cubano.”<sup>47</sup>

Como nenhum lado pôde apresentar sua defesa de forma a satisfazer o outro, no início a política dos EUA tornou-se uma função de quanto dinheiro a determinada administração Reagan poderia arrancar de um Congresso ambivalente para sustentar o governo anticomunista em El Salvador, e apoiar os rebeldes anti-sandinistas criados pelos EUA na Nicarágua. Este esforço requeria todas as habilidades retóricas do presidente Reagan, que discursou para um público de televisão em horário pico em meado de 1983: “Muitos de nossos cidadãos não entendem plenamente a seriedade da situação, então deixe-me falar claramente: Há uma guerra na América Central que está sendo incentivada pelos soviéticos e os cubanos. Eles estão armando, treinando, suprindo e encorajando uma guerra para submeter outra nação ao comunismo, e essa nação é El Salvador. Os soviéticos e os cubanos estão operando a partir de uma base chamada Nicarágua. E esta é a primeira agressão comunista real no continente americano.”<sup>48</sup> Muitos julgavam que isto indicava ser um prelúdio à ação militar direta na América Central. E de fato foi, alguns meses depois a administração Reagan invadiu o mini Estado caribenho de Granada, e o presidente Reagan novamente foi para as câmaras de TV explicar o que aconteceu. Granada, disse ele, “era uma colônia soviético-cubana, sendo preparada como um bastião militar importante para exportar o terror e solapar a democracia. Chegamos lá bem a tempo.”<sup>49</sup>

Embora a administração Reagan nunca tenha recebido, na verdade, o sinal verde do Congresso que ela requeria, por oito anos ela obteve apoio suficiente de um Congresso irremediavelmente dividido para continuar a luta em El Salvador. O presidente Reagan não teve tanto sucesso com o Congresso no que diz respeito à política norte-americana em relação à Nicarágua, onde os legisladores colocaram \$24 milhões em poder da CIA para os contras da Nicarágua no final de 1983, induzindo a administração a envolver-se com uma operação clandestina

de financiamento que tornou-se conhecida como o escândalo Irã-Contra. No final, a quantidade de acusações, em Washington, era substancial: o Consultor para Assuntos de Segurança Nacional, Robert McFarlane, declarou-se culpado por quatro acusações de contravenções ao negar informações ao Congresso e foi condenado a dois anos com sursis; outro Consultor para Assuntos de Segurança Nacional, John Poindexter, foi condenado por cinco acusações de delitos por obstruir o Congresso e conspiração; o Secretário de Defesa, Caspar Weinberger, foi indiciado por seis acusações de perjúrio e por obstruir os investigadores Irã-Contra; O assistente do Conselho de Segurança Nacional, Oliver North, foi condenado por três acusações por destruir documentos, aceitar propina ilegal e obstruir o Congresso; O Secretário de Estado Assistente, Elliott Abrams, declarou-se culpado por duas contravenções ao reter informações do Congresso; e nove outros funcionários não graduados da administração foram condenados ou declararam-se culpados por crimes que variavam de evasão de impostos e falsificação de documentos a conspiração, roubo de propriedade do governo e fraude postal.

No final de 1992, o presidente George Bush, em fim de mandato, conferiu perdão presidencial a Abrams, McFarlane, Weinberger e três outros antigos funcionários condenados na esteira da investigação Irã-Contra. Naquele momento, os sandinistas haviam sido destituídos por votação por um eleitorado desgastado pela guerra, a União Soviética havia desaparecido, e as principais guerras na América Central haviam terminado, deixando apenas a insurgência crônica na Guatemala e um cenário humano devastado em El Salvador e Nicarágua, onde cerca de 110.000 cidadãos haviam sido mortos durante os anos Reagan – duas vezes o número perdido pelos Estados Unidos no Vietnã. As administrações Bush e Clinton brevemente tentaram ajudar a reconstruir as economias devastadas da região, mas o orçamento agora precisava ser equilibrado e a assistência dos EUA foi requerida pelas nações do antigo bloco soviético, e, portanto, a ajuda à América Central caiu de um pico de \$ 1.2 bilhão em 1985 a \$ 167 milhões em 1996; a ajuda militar declinou a virtualmente nada, e a América Central, mais uma vez, saiu silenciosamente das primeiras páginas e da consciência de Washington.

## notas

1 *Congressional Record*, 8 August 1957, p. 14149.

2 *Congressional Record*, 18 de junho de 1958, p. 11658 (Brooks); 8 de agosto de 1957, p. 14149 (Withdraw).

3 Berle Diary, 25 de novembro de 1957, Reel 7, Berle Papers, Biblioteca FDR, Hyde Park, N.Y.

4 Entrevista Coletiva, 5 de novembro de 1957, *Bulletin* do Departamento de Estado, 25 de novembro 1957, p. 826.

5 Dulles para Nixon, 6 de março de 1958, FRUS 1958-1960, vol. 5, p. 222.

6 Memorando da Reunião do Conselho de Segurança Nacional, 10 de março de 1955, FRUS 1955-1957, vol. 6, p. 614-8.

- 7 Circular do Departamento de Estado, 26 de março de 1958, 033.1100-NI/3-2658,NA.
- 8 Memorando sobre Conversa telefônica, Burrows (Venezuela) e Rubottom e Sanders, 13 de maio de 1958, FRUS 1958-1960, vol.5, p. 226-7.
- 9 Departamento de Estado *Bulletin*, 9 de junho de 1958, p. 951
- 10 Minutas da Reunião do Ministério, 16 de maio de 1958, FRUS 1958-1960, vol. 5, p. 238-9
- 11 Minutas da Reunião do Conselho de Segurança Nacional, 22 de maio de 1958, FRUS 1958-1960, vol. 5, p. 240.
- 12 Minutas do Conselho de Segurança Nacional, 19 de junho de 1958, FRUS 1958-1960, vol. 5, p. 29
- 13 Congresso dos EUA, Senado, Comissão das Relações Exteriores, (*Executive Sessions of the Senate Foreign Relations Committee Cbistonial Series*), vol. 10, 85th Congr., 2d sess., 1958, p. 249, tornado público em novembro de 1980; *Bulletin* do Departamento do Estado, 9 de junho de 1958, p. 954.
- 14 Ver, por exemplo, a análise oficial do *bogotazo* colombiano de 1948 no *Bulletin* do Departamento de Estado, 30 de maio de 1948, p. 175.
- 15 Milton S. Eisenhower, "Relatório ao presidente: Relações Estados Unidos-América Latina," *Bulletin* do Departamento de Estado, 19 de janeiro de 1959, p. 3, 15. A experiência de Nixon na América do Sul afetou a todos em Washington, inclusive o irmão do presidente, que relatou que "quando embarcamos no avião [em Guatemala] para partir para casa, meus assistentes e eu estávamos completamente esgotados. Nossos nervos estavam carregados de tensão, antecipávamos incidentes como os de Nixon, então quando estávamos no ar, todos nós irrompemos em urras entusiasmados, bebemos um pouco, e sentamos de novo para respirar." Milton Eisenhower, *The Wine is Bitter: The United States and Latin America* (Garden City, N.Y.: Doubleday, 1963), p. 221.
- 16 Spruille Braden, *Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden* (New Rochelle, N.Y.: Arlington House, 1971), p. 451.
- 17 O memorando de Nixon sobre seu encontro de 19 de abril de 1959 com Castro está reimpresso em *Diplomatic History* 4 (Fall 1980), p. 425-31.
- 18 Karl E. Mundt, "Como a Liberdade de Cuba foi Realmente Conquistada," *Reader's Digest* 77 (Agosto 1960), p. 168.
- 19 Diário de Berle, 20 de setembro de 1960, Reel 7, Adolf Berle Papers, Biblioteca FDP, Hyde Park, N.Y.
- 20 Merle Miller, *Plain Speaking: An Oral Biography of Harry S. Truman* (New York: G.P. Putnam's Sons, 1974), p. 343-4.
- 21 *New York Times*, 21 de outubro de 1960, p. 18; no debate presidencial de 21 de outubro, Nixon, que conhecia os planos para a invasão da Baía dos Porcos, qualificou a sugestão de Kennedy de "perigosamente irresponsável."
- 22 PPP, *Dwight D. Eisenhower, 1960-61*, p. 570; o discurso de Castro de 26 de julho de 1960 está reimpresso em *Obra Revolucionaria* número 16 (julho de 1960), p. 13.
- 23 Este era um dos aforismas favoritos de JFK, esta versão é de seu discurso de 13 de março de 1962, celebrando o primeiro aniversário da Aliança para o Progresso. PPP, *John F. Kennedy, 1961*, p.223.
- 24 Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Relações Exteriores, *Foreigns Assistance Act of 1962*, 87o Cong., 2d. sess, 1962, p. 420.

25 *Congressional Record*, 8 de agosto de 1957, p. 14149.

26 Para a melhor ilustração publicada deste processo, ver Mark Danner, *The Massacre at El Mozote* (New York: Vintage, 1994).

27 Jeane J. Kirkpatrick, "U.S. Security and Latin America", in *Rift and Revolution: The Central American Imbroglío*, ed. Howard J. Wiarda (Washington, D.C.: America Enterprise Institute, 1984), p. 352. Este capítulo é uma versão revisada do artigo de *Commentary* com o mesmo nome.

28 Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Relações Estrangeiras, Subcomissão de Negócios do Hemisfério Ocidental, *United States Policies and Programs in Brazil*, 92d. Cong., 1st Sess., 1971, p. 89; ver também Miles D. Wolpin, *Military Aid and Counterrevolution in the Third World* (Lexington, Mass.: D.C. Heath, 1972), p. 78.

29 David. E. Bell, *Memorandum para o presidente*, 27 de novembro de 1964, Confidential File, Box 25, Biblioteca Lyndon B. Johnson, Austin, Texas.

30 *United States Policies and Programs in Brazil*, p. 3-51.

31 Em 1984, o senador republicano Jesse Helms, por exemplo, atacou o relatório da Comissão Kissinger sobre a América Central porque seu endosso de reformas econômicas "não faz sentido economicamente e geralmente resulta em um padrão inferior de vida para o campo-nês." Press release, Gabinete do senador Jesse Helms, 7 de fevereiro de 1984. O presidente democrata conservador da poderosa subcomissão de Apropriações concordou: ver comentários do representante Clarence Long em Congresso dos EUA, Câmara, Comissão sobre Apropriações, Subcomissão de Operações Estrangeiras e Agências Relacionadas, *Foreign Assistance and Related Programs Appropriations for 1983*, 97o Cong., 2d. Sess., 1982, pt.1, p. 39.

32 Um dos membros mais liberais do Senado, Hubert Humphrey, acreditava que um empurrão na ajuda era uma boa idéia. Ver Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Relações Exteriores, *Mutual Security Act de 1955*, 84º Cong., 1a Sess., 1955, p. 316-7.

33 *Congressional Record*, 29 de outubro de 1971, p. 38252-8

34 Como o golpe de Pinochet ocorreu em setembro e o empréstimo foi feito em outubro de 1973, foram meses de atraso para inclusão na linha de orçamento Alimento para a Paz na FY 1974. A alternativa selecionada, um empréstimo de rápido desembolso da *Commodity Credit Corporation* não foi sujeito a um escrutínio prévio do Congresso.

35 O comentário do general George Mather está em Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Assuntos estrangeiros, Subcomissão de Negócios Interamericanos, *Cuba and the Caribbean*, 91st Cong., 2d Sess., julho-agosto 1970, p.99; a observação de Kissinger foi impressa pela primeira vez no *New York Times*, 11 de setembro de 1974, p. 14; deveria ser a primeira sentença em Victor Marchetti e John D.Marks, *The CIA and the Cult of Intelligence* (New York: Knopf, 1974), mas foi censurada; uma fotocópia nas notas escritas à mão pelo diretor Helm da CIA está em Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Seleção para Estudar Operações Governamentais com Respeito a Atividades Secretas, *Intelligence Activities*, vol. 7, 94th Cong., 2d. sess., 4 e 5 de dezembro, 1975, p. 96.

36 PPP, *Gerald R. Ford*, 1974, p. 151, 156.

37 Congresso dos EUA, Senado, Comissão de Relações Exteriores, Subcomissão de Corporações Multinacionais, *Multinational Corporations and United States Foreign Policy*, audições sobre a *International Telephone and Telegraph Company Chile*. 1970-1971, Partes 1 e 2, 93º Cong., 1a Sess., 1973; Congresso dos EUA Câmara, Comissão de Negócios Estrangeiros, Subcomissão de Negócios Interamericanos, *United States and Chile during the Allende years, 1970-1973*, 94th Cong., 1st Sess., 1975; Congresso dos EUA, Senado, Comissão Seleta para Estudar Operações Governamentais com Respeito a Atividades Secretas,

*Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, and Covert Action in Chile, 1963 – 1973*, ambos 94th Cong., 1st Sess., 1975.

38 *Bulletin* 79 do Departamento de Estado (Janeiro 1979), p. 1-2.

39 Para a declaração de Nixon, ver *United States and Programs in Brazil*, p. 290; ver também Presidente (Nixon), *U.S. Foreign Policy for the 1970s: Shaping a Durable Peace: a report to the congress* 3 de maio de 1973 (Washington, D.C.: GPO, 1973), p. 118. A instrução de Kissinger vazou para o *New York Times*, 27 de setembro de 1974, p. 18.

40 PPP, *John F. Kennedy, 1961*, p. 172.

41 Jeane Kirkpatrick, "U.S. Security and Latin America", in *Commentary* 71 (Janeiro de 1981), p. 36.

42 Para as tentativas da administração de preservar a Guarda, ver as declarações de participantes fundamentais, começando com a transcrição de uma conversa gravada em 21 de dezembro de 1978 entre Somoza, o embaixador dos EUA William Bowdler e o General da SOUTHCOM Dennis McAuliffe, reimpressas em Anastasio Somoza, *Nicaragua Betrayed* (Boston: Western Islands, 1980), esp. P. 332; ver também o relato em primeira pessoa embaixador Lawrence Pezzulo em Lawrence Pezzulo e Ralph Pezzulo, *At the Fall of Somoza* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993), p. 172, 195, 247; também revelador é o comentário membro do *staff* do Planejamento de Política Anthony Lake, *Somoza Falling* (Boston: Houghton Mifflin, 1989), p. 155, 220, 240-3, 263.

43 Congresso dos EUA, Câmara, Comitê de Assuntos Estrangeiros, Subcomissão de Organizações e Movimentos Internacionais, *International Protection of Human Rights*, 93o Cong., 1a Sess., 1973, p. 35.

44 Tom Quigley, et al., *U.S. Policy on Human Rights in Latin America (Southern Cone): A Congressional Conference on Capitol Hill* (New York: Fund for New Priorities in America, 1978), p. 75-6.

45 *Wall Street Journal*, 3 de junho de 1980, p. 1.

46 *Weekly Compilation of Presidential Documents* 13 (30 de maio de 1977), p. 774-5.

47 O comentário de White está em Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Relações Exteriores, Subcomissão de Relações Interamericanas, *Presidential Certification on El Salvador*, vol. 1, 97th Cong., 2d Sess., 1982, p. 228; a posição da administração Reagan é de Thomas O. Enders, "The Central American Challenge," *AEI Foreign Policy and Defense Review* 4 (1982), p. 9.

48 PPP, *Ronald reagan, 1983*, p. 1044.

49 *Weekly Compilation of Presidential Documents* 19 (31 de outubro de 1983), p. 1, 501.





## dois séculos depois

Muito dogmáticos, é difícil ministrar-lhes qualquer conselho salutar.

*Heman Allen, Ministro dos EUA para o Chile, 1825*

**P**or quase dois séculos, três interesses determinaram o conteúdo da política dos EUA em relação à América Latina: a necessidade de proteger a segurança dos EUA, o desejo de acomodar as demandas da política interna dos EUA e o empenho de promover o desenvolvimento econômico dos EUA. As políticas específicas de cada geração mudaram com os tempos e as circunstâncias, com o temor do aventureirismo comunista de um ano cedendo ao descontentamento do ano seguinte com as violações dos direitos humanos, com o *Big Stick* se transformando na Diplomacia do Dólar e em seguida na Boa Vizinhança, com a democracia e o livre comércio competindo pela atenção com o tráfico de drogas e a imigração. Mas, embora a mistura específica de razões que explicam a política dos Estados Unidos mude continuamente, estes três interesses permanecem sempre presentes.

O primeiro destes interesses – segurança – nunca esteve tão claro quanto em 1980, quando o Secretário Assistente Interino de Estado para Assuntos Interamericanos, John Bushnell, compareceu perante uma Subcomissão de Dotações da Câmara para justificar o orçamento para ajuda externa da administração. Perguntas agressivas foram feitas pelo presidente liberal da subcomissão David Obey, que perguntou por que os dólares dos contribuintes deveriam ser usados para combater o comunismo no Caribe. “Eles não têm quaisquer armas que nos ameacem. Eles são montes de pequenos países, como você indicou. Fora o México, não há muita gente naqueles países. Por que temos que nos preocupar com eles?” Percebendo o fim da política de direitos humanos da administração Carter, que ele desaprovava, e uma volta ao enfoque do anticomunismo, Bushnell respondeu quase sarcasticamente: “O assunto que tende a preocupar a maioria de seus eleitores e a maioria do povo americano é que eles aprenderam geografia suficiente para saber que esses lugares ficam bem perto de nós.”<sup>71</sup>

Neste breve diálogo reside a explicação para o extraordinário poder de permanência da Doutrina Monroe. Por carecerem de poder físico, os latino-ame-

ricanos nunca ameaçaram os Estados Unidos; pelo contrário, o temor em Washington sempre foi o de que potências não hemisféricas poderosas pudessem usar uma base na vizinha América Latina para atacar os Estados Unidos. Pessoas prudentes mantêm um inimigo potencial a distância.

A percepção da distância entre os Estados Unidos e a América Latina mudou com o tempo e a tecnologia, contudo. Nossos primeiros ancestrais tomavam essa distância literalmente, do mesmo modo que passageiros do metrô na madrugada fazem hoje em dia; mas assim que alguém se deu conta que um porrete pode no mínimo ser tão danoso quanto um punho (e mais seguro de usar), então a definição de distância começou a mudar lentamente do literal para o figurado – num processo acelerado percebia-se que uma pedra era ainda melhor do que um porrete, na medida em que pode ser arremessada ao invés de empunhada, mantendo mais ainda o agressor a salvo de retaliação. Com essa inovação iniciada nos primórdios da humanidade, o mundo avançava no seu caminho com bодоques, catapultas, mosquetes, morteiros, e com a contribuição de nossa geração, o míssil balístico intercontinental, todos, conceitualmente, o equivalente de uma pedra.

Há muitas distinções importantes a se fazer entre os projéteis, e a que é mais relevante para o relacionamento de segurança EUA-América Latina é a distância a partir da qual eles podem ser dirigidos. Pouco antes da Guerra de 1812, quando a Grã-Bretanha precisava de depósitos nas proximidades para estocar suas balas de canhão, fazia sentido para os funcionários dos EUA emitirem a Resolução de Não-Transferência para evitar que a Flórida espanhola caísse nas mãos dos ingleses. De maneira semelhante, em 1962, quando os mísseis intercontinentais soviéticos ainda eram extremamente imprecisos, fazia sentido para o Kremlin posicionar seus mísseis de alcance intermediário, mais precisos, em Cuba – e para os Estados Unidos se oporem a este posicionamento. Mas como o Presidente Kennedy concluiu na época, “não faz nenhuma diferença se você é atacado por um míssil voando da União Soviética ou por um que estava a noventa milhas de distância. A geografia não significa tanto.”<sup>2</sup> Duas décadas depois, a ameaça soviética vinha de pesadelos tecnológicos como os submarinos Delta-class disparando mísseis de alta precisão com ogivas MIRV, cruzando o fundo dos mares a 4.000 milhas de seu alvo.

Esses avanços tecnológicos das capacidades ofensivas militares teriam diminuído dramaticamente a importância da América Latina para a segurança dos EUA se não fosse uma sutil mudança na definição do papel da América Latina no pensamento estratégico. Uma vez que os Estados Unidos haviam assegurado sua hegemonia na América Latina, funcionários em Washington rapidamente concluíram que era importante reter o controle da região por uma razão *simbólica*: a hegemonia no Hemisfério Ocidental tornara-se um indicador da credibilidade dos EUA nas relações internacionais.

Esta concepção estava bem avançada por volta de meados da década de 1920, quando Henry Stimson foi enviado à Nicarágua para pôr um fim à rebelião

de Juan Sacasa contra o governo apoiado pelos EUA de Adolfo Díaz. Porque Sacasa era apoiado pelo México, escrevia o funcionário do Departamento de Estado responsável pela América Central, os Estados Unidos não tinham escolha senão manter Díaz no posto; se ele fosse deposto, “isto seria visto na América Latina como um recuo inspirado por temor do México.” Esse memorando sensibilizou o Secretário Assistente Robert Olds, que informou o Secretário Frank Kellogg. “A principal coisa que temos em jogo nesta controvérsia é nosso prestígio,” Olds disse a Kellogg. “A questão está claramente definida. Devemos decidir se toleramos a interferência de qualquer outra potência (o México) nos assuntos da América Central, ou insistimos em nossa posição dominante. Se esta manobra mexicana tiver êxito serão precisos muitos anos para recuperarmos o terreno perdido. A prova tangível de nossa influência terá desaparecido, e toda a América Central e o resto do mundo saberão que o reconhecimento e o apoio deste Governo não significam nada.”<sup>73</sup>

O significado simbólico da América Latina como região estratégica aumentou lentamente durante as décadas seguintes e, por volta do fim da década de 1940, a região toda era vista em Washington como um aliado essencial no emergente equilíbrio bipolar de poder, não porque a América Latina pudesse ajudar na luta contra o comunismo, e não porque a União Soviética pudesse invadir um país próximo e usá-lo para ameaçar os Estados Unidos (embora isto, também, fosse uma preocupação), mas basicamente porque sua “perda” seria interpretada ao redor do mundo como um sinal de fraqueza dos EUA. Esta é a razão pela qual uma declaração revisada da política dos EUA foi aprovada no início de 1959, pouco mais de um mês depois de Fulgencio Batista ter sido deposto em Cuba: assegurava que o abandono ou mesmo a neutralidade para com a América Latina “afetariam seriamente a capacidade de os Estados Unidos exercerem a liderança efetiva do mundo livre, particularmente na ONU, e constituiriam um golpe no prestígio dos EUA.” É por isso também que o Presidente Reagan foi à televisão em 1983 para alertar que “a segurança nacional das Américas está em jogo na América Central. Se não podemos nos defender ali, não podemos esperar prevalecer em outros lugares. Nossa credibilidade entraria em colapso, nossas alianças se esfarelariam, e a segurança de nossa pátria estaria em perigo.”<sup>74</sup>

Dadas as mudanças ocorridas na tecnologia de guerra, a América Latina nunca mais teria o significado literal de distância que levava à Resolução de Não-Transferência e à Doutrina Monroe. E, com a dissolução da União Soviética e a ausência de qualquer superpotência rival que a substitua a médio prazo, a América Latina não voltará a ter tão cedo o mesmo significado simbólico que teve durante a década de 1980. Contudo, preocupações com a credibilidade permanecerão sempre no centro da política de segurança de toda nação, e a proximidade geográfica da América Latina continuará a estimular funcionários em Washington a conceber a região como uma parte natural da esfera de influência dos EUA.

Embora preocupações de segurança fluam e refluem, as políticas internas dos EUA têm sido centrais para a explicação de quase toda questão impor-

tante das relações EUA-América Latina, começando no início da década de 1820, quando John Quincy Adams e Henry Clay usaram a questão do reconhecimento da independência da América Latina para se posicionarem para o cargo de Presidente dos EUA. Desde então, a interferência de questões amplamente irrelevantes de políticas internas nunca cessou. As políticas internas influenciaram fortemente (mas não determinaram inteiramente) o desenvolvimento da Doutrina Monroe de 1823, e continuaram a exercer uma forte influência sobre a política, quando os jacksonianos expressaram seu descontentamento com o resultado da eleição de 1824, questionando a requisição de fundos para a participação no Congresso do Panamá. De modo semelhante, a Doutrina Olney de 1895, um momento definidor nas relações EUA-Caribe, pode ser atribuída em parte ao desejo da administração Cleveland, atormentada pela depressão, em salvar as poucas cadeiras democratas remanescentes no Congresso. Certamente esta foi a interpretação do também democrata Thomas Paschal, um deputado do Texas, que escreveu ao Secretário Olney: “apenas pense em como a ebulição anarquista, socialista e populista aparece inflamada em nossa superfície política, e quem sabe quão profundamente se estendem suas raízes e ramificações? Um tiro de canhão partindo da proa de um barco inglês em defesa deste princípio vai purgar mais pus do que seria suficiente para inocular e corromper nosso povo pelos próximos dois séculos. Transmita ao Presidente meus cumprimentos.” Em acréscimo ao seu desejo de usar a disputa fronteiriça venezuelana para gerar apoio político interno para os aflitos democratas, o Deputado Paschal também estava preocupado com a “maré heterogênea [*sic*] que tem se derramado nos últimos anos sobre nós...Que nossas leis de naturalização permitam admissão à cidadania daqueles mais ignorantes ou hostis com relação a tudo o que realmente concorre para o valor da cidadania americana. As condições políticas existentes podem permitir uma continuidade desta ignorância ou hostilidade. Uma guerra estrangeira seria, com efeito, deste ponto de vista, uma nova e mais elevada declaração de independência.” Nada disso tinha relação com a fronteira da Venezuela, mas determinou a política dos EUA. Os belicosos democratas manipularam o problema político externo da expansão britânica no território venezuelano.

Este processo de incluir a América Latina nas políticas internas dos EUA ocorre freqüentemente. Muitas vezes ele é difícil de ser documentado. É possível explicar a invasão do Panamá pelo Presidente Bush em 1989, por exemplo, com a referência ao que era então conhecido em Washington como “fator fraqueza” [*wimp factor*] – a percepção de que as qualidades de liderança do novo Presidente não se comparam favoravelmente com as de seu predecessor Regan. Mas é duvidoso que a história chegue a revelar o Sr. Bush com seu revólver fumegante dizendo ao Pentágono: “Vamos invadir o Panamá para que a imprensa pare de me chamar de fraco.” Portanto a prova é freqüentemente indireta e sujeita a questionamento – neste caso a evidência aparecia quando o presidente da Comissão Nacional Republicana chamou a invasão de “sorte grande na política,” e a pági-

na editorial do *Washington Post* observou que “em termos políticos ninguém pode discutir com os números das pesquisas de opinião pública mostrando que a operação foi um enorme sucesso.”<sup>6</sup>

Freqüentemente a importância das políticas internas está além de discussão. É impossível compreender a expansão norte-americana, no período anterior a Guerra Civil, para o Texas e o México, ou as atividades dos flibusteiros em Cuba e na América Central, sem referência ao debate interno sobre escravidão e a necessidade do Sul de aumentar o número de senadores escravocratas para compen-sar a expansão que estava ocorrendo acima da linha do Compromisso do Missouri. De modo semelhante, o canal no istmo foi construído no Panamá e não na Nicarágua por que William Nelson Cromwell convenceu Marcus Hanna a revisar a plataforma republicana de 1900, provavelmente foi uma bela contribuição de campanha; então, quando a questão chegou ao momento de decisão na comissão, os republicanos no Congresso tinham alguém mais forte do que o defensor democrata da Nicarágua, o Senador John Morgan. Se os democratas estivessem em maioria – uma decisão política interna do eleitorado dos EUA – o canal teria sido construído na Nicarágua. Talvez o exemplo mais transparente de considerações eleitorais internas determinando a política dos EUA tenha ocorrido em 1992, duas semanas antes das eleições de novembro, quando a administração Bush reverteu sua longa oposição à Lei (Torricelli) de Democracia Cubana num momento em que o resultado eleitoral na Flórida era incerto e os rivais democratas haviam anunciado seu apoio à medida. Quatro anos mais tarde, em 1996, a administração Clinton foi, sem dúvida, influenciada pelas políticas do ano eleitoral, quando reverteu sua posição e assinou a Lei (Helms-Burton) de Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana. De fato, é impossível explicar a política pós-Guerra Fria dos EUA em relação a Cuba, sem reconhecer que a Flórida, um estado oscilante, tem vinte e cinco cadeiras no Congresso, é o quarto maior do país, e tem uma população cubano-americana de mais de 800.000 pessoas.

Embora caprichosos e inesperados e, portanto, difíceis de prever, esses exemplos podem ser estendidos quase indefinidamente, mas eles apenas repetiriam o que os capítulos anteriores procuraram tornar óbvio: a política nunca pára num limite preciso. Se há capital político doméstico a ser ganho fazendo-se algo para ou com a América Latina, então os dois séculos de história das relações EUA-América Latina demonstram plenamente que alguém o fará.

Além das políticas internas e das preocupações de segurança, nenhuma explicação da política dos Estados Unidos em relação à América Latina está completa sem incluir a interminável busca do desenvolvimento econômico. Isto ficou claro desde o início no século XIX, quando a administração Madison quis manter os portos latino-americanos abertos aos comerciantes dos EUA durante as guerras de independência na região. O relacionamento econômico atual com a América Latina é infinitamente mais complexo, contudo, e a expansão econômica no exterior muitas vezes entra em conflito com a proteção dos interesses da economia interna, como é ilustrado pela resolução do Congresso de 1898 permitindo à

administração McKinley promover a guerra contra a Espanha. Cuba poderia atualmente ser o quinquagésimo-primeiro Estado na União (ou algo parecido com Porto Rico) se a emenda Teller não tivesse sido acrescentada à resolução de guerra, provavelmente em defesa dos produtores domésticos de açúcar, que temiam que a absorção de Cuba ameaçaria seu meio de vida. Então, vários anos depois, quando a administração Roosevelt quis estabilizar a economia da ilha com um tratado de reciprocidade abaixando a tarifa do açúcar, o cacique republicano de Utah mandou um recado direto ao Secretário de Defesa Elihu Root: “Está sendo atualmente proposta a retirada do imposto do açúcar cubano através de um acordo de reciprocidade. Se isto for feito, a indústria de açúcar de beterraba no Estado de Utah será destruída. Foi através da perspectiva da beterraba e da construção de [refinarias] fábricas que os republicanos venceram no Estado há um ano atrás. Foi esta mesma perspectiva que fez com que os republicanos vencessem em diversas cidades do Estado há um mês atrás. Se este imposto for retirado, ou materialmente diminuído, como está sendo proposto, você pode procurar um senador democrata e um deputado democrata em Utah.”<sup>7</sup> A administração Roosevelt foi em frente com o tratado de reciprocidade, mas fixou a redução da tarifa numa proporção (20 %) que basicamente prejudicaria outros produtores estrangeiros, não a indústria açucareira dos EUA.

A ação por-trás-da-cena do *lobbying* era tal que nunca poderemos ter certeza se o temor de um recuo político doméstico impediu que a tarifa do açúcar cubano fosse abaixada em 40, 60 ou 80 % (ou mesmo eliminada inteiramente, como o Presidente Roosevelt e o Governador Geral Wood originariamente queriam), mas a lição geral deste exemplo é clara: interesses econômicos específicos tiveram um poderoso impacto sobre a política dos EUA desde o momento da independência da América Latina, quando o Secretário de Estado John Quincy Adams avisou as monarquias européias que “a situação desses países deixou-os abertos às relações comerciais com outras nações, e com estes Estados Unidos. Esta situação tem existido há vários anos, e não pode ser mudada sem afetar materialmente nossos interesses.”<sup>8</sup>

Embora a política dos EUA em relação à América Latina tenha sido usada regularmente para promover interesses econômicos privados específicos, um enfoque desses interesses nos afasta da questão política central das relações econômicas EUA-América Latina: a percepção entre os políticos norte-americanos de que seu sucesso eleitoral depende de mercados estrangeiros – uma forte crença de que os Estados Unidos devem ter acesso à América Latina para manter uma economia forte, e que a condição da economia determina o resultado das eleições. No século XIX, as eleições norte-americanas estiveram atadas à aquisição de mercados para o excesso de produção de fazendeiros e fabricantes dos EUA; mais recentemente estiveram à questão mais ampla da competitividade dos EUA, que requer força de trabalho barata. O que permaneceu inalterado através do tempo é o desejo dos produtores dos EUA de expandir-se a fim de ganhar dinheiro, e o desejo de líderes políticos dos EUA de ajudá-los a fim de ganhar eleições.

Esta expansão econômica auxiliada pelo governo está conduzindo claramente a uma fusão das economias do hemisfério. Impulsionados pelas tecnologias de produção, transporte e comunicações em transformação, percorremos um longo caminho desde 1828, quando o Ministro dos EUA Beaufort Watts escreveu que a América Latina nada mais é do que “vinte milhões de pessoas espalhadas sobre um continente intransitável.” Os empresários dos EUA teriam descoberto os mercados e recursos da América Latina sem ajuda governamental, mas por mais de um século o processo de integração econômica foi acelerado pela tentativa consciente de funcionários dos EUA de atar as economias da América Latina aos Estados Unidos. O propósito todo da primeira conferência interamericana em 1889 e 1890 foi iniciar o processo de institucionalização desses laços, a começar pela criação da primeira burocracia interamericana, a Agência Internacional de Repúblicas Americanas, cujo propósito era fornecer aos Estados membros informação sobre oportunidades comerciais.

A Diplomacia do Dólar institucionalizou ainda mais esta integração, fornecendo oportunidades para a atividade bancária dos EUA e abrindo a porta ao setor de serviços financeiros em geral. Então, na década de 1920, o governo dos EUA encorajou o impulso para a rica, em recursos, América do Sul e, por volta da década de 1930, o Departamento de Estado assumiu a meta da integração econômica de todo o hemisfério como garantia: “Como estamos empenhados na difícil tarefa de criar e perpetuar uma área de influência complexa bem como pacífica, devemos ser claros sobre nossas perspectivas de longo alcance para a realização dos vínculos materiais e intangíveis dos quais este império depende. Como o comércio é um fundamento permanente desta influência, toda a série de instituições econômicas interamericanas deve ser moldada na direção da simplificação de moedas e regulamentações alfandegárias atualmente em vigor nas vinte e uma repúblicas; elas devem ser ligadas inseparavelmente ao dólar.”<sup>99</sup>

E assim veio a ser. O que começara no início do século XVIII como um mercado para o bacalhau salgado de New England, evoluiu lentamente para um relacionamento econômico infinitamente mais complexo. Os latino-americanos tornaram-se importantes consumidores de bens e serviços dos EUA, e eles atualmente fornecem aos Estados Unidos não apenas matéria-prima e produtos de agricultura tropical, mas também milhões e milhões de trabalhadores, alguns trabalhando em seus países, outros nos Estados Unidos. Esta integração econômica chegou ao ponto em que ela agora gera seu próprio movimento, capturando o significado que a segurança nacional mantinha durante a Guerra Fria. Ao entrarmos no século XXI, é difícil imaginar a economia dos EUA sem a América Latina, algo que nenhuma outra geração podia dizer.

Por mais importante que possa ser, a soma das preocupações de Washington com segurança, políticas domésticas e expansão econômica não fornece uma explicação plena da política dos Estados Unidos em relação à América Latina. Para consegui-la, temos que acrescentar o *mind-set* que governa o pensamento dos funcionários dos EUA que processam essas preocupações. Este *mind-set* é

dominada por crenças subjacentes que os funcionários dos EUA têm sobre os latino-americanos e, especificamente, por sua crença de que os latino-americanos são um povo inferior.

A origem desta crença é indiscutível: a sombra escura da inferioridade latino-americana insinuou-se através de nossa consciência muito antes do primeiro diplomata dos EUA pôr o pé na América Latina, décadas antes que houvesse algo como uma política dos Estados Unidos em relação à América Latina, anos antes que houvesse um fundamento empírico que sustentasse qualquer crença, de uma maneira ou de outra. John Quincy Adams e sua geração tinham preconceitos no sentido estrito da palavra: eles pré-julgavam os católicos como inferiores aos protestantes, os hispânicos aos anglo-saxões, os de pele escura aos de pele clara. Ao adotarem esse preconceito, os primeiros funcionários da política externa dos EUA reagiram como qualquer grupo que se depara com uma cultura diferente; de fato, seu preconceito reflexo, geralmente chamado etnocentrismo, é quase tão universal que poderia ser considerado parte da natureza humana.

Mas a crença na inferioridade latino-americana há muito já não é um preconceito reflexo; ela prosseguiu por quase dois séculos, e sua absoluta persistência nunca foi explicada. A origem de uma explicação, quase certamente, reside nas décadas iniciais das relações dos EUA com a América Latina independente, no início da década de 1820, quando os primeiros ministros dos EUA assumiram seus postos, até o final da década de 1850, quando a Guerra Civil interrompeu a ação diplomática dos EUA. Essa foi a época em que provas contrárias poderiam ter superado o preconceito desinformado da geração de John Quincy Adams, mas o momento não era propício. Quando os novos enviados dos EUA estavam apresentando suas credenciais em Bogotá e Buenos Aires, os espanhóis estavam apenas a meses de sua derrota final em Junín e Ayacucho, preparando-se para deixar os *criollos* vitoriosos com as economias devastadas e um legado de décadas de militarismo, desequilibrado pela ausência de uma tradição de autogoverno. Esta era a receita para a instabilidade, e isto foi o que os primeiros enviados dos EUA encontraram. Eles atribuíram esta instabilidade à natureza inferior inerente da cultura hispânica.

Então, na década de 1840, a ideologia expansionista do *Destino Manifesto* assumiu o controle da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, e uma justificativa era necessária para tomar terra dos mexicanos que, por sua vez, a haviam tomado de seus habitantes indígenas. A justificativa que a geração de James K. Polk escolheu foi uma crença de que os latino-americanos que estavam no caminho da expansão, estavam apenas um pequeno degrau acima dos selvagens que haviam bloqueado a marcha da civilização das treze colônias originais que vieram a formar os Estados Unidos. Providos agora com o instrumental que facilitava a incorporação territorial, os preconceitos anglo-saxões foram confirmados, particularmente no México, onde o avanço para o Texas começou no momento mesmo da independência mexicana. Os anglo-saxões que queriam o território do México se aproveitaram da recente fraqueza, disfarçando seu com-



portamento aquisitivo sob o manto de aperfeiçoamento da civilização hispânica. Como Theodore Roosevelt escreveria anos depois, “era inevitável, bem como desejável, no mais alto grau, para o bem da humanidade em geral, que o povo americano expulsasse definitivamente os mexicanos de suas províncias nortistas parcammente povoadas.”<sup>10</sup>

Foi assim que o *mind-set* da política dos EUA em relação à América Latina estava firmemente estabelecido na época em que os Estados Unidos mergulharam em sua própria Guerra Civil. Mais para o fim do século XIX, quando os Estados Unidos haviam se recuperado e estavam começando a renovar seu interesse pela América Latina, este *mind-set* foi recuperado, desta vez para moldar a política dos da geração de Theodore Roosevelt. Identificando a América Latina como um lugar conveniente para demonstrar que sua nação adolescente havia amadurecido tornando-se uma potência internacional, os Estados Unidos envolveram-se em disputas no Peru, Chile, Venezuela, Cuba, Colômbia, Panamá, República Dominicana, Haiti e Nicarágua. Em cada caso, a política dos EUA pode ser explicada por uma mistura de preocupações com a segurança, políticas domésticas e interesses econômicos, mas foi a crença subjacente na inferioridade latino-americana que orientou os funcionários dos EUA para políticas específicas conhecidas como o *Big Stick* e a Diplomacia do Dólar. Em particular, a crença na inferioridade latino-americana ditou a assunção da responsabilidade por parte de Washington, na virada do século, em resolver os problemas dos latino-americanos, seja sua incapacidade de acabar uma guerra, traçar uma linha fronteiriça, conseguir independência ou estabilizar suas economias.

A decisão de ajudar os latino-americanos com suas dívidas externas foi especialmente significativa. Assumir este fardo foi originalmente justificado por um argumento relacionado à segurança (a necessidade de manter os credores europeus fora do Caribe), mas esta justificativa se baseava na crença subjacente de que os líderes pródigos latino-americanos eram incapazes de gerir seu próprio dinheiro. Equilibrados no topo de uma encosta escorregadia, funcionários dos EUA argumentaram que a segurança exigia controle econômico, deram um passo nessa direção e imediatamente deslizaram para a conclusão de que o controle econômico requeria tutela política, uma exigência baseada na suposição de que as políticas corruptas e caóticas da América Latina eram a causa dos problemas econômicos da região. Tendo aprendido com a Europa como uma nação poderosa deve se comportar, os líderes dos EUA pareciam quase ansiosos para aceitar sua cota do “Fardo do Homem Branco”, que na América Latina se manifestava na designação de procônsules, frequentemente acompanhada do envio de fuzileiros navais.

Conforme essa política diplomática adquiriu impulso, ela rapidamente tornou-se a norma. Por volta de 1913, quando Woodrow Wilson tomou posse, o novo Presidente não viu nada de incomum em assumir a responsabilidade de ensinar aos mexicanos não só como gerir sua economia, mas como se comportar democraticamente, uma tarefa que a geração precedente – Benjamin Harrison ou um Grover Cleveland – jamais teriam considerado por um momento sequer. Wil-

son disse a seu novo Secretário de Estado que “consideramos nosso dever insistir em um governo constitucional ali e, se necessário...nos encarregamos das eleições e providenciar para que um verdadeiro governo se constitua.” O Secretário de Estado Lansing respondeu procurando ampliar ainda a ação norte-americana, e sugeriu que toda a região do Caribe recebesse tutela dos EUA, novamente misturando a idéia de segurança nacional com a presunção da inferioridade latino-americana: “Dentro dessa área estão as pequenas repúblicas da América que foram e, em certa medida, ainda são a presa de revolucionários, de governos corruptos e de estrangeiros predatórios. Por causa deste estado de coisas nossa segurança nacional, em minha opinião, requer que os Estados Unidos intervenham e ajudem no estabelecimento e manutenção de um governo estável e honesto.”<sup>11</sup> Desta maneira, os líderes em Washington, no início do século XX, adicionaram uma nova crença da necessidade de hegemonia sobre a crença pré-Guerra civil da inferioridade latino-americana. Já não se tratava simplesmente de os latino-americanos serem inferiores, mas de que sua inferioridade ameaçava a segurança dos EUA – em tudo, desde uma interrupção de suprimentos vitais e rotas de trânsito até o estabelecimento de bases militares por poderosos rivais europeus.

Depois disso, as décadas passaram rapidamente – a ruidosa década de 20, a Grande Depressão, uma outra Guerra Mundial, e então a Guerra Fria, enquanto as concepções sobre a América Latina permaneciam congeladas nas mentes dos funcionários dos EUA. Em 1832, um enviado dos EUA escrevera que os argentinos “têm todos os vícios dos homens e todas as loucuras das crianças, sem as virtudes ou os sentidos de nenhum dos dois,” e assim ele fechou a legação dos EUA em Buenos Aires e foi para casa. Mais de um século mais tarde, quando a administração Eisenhower estava chegando ao fim, as minutas de uma reunião do Conselho de Segurança Nacional indicavam que “o Sr. Allen Dulles salientou que os novos funcionários cubanos tinham que ser tratados mais ou menos como crianças. Eles tinham que ser conduzidos ao invés de contrariados. Se contrariados, como crianças, eles eram capazes de fazer quase qualquer coisa.”<sup>12</sup> Logo a embaixada dos EUA em Havana também estaria fechada.

A geração de funcionários que fecharam com o cadeado a embaixada na Argentina, não compartilhava a visão hegemônica da geração que rompeu relações com Cuba, e portanto as políticas subseqüentes em relação a estes dois governos foram bem diferentes. Mas ambas as gerações comparavam os latino-americanos a crianças indisciplinadas – imaturas, emocionais e requerendo supervisão. Para nossa geração esta comparação parece irremediavelmente pitoresca, tão politicamente incorreta que os leitores não se surpreenderão em descobrir que, em 1832, o Ministro Francis Baylies não sabia quase nada sobre os argentinos, e que, em 1959, o Diretor da CIA Allen Dulles não era informado sobre os cubanos. O que temos aqui, dizemos a nós mesmos, são mais dois exemplos do preconceito não informado de John Quincy Adams.

Mas por mais que possamos desejar que as coisas fossem de outra maneira, este preconceito permanece hoje no cerne de qualquer explicação da po-

lítica dos Estados Unidos em relação à América Latina. Isto ficou especialmente evidente durante a excepcional atenção dos EUA em relação à América Central na década de 1980, e pode ser visto mais claramente nos escritos de Jeane Kirkpatrick, cujos artigos na revista *Commentary* serviram como o fundamento intelectual para a política da administração Reagan. O primeiro dos dois artigos da Embaixadora Kirkpatrick desenvolvia a distinção entre regimes totalitários e autoritários, e fornecia o argumento para continuar o apoio dos EUA aos governos autoritários anticomunistas da América Latina; o segundo explicava a importância da região para a segurança dos EUA, enfatizando o equilíbrio global de poder.<sup>13</sup> Atada nos dois artigos está a afirmação de que a América Latina é patologicamente violenta. “A violência ou a ameaça de violência é uma parte integral desses sistemas políticos – um fato que é obscurecido por nossa maneira de descrever ‘intervenções’ militares nos sistemas políticos latinos como se o sistema fosse normalmente pacífico. Golpes, demonstrações, greves políticas, conspirações e contra-conspirações são, de fato, a norma.” Para Kirkpatrick, a particularmente cruel Guerra Civil salvadorenha refletia o fato de que “a cultura política de El Salvador...enfatiza força e *machismo* e tudo o que isto implica sobre a natureza do mundo e os traços humanos necessários para a sobrevivência e o êxito. Competição, coragem, honra, astúcia, assertividade, uma capacidade para o risco e a temeridade, e um certo desprezo ‘masculino’ pela segurança são valorizados.”<sup>14</sup>

Como a Embaixadora Kirkpatrick nunca havia visitado El Salvador antes de escrever sobre sua cultura política, suas concepções tinham que vir de alguma outra fonte que não a observação direta. Sua origem precisa é desconhecida, pois ela não mencionava fontes nem fornecia citações, mas como suas idéias obviamente fluíam da tradição da década de 1940 da análise do caráter nacional latino-americano, ela provavelmente recorrera intensamente à obra do principal expoente contemporâneo daquela tradição, Howard Wiarda, que na época era seu colega no American Enterprise Institute em Washington. Os escritos de Wiarda continham precisamente o argumento de Kirkpatrick, revestido das insígnias acadêmicas,<sup>15</sup> e como Kirkpatrick, Wiarda usava sua visão da cultura latino-americana como fundamento para o conselho político. “El Salvador tem tido uma longa tradição de violência política,” escrevia ele; de fato, “*machetismo*, ou a chacina de inimigos pessoais e políticos, é um meio de vida. Essa violência endêmica, persistente, é muito difícil para os norte-americanos compreenderem ou virem a lidar com ela. Toda a cultura política – o governo, desafios a ele, a circulação de novos e velhos grupos dentro e fora do poder – é baseada na exibição e uso de violência.”<sup>16</sup>

Como Kirkpatrick, Wiarda nunca conduziu pesquisa em El Salvador. Suas idéias também provêm de segunda mão e, embora sua origem exata seja incerta,<sup>17</sup> elas são notavelmente semelhantes às daquelas da geração precedente de acadêmicos que seguiam a abordagem de Ruth Benedict sobre o caráter nacional na análise cultural. Elas assemelham-se especialmente às idéias do historiador Richard Morse, que afirmou que “a América Latina está sujeita a imperativos espe-

ciais como uma ramificação da Europa ibérica pós-medieval católica que nunca passou pela Reforma Protestante.” Como Kirkpatrick e Wiarda, Morse salta, então, vários séculos para identificar o produto contemporâneo destes antecedentes: “as leis humanas são freqüentemente vistas como severas ou impraticáveis ou injustas ou simplesmente como inaplicáveis ao caso específico. Daí a dificuldade de coletar o imposto de renda; a obrigação prevalecente de pagar gratificações ou subornos por serviços especiais ou mesmo de rotina; a apatia da polícia metropolitana em relação ao roubo e à delinqüência; o contrabando florescente nas cidades de fronteira; a leniência em relação àqueles que cometem crimes de paixão – até o desrespeito aos avisos de ‘não fume’ em ônibus e teatros.”<sup>18</sup>

Morse não conta aos seus leitores a origem dessas idéias, mas cada palavra que ele escreveu poderia ter sido escrita por John Quincy Adams. Visto numa perspectiva histórica, parece claro que os analistas do caráter nacional contemporâneos vão buscar suas idéias sobre a América Latina na visão que os anglosaxões tinham da cultura hispânica no início do século XIX, adaptando, então, aquela visão às circunstâncias específicas de sua época. A contribuição específica de Kirkpatrick foi simplificar – para descartar a algaravia acadêmica que apenas confunde a leitura rápida dos funcionários de Washington – e salientar o compromisso cultural com “o *machismo* e tudo o que ele implica.” Então, sabendo onde Washington concentra sua atenção, ela extraiu daí as implicações para a política dos EUA: podemos respeitar os direitos humanos aqui nos Estados Unidos, escreveu ela, mas a administração Carter nunca deveria esperar que os latino-americanos, herdeiros de uma cultura violenta, compartilhassem dos mesmos valores: “Esforços precipitados para forçar práticas políticas complexas e estranhas em sociedades que carecem da cultura política, tradição e estruturas sociais, não se limitam em não conseguir produzir os resultados desejados; se eles são empreendidos num período em que o regime tradicional está sob ataque, eles na realidade facilitam o trabalho dos insurretos.”<sup>19</sup>

Na história das relações EUA-América Latina transbordam pensamentos deste tipo. Talvez o melhor exemplo seja o de George Kennan, o pai intelectual da contenção na época da Guerra Fria, cujo único contato pessoal com a América Latina foi um giro incompleto pelas capitais da região em 1950. Seu relatório de viagem enfocava o “exagerado egoísmo e autocentramento” dos latino-americanos e sua “necessidade patética de criar a ilusão de coragem desesperada.”<sup>20</sup> Escrito por alguém em vias de deixar o cargo no Departamento de Estado Truman-Acheson, o relatório de Kennan recebeu pouca atenção, mas pode-se apenas imaginar o quanto da política inicial da Guerra Fria em relação à América Latina foi influenciado por estas idéias, enquanto Kennan estava servindo como diretor da Equipe de Planejamento da Política do Estado (1947 a 1949) e como Conselheiro (1949 a 1950). Não temos que nos perguntar sobre a origem de suas crenças sobre os latino-americanos: assim como não teria sido possível a Kirkpatrick ter descoberto os segredos da cultura política salvadorenha sem ter posto um pé no país, Kennan não poderia ter aprendido o suficiente em sua rápida visita para justificar

sua análise da personalidade dos latino-americanos. O que ele fez foi modernizar o pensamento de John Quincy Adams, acrescentando o jargão freudiano popular na época.

Os Kennans e Kirkpatrick são cruciais para uma compreensão da política dos Estados Unidos em relação à América Latina, simplesmente porque cada administração parece ter indivíduos desse tipo – como Richard Goodwin de JFK, que revelou antes de ajudar a formular a Aliança para o Progresso, “eu nunca tinha posto o pé ao sul da fronteira (com exceção de uma noite de orgia logo além da fronteira do Texas durante a campanha, que tinha pouco a ver com a alta política, mas que um psiquiatra excepcionalmente imaginativo poderia concluir que plantou a semente de meu caso de amor com a América Latina.)”<sup>21</sup> Por mais inconscientes que os conhecimentos sobre América Latina possam ser, é importante saber no que esse tipo de funcionário acredita, por que suas crenças freqüentemente determinam a política externa norte-americana. Mas para nossa compreensão da insistência de crenças sobre a inferioridade dos latino-americanos, é suficiente reconhecer a persistência do pensamento de John Quincy Adams.

O preconceito destituído de informação explica somente metade da crença permanente na inferioridade dos latino-americanos. Ele pode explicar as concepções no século XIX de Francis Baylies, mas não as crenças idênticas de Edward Augustus Hopkins. Ele pode explicar as concepções no século XX de Jeanne Kirkpatrick, mas não as crenças semelhantes de Lawrence Harrison.

Em 1845, Hopkins foi nomeado agente especial para o Paraguai, um país que havia declarado sua independência trinta e quatro anos antes, mas com o qual os Estados Unidos não haviam ainda estabelecido relações diplomáticas. Viajando por terra ao seu posto, o jovem diplomata ianque deliciou-se com o que descobriu. “No momento em que você cruza a fronteira paraguaia, você pode jogar fora suas facas e pistolas, a mais perfeita segurança existe por todo o país. As características espanholas de ira súbita e vingança rápida parecem não pertencer a eles.” Os paraguaios que ele conheceu constituíam “um povo extraordinário. Suas manufaturas são geridas de maneira muito superior do que entre *qualquer outro* povo deste Continente.” Hopkins não achava os paraguaios inferiores; na verdade, ele acreditava que “a história do mundo nunca apresentou um aspecto tão digno e glorioso, como a nação paraguaia o faz atualmente”; os paraguaios “são, ao lado de nosso próprio país, *a nação mais unida, mais rica e mais forte do novo mundo.*”<sup>22</sup>

O Secretário de Estado Buchanan deveria saber que estava assumindo um risco ao designar Hopkins para região, pois ele observara nas instruções ao enviado que “você é mais jovem do que a maioria daqueles a quem essas missões têm sido confiadas.” Em nove meses Hopkins justificou plenamente a falta de confiança de Buchanan imiscuindo-se nas relações argentino-paraguaias, e o Secretário de Estado ordenou seu imediato retorno aos Estados Unidos.<sup>23</sup> Mas Hopkins decidiu permanecer no Panamá como homem de negócios e, com a passa-

gem do tempo (e mudança de administrações), em 1851, ele foi nomeado o primeiro cônsul dos EUA para o país, em cujo exercício ele começou mais uma vez a enviar relatórios para Washington. Nesta época Hopkins já não mantinha uma visão positiva do Paraguai ou de qualquer outro lugar na América Latina. “Seria fazer muito por qualquer uma dessas nações de origem espanhola, enviar a ela uma missão completa,” escreveu ele ao Secretário de Estado. “Essas nações infelizes são incapazes de arrumar seus próprios negócios, pois elas são todas fracas e impotentes sem os meios de locomoção, com exceção do Brasil. E este último, embora mais poderoso, está longe de ser um símbolo de progresso e só usa seu poder para absorver territórios de seus vizinhos mais débeis.”<sup>24</sup>

Esta mudança na avaliação de Edward Hopkins questiona diretamente a hipótese de que crenças sobre a inferioridade dos latino-americanos são produto de funcionários mal informados que dependem de ouvir dizer e de preconceito. Hopkins pode ter mudado de opinião por uma razão idiossincrática (ele ficara do lado perdedor num conflito financeiro com o Presidente paraguaio López), mas deve haver algo mais do que isto, pois sua experiência ecoa a de dezenas e dezenas de outros enviados que encontramos nos capítulos precedentes. Como Hopkins, muitos diplomatas experientes num período de quase dois séculos parecem não ter tido preconceitos contra a América Latina ou Hispano-Americana, ao contrário de Hopkins, eles parecem ter tido carreiras bem sucedidas. Não obstante, uma proporção surpreendentemente grande deles se indispuseram com a região, e terminaram a carreira acreditando que os latino-americanos eram inferiores aos seus vizinhos do norte.

Um exemplo recente é Lawrence Harrison, que passou duas décadas trabalhando para o governo dos EUA, incluindo 13 anos em diversos países latino-americanos. Em 1964, Harrison foi enviado à Costa Rica como funcionário da Agência dos EUA para Desenvolvimento Internacional, “convencido,” escreveu ele, “de que uma combinação de dinheiro, engenho ianque e boas intenções transformariam a região num lugar de rápido desenvolvimento e democracias vigorosas em uma ou duas décadas.” Vinte anos mais tarde Harrison demonstrava estar amargamente desiludido e, portanto, aposentou-se e escreveu um livro que explica o permanente subdesenvolvimento da região como um produto da cultura inferior da América Latina: “O desenvolvimento humano é frustrado na maioria dos países hispano-americanos por um modo de ver o mundo que impede a realização do pluralismo político, da igualdade social e do progresso econômico dinâmico.” Na América Latina, concluiu ele, “vemos um padrão cultural, derivativo da cultura hispânica tradicional, que é antidemocrático, anti-social, antiprogresso, antiempreendedor e, ao menos entre a elite, antitrabalho.”<sup>25</sup>

Harrison pode estar correto, ou pode estar enganado – não definimos termos amorfos como “antiprogresso,” e muito menos conduzimos a pesquisa que seria necessária para dizer se o termo caracteriza os latino-americanos. Talvez algum dia tenhamos acumulado provas suficientes para permitir uma generalização, mas esse dia está no futuro, e até que ele chegue, parece seguro argumentar ape-

nas, como todos têm feito desde Platão, que a cultura tem um efeito sobre o comportamento. Tudo o mais é uma hipótese – um palpito educado. Pode ser possível que algo como “cultura hispânica” realmente exista, embora haja amplas razões para questionar se o termo tem muita utilidade analítica, quando aplicado a um conjunto diverso de povos vivendo em vinte ou mais países marcados por múltiplas correntes migratórias no curso de vários séculos. Mas a existência proposta dessa cultura é apenas o começo da hipótese de Harrison; ela é a variável independente do autor. Sua hipótese completa, que capta perfeitamente a posição de dois séculos de funcionários da política externa dos EUA, é que a América Latina, herdeira da cultura hispânica, descendeu para um civilização inferior. A cultura não explica simplesmente alguma porção indeterminada do comportamento humano num sentido abstrato; ela explica a consequência específica: o subdesenvolvimento latino-americano.

Como podemos ter certeza que quase meio bilhão de seres humanos são “antiprogresso” (ou qualquer outro termo que descreva o subdesenvolvimento) em virtude do fato de terem herdado, em proporções radicalmente variáveis, algo tão vago e misterioso como uma cultura hispânica? A resposta é que não podemos ter certeza; estamos conjecturando – tecendo hipóteses – e nossas conjecturas são enviesadas por nossas próprias experiências peculiares. Carecendo de experiência de primeira mão na América Latina, funcionários como George Kennan e Jeane Kirkpatrick não têm outra alternativa senão depender de informações de segunda mão – eles repetem a visão anglo-saxã dominante sobre a cultura hispânica, embutida nas relações exteriores dos EUA desde os dias de John Quincy Adams, mas camuflada na era pós-Segunda Guerra Mundial, primeiro pela análise do caráter nacional e em seguida pela teoria do desenvolvimento da ciência social.<sup>26</sup> Funcionários dos EUA experientes como Lawrence Harrison constroem a mesma hipótese, mas por um processo diferente: equipados com o mesmo *background*, eles não entendem o que vêem e, portanto, interpretam erroneamente o que vivenciam na América Latina.

Lawrence Harrison nos conta que foi para a América Latina implementar a Aliança para o Progresso. Era uma responsabilidade intimidante. “Muitos tipos de mudança de atitudes e valores estão envolvidos,” explicava o Secretário Assistente de Estado do Presidente Kennedy para Assuntos Interamericanos, Edwin Martin: “Entre eles, está uma concepção da importância da precisão na medição, quer de tempo, custos ou distâncias; uma abordagem pragmática, ao invés de doutrinária, à solução de diferenças e problemas; uma apreciação do valor do trabalho manual e do conhecimento científico em comparação com os estudos humanistas; um senso de responsabilidade pública e confiança pública e por meio disso mais respeito pela contribuição do bom governo ao bem-estar público; mais espírito de equipe e menos individualismo; uma compreensão da importância da oportunidade e mobilidade econômicas e sociais orientadas pelo desempenho e não pelo status.” O Secretário Assistente Martin reconhecia que “milhares de latino-americanos compreendem estas questões e têm feito estas mudanças, mas é

preciso que eles se tornem milhões.”<sup>27</sup> Passar de milhares para milhões era o trabalho de Lawrence Harrison.

Ele nos conta que fracassou. Percebendo seu fracasso, ele demitiu-se da ADI [Agência para o Desenvolvimento Internacional] e voltou aos Estados Unidos, onde escreveu um livro atribuindo seu fracasso à inferioridade cultural da América Latina. No entanto, uma pessoa sem o envolvimento pessoal de Harrison poderia ter escrito um livro bem diferente, que começasse por reconhecer como as metas da Aliança para o Progresso, que pareciam tão razoáveis na década de 1960, eram irremediavelmente ingênuas. Se tivéssemos percebido o que sabemos hoje – que nenhum poder na terra pode realizar o que o Secretário Assistente Martin instruiu a ADI para realizar – não estaríamos procurando por uma explicação da inferioridade da América Latina, mas da ingenuidade de Washington. Deveríamos ter esperado fracassar em nosso empenho em induzir milhões de pessoas a recalibrem seu equilíbrio científico-humanista. Deveríamos ter esperado que os funcionários da ADI se frustrassem em sua incapacidade de convencer os latino-americanos a aceitar a concepção de progresso de Washington – precisão, pragmatismo, ciência, espírito de equipe, e todo o resto da cultura autocongratatória que os habitantes de Camelot acreditavam ter aperfeiçoado. Deveríamos ter esperado que um produto deste fracasso seria a frustração e um livro de memória ocasional sobre o subdesenvolvimento.

Vista desta perspectiva, a Aliança para o Progresso é uma metáfora perfeita, três palavras que capturam a essência da relação entre os Estados Unidos e a América Latina. Como examinamos minuciosamente através de quase dois séculos de despachos da América Latina, o padrão da Aliança apareceu com notável regularidade: enviados dos EUA assumem ajudar os latino-americanos a mudar suas maneiras. Os latino-americanos resistem. Os enviados ficam frustrados. E, quando sua frustração se torna aguda, ou eles chamam os fuzileiros navais (ou criam algo como os Contras nicaragüenses) ou vão para casa e escrevem um livro de memórias sobre a cultura inferior da América Latina. Este padrão tem sido cristalinamente claro desde o início, quando, no começo do século XIX, os enviados negociavam com sucesso acordos comerciais, que ambos os lados desejavam, e, então, os funcionários norte-americanos fincavam o pé na questão de liberdade de crença, um tópico que a maioria dos governos latino-americanos não queria discutir. Aparentemente eles tinham toda a liberdade de religião que queriam, mesmo se os funcionários dos EUA achassem que não era o suficiente.

Por causa das disparidades de poder (e oportunidades comerciais) que existem entre os Estados Unidos e seus vizinhos, a maioria dos latino-americanos reconheceu a prudência de parecer cooperativo – uma prudência que os Estados Unidos continuamente reforçaram com coerção. Uma maneira de parecer cooperativo é evitar confronto direto fazendo a vontade dos poderosos ianques. Se uma nova administração dos EUA quer que todos se reúnam em Punta del Este e assinem a Carta da Aliança para o Progresso, todos vão fazer o que foi pedido, mas apenas os mais ingênuos entre nós iriam esperar que os governos de Anastasio



Somoza ou Alberto Stroessner implementassem as reformas exigidas na Carta. Esta síndrome de comportamento do *obedezco pero no cumplo* é considerada por muitos funcionários dos EUA como sendo uma patologia da cultura latino-americana. É o padrão que o antigo Secretário Assistente Huntington Wilson descobriu no Equador – “sua inveterada elegância de maneira e expressão” mascarava o fato que “fora da vista eles não se importam com nada, não são eficientes e não fazem nada de bom.”<sup>28</sup> Este é o padrão que tanto desnoiteia os enviados de hoje, que procuram a cooperação da América Latina na contenção do fluxo para o norte de drogas ilegais, levando-os a concluir que o problema deve ser corrupção, quando talvez não estejamos testemunhando nada mais complexo do que a mão invisível da oferta e da procura, com os governos latino-americanos achando difícil controlar a oferta e os EUA achando difícil controlar a procura.

Como quase todos os outros enviados frustrados que encontramos desde a segunda década do século XIX, Lawrence Harrison começou a formar sua percepção errônea quando aceitou uma oferta de emprego do governo dos EUA, porque essa oferta era baseada na premissa irrealista de que os latino-americanos dariam boas vindas à ajuda dos EUA para refazer suas sociedades. Esta premissa levou a administração Kennedy a enviar uma legião inteira de funcionários da ADI para o sul, não simplesmente para ajudar os latino-americanos a medir o tempo com mais precisão, mas também para ajudá-los a criar o tipo de sistema econômico que os Estados Unidos consideram melhor para eles, o tipo de sistema político que os Estados Unidos acreditam que os desenvolverá, o tipo de relações internacionais que os Estados Unidos pensam que vai deixá-los (e a nós) mais seguros – o tipo de sociedade que acreditamos ser melhor para todos, mas desenvolvida primeiro nos Estados Unidos porque nosso progresso não foi retardado por uma cultura hispânica. A frustração entre os enviados dos EUA aparece quando os latino-americanos calmamente fincam os pés, resistindo teimosamente aos seus conselhos bem intencionados – quando os funcionários de hoje da ADI descobrem, como o primeiro ministro dos EUA para o Chile escreveu há 175 anos atrás, que como são “muito dogmáticos, é difícil ministrá-lhes qualquer conselho salutar.”<sup>29</sup>

Se é verdade que a tendência de experientes funcionários dos EUA a denegrir os latino-americanos nasce da frustração com a indisposição dos latino-americanos em aceitar conselhos bem intencionados, então, o futuro é, de fato, desolador, pois conselhos bem intencionados tornaram-se o principal produto de exportação do governo dos EUA para a América Latina. Hoje a ADI está promovendo crescimento econômico na Nicarágua aconselhando “cortes no orçamento, crescimento monetário mais lento, uma taxa cambial de mercado, um fim aos monopólios comerciais estrangeiros estatais, a introdução de bancos privados, privatização de quase metade das companhias estatais, reduções de tarifas e uma redução de 12% nos empregos públicos.” Os Estados Unidos estão também ajudando a promover a democracia, afirmando orgulhosamente que “a USAID foi o primeiro doador no regulamento de atividades legais na América Latina, salientando

o profissionalismo do judiciário através da seleção pelo mérito de juízes e o estabelecimento de escolas judiciais no Panamá, El Salvador, Honduras e Argentina e acelerando a introdução de processos criminais no estilo dos EUA na Bolívia, Peru, El Salvador e Guatemala.”<sup>30</sup>

Talvez os latino-americanos de hoje estejam reconsiderando sua indisposição tradicional para reconstruir suas sociedades com plantas de Washington, mas a história sugere outra coisa. Ignorando esta história, o próximo Lawrence Harrison está em La Paz exatamente agora, ajudando os bolivianos a instituir processos criminais no estilo dos EUA. Seus colegas da ADI estão na Nicarágua, agitando cheques do governo dos EUA diante de um povo destituído para encorajar o que eles chamam de “ajuste estrutural,” que parece ter por meta uma reconstrução dos bons velhos tempos antes da revolução sandinista, sem Somoza. Qualquer um que tenha olhado, mesmo brevemente, para a história das relações EUA-Nicarágua – de Cornelius Vanderbilt e William Walker na década de 1850, a Henry Stimson e Harold Dodds na década de 1920, a Oliver North e os Contras na década de 1980 – apostaria que não vai funcionar de forma diferente desta vez. Um povo já pobre, castigado por uma Guerra civil não terá alternativa a não ser parecer cooperativo, mas os atuais funcionários da ADI certamente ficarão frustrados com a implementação sem entusiasmo da Nicarágua.

Ocasionalmente um desses funcionários voltará para casa e escreverá o próximo livro de memórias sobre a inferioridade do povo que vive abaixo dos Estados Unidos. Mas a maioria aceitará seu fardo em silêncio, precisamente como um experiente instrutor do Departamento de Estado aconselhava novos enviados em meados da década de 1920: “Se os Estados Unidos têm recebido apenas pouca gratidão, isto é tudo o que pode se esperar num mundo onde a gratidão é raramente concedida ao professor, ao médico ou ao policial, e nós temos sido todos os três. Mas pode ser que com o tempo eles venham a olhar os Estados Unidos com olhos diferentes, e ter por este país algo do respeito e do afeto com os quais um homem olha o instrutor de sua juventude e um filho olha o pai que moldou seu caráter.”<sup>31</sup> Entrementes, a frustração ocasionalmente levará a melhor com os funcionários dos EUA e, de vez em quando, um Presidente exasperado caracterizará um ou outro líder latino-americano como um “cão indesejável a uma festa ao ar livre”, dando-nos um vislumbre de quão pouco mudou nos dois séculos desde que John Quincy Adams e sua geração criaram o molde que ainda restringe nosso pensamento.

## notas

1 Congresso dos EUA, Câmara, Comissão de Dotações, Subcomissão sobre Operações Externas e Agências Relacionadas, *Foreign Assistance and Related Programs Appropriations for 1981*, 96th Cong., 2d Sess., 1980, pt.2, p.362.

2 “Cuban Missile Crises Meetings, October 16, 1962,” *Presidential Recordings Transcripts*, Biblioteca John F. Kennedy, Boston.

3 Stokely Morgan, *Re: Situation in Nicaragua*, 24 de janeiro de 1927, 817.00/4868, NA M632/R33; Robert E. Olds, *Confidential Memorandum on the Nicaraguan Situation*, sem data mas anotado “aproximadamente janeiro de 1927,” 817.00/5854, NA M632/R41.

4 Conselho de Segurança Nacional, “Statement of U.S. Policy toward Latin America,” NSC 5902/1, 16 de fevereiro de 1959, FRUS 1958-1960, vol.5, p.92; *Weekly Compilation of Presidential Documents*, 2 de maio de 1983, p.613-4.

5 Paschal a Olney, 23 de outubro de 1895, Olney Papers, LC.

6 *Washington Post*, 19 de janeiro de 1990, p.A21.

7 James A. Miner a Root, 19 de novembro de 1901, Arquivo Elihu Root, Philip Jessup Papers, LC.

8 JQ Adams a Albert Gallatin, 19 de maio de 1818, Instruções a Ministros dos EUA, NA M77/R3.

9 Harley A. Notter a Laurence Duggan, 12 de setembro de 1939, 710.11/2417 1/2, NA M1276/R17.

10 Theodore Roosevelt, *Thomas Hart Benton* (Boston: Houghton, Mifflin, 1886), p.175.

11 Wilson a Lansing, 4 de agosto de 1915, 838.00/1418, NA M610/R6; Lansing a Wilson, 24 de novembro de 1915, 710.11/188 1/2, NA M1276/R2.

12 Francis Baylies a Edward Livingston, 19 de agosto de 1832, Despachos da Argentina, NA M69/R5; Minutas de Discussão da 396th Reunião do Conselho de Segurança Nacional, 12 de fevereiro de 1959, Caixa 11, Série CSN, Arquivo Whitman, Dwight David Eisenhower Papers, Biblioteca Eisenhower, Abilene, Kansas.

13 Jeane J. Kirkpatrick, “Dictators and Double Standards,” *Commentary* 68 (novembro de 1979), p.34-45; “U.S. Security and Latin America,” *Commentary* 71 (janeiro de 1981), p.29-40.

14 Kirkpatrick, “U.S. Security and Latin America,” p.34; Jeane J. Kirkpatrick, “U.S. Security and Latin America,” in *Rift and Revolution: The Central American Imbroglia*, ed. Howard J. Wiarda (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1984), p.352.

15 Howard J. Wiarda, “Introduction,” in *Political and Social Change in Latin America: The Distinct Tradition*, 2a. ed. rev. (Amherst: University of Massachusetts Press, 1982), p.14-5, 23.

16 Howard J. Wiarda, *In Search of Policy: The United States and Latin America* (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1984), p.48-9.

17 Ao contrário de Kirkpatrick, Wiarda fornecia citações, mas as fontes que ele citava não apoiavam as afirmações que ele fazia. A afirmação sobre o “machetismo” citava Merle King, “Violence and Politics in Latin America,” in *Sociological Review Monographs*, No.11, ed. Paul Halmos (Keele, Inglaterra: University of Keele, 1967), p.119-32; e William F. Stokes, “Violence as a Power Factor in Latin American Politics,” *Western Political Quarterly* 5 (setembro de 1952), p.445-68. Nenhuma das fontes têm muito a dizer sobre El Salvador: Stokes menciona El Salvador apenas brevemente (p.459), e a única discussão de King sobre país (p.123) indica que o nível de violência ali é relativamente baixo.

18 Richard M. Morse, “The Heritage of Latin America,” em *The Founding of New Societies*, Louis Hartz, ed. (New York: Harcourt, Brace and World, 1964), p.137, 172-3, 175.

19 Kirkpatrick, “Dictators and Double Standards,” p.38.

20 George F. Kennan, *Memoirs, 1925-1950* (Boston: Little, Brown, 1967), p.476-479. Refletindo sobre esta análise em 1985, o Sr. Kennan notou que suas observações de 1950 eram “apenas aquelas de um observador não iniciado e fracamente qualificado” e que elas “fo-

ram ultrapassadas por eventos do período”. Carta de George F. Kennan, 6 de setembro de 1985.

21 Richard N. Goodwin, *Remembering America: A Voice from the Sixties* (Boston: Little, Brown, 1988), p.162.

22 Hopkins a Buchanan, 31 de novembro de 1845, sem data, fevereiro de 1846, e 12 de fevereiro de 1846, Comunicações de Agentes Especiais, 1794-1906, NA M36/R6.

23 Buchanan a Hopkins, 10 de junho de 1845 e 30 de março de 1846, Instruções Diplomáticas do Departamento de Estado, Missões Especiais, NA M77/R152.

24 Hopkins a William Marcy, 22 de agosto de 1853 [1854?], Despachos de Cônsules em Assunção, 1844-1906, NA T329/R1.

25 Lawrence E. Harrison, *Underdevelopment Is a State of Mind: The Latin American Case* (Lanham, Md: University Press of America, 1985), p. xv, 162, 168; para uma reafirmação posterior, ver Lawrence E. Harrison, *The Pan-American Dream: Do Latin America's Cultural Values Discourage True Partnership with the United States and Canada?* (New York: Basic Books, 1997); para uma análise favorável de um funcionário de carreira do Serviço do Exterior, ver Peter D. Whitney, “Address before the Peruvian Center for International Studies (CEPIE), Lima, Peru, November 25, 1987,” Departamento de Estado *Current Policy* No. 1030, 1987, p.2.

26 Talvez a melhor introdução à literatura tradicional sobre desenvolvimento na ciência social como ela foi traduzida em política por funcionários da política externa dos EUA, seja a de David C. McClelland, *The Achieving Society* (New York: Free Press, 1961), e Seymour Martin Lipset, “Values, Education, and Entrepreneurship,” in *Elites in Latin America*, Seymour Martin Lipset e Aldo Solari, eds. (New York: Oxford University Press, 1967), p.3-60.

27 Departamento de Estado *Bulletin*, 14 de outubro de 1963, p.581.

28 Francis Mairs Huntington Wilson, notas de diário sem título e sem data de viagem à América Latina, 1914, Huntington Wilson Papers, Ursinus College.

29 Heman Allen a Henry Clay, 9 de fevereiro de 1825, Despachos do Chile, NA M10/R1.

30 Citação do website de 1997 da AID: <http://www.info.usaid.gov>

31 Stokely W. Morgan, “American Policy and Problems in Central America,” Conferência na Escola de Serviço Exterior, Departamento de Estado, 29 de janeiro de 1926, Item 423, Inventário 15, RG 59, NA.

## índice remissivo

- Abolição; na América Latina, 71. *Ver também* Escravidão.
- Abrams, Elliott 402.
- Acheson, Dean 363, 366.
- Acordo de Tipitapa (1927), 296-7, 302.
- Adams, John 21, 29, 269.
- Adams, John Quincy: e América Latina 17, 23, 66, 346, 412; atitude em relação a latino-americanos, 17, 20, 366, crenças de política externa; e Henry Clay; como secretário de Estado, 17; e o tratado com a Espanha, 21, 36, 43.
- Adee, Alvey 164, 206, 229
- Agência Central de Inteligência (CIA), 374, 376, 377, 398, 401, 416.
- Agência de Defesa Interamericana (IADB), 346.
- Agência para o Desenvolvimento Internacional, EUA (AID), 11: e concepções dos EUA da América Latina.
- Agência Internacional de Repúblicas Americanas, 413.
- Agência para a Coordenação das Relações Culturais e Comerciais entre as Repúblicas Americanas, 341.
- Agnew, Spiro 300, 362, 363, 381, 395, 402.
- Ajuda exterior, EUA: e ameaça comunista 369, 371; declínio da econômica, 83, 381, 397; à Europa; militar, 189, 222, 246, 247, 354; oposição do Congresso a, 397; restrições a, 11, 397; durante a Segunda Guerra Mundial, 341, 345.
- Alabama*, disputa de reivindicações, 102, 123.
- Alaska, compra do, 56, 102.
- Alemanha, influência na América Latina da, 341, 356; no México, 278, 339, na Venezuela, 204, 207.
- Aliança para o Progresso, 378, 394, 403, 419, 421, 422, 423.
- Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders* (relatório do Senado), 398, 405.
- Allen, Heman 27-8, 407, 426.
- Allende, Salvador 397, 470.
- Alta Comissão Conjunta (EUA e México, 1916-17), 227, 277, 278.
- Alvarado, Pedro de, 10.
- Amador Guerrero, Manuel 191.
- Ammen, Daniel 182.
- Análise do caráter nacional, 364, 365, 417, 418, 420.
- And Keep Your Powder Dry* (Mead ["E Mantenha Seca sua Munição"]), 364.
- Anderson, Clinton 361.
- Anderson, Richard 24, 27.
- Anderson, Thomas 91.
- Andrade, José 147.
- Anexação, EUA: do Canadá, 163; de Cuba, 66, 70, 71, 74; do Havaí, 133, 163; John Quincy Adams sobre, 40, 43; do México, 51, 52, 53, 56, 102; do Peru, 115, 119; rejeição de, 105, 106, 164; da República Dominicana, 103, 104, 105, 204; do Texas, 31, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48.
- Arango, Doroteo. *Ver* Villa, Francisco ("Pancho").
- Arbenz Guzmán, Jacobo, 376, 378.
- Arévalo, Juan José 373.
- Argentina: 25, 26, 94, 217, 227, 267, 292, 335, 342, 343, 345, 349, 351, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 364, 366, 372, 376, 390, 424.
- Arias, Arnulfo 343.
- Armour, Norman 354, 384.
- Arthur, Chester 120, 183.
- Artigo 27 (Constituição Mexicana de 1917), 278, 308.
- Aspinwall, William 83.

- Associação de Desenvolvimento Internacional, 392.
- Atividade bancária, 413.
- Atkins, Edwin 167, 169, 176, 178, 332, 282
- Austin, Moses 36.
- Austin, Stephen, 36.
- Autoritarismo, 13.
- Bacon, Robert 202, 230-2, 282.
- Badeau, Adam 152, 160, 174, 176.
- Baez, Buenaventura 104.
- Balfour, primeiro conde de, 161.
- Banana Gold* (Beals), 299, 306.
- Banco de Exportação-Importação (Eximbank), 392.
- Banco Mundial, 392.
- “Barganha corrupta” de 1824 (Adams-Clay), 26.
- Barnett, George, 287, 288, 289, 302, 328.
- Barrett, John, 196, 202.
- Baruch, Bernard 339, 350, 455.
- Base Naval de Guantánamo, 172, 192, 474.
- Batista, Fulgencio; apoio americano a, 334, 336, 353, 366, 381, 388, 389, 409.
- Bayard, Thomas 133, 136, 138, 282, 455.
- Baylies, Francis 94, 98-9, 416, 419, 425.
- Beach, Moses Yale 50.
- Beals, Carleton 299, 306.
- Bélgica, 108, 190, 207, 208, 267, 326.
- Belize, 32, 88.
- Bell, David 396.
- Bell, John, 53, 75.
- Belly, Félix 180, 458.
- Belmont, August 71.
- Benedict, Ruth 364, 417.
- Benjamin, Judah 64.
- Benton, Thomas Hart 103, 112, 425, 505.
- Berle, Adolf: sobre ameaça comunista, 372, 375, 388, 393; e Argentina, 345, 354, 360; e ditadores, 356, 382.
- Berrien, John 47, 48, 103.
- Betancourt, Rómulo 390.
- Beveridge, Albert 111.
- Biddle, Charles 83.
- Bingham, Hiram 300.
- Blaine, James G.: atitude em relação aos latino-americanos, 116, 118, 119; e Chile, 116, 118, 121, 124, 126, 127, 128; e conferência latino-americana, 118, 317, 355; e Venezuela, 134, 135.
- Blair, Francis 54.
- Bland, Theodorick 23.
- Blount, James 137
- Bolchevismo. *Ver* comunismo.
- Bolívar, Simón 27.
- Bolívia, 93, 96, 98, 115, 128, 129, 236, 237, 238, 342, 356, 424.
- Borah, William 290, 326, 455.
- Borland, Solon 82.
- Borno, Joseph Louis 329.
- Bowen, Herbert 207, 214.
- Bowlin, James 99, 190.
- Boyd, Jorge 269.
- Braden, Spruille, 308, 336, 342, 350, 351, 354, 356, 357, 358, 360, 361, 362, 363, 366, 368, 392, 402, 403; e Nicarágua, 360, 361, 362, 363, 392.
- Bradford, Almirante 213.
- Brasil: fuga de sulistas para, 102; relações com os EUA, 313, 342, 359, 360; durante a Segunda Guerra Mundial, 345, 354, 356; visões dos EUA do, 221, 227, 267, 359, 420.
- Breckinridge, Sophonisba 337.
- Breese, Sidney 53.
- Brickner, Richard 364.
- Briggs, Ellis 354, 358.
- Brooks, Overton 387.
- Brown, Albert, 70, 74, 85, 89.
- Brown, John, 72.
- Bruce, William 293, 330, 333.
- Bryan, William Jennings: e Cuba, 152, 154, 163, 166, 167; e a Diplomacia do Dólar, 198, 251; e Haiti; e México, 253; e Nicarágua, 252, 253, 255, 256; e República Dominicana.
- Bryce, James 198, 202.
- Buchanan, James: sobre a América Central, 86, 87, 88, sobre Cuba, 66, 69; como embaixador na Grã-Bretanha, 71, 72, 73, 74, e México, 45, 50, 54, 61, 66, 86; como presidente, 74, 75, 76, 91, 92.

- Bulwer, Sir William Henry 88, 97, 144, 183, 187.
- Bunau-Varilla, Philippe 187-9, 191-7, 200-1, 239, 339, 334.
- Bush, George 9, 15, 402.
- Bushnell, John 407.
- Butler, Andrew 53.
- Butler, Anthony 33, 38.
- Butler, Smedley 241-2, 249-1, 262, 274, 288, 290, 294.
- Byrnes, James, 354, 362.
- Cabell, Edward 52.
- Cabot, John Moors 358, 374.
- Cabot, Thomas Dudley 374.
- Café, 106, 107, 164, 259, 293, 388.
- Caffery, Jefferson 336.
- Calhoun, John C. 41, 46, 47, 48, 50, 52, 62, 68, 75.
- Calhoun, William J., 215.
- Califórnia, 12, 36, 44, 45, 48, 49, 50, 60, 66, 69, 70, 72, 82, 84, 90, 107, 109, 122, 180, 196, 310, 312, 340.
- Calles, Plutarco 312.
- Calvo, Carlos 206
- Canadá, 62, 105, 163, 274.
- Canal, América Central. *Ver* Canal do Panamá; Nicarágua, rota de canal através; rota de canal através de Tehuantepec.
- Canal de Nicaragua* (Louis Napoléon), 180.
- Canal do Panamá: ameaça alemã ao, 255, 261, 342; construção do, 181, 186, 187, 195, 395; iniciativas dos EUA, 187, 188; iniciativas francesas, 190.
- Canal de Suez, 115, 180.
- Cannon, Lee Roy 241.
- Caperton, William 258, 281.
- Cárdenas, Lázaro 339-40.
- Carmack, Edward 194
- Carnegie, Andrew 215, 257, 318.
- Carranza, Venustiano 271, 273, 307.
- Case History of Communist Penetration: Guatemala*, 379.
- Caso Cisneros, 157, 158.
- Caso Irã-Contras, 402.
- Caso *Olivette*, 156, 157, 158.
- Cass, Lewis 49, 57, 61, 98, 180, 200.
- Castillo, Ramón, 345.
- Castillo Armas, Carlos 378, 387, 389.
- Castrillo, Salvador 244, 304-5.
- Castro, Cipriano 206, 220.
- Castro, Fidel 388, 392, 394, 398.
- Cazneau, William 85, 104.
- Cevera, Pascual 164.
- Chamberlain, Joseph 146, 150.
- Chamberlain, Neville 341.
- Chamorro, Diego 294.
- Chamorro, Emiliano 255, 257-8, 294-5, 301.
- Chapultepec, Ato de (1945), 357, 359.
- Checoslováquia, 383.
- Chile: guerra civil; e Peru, 115, 118, 119; relações dos EUA com, 22, 23, 24, 26, 124, 125, 126, 127, 128, 227, 274, 335, 397; visões dos EUA do, 96, 116, 221, 238, 267, 360, 398, 399, 423.
- China, 31, 108, 370, 372, 374.
- Christiancy, Isaac 115, 118.
- Chrysanthemum and the Sword, The* (Benedict [“O Crisântemo e a Espada”]), 364.
- Church, Frank 397.
- Churchill, Winston, 372.
- Churchwell, William 64.
- Clarck, J. Reuben, 312, 316, 326.
- Clark, Ramsey 400.
- Cláusula Calvo, 206, 309, 314, 315, 316, 319.
- Clay, Henry: e México, 51, 59, 68; e reconhecimento da América Latina, 17, 27, 28, 410; como secretário de Estado, 26, 27.
- Clayton, John, 53, 69, 144, 182, 183, 187.
- Cleveland, Grover: 128, 132, 136, 183, 414.
- Clinton, Bill, 402, 410.
- Colby, Bainbridge 308.
- Cole, Eli 288.
- Colômbia, 18, 23, 83, 88, 94, 96, 114, 115, 120, 180, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 210, 223, 251, 291, 309, 342, 357, 415: Tratado Bidlack.

- Comércio, EUA, 18, 19, 20, 68, 88, 104, 106, 108, 109, 119, 152, 160, 179, 221, 238, 247, 330, 338, 344.
- Comissão do Canal Interoceânico, 180, 181, 182, 188.
- Comissão do Canal do Istmo, 185, 226.
- Comissão do Canal da Nicarágua, 185.
- Comissão de Emergência sobre a Fome, 361.
- Comissão Internacional de Juristas, 319, 337.
- Comissão Legal Consultiva (Cuba), 226, 227.
- Comissão Ludlow. *Ver* Comissão do Canal Estados Unidos-nicaragüense.
- Comissão sobre Relações Culturais com a América Latina, 298.
- Comissão Walker, 185, 186, 187, 188.
- Comunismo: 12, 297, 362, 370, 371, 372, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 382, 387, 388, 392, 394, 396, 399, 400, 401, 407, 409. *Ver também* União Soviética.
- Compagnie Universelle du Canal Interoceanique de Panama*, 181.
- Compra de Gadsden, 64, 65, 66, 71.
- Compromisso do Missouri, 411.
- Conferência de Chapultepec, 359.
- Conferência Econômica de Londres, 335.
- Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança Continental (conferência do Rio; 1947), 219, 363.
- Conferência internacional (Paris; 1879), 181.
- Conferência de Paz do Chaco, 357.
- Conferência do Rio. *Ver* Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.
- Conferências de Haia, 219, 220.
- Conferências Interamericanas, 319, 343. *Ver também* Conferências Internacionais de Estados Americanos; conferência do Rio.
- Conferências Internacionais de Estados Americanos: Primeira (Washington, 1889-90), 137, 219, 413; Segunda (Cidade do México, 1901-02), 220, 240; Terceira (Rio de Janeiro, 1906), 218; Quarta (Buenos Aires, 1910), 318; Quinta (Santiago, 1923), 318, Sexta (Havana, 1928), 320; Sétima (Montevideú, 1933), 337; Nona (Bogotá, 1948), 370.
- Conferências de paz centro-americanas, 217, 221, 240, 291, 294, 357.
- Congresso do Panamá (1826), 103, 179, 317, 410.
- Connor, Comodoro 49.
- Conselho de Segurança Nacional (CSN), 346, 370, 376, 381, 382, 390, 402, 416.
- Contras (Nicarágua), 9, 401, 422.
- Cooke, Jay 107.
- Coolidge, Calvin: 295, 296, 297, 300, 301, 314, 315, 316, 317, 321, 371.
- Coolidge, John Gardner 240.
- Coréia. 370, 383, 399.
- Corolário Roosevelt, 204, 214, 235, 239, 261, 303, 325, 326, 343.
- Correia da Serra, Abade José Francisco, 21
- Corrupção: suborno; 13, 22, 38, 39, 65, 66, 95, 204, 214, 215, 237, 311, 332, 418.
- Cortada, James 364-6.
- Corte Centro-americana de Justiça Internacional, 257.
- Cosío Y Cisneros, Evangelina, 157.
- Costa Rica; 9, 116, 180, 182, 257, 267, 291, 318, 319, 382, 420.
- Covert Action in Chile 1963-1973* (relatório do Senado), 398.
- Cowley, Henry Richard Charles Wellesley, primeiro Conde, 90, 91.
- Crittenden, John 75.
- Cromwell, William Nelson 186, 197, 411.
- Crowder, Enoch; em Cuba, 226, 263, 293, 315, 331, 332, 333, 334.
- Cuba: base naval da Baía de Guantánamo; caráter nacional de; compra proposta de; e escravidão; e expansão dos EUA; guerra de independência em; importância estratégica de; influência de; e influência cubano-americana; inter-



- venção dos EUA em; invasões de; laços econômicos com; questão da anexação; e política de Boa Vizinhança; programa de moralização em; relações com; revoluções em; durante a Segunda Guerra Mundial; e União Soviética; visões dos EUA de. *Ver também* Emenda Platt; Guerra Hispano-Americana; Junta de Nova York, 8, 36, 54, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 105, 148, 149, 151-5, 160, 161, 163-72, 218, 220, 222-7, 256, 263, 276, 287, 298, 315, 321, 331-4, 336, 338, 339, 341, 364, 365, 388, 392-3, 401, 408, 411, 412, 454.
- Cummings, Amos 157, 157.
- Cyane* (chalupa da marinha dos EUA), 81, 82, 89, 90.
- Daniels, Josephus; no México, 253, 334, 335, 339, 340.
- Darwinismo social, 158, 237.
- Davis, Jefferson 65, 68, 71, 74, 89, 157.
- Davis, Richard Harding 157.
- Dawson, Thomas 211, 243-4.
- Day, William 154, 208, 455.
- De Céspedes, Carlos Manuel 331, 334.
- De Garay, José 63.
- De Lesseps, Ferdinand 115, 180, 200.
- De Olivares, José 240.
- De Quesada, Gonzalo 232.
- Debs, Eugene 140.
- Delano, Columbus 48.
- Democracia: 10, 11, 15, 21, 225, 269, 270, 279, 293, 321, 332, 335, 353, 354, 356, 361, 364, 366, 370, 377, 382, 389, 390, 392, 396, 398, 401, 407, 411, 420, 424.
- Democracia cubana, 411.
- Depressão, Grande: 302, 333, 337-9, 416.
- Depressões, 107. *Ver também* Pânicos (economia).
- Desenvolvimento econômico: 11, 12, 217, 370, 373, 381, 392-5, 407, 411.
- Destino Manifesto*: 42, 54, 71, 85, 92, 102, 128, 158-160, 164, 166, 199, 204, 210, 216, 225, 414.
- Dewey, Almirante George, 164, 217, 218.
- Díaz, Adolfo 244, 246-7, 252, 255-7, 259-0, 294-6, 303, 409.
- Díaz, Porfirio 265.
- Direitos humanos: 13, 287, 292, 399, 400, 407, 418.
- Disputa Tacna-Arica, 291.
- Disputas fronteiriças: 116, 133, 136-139, 141, 142, 144, 148, 153, 159, 187, 253, 291, 410.
- Distúrbios, 12, 270, 272, 273, 353, 354, 358, 373, 380, 382, 383, 390, 399.
- Dillingham, Albert 209.
- Diplomacia do Dólar: 14, 214, 228, 237-9, 251-3, 255-256, 276, 279, 310, 394, 407, 413, 415.
- Dodds, Harold 294, 301, 362, 424.
- Doheny, Edward 308, 311.
- Dotação Nacional para a Democracia, 10, 11, 15, 279.
- Douglas, Charles 255.
- Douglas, Stephen 60, 70-1.
- Doutrina Drago, 206, 219, 220.
- Doutrina Monroe: 26, 62, 89, 92, 119, 128, 134, 137-41, 144, 145, 148, 204, 206, 207, 209, 211, 213, 214, 227, 235-8, 291, 317, 325-7, 408-10.
- Doutrina Olney, 140, 148, 410.
- Drago, Luis 206, 219.
- Du Bois, James 198.
- Duggan, Laurence 333, 351, 366, 371, 425.
- Dulles, Allen 374, 376, 416, 479.
- Dulles, John Foster: 331, 370, 373-6, 378, 379, 382, 388, 390, 416.
- Dupuy de Lôme, Enrique, 155.
- Eberhardt, Charles, 297.
- Egan, Patrick 122, 124.
- Eisenhower, Dwight D.: 110, 373-83, 389, 393, 395.
- Eisenhower, Milton 373, 384, 388, 391, 403.
- El Salvador: 9, 240, 257, 268, 294, 321, 395, 396, 401, 402, 417, 424.
- Eleições: na Argentina, 357, 360; em Cuba, 167, 171, 227; nos EUA, 107, 169, 225, 226, 379, 388, 412, 413.

- “Elementos Componentes do Temperamento Cubano” [“Component Elements of Cuban Temperament”] (Cortada), 364.
- Ellis, John, 266, 354, 358.
- Emenda Platt: 171-4, 199, 222, 223, 226, 227, 251, 255-7, 331, 332, 339, 343.
- Emenda Teller, 163, 166, 167, 412.
- Endicott, William 146.
- Equador, 25, 93, 95, 237, 312, 313, 423.
- Escândalo do suborno de Teapot Dome, 311.
- Escândalo de Watergate, 397.
- Escravidão: *Ver também* Abolição, 21, 27, 40, 41, 43, 46-48, 51-4, 59-62, 66, 69-72, 75, 76, 85, 88, 101-3, 105, 106, 298, 411.
- Espanha: 18-23, 26, 33, 35-7, 43, 66, 68-71, 73, 75, 102, 103, 111, 126, 151-55, 157, 160, 161, 164-166, 169, 173, 190, 207, 212, 216, 221, 312, 412.
- Estações de carvão, 106, 108, 109, 120, 172, 182, 184, 312.
- Estrada, Juan 241, 244.
- Estrada, Pedro 391.
- Estrada Cabrera, Manuel 240.
- Estrada Palma, Tomás 222.
- Etiópia, 355.
- Europa: 14, 17, 21, 22, 40, 41, 53, 62, 63, 75, 89, 106, 110, 116, 180, 183, 186, 187, 210, 215, 238, 252, 255, 261, 267, 275, 278, 288, 310, 317, 319, 338, 343, 355, 361, 369, 370, 371, 373, 415, 418. *Ver também países específicos.*
- Evans, Robley “Fighting Bob”, 125.
- Everts, William 107, 118, 152, 181.
- Everett, Edward 40, 56.
- Expansão, territorial dos EUA: 19, 36, 41, 42, 43, 44, 46-49, 53, 54, 59, 60, 62, 66, 68, 70, 85-7, 90, 92, 102, 103, 105, 110, 115, 160, 170, 209, 411. *Ver também* Anexação, EUA; *Destino Manifesto.*
- Fabens, Joseph 85.
- Fall, Albert B. 311.
- Fardo do Homem Branco, 14, 415.
- Farnham, Roger 193, 263, 315.
- Farrell, Edelmiro, 356, 357, 358, 360.
- Febre amarela, 93, 155, 195, 217, 222.
- Federal Bureau of Investigation (FBI), 339, 340, 359, 373.
- Ferdinando, Arquiduque 260, 275.
- Ferdinando VII (Rei da Espanha), 19.
- Ferrovias 63, 65, 66, 72, 83, 88-90, 102, 120, 179, 186, 191, 245, 246, 256, 258, 276, 294.
- Figueres, José 382.
- Filibusteiros, 85, 86.
- Filipinas: 111, 164-167, 169-71, 173, 194, 210, 217, 218, 223, 254, 251, 345.
- Fillmore, Millard 69.
- Fish, Hamilton 103, 129, 134, 151, 228, 264, 455.
- Fletcher, Henry 305, 320.
- Flórida, 18, 19, 24, 26, 36, 42, 60, 61, 66, 184, 408, 411.
- Foote, Thomas 190.
- Foraker, Joseph, 164.
- Forbes, W. Cameron 328.
- Ford, Gerald 398.
- Forsyth, John, 40, 64.
- França: 14, 18-20, 22, 35, 73, 89, 108, 111, 116, 136, 179, 195, 207, 215, 340, 341, 343, 371.
- Fraser, Donald 400.
- Frelinghuysen, Frederick 120, 136, 183, 205.
- Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). *Ver* sandinistas.
- Frick, Henry 236.
- Fronzizi, Arturo 389, 390, 392.
- Fuzileiros Navais, EUA: 247, 258, 260, 262, 263, 287-9, 292, 293, 295, 297, 298, 302, 303, 315, 320, 328, 331, 347, 398, 415, 422.
- Gadsden, James 64, 65.
- Galt, Edith Bolling 262, 269, 281, 283, 348.
- Gamboa, Federico 271.
- García, Calixto 165.
- García Tellez, Ignacio 340.

- Garfield, James, 115, 119, 120, 183, 317.  
 Gellineau, Pedro Carlos, 93.  
 Gilmer, William, 242.  
 Gleijeses, Piero 378, 385.  
 Golpe de Castelo Branco, 397.  
 Golpe de Huerta (México) 252, 269-75.  
 Gómez, José Miguel 227, 331.  
 Gómez, Juan Vicente 215.  
 Gómez, Máximo 153.  
 Goodwin, Richard 419.  
 Governo Balmaceda (Chile), 122-5.  
 Goulart, João, 397.  
 Grã-Bretanha: 19, 40, 41, 54, 62, 66, 68, 71, 73, 74, 82, 83, 87, 89-91, 106, 108, 123-4, 133, 134, 136-8, 140-8.  
 Graham, John, 23.  
 Granada, 83, 247, 401.  
 Gran Colômbia (Colômbia, Venezuela e Equador), 25.  
 Grant, Ulysses S: 102, 104, 105, 151, 179-83, 185, 186, 204, 205, 264, 265.  
 Grau San Martín, Ramón, 334, 336.  
 Grécia, 369-71, 380, 383.  
 Green, Benjamin 103, 112.  
 Green, Duff 40, 85.  
 Gresham, Walter 139, 455.  
 Grew, Joseph 314, 362, 456.  
 Grey, Sir Charles 82.  
 Grey, Edward, 272, 282, 284.  
 Groce, Leonard 241.  
 Gromyko, Andrei, 362.  
 Grupos de solidariedade, 315.  
 Gruson, Sydney 376.  
 Guam, 165.  
*Guardia Nacional de Nicaragua*, 302, 303, 362, 400.  
 Guatemala: 87, 146, 240, 241, 354, 373-81, 387, 393, 402.  
 Guerra de 1812, 18, 19, 25, 379, 408.  
 Guerra Civil, EUA: 61, 63-6, 74-6, 83, 85, 87, 89, 92, 96, 101, 103, 105-7, 119, 122, 153, 179, 266, 411, 414, 415.  
 Guerra da Criméia, 89-91.  
 Guerra Fria: 9, 12, 13, 342, 353, 363, 371, 378, 381, 383, 389, 391, 395, 396, 399, 411, 413, 416, 418.  
 Guerra Hispano-Americana: 184, 208, 210, 299, 331.  
 Guerra de mil dias (Colômbia), 189, 399.  
 Guerra do Pacífico (Chile-Peru), 115, 116, 118, 120, 124, 125, 128.  
 Guerra Peninsular, 18.  
 Guerra dos Sete Anos, 66.  
 Guerrero, Gustavo, 321, 322.  
 Guggenheim, Harry 333.  
 Guggenheim, família, 266, 309.  
 Guiana. *Ver também* Guiana Inglesa, 134, 141, 146.  
 Guiana Inglesa, 134, 141, 146. *Ver também* Disputas fronteiriças, Venezuela-Guiana Inglesa  
 Gunther, Franklin Mott 250, 299, 312, 323.  
 Guzmán Blanco, Antonio 316.  
 Haiti: 27, 103, 109, 110, 169, 207, 261-3, 275-7, 287-92, 317, 325, 327-31, 339, 415.  
 Hale, William Bayard 229, 254, 268, 270, 273, 279, 283-4.  
 Hall, Henry 198.  
 Halle, Louis 377-8, 380, 385.  
 Halsey, Thomas Lloyd 23.  
 Hanna, Marcus 154, 188, 194, 201, 411.  
 Hanna, Matthew 302, 314.  
 Hannegan, Edward 61.  
 Harding, Warren: sobre o México, 157, 289, 307, 308, 310.  
 Hargous, Louis 63.  
 Hargous, Peter, 63.  
 Harkin, Tom 400.  
 Harris, William 96, 99.  
 Harrison, Benjamin 122, 130-1, 137, 176, 184, 416, 455.  
 Harrison, Lawrence 419, 420-4.  
 Harrison, William Henry 40.  
 Haváí, 102, 133, 163.  
 Hay, John: 146, 161, 164, 187, 189, 191-4, 196, 199, 206-8, 210, 212, 213, 215, 216, 222, 330.  
 Hayes, Rutherford: 115, 137, 181-3, 265, 270.

- Hearst, William Randolph 156.  
 Heflin, Thomas 301.  
 Hegemonia: 11, 12, 122, 140, 144, 174, 219, 236, 237, 240, 247, 408, 416.  
 Helms, Richard 398.  
 Hepburn, William 188.  
 Herrán, Tomás 189.  
 Herring, Hubert, 298.  
 Hill, Roscoe 245.  
 Hise, Elijah 15, 87, 88.  
 Hiss, Alger 371.  
 Hitler, Adolf 341.  
 Hoar, George 194, 290.  
 Holanda, 22, 190, 207, 343.  
 Hollander, Jacob 214, 259.  
 Honduras: 91, 227, 240, 243, 263, 294, 325, 346, 379, 377, 424.  
 Hoover, Herbert: 301, 302, 308, 322, 325-30, 339, 361.  
 Hoover, J. Edgar 339, 340.  
 Hopkins, Edward Augustus 419.  
 House, Edward 254, 280.  
 Howe, Julia Ward 112, 157.  
 Huerta, Victoriano 269, 270.  
 Hughes, Charles Evans: 290-3, 295, 298, 308, 310, 313, 314, 320, 322, 332, 338.  
 Hull, Cordell: 331, 334-38, 340, 341, 343-5, 354-7, 380.  
 Humphrey, George, 382.  
 Hunt, Washington 49, 57.  
 Hurlbut, Stephen 119.
- Ilhas Virgens, 102.  
 Imaturidade, visões dos EUA da: de latino-americanos, 171, 290, 377, 378, 390; *Ver também* Inferioridade, visões dos EUA da; Racismo.  
 Imigração: 36, 71, 91, 254, 319, 407.  
 Imperialismo: 110, 111, 136, 166, 167, 169, 170, 199, 210, 320.  
 Incidente do *Itata*, 122, 123, 125, 243.  
 Indochina, 108, 378, 383.  
 Inferioridade, 13, 414-6, 419, 420, 422, 424.  
 Inman, Samuel Guy, 299.
- Instabilidade , 33, 35, 62, 65, 66, 87, 94, 95, 151, 154, 180, 240, 251, 254, 258-61, 263, 268, 275, 296, 299, 313, 331, 333, 391, 392, 394, 396, 400, 401, 414.  
 Instituto Americano de Direito Internacional, 321, 337.  
 Instituto Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre (AFL-CIO).  
 Intervenção, 19, 43, 62, 64, 69, 77, 142, 163, 164, 171, 182, 205-207, 209, 210, 213, 214, 219, 223, 225, 238, 239, 244, 263, 270, 277, 279, 291, 298, 299, 303, 320-2, 325, 328, 331, 333-9, 357, 363, 375-7, 392.  
 Investimento, EUA: 123, 186, 189, 217, 239, 246, 266, 309, 310, 330.  
 Intervenção Magoon, 332.  
*Is Germany Incurable?* ["A Alemanha é Incurável?"] (Brickner), 364.  
 Isolacionismo, 298.  
 Itália: influência na América Latina, 339, 371.
- Jackson, Andrew 26, 31, 37, 40, 55.  
 Jackson, Henry 267.  
 Jamaica, 82, 192, 213.  
 Japão, 108, 236, 246, 327, 339, 340, 345, 354, 357, 370.  
 Jefferson, Benjamin 258.  
 Jefferson, Thomas 21, 28-9, 55, 66, 77-8, 179, 200, 265, 282, 380  
 Jessup, Philip 248, 330, 425, 455.  
 Johnson, Andrew 102.  
 Johnson, Lyndon B. 404, 456.  
 Jordan, Thomas 102.  
 Jornalismo: 155-7, 359.  
 Juárez, Benito, 64.  
 Judah, Noble 333.  
 Junta de Nova York (Cuba), 164, 172.
- Kansas, 72.  
 Kellogg, Frank B., 295-7, 299, 301, 309, 311, 312, 314, 320, 326, 327, 371, 372, 409.  
 Kennan, George 353, 366, 370, 372, 418, 421.

- Kennedy, Anthony 75.  
 Kennedy, John E.: 15, 75, 378, 388, 393-5, 399, 408, 421, 423.  
 Kilpatrick, Judson 119.  
 Kimball, William 241.  
 King, William 290.  
 Kirkpatrick, Jeane 387, 396, 399, 405, 417, 419, 421.  
 Kissinger, Henry 387, 398.  
 Knapp, Harry, 260, 288, 289.  
 Knox, Philander Chase: 9, 159, 193, 198, 236-39, 241-3, 245-7, 252, 254, 257, 290, 318.  
 Kubitscheck, Juscelino, 393.
- Lackawanna* (U.S.S.), 118.  
 Lamont, Thomas 310, 315.  
 Lane, Franklin 307.  
 Lansing, Robert 254.  
 Latham, Milton, 60.  
 Lee, Fitzhugh 161, 176.  
 Lei Helms-Burton. *Ver* Lei (Helms-Burton) de Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana, 203, 411.  
 Lei (Helms-Burton) de Liberdade e Solidariedade Democrática Cubana, 203, 411.  
 Lei Homestead, 102.  
 Lei Kansas-Nebraska, 71, 72, 73, 86.  
 Lei McCoy, 301.  
 Lei de Segurança Mútua, 394.  
 Lei Spooner, 189, 190, 191, 239.  
 Lejeune, John 288, 304, 455.  
 Letcher, Robert 63.  
 Liga das Nações: 279, 289, 298, 318, 355.  
 Lincoln, Abraham 48, 49, 59, 102, 193, 389.  
 Lincoln, Robert Todd 137, 149.  
 Lind, John 271.  
 Lindbergh, Charles 316.  
 “Lista Proclamada” de simpatizantes do Eixo 344, 359, 361.  
 Livingston, Edward 98-9, 425.  
 Livingston, Leonidas 94, 139.  
 Livro Azul (Braden) 360-1.
- Lobbying*: cubano; por negócios; pela New Panama Canal Company. *Ver também* Junta de Nova York 105, 139, 155, 160, 164, 186, 189, 203, 412.  
 Lodge, Henry Cabot: e Cuba; sobre a Doutrina Monroe; sobre expansionismo; e Venezuela 108, 138, 151, 158-9, 162, 164, 165, 168, 218, 223, 225, 291.  
 Long, Boaz 263, 278, 282, 285, 332, 348-9, 384.  
 Loomis, Francis P. 208.  
 López, Narciso 70, 126.  
 Louisiana Tehuantepec Company 64, 65.  
 Lowry, Robert 24.  
 Lummis, Charles 190.
- Macartismo 340, 383, 387.  
 Maceo, Antonio 153.  
 Machado, Gerardo 320.  
 Madero, Francisco 267, 268, 270.  
 Madison, James 28, 77.  
 Madriz, José 242.  
 Magoon, Charles 225.  
 Mahan, Alfred Thayer 108, 113.  
*Maine* (U.S.S.): fundamento do 155, 158, 161-2, 163, 389.  
 Mangum, Willie 52.  
 Manifesto Ostend 73-4.  
 Manning, Thomas 267, 283.  
 Marcy, William 64, 71, 98-9, 426.  
 Maria Cristina, Rainha Regente da Espanha 157.  
 Marshall, George 370.  
 Martí, José 153, 227.  
 Martin, Edwin 421.  
 Martínez, Bartolomé 294-5.  
 Mason, John 72.  
 Matta, Manuel Antonio 125.  
 Matthews, Herbert 388.  
 Maúrtua, Victor 321.  
 Mayo, Henry 273.  
 McAfee, Robert 190.  
 McCarthy, Joseph 371, 387, 393.  
 McCoy, Frank 299, 301.  
 McFarlane, Robert 401.

- McKinley, William 111, 151, 153-5, 157-8, 161-5, 167-70.
- McLane, Robert M. 64.
- McNamara, Robert 395.
- Mead, Margaret 364, 368.
- Mellon, Andrew W. 311.
- Mellon, William L. 316.
- Memorando Clark 327.
- Mena, Luis 246.
- Menocal, Mario García 331.
- Messersmith, George 359.
- México 14, 19, 21, 22, 24, 27, 33, 35-41, 44-54, 59-66, 68, 69, 75, 85, 86, 102, 105, 106, 143, 158, 159, 207, 217-19, 227, 240-2, 252-4, 260, 264-79, 287, 295-98, 302, 307-21, 326, 328, 334-41, 345, 362, 366, 369, 372, 376, 379, 388, 407, 409, 411, 414, 415.
- Migração. *Ver* Imigração.
- Militarismo na América Latina 414.
- Miller, Edward 372.
- Miller, John 107.
- Minnesota* (U.S.S.) 42, 74, 257, 271, 274, 296, 332.
- Miranda, Francisco 22.
- Moffat, Thomas 241.
- Moncada, José Maria 296, 301.
- Money, Hernando Desoto 172.
- Monroe, James: *ver* Doutrina Monroe 14, 17, 19, 23-5, 28, 36, 37, 62, 66, 68, 326.
- Montt, Jorge 127.
- Montt, Pedro 126.
- Moore, John Bassett 142, 150, 177, 253, 280.
- Moore, Thomas 190, 201.
- Morales, Carlos 211, 214.
- Morgan, John Tyler 185.
- Morgan, Stokely W. 306, 312, 323, 347, 426.
- Morrow, Dwight 296-7, 315-6, 320, 324, 349.
- Morse, Richard 418.
- Movimentos de independência: em Cuba 102, 103, 151, 153, 155, 156, 164, 169, 173, 174, 321; nas Filipinas 251; no Panamá 189, 191, 192, 197, 198; na República Dominicana 103, 104, 293.
- Mundt, Karl 392.
- Munro, Dana G. 306, 312, 323.
- Murphy, Robert 390.
- Nabuco, Joaquim 218.
- Nações Unidas 279, 346, 356, 357.
- Não-Intervenção, política dos EUA sobre; *Ver também* cláusula Calvo; Conferências Internacionais de Estados Americanos; Doutrina Drago; Intervenção, EUA 206, 277, 321, 322, 333, 334, 336-8, 363, 377.
- Napoléon III (Louis Napoléon) 180.
- Napoléon Bonaparte 18, 35, 159.
- Nashville* (U.S.S.) 192.
- New Deal 339, 358, 388.
- New Orleans 39, 61, 85, 86, 126, 187.
- New York Journal* 155, 156.
- New York Times* 299, 376-78.
- New York World* 156.
- Nova Companhia do Canal do Panamá 186-8, 190, 195.
- Nova Granada. *Ver também* Colômbia 83.
- Novo México 44, 49, 59, 60, 65, 69, 70, 276, 278, 311, 340.
- Nicarágua 9, 10, 15, 81-6, 88-91, 102, 138, 143, 160, 179-89, 191, 192, 194, 227, 239, 241, 243-7, 251-4, 256-60, 263, 266, 267, 287, 289, 293-302, 304, 315, 320, 325, 327-29, 333, 369-3, 370, 371, 375, 376, 387-88, 391, 399, 401, 402, 407, 411, 415, 423, 424.
- Nixon, Richard M. 300, 380, 383, 388-94, 397-8, 402.
- Norbeck, Peter 300.
- Noriega, Manuel 9.
- Norris, George 156.
- North, Oliver 402, 424.
- Obey, David 407.
- Obregón, Alvaro 312.
- Odría, Manuel 382.
- O'Farrill, Juan 222.
- Olds, Robert 295, 409.
- Óleo. *Ver* petróleo.

- Olivieri, Aníbal 360.  
 Olney, Richard: e Cuba 153, 154, 160.  
 O'Neill, Anna 326.  
 Opinião pública 12, 14, 42-4, 63, 106, 155, 158, 160, 162, 167, 198, 199, 217, 225, 253, 298, 299, 328, 342, 357, 399, 409.  
 Oregon 34.  
*Oregon* (U.S.S.) 42, 54, 61, 70, 72, 74, 83, 95, 110, 184.  
 Organização dos Estados Americanos (OEA) 317.  
 Ortega, Daniel 9.  
 Osborn, John 261.  
 Osborn, Thomas 118.  
 O'Sullivan, John 71.
- Pacto Kellogg-Briand 326.  
 Paladino, Antonio 82.  
 Palmerston, John Henry Temple, terceiro Visconde 62, 88-91.  
 Panamá: 11, 21, 26, 27, 83, 84, 87, 88, 90, 102, 103, 115, 116, 148, 164, 172, 179-82, 184, 186-99, 210, 217, 223, 226, 237, 239, 244, 246, 251, 255, 261, 272, 277, 289, 291, 317, 339, 342-4, 387, 395, 396, 410, 411, 415, 420, 424.  
 Pânico (econômico) 36, 40, 139, 182, 185.  
 Paraguai 337, 356, 419, 420.  
 Paredes, Juan 243, 250.  
 Parrott, William 44.  
 Partido Demócrata 60, 71, 73, 92, 153, 166, 185, 276.  
 Partido Republicano 46, 72, 141, 184, 188, 211, 221, 227.  
 Paschal, Thomas 149, 410.  
 Pauncefote, Julian 146, 149, 187.  
 Peace Corps [Corpos de Paz] 394.  
 Pearl Harbor 340-4.  
 Pereira, Luís 127.  
 Pérez, Louis A. Jr. 160-1.  
 Pérez Jiménez, Marcos 383.  
 Perón, Juan Domingo 356-61.  
 Perry, Oliver Hazard 92.  
 Pershing, John J. 277.
- Peru 14, 94-6, 115, 118-23, 125, 223, 237-8, 291, 321, 342, 356, 360, 382, 415, 424.  
 Petróleo 106, 266, 272, 297, 308-10, 312, 314-6, 319, 339-40, 366, 380.  
 Pettus, Edmund 172.  
 Phelps, Edward 136, 149.  
 Pierce, Franklin 60, 64-6, 71-74, 76, 81-3, 86-9, 104.  
 Pinochet, Augusto 397.  
 Pirataria. *Ver também* Flibusteiros 24-5.  
 Plano Lansing 259.  
 Plano Marshall 369-70, 373, 381.  
 Platt, Orville 158, 162, 171.  
 Playfair, Lyon 144.  
 Poindexter, John 401.  
 Poinsett, Joel Roberts 22.  
 Política do *Big Stick*. *Ver também* Corolário de Roosvelt 13-4, 216, 228, 260, 407, 415.  
 Política de Boa Vizinhança 216, 298, 303, 322, 329-30, 333, 335-6, 338, 347, 355, 379.  
 Políticas domésticas 12, 27, 44, 51, 102, 381, 413, 415.  
 Polk, James K. 14, 43-6, 48-51, 54, 61-2, 68-9, 74, 414.  
 Pollard, Richard 98-9.  
 Polônia 339, 341-3, 353.  
 Porter, Horace 220.  
 Porto Rico 66, 105, 152, 165, 208, 223, 412.  
 Portugal 25, 71, 212.  
 Powell, William 209.  
 Prevost, John 23, 156, 197.  
 Primeira Guerra Mundial 240, 263, 272, 278, 287, 293, 310, 318, 344, 379.  
 Programa de Alimentos para a Paz 395, 397-8.  
 Programa de Lealdade 371, 374.  
 Protocolo de Troppau 19.  
 Propaganda, EUA 341.  
 Pulitzer, Joseph 156, 197.  
 Putnam, William 143.
- Quitman, John 86.

- Radio Martí (Agência de Informação dos EUA) 11.
- Rainey, Henry 186, 197.
- Ramírez, Pedro 356.
- Randolph, John 27, 99.
- Raynor, Isidor 242.
- Reagan, Ronald 15, 400, 404.
- Reconhecimento, da independência da América Latina 17, 20, 24, 410.
- Reconstrução 102, 106.
- Redden, Monroe 375
- Relações militares EUA-América Latina 354.
- Religião, liberdade de 422.
- Remington, Frederick 157.
- Remón, José A. 387.
- República Dominicana 103-5, 109, 204, 209-10, 217, 219, 238, 242-3, 259-61, 263, 275, 287-8, 290-2, 335, 354, 387, 415.
- Republicanism. *Ver também* Santa Aliança 19, 24, 33, 160.
- Reuniões de ministros do exterior: Caracas (1954); Rio (1941-42) 344, 376.
- Rickover, Hyman 163.
- Rio San Juan, Nicarágua 81, 84, 180, 182, 257.
- Rio da Prata, Províncias Unidas do 24.
- Rivera, Diego 340.
- Robert & Minnie* (schooner) 123.
- Rockefeller, Nelson 341, 375, 382.
- Rodney, Caesar Augustus 23-4.
- Rogers, Will 316.
- Roosevelt, Franklin Delano (FDR) 14, 164, 188-92, 194-8, 204, 206, 207, 209-16, 220-2, 225-8, 235-40, 251, 262, 289, 322, 330, 333, 335, 336, 338, 339, 341, 343, 353, 356, 412.
- Roosevelt, Theodore 13, 101, 138, 141, 151, 158-60, 163, 164, 166-8, 157, 206, 208, 217, 269, 291, 335, 345, 347, 353, 400, 415.
- Root, Elihu 168, 171, 193, 195, 210, 214-7, 225, 228, 235-7, 257, 266, 318, 322, 329-30, 355, 412.
- Rota do canal de Tehuantepec 50, 63, 65, 187.
- Rothschild, James 40.
- Routh* (barco fluvial) 82.
- Rowan, Andrew 165.
- Rowe, Leon 321, 337.
- Rubens, Horatio 155-6, 177.
- Rubottom, Roy 393.
- Russell, John 287-8, 290, 328.
- Rússia. *Ver também* União Soviética 22, 108.
- Saavedra Lamas, Carlos 355.
- Sacasa, Juan 295, 302, 315, 409.
- Sáenz Peña, Roque 317.
- Santa Aliança 19, 20, 25, 264.
- Salazar, Antonio 382.
- Salisbury, Robert Arthur Talbot Gascoyne-Cecil, terceiro marquês de 134, 136, 137, 140, 141, 143-8.
- Samoa 160.
- Sandinistas (Frente Sandinista de Liberación Nacional; FSLN) 9, 402.
- Sandino, Augusto César 297, 299, 301-3.
- Santa Anna, Antonio López de, 63, 65.
- Santana, Pedro 103.
- Santos, Eduardo 344.
- Sarmiento, Domingo 121.
- Saunders, Romulus 68.
- Schley, Winfield Scott 125.
- Schneider, René 398.
- Schoenfeld, Arthur 310.
- Schomburgk, Robert 134.
- Schurz, Carl 105, 110, 290.
- Scott, Alexander 22, 28, 30.
- Scott, Charles 136, 149.
- Scott, Winfield 49.
- Scruggs, William L. 139, 149.
- Seção de Repúblicas Americanas. *Ver* União Panamericana
- Segunda Guerra Mundial 13, 346, 353, 364, 366, 373, 383, 421.
- Segurança nacional, EUA 12, 19, 62, 71, 184, 221, 239, 254, 311, 339, 341, 342,



- 346, 347, 370, 376, 381, 382, 390, 396,  
401, 402, 409, 413, 416.
- Sevier, Ambrose 53, 57.
- Seward, William H. 102, 112.
- Shafter, William 165, 177.
- Shaw, Leslie 193.
- Sheffield, James 309.
- Shepard, L.B. 74.
- Sherman, John 154.
- Shufeldt, Robert 109.
- Sinclair, Harry 311, 316.
- Slidell, John 44, 65, 74.
- Smith, Andrew D. 236.
- Smith, Delazon 81, 93, 95, 98.
- Smith, Robert 18-9.
- Smith, T.T. 82.
- Smith, William 257.
- Snowden, Thomas 292.
- Solórzano, Carlos 294.
- Somoza Debayle, Anastasio 296, 302, 303,  
345, 360, 362-3, 381, 387, 392, 399,  
400, 423, 424.
- Soteldo, A. M. 136.
- Soulé, Pierre 71.
- Spooner, John 188.
- Spring-Rice, Cecil 195-6, 202, 215, 229,  
263, 282.
- Squier, Ephraim 88.
- Stearns, Charles 85.
- Steinhart, Frank 222.
- Stettinius, Edward 356.
- Stevenson, Adlai 375.
- Stilwell, Thomas 204, 228.
- Stimson, Henry 293, 296, 297, 301, 302,  
314, 322, 327-29, 333, 343, 344, 346,  
347, 362.
- Storrow, James 147.
- Story of Panama, The*, (Comissão Rainey) 197.
- Stroessner, Alberto 423.
- Suborno. *Ver* Corrupção
- Sumner, Charles 72, 105.
- Tabernilla, Carlos 388.
- Taft, William Howard 14, 159, 197-8, 214,  
223-8, 235-47, 251-3, 267, 269, 273,  
318, 330.
- Taylor, Zachary 45, 69, 103, 179, 204, 389.
- Telegrama Zimmermann 331.
- Companhia Telegráfica Central e Sul-  
Americana 123.
- Teller, Henry 163.
- Teoria do domínio 378, 400.
- Texas 35, 54, 70, 91, 101, 264-5, 278, 340,  
410-11, 414, 419.
- Thompson, Ambrose 182.
- Thompson, John 69, 75.
- Thompson, Waddy 35, 39, 40, 52.
- Tillman, Benjamin 216.
- Tittmann, Harold 382.
- Torres, Manuel 24.
- Tracy, Benjamin 122.
- Tráfico de drogas 12, 407.
- Tratado Adams-de Onís (1819) 24, 35-8.
- Tratado Bidlack 181, 194.
- Tratado Centro-Americano de Paz e Amiza-  
de (1907) 257, 294.
- Tratado Clayton-Bulwer (1850) 144, 183,  
187.
- Tratado Dawson-Sánchez 212, 213.
- Tratado Dawson-Tejera 214.
- Tratado Frelinghuysen-Zavala 183.
- Tratado Guadalupe-Hidalgo 54, 65, 68.
- Tratado Hay-Bunau-Varilla 193, 194, 196,  
197, 239, 339.
- Tratado Hay-de Quesada 222, 291.
- Tratado Hay-Herrán 189-193.
- Tratado Hay-Pauncefote 187.
- Tratado Hise-Selvas 88.
- Tratado Interamericano de Assistência Re-  
cíproca (Tratado do Rio; 1947) 369.
- Tratado Jérez-Cañas 257.
- Tratado Knox-Castrillo 245-46.
- Tratado Naval de Londres 327.
- Tratado McLane-Ocampo 64, 66.
- Tratado de Reciprocidade (Cuba, 1902)  
222, 412.
- Tratado do Rio. *Ver* Tratado Interamerica-  
no de Assistência Recíproca 14.
- Tratado de San Ildelfonso 35.
- Tratado Thomson-Urrutia 291.
- Tratado Tyler-Upshur de anexação 41, 43.

- Tratado Weitzel-Chamorro 255-7.  
 Trescot, William Henry 120.  
 Trist, Nicholas P. 50.  
 Trujillo, Radael Leonidas: apoio para 293, 303, 335, 254, 387, 389.  
 Truman, Harry S 357, 361, 363-4, 369-71, 374, 380, 393.  
 Tudor, William 27.  
 Turquia 369-71, 380, 383.  
 Twain, Mark 166, 177.  
 Tyler, John 40, 185.  
 Tyrrell, Sir William 272.
- Ubico, Jorge 373.  
 União Pan-americana 317-18, 321.  
 União Soviética. *Ver também* Comunismo; Rússia 12, 362, 370, 375, 383, 400, 402, 408-9.  
 Union Pacific 63, 83.  
 United Fruit Company 373.  
 United States and Nicaragua Company 241, 245.  
 Upshur, Abel 41.  
 Utah 44, 69, 72, 412.
- Van Buren, Martin 37, 43.  
 Vanderbilt, Cornelius 82, 84-5, 424.  
 Vargas, Getúlio 354.  
 Vásquez, Horacio 293.  
 Vietnã 300, 395-96, 400, 402.  
 Villa, Francisco ("Pancho") 275-7, 297.  
 Vincent, Sténio 329.  
*Virginus* (navio a vapor) 152.
- Walker, Almirante John G. 185.  
 Walker, Robert 43.  
 Walker, William 85, 97, 180, 424.  
 Waller, Littleton 288.  
 Walsh, Robert 61.  
 Warren, Fletcher 383.  
 Warren, William 362.  
 Watts, Beaufort 27, 413.  
 Webster, Daniel 76, 98-9, 126.  
 Weinberger, Caspar 401.  
 Weitzel, George 250, 255.
- Wells, H. Bartlett 364-6.  
 Wheeler, Burton 315.  
 Whelan, Thomas 392.  
 White, Francis 299, 305-6, 312-3, 322-4, 349, 456.  
 White, Henry 145, 219, 223, 318, 324.  
 White, Robert 400.  
 Whitman, Ann 374.  
 Whitman, Ed 374.  
 Whitthorne, Washington 108.  
 Wiarda, Howard 417.  
 Wieland, Bill 393.  
 Wilbur, Ray Lyman 320.  
 Wiley, Alexander 375, 384.  
 Wilson, Henry Lane 248, 267-9, 270-1, 283  
 Wilson, William 142.  
 Wilson, Woodrow 11, 228, 238, 251-5, 259, 263-4, 266, 268-70, 278-9, 289, 292, 311, 327, 335, 339, 379, 415.  
 Withrow, Gardner 387, 395.  
 Wood, Leonard 168, 226-7, 231, 455.  
 Woodford, Stewart 151, 154.  
 Woodward, Robert 382.  
 Worthington, William G.D. 24.  
 Wyse, Lucien Napoléon Bonaparte 115.
- Yancey, William 102.  
 Yucatán 54, 61-3, 68, 88, 102.  
 Zapata, Emiliano 275.  
 Zayas, Alfredo 332-3.  
 Zeladón, Benjamin 247.  
 Zelaya, José Santos 9, 239, 249.  
 Zimmermann, Arthur 278.

Documentos escritos por funcionários dos EUA constituem o material de fonte primária para este livro. A maioria dos documentos está localizada em Washington, D.C., na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso (LC nas Notas) e nos Arquivos Nacionais (NA nas Notas, geralmente seguido por uma letra ["M," "T" ou "LM"] indicando um *microform*, em seguida uma barra e um número como, por exemplo, "NA M77/R44").

Com as exceções indicadas nas notas individuais, eu li o original ou um fac-símile (geralmente em *microform*) de todos os documentos primários citados neste livro. Não era minha intenção original fazer isto. No Capítulo 1 eu dependi muito de coleções impressas de fontes primárias tais como a edição de Charles Francis Adams do diário de seu pai, mas não demorei muito para descobrir a desigualdade, em termos de qualidade, das coleções impressas e as fontes primárias, de modo que usei os originais sempre que possível. Meu uso dessas fontes primárias foi infinitamente facilitado pelas coleções de documentos produzidas pelas gerações de meus predecessores. Quando comecei a pesquisa para este livro, eu não sabia até que ponto eu poderia confiar na obra de William R. Manning e, portanto, eu simplesmente usei sua obra sobre o período até 1860 como um guia para os originais. Manning cometeu o pecado capital de rebiscar parênteses nos despachos originais para indicar partes que ele pretendia reimprimir, mas isto me tornou mais fácil determinar se ele omitira algo significativo. Talvez uma Autoridade mais Elevada o perdoe à luz do fato de que sua compilação é virtualmente infalível. Para qualquer um que queira repetir meus passos sugiro não ir além de Manning (*Diplomatic Correspondence of the United States Concerning the Independence of Latin America*, 3 vols., e *Diplomatic Correspondence of the United States, Inter-American Affairs, 1831-1860*, 12 vols.) e não se preocupar em decifrar através de um visor de microfilme a terrível caligrafia da maioria dos originais. O mesmo pode ser dito quanto à obra de Elting E. Morison (*The Letters of Theodore Roosevelt*, 8 vols) e de Arthur S. Link (*The Papers of Woodrow Wilson*, 57 vols.). Utilizei tanto *Compilation of Messages and Papers of the Presidents* como o mais recente (de Herbert Hoover em diante) *Public Papers of the President of the United States* (PPP), como fontes "primárias" para declarações Presidenciais. Não fui tão inquestionável quanto aos *Papers Relating to the Foreign Relations of the United States* do governo, publicados anualmente desde 1861 e citados aqui como FRUS. Alguns volumes estão tão danificados a ponto de serem inúteis, mas muitos volumes são tão abrangentes que a consulta dos originais se torna desnecessária. Os documentos FRUS de 1950 sobre a República Dominicana (especialmente p.352, 381 e 408) e os documentos FRUS de 1928 sobre a Nicarágua (especialmente o despacho de Munro de 20 de janeiro de 1928 que omite um comentário crucial de que "os latino-americanos demonstram pouca estabilidade de caráter") são exemplos desta edição distorcida, enquanto a cobertura

em FRUS de 1933 sobre Cuba contém quase tudo do Record Group 59, mais materiais adicionais de outras fontes. Infelizmente, não há maneira de saber de antemão quais anos estão completos, e no fim eu usei os volumes FRUS como um suplemento para outras fontes, e apenas após consulta com estudiosos que haviam trabalhado extensivamente com os materiais primários.

A cortesia e a sincera gratidão me obrigam a reconhecer que este livro repousa sobre os estudos de outros. O trabalho de seis gerações de historiadores me ajudou a dar um sentido a algo que de outra maneira não teria passado de um amontoado incompreensível de dois séculos de eventos e personalidades, mas este não é o tipo de dívida que pretendo reconhecer aqui: esses predecessores serviram como meus guias aos documentos primários. Na maioria dos casos seu trabalho prévio poupou-me de ler caixas de pastas ou microfímes inteiros; de fato, não posso me lembrar de um dia em que eu tenha ido aos arquivos sem uma lista de materiais que outros já haviam identificado para mim. Uma vez lá, eu encontrava algumas coisas por mim mesmo, mas a maioria de minhas descobertas foi ajudada por outros. Me foi difícil determinar como, precisamente, reconhecer a contribuição que esses predecessores fizeram ao meu trabalho e ao meu pensamento sem terminar cada frase com uma nota. Limitei as citações àquelas dando (a) a localização precisa de citações diretas e (b) a fonte de uma idéia específica que o leitor poderia, de outra forma, ser levado a crer que fora concebida pela minha própria mente. A bibliografia completa deste volume pode ser obtida eletronicamente: <http://www.unc.edu/~schoultz/bibliography.html>.

A menos que esteja indicado de outra forma, todos os materiais do Arquivo Nacional são do Record Group (RG) 59, Registros Gerais do Departamento de Estado, que está atualmente nos Arquivos II em College Park, Maryland. Outros grupos de registros consultados, a maioria deles apenas ligeiramente, são os seguintes:

Registros da Participação dos Estados Unidos em Conferências, Comissões e Exposições Internacionais (RG 43)

Registros da Marinha (RG 45)

Registros de Comissões e Arbitragens de Fronteiras e Reivindicações (RG 76)

Registros dos Postos de Serviço Exterior do Departamento de Estado (RG 84)

Registros da Curadoria das Alfândegas Dominicanas (RG 139)

Registros do Governo Militar de Cuba (RG 140)

Registros de Equipes Gerais e Especiais do Departamento de Defesa (RG 165)

Registros do Canal do Panamá (RG 185)

Registros do Governo Provisório de Cuba (RG 199)

Registros da Agência de Assuntos Interamericanos (RG 229)

Registros da Câmara dos Deputados (RG 233)

Registros do Escritório de Assuntos Insulares (RG 350)

Registros das Comissões Interdepartamental e Intradepartamental (RG 353)

## fontes

---

Registros do Escritório do General Adjunto (RG 407)  
Registros das Agências de Ajuda Externa dos EUA (RG 469)

Os seguintes documentos foram consultados na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, Washington, D.C.:

Chandler P. Anderson Papers  
Thomas Bayard Papers  
William Borah Papers  
William S. Caperton Papers  
Grover Cleveland Papers  
William Day Papers  
Hamilton Fish Papers  
Walter Gresham Papers  
Benjamin Harrison Papers  
John Hay Papers  
Charles Evans Hughes Papers  
Philip Jessup Papers  
Frank Kellogg Papers (versão microfilmada na LC dos originais de Minnesota)  
Philander Knox Papers  
John Lejeune Papers  
William Marcy Papers  
William McKinley Papers  
John Bassett Moore Papers  
Richard Olney Papers  
James K. Polk Papers  
Theodore Roosevelt Papers  
Elihu Root Papers  
William Howard Taft Papers  
Woodrow Wilson Papers  
Leonard Wood Papers

Em acréscimo aos Arquivos Nacionais e à Biblioteca do Congresso, obti documentos das seguintes fontes, os itens com asterisco (\*) estão disponíveis em *microform*:

\*Adams Family Papers, Massachusetts Historical Society, Boston  
Bernard Baruch Papers, Princeton University, New Jersey  
\*Adolph Berle Papers, Biblioteca Franklin D. Roosevelt, Hyde Park, New York  
James Buchanan Papers, Historical Society of Pennsylvania, Philadelphia  
\*Cowley Papers (Henry Wellesley, 1o. Conde de Cowley), Public Records Office, Londres, Inglaterra

Dwight David Eisenhower Papers, Biblioteca Eisenhower, Abilene, Kansas  
Joseph Grew Papers, Harvard University, Cambridge, Massachusetts  
Herbert Hoover Papers, Biblioteca Hoover, West Branch, Iowa  
Lyndon B. Johnson Papers, Biblioteca Johnson, Austin, Texas  
John F. Kennedy Papers, Biblioteca Kennedy, Boston, Massachusetts  
Arthur Bliss Lane Papers, Yale University, New Haven, Connecticut  
Henry Morgenthau, Jr., Papers, Biblioteca Franklin D. Roosevelt, Hyde Park, New York  
Dwight Morrow Papers, Amherst College, Amherst, Massachusetts  
Normanby Papers (Constantine Henry Phipps, 1o. Marquês de Northamptonby), Mulgrave Archives, Lythe Hall, North Yorkshire, Inglaterra  
Palmerston Papers (Henry John Templo, 3o. Visconde Palmerston), University of Southampton, Inglaterra  
Orville H. Platt Papers, Biblioteca Estadual de Connecticut, Hartford  
Franklin Delano Roosevelt Papers, Biblioteca Roosevelt, Hyde Park, New York  
Theodore Roosevelt Papers, Harvard University, Cambridge, Massachusetts  
James R. Sheffield Papers, Yale University, New Haven, Connecticut  
\*Henry L. Stimson Papers, Yale University, New Haven, Connecticut  
Harry S. Truman Papers, Truman Library, Independence, Missouri  
Francis White Papers, Biblioteca Herbert Hoover, West Branch, Iowa  
\*Francis Mairs Huntington Wilson Papers, Ursinus College, Colledgeville, Pennsylvania

Os documentos destas coleções foram ocasionalmente arquivados erroneamente, e alguns foram microfilmados fora de seqüência ou escondidos em lugares lógicos mas não óbvios – por exemplo, a oferta inicial de paz do Presidente Polk para o México está arquivada com Cartas Cerimoniais, entre mensagens de congratulações de nascimentos e casamentos da nobreza européia, e mantida no “cofre do tesouro” nas profundezas da sede dos Arquivos Nacionais da Pennsylvania Avenue. Nestes casos de arquivamento incorreto ou obscuro, eu dei outras informações para a localização dos documentos extraviados, mas a maioria das notas está limitada ao que um pesquisador ou bibliotecário de referência experientes precisariam para repetir meus passos.

Eu reproduzi as citações literalmente, com a única exceção de omitir elipses no começo e no fim de citações quando fazê-lo não iria de modo algum mudar o sentido da citação; por certo, as elipses foram usadas para indicar palavras omitidas no meio de uma passagem.

## bibliografía

- Aaron, Harold R., "The Inter American Military Force," *Military Review* 45 (June 1965), p. 63-68.
- Abel, Christopher A., "A Breach in the Ramparts," *Proceedings of the United States Naval Institute* 106 (July 1980), p. 46-50.
- Aberbach, Joel D. and Rockman, Bert A., "Clashing Beliefs Within the Executive Branch: The Nixon Administration Bureaucracy," *American Political Science Review* 70 (June 1976), p. 456-468.
- Abrahams, Paul Philip, "The Foreign Expansion of American Finance and Its Relationship to the Foreign Economic Policies of the United States, 1907-1921," Ph.D. dissertation, University of Wisconsin, 1967.
- Abrams, Richard M., "United States Intervention Abroad: The First Quarter Century," *American Historical Review* 79 (February 1974), p. 72-102.
- Adams, James L., *The Growing Church Lobby in Washington* (Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1970).
- Adams, John, *Diary and Autobiography of John Adams*, L.H. Butterfield, ed., 4 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1961).
- *The Works of John Adams*, Charles Francis Adams, ed., 10 vols. (Boston: Little, Brown, 1856).
- Adams, John Quincy, *Diary of John Quincy Adams*, Robert J. Taylor and Marc Friedlaender, eds. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981).
- *Memoirs of John Quincy Adams, Comprising Portions of his Diary from 1795 to 1848*, Charles Francis Adams, ed., 12 vols. (Philadelphia: J.B. Lippincott, 1874-1875).
- *Writings of John Quincy Adams*, Worthington Chauncey Ford, ed., 7 vols. (NY: Macmillan, 1913-1917).
- Adler, Kenneth P., and Davis Bobrow, "Interest and Influence in Foreign Affairs," *Public Opinion Quarterly* 20 (Spring 1956), p. 89-102.
- Adler, Selig, "Bryan and Wilsonian Caribbean Penetration," *Hispanic American Historical Review* 20 (May 1940), p. 198-226.
- Agee, Philip, *Inside the Company: CIA Diary* (Middlesex, England: Penguin Books, 1975).
- *White Paper Whitewash: Interviews with Philip Agee on the CIA and El Salvador*, Warner Poelchau, ed. (NY: Deep Cover Books, 1981).
- Aguilar, Alonso, *El panamericanismo de la Doctrina Monroe a la Doctrina Johnson* (Mexico: Cuadernos Americanos, 1965).
- Aguilar, Luis E., *Cuba 1933* (Ithaca: Cornell University Press, 1972).
- Aguilar Camín, Héctor, and Lorenzo Meyer, *In the Shadow of the Mexican Revolution: Contemporary Mexican History, 1910-1989*, Luis Alberto Fierro, trans. (Austin: University of Texas Press, 1993).
- Alberdi, Juan Bautista, *Escritos póstumos de J.B. Alberdi: estudios económicos* (Buenos Aires: Imprenta Europea, 1895).
- Albright, George Leslie, *Official Explorations for Pacific Railroads 1853-1855* (Berkeley: University of California Press, 1921).
- Allen, Cyril, "Félix Belly: Nicaraguan Canal Promoter," *Hispanic American Historical Review* 37 (February, 1957), p. 46-59.
- Allison, Graham T., "Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis," *American Political Science Review* 63 (September 1969), p. 689-718.
- *Essence of Decision* (Boston: Little Brown, 1971).
- Almond, Gabriel A., *The American People and Foreign Policy*, rev. ed. (NY: Frederick A. Praeger, 1960).

- "The Conceptual History of the Civic Culture Concept," in *The Civic Culture Revisited*, Gabriel A. Almond and Sidney Verba, eds. (Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989), p. 1-36.
- Altimir, Oscar, *The Extent of Poverty in Latin America*, World Bank Working Paper 522, Washington, D.C.: World Bank, 1982.
- "Income Distribution and Poverty through Crisis and Adjustment," CEPAL Review Number 52 (April 1994), p. 7-31.
- American Civil Liberties Union, National Immigration and Alien Rights Project, *Salvadorans in the United States: The Case for Extended Voluntary Departure* (Washington, D.C.: American Civil Liberties Union, April 1984).
- American Institute for Free Labor Development, *Annual Progress Report, 1962-1980: 18 Years of Partnership for Progress* (Washington, D.C.: AIFLD, 1980).
- American Petroleum Institute, *Basic Petroleum Data Book* (Washington, D.C.: American Petroleum Institute, annual publication).
- Ameringer, Charles D., "The Panama Canal Lobby of Philippe Bunau-Varilla and William Nelson Cromwell," *American Historical Review* 68 (January 1963), p. 346-363.
- "Philippe Bunau-Varilla and the Panama Canal," Ph.D. dissertation, Fletcher School of Law and Diplomacy, 1958.
- Amerson, Robert, *How Democracy Triumphed over Dictatorship: Public Diplomacy in Venezuela* (Washington, D.C.: American University Press, 1995).
- Ames, Fisher, *Works of Fisher Ames* (Boston: T.B. Wait, 1809).
- Ammon, Harry, *James Monroe: The Quest for National Identity* (NY: McGraw-Hill, 1971).
- "The Monroe Doctrine: Domestic Politics or National Decision?" *Diplomatic History* 5 (Winter 1981), p. 53-70.
- Anderson, Thomas D., *Geopolitics of the Caribbean: Ministates in a Wider World* (NY: Praeger, 1984).
- Arévalo, Juan José, *The Shark and the Sardines*, June Cobb and Dr. Raúl Osegueda, trans. (NY: Lyle Stuart, 1961).
- Argyris, Chris, "Some Causes of Organizational Ineffectiveness within the Department of State," *Occasional Paper Number 2*, Washington, D.C.: Center for International Systems Research, Department of State, 1967.
- Arnson, Cynthia J., "Background Information on El Salvador and U.S. Military Assistance to Central America," Washington, D.C.: Institute for Policy Studies, March 1982.
- *Crossroads: Congress, the President, and Central America, 1976-1993*, 2d ed. (University Park: Pennsylvania State University Press, 1993).
- *El Salvador: A Revolution Confronts the United States* (Washington, D.C.: Institute for Policy Studies, 1982).
- Art, Robert J., "Bureaucratic Politics and American Foreign Policy: A Critique," *Policy Sciences* 4 (December 1973), p. 467-490.
- *The TFX Decision* (Boston: Little, Brown 1968).
- Ascher, William, *Scheming for the Poor: The Politics of Redistribution in Latin America* (Cambridge: Harvard University Press, 1984).
- Atkins, Edwin F., *Sixty Years in Cuba: Reminiscences of Edwin F. Atkins* (Cambridge, MA: Riverside Press, 1926).
- Atkins, G. Pope, *Latin America in the International Political System*, 3d ed. (Boulder, CO: Westview Press, 1995).
- ed., *The United States and Latin America: Redefining U.S. Purposes in the Post-Cold War Era* (Austin: Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, 1992).
- Atkins, G. Pope, and Larman C. Wilson, *The United States and the Trujillo Regime* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1971).
- Atwater, Elton, *American Regulation of Arms Exports* (Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1941).



## bibliografía

- Austin, Moses, *The Austin Papers. Annual Report of the American Historical Association for the Year 1919*, volume 2, pt. 1-2 (Washington, D.C.: GPO, 1924).
- Auxier, George W., "The Propaganda Activities of the Cuban Junta in Precipitating the Spanish-American War, 1895-1898," *Hispanic American Historical Review* 19 (August 1939), p. 286-305.
- Axeen, David, "Romantics and Civilizers: American Attitudes toward War, 1898-1902," Ph.D. dissertation, Yale University, 1969.
- Axlerod, Robert, ed., *Structure of Decision: The Cognitive Maps of Political Elites* (Princeton: Princeton University Press, 1976).
- Bacchus, William L., *Foreign Policy and the Bureaucratic Process: The State Department's Country Director System* (Princeton: Princeton University Press, 1974).
- *Staffing for Foreign Affairs: Personnel Systems for the 1980's and 1990's* (Princeton: Princeton University Press, 1983).
- Bagley, Worth H., *Sea Power and Western Security: The Next Decade*, Adelphi Papers Number 139 (London: International Institute for Strategic Studies, 1977).
- Bailey, Thomas A., "Interest in a Nicaragua Canal, 1903-1931," *Hispanic American Historical Review* 16 (February 1936), p. 2-28.
- Bailey, Samuel L., *The United States and the Development of South America, 1945-1975* (NY: New Viewpoints, 1976).
- Baines, John M., "U.S. Military Assistance to Latin America: An Assessment," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 14 (November 1972), p. 469-87.
- Balbontín, Manuel, *La invasión americana, 1846 á 1848; apuntes del subteniente de artillería Manuel Balbontín* (México: Esteva, 1883).
- Baldwin, David A., "Congressional Initiative in Foreign Policy," *Journal of Politics* 28 (November 1966), p. 754-73.
- *Economic Development and American Foreign Policy, 1943-1962* (Chicago: University of Chicago Press, 1966).
- Baloyra, Enrique, *El Salvador in Transition* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982).
- Bancroft, Hubert Howe, *History of Mexico, 1824-1861*, 6 vols. (vols. 1-5, San Francisco: A.L. Bancroft; vol. 6, San Francisco: The History Company, 1883-1888).
- Baracisse, Charles A., "The Union of Coahuila and Texas," *Southwestern Historical Quarterly* 61 (January 1958), p. 341-49.
- Barber, Willard F., and Neale C. Ronning, *Internal Security and Military Power: Counterinsurgency and Civic Action in Latin America* (Columbus: Ohio State University Press, 1966).
- Barbier, Jacques A., and Allan J. Keuthe, eds., *The North American Role in the Spanish Imperial Economy, 1760-1819* (Manchester: University of Manchester Press, 1984).
- Barnet, Richard J., *Intervention and Revolution* (NY: Mentor, 1972).
- *Roots of War* (NY: Atheneum, 1972).
- Barnet, Richard J., and Richard A. Falk, "Cracking the Consensus: America's New Role in the World," *Working Papers for a New Society* 6 (March/April 1978), p. 41-8.
- Barrett, James Wyman, *Joseph Pulitzer and His World* (NY: Vanguard Press, 1941).
- Barrows, Chester L., William M. Everts: Lawyer, Diplomat, Statesman (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1941).
- Bastert, Russell H., "Diplomatic Reversal: Frelinghuysen's Opposition to Blaine's Pan-American Policy in 1882," *Mississippi Valley Historical Review* 42 (March 1956), p. 653-71.
- "A New Approach to the Origins of Blaine's Pan American Policy," *Hispanic American Historical Review* 39 (August 1959), p. 375-412.
- Batista, Fulgencio, *The Growth and Decline of the Cuban Republic*, Blas M. Rocafort, trans. (NY: Devin-Adair, 1964).
- *Respuesta* (México: M.L. Sánchez, 1960).
- Beals, Carleton, *Banana Gold* (Philadelphia: J.B. Lippincott, 1932).

- Pan America (Boston: Houghton Mifflin, 1940).
- Beals, Carleton, and Bryce Oliver, Herschel Brickell, Samuel Guy Inman, *What the South American Thinks of Us* (NY: Robt M. McBride and Co., 1945).
- Beck, Warren Albert, "American Policy in Guatemala, 1839-1900," Ph.D. dissertation, Ohio State University, 1954.
- Beck, William Freer, "Anglo-United States Relations with Chile during the War of the Pacific, 1879-1883: A Study in Diplomatic History," Ph.D. dissertation, University of Pittsburgh, 1942.
- Beard, Charles, *The Idea of National Interest: An Analytical Study in American Foreign Policy* (NY: Macmillan, 1934).
- Beaulac, Willard L., *A Diplomat Looks at Aid to Latin America* (Carbondale: Southern Illinois University Press, 1970).
- *The Fractured Continent: Latin America in Close-Up* (Stanford: Stanford University Press, 1980).
- Becker, William H., "1899-1920: America Adjusts to World Power," in *Economics and World Power: An Assessment of American Diplomacy since 1789*, William H. Becker and Samuel F. Wells, Jr., eds. (NY: Columbia University Press, 1984), p. 173-223.
- Beirne, Charles J., S.J., "Jesuit Education for Justice: The Colegio in El Salvador, 1968-1984," *Harvard Educational Review* 55 (February 1985), p. 1-19.
- Beinsler, Robert L., *Twelve Against Empire: The Anti-Imperialists, 1898-1900* (NY: McGraw-Hill, 1968).
- Belohlavek, John M., "Let the Eagle Soar!" *The Foreign Policy of Andrew Jackson* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1985).
- Bemis, Samuel Flagg, "Early Diplomatic Missions from Buenos Aires to the United States, 1811-1824," *Proceedings of the American Antiquarian Society, New Series* vol. 49 (April-October 1939), p. 11-101.
- *The Latin American Policy of the United States: An Historical Interpretation* (NY: Harcourt, Brace and World, 1943).
- "A Way to Stop the Reds in Latin America," *U.S. News and World Report*, December 28, 1958, p.77-80.
- *John Quincy Adams and the Foundations of American Foreign Policy* (NY: Alfred A. Knopf, 1965).
- Bemis, Samuel Flagg, and Robert H. Ferrell, eds., *The American Secretaries of State and Their Diplomacy*, 18 vols. (NY: Cooper Square Publishers, 1963-1970).
- Benedict, Ruth, *Patterns of Culture* (Boston: Houghton, Mifflin, 1934).
- Benjamin, Jules R., "The Framework of U.S. Relations with Latin America in the Twentieth Century: An Interpretative Essay," *Diplomatic History* 11 (Spring 1987), p. 91-112.
- "The Machado and Cuban Nationalism, 1928-32," *Hispanic American Historical Review* 55 (January 1975), p. 66-91.
- *The United States and Cuba: Hegemony and Dependent Development, 1880-1934* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977).
- Bennett, James T., and Walter E. Williams, *Strategic Minerals: The Economic Impact of Supply Disruptions* (Washington, D.C.: The Heritage Foundation, 1981).
- Benton, Elbert J., *International Law and Diplomacy of the Spanish-American War* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1908).
- Benton, Thomas Hart, *Thirty Years' View; or, a History of the Working of the American Government for Thirty Years, from 1820 to 1850*, 2 vols. (NY: D. Appleton, 1854-1856).
- Benz, Stephen, "William Walker and the Discovery of Central America," *Journal of the Southeastern Council on Latin American Studies* 24 (March 1993), p. 96-105.
- Bergad, Laird W., *Cuban Rural Society in the Nineteenth Century: The Social and Economic History of Monoculture in Matanzas* (Princeton: Princeton University Press, 1990).
- Berger, Mark T., *Under Northern Eyes: Latin American Studies and U.S. Hegemony in the Americas, 1898-1990* (Bloomington: Indiana University Press, 1995).

## bibliografia

- Berle, Adolf A., *Navigating the Rapids, 1918-1971: From the Papers of Adolf A. Berle, Beatrice Bishop Berle and Travis Beal Jacobs*, eds. (NY: Harcourt Brace Jovanovich, 1973).
- Berman, Karl, *Under the Big Stick: Nicaragua and the United States since 1848* (Boston: South End Press, 1986).
- Bernstein, Alvin H., and John D. Waghelstein, "How to Win in El Salvador," *Policy Review* Number 47 (Winter 1984), p. 50-2.
- Bernstein, Harry, *Origins of Inter-American Interest 1700-1812* (Philadelphia: University Of Pennsylvania Press, 1945).
- Berryman, Phillip, *The Religious Roots of Rebellion: Christians in Central American Revolutions* (Maryknoll, NY: Orbis Books, 1984).
- *Stubborn Hope: Religion, Politics and Revolution in Central America* (Maryknoll, NY: Orbis Books, 1994).
- Bethell, Leslie, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil, and the Slave Trade Question, 1807-1869* (Cambridge: Cambridge University Press, 1970).
- Bethell, Leslie and Ian Roxborough, eds., *Latin America between the Second World War and the Cold War: Crisis and Containment, 1944-1948* (Cambridge, England: Cambridge University Press, 1992).
- Beisner, Robert L., *From the Old Diplomacy to the New, 1865-1900*, 2d ed. (Arlington Heights, IL: Harlan Davidson, 1986).
- Billman, Calvin James, "Backgrounds and Policies of Selected United States Diplomats to Latin America, 1898-1938," Ph.D. dissertation, Tulane University, 1955.
- Binkley, William Campbell, *The Expansionist Movement in Texas, 1836-1850* (Berkeley: University of California Press, 1925).
- Binning, William Charles, "The Role of the Export-Import Bank in Inter-American Affairs," Ph.D. dissertation, University of Notre Dame, 1970.
- Birns, Laurence, "The Death of Chile," *New York Review of Books*, November 1, 1973, p. 32-4.
- Bitar, Sergio, "United States-Latin American Relations: Shifts in Economic Power and Implications for the Future," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 26 (February 1984), p. 3-31.
- Black, George, *The Good Neighbor* (NY: Pantheon, 1988).
- Black, Jan Knippers, *United States Penetration of Brazil* (Manchester, England: Manchester University Press, 1977).
- Blaine, James G., *Political Discussions, Legislative, Diplomatic, and Popular, 1856-1886* (Norwich, CT: Henry Bill, 1887).
- Blake, Nelson M., "Background of Cleveland's Venezuelan Policy," *American Historical Review* 47 (January 1942), p. 259-277.
- Blakemore, Harold, *British Nitrates and Chilean Politics, 1886-1896*, Balmaceda and North (London: Athlone Press, 1974).
- Blasier, Cole, "The Cuban-U.S.-Soviet Triangle: Changing Angles," *Cuban Studies* 8 (n.m. 1978), p. 1-9.
- *The Giant's Rival: The USSR and Latin America* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1983).
- *The Hovering Giant: U.S. Responses to Revolutionary Change in Latin America* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1976).
- Blechman, Barry M., and Stephanie E. Levinson, "Soviet Submarine Visits to Cuba," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 101 (September 1975), p. 31-39.
- Blythe, Samuel G., "Mexico: The Record of a Conversation with President Wilson," *Saturday Evening Post* 186 (May 23, 1914), p. 3-4, 71.
- Bonner, Raymond, "The Thousand Small Escalations of Our Latin War," *New York Times*, 16 September 1984, Sec I, p. 31.
- *Weakness and Deceit: U.S. Policy and El Salvador* (NY: Times Books, 1984).
- Bonsal, Philip W., "Cuba, Castro, and the United States," *Foreign Affairs* 45 (January 1967), p. 260-276.

- Cuba, Castro and the United States (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1971).
- Booth, John A., and Thomas W. Walker, *Understanding Central America*, 2d ed. (Boulder, CO: Westview Press, 1993).
- Bornholdt, Laura, *Baltimore and Early Pan-Americanism: A Study in the Background of the Monroe Doctrine* (Northampton, MA: Smith College Studies in History, 1949).
- "Baltimore as a Port of Propaganda for Latin American Independence," Ph.D. dissertation, Yale University, 1945.
- Boucher, Chauncey S., "In re. That Aggressive Slaveocracy," *Mississippi Valley Historical Review* 8 (June-September, 1921), p. 13-79.
- Bourne, Kenneth, *Britain and the Balance of Power in North America 1815-1908* (Berkeley: University of California Press, 1967).
- "The Clayton-Bulwer Treaty and the Decline of British Opposition to the Territorial Expansion of the United States, 1857-60," *Journal of Modern History* 33 (September 1961), p. 287-91.
- Bowen, Herbert W., *Recollections Diplomatic and Undiplomatic* (NY: Grafton Press, 1926).
- Brack, Gene M., *Mexico Views Manifest Destiny, 1821-1846: An Essay on the Origins of the Mexican War* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1975).
- Braden, Spruille, *Diplomats and Demagogues: The Memoirs of Spruille Braden* (New Rochelle, NY: Arlington House, 1971).
- Brandes, Joseph, *Herbert Hoover and Economic Diplomacy: Department of Commerce Policy, 1921-1928* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1962).
- Brauer, Kinley J., "Economics and the Diplomacy of American Expansionism, 1821-1860," in *Economics and World Power: An Assessment of American Diplomacy since 1789*, William H. Becker and Samuel F. Wells, Jr., eds. (NY: Columbia University Press, 1984), p. 55-118.
- "The Great American Desert Revisited: Recent Literature and Prospects for the Study of American Foreign Relations, 1815-1861," *Diplomatic History* 13 (Summer 1989), p. 395-417.
- "The United States and British Imperial Expansion, 1815-60," *Diplomatic History* 12 (Winter 1988), p. 19-37.
- Bream, Charles Gray, "Intervention Short of Armed Force in Latin America," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1945.
- Bride, Frank L., "The Gendarmerie D'Haiti," *Marine Corps Gazette* 3 (December 1918), p. 295-299.
- Bridge, Roy, "Allied Diplomacy in Peacetime: The Failure of the Congress 'System,' 1815-23," in *Europe's Balance of Power, 1815-1848*, Alan Sked, ed. (NY: Harper and Row, 1979), p. 34-53.
- Bridges, Clarence Allan, "Southward Expansion Projects, 1848-1861," Ph.D. dissertation, University of Texas, 1940.
- Briggs, Ellis O., *Farewell to Foggy Bottom: The Recollections of a Career Diplomat* (NY: David McKay, 1964).
- British Parliamentary Papers*, vol. 15: United States of America (Shannon: Irish University Press, 1971).
- Britton, Nan, *The President's Daughter* (NY: Elizabeth Ann Guild, 1927).
- Brodie, Bernard, *Strategy in the Missile Age* (Princeton: Princeton University Press, 1965).
- Brodin, Katarina, "Belief Systems, Doctrines, and Foreign Policy," *Conflict and Cooperation* (Stockholm) 8 (n.m. 1972), p. 97-112.
- Brown, Albert G., *Speeches, Messages, and Other Writings of the Hon. Albert G. Brown*, M. W. Cluskey, ed. (Philadelphia: Jas. B. Smith, 1859).
- Brown, Charles H., *Agents of Manifest Destiny: The Lives and Times of the Filibusters* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980).
- Brown, Cynthia, ed., *With Friends Like These: The Americas Watch Report on Human Rights and U.S. Policy in Latin America* (NY: Pantheon, 1985).
- Brown, Everett Somerville, *The Constitutional History of the Louisiana Purchase 1803-1812* (Berkeley: University of California Press, 1920).

## bibliografía

- Brown, Stephen Dechman, "The Power of Influence in United States-Chilean Relations," Ph.D. dissertation, University of Wisconsin, 1983.
- Brown, William A., and Redvers Opie, *American Foreign Assistance* (Washington, D.C.: Brookings Institution, 1953).
- Brownback, Peter Evans, "The Acquisition of the Nicaraguan Canal Route: The Bryan-Chamorro Treaty," Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania, 1952.
- Browning, David, *El Salvador: Landscape and Society* (Oxford: Clarendon Press, 1971).
- Bryce, James, *The American Commonwealth*, 2 vols., rev. ed. (NY: Macmillan, 1922).
- Bryn-Jones, David, Frank B. Kellogg: *A Biography* (NY: G.P. Putnam's Sons, 1937).
- Buchanan, James, *The Works of James Buchanan*, John Bassett Moore, ed., 12 vols. (Philadelphia: J.B. Lippincott, 1908-1911).
- Buchanan, William, and Hadley Cantril, *How Nations See Each Other: A Study in Public Opinion* (Urbana: University of Illinois Press, 1953).
- Buchenau, Jürgen, *In the Shadow of the Giant: The Making of Mexico's Central America Policy, 1897-1930* (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1996).
- Buckley, Tom, *Violent Neighbors: El Salvador, Central America, and the United States* (NY: Times Books, 1984).
- Buell, Raymond Leslie, *Isolated America*, 2d ed. (NY: Alfred A. Knopf, 1940).
- Bullen, Roger, "The Great Powers and the Iberian Peninsula, 1815-48," in *Europe's Balance of Power, 1815-1848*, Alan Sked, ed. (NY: Harper and Row, 1979), p. 54-78.
- Bunau-Varilla, Philippe, *Panama: The Creation, Destruction and Resurrection* (London: Constable and Company, 1913).
- Burden, William A. M., *The Struggle for Airways in Latin America* (NY: Council on Foreign Relations, 1943).
- Burgin, Miron, *The Economic Aspects of Argentine Federalism, 1820-1852* (Cambridge: Harvard University Press, 1946).
- Burner, W. J., "The Attitudes of Contemporary South American Authors toward the United States," Ph.D. dissertation, Ohio State University, 1930.
- Burns, E. Bradford, *Patriarch and Folk: The Emergence of Nicaragua, 1798-1858* (Cambridge: Harvard University Press, 1991).
- Burr, Robert N., *By Reason or by Force: Chile and the Balancing of Power in South America, 1830-1905* (Berkeley: University of California Press, 1965).
- "Colombia and International Cooperation, 1920-1930," Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania, 1949.
- *Our Troubled Hemisphere: Perspectives on United States-Latin American Relations* (Washington, D.C.: Brookings Institution, 1967).
- Bushnell, David, *Eduardo Santos and the Good Neighbor, 1938-1942* (Gainesville: Center for Latin American Studies, University of Florida, 1967).
- *The Santander Regime in Gran Colombia* (Newark: University of Delaware Press, 1954).
- Bushnell, David, and Neill Macaulay, *The Emergence of Latin America in the Nineteenth Century*, 2d ed. (NY: Oxford University Press, 1994).
- Cabot, John Moors, *First Line of Defense: Forty Years Experience of a Career Diplomat* (Washington, D.C.: School of Foreign Service, Georgetown University, 1979).
- Cady, John F., *Foreign Intervention in the Rio de la Plata, 1838-50* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1929).
- Calder, Bruce, *The Impact of Intervention: The Dominican Republic during the U.S. Occupation of 1916-24* (Austin: University of Texas Press, 1984).
- Caldwell, Robert Granville, *The López Expeditions to Cuba 1848-1851* (Princeton: Princeton University Press, 1915).

- Calcott, Wilfred Hardy, *The Western Hemisphere: Its Influence on United States Policies to the End of World War II* (Austin: University of Texas Press, 1968).
- Calhoun, Charles W., "American Policy toward the Brazilian Naval Revolt of 1893-94: A Reexamination," *Diplomatic History* 4 (Winter 1980), p. 39-56.
- Calhoun, Frederick, *Power and Principle: Armed Intervention in Wilsonian Foreign Policy* (Kent, Ohio: Kent State University Press, 1986).
- Callahan, James Morton, *American Foreign Policy in Mexican Relations* (NY: Macmillan, 1932).
- Campbell, Charles S., Jr., *Anglo-American Understanding, 1898-1903* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1957).
- *The Transformation of American Foreign Relations, 1865-1900* (NY: Harper and Row, 1976).
- Campbell, Randolph Bluford, "Henry Clay and the Emerging Nations of Spanish America, 1815-1829," Ph.D. dissertation, University of Virginia, 1966.
- Cantril, Hadley, ed., *Public Opinion, 1935-1946* (Princeton: Princeton University Press, 1951).
- Cappon, Lester J., ed., *The Adams-Jefferson Letters: The Complete Correspondence between Thomas Jefferson and Abigail and John Adams* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988).
- Carlen, Claudia, ed., *The Papal Encyclicals 1958-1981* (Raleigh, NC: McGrath Publishing Company, 1981).
- Carreras, Charles, *United States Economic Penetration of Venezuela and Its Effects on Diplomacy: 1895-1906* (NY: Garland, 1987).
- Carroll, Holbert, *The House of Representatives and Foreign Affairs* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1966).
- Carter, Jimmy, *Keeping Faith: Memoirs of a President* (NY: Bantam Books, 1982).
- Center for National Security Studies, *The Consequences of "Pre-Publication Review": A Case Study of CIA Censorship and the Cult of Intelligence*, CNSS Report Number 109 (Washington, D.C.: Center for National Security Studies, September 1983).
- Center for Strategic and International Studies, *Russia in the Caribbean, Part One and Part Two*, Special Report Series Number 13 (Washington, D.C.: Georgetown University, 1973).
- Chadwick, French Ensor, *The Relations of the United States and Spain: The Spanish-American War, 2 vols.* (NY: Charles Scribner's Sons, 1909).
- Challener, Richard D., *Admirals, Generals, and American Foreign Policy, 1898-1914* (Princeton: Princeton University Press, 1973).
- Chamberlin, Eugene Keith, "The Japanese Scare at Magdalena Bay," *Pacific Historical Review* 24 (November 1955), p. 345-359.
- "United States Interests in Lower California," Ph.D. dissertation, University of California, 1940.
- Chandler, Charles Lyon, "United States Commerce with Latin America at the Promulgation of the Monroe Doctrine," *Quarterly Journal of Economics* 38 (May 1924), p. 466-486.
- "United States Merchant Ships in the Rio de la Plata (1801-1808), as Shown by Early Newspapers," *Hispanic American Historical Review* 2 (February 1919), p. 26-54.
- Channing, Edward, *A History of the United States*, 6 vols. (NY: MacMillan, 1905-1925).
- Chapman, M. P., "Yankeeophobia: An Analysis of Anti-United States Bias of Certain Spanish South American Intellectuals," Ph.D. dissertation, Stanford University, 1950.
- Cheever, Daniel S., and H. Field Haviland, Jr., *American Foreign Policy and the Separation of Powers* (Cambridge: Harvard University Press, 1952).
- Chester, Edward W., *The United States and Six Atlantic Outposts: The Military and Economic Considerations* (Port Washington, NY: Kennikat Press, 1980).
- Child, John, "Estados Unidos y Latinoamérica: conceptos estratégicos militares," *Estrategia* Number 63 (March-April 1980), p. 71-90.
- "From 'Color' to 'Rainbow': U.S. Strategic Planning for Latin America, 1919-1945," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 21 (May 1979), p. 233-259.

## bibliografia

- "Issues for U.S. Policy in the Caribbean Basin in the 1980s: Security," in *Western Interests and U.S. Policy Options in the Caribbean Basin*, Report of the Atlantic Council's Working Group on the Caribbean Basin (Boston: Oelgeschlager, Gunn, and Hain, 1984), p. 139-185.
- "Military Aspects of the Panama Canal Issue," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 106 (January 1980), p. 46-51.
- "Strategic Concepts of Latin America: An Update," *Inter-American Economic Affairs* 34 (Summer 1980), p. 61-82.
- *Unequal Alliance: The Inter-American Military System, 1938-1978* (Boulder, CO: Westview Press, 1980).
- ed., *Conflict in Central America: Approaches to Peace and Security* (London: C. Hurst, 1986).
- Chipman, Donald E., *Spanish Texas, 1519-1821* (Austin: University of Texas Press, 1992).
- Cisneros, Evangelina, *The Story of Evangelina Cisneros (Evangelina Betancourt Cosío y Cisneros) Told by Herself, Her Rescue by Karl Decker, Introduction by Julian Hawthorne* (NY: Continental Publishing Company, 1898).
- Clark, J. Reuben, Jr., "Collecting on Defaulted Foreign Dollar Bonds," *American Journal of International Law* 34 (January 1940), p. 119-125.
- *Memorandum on the Monroe Doctrine*, dated December 17, 1928 (Washington, D.C.: GPO, 1930).
- Clark, Paul G., *American Aid for Development* (NY: Praeger, 1972).
- Clay, Henry, *The Papers of Henry Clay*, James F. Hopkins, et al., eds., 8 vols. (Lexington: University of Kentucky Press, 1959-1984).
- *The Private Correspondence of Henry Clay*, Calvin Colton, ed. (Boston: Frederick Parker, 1856).
- *The Works of Henry Clay*, Calvin Colton, ed., 10 vols. (NY: G.P. Putnam's Sons, 1904).
- Clayton, Lawrence A., "Steps of Considerable Delicacy: Early Relations with Peru," in *United States-Latin American Relations, 1800-1850: The Formative Generations*, Ray Shurbutt, ed. (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1991), p. 47-85.
- Clemens, Walter C., Jr., *The Superpowers and Arms Control* (Lexington: D.C. Heath 1973).
- Clements, Kendrick A., *William Jennings Bryan, Missionary Isolationist* (Knoxville: University of Tennessee Press, 1982).
- "Woodrow Wilson's Mexican Policy, 1913-1915," *Diplomatic History* 4 (Spring 1980), p. 113-136.
- Clendenen, Clarence C., *Blood on the Border: The United States Army and the Mexican Irregulars* (NY: Macmillan, 1969).
- Cleveland, Grover, *Presidential Problems* (NY: The Century Co., 1904).
- *The Venezuelan Boundary Controversy* (Princeton: Princeton University Press, 1913).
- Cleven, N. Andrew N., "The First Panama Mission and the Congress of the United States," *Journal of Negro History* 13 (July 1928), p. 225-254.
- Cline, Howard F., *The United States and Mexico* (Cambridge: Harvard University Press, 1953).
- Coatsworth, John H., "American Trade with European Colonies in the Caribbean and South American, 1790-1812," *William and Mary Quarterly* 24 (April 1967), p. 243-266.
- *Central America and the United States: The Clients and the Colossus* (NY: Twayne, 1994).
- *Growth against Development: The Economic Impact of Railroads in Porfirian Mexico* (DeKalb: University of Northern Illinois Press, 1981).
- Coatsworth, John H., and Carlos Rico, *Images of Mexico in the United States* (San Diego: Center for U.S.-Mexican Studies, University of California, San Diego, 1989).
- Cochrane, James D., "U.S. Policy toward Recognition of Governments and Promotion of Democracy in Latin America since 1963," *Journal of Latin American Studies* 4 (November 1972), p. 275-291.
- Cohen, Bernard C., *The Influence of Non-Governmental Groups on Foreign Policy-Making* (Boston: World Peace Foundation, 1959).

- The Press and Foreign Policy (Princeton: Princeton University Press, 1963).
- The Public's Impact on Foreign Policy (Boston: Little, Brown, 1973).
- Cohen, Stephen D., *The Making of United States International Economic Policy: Principles, Problems, and Proposals for Reform* (NY: Praeger, 1977).
- Colby, Gerard, with Charlotte Dennett, *Thy Will Be Done. The Conquest of the Amazon: Nelson Rockefeller and Evangelism in the Age of Oil* (NY: HarperCollins, 1995).
- Coleman, George C., "The Good Neighbor Policy of F.D. Roosevelt with Special Reference to Three Inter-American Conferences, 1933-1938," Ph.D. dissertation, University of Iowa, 1951.
- Coleman, Lee, "What is American? A Study of Alleged American Traits," *Social Forces* 19 (May 1941), p. 492-499.
- Coletta, Paolo E., "Bryan, Anti-Imperialism and Missionary Diplomacy," *Nebraska History* 44 (September 1963), p. 167-187.
- "Secretary of States William Jennings Bryan and 'Deserving Democrats,'" *Mid-America* 48 (April 1966), p. 75-98.
- "William Jennings Bryan and the United States-Colombia Impasse, 1903-1921," *Hispanic American Historical Review* 47 (November 1967), p. 486-501.
- Collier, William Miller, and Guillermo Felú Cruz, *La primera misión de los Estados Unidos de América en Chile* (Santiago: Imprenta Cervantes, 1926).
- Collin, Richard H., *Theodore Roosevelt, Culture, Diplomacy, and Expansion: A New View of American Imperialism* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1985).
- *Theodore Roosevelt's Caribbean: The Panama Canal, the Monroe Doctrine, and the Latin American Context* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1990).
- Combs, Jerald A., "The Origins of the Monroe Doctrine: A Survey of Interpretations by United States Historians," *Australian Journal of Politics and History* 27 (n.m., 1981), p. 186-196.
- Commission on Cuban Affairs, *Problems of the New Cuba* (NY: Foreign Policy Association, 1935).
- Commission on United States-Latin American Relations, *The Americas in a Changing World. A Report of the Commission on United States-Latin American Relations* (NY: Quadrangle, 1975).
- Conn, Stetson, general ed., *The Western Hemisphere: The Framework of Hemispheric Defense*, vol. 12, pt. 1 of *The United States Army in World War II* (Washington, D.C.: Office of the Chief of Military History, Department of the Army, 1964).
- *The Western Hemisphere: Guarding the United States and its Outposts*, vol. 12, pt. 2 of *The United States Army in World War II* (Washington, D.C.: Office of the Chief of Military History, Department of the Army, 1964).
- Conniff, Michael L., *Panama and the United States: The Forced Alliance* (Athens: University of Georgia Press, 1992).
- Connor, Seymour V., and Odie B. Faulk, *North America Divided: The Mexican War, 1846-1848* (NY: Oxford University Press, 1971).
- Corbett, Charles D., "Toward a U.S. Defense Policy: Latin America," *Military Review* 55 (June 1975), p. 11-18.
- Connell-Smith, Gordon, *The Inter-American System* (London: Oxford University Press, 1966).
- "The United States and the Caribbean: Colonial Patterns, Old and New," *Journal of Latin American Studies* 4 (May 1972), p. 113-122.
- Converse, Philip E., "The Nature of Belief Systems in Mass Publics," in *Ideology and Discontent*, David E. Apter, ed. (NY: Free Press, 1964), p. 202-261.
- Coolidge, Louis A., *An Old-Fashioned Senator: Orville H. Platt of Connecticut*, 2 vols. (Port Washington, NY: Kennikat Press, 1971 reprint of 1910 edition).
- Cooper, Marc, and Greg Goldin, "Playboy Interview: Jose Napoleon Duarte," *Playboy* 31 (November 1984), p. 63-75.
- Cosmas, Graham A., "San Juan Hill and El Caney, 1-2 July 1898," in *America's First Battles, 1776-1965*, Charles E. Heller and William A. Stofft, eds. (Lawrence: University Press of Kansas, 1986), p. 109-148.



## bibliografía

- Cotler, Julio, and Richard R. Fagen, eds., *Latin America and the United States: The Changing Political Realities* (Stanford: Stanford University Press, 1974).
- Cottam, Martha L., *Images and Intervention: U.S. Policies in Latin America* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994).
- Cox, Ronald W., *Power and Profits: U.S. Policy in Central America* (Lexington: University Press of Kentucky, 1994).
- Crapol, Edward P., *America for Americans: Economic Nationalism and Anglophobia in the Later Nineteenth Century* (Westport, CT: Greenwood Press, 1973).
- Crassweller, Robert D., *The Caribbean Community: Changing Societies and U.S. Policy* (NY: Praeger, 1972).
- *Peron and the Enigmas of Argentina* (NY: Norton, 1987).
- *Trujillo: The Life and Times of a Caribbean Dictator* (NY: Macmillan, 1966).
- Cravero, Kathleen Ann, "Food and Politics: Domestic Sources of United States Food Aid Policies, 1949-1979," Ph.D. dissertation, Fordham University, 1982.
- Cresson, W. P., *The Holy Alliance: The European Background of the Monroe Doctrine* (NY: Oxford University Press, 1922).
- Crichfield, George W., *American Supremacy: The Rise and Progress of the Latin American Republics and Their Relations to the United States under the Monroe Doctrine*, 2 vols. (NY: Brentano's, 1908).
- Cronon, E. David, "Interpreting the New Good Neighbor Policy: The Cuban Crisis of 1933," *Hispanic American Historical Review* 39 (November 1959), p. 538-567.
- Crosby, Kenneth W., "The Diplomacy of the United States in Relation to the War of the Pacific, 1879-1884," Ph.D. dissertation, George Washington University, 1949.
- Crowell, Jackson Hutchins, "Central American Relations of the United States, 1869-1877," Ph.D. dissertation, Fletcher School of Law and Diplomacy, 1959.
- "The United States and a Central American Canal, 1869-1877," *Hispanic American Historical Review* 49 (February 1969), p. 27-52.
- Cuevas, Luis Gonzaga, *Porvenir de México, o juicio crítico sobre su estado político en 1821 y 1851*, 3 vols. (México: Cumpido, 1851-57).
- Cullom, Shelby M., *Fifty Years of Public Service* (Chicago: A.C. McClurg, 1911).
- Curry, Earl R., *Hoover's Dominican Diplomacy and the Origins of the Good Neighbor Policy* (NY: Garland Publishing, 1979).
- Curti, Merle, and Kendall Birr, *Prelude to Point Four: American Technical Missions Overseas, 1838-1938* (Madison: University of Wisconsin Press, 1954).
- Curtis, Roy Emerson, "The Law of Hostile Military Expeditions as Applied by the United States," *American Journal of International Law* 8 (January 1914), p. 1-37.
- Curtis, William Eleroy, *Trade and Transportation between the United States and Latin America*, Senate Executive Document Number 54, 51st Cong., 1st Sess., 1890.
- Dahl, Robert A., *Congress and Foreign Policy* (NY: Harcourt, Brace, 1950).
- Dallek, Robert, *The American Style of Foreign Policy: Cultural Politics and Foreign Affairs* (NY: Knopf, 1983).
- Dana, Richard Henry, Jr., *Two Years before the Mast: A Personal Narrative of Life at Sea* (Cleveland: World Publishing Company, 1946 edition of 1840 original).
- Danelski, David J., and Joseph S. Tulchin, *The Autobiographical Notes of Charles Evans Hughes* (Cambridge: Harvard University Press, 1973).
- Danner, Mark, *The Massacre at El Mozote* (NY: Vintage, 1994).
- Darnton, Robert, *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History* (NY: Basic Books, 1984).
- Davids, Jules, *American Political and Economic Penetration of Mexico, 1877-1920* (NY: Arno Press, 1976).

- Davies, John Paton, *Foreign and Other Affairs* (NY: W.W. Norton, 1964).
- Davis, David Howard, *How the Bureaucracy Makes Foreign Policy: An Exchange Analysis* (Lexington, MA: D.C. Heath, 1972).
- Davis, Douglas W., "The Inter-American Defense College: An Assessment of Its Activities," Ph.D. dissertation, University of Maryland, 1968.
- Davis, Jack, "The Latin American Policy of Elihu Root," Ph.D. dissertation, University of Illinois, 1956.
- Davis, Kenneth S., *FDR: The Beckoning of Destiny, 1882-1928; A History* (NY: G.P. Putnam's Sons, 1971).
- Davis, Natalie Zemon, *Fiction in the Archives: Pardon Tales and Their Tellers in Sixteenth-Century France* (Stanford: Stanford University Press, 1987).
- Davis, Nathaniel, *The Last Two Years of Salvador Allende* (Ithaca: Cornell University Press, 1985).
- Davis, Shelton H., and Julie Hodson, *Witness to Political Violence in Guatemala: The Suppression of a Rural Development Movement* (Boston: Oxfam America, 1982).
- Davis, William Columbus, *The Last Conquistadores: The Spanish Intervention in Peru and Chile, 1863-1866* (Athens: University of Georgia Press, 1950).
- Dawson, Frank G., *The First Latin American Debt Crisis: The City of London and the 1822-25 Loan Bubble* (New Haven: Yale University Press, 1990).
- Dawson, Thomas C., *The South American Republics*, 2 vols. (NY: G.P. Putnam's Sons, 1903).
- Dealy, Glen C., "Pipe Dreams: The Pluralistic Latins," *Foreign Policy* Number 57 (Winter 1984-1985), p. 108-127.
- *The Latin Americans: Spirit and Ethos* (Boulder, CO: Westview Press, 1992).
- *The Public Man: An Interpretation of Latin American and Other Catholic Countries* (Amherst: University of Massachusetts Press, 1977).
- de Bustamente, Carlos María, *El nuevo Bernal Díaz del Castillo; o sea, historia de la invasión de los anglo-americanos en México*, 2 vols. (México: García Torres, 1847).
- DeConde, Alexander, *Herbert Hoover's Latin-American Policy* (Stanford: Stanford University Press, 1951).
- Degler, Carl N., *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (NY: Macmillan, 1971).
- de la Torre, Cosme, *La Enmienda Platt* (Havana: Imprenta y Papelería de Rambla, Bouza y Cía., 1930).
- *Mi misión en Washington* (Havana: Imprenta de la Universidad de La Habana, 1952).
- "The Platt Amendment," *Foreign Affairs* 8 (April 1930), p. 364-378.
- de León, Arnoldo, *They Called Them Greasers: Anglo Attitudes toward Mexicans in Texas, 1821-1900* (Austin: University of Texas Press, 1983).
- de Lesseps, Ferdinand, "The Interoceanic Canal," *North American Review* 130 (January 1880), p. 1-15.
- Delpar, Helen, *The Enormous Vogue of Things Mexican: Cultural Relations between the United States and Mexico, 1920-1935* (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1992).
- de Madariaga, Salvador, *Englishmen, Frenchmen, Spaniards* (London: Oxford University Press, 1928).
- *Latin America between the Eagle and the Bear* (London: Hollis and Carter, 1962).
- Dennett, Tyler, John Hay: *From Poetry to Politics* (NY: Dodd, Mead, 1934).
- Dennis, Alfred L. P., *Adventures in American Diplomacy, 1896-1906* (NY: E.P. Dutton, 1928).
- Dennis, William Jefferson, *Tacna and Arica: An Account of the Chile-Peru Boundary Dispute and of the Arbitration by the United States* (New Haven: Yale University Press, 1931).
- de Onís, José, *Los Estados Unidos vistos por escritores hispanoamericanos* (Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1956).
- Destler, I. M., *Presidents, Bureaucrats, and Foreign Policy: The Politics of Organizational Reform* (Princeton: Princeton University Press, 1974).
- Destler, I. M., Leslie H. Gelb, and Anthony Lake, *Our Own Worst Enemy: The Unmaking of American Foreign Policy* (NY: Simon and Schuster, 1984).

## bibliografía

- de Tocqueville, Alexis, *Journey to America*, George Lawrence, trans. (London: Faber and Faber, 1959).
- Devine, Donald J., *The Political Culture of the United States: The Influence of Member Values on Regime Maintenance* (Boston: Little, Brown, 1972).
- Devine, Frank J., *El Salvador: Embassy Under Attack* (NY: Vantage Press, 1981).
- Dinwoodie, D. H., "Dollar Diplomacy in the Light of the Guatemalan Loan Project, 1909-1913," *Americas* 26 (January 1970), p. 237-253.
- Dix, Robert H., *Colombia: The Political Dimensions of Change* (New Haven: Yale University Press, 1967).
- Dockery, Robert H., *Survey of the Alliance for Progress: Labor Policies and Programs, A Study Prepared at the Request of the Subcommittee on American Republics Affairs by the Staff of the Committee on Foreign Relations, United States Senate* (Washington, D.C.: GPO, July 15, 1968).
- Doenitz, Karl, *Memoirs*, R. H. Stevens, trans. (London: Weidenfeld and Nicolson, 1959).
- Donnell, Guy Renfro, "United States Intervention in Mexico, 1914," Ph.D. dissertation, University of Texas, 1951.
- Doty, Roxanne Lynn, *Imperial Encounters: The Politics of Representation in North-South Relations* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996).
- Domínguez, Jorge I., "The United States and its Regional Security Interests: The Caribbean, Central, and South America," *Daedalus* 109 (Fall 1980), p. 115-133.
- , *U.S. Interests and Politics in the Caribbean and Central America* (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1982).
- Domínguez, Jorge I., Nigel S. Rodley, Bryce Wood, and Richard Falk, *Enhancing Global Human Rights* (NY: McGraw-Hill, 1979).
- Dosal, Paul J., *Doing Business with the Dictators: A Political History of United Fruit in Guatemala, 1899-1944* (Wilmington, DE: Scholarly Resources, 1993).
- Dos Santos, Theotonio, "The Structure of Dependence," *American Economic Review* 60 (May 1970), p. 231-236.
- Douglas, Frederick, "Haiti and the United States: Inside History of the Negotiations for the Mole St. Nicolas," *North American Review* 153 (September and October 1891), p. 337-345 and 450-459.
- Dozer, Donald Marquand, "Anti-Expansionism during the Johnson Administration," *Pacific Historical Review* 12 (September 1943), p. 253-275.
- Dozier, Craig L., *Nicaragua's Mosquito Shore: The Years of British and American Presence* (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1985).
- Drake, Paul W., *The Money Doctor of the Andes: The Kemmerer Missions, 1923-1933* (Durham: Duke University Press, 1989).
- , ed., *Money Doctors, Foreign Debts, and Economic Reforms in Latin America from the 1890s to the Present* (Wilmington, DE: Scholarly Resources, 1994).
- Drier, John C., ed., *The Alliance for Progress: Problems and Perspectives* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1962).
- Duin, Edgar C., "Dominican-American Relations, 1895-1907," Ph.D. dissertation, Georgetown University, 1955.
- Dulles, Allen W., "The Protection of American Foreign Bondholders," *Foreign Affairs* 10 (April 1932), p. 474-484.
- Dulles, John Foster, "Thoughts on Soviet Foreign Policy and What to Do About It," *Life*, 3 June 1946, p. 112-126, and 10 June 1946, p. 118-130.
- Dumbauld, Edward, *Thomas Jefferson, American Tourist* (Norman: University of Oklahoma Press, 1946).
- Duncan, W. Raymond, "Soviet Interests in Latin America: New Opportunities and Old Constraints," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 26 (May 1984), p. 163-198.
- Dunn, William E., "The Post-War Attitude of Hispanic America toward the United States," *Hispanic American Historical Review* 3 (May 1920), p. 177-183.

- Durham, William H., *Scarcity and Survival in Central America: Ecological Origins of the Soccer War* (Stanford: Stanford University Press, 1979).
- Dyer, Brainerd, *The Public Career of William M. Everts* (Berkeley: University of California Press, 1933).
- Ebel, Roland H., Raymond Taras, and James D. Cochrane, *Political Culture and Foreign Policy in Latin America: Case Studies from the Circum-Caribbean* (Albany: State University of New York Press, 1991).
- Eckes, Alfred E., Jr., *Opening America's Market: U.S. Foreign Trade Policy since 1776* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995).
- *The United States and the Global Struggle for Minerals* (Austin: University of Texas Press, 1979).
- Eckstein, Susan, "Cuban Internationalism," in *Cuba: Twenty-Five Years of Revolution, 1959-1984*, Sandor Halebsky and John M. Kirk, eds. (NY: Praeger, 1985), p. 372-390.
- Einstein, Lewis D., *American Foreign Policy, by a Diplomat* (Boston: Houghton, Mifflin, 1909).
- *A Diplomat Looks Back* (New Haven: Yale University Press, 1968).
- Eisenhower, John S. D., *So Far From God: The U.S. War with Mexico, 1846-1848* (NY: Random House, 1989).
- Eisenhower, Milton S., "United States-Latin American Relations, 1953-1958: Report to the President," *Department of State Bulletin* 40 (January 19, 1959), p. 89-105.
- *United States-Latin American Relations: Report to the President* (Washington, D.C.: Department of State, 1953).
- *The Wine is Bitter: The United States and Latin America* (Garden City, NY: Doubleday, 1963).
- Elkins, David J., and Richard E. B. Simeon, "A Cause in Search of its Effect, or What Does Political Culture Explain?" *Comparative Politics* 11 (January 1979), p. 127-145.
- Ellmore, Winant Stubbs, "Diplomatic Background of the Spanish-American War: The Cuban Question," Ph.D. dissertation, Georgetown University, 1956.
- Erb, Claude Curtis, "Nelson Rockefeller and United States-Latin American Relations, 1940-1945," Ph.D. dissertation, Clark University, 1982.
- "Prelude to Point Four: The Institute of Inter-American Affairs," *Diplomatic History* 9 (Summer 1985), p. 249-269.
- Erickson, Stephen, "The Panama Canal: Potential Problems in the Years Ahead," *The Fletcher Forum* 5 (Winter 1981), p. 119-133.
- Escudé, Carlos Andres, "The Argentine Eclipse: The International Factor in Argentina's Post World War II Decline," Ph.D. dissertation, Yale University, 1981.
- *Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación Argentina, 1942-1949* (Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1988).
- Estep, Raymond, *United States Military Aid to Latin America* (Maxwell AFB, Alabama: Aerospace Studies Institute, Air University, September 1966).
- Etheredge, Lloyd S., *Can Governments Learn? American Foreign Policy and Central American Revolutions* (NY: Pergamon Press, 1985).
- *A World of Men: The Private Sources of American Foreign Policy* (Cambridge: MIT Press, 1978).
- Ettinger, Amos Aschbach, *The Mission to Spain of Pierre Soulé, 1853-1855: A Study in the Cuban Diplomacy of the United States* (New Haven: Yale University Press, 1932).
- Evans, Alona E., "The Reorganization of the American Foreign Service," *International Affairs* 24 (April 1948), p. 206-217.
- Evans, Henry Clay, Jr., *Chile and Its Relations with the United States* (Durham: Duke University Press, 1927).
- Evans, Robley D., *A Sailor's Log: Recollections of Forty Years of Naval Life* (NY: D. Appleton, 1901).
- Ewell, Judith, *Venezuela and the United States: From Monroe's Hemisphere to Petroleum's Empire* (Athens: University of Georgia Press, 1996).

## bibliografía

- Fagen, Richard R., "The Carter Administration and Latin America: Business As Usual?" *Foreign Affairs* 57 (Winter 1978-1979), p. 652-669.
- *Forging Peace: The Challenge of Central America* (NY: Basil Blackwell, 1987).
- "The Real Clear and Present Danger," *Caribbean Review* 11 (Spring 1982), p. 18-19, 52-53.
- "The United States and Chile: Roots and Branches," *Foreign Affairs* 53 (January 1975), p. 297-313.
- Fagen, Richard R., and Olga Pellicer, eds., *The Future of Central America: Policy Choices for the U.S. and Mexico* (Stanford: Stanford University Press, 1983).
- Falcoff, Mark, "Our Latin American Hairshirt," *Commentary* 62 (October 1976), p. 58-65.
- Falcoff, Mark and Robert Royal, eds., *Crisis and Opportunity: U.S. Policy in Central America and the Caribbean* (Washington, D.C.: Ethics and Public Policy Center, 1984).
- Falk, Richard, *A Global Approach to National Policy* (Cambridge: Harvard University Press, 1975).
- Farer, Tom J., "United States Foreign Policy and the Protection of Human Rights: Observations and Proposals," *Virginia Journal of International Law* 14 (Summer 1974), p. 623-646.
- ed., *Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996).
- Farnsworth, David N., *The Senate Committee on Foreign Relations* (Urbana: University of Illinois Press, 1961).
- Faust, George H., "Economic Relations of the United States and Colombia, 1920-40," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1946.
- Favell, Thomas Royden, "The Antecedents of Panama's Separation from Colombia: A Study in Colombian Politics," Ph.D. dissertation, Fletcher School of Law and Diplomacy, 1950.
- Feinberg, Richard E., *The Intemperate Zone: The Third World Challenge to U.S. Foreign Policy* (NY: W.W. Norton, 1983).
- "The Political Economy of the United States Export-Import Bank," Ph.D. dissertation, Stanford University, 1978.
- ed., *Central America: International Dimensions of the Crisis* (NY: Holmes and Meier, 1982).
- Feipel, Louis N., "The Navy and Filibustering in the Fifties," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 44 (April, May, June, July, August, and September, 1918), p. 767-780, 1009-1029, 1219-1240, 1527-1545, 1837-1848, 2062-2085.
- Fellowes, Edward A., "Training Native Troops in Santo Domingo," *Marine Corps Gazette* 8 (December 1923), p. 215-233.
- Fenlon, Leslie K., Jr., "The Umpteenth Cuban Confrontation," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 106 (July 1980), p. 40-45.
- Fenwick, Charles G., *International Law*, 3 ed. (NY: Appleton-Century-Crofts, 1948).
- *The Neutrality Laws of the United States* (Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1913).
- Ferguson, Yale H., "The Ideological Dimension in United States Policies toward Latin America, 1945-1976," in *Terms of Conflict: Ideology in Latin American Politics*, Morris J. Blachman and Ronald G. Hellman, eds. (Philadelphia: ISHI, 1977), p. 193-235.
- "Reflections on the Inter-American Principle of Nonintervention: A Search for Meaning in Ambiguity," *Journal of Politics* 32 (August 1970), p. 628-654.
- "Through Glasses Darkly: An Assessment of Various Theoretical Approaches to Inter-American Relations," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 19 (February 1977), p. 3-33.
- ed., *Contemporary Inter-American Relations* (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1972).
- Fernandois, Joaquín, *Abismo y cimientos: Gustavo Ross y las relaciones entre Chile y Estados Unidos, 1932-1938* (Santiago: Edición Universidad Católica de Chile, 1997).
- Fernández, Ronald, *Cruising the Caribbean: U.S. Influence and Intervention in the Twentieth Century* (Monroe, ME: Common Courage Press, 1994).

- Ferns, Henry S., *Britain and Argentina in the Nineteenth Century* (Oxford: Oxford University Press, 1960).
- Ferrell, Robert H., *American Diplomacy in the Great Depression: Hoover-Stimson Foreign Policy, 1929-1933* (New Haven: Yale University Press, 1957).
- "Repudiation of a Repudiation," *Journal of American History* 51 (March 1965), p. 669-673.
- ed., *Dear Bess: The Letters from Harry to Bess Truman, 1910-1959* (NY: Norton, 1983).
- Fielder, Frances, and Godfrey Harris, *The Quest for Foreign Service Officers--Their Recruitment and Selection* (NY: Carnegie Endowment for International Peace, 1966).
- Fillol, Tomás Roberto, *Social Factors in Economic Development: The Argentine Case* (Cambridge: MIT Press, 1961).
- Fish, Carl Russell, *American Diplomacy*, 4th ed. (NY: Henry Holt, 1923).
- Fletcher, William Glover, "Canal Site Diplomacy," Ph.D. dissertation, Yale University, 1940.
- Flores Valeriano, Enrique, *La explotación bananera en Honduras* (Tegucigalpa: Editorial Universitaria, 1987).
- Folkman, David I., Jr., *The Nicaragua Route* (Salt Lake City: University of Utah Press, 1972).
- Foner, Philip, *A History of Cuba and Its Relations with the United States*, 2 vols. (NY: International Publishers, 1962-1965).
- Forche, Carolyn, and Philip Wheaton, *History and Motivations of U.S. Involvement in the Control of the Peasant Movement in El Salvador: The Role of AIFLD in the Agrarian Reform Process, 1970-1980* (Washington, D.C.: Ecumenical Program for Interamerican Communication and Action [EPICA], 1980).
- Ford, Worthington Chauncey, "John Quincy Adams and the Monroe Doctrine," Parts I and II, *American Historical Review* 7 (July 1902), p. 676-696 and 8 (October 1902), p. 28-52.
- Fossum, Paul R., "The Anglo-Venezuelan Boundary Controversy," *Hispanic American Historical Review* 8 (August 1928), p. 299-329.
- Foster, Gregory D., "On Selective Intervention," *Strategic Review* 11 (Fall 1983), p.48-63.
- Foster, John W., *Diplomatic Memoirs*, 2 vols. (Boston: Houghton Mifflin, 1909).
- Francis, Michael J., "La ayuda económica de Estados Unidos á América Latina como instrumento de control político," *Foro Internacional* 12 (April-June 1972), p. 433-452.
- *The Limits of Hegemony: United States Relations with Argentina and Chile during World War II* (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1977).
- "Military Aid to Latin America in the U.S. Congress," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 6 (July 1964), p. 389-404.
- *Military Assistance and Influence: Some Observations* (Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 1977).
- Frankel, Benjamin, "Venezuela and the United States, 1810-1888," Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley, 1964.
- Frankel, Charles, *High on Foggy Bottom: An Outsider's Inside View of the Government* (NY: Harper and Row, 1968).
- Fraser, Donald M., "Freedom and Foreign Policy," *Foreign Policy* Number 26 (Spring 1977), p. 140-156.
- Freidlander, Robert A., "A Reassessment of Roosevelt's Role in the Panamanian Revolution of 1903," *Western Political Quarterly* 14 (June 1961), p. 535-543.
- Friedberg, Aaron L., *The Weary Titan: Britain and the Experience of Relative Decline, 1895-1905* (Princeton: Princeton University Press, 1988).
- Fromkin, David, *In the Time of the Americans: FDR, Truman, Eisenhower, Marshall, MacArthur--The Generation that Changed America's Role in the World* (NY: Alfred A. Knopf, 1995).
- Frye, Alton, *Nazi Germany and the American Hemisphere, 1933-1941* (New Haven: Yale University Press, 1967).

## bibliografía

- Fuller, John Douglas Pitts, *The Movement for the Acquisition of All Mexico, 1846-1848*, Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science, Series 54, Number 1 (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1936).
- Fuller, John D. P., "The Slavery Question and the Movement to Acquire Mexico, 1846-1848," *Mississippi Valley Historical Review* 21 (June 1934), p. 31-48.
- Gaddis, John Lewis, *Strategies of Containment: A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy* (NY: Oxford University Press, 1982).
- Galbraith, John Kenneth, "Staying Awake at the Council on Foreign Relations," *Washington Monthly* 16 (September 1984), p. 40-43.
- Gallup, George H., *The Gallup Poll: Public Opinion 1935-1971*, 3 vols. (NY: Random House, 1972).
- *The Gallup Poll. Public Opinion 1972-1976*, 2 vols. (Wilmington, DE: Scholarly Resources, 1978).
- Galtung, Johan, "Foreign Policy Opinion as a Function of Social Position," in *International Politics and Foreign Policy*, rev. ed., James N. Rosenau, ed. (NY: Free Press, 1969), p. 551-572.
- Garber, Paul Neff, *The Gadsden Treaty* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1923).
- García, Rogelio, "Opposition within the Senate to the American Military Intervention in Nicaragua, 1926-1933," Ph.D. dissertation, Columbia University, 1973.
- Garnham, David C., "Attitude and Personality Patterns of Foreign Service Officers and the Conduct of American Foreign Affairs," Ph.D. dissertation, University of Minnesota, 1971.
- "State Department Rigidity: Testing a Psychological Hypothesis," *International Studies Quarterly* 18 (March 1974), p. 31-39.
- Garrett, William B., "Arms Transfers, Congress, and Foreign Policy: The Case of Latin America, 1967-1976," Ph.D. dissertation, Johns Hopkins University, 1982.
- Garza Elizondo, Humberto, *Fundamentos y prioridades de la política exterior de México* (México: El Colegio de México, 1986).
- Geertz, Clifford, "The Impact of the Concept of Culture on the Concept of Man," in *New Views of the Nature of Man*, John R. Platt, ed. (Chicago: University of Chicago Press, 1965), p. 93-118.
- "Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture," in *The Interpretation of Cultures*, Clifford Geertz, ed. (NY: Basic Books, 1973), p. 3-30.
- Gellman, Irwin F., *Good Neighbor Diplomacy: United States Policies in Latin America, 1933-1945* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1979).
- *Roosevelt and Batista: Good Neighbor Diplomacy in Cuba, 1933-1945* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1973).
- *Secret Affairs: Franklin Roosevelt, Cordell Hull, and Sumner Welles* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995).
- George, Alexander L., "The Operational Code: A Neglected Approach to the Study of Political Leaders and Decision-Making," *International Studies Quarterly* 13 (June 1969), p. 190-222.
- Gibson, Charles, *Spain in America* (NY: Harper and Row, 1966).
- Giddens, Anthony, *Central Problems of Social Theory: Action, Structure, and Contradiction in Social Analysis* (Berkeley: University of California Press, 1979).
- Gil, Federico G., *Latin American-United States Relations* (NY: Harcourt Brace Jovanovich, 1971).
- Gilbert, Dennis, *Sandinistas: The Party and the Revolution* (NY: Basil Blackwell, 1988).
- Gilbert, Felix, *To the Farewell Address: Ideas of Early American Foreign Policy* (Princeton: Princeton University Press, 1961).
- Gilderhus, Mark, *Diplomacy and Revolution: U.S.-Mexican Relations under Wilson and Carranza* (Tucson: University of Arizona Press, 1977).
- "An Emerging Synthesis? U.S.-Latin American Relations since the Second World War," *Diplomatic History* 16 (Summer 1992), p. 429-451.
- "Founding Father: Samuel Flagg Bemis and the Study of U.S.-Latin American Relations," *Diplomatic History* 21 (Winter 1997), p. 1-13.

- "Wilson, Carranza, and the Monroe Doctrine: A Question of Regional Organization," *Diplomatic History* 7 (Spring 1983), p. 103-116.
- Gillin, John P., "The Middle Segments and Their Values," in *Latin American Politics: Studies of the Contemporary Scene*, Robert D. Tomasek, ed. (NY: Doubleday, 1966), p. 23-40.
- Girard, Alain, and Raúl Samuel, *Situación y perspectivas de Chile en septiembre de 1957* (Santiago: Editorial Universitaria, 1958).
- Glad, Betty, Charles Evans Hughes and the Illusions of Innocence: A Study in American Diplomacy (Urbana: University of Illinois Press, 1966).
- Glazier, Willard, *Heroes of Three Wars* (Philadelphia: Hubbard, 1880).
- Gleijeses, Piero, *The Dominican Crisis* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978).
- "The Limits of Sympathy: The United States and the Independence of Spanish America," *Journal of Latin American Studies* 24 (October 1992), p. 481-505.
- *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States, 1944-1954* (Princeton: Princeton University Press, 1991).
- Glick, Philip, *The Administration of Technical Assistance: Growth in the Americas* (Chicago: University of Chicago Press, 1957).
- Goetze, Richard B., Jr., "Transgovernmental Interaction within the Inter-American System: The System of Cooperation among the Air Forces of the Americas," Ph.D. dissertation, American University, 1973.
- Goldberg, Joyce S., *The Baltimore Affair* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1986).
- Goldhamer, Herbert, *The Foreign Powers in Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 1972).
- Goldwert, Marvin, *The Constabulary in the Dominican Republic and Nicaragua: Progeny of United States Intervention* (Gainesville: University Press of Florida, 1962).
- Goodell, Stephen, "Woodrow Wilson in Latin America: Interpretations," *Historian* 28 (November 1965), p. 96-127.
- Goodwin, Richard N., *Remembering America: A Voice from the Sixties* (Boston: Little Brown, 1988).
- Gootenberg, Paul, *Between Silver and Guano: Commercial Policy and the State in Postindependence Peru* (Princeton: Princeton University Press, 1989).
- Gordon, David L., and Royden Dangerfield, *The Hidden Weapon: The Story of Economic Warfare* (NY: Harper, 1947).
- Gorer, Geoffrey, "The Concept of National Character," in *Personality in Nature, Society, and Culture*, 2nd ed., Clyde Kluckhohn and Henry A. Murray, eds. (NY: Alfred A. Knopf, 1953), p. 246-259.
- Gorman, Stephen M., "The High Stakes of Geopolitics in Tierra del Fuego," *Parameters* 8 (June 1978), p. 45-46.
- Gould, Lewis L., *The Spanish-American War and President McKinley* (Lawrence: University Press of Kansas, 1982).
- Gouré, Leon, and Morris Rothenberg, *Soviet Penetration of Latin America* (Miami: Center for Advanced International Studies, University of Miami, 1975).
- Graebner, Norman A., "The Mexican War: A Study of Causation," *Pacific Historical Review* 49 (August 1980), p. 405-426.
- "The Treaty of Guadalupe Hidalgo: Its Background and Formation," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1949.
- Graciarena, Jorge, "Commentary on Mitchell" in *Latin America and the United States: The Changing Political Realities*, Julio Cotler and Richard R. Fagen, eds. (Stanford: Stanford University Press, 1974), p. 205-211.
- Graham, Richard, *Independence in Latin America* (NY: Alfred A. Knopf, 1972).
- Grant, Ulysses S., *Personal Memoirs of U.S. Grant*, 2 vols. (NY: Charles L. Webster, 1892).
- Graves, Ernest, and Steven A. Hildreth, *U.S. Security Assistance: The Political Process* (Lexington, MA: D.C. Heath, 1985).



## bibliografia

- Gray, Anthony Whitford, Jr., "The Evolution of United States Naval Policy in Latin America," Ph.D. dissertation, The American University, 1982.
- Gray, Lewis Cecil, *History of Agriculture in the Southern United States to 1860*, 2 vols. (Washington, D.C.: Carnegie Institution, 1933).
- Gray, William Henry, "The Diplomatic Relations between the United States and Venezuela, 1830-64," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1937.
- Grayson, George W., *The Politics of Mexican Oil* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1980).
- Great Britain, Foreign Office, *British and Foreign State Papers, 1895-1896*, vol. 88 (London: Her Majesty's Stationery Office, 1900).
- Green, David, *The Containment of Latin America: A History of the Myths and Realities of the Good Neighbor Policy* (Chicago: Quadrangle Books, 1971).
- Green, Stanley C., *The Mexican Republic: The First Decade, 1823-1832* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1987).
- Greene, Fred, "The Military View of American National Policy, 1904-1940," *American Historical Review* 64 (January 1961), p. 354-377.
- Greene, Laurence, *The Filibuster: The Career of William Walker* (Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1937).
- Greenfield, Gerald, "Mexico in U.S. Primary and Secondary Schools," in *Images of Mexico in the United States*, John H. Coatsworth and Carlos Rico, eds. (San Diego, CA: Center for U.S.-Mexican Studies, 1989), p.119-133.
- Greenstein, Fred I., *Personality and Politics: Problems of Evidence, Inference, and Conceptualization* (Princeton: Princeton University Press, 1987).
- Greer, Virginia L., "State Department Policy in Regard to the Nicaraguan Election of 1924," *Hispanic American Historical Review* 34 (November 1954), p. 445-467.
- Gregg, Robert Danforth, "The Influence of Border Troubles on Relations between the United States and Mexico, 1876-1910," Ph.D. dissertation, Johns Hopkins University, 1932.
- Gregory, Kathleen L., "Native-View Paradigms: Multiple Cultures and Culture Conflicts in Organizations," *Administrative Science Quarterly* 28 (September 1983), p. 359-376.
- Grenville, J. A. S., *Lord Salisbury and Foreign Policy at the Close of the Nineteenth Century* (London: Athlone Press, 1964).
- Grew, Joseph C., *Turbulent Era: A Diplomatic Record of Forty Years, 1904-1940*, 2 vols. (London: Hammond, Hammond and Company, 1953).
- Grieb, Kenneth J., "American Involvement in the Rise of Jorge Ubico," *Caribbean Studies* 10 (April 1970), p. 5-21.
- *The Latin American Policy of Warren G. Harding* (Fort Worth: Texas Christian University Press, 1976).
- *The United States and Huerta* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1969).
- Griffin, Charles C., "On the Present Discontents in Latin America," *Vassar Alumnae Magazine* 48 (n.m. 1963), p. 12-16.
- *The United States and the Disruption of the Spanish Empire, 1810-1822: A Study of the Relations of the United States with Spain and with the Rebel Spanish Colonies* (NY: Columbia University Press, 1937).
- "Welles to Roosevelt: A Memorandum on Inter-American Relations, 1933," *Hispanic American Historical Review* 34 (May 1954), p. 190-192.
- Griffis, Stanton, *Lying in State* (Garden City, NY: Doubleday, 1952).
- Griffith, William J., *Empires in the Wilderness: Foreign Colonization and Development in Guatemala, 1834-1844* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1965).
- Gronet, Richard W., "Early Latin American-United States Contacts: An Analysis of Jeremy Robinson's Communications to the Monroe Administration, 1817-1823," Ph.D. dissertation, Catholic University of America, 1970.
- Grose, Peter, *Gentleman Spy: The Life of Allen Dulles* (Boston: Houghton Mifflin, 1994).

- Gudmundson, Lowell, *Costa Rica before Coffee: Society and Economy on the Eve of the Export Boom* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1986).
- Guggenheim, Harry F., "Amending the Platt Amendment," *Foreign Affairs* 12 (April 1934), p. 445-457.
- *The United States and Cuba: A Study of International Relations* (NY: Macmillan, 1934).
- Gutteridge, William F., "The Impact of Foreign Aid upon the Political Role of the Armed Forces in Developing Countries," in *The Politics of International Organization*, Robert W. Cox, ed. (NY: Praeger, 1970), p. 217-226.
- Hackett, Charles Wilson, "The Development of John Quincy Adams's Policy with Respect to an American Confederation and the Panama Congress, 1822-1825," *Hispanic American Historical Review* 8 (November 1928), p. 496-526.
- "The Recognition of the Díaz Government by the United States," *Southwestern Historical Quarterly* 28 (July 1924), p. 34-55.
- Hadar, Arnon, *The United States and El Salvador: Political and Military Involvement* (Berkeley: U.S.-El Salvador Research and Information Center, 1981).
- Hagedorn, Hermann, *Leonard Wood: A Biography*, 2 vols. (NY: Harper and Brothers, 1931).
- Haglund, David G., "'Grey Areas' and Raw Materials: Latin American Resources and International Politics in the Pre-World War II Years," *Inter-American Economic Affairs* 36 (Winter 1982), p. 23-51.
- *Latin America and the Transformation of U.S. Strategic Thought, 1936-1940* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1984).
- Haines, Gerald K., "Under the Eagle's Wing: The Franklin Roosevelt Administration Forges an American Hemisphere," *Diplomatic History* 1 (Winter 1977), p. 373-388.
- Hale, Charles A., *Mexican Liberalism in the Age of Mora, 1821-1853* (New Haven: Yale University Press, 1968).
- *The Transformation of Liberalism in Late Nineteenth-Century Mexico* (Princeton: Princeton University Press, 1989).
- Haley, P. Edward, *Revolution and Intervention: The Diplomacy of Taft and Wilson with Mexico, 1910-1917* (Cambridge: MIT Press, 1970).
- Hall, Linda B., *Oil, Banks, and Politics: The United States and Postrevolutionary Mexico, 1917-1924* (Austin: University of Texas Press, 1995).
- Halle, Louis J., *American Foreign Policy: Theory and Reality* (London: George Allen and Unwin, 1960).
- ["Y"], "On A Certain Impatience with Latin America," *Foreign Affairs* 28 (July 1950), p. 565-579.
- Hallowell, A. Irving, "Sociopsychological Aspects of Acculturation," in *The Science of Man in the World Crisis*, Ralph Linton, ed. (NY: Columbia University Press, 1945), p. 171-200.
- Halperin, Morton H., *Bureaucratic Politics and Foreign Policy* (Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1974).
- "Limited War: The Nature of the Limiting Process," in *American Defense Policy*, 4th ed., John E. Endicott and Roy W. Stafford, Jr., eds. (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977), p. 156-160.
- Halperin-Donghi, Tulio, *The Aftermath of Revolution in Latin America*, Josephine de Bunsen, trans. (NY: Harper and Row, 1973).
- *Politics, Economics and Society in Argentina in the Revolutionary Period* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975).
- Hammond, Paul Y., "Foreign Policy Making and Administrative Politics," *World Politics* 17 (July 1965), p. 656-671.
- Hanley, Paul Tompkins, "The Inter-American Defense Board," Ph.D. dissertation, Stanford University, 1964.
- Hanna, Alfred Jackson, and Kathryn Abbey Hanna, *Napoleon III and Mexico: American Triumph over Monarchy* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1971).

## bibliografía

- Hanson, Gail, "Ordered Liberty: Sumner Welles and the Crowder-Welles Connection in the Caribbean," *Diplomatic History* 18 (Summer 1994), p. 311-332.
- Hanson, Simon G., *Dollar Diplomacy Modern Style* (Washington, D.C.: Inter-American Affairs Press, 1970).
- *Five Years of the Alliance for Progress* (Washington, D.C.: Inter-American Affairs Press, 1967).
- Hardy, Osgood, "The Itata Incident," *Hispanic American Historical Review* 5 (May 1922), p. 181-226.
- "Was Patrick Egan a 'Blundering Minister?'" *Hispanic American Historical Review* 8 (February 1928), p. 65-81.
- Hargreaves, Mary W. M., *The Presidency of John Quincy Adams* (Lawrence: University Press of Kansas, 1985).
- Haring, Clarence H., *South America Looks at the United States* (NY: Macmillan, 1928).
- *The Spanish Empire in America* (NY: Harcourt, Brace and World, 1947).
- Harr, John E., *The Anatomy of the Foreign Service--A Statistical Profile* (NY: Carnegie Endowment for International Peace, 1965).
- *The Development of Careers in the Foreign Service* (NY: Carnegie Endowment for International Peace, 1965).
- *The Professional Diplomat* (Princeton: Princeton University Press, 1969).
- Harrison, Benjamin, *Views of an Ex-President*, Mary Lord Harrison, compiler (Indianapolis: Bowen-Merrill, 1901).
- Harrison, Benjamin T., *Dollar Diplomat: Chandler Anderson and American Diplomacy in Mexico and Nicaragua, 1913-1928* (Pullman: Washington State University Press, 1988).
- Harrison, Donald F., "U.S.-Mexican Military Collaboration during World War II," Ph.D. dissertation, Georgetown University, 1976.
- Harrison, Lawrence E., *The Pan-American Dream: Do Latin America's Cultural Values Discourage True Partnership with the United States and Canada?* (NY: Basic Books, 1997).
- *Underdevelopment Is a State of Mind: The Latin American Case* (Lanham, MD: University Press of America, 1985).
- "Waking from the Pan-American Dream," *Foreign Policy* Number 5 (Winter 1971-1972), p. 163-181.
- Hart, Albert Bushnell, and Herbert Ronald Ferleger, eds., *Theodore Roosevelt Cyclopedic*, 2d ed. (Oyster Bay, NY: Theodore Roosevelt Association, 1989).
- Hartz, Louis, *The Liberal Tradition in America: An Interpretation of American Political Thought since the Revolution* (NY: Harcourt, Brace and World, 1955).
- Harwich Vallenilla, Nikita, *Asfalto y revolución: la New York & Bermúdez Company* (Caracas: Monte Avila, 1991).
- coordinador, *Inversiones extranjeras en Venezuela, siglo XIX*, 2 vols. (Caracas: Academia Nacional de Ciencias Económicas, 1992).
- Hatcher, Mattie Austin, *The Opening of Texas to Foreign Settlement 1801-1821* University of Texas Bulletin Number 2714 (Austin: University of Texas, 1927).
- Hauptman, Laurence Marc, "To the Good Neighbor: A Study of the Senate's Role in American Foreign Policy," Ph.D. dissertation, New York University, 1971.
- Haviland, H. Field, Jr., "Foreign Aid and the Policy Process: 1957," *American Political Science Review* 52 (September 1958), p. 689-724.
- Hayes, Margaret Daly, *Latin America and the U.S. National Interest: A Basis for U.S. Foreign Policy* (Boulder, CO: Westview Press, 1984).
- "United States Security Interests in Central America in Global Perspective," in *Central America: International Dimensions of the Crisis*, Richard E. Feinberg, ed. (NY: Holmes and Meier, 1982), p. 85-102.
- Hayes, Rutherford, *Diary and Letters of Rutherford Birchard Hayes*, Charles Richard Williams, ed., 5 vols. (Columbus: Ohio State Archaeological and Historical Society, 1922-1926).

- Hayter, Teresa, *Aid as Imperialism* (Middlesex, England: Penguin, 1971).
- Healy, David F., *Drive to Hegemony: The United States in the Caribbean, 1898-1917* (Madison: University of Wisconsin Press, 1988).
- *Gunboat Diplomacy in the Wilson Era: The U.S. Navy in Haiti, 1915-1916* (Madison: University of Wisconsin Press, 1976).
- *The United States in Cuba 1898-1902: Generals, Politicians, and the Search for Policy* (Madison: University of Wisconsin Press, 1963).
- *US Expansionism: The Imperialist Urge in the 1890s* (Madison: University of Wisconsin Press, 1970).
- Held, Virginia, Sidney Morgenbesser, and Thomas Nagle, *Philosophy, Morality, and International Affairs* (NY: Oxford University Press, 1974).
- Hendrickson, Embert J., "Roosevelt's Second Venezuelan Controversy," *Hispanic American Historical Review* 50 (August 1970), p. 482-498.
- Henkin, Louis, "The United States and the Crisis in Human Rights," *Virginia Journal of International Law* 14 (Summer 1974), p. 653-671.
- Henry, Arnold Kahle, "The Panama Canal and the Intercoastal Trade," Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania, 1929.
- Henry, Robert Selph, *The Story of the Mexican War* (Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1950).
- Herman, Edward S., and Frank Brodhead, *Demonstration Elections: U.S.-Staged Elections in the Dominican Republic, Vietnam, and El Salvador* (Boston: South End Press, 1984).
- Hernández, Ernesto, *Colombia en Corea* (Bogotá: Imprenta de las Fuerzas Armadas, 1953).
- Hernández, José M., *Cuba and the United States: Intervention and Militarism, 1868-1933* (Austin: University of Texas Press, 1993).
- Herring, Hubert, *Good Neighbors: Argentina, Brazil, Chile and Seventeen Other Countries* (New Haven: Yale University Press, 1941).
- Herrmann, Richard K., "Perceptions and Foreign Policy Analysis," in *Foreign Policy Decision Making: Perception, Cognition, and Artificial Intelligence*, Donald A. Sylvan and Steve Chan, eds. (NY: Praeger, 1984), p. 25-52.
- Heston, Thomas J., "Cuba, the United States, and the Sugar Act of 1948: The Failure of Economic Coercion," *Diplomatic History* 6 (Winter 1982), p. 1-21.
- Hewitt, Clyde Eaton, "Venezuela and the Great Powers, 1902-1909: A Study in International Investment and Diplomacy," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1948.
- Hibbs, James R., *Chapters in the Relations of Venezuela and the United States, 1865 to 1889* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1944).
- Hietela, Thomas R., *Manifest Design: Anxious Aggrandizement in Late Jacksonian America* (Ithaca: Cornell University Press, 1985).
- Hill, Howard C., *Roosevelt and the Caribbean* (Chicago: University of Chicago Press, 1927).
- Hill, Lawrence F., *Diplomatic Relations between the United States and Brazil* (Durham: Duke University Press, 1932).
- Hill, Roscoe, *Fiscal Intervention in Nicaragua* (NY: Paul Maisel, 1933).
- "The Nicaraguan Canal Idea to 1913," *Hispanic American Historical Review* 28 (May 1948), p. 197-211.
- Hilton, Stanley E., "The United States and Brazilian Independence," in *From Colony to Nation: Essays on the Independence of Brazil*, A.J.R. Russell-Wood, ed. (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975), p. 109-129.
- Hinckley, Ted C., "Wilson, Huerta, and the Twenty-One Gun Salute," *Historian* 22 (February 1960), p. 197-206.
- Hitchman, James H., *Leonard Wood and Cuban Independence, 1898-1902* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1971).

## bibliografia

- "The Platt Amendment Revisited: A Bibliographical Survey," *The Americas* 33 (April 1967), p. 343-369.
- Hodder, Frank Heywood, "The Railroad Background of the Kansas-Nebraska Act," *Mississippi Valley Historical Review* 12 (June 1925), p. 3-22.
- Hoffman, Stanley, *Dead Ends: American Foreign Policy in the New Cold War* (Cambridge: Ballinger, 1983).
- *Primacy or World Order: American Foreign Policy since the Cold War* (NY: McGraw-Hill, 1978).
- Hogan, James Michael, "The 'Great Debate' over Panama: An Analysis of Controversy over the Carter-Torrijos Treaties of 1977," Ph.D. dissertation, University of Wisconsin, 1983.
- Hollander, Jacob H., "The Dominican Convention and Its Lessons," *Journal of Race Development* 4 (April 1914), p. 398-408.
- Holsti, Ole R., "Foreign Policy Viewed Cognitively," in *The Structure of Decision: The Cognitive Maps of Political Elites*, Robert Axelrod, ed. (Princeton: Princeton University Press, 1976), p. 18-54.
- "Individual Differences in 'Definition of the Situation,'" *Journal of Conflict Resolution* 14 (September 1970), p. 303-310.
- "The Study of International Politics Makes Strange Bedfellows: Theories of the Radical Right and the Radical Left," *American Political Science Review* 68 (March 1974), p. 217-242.
- Holsti, Ole R., and James N. Rosenau, *American Leadership in World Affairs: Vietnam and the Breakdown of Consensus* (Winchester, MA: George Allen and Unwin, 1984).
- Holt, W. Stull, *Treaties Defeated by the Senate: A Study of the Struggle between President and Senate over the Conduct of Foreign Relations* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1933).
- "The United States and the Defense of the Western Hemisphere, 1815-1940," *Pacific Historical Review* 10 (March 1941), p. 29-38.
- Hoover, Herbert, *The Memoirs of Herbert Hoover*, 2 vols. (NY: Macmillan, 1951-1952).
- Hopkins, Edward A., *Historico-political memorial upon the Regions of the Rio de la Plata and Conterminous Countries*, to James Buchanan, President of the United States (NY: Putney and Russell, 1858).
- "Memoir on the Geography, History, Productions, and Trade of Paraguay," *Bulletin of the American Geographical Society* 1 (August 1852), reprinted in Hopkins, et al., *Paraguay 1852 and 1968* (NY: American Geographical Society, 1968), p. 1-30.
- Horowitz, Irving Louis, ed., *The Rise and Fall of Project Camelot: Studies in the Relationship between Social Science and Practical Politics* (Cambridge: MIT Press, 1967).
- Horsman, Reginald, *Race and Manifest Destiny: The Origins of American Anglo-Saxonism* (Cambridge: Harvard University Press, 1981).
- Hoskins, Halford L., "The Hispanic American Policy of Henry Clay, 1816-1828," *Hispanic American Historical Review* 7 (November 1928), p. 460-478.
- Hovey, Harold A., *United States Military Assistance: A Study of Policies and Practices* (NY: Praeger, 1965).
- Howard, John A., Jr., "The Public Inter-American Conferences, 1889-1939," Ph.D. dissertation, University of Southern California, 1939.
- Howe, Daniel Walker, *The Political Culture of the American Whigs* (Chicago: University of Chicago Press, 1979).
- Howe, Samuel G., *Letters on the Proposed Annexation of Santo Domingo in Answer to Certain Charges in the Newspapers* (Boston: Wright & Potter, 1871).
- Howland, Charles P., *American Relations in the Caribbean* (New Haven: Yale University Press, 1929).
- Hrumeni, George Anthony, "Palmetto Yankee: The Public Life and Times of Joel Roberts Poinsett: 1824-1851," Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley, 1972.
- Huck, Eugene R., "Early United States Recognition of Colombian Independence and Subsequent Relations to 1830," in *United States-Latin American Relations, 1800-1850: The Formative Generations*, Ray T. Shurbutt, ed. (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1991), p. 197-227.

- Hughes, Barry B., *The Domestic Context of American Foreign Policy* (San Francisco: W.H. Freeman, 1978).
- Hughes, Charles Evans, "Observations on the Monroe Doctrine," *American Journal of International Law* 17 (n.m., 1923), p. 611-628.
- *Our Relation to the Nations of the Western Hemisphere* (Princeton: Princeton University Press, 1928).
- *The Pathway of Peace* (NY: Harper and Brothers, 1925).
- Hughes, David R., "The Myth of Military Coups and Military Assistance," *Military Review* 47 (December 1967), p. 3-10.
- Hull, Cordell, *The Memoirs of Cordell Hull*, 2 vols. (NY: Macmillan, 1948).
- Humphreys, R. A., *Latin America and the Second World War, 1939-1942* (London: Athlone, 1981).
- Huntley, Francis C., "Trade of the Thirteen Colonies with the Foreign Caribbean Area," Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley, 1949.
- Huxley, Aldous, *The Doors of Perception* (NY: Harper and Row, 1963).
- Hyneman, Charles S., *The First American Neutrality: A Study of the American Understanding of Neutral Obligations during the Years 1792 to 1815*, *Illinois Studies in the Social Sciences*, volume 20 (Urbana: University of Illinois Press, 1934).
- Ilichman, Warren Frederick, *Professional Diplomacy in the United States, 1779-1939: A Study in Administrative History* (Chicago: University of Chicago Press, 1961).
- Immerman, Richard M., *The CIA in Guatemala: The Foreign Policy of Intervention* (Austin: University of Texas Press, 1982).
- ed., *John Foster Dulles and the Diplomacy of the Cold War* (Princeton: Princeton University Press, 1990).
- Inglehart, Ronald, "The Renaissance of Political Culture," *American Political Science Review* 82 (December 1988), p. 1203-1230.
- Inman, Samuel Guy, *Inter-American Conferences 1826-1954: History and Problems* (Washington, D.C.: The University Press of Washington, D.C., 1965).
- *Through Santo Domingo and Haiti: A Cruise with the Marines* (NY: Committee on Cooperation in Latin America, 1919).
- Ireland, Gordon, *Boundaries, Possessions, and Conflicts in Central and North America and the Caribbean* (Cambridge: Harvard University Press, 1941).
- *Boundaries, Possessions, and Conflicts in South America* (Cambridge: Harvard University Press, 1938).
- Jackson, Andrew, *Correspondence of Andrew Jackson*, John Spencer Bassett, ed., 7 vols. (Washington, D.C.: Carnegie Institution, 1926-1935).
- Jackson, Donald, *Thomas Jefferson and the Stony Mountains: Exploring the West from Monticello* (Urbana: University of Illinois Press, 1981).
- James, Henry, *Richard Olney and His Public Service* (Boston: Houghton Mifflin, 1923).
- Jameson, J. Franklin, *Annual Report of the American Historical Association for the Year 1899, Volume II: Calhoun Correspondence* (Washington, D.C.: GPO, 1900).
- Janis, Irving, *Victims of Groupthink: A Psychological Study of Foreign-Policy Decisions and Fiascoes*, 2d ed. (Boston: Houghton Mifflin, 1982).
- Jefferson, Thomas, *Notes on the State of Virginia* (Philadelphia: R.T. Rawle, 1801 ed. of 1787 original).
- *The Writings of Thomas Jefferson*, Albert Ellery Bergh, ed., 20 vols. (Washington, D.C.: The Thomas Jefferson Memorial Association, 1903-1907).
- *The Writings of Thomas Jefferson*, Paul Leicester Ford, ed., 10 vols. (NY: G.P. Putnam's Sons, 1892-1899).
- Jenkins, John S., *James Knox Polk and a History of His Administration* (Auburn and Buffalo, NY: John E. Beardsley, 1850).
- Jenks, Leland H., *Our Cuban Colony: A Study in Sugar* (NY: Vanguard Press, 1928).

## bibliografia

- Jervis, Robert, "Hypotheses on Misperception," *World Politics* 20 (April 1968), p. 454-479.
- Perception and Misperception in International Politics (Princeton: Princeton University Press, 1976).
- Jessup, Phillip, *Elihu Root*, 2 vols. (NY: Dodd, Mead and Company, 1938).
- Johnson, John J., *A Hemisphere Apart: The Foundations of United States Policy toward Latin America* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990).
- *Latin America in Caricature* (Austin: University of Texas Press, 1980).
- Johnson, Phil Brian, and Robert Kim Stevens, "Impossible Job, Impossible Man! Thomas Sumter, Junior, and Diplomatic Relations between the United States and the Portuguese Court in Brazil, 1809-1821," in *United States-Latin American Relations, 1800-1850: The Formative Generations*, Ray T. Shurbutt, ed. (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1991), p. 86-101.
- Johnson, Richard A., *The Administration of United States Foreign Policy* (Austin: University of Texas Press, 1971).
- Johnson, Robert David, *The Peace Progressives and American Foreign Relations* (Cambridge: Harvard University Press, 1995).
- Johnson, Robert H., "Exaggerating America's Stakes in Third World Conflicts," *International Security* 10 (Winter 1985-86), p. 32-68.
- Johnson, Victor L., "Edward A. Hopkins and the Development of Argentine Transportation and Communication," *Hispanic American Historical Review* 26 (February 1946), p. 19-37.
- Jones, Arthur G., *The Evolution of Personnel Systems for U.S. Foreign Affairs: A History of Reform Efforts* (NY: Carnegie Endowment for International Peace, 1965).
- Jones, C.K., "Speech to the American Library Association, Washington, D.C., 1929," *Hispanic American Historical Review* 9 (November 1929), p. 545-550.
- Jones, Mary Thourson, "The Council of the Americas and the Formation of American Foreign Policy," in *Report of the Commission on the Organization of the Government for the Conduct of Foreign Policy*, June 1975, volume 3, appendix I, p. 248-249.
- Jordan, Amos A., and William J. Taylor, Jr., *American National Security: Policy and Process* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981).
- Jordan, David C., "U.S. Options--and Illusions--in Central America," *Strategic Review* 12 (Spring 1984), p. 53-62.
- Jorden, William J., *Panama Odyssey* (Austin: University of Texas Press, 1984).
- Josephson, Matthews, *Empire of the Air: Juan Trippe and the Struggle for World Airways* (NY: Harcourt, Brace, 1944).
- *The Politics, 1865-1896* (NY: Harcourt, Brace, 1938).
- Joyce, James Avery, *The New Politics of Human Rights* (London: MacMillan, 1978).
- Juárez, Joseph Robert, "United States Withdrawal from Santo Domingo," *Hispanic American Historical Review* 42 (Spring 1962), p. 152-190.
- Kagan, Robert, *A Twilight Struggle: American Power and Nicaragua, 1977-1990* (NY: Free Press, 1966).
- Kahle, Louis G., "Deviations from the de facto Principle in the Latin-American Recognition Policy of the United States," Ph.D. dissertation, University of Texas, 1951.
- Kaiser, Chester C., "John Watson Foster: united States Minister to Mexico, 1873-1880," Ph.D. dissertation, American University, 1954.
- Kamman, William, *A Search for Stability: United States Diplomacy toward Nicaragua, 1925-1933* (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1968).
- Kane, N. Stephen, "Corporate Power and Foreign Policy: Efforts of American Oil Companies to Influence United States Relations with Mexico, 1921-1928," *Diplomatic History* 1 (Spring 1977), p. 170-198.
- Kane, William Everett, *Civil Strife in Latin America: A Legal History of U.S. Involvement* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1972).

- Kaplan, Edward Stephen, "The Latin American Policy of William Jennings Bryan, 1913-1915," Ph.D. dissertation, New York University, 1970.
- Kaplan, Morton A., "American Policy toward the Caribbean Region: One Aspect of American Global Policy," in *Issues in Caribbean International Relations*, Basil A. Ince et al., eds. (Lanham, MD: University Press of America, 1983), p. 51-60.
- Katz, Mark N., *The Third World in Soviet Military Thought* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982).
- Kaufman, Burton I., "United States Trade and Latin America: The Wilson Years," *Journal of American History* 58 (September 1971), p. 342-363.
- Keagle, James Martin, "Toward an Understanding of U.S. Latin American Policy," Ph.D. dissertation, Princeton University, 1982.
- Keesing, Roger M., "Theories of Culture," *Annual Review of Anthropology* 3 (1974), p. 73-97.
- Kegley, Charles W., Jr., and Eugene R. Wittkopf, "Beyond Consensus: The Domestic Context of American Foreign Policy," *International Journal* 38 (Winter 1982-1983), p. 77-106.
- "The Reagan Administration's World View," *Orbis* 26 (Spring 1982), p. 223-244.
- Kelchner, Warren H., "Latin American relations with the League of nations," Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania, 1930.
- Kelley, Robert, "Ideology and Political Culture from Jefferson to Nixon," *American Historical Review* 82 (June 1977), p. 531-569.
- Kelly, Philip L., "The characteristics of United States Ambassadors to Latin America," *Inter-American Economic Affairs* 30 (Autumn 1976), p. 49-79.
- Kemble, John Haskell, *The Panama Route, 1848-1869* (Berkeley: University of California Press, 1943).
- Kennan, George F., "Foreign Policy and the Professional Diplomat," *Wilson Quarterly* 1 (Winter 1977), p. 148-157.
- "Foreward," to *Lewis Einstein, A Diplomat Looks Back* (New Haven: Yale University Press, 1968), p. vii-xiii.
- *Memoirs, 1925-1950* (Boston: Little, Brown, 1967).
- ["X"], "The Sources of Soviet Conduct," *Foreign Affairs* 25 (July 1947), p. 566-582.
- Kennedy, Robert, and Gabriel Marcella, "U.S. Security on the Southern Flank: Interests, Challenges, Responses," in *Western Interests and U.S. Policy Options in the Caribbean Basin*, Report of the Atlantic Council's Working Group on the Caribbean Basin (Boston: Oelgeschlager, Gunn and Hain, 1984), p. 187-241.
- Kenworthy, Eldon, *Americas/Américas: Myth in the Making of U.S. Policy toward Latin America* (University Park: Pennsylvania State University Press, 1995).
- Kiernan, V. G., "Foreign Interests in the War of the Pacific," *Hispanic American Historical Review* 35 (February 1955), p. 14-36.
- Kinsbruner, Jay, *Chile: A Historical Interpretation* (NY: Harper and Row, 1973).
- *Independence in Spanish America: Civil Wars, Revolutions, and Underdevelopment* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1994).
- Kirkland, Edward C., *Industry Comes of Age: Business, Labor, and Public Policy, 1860-1897* (NY: Holt, Rinehart and Winston, 1961).
- Kirkpatrick, Jeane, "Dictators and Double Standards," *Commentary* 68 (November 1979), p. 34-45.
- "U.S. Security and Latin America," *Commentary* 71 (January 1981), p. 29-40.
- "U.S. Security and Latin America," in *Rift and Revolution: The Central American Imbroglia*, Howard Wiarda, ed. (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1984), p. 329-359.
- Kissinger, Henry A., "Domestic Structure and Foreign Policy," *Daedalus* 95 (Spring 1966), p. 503-529.
- *White House Years* (Boston: Little, Brown, 1979).
- Kist, Glenn J., "The Role of Thomas C. Dawson in United States-Latin American Diplomatic Relations: 1897-1912," Ph.D. dissertation, Loyola University of Chicago, 1971.
- Klare, Michael T., *Supplying Repression* (NY: The Field Foundation, 1977).



## bibliografia

- Klein, Herbert S., *African Slavery in Latin America and the Caribbean* (NY: Oxford University Press, 1986).
- Kling, Merle, "Violence and Politics in Latin America," in *Sociological Review Monographs*, Number 11, Paul Halmos, ed. (Keele: University of Keele, 1967), p.119-132.
- Kluckhohn, Clyde, and A. L. Kroeber, *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions* (Cambridge, MA: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, 1952).
- Kluckhohn, Clyde, and A. Henry Murray, *Personality in Nature, Society, and Culture* (NY: Alfred A. Knopf, 1949).
- Knight, Franklin, *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century* (Madison: University of Wisconsin Press, 1970).
- Knight, H. Gary, "The Law of the Sea and Naval Missions," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 103 (June 1977), p. 32-39.
- Knight, Peter T., and John N. Plank, "United States Policy toward Latin America," in *The Next Phase in Foreign Policy*, Henry Owen, ed. (Washington, D.C.: Brookings Institution, 1973), p. 88-112.
- Knox, Philander C., Address of the Hon. Philander Chase Knox, at the Dedication of the Monument Erected to the Memory of Major-General Edward Braddock, in Braddock Memorial Park, Fayette County, Pennsylvania, October 14th, 1913, n.p.
- The Panama Canal and the Commerce of the Caribbean, Address of the Honorable Philander C. Knox, Secretary of States, at the annual banquet of the California Development Board, in San Francisco, California, May 7, 1912, n.p.
- Kohl, Clayton Charles, *Claims as a Cause of the Mexican War* (NY: New York University Press, 1914).
- Komorowski, Raymond A., "Latin America—An Assessment of U.S. Strategic Interests," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 99 (May 1973), p. 148-171.
- Kornbluh, Peter, and Malcolm Byrne, *The Iran-Contra Scandal: The Declassified History* (NY: New Press, 1993).
- Krasner, Stephen D., "Are Bureaucracies Important? (Or Allison Wonderland)," *Foreign Policy* Number 7 (Summer 1972), p. 159-179.
- "Business-Government Relations: The Case of the International Coffee Agreement," *International Organization* 27 (Autumn 1973), p. 495-516.
- *Defending the National Interest: Raw Materials Investments and U.S. Foreign Policy* (Princeton: Princeton University Press, 1978).
- Krinsky, Michael, and David Golove, eds., *United States Economic Measures Against Cuba* (Northampton, MA: Aletheia Press, 1993).
- LaFeber, Walter, "The Background of Cleveland's Venezuelan Policy: A Reinterpretation," *American Historical Review* 66 (July 1961), p. 947-967.
- *Inevitable Revolutions: The United States in Central America* (NY: W.W. Norton, 1983).
- "Inevitable Revolutions," *Atlantic Monthly* 249 (June 1982), p. 74-83
- *The New Empire: An Interpretation of American Expansion, 1860-1898* (Ithaca: Cornell University Press, 1963).
- "The Reagan Administration and Revolutions in Central America," *Political Science Quarterly* 99 (Spring 1984), p. 1-25.
- "United States Depression Diplomacy and the Brazilian Revolution, 1893-1894," *Hispanic American Historical Review* 40 (February 1960), p. 107-118.
- Lake, Anthony, *Somoza Falling* (Boston: Houghton Mifflin, 1989).
- Lamb, Chris, "Belief Systems and the Decision Making in the Mayaguez Crisis," *Political Science Quarterly* 99 (Winter 1984-1985), p. 681-702.
- Lander, Ernest McPherson, Jr., *Reluctant Imperialists: Calhoun, the South Carolinians, and the Mexican War* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1980).
- Langguth, A. J., *Hidden Terrors: The Truth about U.S. Police Operations in Latin America* (NY: Pantheon, 1978).

- Langley, Lester D., *America and the Americas: The United States in the Western Hemisphere* (Athens: University of Georgia Press, 1989).
- "Negotiating New Treaties with Panama, 1936," *Hispanic American Historical Review* 48 (May 1968), p. 220-233.
- *Struggle for the American Mediterranean: United States-European Rivalry in the Gulf-Caribbean, 1776-1904* (Athens: University of Georgia Press, 1976).
- *The United States and the Caribbean in the Twentieth Century* (Athens: University of Georgia Press, 1982).
- Lansing, Robert, *War Memoirs of Robert Lansing, Secretary of State* (Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1935).
- Larson, Deborah Welch, *Origins of Containment: A Psychological Explanation* (Princeton: Princeton University Press, 1985).
- Lasswell, Harold, Daniel Lerner, and John D. Montgomery, *Values in Development* (Cambridge: MIT Press, 1976).
- Lay, Tracy, "Foreign Service Reorganization," *American Political Science Review* 18 (November 1924), p. 697-711.
- Lebow, Richard Ned, "The Cuban Missile Crisis: Reading the Lessons Correctly," *Political Science Quarterly* 98 (Fall 1983), p. 431-458.
- Le Conte, Joseph, *The Race Problem in the South* (NY: D. Appleton, 1892).
- Leech, Margaret, *In the Days of McKinley* (NY: Harper and Brothers, 1959).
- Lefever, Ernest W., "The Military Assistance Training Program," *Annals of the American Association of Political and Social Science* 424 (March 1976), p. 89-95.
- LeGoff, Jacques, *The Medieval Imagination*, Arthur Goldhammer, trans. (Chicago: University of Chicago Press, 1988).
- Leiken, Robert S., "Fantasies and Facts: The Soviet Union and Nicaragua," *Current History* 83 (October 1984), p. 314-317.
- *Soviet Strategy in Latin America* (NY: Praeger, 1982).
- "The USSR and Central America: Great Expectations Dampened?" in *Central America and the Western Alliance*, Joseph Cirincione, ed. (NY: Holmes and Meier, 1985), p. 155-176.
- ed., *Central America: Anatomy of Conflict* (NY: Pergamon, 1984).
- Leith, C. K., J. E. Furness, and Cleona Lewis, *World Minerals and World Peace* (Washington, D.C.: Brookings Institution, 1943).
- LeoGrande, William M., "Cuba and Nicaragua, from the Somozas to the Sandinistas," *Caribbean Review* 9 (Winter 1980), p. 11-14.
- *Our Own Backyard: The United States in Central America, 1977-1992* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998).
- "A Splendid Little War: Drawing the Line In El Salvador," *International Security* 6 (Summer 1981), p. 27-52.
- Leonard, Thomas M., *The United States and Central America, 1944-1949: Perceptions of Political Dynamics* (University: University of Alabama Press, 1984).
- Lernoux, Penny, *Cry of the People: United States Involvement in the Rise of Fascism, Torture, and Murder and the Persecution of the Catholic Church in Latin America* (NY: Doubleday, 1980).
- Leuchtenburg, William E., "Progressivism and Imperialism: The Progressive Movement and American Foreign Policy, 1898-1916," *Mississippi Valley Historical Review* 39 (December 1952), p. 483-504.
- Levine, Daniel H., "If Only They Could Be More Like Us!" *Caribbean Review* 15 (Spring 1987), p. 19, 35.
- "Whose Heart Could Be So Staunch?" *Christianity and Crisis*, July 22, 1985, p. 311-312.
- Levinson, Jerome, and Juan de Onís, *The Alliance that Lost Its Way: A Critical Report on the Alliance for Progress* (Chicago: Quadrangle Books, 1970).
- Lewis, James Eldon, Jr., "We Shall Have Good Neighbors: The American Union and the Collapse of the Spanish Empire, 1783-1829," Ph.D. dissertation, University of Virginia, 1994.

## bibliografia

- Lincoln, Abraham, *The Collected Works of Abraham Lincoln*, Roy P. Basler, ed., 8 vols. (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1953-1955).
- Lindsell, Harold, "The Chilean-American Controversy of 1891-1892," Ph.D. dissertation, New York University, 1942.
- Linehan, Patrick E., *The Foreign Service Personnel System: An Organizational Analysis* (Boulder, CO: Westview Press, 1976).
- Link, Arthur S., *Wilson: The New Freedom* (Princeton: Princeton University Press, 1956).
- *Woodrow Wilson and the Progressive Era, 1910-1917* (NY: Harper and Brothers, 1954).
- ed., *Woodrow Wilson and a Revolutionary World, 1913-1921* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982).
- Linton, Ralph, *The Cultural Background of Personality* (NY: Appleton-Century-Crofts, 1945).
- Lipson, Charles, *Standing Guard: Protecting Foreign Capital in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (Berkeley: University of California Press, 1985).
- Liss, Peggy K., *Atlantic Empires: The Network of Trade and Revolution, 1713-1826* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983).
- Liss, Sheldon B., *The Canal: Aspects of United States-Panamanian Relations* (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1967).
- *Diplomacy and Dependency: Venezuela, the United States, and the Americas* (Salisbury, NC: Documentary Publications, 1978).
- Livermore, Seward W., "Battleship Diplomacy in South America, 1905-1925," *Journal of Modern History* 16 (March 1944), p. 31-48.
- "Deserving Democrats: The Foreign Service under Woodrow Wilson," *South Atlantic Quarterly* 69 (Winter 1970), p. 144-160.
- "Theodore Roosevelt, the American Navy, and the Venezuelan Crisis of 1902-1903," *American Historical Review* 51 (April 1946), p. 452-471.
- Lockey, Joseph Byrne, "Diplomatic Futility," *Hispanic American Historical Review* 10 (August 1930), p. 265-294.
- *Essays in Pan-Americanism* (Berkeley: University of California Press, 1939)
- *Pan-Americanism: Its Beginnings* (NY: Macmillan, 1920).
- Lockmiller, David, "The Advisory Law-Commission of Cuba," *Hispanic American Historical Review* 17 (February 1937), p. 2-29.
- Enoch H. Crowder: Soldier, Lawyer and Statesman (Columbia: University of Missouri Studies, 1955).
- *Magoon in Cuba: A History of the Second Intervention, 1906-1909* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1938).
- Lodge, Henry Cabot, "Our Blundering Foreign Policy," *Forum* 19 (March 1895), p. 8-17.
- "Our Duty to Cuba," *Forum* 21 (May 1896), p. 279-287.
- ed., *Selections from the Correspondence of Theodore Roosevelt and Henry Cabot Lodge, 1884-1918*, 2 vols. (NY: Charles Scribner's Sons, 1925).
- Logan, John A., Jr., *No Transfer: An American Security Principle* (New Haven: Yale University Press, 1961).
- Logan, Rayford W., *The Diplomatic Relations of the United States with Haiti, 1776-1891* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1941).
- Long, Breckinridge, *The War Diary of Breckinridge Long: Selections from the Years 1939-1944*, Fred L. Israel, ed. (Lincoln: University of Nebraska Press, 1966).
- Lowenthal, Abraham F., *The Dominican Intervention* (Cambridge: Harvard University Press, 1972).
- "Liberal,' 'Radical,' and 'Bureaucratic' Perspectives on U.S. Latin American Policy: The Alliance for Progress in Retrospect," in *Latin America and the United States: The Changing Political Realities*, Julio Cotler and Richard R. Fagen, eds. (Stanford: Stanford University Press, 1974), p. 212-235.

- *Partners in Conflict: The United States and Latin America* (Boston: Johns Hopkins University Press, 1987).
- "The United States and Latin America: Ending the Hegemonic Presumption," *Foreign Affairs* 55 (October 1976), p. 199-213.
- ed., *Exporting Democracy: The United States and Latin America* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991).
- Lowenthal, Abraham F., and Samuel F. Wells, Jr., eds. *The Central American Crisis: Policy Perspectives*, Working Paper 119, Latin American Program, The Wilson Center, Washington, D.C., 1982.
- Lowi, Theodore J., "Making Democracy Safe for the World: National Politics and Foreign Policy," in *Domestic Sources of Foreign Policy*, James N. Rosenau, ed. (NY: Free Press, 1967), p. 295-331.
- Lowry, Philip H., "The Mexican Policy of Woodrow Wilson," Ph.D. dissertation, Yale University, 1949.
- Lynch, John, *The Spanish-American Revolutions, 1808-1826* (NY: W.W. Norton, 1973).
- Macaulay, Neill, *The Sandino Affair* (Chicago: Quadrangle Books, 1967).
- MacClintock, Samuel, "A Unified Foreign Service," *American Political Science Review* 16 (November 1922), p. 600-611.
- MacCorkle, Stuart Alexander, "American Policy of Recognition towards Mexico," Ph.D. dissertation, Johns Hopkins University, 1932.
- Mack, Andrew, "Why Big Nations Lose Small Wars: The Politics of Asymmetric Conflict," *World Politics* 27 (January 1973), p. 175-200.
- Mack, Gerstle, *The Land Divided: A History of the Panama Canal and Other Isthmian Canal Projects* (NY: Alfred A. Knopf, 1944).
- MacLeish, Archibald, *The Eleanor Roosevelt Story* (Boston: Houghton Mifflin, 1965).
- Maddox, James G., *Technical Assistance by Religious Agencies in Latin America* (Chicago: University of Chicago Press, 1956).
- Madison, James, *The Writings of James Madison*, 9 vols., Gaillard Hunt, ed. (NY: G.P. Putnam's Sons, 1900-1910).
- Mahan, Alfred Thayer, *The Interest of America in Sea Power, Present and Future* (Boston: Little, Brown, 1897).
- "The Isthmus and Sea Power," *Atlantic Monthly* 72 (October 1893), p. 459-472.
- Major, John, *The United States and the Panama Canal 1903-1979* (Cambridge, England: Cambridge University Press, 1993).
- "Wasting Asset: The U.S. Reassessment of the Panama Canal, 1945-1949," *Journal of Strategic Studies* 3 (May 1980), p. 123-145.
- "Who Wrote the Hay-Bunau-Varilla Convention?" *Diplomatic History* 8 (Spring 1984), p. 115-123.
- Manchester, Alan K., *British Preeminence in Brazil, Its Rise and Decline: A Study of European Expansion* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1933).
- Manger, William, ed., *The Alliance for Progress: A Critical Appraisal* (Washington, D.C.: Public Affairs Press, 1963).
- Manning, William R., *Early Diplomatic Relations between the United States and Mexico* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1916).
- , ed., *Diplomatic Correspondence of the United States Concerning the Independence of the Latin-American Nations*, 3 vols. (NY: Oxford University Press, 1925).
- , ed., *Diplomatic Correspondence of the United States, Inter-American Affairs 1831-1860*, 12 vols. (Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1932-1939).
- Marchetti, Victor, and John D. Marks, *The CIA and the Cult of Intelligence* (NY: Alfred A. Knopf, 1974).
- Marichal, Carlos, *A Century of Debt Crises in Latin America: From Independence to the Great Depression, 1820-1930* (Princeton: Princeton University Press, 1989).
- Maris, Gary L., "International Law and Guantanamo," *Journal of Politics* 29 (May 1967), p. 261-286.

## bibliografía

- Marsh, Margaret A., *The Bankers in Bolivia: A Study in American Foreign Investment* (NY: Vanguard, 1928).
- Martin, Edwin McCammon, *Kennedy and Latin America* (Lanham, MD: University Press of America, 1994).
- Martin, John Bartlow, *U.S. Policy in the Caribbean* (Boulder, CO: Westview Press, 1978).
- *Overtaken by Events: The Dominican Crisis from the Fall of Trujillo to the Civil War* (Garden City, NY: Doubleday, 1966).
- Martin, John L., "U.S.-Latin American Senior-Level Exchanges, 1953-88," in *Statistical Abstract of Latin America*, James W. Wilkie, Enrique C. Ochoa, and David E. Lorey, eds. (Los Angeles: UCLA Latin American Center, 1990), vol. 28, p. 1161-1182.
- Martin, William M., Jr., "Human Rights and Foreign Policy: The Relationship of Theory and Action," *Parameters* 8 (September 1978), p. 30-40.
- Martínez-Fernández, Luis, "Caudillos, Annexationism, and the Rivalry between Empires in the Dominican Republic, 1844-1874," *Diplomatic History* 17 (Fall 1993), p. 571-597.
- Mason, Edward S., *Foreign Aid and Foreign Policy* (NY: Harper and Row, 1964).
- Massing, Hede, *This Deception* (NY: Duell, Sloan and Pearce, 1951).
- Massingill, Eugene Frank, "The Diplomatic Career of Henry Lane Wilson in Latin America," Ph.D. dissertation, Louisiana State University, 1956.
- Mathews, Sidney T., "The Nicaragua Canal Controversy: The Struggle for an American-Constructed-and-Controlled Transitway," Ph.D. dissertation, Johns Hopkins University, 1949.
- Matthews, Herbert L., ed., *The United States and Latin America*, 2d ed., (NY: Prentice Hall, 1963).
- Mattox, Henry E., *The Twilight of Amateur Diplomacy* (Kent, OH: Kent State University Press, 1989).
- May, Ernest R., *American Imperialism: A Speculative Essay* (NY: Atheneum, 1968).
- *Imperial Democracy: The Emergence of America as a Great Power* (NY: Harcourt, Brace and World, 1961).
- *The Making of the Monroe Doctrine* (Cambridge: Harvard University Press, 1975).
- May, John E., John A. Quitman: *Old South Crusader* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1985).
- May, Robert E., "Lobbyists for Commercial Empire: Jane Cazneau, William Cazneau, and U.S. Caribbean Policy, 1846-1878," *Pacific Historical Review* 48 (August 1979), p. 383-412.
- *The Southern Dream of a Caribbean Empire, 1854-1861* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1973).
- May, Stacy, and Galo Plaza, *The United Fruit Company in Latin America* (Washington, D.C.: National Planning Association, 1958).
- Mayer, Robert, "The Origins of the American Banking Empire in Latin America," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 15 (February 1973), p. 60-73.
- McCain, William D., *The United States and the Republic of Panama* (Durham: Duke University Press, 1937).
- McCamy, James L., and Alessandro Corradini, "The People of the State Department and Foreign Service," *American Political Science Review* 47 (December 1954), p. 1067-1082.
- McCWire, Michael K., "Foreign-Port Visits by Soviet Naval Units," in *Soviet Naval Policy: Objectives and Constraints*, Michael McCWire, Ken Booth, and John McDonnell, eds. (NY: Praeger, 1975), p. 387-418.
- "Soviet Maritime Strategy, Capabilities, and Intentions in the Caribbean," in *Soviet Seapower in the Caribbean: Political and Strategic Implications*, James D. Theberge, ed. (NY: Praeger, 1972), p. 39-58.
- McClellan, Edwin N., "American Marines in Nicaragua," *Marine Corps Gazette* 6 (March and June 1921), p. 48-65, 164-187.
- McCreery, David, "Debt Servitude in Rural Guatemala, 1876-1936," *Hispanic American Historical Review* 63 (November 1983), p. 735-759.

- McCrocklin, James D., *Garde d'Haiti, 1915-35: Twenty Years of Organization and Training by the USMC* (Annapolis: U.S. Naval Institute Press, 1956).
- McCullough, David G., *The Path between the Seas: The Creation of the Panama Canal, 1870-1914* (NY: Simon and Schuster, 1977).
- McDevitt, John R., "American-Nicaraguan Relations, 1909-1919," Ph.D. dissertation, Georgetown University, 1954.
- McElroy, Robert, *Grover Cleveland, The Man and the Statesman: An Authorized Biography*, 2 vols. (NY: Harper and Brothers, 1923).
- McGann, Thomas F., *Argentina, the United States, and the Inter-American System, 1880-1914* (Cambridge: Harvard University Press, 1957).
- McIntire, Alexander Haywood, Jr., "Revolution and Intervention in Grenada: Strategic and Geopolitical Implications," Ph.D. dissertation, University of Miami, 1984.
- McLean, Epharaim R., Jr., "The Caribbean--An American Lake," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 67 (July 1941), p. 947-960.
- McMann, Thomas P., *An American Company. The Tragedy of United Fruit* (NY: Crown Publishers, 1976).
- McNeil, Frank, *War and Peace in Central America: Reality and Illusion* (NY: Charles Scribner's Sons, 1988).
- Mead, Margaret, *And Keep Your Powder Dry: An Anthropologist Looks at America* (NY: William Morrow, 1942).
- "National Character," in *Anthropology Today*, Sol Tax, ed. (Chicago: University of Chicago Press, 1962).
- "The Study of National Character," in *The Policy Sciences*, Daniel Lerner and Harold D. Lasswell, eds. (Stanford: Stanford University Press, 1951), p. 70-85.
- Mecham, J. Lloyd, *The United States and Inter-American Security, 1889-1960* (Austin: University of Texas Press, 1965).
- Meek, George, "U.S. Influence in the Organization of American States," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 17 (August 1976), p. 311-325.
- Mellman, Harry George, "The American Policy of Intervention in the Caribbean," Ph.D. dissertation, University of Illinois, 1940.
- Menges, Constantine C., *Inside the National Security Council: The True Story of the Making and Unmaking of Reagan's Foreign Policy* (NY: Simon and Schuster, 1988).
- *The Twilight Struggle: The Soviet Union v. the United States Today* (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1990).
- "The United States and Latin America in the 1980s," in *The National Interests of the United States in Foreign Policy*, Prosser Gifford, ed. (Washington, D.C.: University Press of America, 1982), p. 53-72.
- Mennis, Bernard, *American Foreign Policy Officials. Who They Are and What They Believe Regarding International Politics* (Columbus: Ohio State University Press, 1971).
- Merk, Frederick, *Manifest Destiny and Mission in American History: A Reinterpretation* (NY: Alfred A. Knopf, 1970).
- *The Monroe Doctrine and American Expansionism, 1843-1849* (NY: Alfred A. Knopf, 1966).
- México, Congreso, Cámara de Diputados, Comisión Especial de Tehuantepec, *Dictámen de la mayoría de la Comisión Especial de la Cámara de Diputados del Congreso General, sobre el privilegio concedido á D. José Garay, para la apertura de una vía de comunicación inter-oceánica por el istmo de Tehuantepec* (México: Vicente García Torres, 1851).
- México, Congreso, Senado, Comisión Especial de Tehuantepec, *Dictámen de la Comisión Especial de Tehuantepec del Senado, encargada de examinar la varias resoluciones dictadas con motivo del privilegio esclusivo concedido á D. José Garay, y de proponer la que deba adoptarse, atendido el estado que guarda actualmente este negocio, presentado en la sesión del día 24 de marzo de 1851* (México: O'Sullivan y Nolan, 1851).

## bibliografía

- México, Secretaría de Relaciones [Exteriores], *A Memorial Setting Forth the Rights and Just Reasons which the Government of the United States of Mexico Has, for Not Recognizing the Validity of the Privilege Granted to D. José Garay, for Opening a Way of Communication...* (Nueva York: Imprenta de W. G. Stewart, 1852).
- Merrill, John C., *Gringo: The American as Seen by Mexican Journalists* (Gainesville: University of Florida Press, 1963).
- Meyer, Leo J., "Relations between the United States and Cuba from 1895 to 1919," Ph.D. dissertation, Clark University, 1928.
- "The United States and the Cuban Revolution of 1917," *Hispanic American Historical Review* 10 (February 1930), p. 138-166.
- Meyer, Lorenzo, *Los grupos de presión extranjeros en el México revolucionario, 1910-1940* (Tlatelolco, México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1973).
- *The Mexican Revolution and the Anglo-American Powers: The End of Confrontation and the Beginning of Negotiation*, Sandra del Castillo, trans. (La Jolla: Center for U.S.-Mexican Studies, University of California, San Diego, 1985).
- *México y Estados Unidos en el conflicto petrolero, 1917-1942* (México: El Colegio de México, 1968).
- *Su Majestad Británica contra la revolución mexicana, 1900-1950: el fin de un imperio informal* (México: Centro de Estudios Internacionales, El Colegio de México, 1991).
- Meyer, Michael C., *Supplement to a Bibliography of United States-Latin American Relations Since 1910* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1979).
- Michaels, Albert L., "The Alliance for Progress and Chile's 'Revolution in Liberty' 1964-1970," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 18 (February 1976), p. 74-99.
- Middlebrook, Kevin J., and Carlos Rico, eds., *The United States and Latin America in the 1980s: Contending Perspectives on a Decade of Crisis* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1986).
- Miller, Howard, "Stephen F. Austin and the Anglo-Texan Response to the Religious Establishment in Mexico, 1821-1836," *Southwestern Historical Quarterly* 91 (January 1988), p. 283-316.
- Miller, Hunter, ed., *Treaties and Other International Acts of the United States of America*, 8 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1931-1948).
- Miller, Merle, *Plain Speaking: An Oral Biography of Harry S. Truman* (NY: G.P. Putnam's Sons, 1974).
- Millett, Allan Reed, *The Politics of Intervention: The Military Occupation of Cuba, 1906-1909* (Columbus: Ohio State University Press, 1968).
- Millett, Richard L., "The Best of Times, the Worst of Times: Central American Scenarios-1984," in *The Central American Crisis: Policy Perspectives*, Abraham F. Lowenthal and Samuel F. Wells, eds., Working Paper 119, Latin American Program, The Wilson Center, Washington, D.C., 1982, p. 81-89.
- *Guardians of the Dynasty: A History of the U.S. Created Guardia Nacional de Nicaragua and the Somoza Family* (Maryknoll, NY: Orbis, 1977).
- *The State Department's Navy: A History of the Special Service Squadron, 1920-1940*, "American Neptune" 35 (April 1975), p. 118-135.
- Millington, Herbert, *American Diplomacy and the War of the Pacific* (NY: Columbia University Press, 1948).
- Millspagh, Arthur C., *Haiti under American Control, 1915-1930* (Boston: World Peace Foundation, 1931).
- Miner, Dwight Carroll, *The Fight for the Panama Route: The Story of the Spooner Act and the Hay-Herrán Treaty* (NY: Columbia University Press, 1940).
- Minger, Ralph Eldin, "Panama, the Canal Zone, and Titular Sovereignty," *Western Political Quarterly* 14 (June 1961), p. 544-554.
- "William H. Taft and the United States Intervention in Cuba in 1906," *Hispanic American Historical Review* 41 (February 1961), p. 75-89.

- Mitchell, Christopher, "Dominance and Fragmentation in U.S.-Latin American Policy," in *Latin America and the United States: The Changing Political Realities*, Julio Cotler and Richard R. Fagen, eds. (Stanford: Stanford University Press, 1974), p. 176-204.
- Mitchell, Donald W., "Strategic Significance of Soviet Naval Power in Cuban Waters," in *Soviet Seapower in the Caribbean: Political and Strategic Implications*, James D. Theberge, ed. (NY: Praeger, 1972), p. 27-37.
- Mitchell, Nancy, "Germans in the Backyard: Weltpolitik Versus Protective Imperialism," *Prologue* 24 (Summer 1992), p. 174-183.
- "The Height of the German Challenge: The Venezuela Blockade, 1902-3," *Diplomatic History* 20 (Spring 1996), p. 185-209.
- "Protective Imperialism versus Weltpolitik in Brazil. Part One: Pan-German Vision and Mahanian Response," *International History Review* 18 (May 1996), p. 253-278.
- "Protective Imperialism versus Weltpolitik in Brazil. Part Two: Settlement, Trade, and Opportunity," *International History Review* 18 (August 1996), p. 546-573.
- Moffett, George D., III, *The Limits of Victory: The Ratification of the Panama Canal Treaties* (Ithaca: Cornell University Press, 1985).
- Molineu, Harold, *U.S. Policy toward Latin America: From Regionalism to Globalism* (Boulder, CO: Westview Press, 1986).
- Moncivaiz, Adolfo, "U.S. National Security Concern for the 1980s: Oil Export Potential in Latin America," Ph.D. dissertation, University of Miami, 1981.
- Montague, Ludwell Lee, *Haiti and the United States, 1714-1938* (Durham: Duke University Press, 1940).
- Moore, Hayward, Jr., "Congressional Committees and the Formulation of Foreign Aid Policy," Ph.D. dissertation, University of North Carolina, 1965.
- Moore, John Bassett, *American Diplomacy: Its Spirit and Achievements* (NY: Harper and Brothers, 1905).
- *A Digest of International Law*, 8 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1906).
- "International Arbitration: The United States and Santo Domingo; Case of the San Domingo Improvement Company, 1903-1905," in *The Collected Papers of John Bassett Moore*, 7 vols. (New Haven: Yale University Press, 1944), vol. 3, p. 151-180.
- "The Late Chilean Controversy," *Political Science Quarterly* 8 (September 1893), p. 467-494.
- "The Question of Cuban Belligerency," *Forum* 21 (May 1896), p. 288-300.
- Moore, Russell Martin, "Imperialism and Dependency in Latin America: A View of the New Reality of Multinational Investment," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 15 (February 1973), p. 21-35.
- Moran, Theodore H., *Multinational Corporations and the Politics of Dependence: Copper in Chile* (Princeton: Princeton University Press, 1974).
- Morgenthau, Hans J., "John Foster Dulles," in *An Uncertain Tradition: American Secretaries of State in the Twentieth Century*, Norman A. Graebner, ed. (NY: McGraw-Hill, 1961), p. 289-308.
- "A Political Theory of Foreign Aid," *American Political Science Review* 56 (June 1962), p. 301-309.
- "To Intervene or Not to Intervene," *Foreign Affairs* 45 (April 1967), p. 425-436.
- Morison, Eliot E., *Turmoil and Tradition: The Life and Times of Henry L. Stimson* (Boston: Houghton Mifflin, 1960).
- Morison, Samuel Eliot, *History of United States Naval Operations in World War II. Volume I: The Battle of the Atlantic, September 1939-May 1943* (Boston: Little, Brown, 1947).
- *The Maritime History of Massachusetts, 1783-1860* (Boston: Houghton Mifflin, 1921).
- Moro, Cayetano, *Reconocimiento del Istmo de Tehuantepec practicado en los años 1842 y 1843, con el objeto de una comunicación oceánica, por la comisión científica que nombró al efecto el empresario D. José de Garay* (México: Vicente García Torres, 1844).
- Morrow, William L., "Legislative Control of Administrative Discretion: The Case of Congress and Foreign Aid," *Journal of Politics* 30 (November 1968), p. 985-1011.



## bibliografía

- Morse, Richard, "The Heritage of Latin America," in *The Founding of New Societies*, Louis Hartz, ed. (NY: Harcourt, Brace, and World, 1964), p. 123-177.
- Mosher, Arthur T., *Technical Co-Operation in Latin American Agriculture* (Chicago: University of Chicago, 1957).
- Mott, T. Bentley, *Twenty Years as Military Attaché* (NY: Oxford University Press, 1937).
- Mudge, Arthur W., "A Case Study in Human Rights and Development Assistance: Nicaragua," *Universal Human Rights* 1 (October-November 1979), p. 93-102.
- Mulhollen, Paige Elliott, "Philander C. Knox and Dollar Diplomacy, 1909-1913," Ph.D. dissertation, University of Texas, 1966.
- Mullen, Sister Mary C., "Diplomatic Relations between the United States and Colombia about the Panama Canal," Ph.D. dissertation, Fordham University, 1935.
- Mundt, Karl E., "How Cuban Freedom Really Was Won," *Reader's Digest* 77 (August 1960), p. 156-168.
- Munro, Dana G., "The American Withdrawal from Haiti, 1929-34," *Hispanic American Historical Review* 49 (Winter 1969), p. 1-26.
- "Dollar Diplomacy in Nicaragua, 1909-1913," *Hispanic American Historical Review* 38 (May 1958), p. 209-234.
- *The Five Republics of Central America* (NY: Oxford University Press, 1918).
- *Intervention and Dollar Diplomacy in the Caribbean, 1900-1921* (Princeton: Princeton University Press, 1964).
- *The United States and the Caribbean Republics, 1921-1933* (Princeton: Princeton University Press, 1974).
- Muñoz, Heraldo, *Las relaciones exteriores del gobierno militar chileno* (Santiago: Ediciones del Ornitorrinco, 1986).
- Myers, William Starr, *The Foreign Policies of Herbert Hoover, 1929-1933* (NY: Charles Scribner's Sons, 1940).
- Nabuco, Carolina, *The Life of Joaquim Nabuco*, Ronald Hilton, trans. (Stanford: Stanford University Press, 1950).
- Naylor, Robert A., *Penny Ante Imperialism: The Mosquito Shore and the Bay of Honduras, 1600-1914. A Case Study in British Informal Empire* (Rutherford, NJ: Fairleigh Dickinson University Press, 1989).
- Nash, James A., "Church Lobbying in the Federal Government: A Comparative Study of Four Church Agencies in Washington," Ph.D. dissertation, Boston University, 1967.
- Needler, Martin C., "Military Motivations in the Seizure of Power," *Latin American Research Review* 10 (Fall 1975), p. 63-79.
- *The Problem of Democracy in Latin America* (Lexington, MA: D.C. Heath, 1987).
- *The United States and the Latin American Revolution* (Boston: Allyn and Bacon, 1972).
- Nelson, Joan M., *Aid, Influence, and Foreign Policy* (NY: Macmillan, 1968).
- Nevins, Allan, *Hamilton Fish: The Inner History of the Grant Administration* (NY: Dodd, Mead, 1936).
- , ed., *Letters of Grover Cleveland, 1850-1908* (Boston: Houghton Mifflin, 1933).
- Niblo, Stephen R., *War, Diplomacy, and Development: The United States and Mexico, 1938-1954* (Wilmington, DE: Scholarly Resources, 1995).
- Nichols, Jeanette P., "The United States Congress and Imperialism, 1861-1897," *Journal of Economic History* 21 (December 1961), p. 526-538.
- Nichols, Roy Franklin, *Franklin Pierce: Young Hickory of the Granite Hills* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1958).
- "Trade Relations and the Establishment of the United States Consulates in Spanish America, 1779-1809," *Hispanic American Historical Review* 13 (August 1933), p. 289-313.
- Nicolson, Harold, *Diplomacy*, 3d ed. (London: Oxford University Press, 1968).
- *Dwight Morrow* (NY: Harcourt, Brace, 1935).

- Nortrup, Jack, "Nicholas Trist's Mission to Mexico: A Reinterpretation," *Southwestern Historical Quarterly* 71 (January 1968), p. 321-346.
- Novak, Michael, *The Spirit of Democratic Capitalism* (NY: Simon and Schuster, 1982).
- "Why Latin America Is Poor," *Atlantic Monthly* 249 (March 1982), p. 66-75.
- Nuernberger, Gustave Adolph, "Multilateral Diplomacy among the American States: The Conference and Congress Phase, 1826-1906," Ph.D. dissertation, Duke University, 1935.
- Oberlittner, Thomas B., "The United States and Mexico, 1921-1932," Ph.D. dissertation, Stanford University, 1950.
- O'Brien, Thomas F., *The Nitrate Industry and Chile's Crucial Transition: 1870-1891* (NY: New York University Press, 1982).
- *The Revolutionary Mission: American Enterprise in Latin America, 1900-1945* (Cambridge, England: Cambridge University Press, 1996).
- Official German Documents Relating to the World War, 2 vols. (NY: Oxford University Press, 1923).
- Offner, John Layser, "President McKinley and the Origins of the Spanish-American War," Ph.D. dissertation, Pennsylvania State University, 1956.
- "The United States and France: Ending the Spanish-American War," *Diplomatic History* 7 (Winter 1983), p. 1-21.
- Offutt, Milton, *The Protection of citizens Abroad by the Armed Forces of the United States* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1928).
- O'Leary, Michael Kent, *The Politics of American Foreign Aid* (NY: Atherton Press, 1967).
- Olivera, Ruth R., and Liliane Crete, *Life in Mexico under Santa Anna, 1822-1855* (Norman: University of Oklahoma Press, 1991).
- Olmsted, Mary S., et al., *Women at State: An Inquiry into the Status of Women in the United States* Department of State (Washington, D.C.: Women's Research and Education Institute of the Congressional Caucus for Women's Issues, 1984).
- Organization of American States, *Conferencias internacionales americanas, segundo suplemento 1945-1954* (Washington, D.C.: Departamento Jurídico, Unión Panamericana, 1956).
- *Report on the Situation of Human Rights of a Segment of the Nicaraguan Population of Miskito Origin and Resolution of the Friendly Settlement Procedure Regarding the Situation of Human Rights of a Segment of the Nicaraguan Population of Miskito Origin* (Washington, D.C.: OAS, 1984).
- Organization of American States, *Inter-American Commission on Human Rights, Report on the Situation of Human Rights in Nicaragua* (Washington, D.C.: General Secretariat, OAS, October 1978).
- *Report on the Situation of Human Rights in the Republic of Nicaragua* (Washington, D.C.: General Secretariat, OAS, 1981).
- Owsley, Frank L., *King Cotton Diplomacy: Foreign Relations of the Confederate States of America*, 2d ed. (Chicago: University of Chicago Press, 1959).
- Pach, Chester J., Jr., *Arming the Free World: The Origins of the United States Military Assistance Program, 1945-1950* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991).
- "The Containment of U.S. Military Aid to Latin America, 1944-49," *Diplomatic History* 6 (Summer 1982), p. 225-243.
- "Distant Neighbors: U.S. Relations with Latin America," *Diplomatic History* 18 (Fall 1994), p. 541-549.
- Packenham, Robert A., *Liberal America and the Third World: Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science* (Princeton: Princeton University Press, 1973).
- Padelford, Norman J., *Maritime Commerce and the Future of the Panama Canal* (Cambridge, MD: Cornell Maritime Press, 1975).

## bibliografía

- Palmer, David Scott, "U.S. Policy Issues in the Caribbean Basin in the 1980s: Economic, Social, and Political Aspects," in *Western Interests and U.S. Policy Options in the Caribbean Basin*, Report of the Atlantic Council's Working Group on the Caribbean Basin (Boston: Oelgeschlager, Gunn and Hain, 1984), p. 99-137.
- Palmer, Frederick, "Taft, The Proconsul," *Collier's* 39 (April 13, 1907), p. 13-16.
- Pan American Union, General Secretariat, Department of Legal Affairs, *The International Conferences of American States, Second Supplement, 1942-1954* (Washington, D.C.: Pan American Union, 1958).
- Pancake, Frank R., "Military Assistance as an Element of U.S. Foreign Policy in Latin America, 1950-1968," Ph.D. dissertation, University of Virginia, 1969.
- Paolino, Ernest N., *The Foundations of the American Empire: William Henry Seward and U.S. Foreign Policy* (Ithaca: Cornell University Press, 1973).
- Park, James William, *Latin American Underdevelopment: A History of Perspectives in the United States, 1877-1965* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1995).
- Parker, Phyllis R., *Brazil and the Quiet Intervention, 1964* (Austin: University of Texas Press, 1979).
- Parker, Ralph Halstead, "Imperialism and the Liberation of Cuba (1869-1898)," Ph.D. dissertation, University of Texas, 1935.
- Pastor, Robert A., "Congress' Impact on Latin America: Is There a Madness in the Method?" Report of the Commission on the Organization of the Government for the Conduct of Foreign Policy, June 1975, volume 3, appendix I, p. 259-272.
- *Condemned to Repetition: The United States and Nicaragua* (Princeton: Princeton University Press, 1987).
- "Continuity and Change in U.S. Foreign Policy: Carter and Reagan on El Salvador," *Journal of Policy Analysis and Management* 3 (Winter 1984), p. 175-190.
- "Explaining U.S. Policy toward the Caribbean Basin: Fixed and Emerging Images," *World Politics* 38 (April 1986), p. 483-515.
- "Redefining the Strategic Challenge in Central America," in *Central America and the Western Alliance*, Joseph Cicincione, ed. (NY: Holmes and Meier, 1985), p. 81-89.
- "The United States and the Grenada Revolution: Who Pushed First and Why?" *Documento de Trabajo* Número 26, Centro de Investigaciones del Caribe y América Latina, Universidad Interamericana de Puerto Rico, 1986.
- *Whirlpool: U.S. Foreign Policy toward Latin America and the Caribbean* (Princeton: Princeton University Press, 1992).
- Pate, James L., "CMA in Central America: The Private Sector Suffers Two KIA," *Soldier of Fortune* 10 (January 1986), p. 76-86.
- Patterson, Thomas G., *Contesting Castro: The United States and the Triumph of the Cuban Revolution* (NY: Oxford University Press, 1994).
- Paxson, Frederic L., *The Independence of the South-American Republics: A Study in Recognition and Foreign Policy* (Philadelphia: Ferris and Leach, 1903).
- Pearson, Frederic S., J. Martin Reynolds, and Keith E. Meyer, "The Carter Foreign Policy and the Use of International Organization: The Limits of Policy Innovation," *World Affairs* 142 (Fall 1979), p. 75-98.
- Peirce, Clyde, *The Roosevelt Panama Label Cases* (NY: Greenwich Book Publishers, 1959).
- Penfield, Frederic Courtland, "Practical Phases of Caribbean Domination," *North American Review* 178 (January 1904), p. 75-85.
- Pérez, Louis A., Jr., "Cuba and the United States: Origins and Antecedents of Relations, 1760s-1860s," *Cuban Studies* 21 (n.m. 1991), p. 57-82.
- *Cuba Between Empires, 1878-1902* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1983).
- *Cuba Under the Platt Amendment, 1902-1934* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1986).

- *Essays on Cuban History: Historiography and Research* (Gainesville: University Press of Flórida, 1994).
- "Fulgencio Batista (1933-1939)," *Revista Interamericana* 7 (Fall 1977), p. 361-371.
- *Intervention, Revolution and Politics in Cuba, 1913-1921* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1978).
- "The Meaning of the Maine: Causation and the Historiography of the Spanish-American War," *Pacific Historical Review* 58 (August 1989), p. 293-322.
- "Supervision of a Protectorate: The United States and the Cuban Army," *Hispanic American Historical Review* 52 (May 1972), p. 350-271.
- Perkins, Bradford, ed., *The Cambridge History of American Foreign Relations*, 4 vols. (Cambridge, England: Cambridge University Press, 1993).
- Perkins, Dexter, *A History of the Monroe Doctrine*, 2d ed. (Boston: Little, Brown, 1955).
- *The Monroe Doctrine 1823-1826* (Cambridge: Harvard University Press, 1927).
- *The Monroe Doctrine, 1826-1867* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1933).
- *The Monroe Doctrine, 1867-1907* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1937).
- Perlmutter, Amos, "The Presidential Political Center and Foreign Policy: A Critique of the Revisionist and Bureaucratic-Political Orientations," *World Politics* 27 (October 1974), p. 87-106.
- Perloff, Harvey S., *Alliance for Progress: A Social Invention in the Making* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1969).
- Persinger, Clark E., "The 'Bargain of 1844' as the Origin of the Wilmot Proviso," *Annual Report of the American Historical Association for the Year 1911*, vol. 1 (Washington, D.C.: GPO, 1913), p. 189-195.
- Peterson, Harold F., "Edward A. Hopkins: A Pioneer Promoter in Paraguay," *Hispanic American Historical Review* 22 (May 1942), p. 246-281.
- Pezzulo, Lawrence, and Ralph Pezzulo, *At the Fall of Somoza* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993).
- Phillips, David Atlee, *The Night Watch* (NY: Atheneum, 1977).
- Pierson, William Whatley, Jr., "The Political Influences on an Inter-Oceanic Canal, 1826-1926," *Hispanic American Historical Review* 6 (November 1926), p. 205-231.
- Pike, Fredrick B., *Chile and the United States, 1880-1962* (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1963).
- *FDR's Good Neighbor Policy: Sixty Years of Generally Gentle Chaos* (Austin: University of Texas Press, 1995).
- *The United States and Latin America: Myths and Stereotypes of Civilization and Nature* (Austin: University of Texas Press, 1992).
- Pike, Fredrick B., and Donald W. Bray, "A Vista of Catastrophe: the Future of United States-Chilean Relations," *Review of Politics* 22 (July 1960), p. 393-418.
- Pine, John Crane, "The Role of United States Special Agents in the Development of a Spanish American Foreign Policy, 1810-1822," Ph.D. dissertation, University of Colorado, 1955.
- Platt, Orville H., "The Pacification of Cuba," *The Independent* 53 (June 27, 1901), p. 1464-1468.
- Plesur, Milton, "America Looking Outward: The Years from Hayes to Harrison," *The Historian* 22 (May 1960), p. 280-295.
- *America's Outward Thrust: Approaches to Foreign Affairs, 1865-1890* (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1971).
- Pletcher, David M., *The Awkward Years: American Foreign Relations under Garfield and Arthur* (Columbia: University of Missouri Press, 1962).
- *The Diplomacy of Annexation: Texas, Oregon, and the Mexican War* (Columbia: University of Missouri Press, 1973).
- "General William S. Rosecrans and the Mexican Transcontinental Railroad Project," *Mississippi Valley Historical Review* 38 (March 1952), p. 657-678.

## bibliografía

- "Inter-American Shipping in the 1880's: A Loosening Tie," *Inter-American Economic Affairs* 10 (Winter 1956), p. 14-41.
- "United States Relations with Latin America: Neighborliness and Exploitation," *Hispanic American Historical Review* 82 (February 1977), p. 39-59.
- "1861-1898: Economic Growth and Diplomatic Adjustment," in *Economics and World Power: An Assessment of American Diplomacy since 1789*, William H. Becker and Samuel F. Wells, Jr., eds. (NY: Columbia University Press, 1984), p. 119-171.
- Pogue, Forrest C., "The Monroe Doctrine and the League of Nations," Ph.D. dissertation, Clark University, 1939.
- Poinsett, Joel R., *Notes on Mexico, Made in the Autumn of 1822* (Philadelphia: H.C. Carey and I. Lea, 1824).
- Poneman, Daniel, *Argentina: Democracy on Trial* (NY: Paragon House, 1987).
- Polk, James K., *The Diary of James K. Polk during His Presidency, 1845 to 1849*, Milo Milton Quaife, ed., 4 vols. (Chicago: A.C. McClurg, 1910).
- Portell-Vilá, Herminio, *Narciso López y su época*, 2 vols. (Havana: Cultural, S.A., 1930-1958).
- Porter, Kirk H., and Donald Bruce Johnson, compilers, *National Party Platforms, 1840-1964* (Urbana: University of Illinois Press, 1966).
- Potter, David M., *Lincoln and His Party in the Secession Crisis* (New Haven: Yale University Press, 1942).
- *People of Plenty: Economic Abundance and the American Character* (Chicago: University of Chicago Press, 1954).
- "The Quest for the National Character," in *The Reconstruction of American History*, John Higham, ed. (NY: Humanities Press, 1962), p. 197-220.
- Powell, Anna I., "Relations between the United States and Nicaragua, 1898-1916," *Hispanic American Historical Review* 8 (February 1928), p. 43-64.
- Powell, John Duncan, "Military Assistance and Militarism in Latin America," *Western Political Quarterly* 18 (June 1965), p. 382-392.
- Pratt, E. J., "Anglo-American Commercial and Political Rivalry on the Plata, 1820-1830," *Hispanic American Historical Review* 1 (August 1931), p. 302-335.
- Pratt, Julius W., *Expansionists of 1898: The Acquisition of Hawaii and the Spanish Islands* (Baltimore: Johns Hopkins Press, 1936).
- "The Origin of 'Manifest Destiny'," *American Historical Review* 32 (July 1927), p. 795-798.
- Prebisch, Raúl, *The Economic Development of Latin America and Its Principal Problems* (Lake Success, NY: United Nations, 1950).
- President's Committee to Study the United States Military Assistance Program [the Draper Committee], *Composite Report* (Washington, D.C., GPO, August 17, 1959).
- President's Committee to Study the United States Military Assistance Program [the Draper Committee], *Conclusions Concerning the Mutual Security Program* (Washington, D.C.: GPO, August 17, 1959).
- Pringle, Henry F., *Theodore Roosevelt: A Biography* (NY: Harcourt, Brace, 1931).
- Pruitt, Dean G., *Problem Solving in the Department of State* (Denver: University of Denver, 1964-1965).
- Public Papers of the Presidents of the United States, Herbert Hoover, 1929-1932*, 4 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1974-1977).
- Public Papers of the Presidents of the United States, Harry S. Truman, 1945-1953*, 8 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1961-1966).
- Public Papers of the Presidents of the United States, Dwight D. Eisenhower, 1953-1961*, 7 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1960-1961).
- Public Papers of the Presidents of the United States, John F. Kennedy, 1961-1963*, 3 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1962-1964).
- Public Papers of the Presidents of the United States, Lyndon B. Johnson, 1963-1969*, 10 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1965-1970).

- Public Papers of the Presidents of the United States, Richard M. Nixon, 1969-1974, 6 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1971-1975).
- Public Papers of the Presidents of the United States, Gerald R. Ford, 1974-1977, 6 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1975-1979).
- Public Papers of the Presidents of the United States, Jimmy Carter, 1977-1981, 9 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1977-1982).
- Public Papers of the Presidents of the United States, Ronald Reagan, 1981-1989, 15 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1982-1991).
- Public Papers of the Presidents of the United States, George Bush, 1989-1993, 8 vols. (Washington, D.C.: GPO, 1990-1993).
- Pusey, Merlo J., Charles Evans Hughes, 2 vols. (NY: Macmillan, 1951).
- Pye, Lucian W., and Sidney Verba, eds., *Political Culture and Political Development* (Princeton: Princeton University Press, 1965).
- Quigley, Tom, et al., *U.S. Policy on Human Rights in Latin America (Southern Cone)*. A Congressional Conference on Capitol Hill (NY: Fund for New Priorities in America, 1978).
- Quirk, Robert E., *An Affair of Honor: Woodrow Wilson and the Occupation of Veracruz* (Lexington: University Press of Kentucky, 1962).
- Rabe, Stephen G., *Eisenhower and Latin America: The Foreign Policy of Anticommunism* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1988).
- "Inter-American Military Cooperation, 1944-1951," *World Affairs* 137 (Fall 1974), p. 132-149.
- Riesman, David, "Psychological Types and National Character: An Informal Commentary," *American Quarterly* 5 (Winter 1953), p. 325-343.
- Rippy, J. Fred., "Antecedents of the Roosevelt Corollary of the Monroe Doctrine," *Pacific Historical Review* 9 (September 1940), p. 267-279.
- "Bolívar as Viewed by Contemporary Diplomats of the United States," *Hispanic American Historical Review* 15 (August 1935), p. 287-297.
- *The Capitalists and Colombia* (NY: Vanguard, 1931).
- "Diplomacy of the United States and Mexico Regarding the Isthmus of Tehuantepec, 1848-1860," *Mississippi Valley Historical Review* 6 (March 1920), p. 503-531.
- "The Initiation of the Customs Receivership in the Dominican Republic," *Hispanic American Historical Review* 17 (November 1937), p. 419-457.
- *Latin America and the Industrial Age* (NY: G.P. Putnam's Sons, 1944).
- *Latin America in World Politics: An Outline Survey* (NY: F.S. Crofts, 1938).
- "Some Precedents of the Pershing Expedition into Mexico," *Southwestern Historical Quarterly* 24 (April 1921), p. 292-316.
- *The United States and Mexico* (NY: Alfred A. Knopf, 1926).
- Rives, George Lockhart, *The United States and Mexico, 1821-1848*, 2 vols. (NY: Charles Scribner's Sons, 1913).
- Roa Bárcena, José María, *Recuerdos de la invasión norte-americana, 1846-1848, por un joven de entónces* (México: Buxó, 1883).
- Roberts, Jack L., "The Growing Soviet Naval Presence in the Caribbean: Its Politico-Military Impact upon the United States," *Naval War College Review* 23 (June 1971), p. 31-42.
- Robertson, William Spence, *The Diary of Francisco de Miranda: Tour of the United States, 1783-1784* (NY: Hispanic Society of America, 1928).
- "The First Legations of the United States in Latin America," *Mississippi Valley Historical Review* 2 (September 1915), p. 183-212.
- *Hispanic-American Relations with the United States* (NY: Oxford University Press, 1923).
- *The Life of Miranda*, 2 vols. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1929).
- "The Recognition of the Hispanic American Nations by the United States," *Hispanic American Historical Review* 1 (August 1918), p. 239-269.

## bibliografía

- Robinson, Linda, *Intervention or Neglect: The United States and Central America beyond the 1980s* (NY: Council on Foreign Relations Press, 1991).
- Robinson, William I., *Promoting Polyarchy: Globalization, U.S. Intervention, and Hegemony* (Cambridge, England: Cambridge University Press, 1996).
- The Rockefeller Report on the Americas* (Chicago: Quadrangle Books, 1969).
- Rodó, José Enrique, *Ariel and La vida nueva* (Montevideo: Imprenta de Dornaleche y Reyes, 1900).
- Rodríguez, Félix I., and John Weisman, *Shadow Warrior: The CIA Hero of a Hundred Unknown Battles* (NY: Simon and Schuster, 1981).
- Rodríguez, Mario, *A Palmerstonian Diplomat in Central America: Frederick Chatfield, Esq.* (Tucson: University of Arizona Press, 1964).
- Rodríguez Campos, Manuel, *Venezuela 1902, la crisis fiscal y el bloqueo* (Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1977).
- Rogers, William D., *The Twilight Struggle: The Alliance for Progress and the Politics of Development in Latin America* (NY: Random House, 1967).
- Roig de Leuchsenring, Emilio, *El presidente McKinley y el gobernador Wood, máximos enemigos de Cuba Libre* (Havana: Oficina del Historiador de la Ciudad, 1960).
- Rojas, Armando, *Historia de las relaciones diplomáticas entre Venezuela y los Estados Unidos, 1810-1899* (Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, 1979).
- Rojas Aravena, Francisco, and Luis Guillermo Solís Rivera, *¿Súbditos or aliados? La política exterior de Estados Unidos y Centroamérica* (San José, Costa Rica: Editorial Porvenir, 1988).
- Romero, Matías, "The Tehuantepec Isthmus Railway," *Engineering n.v.* (March 1894), p. 872-884.
- Romualdi, Serafino, *Presidents and Peons: Recollections of a Labor Ambassador in Latin America* (NY: Funk and Wagnalls, 1967).
- Ronfeldt, David, *Geopolitics, Security, and U.S. Strategy in the Caribbean Basin* (Santa Monica, CA: RAND, November 1983).
- Roosevelt, Theodore, "Buenos Aires: A Fine Modern Capital," *The Outlook* 106 (March 28, 1914), p. 697-713.
- "Chile and the Monroe Doctrine," *The Outlook* 106 (March 21, 1914), p. 631-637.
- *The Letters of Theodore Roosevelt*, Elting E. Morison, ed., 8 vols. (Cambridge: Harvard University Press, 1951-1954).
- *Presidential Addresses and State Papers*, 8 vols., (NY: Review of Reviews, 1910).
- "South America and the Monroe Doctrine," *The Outlook* 106 (March 14, 1914), p. 582-9.
- *Thomas Hart Benton* (Boston: Houghton, Mifflin, 1886).
- Root, Elihu, *The Causes of War: An Address Delivered at the Banquet of the Peace Society of the City of New York, February 26, 1909*, reprinted in *International Conciliation* Number 18, May 1909.
- *Latin America and the United States: Addresses by Elihu Root, Robert Bacon and James Brown Scott*, eds. (Cambridge: Harvard University Press, 1917).
- *The Military and Colonial Policy of the United States* (Cambridge: Harvard University Press, 1916).
- "The Real Monroe Doctrine," *Proceedings of the American Society of International Law* (n.m. 1914), p. 6-22.
- Roper, Burns W., "The Limits of Public Support," *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 442 (March 1979), p. 40-45.
- Rosati, Jerel A., "The Impact of Beliefs on Behavior: The Foreign Policy of the Carter Administration," in *Foreign Policy Decision Making: Perception, Cognition, and Artificial Intelligence*, Donald A. Sylvan and Steve Chan, eds. (NY: Praeger, 1984), p. 158-191.
- Rosenau, James N., "Foreign Policy as an Issue-Area," in *Domestic Sources of Foreign Policy*, Rosenau, ed. (NY: Free Press, 1967), p. 11-50.
- Rosengarten, Frederic, Jr., *Freebooters Must Die!* (Wayne, PA: Haverford House, 1976).

- Rossiter, William M., "Mexican-American relations, 1913-1920: A Reappraisal," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1953.
- Rosson, W. B., "U.S. Southern Command in Latin America," *Commanders Digest* 16 (October 18, 1973), p. 2-11.
- Rostow, Eugene V., *Toward Managed Peace: The National Security Interests of the United States, 1759 to the Present* (New Haven: Yale University Press, 1993).
- Rostow, W.W., "Guerrilla Warfare in Underdeveloped Areas," *Marine Corps Gazette* 46 (January 1962), p. 46-49.
- Rowe, Edward Thomas, "Aid and Coup d'Etat," *International Studies Quarterly* 18 (June 1974), p. 239-255.
- Rubin, Barry, *Secrets of State: The State Department and the Struggle over U.S. Foreign Policy* (NY: Oxford University Press, 1985).
- Rutter, Frank R., *The South American Trade of Baltimore* (Baltimore: Johns Hopkins University Studies in Historical and Political Science, September 1897).
- Russell, William, "Diplomatic Relations between the United States and Nicaragua, 1920-1933," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1953.
- Ryan, David, *US-Sandinista Diplomatic Relations: Voice of Intolerance* (NY: St. Martin's Press, 1995).
- Ryan, Paul B., "Canal Diplomacy and U.S. Interests," *Proceedings of the U.S. Naval Institute* 103 (January 1977), p. 43-53.
- Ryle, Gilbert, "The Thinking of Thoughts: What is 'Le Penseur' Doing?" in *Collected Papers*, Gilbert Ryle, ed., 2 vols. (London: Hutchinson, 1971), p. 480-496.
- Sábato, Hilda, *Agrarian Capitalism and the World Market: Buenos Aires in the Pastoral Age* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990).
- Safford, Frank, *The Ideal of the Practical: Colombia's Struggle to Form a Technical Elite* (Austin: University of Texas Press, 1976).
- Safford, Jeffrey J., "The Nixon-Castro Meeting of 19 April 1959," *Diplomatic History* 4 (Fall 1980), p. 425-31.
- Salisbury, Richard V., *Anti-Imperialism and International Competition in Central America, 1920-1929* (Wilmington, DE: Scholarly Resources, 1989).
- Salzberg, John, and Donald D. Young, "The Parliamentary Role in Implementing International Human Rights: A U.S. Example," *Texas International Law Journal* 12 (Spring-Summer 1977), p. 251-78.
- Samuels, Peggy and Harold, *Remembering the Maine* (Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 1995).
- Sánchez, Néstor D., "The Communist Threat," *Foreign Policy* Number 52 (Fall 1983), p. 43-50.
- , "Revolutionary Change and the Nicaraguan People," *Strategic Review* 12 (Summer 1984), p. 17-22.
- Sanders, Ralph, "Congressional Reaction in the United States to the Panama Congress of 1826," *The Americas* 11 (October 1954), p. 141-54.
- Sands, William Franklin, *Our Jungle Diplomacy* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1944).
- Sanford, Jonathan Earl, "American Foreign Policy and the Multilateral Banks: The Actors and Issues Affecting U.S. Participation in the International Development Lending Institutions," Ph.D. dissertation, American University, 1977.
- Sanford, Jonathan, and Margaret Goodman, "Congressional Oversight and the Multilateral Development Banks," *International Organization* 29 (Autumn 1975), p. 1055-1064.
- Sanford, William Reynolds, "The Decision-Making Process in the Alliance for Progress," Ph.D. dissertation, University of Southern California, 1972.
- Sapin, Burton M., *The Making of United States Foreign Policy* (Washington, D.C.: Brookings Institution, 1966).
- Sater, William F., *Chile and the War of the Pacific* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1986).



## bibliografía

- Satterthwaite, Ridgway, "Campesino Agriculture and Hacienda Modernization in Coastal El Salvador: 1949-1969," Ph.D. dissertation, University of Wisconsin, 1971.
- Saul, Norman E., *Distant Friends: The United States and Russia, 1763-1867* (Lawrence: University Press of Kansas, 1991).
- Schacht, Hjalmar, "Germany's Colonial Demands," *Foreign Affairs* 15 (January 1937), p. 223-34.
- Schellenberg, T. R., "Jeffersonian Origins of the Monroe Doctrine," *Hispanic American Historical Review* 14 (February 1934), p. 1-31.
- Schlesinger, Arthur M., Jr., *A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House* (Boston: Houghton Mifflin, 1965).
- Schlesinger, Stephen C., and Stephen Kinzer, *Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala* (Garden City, NY: Doubleday, 1982).
- Schmidt, Hans, *Maverick Marine: General Smedley D. Butler and the Contradictions of American Military History* (Lexington: University Press of Kentucky, 1987).
- *The United States Occupation of Haiti, 1915-1934* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1971).
- Scholes, Walter V., and Marie V. Scholes, *The Foreign Policies of the Taft Administration* (Columbia: University of Missouri Press, 1970).
- Schoonover, Thomas D., *Dollars over Dominion: The Triumph of Liberalism in Mexican-United States Relations, 1861-1867* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1978).
- *The United States and Central America, 1860-1911: Episodes of Social Imperialism and Imperial Rivalry in the World System* (Durham: Duke University Press, 1991).
- Schouler, James, "The Authorship of the Monroe Doctrine," *Annual Report of the American Historical Association for 1905* (Washington, D.C.: GPO, 1905), p. 123-31.
- Schoultz, Lars, *The Populist Challenge: Argentine Electoral Behavior in the Postwar Era* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983).
- *Human Rights and United States Policy toward Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 1981).
- *National Security and United States Policy toward Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 1987).
- Schreiber, Anna P., "Economic Coercion as an Instrument of Foreign Policy: U.S. Economic Measures against Cuba and the Dominican Republic," *World Politics* 25 (April 1973), p. 387-413.
- Schroeder, John H., *Mr. Polk's War: American Opposition and Dissent, 1846-1848* (Madison: University of Wisconsin Press, 1973).
- *Shaping a Maritime Empire: The Commercial and Diplomatic Role of the American Navy, 1829-1861* (Westport, CT: Greenwood Press, 1985).
- Schulzinger, Robert D., *The Making of a Diplomatic Mind: The Training, Outlook, and Style of United States Foreign Service Officers, 1908-1931* (Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1975).
- Schurz, Carl, "Manifest Destiny," *Harper's New Monthly Magazine* 87 (October 1893), p. 737-46.
- *Speeches, Correspondence, and Political Papers of Carl Schurz*, Frederic Bancroft, ed., 6 vols. (NY: G.P. Putnam's Sons, 1913).
- Scott, Andrew M., "The Department of State: Formal Organization and Informal Culture," *International Studies Quarterly* 13 (March 1969), p. 1-18.
- Scott, James Brown, "The Attitude of the United States toward Political Disturbances in Cuba," *American Journal of International Law* 11 (April 1917), p. 419-23.
- "The Origin and Purpose of the Platt Amendment," *American Journal of International Law* 3 (July 1914), p. 585-91.
- Scott, William A., "Psychological and Social Correlates of International Images," in *International Behavior: A Social Psychological Analysis*, Herbert C. Kelman, ed. (NY: Holt, Rinehart and Winston, 1965), p. 70-103.
- Scroggs, William O., *Filibusters and Financiers: The Story of William Walker and His Associates* (NY: Macmillan, 1916).

- Scruggs, William L., *British Aggressions in Venezuela, or the Monroe Doctrine on Trial* (Atlanta: Franklin Printing and Publishing Company, 1895).
- *The Colombian and Venezuelan Republics, with Notes on Other Parts of Central and South America* (Boston: Little, Brown, 1900).
- Seaburg, Paul, and Walter A. McDougall, *The Grenada Papers* (San Francisco: ICS Press, 1984).
- Seager, Robert, II, "Ten Years Before Mahan: The Unofficial Case for the New Navy, 1880-1890," *Mississippi Valley Historical Review* 40 (December 1953), p. 491-512.
- Sears, Louis Martin, "Nicholas P. Trist, A Diplomat with Ideals," *Mississippi Valley Historical Review* 11 (June 1924), p. 85-98.
- "Slidell and Buchanan," *American Historical Review* 27 (July 1922), p. 709-30.
- Sellers, Charles, James K. Polk, *Continentalist, 1843-1846* (Princeton: Princeton University Press, 1966).
- Semmel, Andrew, "Some Correlates of Foreign Policy Attitudes among U.S. Foreign Service Officers," Ph.D. dissertation, University of Michigan, 1972.
- Sensabaugh, Leon F., "The Coffee-Trust Question in United States-Brazilian Relations, 1912-1913," *Hispanic American Historical Review* 26 (November 1946), p. 480-96.
- Seward, William H., *The Works of William H. Seward*, George E. Baker, ed., 5 vols. (vols. 1-4, NY: Redfield, 1852-1861; vol. 5, Boston: Houghton Mifflin, 1884).
- Shafer, D. Michael, *Deadly Paradigms: The Failure of U.S. Counterinsurgency Policy* (Princeton: Princeton University Press, 1988).
- Shaffer, Ralph E., "The Race of the Oregon," *Oregon Historical Quarterly* 76 (September 1975), p. 269-98.
- Shapiro, Henry Hersh, "The United States and the Principle of Absolute Nonintervention in Latin America with Particular Reference to Mexico," Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania, 1949.
- Shapiro, Michael J., and G. Matthews Bonham, "Cognitive Process and Foreign Policy Decision-Making," *International Studies Quarterly* 17 (June 1973), p. 147-74.
- Shearer, Ernest Charles, "Border Diplomatic Relations between the United States and Mexico, 1848-1860," Ph.D. dissertation, University of Texas, 1939.
- Shepherd, William R., "Bolívar and the United States," *Hispanic American Historical Review* 1 (August 1918), p. 270-98.
- Sherman, William Roderick, *The Diplomatic and Commercial Relations of the United States and Chile, 1820-1914* (Boston: Richard G. Badger, 1926).
- Shippee, Lester Burrell, "Germany and the Spanish-American War," *American Historical Review* 30 (July 1925), p. 754-77.
- Shurbutt, Ray T., "Personal Diplomacy: The United States and Chile, 1812-1850," in *United States-Latin American Relations, 1800-1850: The Formative Generations*, Shurbutt, ed. (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 1991), p. 228-60.
- Siemens, Alfred H., *Between the Summit and the Sea: Central Veracruz in the Nineteenth Century* (Vancouver: University of British Columbia Press, 1990).
- Sigmund, Paul E., *The Overthrow of Allende and the Politics of Chile, 1964-1976* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977).
- *The United States and Democracy in Chile* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993).
- Silvert, Kalman H., *Essays in Understanding Latin America* (Philadelphia: ISHI, 1977).
- Simon, Herbert A., *Administrative Behavior: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organization*, 2d ed. (NY: Macmillan, 1957).
- "Theories of Decision-Making in Economics and Behavioral Science," *American Economic Review* 49 (June 1959), p. 253-83.
- Simon, Maron J., *The Panama Affair* (NY: Charles Scribner's Sons, 1971).
- Simpson, Smith, *Anatomy of the State Department* (Boston: Houghton, Mifflin, 1967).

## bibliografia

- Sims, Harold Dana, *The Expulsion of Mexico's Spaniards, 1821-1836* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1990).
- Slater, Jerome Norman, "The Dominican Republic, 1961-1966," in *Force Without War: U.S. Armed Forces as a Political Instrument*, Barry M. Blechman and Stephen S. Kaplan, eds. (Washington, D.C.: Brookings Institution, 1978), p. 289-342.
- "The Role of the Organization of American States in United States Foreign Policy, 1947-1963," Ph.D. dissertation, Princeton University, 1965.
- Small, Melvin, "The United States and the German 'Threat' to the Hemisphere, 1905-1914," *Americas* 28 (January 1972), p. 252-70.
- Smith, Christian, *The Emergence of Liberation Theology: Radical Religion and Social Movement Theory* (Chicago: University of Chicago Press, 1991).
- *Resisting Reagan: The U.S. Central America Peace Movement* (Chicago: University of Chicago Press, 1996).
- Smith, Daniel M., "Bainbridge Colby and the Good Neighbor Policy, 1920-1921," *Mississippi Valley Historical Review* 50 (June 1963), p. 56-78.
- Smith, Earl E. T., *The Fourth Floor: An Account of the Castro Communist Revolution* (NY: Random House, 1962).
- Smith, Gaddis, *The Last Years of the Monroe Doctrine* (NY: Hill and Wang, 1994).
- Smith, Joe Patterson, *The Republican Expansionists of the Early Reconstruction Era* (Chicago: Private edition, distributed by the University of Chicago Libraries, 1933).
- Smith, Joseph, *Illusions of Conflict: Anglo-American Diplomacy toward Latin America, 1865-1896* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1979).
- *Unequal Giants: Diplomatic Relations between the United States and Brazil, 1889-1903* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991).
- Smith, Joseph Burkholder, *Portrait of a Cold Warrior* (NY: G.P. Putnam's Sons, 1976).
- Smith, Justin Harvey, *The War with Mexico*, 2 vols. (NY: Macmillan, 1919).
- Smith, Page, John Adams, 2 vols. (Garden City, NY: Doubleday, 1962).
- Smith, Peter H., *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations* (NY: Oxford University Press, 1996).
- Smith, Robert Freeman, "Cuba: Laboratory for Dollar Diplomacy, 1898-1917," *The Historian* 27 (August 1966), p. 586-609.
- *The United States and Cuba: Business and Diplomacy, 1917-1960* (New Haven: College and University Press, 1960).
- *The United States and Revolutionary Nationalism in Mexico, 1916-1932* (Chicago: University of Chicago Press, 1972).
- Smith, Theodore Clarke, "Expansion after the Civil War, 1865-71," *Political Science Quarterly* 16 (September 1901), p. 412-36.
- Smith, Tony, *America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century* (Princeton: Princeton University Press, 1994).
- Smith, Wayne S., *The Closest of Enemies: A Personal and Diplomatic Account of U.S.-Cuban Relations since 1957* (NY: W.W. Norton, 1987).
- Snyder, Glenn, and Paul Deising, *Conflict Among Nations: Bargaining, Decision Making, and System Structure in International Crisis* (Princeton: Princeton University Press, 1977).
- Somoza, Anastasio, as told to Jack Cox, *Nicaragua Betrayed* (Belmont, MA: Western Islands, 1981).
- Spaulding, Hobart A., Jr., "U.S. and Latin American Labor: The Dynamics of Imperialist Control," in *Ideology and Social Change in Latin America*, June Nash, Juan Corradi, and Hobart A. Spaulding, Jr., eds. (NY: Gordon and Breach, 1977), p. 55-91.
- Sprout, Harold and Margaret, *The Rise of American Naval Power, 1776-1918* (Princeton: Princeton University Press, 1942).

- Stanley, William, *The Protection Racket State: Elite Politics, Military Extortion, and Civil War in El Salvador* (Philadelphia: Temple University Press, 1996).
- Stansifer, Charles L., "José Santos Zelaya: A New Look at Nicaragua's 'Liberal' Dictator," *Revista Interamericana* 7 (Fall 1977), p. 468-85.
- Starr, S. Frederick, "Human Rights and United States Foreign Policy: The Carter Years," *Tulane Law Review* 56 (December 1981), p. 132-47.
- Steigman, Andrew L., *The Foreign Service of the United States: First Line of Defense* (Boulder, CO: Westview Press, 1985).
- Stein, Stanley J., and Barbara H. Stein, *The Colonial Heritage of Latin America: Essays on Economic Dependence in Perspective* (NY: Oxford University Press, 1970).
- Steinbruner, John D., *The Cybernetic Theory of Decision* (Princeton: Princeton University Press, 1974).
- Steiner, Zara S., *The State Department and the Foreign Service: The Wriston Report—Four Years Later* (Princeton: Center of International Studies, Princeton University, March 26, 1958).
- Stenberg, Richard R., "The Failure of Polk's Mexican War Intrigue of 1845," *Pacific Historical Review* 4 (March 1935), p. 39-68.
- "President Polk and the Annexation of Texas," *Southwestern Social Science Quarterly* 14 (March 1934), p. 333-56.
- Stevens, Donald F., *Origins of Instability in Early Republican Mexico* (Durham: Duke University Press, 1991).
- Stewart, Mary Elizabeth, "The Recognition Policy of the United States in Central America since 1907," Ph.D. dissertation, Clark University, 1933.
- Stewart, Watt, "The South American Commission, 1817-1818," *Hispanic American Historical Review* 9 (February 1929), p. 31-59.
- "The Diplomatic Service of John M. Forbes at Buenos Aires," *Hispanic American Historical Review* 14 (May 1934), p. 202-18.
- Stillman, Richard J., "Woodrow Wilson and the Study of Administration: A New Look at an Old Essay," *American Political Science Review* 67 (June 1973), p. 582-88.
- St. John, Jeffrey, *The Panama Canal and Soviet Imperialism: War for the World Waterways* (Washington, D.C.: The Heritage Foundation, 1978).
- Stoetzer, O. C., *The Organization of American States: An Introduction* (NY: Praeger, 1965).
- Stokes, William F., "Violence as a Power Factor in Latin American Politics," *Western Political Quarterly* 5 (September 1952), p. 445-68.
- Strasser, Joseph Charles, "Uncooperative Neighbors Become Close Allies: United States-Mexican Relations, 1941-1945," Ph.D. dissertation, Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University, 1971.
- Stuart, Graham H., *American Diplomatic and Consular Practice* (NY: Appleton-Century, 1936).
- *Latin America and the United States*, 5th ed. (NY: Appleton-Century-Crofts, 1955).
- Sullivan, Ward William, "A Study in the Relations between Colombia and the United States, 1900-1924," Ph.D. dissertation, University of Illinois, 1925.
- Summers, Natalia, compiler, *List of Documents Relating to Special Agents of the Department of State, 1789-1906* (Washington, D.C.: National Archives, 1951).
- Sumner, Charles, *Charles Sumner, His Complete Works*, 15 vols. (Boston: Lee and Shepard, 1875-1883).
- Sumner, William Graham, "The Fallacy of Territorial Extension," *Forum* 21 (June 1896), p. 414-19.
- Sussman, Michael J., AIFLD: *U.S. Trojan Horse in Latin America and the Caribbean* (Washington, D.C.: Ecumenical Program for Interamerican Communication and Action [EPICA], July 1983).
- Swansbrough, Robert H., *The Embattled Colossus: Economic Nationalism and United States Investors in Latin America* (Gainesville: University of Florida Press, 1976).
- Zsulc, Tad, *The Illusion of Peace: Foreign Policy in the Nixon Years* (NY: Viking, 1978).
- *Twilight of the Tyrants* (NY: Holt, 1959).

## bibliografia

- Tansill, Charles Callan, *The Foreign Policy of Thomas F. Bayard, 1885-1897* (NY: Fordham University Press, 1940).
- *The United States and Santo Domingo, 1798-1873: A Chapter in Caribbean Diplomacy* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1938).
- Tascher, Harold, "American Foreign Policy Relative to the Selection of the Trans-Isthmian Canal Route," Ph.D. dissertation, University of Illinois, 1933.
- Tatum, Edward Howland, Jr., *The United States and Europe, 1815-1823: A Study in the Background of the Monroe Doctrine* (Berkeley: University of California Press, 1936).
- Taussig, F. W., *The Tariff History of the United States*, 7th ed. (NY: G.P. Putnam's Sons, 1923).
- Tendler, Judith, *Inside Foreign Aid* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975).
- Tenenbaum, Barbara, *The Politics of Penury: Debt and Taxes in Mexico, 1821-1856* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986).
- Thayer, Charles W., *Diplomat* (NY: Harper and Brothers, 1959).
- Thayer, William Roscoe, *The Life and Letters of John Hay*, 2 vols. (Boston: Houghton Mifflin, 1915).
- Theberge, James D., *The Soviet Presence in Latin America* (NY: Crane, Russak and Company, 1974).
- Thomas, Ann Van Wynen, and A. J. Thomas, Jr., *The Organization of American States* (Dallas: Southern Methodist University Press, 1963).
- Thompson, Slason, *A Short History of American Railways* (Chicago: Bureau of Railway News and Statistics, 1925).
- Thompson, Waddy, *Recollections of Mexico* (NY: Wiley and Putnam, 1846).
- Thorp, Willard L., *The Reality of Foreign Aid* (NY: Praeger, 1971).
- Tillapaugh, James C., "From War to Cold War: United States Policies toward Latin America, 1943-1948," Ph.D. dissertation, Northwestern University, 1973.
- Tompkins, E. Berkeley, "Scylla and Charybdis: The Anti-Imperialist Dilemma in the Election of 1900," *Pacific Historical Review* 36 (May 1967), p. 143-61.
- Topik, Steven C., *Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire* (Stanford: Stanford University Press, 1997).
- Traphagen, Jeanne C., "The Inter-American Diplomacy of Frank B. Kellogg," Ph.D. dissertation, University of Minnesota, 1956.
- Trask, David F., *The War with Spain in 1898* (NY: Macmillan, 1981).
- Trask, David F., Michael C. Meyer, and Roger R. Trask, *A Bibliography of United States-Latin American Relations Since 1810* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1968).
- Trask, Roger A., "The Impact of the Cold War on United States-Latin American Relations, 1945-1949," *Diplomatic History* 1 (Summer 1977), p. 271-84.
- Travis, Martin B., "Evolution of the Inter-American Peace Structure," Ph.D. dissertation, University of Chicago, 1948.
- Treudley, Mary, "The United States and Santo Domingo, 1789-1866," *Journal of Race Development* 7 (July and October 1916), p. 83-145, 220-74.
- Trippe, Juan T., "The Business Future—Southward," *Survey Graphic* 30 (March 1941), p. 136-39.
- Tristan, Flora, *Peregrinations of a Pariah, 1833-1834*, Jean Hawkes, trans. (London: Virago, 1986).
- Trudeau, Robert H., *Guatemalan Politics: The Popular Struggle for Democracy* (Boulder, CO: Lynne Rienner, 1993).
- Tulchin, Joseph S., *The Aftermath of War: World War I and U.S. Policy toward Latin America* (NY: New York University Press, 1971).
- "Two to Tango," *Foreign Service Journal* 59 (October 1982), p. 18-23.
- "The United States and Latin America in the 1960s," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 30 (Spring 1988), p. 1-36.
- Tulloch, H.A., "Changing British Attitudes towards the United States in the 1880s," *Historical Journal* 20 (December 1977), p. 824-40.
- Turner, Frederick J., *The Frontier in American History* (Chicago: Henry Holt, 1920).

- Tutino, John, *From Insurrection to Revolution in Mexico: Social Bases of Agrarian Violence, 1750-1940* (Princeton: Princeton University Press, 1986).
- "Histories in Conflict: Colonialism, Independence, and National Power in Mexico and the United States, 1750-1850," Paper presented to the International Congress of Mexican and North American Historians, Mexico City, October 27-29, 1994.
- Twain, Mark, "To the Person Sitting in Darkness," *North American Review* 172 (February 1901), p. 161-76.
- Tyler, Alice Felt, *The Foreign Policy of James G. Blaine* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1927).
- United Nations, Security Council, *Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua* (NY: United Nations, 1984).
- Uribe, Armando, *The Black Book of American Intervention in Chile*, Jonathan Casart, trans. (Boston: Beacon Press, 1975).
- U.S. Agency for International Development, "Agrarian Reform in El Salvador: A Report on Its Status," Audit Report Number 1-519-34-2, January 13, 1984, mimeo.
- U.S. Overseas Loans and Grants and Assistance from International Organizations: Obligations and Loan Authorizations, July 1, 1945-present (Washington, D.C.: AID, annual publication).
- U.S. Arms Control and Disarmament Agency, *World Military Expenditures and Arms Transfers, 1965-present* (Washington, D.C.: ACDA, annual publication).
- U.S. Atlantic-Pacific Interoceanic Canal Study Commission, *Interoceanic Canal Studies, 1970* (Washington, D.C.: GPO, 1971)
- U.S. Committee to Strengthen the Security of the Free World [the Clay Committee], *The Scope and Distribution of United States Military and Economic Assistance Programs* (Washington, D.C.: Department of State, March 20, 1963).
- U.S. Congress, Congressional Research Service, *The Multilateral Development Banks and the Suspension of Lending to Allende's Chile*, rev. ed., December 13, 1974, mimeo.
- U.S. Congress, House, *Annual Reports of the War Department for the Fiscal Year Ended June 30, 1906*, House Doc. No. 2, 59th Cong., 2d Sess., 1906.
- *Boundary--United States and Mexico*, House Exec. Doc. No. 42, 25th Cong., 1st Sess., 1837.
- *Conditions in Nicaragua*. Message from the President of the United States, 10 January 1927, House Doc. No. 633, 69th Cong., 2d Sess., 1927.
- *Employment of Pinkerton Detectives*, House Rept. No. 2447, 52d Cong., 2d Sess., February 7, 1893.
- *Nicaragua Canal*, House Rept. No. 1698, 47th Cong., 1st Sess., July 21, 1882.
- *The Venezuela Awards*, House Rept. No. 1758, 47th Cong., 1st Sess., July 31, 1882.
- *The Ostend Conference, &c*, House Exec. Doc. No. 93, 33d Cong., 2d Sess., 1855.
- *Message of the President of the United States Respecting the Relations with Chile, Together with the Diplomatic Correspondence...*, House Exec. Doc. No. 91, 52d Cong., 1st Sess., 1892.
- *Proposed Removal of Wreck of Battle Ship Maine in Harbor of Habana, Cuba*, House Doc. No. 812, 60th Cong., 1st Sess., March 26, 1908.
- *Reports of the Commission Appointed under and Act of Congress Approved July 7, 1884, "To Ascertain and Report upon the Best Modes of Securing More Intimate International and Commercial Relations between the United States and the Several Countries of Central and South America,"* House Exec. Doc. No. 50, 49th Cong., 1st Sess., 1886.
- U.S. Congress, House, Committee on Appropriations, Subcommittee on Foreign Operations and Related Agencies, *Foreign Assistance and Related Programs Appropriations for Fiscal Year...*, annual hearings, sometimes with slightly different title.
- U.S. Congress, House, Committee on Armed Services, *Report on the Inspection of Military Facilities in Panama and Bermuda*, 97th Cong., 1st Sess., 1981.

## bibliografia

- U.S. Congress, House, Committee on Banking, Finance and Urban Affairs, Subcommittee on Economic Stabilization, *A Congressional Handbook on U.S. Materials Import Dependency/Vulnerability*, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- *U.S. Economic Dependence on Six Imported Strategic Non-Fuel Minerals*, 97th Cong., 2d Sess., 1982.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, *Chili-Peru*, House Rept. No. 1790, 47th Cong., 1st Sess., August 1, 1882.
- *Commercial Relations with South and Central America*, House Rept. No. 1445, 48th Cong., 1st Sess., May 7, 1884.
- *Concerning U.S. Military and Paramilitary Operations in Nicaragua*, 98th Cong., 1st Sess., 1983.
- *Conditions in Nicaragua and Mexico*, 69th Cong., 2d Sess., 1927.
- *Expropriation of American-Owned Property by Foreign Governments in the Twentieth Century*. Report Prepared by the Legislative Reference Service, Library of Congress, July 19, 1963, 88th Cong., 1st Sess., 1963.
- *Foreign Assistance Legislation for Fiscal Year...*, annual hearings, often with slightly different title, accompanied by separate volumes of hearings by subcommittees.
- *Implementation of Congressional Mandated Human Rights Provisions*, 2 vols, 97th Cong., 1st and 2d Sessions, 1981-1982.
- *Inter-American Relations: A Collection of Documents, Legislation, Descriptions of Inter-American Organizations, and Other Material Pertaining to Inter-American Affairs*, 93d Cong., 1st Sess., 1973.
- *The Mining of Nicaraguan Ports and Harbors*, 98th Cong., 2d Sess., 1984.
- *The Story of Panama: Hearings on the Rainey Resolution*, 62d Cong., 2d Sess., 1912.
- *Texas Frontier Troubles*, 45th Cong., 2d Sess., 1877.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, and Senate, Committee on Foreign Relations, *Country Reports on Human rights Practices for ...*, annual report since 1977.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittee on Inter-American Affairs, *Cuba and the Caribbean*, 91st Cong., 2d Sess., 1970.
- *Impact of Soviet-Cuban Ties in the Western Hemisphere*, Spring 1980, 96th Cong., 2d Sess., 1980.
- *New Directions for the 1970's--Part 2: Development Assistance Options for Latin America*, 92d Cong., 1st Sess., 1971.
- *New Directions for the 1970s: Toward a Strategy of Inter-American Development*, 91st Cong., 1st Sess., 1969.
- *Presidential Certification on El Salvador*, 97th Cong., 2d Sess., 1982.
- *Review of Presidential Certification of Nicaragua's Connection to Terrorism*, 96th Cong., 2d Sess., 1980.
- *United States-Brazilian Relations*, 97th Cong., 2d Sess., 1982.
- *United States and Chile during the Allende Years, 1970-1973*, 93d Cong., 2d Sess., 1971-1974.
- *United States Policy toward Grenada*, 97th Cong., 2d Sess., 1982.
- *United States Policy towards Nicaragua*, 96th Cong., 1st Sess., 1979.
- *U.S. Policy Options in El Salvador*, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- *U.S. Policy toward El Salvador*, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittees on Human Rights and International Organizations and on Inter-American Affairs, *Human Rights in Guatemala*, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittees on Inter-American Affairs and on International Organizations and Movements, *Human Rights in Chile*, 93d Cong., 2d Sess., 1973-1974.

- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittees on Inter-American Affairs and on International Economic Policy, U.S. Economic Sanctions Against Chile, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittee on International Organizations and Movements, Human Rights and U.S. Foreign Policy, 96th Cong., 1st Sess., 1979.
- International Protection of Human Rights, 93d Cong., 1st Sess., 1973.
- Winning the Cold War: The U.S. Ideological Offensive, 88th Cong., 1st Sess., 1963-1964.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittees on International Security and Scientific Affairs and on Inter-American Affairs, U.S. Arms Transfer Policy in Latin America, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittee on National Security Policy and Scientific Developments, Military Assistance Training, 91st Cong., 2d Sess., 1970.
- U.S. Congress, House, Committee on Foreign Affairs, Subcommittee on Western Hemisphere Affairs, Central America: The Ends and Means of U.S. Policy, 98th Cong., 2d Sess., 1984.
- Developments in Guatemala and U.S. Options, 99th Cong., 1st Sess., 1985.
- Survey of the Alliance for Progress: Compilation of Studies and Hearings, 91st Cong., 1st Sess., 1969.
- From Duarte to Cristiani: Where Is El Salvador Headed?, 100th Cong., 1st Sess., 1989.
- United States Policy toward Guatemala, 98th Cong., 1st Sess., 1983.
- U.S. Policy toward Argentina, 98th Cong., 1st Sess., 1983.
- U.S. Congress, House, Committee on International Relations, Human Rights and U.S. Policy: Argentina, Haiti, Indonesia, Iran, Peru, and the Philippines; Reports submitted to the Committee...by the Department of State, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- International Security Assistance and Arms Export Control Act of 1976, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- Report of Secretary of State Kissinger on His Trip to Latin America, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- Report of Secretary of State Kissinger on His Visits to Latin America, Western Europe, and Africa, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- U.S. Congress, House, Committee on International Relations, Special Subcommittee on Investigations, Congress and Foreign Policy, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- U.S. Congress, House, Committee on International Relations, Subcommittee on International Organizations, Chile: The Status of Human Rights and Its Relationship to U.S. Economic Assistance Programs, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- Human Rights Conditions in Selected Countries and the U.S. Response, 95th Cong., 2d Sess., 1978.
- Human Rights and United States Policy: A Review of the Administration's Record, 95th Cong., 1st Sess., 1977.
- Human Rights in the International Community and in U.S. Foreign Policy, 1946-76, 95th Cong., 1st Sess., 1977.
- U.S. Congress, House, Committee on International Relations, Subcommittee on International Political and Military Affairs, Soviet Activities in Cuba--Parts VI and VII: Communist Influence in the Western Hemisphere, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- U.S. Congress, House, Committee on the Judiciary, Analysis of the Philosophy and Public Record of Nelson A. Rockefeller, Nominee for Vice President of the United States, 93d Cong., 2d Sess., 1974.
- U.S. Congress, House, Committee on Merchant Marine and Fisheries, Subcommittee on the Panama Canal, Sea-Level Canal Studies, 95th Cong., 2d Sess., 1978.
- U.S. Congress, House, Committee on Military Affairs, Strategic and Critical Raw Materials, 76th Cong., 1st Sess., 1939.
- U.S. Congress, House, Select Committee on Communist Aggression, Subcommittee on Communist Penetration of the Western Hemisphere, Communist Aggression in Latin America, 83d Cong., 2d Sess., 1954.



## bibliografia

- U.S. Congress, House, Select Committee on Foreign Aid, Final Report on Foreign Aid, 80th Cong., 2d Sess., 1948.
- U.S. Congress, Library of Congress, Congressional Research Service, Current Information on the Republic of Panama, the Panama Canal and the Panama Canal Zone (Washington, D.C.: CRS, 1977).
- U.S. Congress, Senate, Correspondence Relating to Wrongs Done to American Citizens by the Government of Venezuela, Senate Doc. No. 413, 60th Cong., 1st Sess., 1908.
- The Establishment of Free Government in Cuba. Compiled by the Bureau of Insular Affairs from the Records of the War Department, Senate Doc. No. 312, 58th Cong., 2d Sess., 1904.
- The Executive Proceedings of the Senate of the United States, on the Subject of the Mission to the Congress of Panama, Together with the Messages and Documents Relating Thereto, 19th Cong., 1st Sess., 1826.
- Message from the President of the United States, Transmitting, in Response to Senate Resolution of April 11, 1888, "a letter of the Secretary of State and correspondence relative to a certain boundary dispute between Venezuela and Great Britain", Senate Exec. Doc. No. 226, 50th Cong., 1st Sess., 1888.
- Message from the President of the United States, transmitting the Report of the Naval Court of Inquiry upon the Destruction of the United States Battle Ship Maine in Havana Harbor, February 15, 1898, together with the Testimony Taken before the Court, Senate Doc. No. 207, 55th Cong., 2d Sess., 1898.
- Messages from the President of the United States, Transmitting Papers Relating to the War in South America and Attempts to Bring About a Peace, Senate Rept. No. 79, 47th Cong., 1st Sess., 1882.
- Settlement of Differences with Colombia, Senate Doc. No. 64, 66th Cong., 1st Sess., 1919.
- The Venezuelan Arbitration before the Hague Tribunal 1903, Senate Doc. No. 119, 58th Cong., 3d Sess., 1905.
- Venezuelan Arbitrations of 1903, Senate Doc. No. 316, 58th Cong., 2d Sess., 1904.
- U.S. Congress, Senate, Committee on Appropriations, Department of Defense Appropriations, Fiscal Year... (annual hearings).
- Foreign Assistance and Related Programs Appropriations, Fiscal Year... (annual hearings).
- U.S. Congress, Senate, Committee on Foreign Relations, Activities of Nondiplomatic Representatives of Foreign Principals in the United States, 88th Cong., 1st Sess., 1963.
- American Institute for Free Labor Development, 91st Cong., 1st Sess., 1969.
- American Republics Cooperation Act and Other Subjects, 86th Cong., 2d Sess., 1960.
- CIA Foreign and Domestic Activities, 94th Cong., 1st Sess., 1975.
- A Decade of American Foreign Policy: Basic Documents, 1941-49, Senate Doc. No. 123, 81st Cong., 1st Sess., 1950.
- Executive Sessions of the Senate Foreign Relations Committee (Historical Series), Volume X, 85th Cong., 2d Sess., 1958 (declassified and printed 1980).
- Executive Sessions of the Senate Foreign Relations Committee (Historical Series), Volume XI, 86th Cong., 1st Sess., 1959 (declassified and printed 1982).
- The Foreign Agents Registration Act. A Study Prepared by the American Law Division, Congressional Research Service, Library of Congress, 95th Cong., 1st Sess., 1977.
- Foreign Aid Program: Compilation of Studies and Surveys, 85th Cong., 1st Sess., 1957.
- Foreign Assistance Act of... (various years, often with slightly different title).
- Foreign Loans, 69th Cong., 2d Sess., 1927.
- International Development and Security, 87th Cong., 2d Sess., 1961.
- Investigation of Mexican Affairs, Preliminary Report and Hearings, 2 vols., Senate Doc. No. 285, 66th Cong., 2d Sess., 1920.
- Nomination of Elliott Abrams, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- Nomination of John Foster Dulles, Secretary of State-Designate, 83d Cong., 1st Sess., 1953.

- Nomination of Lincoln Gordon to be Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs, 89th Cong., 2d Sess., 1966.
- Nomination of Robert E. White, 96th Cong., 2d Sess., 1980.
- Nondiplomatic Activities of Representatives of Foreign Governments. A Preliminary Study Prepared by the Staff, 87th Cong., 2d Sess., 1962.
- Personnel Administration of the Reorganized Foreign Service, 70th Cong., 1st Sess., 1928.
- Relations with Mexico, 69th Cong., 2d Sess., 1927.
- Shlaudeman Nomination, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- The Situation in El Salvador, 97th Cong., 1st Sess., 1981.
- The Situation in Grenada, 98th Cong., 1st Sess., 1983.
- Use of the United States Navy in Nicaragua, 70th Cong., 1st Sess., 1928.
- U.S. Policy in the Western Hemisphere, 97th Cong., 2d Sess., 1982.
- U.S. Policy toward Nicaragua and Central America, 98th Cong., 1st Sess., 1983.
- U.S. Congress, Senate, Committee on Foreign Relations, Subcommittee on American Republics Affairs, Survey of the Alliance for Progress, 90th Cong., 2d Sess., 1968.
- United States-Latin American Relations: Compilation of Studies, 86th Cong., 2d Sess., 1960.
- Foreign Assistance Authorization, 95th Cong., 1st Sess., 1977.
- U.S. Congress, Senate, Committee on Foreign Relations, Subcommittee on Multinational Corporations, The International Telephone and Telegraph Company and Chile, 1970-71, 93d Cong., 1st Sess., 1973.
- Multinational Corporations and United States Foreign Policy, 93d Cong., 1st Sess., 1973.
- U.S. Congress, Senate, Committee on Foreign Relations, Subcommittee on Western Hemisphere Affairs, Human Rights in Nicaragua, 97th Cong., 2d Sess., 1982.
- Latin America, 95th Cong., 2d Sess., 1978.
- Rockefeller Report on Latin America, 91st Cong., 1st Sess., 1969.
- United States Policies and Programs in Brazil, 92d Cong., 1st Sess., 1971.
- U.S. Relations with Latin America, 94th Cong., 1st Sess., 1975.
- U.S. Congress, Senate, Committee on the Judiciary, Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws, Organization of American States Combined Reports on Communist Subversion, 89th Cong., 1st Sess., 1965.
- U.S. Congress, Senate, Committee on the Judiciary, Subcommittee to Investigate Problems Connected with Refugees and Escapees, Refugee and Humanitarian Problems in Chile, 93d Cong., 1st Sess., 1973.
- Refugee and Humanitarian Problems in Chile, Part III, 94th Cong., 1st Sess., 1975.
- U.S. Congress, Senate, Select Committee on Haiti and Santo Domingo, Inquiry into Occupation and Administration of Haiti and Santo Domingo, 2 vols., 67th Cong., 1st and 2d Sessions, 1922.
- U.S. Congress, Senate, Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders: An Interim Report, 94th Cong., 1st Sess., 1975.
- Covert Action in Chile 1963-1973, 94th Cong., 1st Sess., 1975.
- Intelligence Activities, 94th Cong., 2d Sess., 1975.
- Supplemental Detailed Staff Reports on Foreign and Military Intelligence, 94th Cong., 2d Sess., 1976.
- U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census, Historical Statistics of the United States, Colonial Times to 1957 (Washington, D.C.: GPO, 1960).
- U.S. Imports for Consumption and General Imports: TSUSA, Commodity by Country of Origin (Washington, D.C.: GPO, annual publication).
- U.S. Department of the Navy, Annual Reports of the Navy Department for the Fiscal Year 1920 (Washington, D.C.: GPO, 1921).

## bibliografía

- U.S. Department of State, *A Case History of Communist Penetration: Guatemala*, Department of State Publication 6465, Inter-American Series 52 (Washington, D.C.: GPO, April 1957).
- *Consultation Among the American Republics with Respect to the Argentine Situation: Memorandum of the United States Government [The Blue Book]* (Washington, D.C.: GPO, 1946).
- *Fourth Meeting of Consultation of Ministers of Foreign Affairs of American States*, Washington, D.C., March 26-April 7, 1951, Report of the Secretary of State (Washington, D.C.: Department of State, May 1953).
- *Grenada Documents: An Overview and Selection* (Washington, D.C.: Department of State, September 1984).
- *Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security*, Quitandinda, Brazil, August 15-September 2, 1947, Report of the Delegation of the United States of America (Washington, D.C.: GPO, 1948).
- *Intervention of International Communism in Guatemala*, Department of State Publication 5556, Inter-American Series 48 (Washington, D.C.: GPO, August 1954).
- *In the Matter of the Charges of Mr. Herbert W. Bowen, United States Minister to Venezuela, Against Mr. Francis B. Loomis, First Assistant Secretary of State, and the Counter Charges of Mr. Loomis Against Mr. Bowen* (Washington, D.C.: GPO, 1905).
- *Loyalty and Security in the Department of State*, Department of State Publication 3841, October 1950.
- *Memorandum on the Monroe Doctrine*, Prepared by J. Reuben Clark, Undersecretary of State, December 17, 1928, Department of State Publication No. 17 (Washington, D.C.: GPO, 1930).
- *Ninth International Conference of American States*, Bogotá, Colombia, March 30-May 2, 1948, Report of the Delegation of the United States of America with Related Documents (Washington, D.C.: Department of State, November, 1948).
- *Register of the Department of State*, In Four Parts, Corrected to March 1, 1874 (Washington, D.C.: GPO, 1874).
- *Report of the Delegates of the United States of America to the Fifth International Conference of American States*, Held at Santiago, Chile, March 25 to May 3, 1923 (Washington, D.C.: GPO, 1923).
- *Report of the Delegates of the United States of America to the Seventh International Conference of American States*, Montevideo, Uruguay, December 3-26, 1933 (Washington, D.C.: GPO, 1934).
- *Report of the Delegates of the United States of America to the Sixth International Conference of American States*, Held at Habana, Cuba, January 16 to February 20, 1928, with Appendices (Washington, D.C.: GPO, 1928).
- *Report of the Delegation of the United States of America to the Inter-American Conference on Problems of War and Peace*, Mexico City, Mexico, February 21-March 8, 1945 (Washington, D.C.: GPO, 1946).
- *Speeches Incident to the Visit of Philander Chase Knox, Secretary of State of the United States of America, to the Countries of the Caribbean*, February 23 to April 17, 1912 (Washington, D.C.: GPO, 1913).
- *The State Department's Loyalty Security Program: How It Works*, Department of State Publication 4530, March 1952.
- *Tenth Inter-American Conference*, Caracas, Venezuela, March 1-28, 1954. Report of the Delegation of the United States of America with Related Documents (Washington, D.C.: Department of State, May 1955).
- *The United States and Nicaragua: A Survey of the Relations from 1909 to 1932* (Washington, D.C.: GPO, 1932).
- U.S. Department of State, Bureau of Public Affairs, *Cuban Armed Forces and the Soviet Military Presence*, Special Report No. 103 (Washington, D.C.: Department of State, August 1982).
- *Military Assistance to Latin America* (Washington, D.C.: Department of State, January 1953).

- U.S. Department of State and Department of Defense, News Briefing on Intelligence Information on External Support of the Guerrillas in El Salvador (Washington, D.C.: Office of Public Diplomacy for Latin America and the Caribbean, Department of State, August 1984).
- U.S. General Accounting Office, Political and Economic Factors Influencing Economic Support Fund Programs, Report No. ID-83-43 (Washington, D.C.: GAO, April 18, 1983).
- Providing Effective Economic Assistance to El Salvador and Honduras: A Formidable Task, Report No. NSIAD-85-82 (Washington, D.C.: GAO, July 3, 1985).
- Stopping U.S. Assistance to Foreign Police and Prisons, Report No. ID-76-5 (Washington, D.C.: GAO, February 19, 1976).
- U.S. Security and Military Assistance: Programs and Related Activities, Report No. ID-82-40 (Washington, D.C.: GAO, June 1, 1982).
- U.S. Security and Military Assistance: Programs and Related Activities—An Update, Report No. NSIAD-85-158 (Washington, D.C.: GAO, September 30, 1985).
- U.S. and Soviet Bloc Training of Latin American and Caribbean Students: Considerations in Developing Future U.S. Programs, Report No. NSIAD-84-109 (Washington, D.C.: GAO, August 16, 1984).
- U.S. National Bipartisan Commission on Central America [the Kissinger Commission], Report of the National Bipartisan Commission on Central America (Washington, D.C.: Department of State, January 1984).
- U.S. Nicaragua Canal Commission, Report of the Nicaragua Canal Commission, 1897-1899, with an Atlas (Baltimore: Lord Baltimore Press, 1899).
- U.S. Office of Inter-American Affairs, History of the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs: Historical Reports on War Administration (Washington, D.C.: GPO, 1947).
- U.S. President (Nixon), Shaping a Durable Peace: A Report to the Congress, 3 May 1973 (Washington, D.C.: GPO, 1973).
- U.S. Tariff Commission, The Effects of the Cuban Reciprocity Treaty of 1902 (Washington, D.C.: GPO, 1929).
- Vacs, Aldo César, *Discreet Partners: Argentina and the USSR since 1917* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1984).
- Vaky, Viron P., "A Central American Tragedy," in *Central America and the Western Alliance*, Joseph Cirincione, ed. (NY: Holmes and Meier, 1985), p. 57-60.
- "Hemispheric Relations: 'Everything is Part of Everything Else,'" *Foreign Affairs* 59 (n.m., 1981), p. 617-47.
- Vaky, Viron P., and Heraldo Muñoz, *The Future of the Organization of American States* (NY: Twentieth Century Fund, 1993).
- Van Alstyne, Richard W., "Anglo-American Relations, 1853-1857: British Statesmen on the Clayton-Bulwer Treaty and American Expansion," *American Historical Review* 42 (April 1937), p. 491-500.
- Vance, Cyrus, "Human Rights and Foreign Policy," *Georgia Journal of International and Comparative Law* 7 supplement (Summer 1977), p. 223-29.
- Van Cleave, James W., "What Americans Must Do to Make an Export Business," *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 29 (May 1907), p. 470-7.
- Van Deusen, Glyndon G., *The Life of Henry Clay* (Boston: Little, Brown, 1937).
- Van Dyne, Frederick, *Our Foreign Service: The ABC of American Diplomacy* (Rochester: Lawyers Cooperative Publishing Company, 1909).
- Varas, Augusto, *Los militares en el poder: régimen y gobierno militar en Chile, 1973-1986* (Santiago: Pehuén-FLACSO, 1987).
- Vázquez, Josefina Zoraida, *La historiografía mexicana* (México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 1990).
- "Colonización y pérdida de Texas," *Mitos en las relaciones México-Estados Unidos*, María Esther Schumacher, compiladora (Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1994), p. 49-95.

## bibliografía

---

- México y el mundo: historia de sus relaciones exteriores (México: Senado de la República, 1990).
- "México y Estados Unidos desde el Foreign Office 1833-1846," *Secuencia* 5 (mayo-agosto 1986), p. 148-54.
- "The Texas Question in Mexican Politics, 1836-1845," *Southwestern Historical Quarterly* 89 (January 1986), p. 309-44.
- Vázquez, Josefina Zoraida, and Lorenzo Meyer, *México frente a Estados Unidos, 1776-1980* (México: El Colegio de México, 1982).
- *The United States and Mexico* (Chicago: University of Chicago Press, 1985).
- Vega, Bernardo, *Trujillo y el control financiero norteamericano* (Santo Domingo: Fundación Cultural Dominicana, 1990).
- Véliz, Claudio, *The Centralist Tradition of Latin America* (Princeton: Princeton University Press, 1980).
- Venzon, Anne Cipriano, ed., *General Smedley Darlington Butler: The Letters of a Leatherneck, 1898-1931* (NY: Praeger, 1992).
- Verba, Sidney, "Comparative Political Culture," in *Political Culture and Political Development*, Lucian W. Pye and Sidney Verba, eds. (Princeton: Princeton University Press, 1965), p. 512-60.
- "On Revisiting the Civic Culture: A Personal Postscript," in *The Civic Culture Revisited*, Gabriel A. Almond and Sidney Verba, eds. (Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989), p. 394-410.
- Vevier, Charles, "American Continentalism: An Idea of Expansion, 1845-1910," *American Historical Review* 65 (January 1960), p. 323-35.
- Vincent, R. J., *Nonintervention and International Order* (Princeton: Princeton University Press, 1974).
- Vivian, James F., "The 'Taking' of the Panama Canal Zone: Myth and Reality," *Diplomatic History* 4 (Winter 1980), p. 95-100.
- Vogelgesang, Sandra, *American Dream: Global Nightmare: The Dilemma of U.S. Human Rights Policy* (NY: W.W. Norton, 1980).
- "What Price Principle? U.S. Policy on Human Rights," *Foreign Affairs* 56 (July 1978), p. 819-41.
- Volgy, Thomas, "Toward an Exploration of Comparative Foreign Policy Distance between the United States and Latin America: A Research Note," *International Studies Quarterly* 20 (March 1971), p. 143-66.
- Volwiler, Albert T., "Harrison, Blaine, and American Foreign Policy, 1889-1893," *Proceedings of the American Philosophical Society* 79 (n.m. 1938), p. 637-48.
- , ed., *The Correspondence between Benjamin Harrison and James G. Blaine, 1882-1893* (Philadelphia: American Philosophical Society, 1940).
- von Bernstorff, Johann, *Memoirs of Count Bernstorff*, Eric Sutton, trans. (NY: Random House, 1936).
- von Vorys, Karl, *The Political Dimensions of Foreign Aid*, Research Monograph Series Number 11, Foreign Policy Research Institute, University of Pennsylvania, August 1967.
- Wagner, R. Harrison, *United States Policy toward Latin America: A Study in Domestic and International Politics* (Stanford: Stanford University Press, 1970).
- Waisman, Carlos H., *Reversal of Development in Argentina: Postwar Counterrevolutionary Policies and Their Structural Consequences* (Princeton: Princeton University of Press, 1987).
- Walch, Timothy, and Dwight M. Miller, eds., *Herbert Hoover and Harry S. Truman: A Documentary History* (Worland, WY: High Plains Publishing Company, 1992).
- Walker, William, *The War in Nicaragua* (Mobile: S.H. Goetzel, 1860).
- Walter, Knut, *The Regime of Anastasio Somoza, 1936-1956* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1993).
- Walters, Vernon A., *Silent Missions* (Garden City, NY: Doubleday, 1978).
- Walther, Regis, *Orientations and Behavioral Styles of Foreign Service Officers* Carnegie Endowment for International Peace, Foreign Affairs Personnel Study Number 5 (NY: Carnegie Endowment for International Peace, 1965).

- Warshawsky, Howard, "The Department of State and Human Rights Policy: A Case Study of the Human Rights Bureau," *World Affairs* 142 (Winter 1980), p. 188-215.
- Warwick, Donald P., *A Theory of Public Bureaucracy* (Cambridge: Harvard University Press, 1975).
- Washington, S. Walter, "A Study of the Causes of Hostility toward the United States in Latin America: Argentina," Department of State External Research Paper Number 126.2, May 27, 1957.
- Wasserman, Mark, *Capitalists, Caciques, and Revolution: The Native Elite and Foreign Enterprise in Chihuahua, Mexico, 1854-1911* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984).
- Webster, Michael G., "Texan Manifest Destiny and the Mexican Border Conflict, 1865-1880," Ph.D. dissertation, Indiana University, 1972.
- Weigle, Richard D., "The Sugar Interests and American Diplomacy in Hawaii and Cuba, 1893-1903," Ph.D. dissertation, Yale University, 1939.
- Weinberg, Albert K., *Manifest Destiny: A Study of Nationalist Expansionism in American History* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1935).
- Weiner, Myron, and Samuel P. Huntington, *Understanding Political Development* (Prospect Heights: Waveland Press, 1987).
- Weitzel, George T., *American Policy in Nicaragua: Memorandum on the Convention between the United States and Nicaragua ... February 8, 1913*, Senate Doc. No. 334, 64th Cong., 1st Sess., February 19, 1916.
- Welch, Richard E., Jr., *The Presidencies of Grover Cleveland* (Lawrence: University Press of Kansas, 1988).
- "Lippmann, Berle, and the U.S. Response to the Cuban Revolution," *Diplomatic History* 6 (Spring 1982), p. 125-43.
- *Response to Revolution: The United States and the Cuban Revolution, 1959-1961* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1985).
- "Senator George Frisbie Hoar and the Defeat of Anti-Imperialism, 1898-1900," *The Historian* 26 (May 1964), p. 362-80.
- Welles, Benjamin, *Sumner Welles: FDR's Global Strategist* (NY: St. Martin's Press, 1997).
- Welles, Sumner, *Naboth's Vineyard: The Dominican Republic, 1844-1924*, 2 vols. (NY: Payson and Clarke, 1928).
- *Relations between the United States and Cuba* (Washington, D.C.: GPO, 1934).
- *The Time for Decision* (NY: Harper and Brothers, 1944).
- *Where Are We Heading?* (NY: Harper and Brothers, 1946).
- Werking, Richard Hume, *The Master Architects: Building the United States Foreign Service, 1890-1913* (Lexington: University Press of Kentucky, 1977).
- West, Richard, *The Gringo in Latin America* (London: Jonathan Cape, 1967).
- Wexler, Alice, "Pain and Prejudice in the Santiago Campaign of 1898," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 18 (February 1976), p. 59-73.
- Whitaker, Arthur Preston, *The Spanish-American Frontier: 1783-95. The Westward Movement and the Spanish Retreat in the Mississippi Valley* (Gloucester, MA: Peter Smith, 1962 reprint of 1927 original).
- *The United States and the Independence of Latin America, 1800-1830* (NY: W.W. Norton, 1964 ed. of 1941 original).
- *The United States and South America: The Northern Republics* (Cambridge: Harvard University Press, 1948).
- White, Gerald Taylor, "The United States and the Problem of Recovery after 1893," Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley, 1938.
- White, Hayden, "The Value of Narrativity in the Representation of Reality," in *On Narrative*, W.J.T. Mitchell, ed. (Chicago: University of Chicago Press, 1981), p. 1-23.
- Whitehead, Laurence, "Explaining Washington's Central American Policies," *Journal of Latin American Studies* 15 (November 1983), p. 321-63.

## bibliografia

---

- *The Lesson of Chile* (London: Fabian Society, 1974).
- "Linowitz and the 'Low Profile' in Latin America," *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 17 (August 1975), p. 326-44.
- , ed., *The Central American Impasse* (NY: St. Martin's Press, 1986).
- , ed., *The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas* (London: Oxford University Press, 1996).
- Whitney, Peter D., "Address before the Peruvian Center for International Studies (CEPIE), Lima, Peru, November 25, 1987," Department of State Current Policy Number 1030, 1987.
- Wiarda, Howard J., "Conceptual and Political Dimensions of the Crisis in U.S.-Latin American Relations: Toward a New Policy Formulation," in *The Crisis in Latin America: Strategic, Economic, and Political Dimensions*, Howard J. Wiarda, ed. (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1984), p. 22-32.
- *Ethnocentrism in Foreign Policy: Can We Understand the Third World?* (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1985).
- *In Search of Policy: The United States and Latin America* (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1984).
- *Political and Social Change in Latin America: The Distinct Tradition*, 2d rev. ed. (Amherst: University of Massachusetts Press, 1982).
- *Rift and Revolution: The Central American Inbroglio* (Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1984).
- Wilgus, A. Curtis, "Official Expression of Manifest Destiny Sentiment Concerning Hispanic America, 1848-1871," *Louisiana Historical Quarterly* 15 (July 1932), p. 486-506.
- "Some Activities of United States Citizens in the South American Wars of Independence, 1808-1824," *Louisiana Historical Quarterly* 14 (April 1931), p. 182-203.
- "Spanish American Patriot Activity along the Gulf Coast of the United States, 1811-1822," *Louisiana Historical Quarterly* 8 (April 1925), p. 193-215.
- Wilkerson, Marcus M., *Public Opinion and the Spanish-American War: A Study in War Propaganda*, University Studies Number 8 (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1932).
- Wilkins, Mira, *The Emergence of Multinational Enterprise: American Business Abroad from the Colonial Era to 1914* (Cambridge: Harvard University Press, 1970).
- *The Maturing of Multinational Enterprise: American Business Abroad from 1914 to 1970* (Cambridge: Harvard University Press, 1974).
- Williams, Charles F., "La Guardia Nacional Dominicana," *Marine Corps Gazette* 3 (September 1918), p. 195-99.
- Williams, Raymond, *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society* (NY: Oxford University Press, 1976).
- Williams, William Appleman, *The United States, Cuba, and Castro: An Essay on the Dynamics of Revolution and the Dissolution of Empire* (NY: Monthly Review Press, 1962).
- Wilson, Francis M. Huntington, *Memoirs of an Ex-Diplomat* (Boston: Bruce Humphries, 1945).
- "The Relation of Government to Foreign Investment," *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 68 (November 1916), p. 298-311.
- Wilson, Henry Lane, *Diplomatic Episodes in Mexico, Belgium and Chile* (Garden City, NY: Doubleday, Page and Company, 1927).
- Wilson, Larman C., "The Principle of Non-Intervention in Recent Inter-American Relations: The Challenge of Anti-Democratic Regimes." Ph.D. dissertation, University of Maryland, 1964.
- Wilson, Woodrow, "The Mexican Question," *Ladies' Home Journal* 33 (October 1916), p. 9.
- *The Papers of Woodrow Wilson*, Arthur S. Link, ed., 57 vols. (Princeton: Princeton University Press, 1966-1987).
- *The State* (Boston: D.C. Heath, 1893).

- Wirkus, Faustin, and Taney Dudley, *The White King of La Gonave* (Garden City, NY: Garden City Publishing Company, 1931).
- Wisan, Joseph E., *The Cuban Crisis as Reflected in the New York Press (1895-1898)* (NY: Columbia University Press, 1934).
- Wolf, Charles, Jr., *The Political Effects of Military Programs: Some Indications from Latin America* (Santa Monica: RAND, 1963).
- Wolff, William G., "The Diplomatic Career of William L. Scruggs: United States Minister to Colombia and Venezuela, and Legal Adviser to Venezuela, 1872-1912," Ph.D. dissertation, Southern Illinois University, 1975.
- Wolpin, Miles D., *Military Aid and Counterrevolution in the Third World* (Lexington, MA: D.C. Heath, 1972).
- Wood, Bryce, *The Dismantling of the Good Neighbor Policy* (Austin: University of Texas Press, 1985).
- , *The Making of the Good Neighbor Policy* (NY: Columbia University Press, 1961).
- , *The United States and Latin American Wars, 1932-1942* (NY: Columbia University Press, 1966).
- Wood, Leonard, "The Military Government of Cuba," *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 21 (March 1903), p. 153-82.
- Woods, Randall Bennett, *The Roosevelt Foreign Policy Establishment and the "Good Neighbor": The United States and Argentina, 1941-1945* (Lawrence: Regents Press of Kansas, 1979).
- Worth, George C., and George H. Knott, "The Venezuela Boundary Arbitration," *American Law Review* 31 (July-August 1897), p. 481-503.
- Wriston, Henry Merritt, *Executive Agents in American Foreign Relations* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1929).
- Wylls, Rufus Kay, "The East Flórida Revolution of 1812-1814," *Hispanic American Historical Review* 9 (November 1929), p. 415-45.
- Wynia, Gary W., *Argentina in the Postwar Era: Politics and Economic Policy Making in a Divided Society* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978).
- Wythe, George, *The United States and Inter-American Relations: A Contemporary Appraisal* (Gainesville: University of Flórida Press, 1964).
- Young, George B., "Intervention Under the Monroe Doctrine: The Olney Corollary," *Political Science Quarterly* 57 (June 1942), p. 247-80.
- Zahniser, Marvin R., and W. Michael Weis, "A Diplomatic Pearl Harbor? Richard Nixon's Goodwill Mission to Latin America in 1958," *Diplomatic History* 13 (Spring 1989), p. 163-90.





### ***Sobre o livro***

*Formato:* 15,5x22,5 cm  
*Mancha:* 23,5x42,5 paucas  
*Tipologia:* Garamond (texto),  
ITC Century Light (titulos)

Universidade do Sagrado Coração

### ***Equipe de Realização***

*Coordenadora executiva*  
Luzia Bianchi

*Produção Gráfica*  
Renato Valderramas

*Edição de Texto*  
Carlos Valero

*Revisão*  
Mariza Inês Mortari Renda

*Projeto Gráfico*  
Cássia Letícia Carrara Domiciano

*Catálogo*  
Valéria Maria Campaneri

*Capa*  
Renato Valderramas

*Diagramação*  
Equipe EDUSC

em que os norte-americanos firmavam-se como superiores a todos os outros povos que viviam "abaixo dos Estados Unidos". Enquanto as sociedades latino-americanas eram vistas como primitivas e desordenadas, os norte-americanos se posicionavam como a única "civilização avançada" do Hemisfério Ocidental. Assim, a pesquisa de Schoultz aponta para a idéia de que a concepção negativa sobre a América Latina, enraizada na sociedade norte-americana, motivou, em muitos momentos, a atuação agressiva do Departamento de Estado em direção à região.

O autor mostra, ainda, como a política externa norte-americana esteve intimamente vinculada à política interna daquele país e à idéia de segurança nacional, tão cara aos norte-americanos. Sendo impossível, em dados momentos históricos, estudar uma sem considerar as outras. E ainda que as políticas dos Estados Unidos em direção à América Latina tenham sofrido alterações, aquele país jamais abandonou a sua aspiração hegemônica sobre seus vizinhos do Sul.

Dessa forma, o trabalho de Schoultz convida o leitor a pensar sobre estereótipos, preconceitos e diferenças culturais que podem causar intolerâncias e desentendimentos nas relações entre os países.

Mary A. Junqueira



Larz Schoultz tem uma extensa carreira universitária nos Estados Unidos. Formou-se pela Stanford University e defendeu dissertação de mestrado na mesma instituição. Posteriormente, doutorou-se pela Universidade da Carolina do Norte.

Está filiado a importantes associações profissionais como a Latin American Studies Association, da qual foi um dos últimos presidentes. Recebeu várias premiações tanto nos Estados Unidos como no exterior.

Após ter exercido o magistério nas Universidades de Miami e da Flórida, Schoultz atualmente dedica-se ao ensino de Ciência Política na Universidade da Carolina do Norte.

Publicou diversas obras sobre política americana e a América Latina, como *Human Rights and United States Policy toward Latin America*, *National Security and United States Policy toward Latin America*, *The United States and Latin America in the 1990s*.

